

**ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM LISBOA NA PRIMEIRA REPÚBLICA
(1910-1926)**

Eunice Marisa Martins Relvas

Tese de Doutoramento em História Contemporânea

Julho, 2014

EUNICE MARISA MARTINS RELVAS

**ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM LISBOA
NA PRIMEIRA REPÚBLICA
(1910-1926)**

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Doutor História Contemporânea,
realizada sob a orientação científica do Professor Doutor António Reis

JULHO, 2014

*À minha filha,
Mafalda*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar tenho de agradecer ao Professor Doutor António Reis ter aceitado ser meu orientador. Este reconhecimento é tanto mais sentido pela generosidade com que acolheu o meu pedido e pelo incentivo permanente para que concluísse este projecto. O facto de poder tê-lo como mentor foi motivo de uma satisfação enorme, mas também de preocupação acrescida pela confiança em mim depositada. Devo destacar que foi um privilégio imenso poder contar com a sua sabedoria, atenção e sugestões para a feitura desta dissertação. A existirem incorrecções e omissões só a mim poderão ser atribuídas.

Este trabalho, interrompido por motivos de saúde, deve muito ao estímulo, compreensão e apoio incondicionais do Alexandre e da Mafalda, por tudo, obrigado. Mas não só à família; também a muitos amigos e colegas deixo o meu agradecimento, pelo seu companheirismo solidário, às vezes por um simples gesto ou sorriso de ânimo. Não posso esquecer o estímulo constante da Professora Doutora Fernanda Rollo e da Doutora Ana Paula Pires, a ambas a minha gratidão.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, sempre empenhados e, em particular, ao Dr. Luís Sá e à Dr.^a Manuela Rêgo. Ao Dr. Alfredo Caldeira, da Fundação Mário Soares. Ao Dr. Paulo Tremoceiro e à Dr.^a Adelaide Proença, do Arquivo Nacional Torre do Tombo. Aos meus colegas do Arquivo Municipal/Arco de Cego, a todos estou reconhecida.

Por fim, não posso terminar sem agradecer à Câmara Municipal de Lisboa, a concessão de equiparação a bolseira, durante um ano e um mês, o que faço em nome da então Chefe de Divisão de Gestão de Equipamentos Diversos, Dr.^a Luísa Mellid-Franco Monteiro, pela forma como acolheu este projecto, bem como da actual Coordenadora do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Dr.^a Anabela Valente, à qual igualmente agradeço o incentivo na fase final do trabalho.

RESUMO

ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM LISBOA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1910-1926)

EUNICE MARISA MARTINS RELVAS

PALAVRAS-CHAVE: História Política de Portugal, Eleições municipais, Primeira República

Esta tese investiga as eleições municipais em Lisboa durante a Primeira República (1910-1926). Pretende-se captar permanências e mudanças neste microcosmo político, para um conhecimento aprofundado da História eleitoral e local desta época.

Estuda, uma a uma, as eleições municipais em Lisboa (1913, 1917, 1919, 1922 e 1925). Pesquisa as forças partidárias, os candidatos a vereadores, a campanha política, o corpo eleitoral e o resultado da votação para cada um dos escrutínios. No capítulo final faz-se análise de todos os sufrágios, averiguando a questão da legitimação do poder municipal em Lisboa na Primeira República.

Concluimos que as “eleições feitas” ditaram a hegemonia do Partido Republicano Português em todas as eleições camarárias da capital. Apesar disso, o regime republicano empenhou-se na participação política, na cultura cívica e no processo de modernização e democratização da sociedade portuguesa.

ABSTRACT

MUNICIPAL ELECTIONS IN LISBON IN THE FIRST REPUBLIC

(1910-1926)

EUNICE MARISA MARTINS RELVAS

KEYWORDS: Political History, Municipal elections, First Republic

This thesis investigates the municipal elections in Lisbon during the First Republic (1910-1926). It is intended to capture continuity and change in this political microcosm, for a thorough knowledge of the electoral History of this time and place.

It studies, one by one, the municipal elections in Lisbon (1913, 1917, 1919, 1922 and 1925). It searches partisan forces, candidates for councilors, political campaigning, the electoral body and the voting results for each ballot. In the final chapter there is an analysis of all the suffrages, looking into the issue of municipal power legitimacy in Lisbon in the First Republic.

We conclude that the "elections made" dictated the Portuguese Republican Party hegemony in all municipal elections in the capital city. Nevertheless, the republican regime endeavored in political participation, civic culture and the democratization and modernization of portuguese society.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DE LISBOA	11
I.1. Eleição da primeira vereação republicana nas eleições de 1908	11
I.2. Lisboa, 1910-1926	45
CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DO CORPO E DO PROCESSO ELEITORAL DE LISBOA NA I REPÚBLICA	79
II.1. Legislação eleitoral	79
II.2. Elegíveis, número de vereadores e sistema de escrutínio	86
II.3. Eleitores	97
II.4. Recenseamento eleitoral	109
II.5. Candidaturas, eleição, processo e apuramento eleitoral	119
CAPÍTULO III: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 30 DE NOVEMBRO DE 1913	127
III.1. Contexto sociopolítico do acto eleitoral	127
III.2. Forças políticas e candidatos a vereadores	134
III.3. A campanha eleitoral	148
III.4. O corpo eleitoral	160
III.5. Acto e escrutínio eleitorais	163
III.6. Resultados eleitorais	169
III.7. Sinopse do acto eleitoral de 1913	175
CAPÍTULO IV: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 4 DE NOVEMBRO DE 1917	179
IV.1. Contexto sociopolítico do acto eleitoral	179
IV.2. Forças políticas e candidatos a vereadores	186
IV.3. A campanha eleitoral	204
IV.4. O corpo eleitoral	218

IV.5. Acto e escrutínio eleitorais	221
IV.6. Resultados eleitorais	225
IV.7. Sinopse do acto eleitoral de 1917	229
CAPÍTULO V: ELEIÇÕES MUNICIPAIS	
DE 25 DE MAIO DE 1919	235
V.1. Contexto sociopolítico do acto eleitoral	235
V.2. Forças políticas e candidatos a vereadores	244
V.3. A campanha eleitoral	257
V.4. O corpo eleitoral	265
V.5. Acto e escrutínio eleitorais	269
V.6. Resultados eleitorais	271
V.7. Sinopse do acto eleitoral de 1919	277
CAPÍTULO VI: ELEIÇÕES MUNICIPAIS	
DE 12 DE NOVEMBRO DE 1922	281
VI.1. Contexto sociopolítico do acto eleitoral	281
VI.2. Forças políticas e candidatos a vereadores	284
VI.3. A campanha eleitoral	307
VI.4. O corpo eleitoral	317
VI.5. Acto e escrutínio eleitorais	319
VI.6. Resultados eleitorais	326
VI.7. Sinopse do acto eleitoral de 1922	330
CAPÍTULO VII: ELEIÇÕES MUNICIPAIS	
DE 22 DE NOVEMBRO DE 1925	337
VII.1. Contexto sociopolítico do acto eleitoral	337
VII.2. Forças políticas e candidatos a vereadores	346
VII.3. A campanha eleitoral	367
VII.4. O corpo eleitoral	377

VII.5. Acto e escrutínio eleitorais	380
VII.6. Resultados eleitorais	388
VII.7. Sinopse do acto eleitoral de 1925	398
CAPÍTULO VIII: SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (1913-1925)	403
CONCLUSÃO	415
FONTES E BIBLIOGRAFIA	427
ÍNDICE DE IMAGENS	457
ÍNDICE DOS QUADROS	459
 ANEXOS NO CD (43)	

LISTA DE ABREVIATURAS

AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
AML/AC	Arquivo Municipal de Lisboa / Núcleo do Arco do Cego
AML/AF	Arquivo Municipal de Lisboa / Núcleo do Arquivo Fotográfico
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
ANTT/ADL	Arquivo Nacional Torre do Tombo / Arquivo Distrital de Lisboa
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CEP	Corpo Expedicionário Português
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CUF	Companhia União Fabril
ED	Esquerda Democrática
FMP	Federação Maximalista Portuguesa
FMS	Fundação Mário Soares
GEO	Gabinete de Estudos Olisiponenses / CML
GNR	Guarda Nacional Republicana
HML	Hemeroteca Municipal de Lisboa
IST	Instituto Superior Técnico
ISV	Internacional Sindical Vermelha
JGD	Junta Geral de Distrito
PCP	Partido Comunista Português
PRE	Partido Republicano Evolucionista
PRED	Partido Republicano da Esquerda Democrática
PRL	Partido Republicano Liberal
PRN	Partido Republicano Nacionalista
PRP	Partido Republicano Português
PRR	Partido Republicano Radical
PS	Partido Socialista Português
UIE	União dos Interesses Económicos
UIS	União dos Interesses Sociais
UON	União Operária Nacional
UR	União Republicana
USO	União Sindical Operária

INTRODUÇÃO

A História dos sistemas eleitorais e do direito de voto foi realizada através de um longo percurso de progressos e retrocedimentos. O seu estudo (conhecimento e discussão) permitirá aos Estados não incorrerem na adopção de legislação eleitoral retrógrada, mas sim na disseminação de leis vanguardistas que aproximem a política e os políticos dos cidadãos. A participação eleitoral é importantíssima e equitativa pois, como realçou Fernando Farelo Lopes, “a sociedade é fértil em desigualdades, mas os indivíduos são iguais quando actuam no papel de eleitor. Todo o voto tem um peso igual a qualquer voto: as desigualdades existentes na sociedade não têm continuidade através do mecanismo eleitoral”¹. É urgente que a intervenção na vida pública de cada país, nomeadamente através das eleições, envolva o maior número de pessoas, interessando-as na prossecução dos direitos fundamentais de todo o ser humano: liberdade, justiça, igualdade, solidariedade e felicidade.

Assim sendo, porque sou alfacinha e investigadora da Câmara Municipal de Lisboa, o presente projecto de dissertação de doutoramento tem por objectivo o estudo das eleições municipais² do concelho de Lisboa, durante a Primeira República. Através da observação dos actos eleitorais aspiramos captar permanências e mudanças neste microcosmo político, para um conhecimento mais aprofundado da História eleitoral e local desta época. Uma investigação de importância acrescida por ser esta a capital de Portugal, baluarte republicano, cujos resultados eleitorais eram determinantes para a análise do sufrágio.

Pretendemos alcançar uma visão, o mais objectiva possível, da realidade política municipal e dos seus actores políticos, no espaço temporal que nos propusemos tratar. Cronologicamente inicia-se este estudo pela eleição da primeira vereação municipal republicana de 1908 (porque esta concluiu o seu mandato em 1913) – insere no capítulo sobre a conjuntura sociopolítica de Lisboa – e termina-se com as eleições municipais de 1925 que elegeram a última edilidade lisbonense da Primeira República.

¹ Fernando Farelo Lopes, “Eleições e estabilidade política”. *Sociologia: Problemas e práticas*, n.º 3 (1987), p. 117.

² Neste período temporal as eleições municipais eram denominadas eleições administrativas, usaremos indistintamente os dois termos. O sufrágio ocorria em simultâneo para o Município e Junta Geral de Distrito, para as Juntas de Freguesia era designado um dia posterior.

Apesar do sistema eleitoral republicano e as práticas eleitorais fraudulentas serem muito criticados na época, o estudo das eleições municipais permite uma observação da implantação dos partidos a nível local, assim como um conhecimento mais aprofundado de comportamentos eleitorais e do campo político partidário. Além disso, como grande centro urbano, Lisboa possibilitaria a introdução de alguma modernização nas práticas políticas e eleitorais³, e o seu corpo eleitoral, mais alfabetizado e mobilizado para o exercício da cidadania política, votaria mais livremente devido ao anonimato da urbe, produzindo um resultado eleitoral que, apesar das suas vicissitudes e fragilidades, refletiria uma opção livre. Este trabalho sobre uma realidade específica, regional, poderá assim contribuir para uma investigação historiográfica mais empírica da História Política e dos partidos políticos no concelho de Lisboa durante a Primeira República.

Os trabalhos pioneiros sobre as eleições municipais foram publicados na década de oitenta do século XX. Eram dedicados ao estudo das eleições de 1919, no concelho de Vila Franca de Xira, e às do Município de Sintra (1910-1926), respectivamente da autoria de António Pedro Manique e Maria Cândida Proença⁴. Nos anos 90 do mesmo século a história das elites locais despertou o interesse dos estudiosos renovando a historiografia sobre este tema. Assim, foram publicadas algumas monografias e elaboradas teses de doutoramento e de mestrado sobre alguns concelhos; e as comemorações do Centenário da República presentearam-nos com várias publicações sobre municípios, nomeadamente os vinte *Roteiros Republicanos*⁵.

Contudo, a História das eleições locais no regime republicano está ainda por elaborar, salvo raríssimas exceções. Facto que já tinha sido constatado por Oliveira Marques⁶ e por César Oliveira, na sua obra sobre a *História dos Municípios*, onde escreveu que era reduzida a investigação sobre o poder local na República e “sobretudo,

³ Nos estudos eleitorais de diversos países europeus a modernização dos comportamentos políticos foi associada à industrialização e urbanização, vivida nestes países desde o século XIX. Cf. Salvador Forner Muñoz, *et al.*, “Modernización social y comportamiento electoral urbano en España, 1910-1923”, in Salvador Forner (coord.), *Democracia, elecciones y modernización en Europa, siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, 1997, p. 245.

⁴ Cf. António Pedro Manique, “As eleições administrativas de 1919 no concelho de Vila Franca de Xira: contributo para o estudo dos fenómenos eleitorais concelhios durante a Primeira República”. Sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, 1986, pp. 7-75 e Maria Cândida Proença, *Eleições municipais em Sintra (1910-1926)*, Sintra, Câmara Municipal, 1987.

⁵ Ver referências a alguns destes trabalhos na Bibliografia.

⁶ Que escreveu: “Sobre as eleições autárquicas, muito pouco há feito segundo metodologia moderna”, in Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (Dir.), *Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia para a República*, Vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 429.

no campo específico da história e da geografia das eleições locais”⁷. Passados dezoito anos podemos afirmar que não se registaram alterações significativas, sendo dignos de registo os trabalhos até agora publicados⁸, mas que, por escassos (e parciais), invalidam uma análise geral da geografia eleitoral local na Primeira República. As conclusões dos poucos estudos existentes revelam um predomínio vitorioso do Partido Republicano Português nas eleições para os municípios portugueses – à semelhança do que sucedeu nas eleições legislativas⁹ –, se bem que com dificuldades acrescidas no pós-guerra.

Enquadrando-se no panorama geral da historiografia portuguesa a História da administração local do Município de Lisboa está, em grande parte, ainda por fazer¹⁰. Com particular interesse para o nosso trabalho, destacamos a edição do catálogo da

⁷ César Oliveira (Dir.), *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996, p. 9.

⁸ Além das obras já referenciadas de António Pedro Manique e Maria Cândida Proença publicaram-se, por ordem cronológica, os seguintes trabalhos: António Mário Lopes dos Santos, *Torres Novas na Primeira República*, Torres Novas, Serviços Culturais da CMTN, 1992; Nuno Rosmaninho, *Anadia durante a Primeira República, 1910-1926: o poder local*, Anadia, Casa Rodrigues Lapa, 1993; João B. Serra, “Caldas da Rainha (1887-1927): expansão e modernidade”, in AA.VV, *Terras de Águas: Caldas da Rainha: história e cultura*, Caldas da Rainha, CMCR, 1993, pp. 367-464; Joaquim Ribeiro Alves, “A República em Vila Real (III)”. *Estudos Transmontanos e Durienses*, n.º 7 (1995), pp. 239-264; João B. Serra, “Os poderes locais: administração e política no 1.º quartel do século XX”, in César Oliveira (dir.), *História dos municípios...*, pp. 264-280; Manuel Baião, “As eleições municipais de 1925 em Évora”, in AA.VV, *História dos municípios: administração, eleições e finanças*. II Seminário Internacional História do Município no Mundo Português, Funchal, CEHA/SRTC, 2001, pp. 293-326; Venerando António A. de Matos, *Republicanos de Torres Vedras: elites, partidos, eleições e poder (1907-1931)*, s.l., Edições Colibri/CMTV, 2003; Joaquim Baldrico, “Aldeia Galega nas vésperas da República: as eleições de 1908”, in Montijo. Câmara Municipal, *A Aldeia Galega nas vésperas da República: as eleições municipais de 1908*, Montijo, CM, 2008, pp. 21-61 e Maria Cândida Proença, “As eleições para a Câmara Municipal de Lisboa em 1908”, in Colóquio Nacional Lisboa e a República, Lisboa, 2008, *Lisboa e a República: centenário da vereação republicana em Lisboa: actas do colóquio nacional* / Org. Câmara Municipal de Lisboa/DMC/GTCMC, 2010, pp. 73-100.

⁹ Dos oito actos eleitorais o PRP venceu seis; não concorreu nas eleições de 1918 (sidonistas) e perdeu as 1921, ganhas pelo Partido Republicano Liberal. Vd. Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (Dir.), *op. cit.*, pp. 421-429.

¹⁰ Cumpre-nos, por isso, referenciar os trabalhos publicados: Lisboa. Câmara Municipal, *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*, Lisboa, CML/PC/DA, 1996, que nos oferece uma listagem dos alcaides, presidentes e vereações (1148-1996); a tese de mestrado de Paulo Jorge Fernandes, *As faces de Proteu: elites urbanas e poder municipal em Lisboa dos finais do século XVIII a 1851*, Lisboa, FCSH-UNL, 1997, trouxe uma nova luz sobre o impacto da revolução liberal sobre as oligarquias locais; outra dissertação de Teresa Maria Sancha Fernandes Pereira, *Elite política municipal e distrital de Lisboa (1926-1945)*, Lisboa, ISCTE, 1998, apresentou-nos as mudanças nas elites políticas e na orgânica camarária após o golpe de 28 de Maio; Fernando Manuel Carvalho da Mota, “As eleições municipais e os mecanismos da legislação eleitoral (1834-1867): as excepcionalidades de Lisboa”, in AA.VV, *História dos municípios: administração...*, pp. 233-243 e em 2006, a sua tese de mestrado *As eleições e o poder municipal em Lisboa entre 1851 e 1867*, Lisboa, FCSH-UNL, 2006, consagrou o estudo do poder municipal na Regeneração e, por último, a dissertação de doutoramento de Mário Sérgio Silva Farelo, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Lisboa, FL-UL, 2008.

Destaque para uma edição do século XIX sobre o concelho de Belém (1852-1885) de Pedro Augusto Franco, *As eleições municipal, distrital e de deputados no concelho e círculo de Belém em 1878*, Lisboa, Lalléman Frères, Typ. Lisboa, 1879.

Exposição consagrada ao estudo da eleição e gestão municipal lisbonense da primeira edilidade inteiramente republicana eleita, ainda no tempo da Monarquia¹¹.

O nosso objectivo, ao estudar as eleições municipais na Primeira República, foi o de elaborar um campo de trabalho que nos permitiria conhecer não somente a geografia eleitoral da capital e o comportamento do eleitorado, mas também as elites republicanas locais. Uma tarefa complicada num período temporal alargado (dezasseis anos) e num universo onde a palavra escrita, nos inúmeros periódicos da época, e a multiplicidade das fontes arquivísticas, manuscritas ou impressas, nos impôs uma procura da didáctica correcta para a aplicação dos dados.

Em termos de metodologia de trabalho o primeiro passo foi a leitura das principais obras de referência sobre legislação eleitoral e eleições republicanas e das monografias e artigos que se escreveram sobre o tema, de forma a termos um enquadramento teórico para a prossecução da nossa investigação. As principais fontes de estatística eleitoral encontram-se no Arquivo Municipal de Lisboa/Arco do Cego, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico-Parlamentar. Foi nestes locais que conseguimos encontrar e consultar a seguinte documentação arquivística: livros de recenseamento, algumas actas de assembleias eleitorais e de apuramento de eleições, as decisões judiciais sobre reclamações, a correspondência de autoridades judiciais e administrativas, etc.

Todavia, um exame crítico destas fontes colocou-nos diversos problemas, porque revelou que os documentos aí arquivados são, na sua maioria, incompletos e irregulares (faltam cadernos de recenseamento, actas de eleição e de apuramento), quando não dissentem entre si. Nos sufrágios em que conseguimos encontrar algumas das actas das assembleias – não conseguimos encontrar nenhuma série de documentação completa – deparámo-nos com deficiências irremediáveis, por exemplo, em muitos casos não se indicava o número de votantes, nem o número de votos expressos; outras vezes não se especificava se os números indicados eram respeitantes às eleições para a Junta Geral de Distrito ou para a Câmara Municipal; noutras não se registaram os

¹¹ Ver Lisboa. Câmara Municipal, *À urna pela lista republicana de Lisboa!: centenário da vereação republicana de Lisboa, 1908-2008*, Lisboa, CML/DMC/GTCMCR, 2009. A este catálogo seguiu-se a edição das actas do Colóquio Nacional, já referidas. Ver ainda o catálogo Lisboa. Câmara Municipal, *Lisboa republicana: espaço e memória, 1910-1926* / Comis. cient. António Reis; coord. Eunice Relvas, Lisboa, CML/DMC/GEO, 2010.

Não podemos deixar de referenciar o capítulo pioneiro dedicado à conquista do Município de Lisboa em 1908 que integrou a obra monumental sobre a I República, do jornal *O Século*. Cf. “A Câmara Municipal”, in *História da República*, Lisboa, Editorial O Século, [1960], pp. 463-474.

resultados das votações, não se conseguindo saber quais os candidatos mais votados de cada partido; não esquecendo as que encontrámos rasgadas e/ou incompletas.

Estas irregularidades, aliadas às lacunas temporais, não só invalidaram a sistematização dos dados estatísticos como patentearam a escassa fiabilidade destas actas. Assim, resolvemos não considerar os dados numéricos das actas das assembleias eleitorais, privilegiando, sim, as de apuramento (quando existentes), que forneciam os dados oficiais. Na ausência dos originais destas actas, aferimos as informações contidas sobre a assembleia de apuramento eleitoral nos periódicos das diferentes facções políticas, extraíndo os dados numéricos sobre as votações dos candidatos de cada lista partidária. É ponto assente pelos estudiosos que os resultados eleitorais assentavam na prática de fraudes (furto de urnas, chapeladas, voto duplicado, manipulação das actas, etc.). Porém, como reconheceu Pedro Tavares de Almeida, a análise do escrutínio pode proporcionar indícios importantes sobre a força da mobilização partidária/clientelista, a amplitude da luta política e a implantação das redes caciquistas¹².

Procedemos ao levantamento do número de eleitores em todos os cadernos de recenseamento a que tivemos acesso¹³, a maioria dos quais se encontrava em bom estado de conservação. Para além destes documentos originais, a Primeira República legou-nos um documento estatístico político valioso, publicado pela Direcção-Geral de Estatística do Ministério das Finanças¹⁴ que, quando cotejado com os dados recolhidos, se revelou rigoroso para o recenseamento eleitoral de 1913, mas com incorrecções no número de votantes nas eleições municipais deste ano; também detectámos algumas falhas nos números apresentados para o recenseamento político de 1908.

Não pudemos deixar de relatar que, segundo testemunhos contemporâneos e dos diferentes autores, a organização dos recenseamentos não era rigorosa nem isenta, como verificámos pela observação directa dos cadernos eleitorais, nomeadamente com a duplicação de eleitores, entre outras incorrecções. No entanto, em relação às estatísticas oficiais, a autenticidade de um recenseamento viciado e imperfeito, não pode originar o menosprezo dos dados estatísticos, porque “constituem o único instrumento de mensuração do eleitorado, facultando-nos pelo menos uma ordem de grandeza

¹² Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, p. 201.

¹³ A organização e uniformização destes livros levaram à atribuição de um número de ordem a cada eleitor, o que permitia uma contagem final rigorosa dos eleitores inscritos por freguesias.

¹⁴ Portugal.MF.DGE, *Censo eleitoral da cidade de Lisboa: eleições de deputados, de câmaras municipais juntas de paróquia desde 1878 até hoje*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

aproximada da dimensão real”¹⁵. Quando não foi possível encontrar os cadernos eleitorais de todas as freguesias, socorremo-nos dos editais (publicados pela imprensa) que indicavam as assembleias, com as diferentes secções e respectivos números de eleitores, que se revelaram fidedignos quando comparados com os livros de recenseamento existentes.

O enquadramento legislativo e a análise dos desfechos eleitorais converteram a legislação eleitoral, os censos de população e os anuários estatísticos em fontes primordiais. A estas adicionou-se a consulta selectiva da imprensa periódica mais expressiva na época, crucial para a investigação, pois aí se publicavam os comentários/opiniões sobre questões eleitorais, se divulgavam as assembleias de voto, se apresentavam as listas de candidatos à vereação (essenciais à sua filiação partidária), se confeccionava a campanha eleitoral, e, por último, se publicitavam os resultados dos sufrágios e respectivas análises políticas.

Neste campo de acção foi valorizada a representação imagética das caricaturas publicadas na época, como fonte privilegiada de construção e/ou divulgação da imagem dos actores ou eventos políticos. O humor e a caricatura eram instrumentos cruciais para a crítica política, elementos modernos de propaganda e de estruturação doutrinária e ideológica. Analogamente os fotógrafos captaram algumas imagens de momentos eleitorais, mormente das assembleias eleitorais. Consultámos ainda fontes literárias (memórias, testemunhos e outras), depoimentos e reminiscências dos intervenientes neste período temporal.

O ponto de partida do nosso trabalho assentou nos estudos de Fernando Farelo Lopes¹⁶, ao qual se deve a tese da *crise de participação* e deslegitimação da Primeira República sob o ponto de vista eleitoral. Reconhecendo o autor que este é um dos factores de deslegitimação do regime republicano¹⁷, assente em grande parte na legislação eleitoral e nas relações caciquistas ou clientelares (favores pessoais ou administrativos, burla, intimidação, etc.), que enraizaram a *dificuldade de acesso* às

¹⁵ Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, p. 200.

¹⁶ Cf. Fernando Farelo Lopes, *A I República portuguesa: questão eleitoral e deslegitimação*, Lisboa, UTL/ISCTE, 1988. Tese de doutoramento; “Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República”. *Análise Social*, Vol. XXVI, n.º 111 (1991), pp. 401-415 e *Poder político e caciquismo na I.ª República portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

¹⁷ Igualmente para outros autores este é um dos factores que contribuíram para a queda da I República, como exemplo, veja-se: António Reis, “Epílogo: o fim da Primeira República”, in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, p. 577; Fernando Rosas, *1910 a duas vozes: porque venceu e porque se perdeu a República?*, Lisboa, Bertrand Editora, 2010, pp. 81-86.

instituições políticas e consequente supremacia do Partido Republicano Português. Contudo, as iniquidades eleitorais eram intrínsecas ao sistema eleitoral e, citando o mesmo autor, “a relativa modéstia das irregularidades cometidas pelos partidos secundários [adversários do Partido Democrático], (...), se devia essencialmente à vigência de um sistema de partido dominante, no âmbito do qual lhes era vedado e dificultado o acesso aos centros nevrálgicos da manipulação eleitoral”¹⁸.

É consensual entre os diferentes estudiosos das eleições republicanas que o sufrágio restrito favoreceu a importância do papel desempenhado pelas autoridades administrativas, enquanto veículos do Governo, subornando, falseando actas e recenseamentos e, até, intimidando opositores. Numa leitura genérica das fontes e da bibliografia é usualmente referido o facto do regime republicano ter recompensado os seus mais fervorosos apaniguados – carbonários, “formigas”, “defensores da República”, “revolucionários civis” e outros correligionários políticos – com empregos públicos e/ou promoções. Procuraremos analisar o papel da legislação eleitoral (sistema de escrutínio e direito de voto) e sua relação com componentes caciquistas (recenseamentos fraudulentos, falsificação de actas, corrupção, etc.) nas eleições municipais da capital.

O Município de Lisboa era republicano aquando da instauração da República. Desta forma, colocava-se um objectivo central para o aprofundar do conhecimento, desta temática e sua época: saber que rupturas e continuidades existiram após o 5 de Outubro nas eleições municipais deste concelho. Faremos algumas abordagens de comparação diacrónica, não esquecendo, porque igualmente essencial, as assimetrias ou dissimetrias do tempo presente, num exercício comparativo sincrónico. O plano geral da dissertação foi estabelecido da seguinte maneira:

No I capítulo analisaremos a conjuntura sociopolítica de Lisboa. Encontra-se dividido em duas partes. Na primeira abordaremos a eleição da primeira vereação republicana lisbonense de 1908, evento determinante na legitimação do Partido Republicano Português como partido de Poder e prenúncio da implantação da República no país. Além disso, não podíamos deixar de ter em conta que esta edilidade tomou posse em Novembro de 1908 e terminou o seu mandato em Fevereiro de 1913, assim, examinaremos a sua eleição e as causas da sua demissão, intrinsecamente ligadas ao ambiente político então vivido (Capítulo III). Em segundo lugar elaboraremos um

¹⁸ Fernando Farelo Lopes, “Clientelismo...”, p. 410.

“retrato” da Lisboa republicana, pois o estudo dos factos políticos tem de ter em atenção não somente estes factores, mas também os económicos e socioculturais do concelho e do período temporal em análise. Esboçaremos um quadro geral da cidade empreendendo uma breve caracterização administrativa, social e cultural, entre 1910 e 1926, situando as eleições municipais no espaço e na ambiência social e política da época em estudo.

No II capítulo abordaremos o corpo e o processo eleitoral do concelho de Lisboa na Primeira República, que se encontra expresso na legislação eleitoral: elegíveis, número de vereadores, sistema de escrutínio, eleitores, recenseamento político, candidaturas, eleição, processo e apuramento eleitoral. Veremos, assim, como as leis são decisivas para apreender os objectivos políticos do legislador (Poder/Governo) e como muitos dos procedimentos eleitorais contribuíram para a não participação do cidadão eleitor e para a manipulação dos resultados dos escrutínios.

Do III aos VII capítulos iremos analisar, um a um, os actos eleitorais municipais (1913, 1917, 1919, 1922 e 1925). Para cada um deles começaremos por traçar um esboço sociopolítico dos acontecimentos mais marcantes ocorridos em Lisboa – e quando se justificar no período antecedente – pois só assim poderemos compreendê-los e interpretá-los melhor. De seguida analisaremos as forças partidárias e os candidatos a edis, a campanha eleitoral, o corpo eleitoral (dando destaque à forma como decorreu o recenseamento), como transcorreu a votação e o escrutínio nas assembleias eleitorais e, *last but not least*, o resultado das eleições¹⁹.

No VIII e último capítulo elaboraremos uma sinopse da evolução das eleições municipais (1913-1925), onde faremos uma abordagem diacrónica desta temática nas suas múltiplas vertentes: recenseados, evolução das forças partidárias, participação eleitoral, etc.

Colocámos entre parêntesis as datas de nascimento e falecimento na primeira vez em que referimos um indivíduo, contudo, não as apresentamos para os edis, por

¹⁹ Para uma abordagem mais completa dos candidatos socorremo-nos, algumas vezes, de uma Base de dados (*Access*), por nós construída, denominada *Vereações da Câmara Municipal de Lisboa, 1908-1926: Base de dados prosopográfica* – na qual cada registo de indivíduo tem os seguintes campos de preenchimento: nome, cargo municipal, data de início de mandato, nascimento, morte, profissão, freguesia de recenseamento, nível de educação, filiação partidária/percurso político, funções políticas/públicas exercidas antes e depois do mandato, produção científica, participação em instituições locais e ocupação de cargos ou funções no processo eleitoral. A consulta das diversas fontes (imprensa, enciclopédias, monografias, documentação arquivística, etc.) e o seu cruzamento sistemático permitiu o preenchimento dos registos desta base, de construção contínua.

quatro motivos: 1) manifesta impossibilidade temporal de conseguir estas datas para todos; 2) seria um trabalho que teria lacunas graves porque, para muitos, estes dados não são referidos na bibliografia consultada; 3) mesmo só apresentando as que conseguimos obter nesta fase do trabalho o texto ficaria excessivamente obstruído; 4) esperamos apresentar os dados biográficos dos vereadores lisbonenses, o mais completos possível, em trabalhos futuros.

Já afirmámos que ao longo da investigação deparámo-nos com um manancial arquivístico disperso e desigual em quantidade e qualidade. Associado está o facto de os periódicos dedicarem mais ou menos páginas às eleições municipais consoante as épocas, existindo anos em que as informações são mais completas e outros em que estas quase que não estimularam a atenção da imprensa. Desta maneira, a análise dos vários sufrágios é dissemelhante, não por nosso desejo, mas por factores inerentes ao nosso ofício.

CAPÍTULO I

CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DE LISBOA

I.1. Eleição da primeira vereação republicana nas eleições de 1908

O ano de 1908 foi determinante para a implantação da República. O início da “caminhada” principiou em Janeiro com a malograda tentativa da revolução republicana para derrubar a Monarquia; seguiu-se-lhe o regicídio, em Fevereiro; depois as sangrentas eleições gerais de deputados, no mês de Abril; e completou-se com a eleição da primeira vereação inteiramente republicana na capital, em Novembro. Esta grande vitória republicana teve por base o fortalecimento do Partido Republicano Português²⁰, que se alicerçou na oposição ao Governo de João Franco (1855-1929), nos anos de 1906-1908. A contenda entre os dois opositores, fatalmente, como apontou Romero Magalhães, traria a mudança: “ou para uma monarquia liberal restaurada e remodelada – e para isso aí estava João Franco apoiado pelo rei – ou para um regime republicano que profundamente avançasse no refazer da realidade nacional”²¹.

Foi a 19 de Maio de 1906 que D. Carlos (1863-1908), procurando romper com os partidos do rotativismo, chamou João Franco a constituir Ministério, tentando este, desde logo, debelar a questão dos adiantamentos à Casa Real. Os seus propósitos despoletaram fortes críticas, no Parlamento e na imprensa republicana, fomentando os

²⁰ Partido Republicano Português (PRP). As suas origens encontram-se radicadas no Centro Republicano Democrático (1876) e no Centro Republicano Federal (1879), ambos situados em Lisboa. A primeira direcção colegial e nacional do Partido Republicano surgiu a partir do Congresso Republicano (1883) que reuniu nas salas do Clube Henriques Nogueira, nome pelo qual era conhecido o Centro Eleitoral Republicano Federal do Círculo 96, fundado (1881) para tentar unificar as diversas sensibilidades republicanas. Organizado o partido, o seu programa remontava a 11 de Janeiro de 1891. Era este programa que estava em vigor quando foi instaurada a República, bem como no ano seguinte. O PRP era um “*semi-partido de massas*”, aglutinando várias orientações políticas que funcionavam como “*partidos de notáveis*”, com os seus jornais, centros políticos e escolares que constituíam redes sociopolíticas de apoio em torno de um caudilho. Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 15-17. Esta ideia de “partido de notáveis”, fragmentado, pode ser aplicada até às dissidências de 1911. A partir desta data houve mudanças no velho PRP e no campo partidário republicano português.

Para o estudo da organização interna do PRP dos *tempos da propaganda* veja-se a tese de doutoramento de Maria Alice Dias de Albergaria Samara, *As Repúblicas da República: história, cultura política e republicanismo*, Lisboa, FCSH-UNL, 2010, pp. 87-93. A consulta desta dissertação é obrigatória para o estudo da “polifonia” ou “galáxia republicana”, antes e depois do 5 de Outubro.

²¹ Joaquim Romero Magalhães, *Vem aí a República! (1906-1910)*, Coimbra, Edições Almedina, 2009, p. 58.

mais virulentos ataques ao rei que culminaram em comícios com ampla participação popular. Em Fevereiro de 1907 a questão académica, seguida das expulsões de universitários, originou manifestações de solidariedade dos estudantes de Lisboa e Porto. Dois meses depois a contestação ao Governo era generalizada: no Parlamento, na propaganda anti-monárquica na imprensa e na “rua”. Numa tentativa desesperada para silenciar as vozes de protesto contra a família real e o chefe do Governo foi promulgada a Lei da imprensa, em 11 de Abril de 1907, a par com o Decreto de 20 de Junho do mesmo ano, já sob o regime ditatorial, que delegou nos governadores civis o livre arbítrio sobre o jornalismo e originou a suspensão de vários periódicos, ao proibir textos ou desenhos que visassem a ordem pública. Durante este ano os julgamentos de jornais (*O Mundo, Vanguarda, O Popular, O Liberal, Época, Correio da Noite*, entre outros) e jornalistas foram uma constante; por exemplo, o director d’*O País* escreveu vários artigos onde incitava o povo a sair á rua e pegar em armas para fazer a revolução republicana²².

A ditadura de João Franco seria instituída em 10 de Maio de 1907, quando o rei dissolveu as cortes sem marcar eleições gerais, e o Governo continuou em funções e administrou, na ausência do poder legislativo, por decreto. Esta resolução de D. Carlos, tomada sem ouvir o Conselho de Estado, assentava na crença de que, silenciada a oposição dos partidos monárquicos rotativos e, pior, a resistência feroz dos deputados republicanos – cujos discursos mais importantes eram difundidos pelos jornais, e até editados em fascículos, que se vendiam em volumes baratos para o povo –, poderia salvar a Monarquia e o país. Nada se afiguraria mais desacertado, cerca de nove meses depois o rei e o príncipe herdeiro seriam assassinados.

Para o monarca a necessidade de reformar Portugal justificaria a instalação de uma ditadura, com supressão do Parlamento e da liberdade de imprensa. Todavia, durante o franquismo não se assistiu a grandes reformas; e a publicação do decreto de liquidação dos adiantamentos e o aumento da “Lista Civil”, em 30 de Agosto de 1907, longe de resolver esta grave questão, complicou infinitamente a posição da família real.

²² A 15 de Junho de 1907 Joaquim Meira e Sousa foi a julgamento responder pelos artigos: “Preparemos a revolução”, “Avante pela revolução”, “Venha a revolução”, “Em face da revolução” e “Processos novos” Vd. BNP, *1907: no advento da República: mostra bibliográfica* / Coord. Manuela Rêgo, Lisboa, BNP, 2007, p. 71.

Para o estudo da ligação intrínseca entre o jornalismo e o republicanismo (e o papel desempenhado pelo primeiro na propagação dos ideais republicanos) ver Maria Alice D. de A. Samara, *op. cit.*, pp. 171-178. Como veremos no decorrer deste trabalho os jornalistas estiveram representados enquanto candidatos a vereadores, na capital, em diferentes listas partidárias; alguns lograriam ser eleitos edis.

O aumento da repressão tinha-se estendido à administração local com a suspensão de algumas câmaras, designadamente a de Lisboa, por Decreto de 6 de Junho, sendo em substituição dos vereadores eleitos nomeada uma Comissão Administrativa, que tomou posse dois dias depois. A 15 de Outubro o Governo adiou as eleições municipais que deveriam ter lugar no mês seguinte. A luta entre os republicanos e os franquistas, que tinham D. Carlos como aliado, ficou ao rubro.

O PRP constituiu-se no bastião do nacionalismo e da democracia²³, conseguindo mesmo uma aproximação aos monárquicos dissidentes. Não podendo vencer pelo voto a via revolucionária parecia ser, para alguns, a única solução. Foi com o franquismo que surgiram os primeiros rebentamentos de bombas em Lisboa²⁴, organizados pela Carbonária, o exército civil secreto que teria um papel de relevo na implantação da República. Perante estes acontecimentos o rei escreveu a João Franco:

“Quantos aos anarquistas... não me admira que nestes momentos turvos alguns apareçam e alguma coisa tentem; mas para isso é que nós cá estamos e por certo *nem a ti nem a mim* será o medo que nos fará mudar de caminho.// Cada vez mais me convenço que o caminho que nos (sic) traçamos *é o bom*, para não dizer o único e portanto já sabes que me encontras ao teu lado e ao do Governo, por pensamentos, palavras e obras!”²⁵.

Esta forte aliança entre o monarca e o seu chefe do Ministério era visível para um número crescente de republicanos. O apelo às armas contra “**um devasso** [D. Carlos] e

²³ Fernando Catroga referiu que a soberania popular apresentada como sinónimo da soberania nacional foi um dos temas mais importantes da propaganda republicana; João B. Serra escreveu sobre “casamento” (“acasalamento”, Catroga) entre a Democracia e o Nacionalismo. Cf. Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, [1991], 3.ª ed. Alfragide, Casa das Letras, 2010, pp. 165-168; João B. Serra, “Depoimento: o republicanismo entre o ideal e a realidade”, in *A República ontem e hoje: III curso livre de História Contemporânea* / Org. Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea; Coord. cient. António Reis, Lisboa, Edições Colibri /FMS/IHC-FCSH-UNL, 2002, pp. 41-44.

Mais recentemente, Maria Alice Samara, salientou que foi a partir de 1908 que o discurso republicano associou a palavra “democracia” ao republicanismo, pois: “Os republicanos eram aqueles que poderiam trazer a democracia, por oposição a uma monarquia que aparecia cada vez mais associada com o antigo, com o que era reacionário, com a ditadura e mesmo com o absolutismo”, in Maria Alice D. de A. Samara, *op. cit.*, pp. 30-31.

²⁴ A in experiência dos bombistas fez com que algumas bombas rebentassem acidentalmente quando estavam a prepará-las. A primeira explosão teve lugar a 6 de Agosto de 1907, na residência de Manuel Vaz Rebordão, na rua de Santo António à Estrela, n.º 17; e, no dia 17 de Novembro, na rua do Carrião, em que morreram Gonçalves Lopes, médico, mais um comerciante e um electricista, no quarto alugado do escritor Aquilino Ribeiro, que saiu ileso da explosão. Ver António Ventura, *A carbonária em Portugal, 1897-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 87-88; e Aquilino Ribeiro, *Um escritor confessa-se*, [1972] / Pref. Mário Soares, Lisboa, Bertrand Editora, 2008, pp. 187-192.

²⁵ Carta de 8 de Agosto de 1907. In João Franco Castello-Branco, *Cartas d’El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu último presidente do conselho*, [1924] / Pref. Rui Ramos, Lisboa, Bertrand Editora, 2006, p. 154.

um doido” [João Franco] apareceu num panfleto dirigido ao povo português: “CIDADÃOS, proclamemos a República, o Governo do povo pelo povo!// CIDADÃOS, às armas pela Liberdade!”²⁶.

Uma sucessão de acontecimentos iria precipitar a situação periclitante em que se encontrava a Monarquia. No dia 22 de Janeiro de 1908 João Chagas (1863-1925) e França Borges (1871-1915), foram presos por suspeita de conspirarem contra as instituições. No dia 25 o Ministério proibiu a reunião eleitoral marcada para o Centro de S. Carlos; igualmente neste dia, Luz de Almeida (1867-1939), Grão-mestre e fundador da Carbonária Portuguesa²⁷, foi detido no Largo da Estrela e enviado para a cadeia das Mónicas. A 26 do mesmo mês, seria a vez do grande caudilho republicano António José de Almeida (1866-1929) ser preso. Apesar destes encarceramentos a 28 de Janeiro deu-se uma tentativa de golpe revolucionário para derrubar a Monarquia que contou com uma aliança entre o PRP e outras forças, como sejam os monárquicos Dissidentes Progressistas de José Maria de Alpoim (1858-1916) e a Carbonária. O movimento chegou a vir para a rua, mas sem êxito. Uma denúncia originou a prisão dos principais chefes da revolta: Afonso Costa (1871-1937), o Visconde da Ribeira Brava (1852-1918), Egas Moniz (1874-1955) e o tenente Álvaro Poppe (1879-1972) foram detidos no elevador da Biblioteca (já desaparecido).

O Decreto de 31 de Janeiro de 1908 foi a solução de João Franco para o movimento revolucionário fracassado. Esta lei, ao permitir a deportação para África ou Timor, sem julgamento do acusado, e que retirava a imunidade parlamentar aos que a possuíam, apenas por vontade do Governo, fazia temer que esse fosse o destino dos republicanos recentemente presos, que eram figuras dilectas do republicanismo português. Com a família real em Vila Viçosa, onde o rei tinha assinado o decreto, os boatos em Lisboa sobre atentados ao chefe do Ministério e até ao monarca circulavam a grande velocidade, deixando no ar um ambiente carregado e frenético.

No dia 1 de Fevereiro D. Carlos, D. Amélia (1865-1951) e D. Luís Filipe (1887-1908) regressaram à capital. Contra o que seria sensato, o rei, a rainha e os filhos viajaram juntos num landau descoberto, a caminho do Paço das Necessidades. Quando a carruagem ia a entrar na rua do Arsenal ouviram-se tiros. O rei caiu morto, o príncipe

²⁶ “Ao Povo Portuguez”. [Cartaz]. [Janeiro de 1908]. Fundação Mário Soares.

²⁷ Sobre este tema ver António Ventura, *op. cit.*, e do mesmo autor *A carbonária em Portugal*, [Lisboa], Biblioteca-Museu República e Resistência, 1999; assim como José Maria Nunes, *A bomba explosiva*, [1912], ed. fac-símile / Introd. António Ventura, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

real veio a falecer no Arsenal, e o infante D. Manuel (1889-1932) foi ferido com pouca gravidade. O regicídio tinha sido perpetrado com êxito. Os monárquicos acusaram os republicanos do delito, que estes sempre negaram, nunca tendo sido apresentadas provas em contrário. Segundo Aquilino Ribeiro (1885-1963), o alvo a abater era João Franco, mas não o tendo encontrado, sem planeamento e numa decisão de recurso, a sede de vingança dos regicidas voltou-se para a família real²⁸. Que este foi um acto espontâneo parece ficar comprovado pelo facto dos republicanos não terem um plano para um golpe revolucionário de tomada do poder, essa tentativa tinha saído gorada em 28 de Janeiro. O processo do inquérito acabou por desaparecer ainda na vigência da Monarquia²⁹.

Nos dias seguintes a cidade de Lisboa, como referiu Rocha Martins, estava “possuída de um terror estranho filiado nalguma coisa de alucinante”³⁰. Os republicanos temeram novas perseguições e prisões, os monarquistas julgaram que era o fim do regime. Para aquietar os ânimos os republicanos capturados, antes e durante o 28 de Janeiro, foram libertados. Nos dias dos funerais régios, algumas pessoas assistiram à sua passagem pelas ruas, mas sem reverência ou saudades³¹. No dia seguinte ao regicídio os caixeiros da capital tinham envergado gravatas vermelhas³²; e passados poucos dias nas montras das lojas começaram a aparecer os retratos dos regicidas, Alfredo Luís da Costa (1883-1908) e Manuel Buíça (1876-1908), o diário republicano *O Mundo* abriu uma subscrição a favor dos filhos do Buíça; circularam panfletos com quadras injuriosas para os defuntos³³; venderam-se postais ilustrados com as suas fotografias; e, a Associação do Registo Civil promoveu uma peregrinação de

²⁸ Aquilino Ribeiro, *op. cit.*, pp. 269-270.

²⁹ Joaquim Romero Magalhães, *op. cit.*, p. 155.

³⁰ Rocha Martins, *D. Manuel II: História do seu reinado e da implantação da República*, s.l., ed. do autor, 1931, p. 23.

³¹ *Memórias do sexto Marquês do Lavradio*, 2.^a ed., Lisboa, Ática, 1993, p. 108. Citado por Joaquim Romero Magalhães, *Ibidem*, p. 165.

³² Alguns contemporâneos (1909) qualificavam o republicanismo de “caixeirismo jacobino” o que patenteava o forte apoio da classe profissional dos lojistas e empregados de comércio ao ideal da República. Cf. Gomes dos Santos, *Os jacobinos: panfletos de crítica política e social*, Porto, s.n., 1909, pp. 12-13, *Apud* Fernando Catroga, *O republicanismo...*, p. 72.

Ainda sobre o alinhamento político dos lojistas da capital vejam-se a tese de doutoramento de Daniel Ribeiro Alves, *A República atrás do balcão: os lojistas de Lisboa na fase final da Monarquia (1870-1910)*, Lisboa, FCSH-UNL, 2010; e Daniel Alves, “Lisboa em 1908: um mundo de pequenas lojas”, in Colóquio Nacional Lisboa e a República, Lisboa, 2008, *Lisboa e a República...*, pp. 183-205; Idem, “Entre o balcão e a política: os lojistas de Lisboa e o republicanismo”. *Ler História*, n.º 59 (2010), pp. 101-123.

³³ Maria Cândida Proença, “As eleições para a Câmara Municipal de Lisboa em 1908”, p. 73.

homenagem às suas sepulturas, no cemitério do Alto de S. João, à qual compareceram cerca de 22.000 pessoas³⁴.

A apresentação da demissão de João Franco, no Conselho de Estado, do dia 2 de Fevereiro, seguida da sua partida forçada para o exílio, três dias depois – por ordem do Governo do Almirante Ferreira do Amaral (1844-1923), que tinha tomado posse a 4 de Fevereiro –, pareceu a melhor forma de acalmar os ânimos mais exasperados dos monárquicos, que o culpavam da morte do rei, e dos republicanos que o viam como mentor de uma política ditatorial que tão ferozmente os tinha perseguido. O novo Ministério que se dizia de acalmação, nomeado pelo jovem e inexperiente rei D. Manuel II, introduziu medidas que anularam os actos do franquismo, o que foi do agrado de muitos: a 5 de Fevereiro foram revogados os decretos de censura prévia da imprensa periódica, assim como o odioso diploma de 31 de Janeiro e foram libertados os presos políticos; no dia 12 foi decretada uma amnistia geral para os marinheiros deportados, pelas insubordinações a bordo dos navios nos dias 8 e 13 de Abril de 1906³⁵; e, num gesto de normalização da vida política, a 20 deste mês, a vereação lisbonense anteriormente eleita substituiu a Comissão Administrativa, retomando a gerência municipal.

O Conselho de Estado agendou as eleições gerais para a Câmara dos Deputados para o dia 5 de Abril. A propaganda começou de imediato, sucederam-se por todo o país os comícios republicanos³⁶; aí denunciaram-se os escândalos da Monarquia, com destaque para os adiantamentos e aumento da Lista Civil, apresentando-se os políticos republicanos rectos e impolutos, futuros obreiros de uma política em defesa do interesse nacional, consagrada pela República. A plêiade de candidatos a deputados integrava Afonso Costa, Alexandre Braga (1871-1921), António José de Almeida, António Aresta Branco (1862-1952), Augusto de Vasconcelos (1867-1951), Bettencourt Raposo (1853-1937), João de Meneses (1868-1918), José Relvas (1858-1929), Teófilo Braga (1843-1924) e Teixeira de Queirós (1849-1919), que nos cartazes³⁷ de propaganda eram

³⁴ Joaquim Romero Magalhães, *Ibid.*, p. 162.

³⁵ Ver Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008, p. 43.

³⁶ Sobre a importância dos comícios na transmissão do ideário republicano e do papel da oralidade na inclusão da participação das “massas” na vida política veja-se Maria Alice D. de A. Samara, *op. cit.*, pp. 196-204.

³⁷ Os cartazes políticos da Primeira República também foram usados como panfletos ou folhas volantes, e a sua afixação no espaço público coexistiu com a inscrição de sinais, frases e *slogans* nas paredes da urbe. Sobre esta temática veja-se Maria Alice Samara; Tiago Baptista, *Os cartazes na Primeira República*, Lisboa, Tinta da China, 2010, em especial, pp. 23-72.

apresentados como “homens honrados e sem mancha!”, representando a “**fé**, a **justiça** e a **dedicação** pelas cousas portuguesas”; mais, eram “os semeadores duma seara luminosa de Liberdade, de Justiça e de Ordem”³⁸, o apelo aos eleitores era heróico: “*À urna pelos homens honestos! À urna pelos deputados do povo! À urna pela República!*”, numa fase da vida nacional em que o “momento é grave, mas a luta não é sangrenta, é uma luta lealíssima, a luta das consciências honestas contra as prevaricadas”³⁹. Como realçou Alice Samara, no *tempo da propaganda* o discurso republicano assumiu uma ideia de República com uma conexão de salvação nacional; além disso, “Os republicanos eram homens de fé. Pregavam o Evangelho sublime dos Direitos do Homem e a sua missão era um verdadeiro apostolado”. Esta autora observou que a utilização de expressões cristãs deve entender-se como uma aproximação a um eleitorado pouco habituado a discursos políticos⁴⁰.

No dia do sufrágio à batalha da urna juntou-se a da “rua” nos confrontos ocorridos entre republicanos e a guarda municipal, no bairro operário de Alcântara e na igreja de S. Domingos. Neste último local o acareamento resultou em catorze mortos e numa centena de feridos. As primeiras eleições do novo reinado tinham ocorrido sob o signo dos tumultos e do terror, nada que fosse inusitado na ida às urnas. O apuramento eleitoral traduziu-se na eleição de 7 deputados republicanos (4 por Lisboa, 2 por Setúbal e 1 por Beja), uma grande vitória para o PRP, que conseguiu em Lisboa 53,5 por cento dos votos expressos⁴¹. A acção demolidora destes deputados em torno dos adiantamentos, repercutida na imprensa republicana e no grande comício republicano (cerca de 60.000 participantes) que se realizou para esclarecimentos sobre este assunto, em 28 de Junho, na avenida D. Amélia (actual Almirante Reis) revelar-se-ia decisiva para a propaganda e crescimento do Partido Republicano.

Ainda em Abril de 1908 tinha sido ensaiado um pacto de regime pacificador, entre republicanos e monárquicos, que embora aceite inicialmente por D. Manuel II viria a ser abortado, em 19 de Junho, quando foi aprovado o Discurso da Coroa que não

³⁸ Cf. “Aos eleitores da freguesia de Santa Engracia”. [Cartaz]. [Abril de 1908]. Fundação Mário Soares; e “Cidadão”. [Cartaz]. [Abril de 1908]. Fundação Mário Soares.

³⁹ “Aos eleitores d’alcântara”. [Cartaz]. [Abril de 1908]. Fundação Mário Soares.

⁴⁰ Maria Alice D. de A. Samara, *As Repúblicas da República...*, p. 30.

⁴¹ António Reis, “O centenário da eleição da primeira vereação republicana em Lisboa, 1908-2008”, in Lisboa. Câmara Municipal, *À urna pela lista republicana...*, p. 19.

contemplou as reivindicações de Afonso Costa⁴². Neste mês, no VII Congresso do PRP, em Coimbra, o partido demonstrou que a sua força e prestígio eram incontestáveis, estando assentes no reconhecido mérito dos seus dirigentes e na sua organização local (se bem que essencialmente um fenómeno dos grandes centros urbanos), patente nos centros republicanos⁴³, na instrução, nas manifestações, conferências e “excursões cívicas”. Porém, era urgente que os republicanos fossem considerados como uma alternativa para a futura governança do país.

Neste Congresso foi engendrada uma estratégia para reclamar a convocação de eleições municipais, pois os republicanos entendiam que o “assalto” ao poder passava pela conquista dos municípios⁴⁴. Para Luís Farinha esta tática de exigir a marcação de eleições administrativas ficou clara a partir deste evento e cumpria três objectivos: 1) as eleições municipais e paroquiais trariam a “republicanização” de Lisboa e outras cidades; 2) com a realização de eleições entraria em acção a “máquina” da propaganda eleitoral republicana (comícios, excursões eleitorais, fundação de novos centros republicanos, etc.) essencial para o crescimento do PRP, assacando votos à “rua” socialista, anarquista e sindicalista; 3) a conquista do município da capital seria determinante para que os republicanos fossem uma alternativa de Governo⁴⁵.

A 26 de Julho, domingo, no comício sobre as liberdades municipais, em que participaram cerca de 15.000 pessoas (monárquicos descontentes, republicanos, socialistas e anarquistas⁴⁶) promovido pela Liga dos Interesses Públicos – presidido pelo

⁴² Um mês antes, no Parlamento, Afonso Costa tinha enunciado as reivindicações republicanas para o Pacto. Sobre este tema ver Jorge Morais, *Os últimos dias da Monarquia, 1908-1910: da esperança de tréguas à instauração da República* / Pref. António Reis, Sintra, Zéfiro, 2009.

⁴³ Estes centros republicanos eram o esteio da discussão e da sociabilidade política republicana, verdadeiros locais de aprendizagem política e de cidadania cívica. Cf. Maria Alice D. de A. Samara, *op. cit.*, pp. 125-128.

⁴⁴ A ala moderada, que acreditava numa chegada pacífica e eleitoral ao poder, dominou o Congresso de Coimbra. No ano seguinte, no Congresso de Setúbal venceriam os radicais; que reforçariam o seu poder no Congresso do Porto, de Abril de 1910. A “Comissão de Resistência” da Maçonaria, criada na reunião de 14 de Junho de 1910, no Grande Oriente (rua do Grémio Lusitano), foi determinante para a preparação do 5 de Outubro. Sobre esta temática veja-se *A Maçonaria e a implantação da República* / Coord. Alfredo Caldeira; António Lopes, Lisboa, Grémio Lusitano/Fundação Mário Soares, 2009.

⁴⁵ Luís Farinha, “«Fora que é thalassa!»: da «semana trágica» às eleições municipais de Novembro”, in Colóquio Nacional Lisboa e a República, Lisboa, 2008, *Lisboa e a República...*, p. 52.

Se bem que a via ordeira fosse dominante entre os delegados deste Congresso, como estes anteviam que por processos eleitorais não atingiriam o Poder foi decidido que era necessário estabelecer contactos com países “amigos” para que se tornassem aliados do PRP. Cf. *Ibidem*, p. 51.

⁴⁶ Anarquistas. O primeiro manifesto anarquista publicado, *Declaração de princípios do grupo comunista-anarquista, em Lisboa* (1887), declarava que este grupo era apolítico e que rejeitava “a legalidade dos meios de acção quer das agitações eleitorais, quer das instituições parlamentares”. Além de, entre outros objectivos libertários, pretenderem “acelerar a decomposição política e económica dos estados preconizando a abstenção à urna, a deserção da caserna, a greve violenta e a propaganda ilegal”,

antigo Par do Reino Anselmo Braamcamp Freire e no qual participaram grandes tribunos republicanos – foi aclamada a República e aprovada, por ovação, uma petição ao Parlamento pedindo a convocação de eleições administrativas, onde se lia:

“Chegou a sua vez de dizer basta a tanta ilegalidade e a tanto impudor e por isso o povo desta cidade, em imponente comício publico, reclama a imediata eleição da câmara de Lisboa; (...). Pede-se pouco: reclama-se apenas justiça. O ideal do povo neste momento cifra-se em duas palavras: Lei e Liberdade”⁴⁷.



Imagem 1 – Comício republicano na Avenida D. Amélia para apresentar ao Governo a urgência das eleições municipais em Lisboa / 26-07-1908 / AML/AF – JBN000434.

Ainda neste comício, que muitos oradores designaram de extra-partidário, António José de Almeida fez questão de declarar-se “republicano e revolucionário”, relembrando que desde a sua fundação o PRP se interessou pelo municipalismo, pela autonomia municipal e descentralização⁴⁸. Seria este o ponto de partida para uma acção de propaganda para a tomada dos concelhos e reivindicação das liberdades municipais⁴⁹. No seu conjunto esta campanha republicana foi determinante para a “deslegitimação” da Monarquia e para a defesa e convicção da instauração da República como solução para

tendo em vista a Revolução Social. Cf. Francisco Trindade Coelho, *Manual político do cidadão português*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906, pp. 648-649.

⁴⁷ “Os comícios de ontem em Lisboa...”. *Diário de Notícias*, 27-07-1908, p. 1.

⁴⁸ A temática da descentralização e da importância do município foi objecto de variadas concepções e defensores desde o Liberalismo. A apologia da descentralização, a partir de 1870, consolidou-se e viu-se confirmada, como escreveu Catroga, nos programas nascidos do movimento republicano. Ver Fernando Catroga, “Natureza e história na fundamentação do municipalismo: da revolução liberal ao Estado Novo: uma síntese”, in AA.VV, *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, FLUP, 2004, pp. 407-420. Com a implantação da República as reformas administrativas e a autonomia municipal ficaram aquém do prometido pelos republicanos no *tempo da propaganda*. Veja-se os estudos de João B. Serra, “Os poderes locais: administração e política...”, pp. 264-280 e “O estado liberal e os municípios: finais do século XIX e primeiro quartel do século XX”, in Luís N. Espinha da Silveira (Coord.), *Poder central, poder regional, poder local*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 101-112.

⁴⁹ “A câmara municipal”, in *História da República*, p. 464.

todos os males do país. As adesões de personalidades ao Partido Republicano sucediam-se, sendo diariamente comunicadas nos jornais republicanos *A Luta*, *O Mundo* e a *Vanguarda*.

O acto de viragem e de arranque da conquista da Câmara de Lisboa ficaria indelevelmente consumado pela marcação de eleições, para o mês de Novembro de 1908. O chefe do Governo, Ferreira do Amaral, tinha assumido o compromisso com os dissidentes monárquicos e com os republicanos de convocar as eleições administrativas para este mês, conforme exigia a lei, se bem que alguns monarquistas contestassem a legalidade do acto, pois o Parlamento tinha encerrado sem se pronunciar sobre o acto ditatorial de supressão das eleições municipais de Outubro de 1907. O chefe do Partido Progressista, José Luciano de Castro (1834-1914) apoiou Ferreira do Amaral pois temia que a demissão do Governo levasse à formação de um Ministério regenerador; chegando a escrever a D. Manuel II:

“quem governava no município era o ministério do reino e que os republicanos não fariam coisa alguma de jeito na edilidade e só conseguiriam desacreditar-se. Já tivemos republicanos na Câmara de Lisboa e um presidente republicano, que era o Elias Garcia, e daí não veio grande mal à Monarquia”⁵⁰.

A tutela administrativa da Câmara era, aliás, um facto criticado quer nos jornais monárquicos quer nos republicanos como, por exemplo, na *Luta*: “Lisboa é hoje a única das capitais da Europa à qual não é reconhecida capacidade administrativa. O município é, a bem dizer, uma simples delegação do ministério do reino, sem liberdade de acção, quase sem recursos”⁵¹; contudo, apesar destas críticas, para muitos, a vitória dos republicanos na capital, inspirava medo. O conselheiro Júlio de Vilhena (1845-1928), chefe do Partido Regenerador, prognosticou que “se os republicanos entrarem na Câmara (...) a administração das juntas de paróquia será conquistada facilmente. Virá a república”⁵²; para obstar a esse perigo, chegou a propor ao rei um artil para a eleição municipal: três dos onze vereadores seriam eleitos pela Câmara do Deputados, o presidente do município, por lei, era nomeado pelo Governo, os restantes sete eram do sufrágio do município, quatro para as maiorias e três para as minorias⁵³. Com este

⁵⁰ Carta de Luciano de Castro ao rei, de 13 de Setembro de 1908. Citado por Maria Cândida Proença, *D. Manuel II...*, p. 59.

⁵¹ “Eleição de Lisboa”. *A Luta*, 4-10-1908, p. 1.

⁵² Rocha Martins, *D. Manuel II...*, p. 121.

⁵³ Esta proposta é tanto mais bizarra quanto para a eleição dos corpos administrativos não estava consagrada a eleição de minorias. O Código Administrativo de 1896 estipulava que o sistema de

estratagemas o concelho de Lisboa ficaria continuamente monárquico, e os republicanos ainda que vencessem seriam afastados do poder. O artifício comportava tamanho cinismo que foi criticado pelos monárquicos, temendo as reacções que poderia provocar um sistema eleitoral criado para afastar o PRP da gerência municipal da capital.

Nas eleições municipais de 1908 vigorava o Decreto Eleitoral de 8 de Agosto de 1901, que tinha sido denominado por João Franco de “ignóbil porcarias”⁵⁴, segundo o qual para a Câmara Municipal de Lisboa se elegiam quinze vereadores efectivos e respectivos substitutos, dividindo-se o concelho em três círculos eleitorais⁵⁵, que já tinham sido anteriormente fixados pelo Decreto de 11 de Outubro de 1899⁵⁶. Porém, esta Lei de 1901 foi alterada, no que dizia respeito ao município da capital, pelo Decreto de 2 de Setembro do mesmo ano que reduziu o número de edis para onze (artigo 1.º) estipulando que seriam eleitos quatro efectivos e quatro substitutos pelo 1.º e 2.º círculos e três efectivos e respectivos substitutos pelo 3.º círculo; mantendo, deste modo, a divisão de Lisboa nos três círculos eleitorais⁵⁷, sem representação de minorias.

Estes círculos compreendiam as seguintes assembleias eleitorais: *1.º círculo*: Anjos, Beato, Campo Grande, Lumiar (incluía Ameixoeira e Charneca), Madalena, Olivais, Pena, S. Jorge de Arroios, S. José, S. Vicente, Santiago e Castelo, Santo André, Sé e S. Cristóvão, Santo Estevão e S. Miguel, Santa Engrácia, e Socorro; *2.º círculo*:

escrutínio para as eleições locais era o maioritário (Cap. III, art.º 219 § 2.º). Cf. *Código administrativo aprovado por carta de lei de 4 de Maio de 1896...*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 94.

⁵⁴ Foi o último decreto eleitoral publicado pela Monarquia, da autoria de Hintze Ribeiro, que repôs a divisão em círculos plurinominais do Decreto de 1895. Foi assegurada a representação das minorias para as eleições de deputados. Este decreto foi crucial para as eleições em Lisboa para a qual consagrou um duplo objectivo: 1) pela instituição de dois círculos plurinominais na cidade que abarcavam os concelhos limítrofes até Vila Franca de Xira, Torres Vedras e Cascais, visou diluir os votos republicanos impedindo a eleição de deputados republicanos (a estratégia revelou-se eficaz, pois nas eleições de Outubro de 1901, apesar de ter uma grande votação nas assembleias eleitorais da capital o PRP não elegeu nenhum deputado); 2) através da instituição dos círculos plurinominais pretendeu travar o crescimento eleitoral do partido de João Franco. Sobre este assunto ver José Manuel Sobral; Pedro G. Tavares de Almeida, “Caciquismo e política: reflexões em torno das eleições de 1901”. *Análise Social*, Vol. XVIII, n.º 72-73-74 (1982), pp. 651-652; Pedro Tavares de Almeida, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”. *Ibidem*, Vol. XXI, n.º 85 (1985-1.º), pp. 127-128 e Idem, *Nos bastidores das eleições de 1881 e 1901*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

⁵⁵ Lei de 8 de Agosto de 1901. *Diário do Governo*, n.º 178, de 12 de Agosto de 1901, p. 2154.

Durante a Monarquia Constitucional foi por vezes usada a demarcação política planeada dos círculos eleitorais (o seu alargamento ou redução geográfica), por forma a engendrar o resultado do sufrágio, modificando as oportunidades dos partidos ou candidatos. É o fenómeno de distribuição de círculos eleitorais conhecido por *salamandra* ou *gerrymandering* ou ainda *decoupage*. Cf. Maria Antonieta Cruz, “Eleições no Porto e em Gondomar: da Monarquia para a República”. *Revista da Faculdade de Letras: História*, III Série, Vol. 8 (2007), p. 460 e segs.

⁵⁶ Este decreto também tinha definido a composição da Câmara de Lisboa em dezassete vereadores efectivos e igual número de substitutos (artigo 1.º). Ver Decreto de 11 de Outubro de 1899. *Diário do Governo*, n.º 231, de 12 de Outubro de 1899, p. 2629.

⁵⁷ Decreto de 2 de Setembro de 1901. *Diário do Governo*, n.º 201, de 9 de Setembro de 1901, p. 2425.

Coração de Jesus, Encarnação, Mártires, Mercês, S. Julião, S. Mamede, S. Paulo, S. Sebastião da Pedreira, Conceição Nova e Sacramento, Santa Catarina, Santa Justa e S. Nicolau, Santa Isabel e Dores (designação da ermida onde funcionou a 2.^a secção da assembleia de Santa Isabel); 3.^o círculo: Ajuda, Alcântara, Belém, Benfica e Carnide, Lapa, e Santos-o-Velho. Esta divisão por círculos eleitorais (que não correspondiam à divisão administrativa de Lisboa, constituída por quatro Bairros)⁵⁸ era um ardil para garantir a eleição dos candidatos do Governo “com as votações de algumas assembleias onde havia chapeladas”, como denunciava um jornal na época que, ao mesmo tempo, advertia: “as chapeladas em Lisboa acabaram de vez, e só quem pretendesse provocar acontecimentos gravíssimos se lembraria de as ressuscitar”⁵⁹. Os candidatos a edis deveriam estar recenseados como eleitores numa freguesia do círculo por onde eram propostos.

Pelo Decreto de 1901 eram eleitores os portugueses do sexo masculino que residissem em Portugal, com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever ou que fossem tributados em mais de 500 réis em contribuições directas ao Estado, numa combinação entre requisitos capacitários e censitários. Os trabalhadores que na sua esmagadora maioria não sabiam ler e escrever e eram colectados indirectamente não tinham direito de voto. O recenseamento não era obrigatório – se bem que fosse automático para os que pagavam contribuições fiscais superiores a 500 réis – por isso não é surpreendente que numa população de 413.713 habitantes⁶⁰ em Lisboa, para as eleições municipais de 1908 estivessem apenas recenseados 40.519 eleitores⁶¹, representando 9,8 por cento da população da cidade.

O recenseamento, revisto e actualizado anualmente, era da responsabilidade dos secretários da administração de cada bairro de Lisboa, apoiados pelos regedores e

⁵⁸ Os Bairros Administrativos compreendiam as seguintes freguesias: 1.^o Bairro (Santa Engrácia, S. Vicente, Santo André, Santo Estêvão, Sé, S. João da Praça, S. Miguel, Santiago, Santa Cruz do Castelo, S. Cristóvão, S. Lourenço, Anjos, Socorro, Beato e Olivais); 2.^o Bairro (Madalena, S. Nicolau, Encarnação, Pena, S. Julião, Mártires, Conceição Nova, Sacramento, Santa Justa, S. José e S. Jorge de Arroios); 3.^o Bairro (Santa Catarina, S. Paulo, Mercês, S. Mamede, S. Sebastião da Pedreira, Coração de Jesus, Campo Grande, Lumiar, Carnide e Ameixoeira) e 4.^o Bairro (Santos-o-Velho, Alcântara, Lapa, Santa Isabel, Belém e Ajuda). Ver “Lisboa”, in *Anuário comercial de Portugal*, [Lisboa: s.n, 1908], p. 43.

⁵⁹ “Eleição de Lisboa”. *A Luta*, 4-10-1908, p. 1.

⁶⁰ Valor calculado retirado de Portugal.MF.DGE, *Censo eleitoral da cidade de Lisboa...*, p. 5.

⁶¹ Na eleição de Deputados, de 5 de Abril de 1908, o número de recenseados tinha sido de 38.745 (*Ibidem*, p. 40), ou seja, foi inferior em 1.774 eleitores.

Cumpre-nos ressaltar que no *Censo eleitoral da cidade de Lisboa* (p. 57) o número de recenseados indicados para as eleições municipais é de 40.031, mas este valor foi por nós corrigido pela pesquisa efectuada nos cadernos de recenseamento de 1908, como veremos mais pormenorizadamente no Quadro 1 – Eleições municipais de 1908.

párocos, sob a fiscalização do administrador do bairro; como salientou Trindade Coelho (1861-1908), estava nas mãos dos agentes do Governo⁶². Como já expusemos, para além dos inscritos automaticamente a partir das fontes fiscais, também os ministérios forneciam os dados dos funcionários públicos; quanto aos restantes, a maioria, teria de comprovar que era alfabetizado e apresentar um requerimento reconhecido pelo pároco, o que nem sempre era tarefa acessível⁶³. Era prática comum, os ministérios inscreverem no recenseamento os funcionários públicos de sua confiança; e os regedores e párocos não passarem atestados às pessoas que residissem nas suas paróquias e não perfilhassem a sua cor política.

Em Lisboa e noutros grandes centros urbanos era mais difícil cometer irregularidades, mas apesar da vigilância dos republicanos, que denunciavam nos periódicos da época os embargos e anomalias cometidas, como sarcasticamente constatou o republicano João de Meneses, em 1906, “um cidadão (...) tem mais dificuldades em ser recenseado do que em ser ministro, conselheiro ou visconde”⁶⁴. Conquanto esta realidade a imprensa republicana instou os lisboetas a recensearem-se, numa campanha que teve início em 1905 quando as comissões republicanas enviaram a todos os habitantes boletins de inscrição para o recenseamento eleitoral, independentemente das suas opções políticas, para que todos usufruíssem do seu direito de voto⁶⁵. Nas eleições administrativas de 1908 também se fizeram apelos nestes jornais para que o povo de Lisboa se recenseasse, por exemplo, por forma a facilitar esse acto a Comissão Republicana dos Anjos tratava dos trâmites obrigatórios ao recenseamento de quantos tivessem os requisitos necessários, segundo se noticiou na época⁶⁶.

O secretário da câmara municipal deveria enviar dois cadernos eleitorais, cópias fiéis do livro de recenseamento original em vigor (um por cada Bairro da capital), ao

⁶² Francisco Trindade Coelho, *op. cit.*, p. 466.

⁶³ A residência e o domicílio político poderiam ser diferentes no caso de o eleitor requerer a sua inscrição na freguesia onde fosse colectado para efeitos fiscais (contribuições predial, industrial ou sumptuária). Vd. Lisboa. Câmara Municipal, *A urna pela lista republicana...*, p. 195 (nota de rodapé).

⁶⁴ F. Trindade Coelho, *Ibidem*, p. 473.

Em 1908, João de Meneses chegaria a propor as bases de uma nova lei eleitoral, assente nos seguintes pontos: 1) sufrágio universal; 2) elegibilidade de todos os eleitores; 3) representação proporcional nas cidades de população superior a 100 mil habitantes; 4) inscrição obrigatória nos cadernos eleitorais e carta de eleitor exigível nos actos civis; 5) recursos sobre o recenseamento julgados em audiência pública; 6) candidaturas apresentadas por certo número de eleitores e publicadas 15 dias antes das eleições; 7) nomeação de delegados dos candidatos de cada uma das listas nas operações eleitorais; 8) secções de voto organizadas com número máximo de eleitores previstos por lei; 9) garantias do eleitorado consignadas por lei especial; Cf. João de Meneses, “Reforma eleitoral”. *A Luta*, 24-10-1908, p. 1.

⁶⁵ F. Trindade Coelho, *Ibid.*, p. 467.

Este *Manual* apresentava várias minutas para recenseamento (pp. 471-473).

⁶⁶ Ver *A Luta*, 23-10-1908, p. 2.

presidente de cada assembleia eleitoral, pelo menos dois dias antes do domingo em que tivesse lugar o acto eleitoral⁶⁷. Para este sufrágio estes cadernos tardaram em ficar concluídos, o que originou a indignação d’*A Luta*:

“Pouco mais de três semanas faltam para se realizarem as eleições municipais, e não há maneira de se obter um recenseamento! Estão a copiar na câmara os que devem ser mandados para as mesas, e como não há pessoal bastante quem quiser um recenseamento não o obtém ainda que o pague. Fantástico país!”⁶⁸.

No dia 26 de Outubro de 1908, seis dias antes do acto eleitoral, *O Mundo* publicitou os locais onde se podiam consultar os cadernos de recenseamento. Na véspera do sufrágio, a imprensa periódica republicana ainda divulgava estes locais de consulta, onde os eleitores também poderiam pedir as listas de candidatos republicanos à vereação⁶⁹. Tinham decorrido trinta dias desde que fora assinado o decreto que convocava as eleições municipais, depois d’*O Mundo*, ter anunciado em primeira-mão, no dia 29 de Setembro, que este estava pronto para assinar pelo rei.

Na época o *tempo de eleição* era o espaço temporal que decorria entre a assinatura da lei que convocava os colégios eleitorais e a conclusão do apuramento⁷⁰. Desta forma, para esta votação este *tempo* iniciou-se em 1 de Outubro e, logo no dia 5, a Comissão Municipal do Partido Republicano reuniu pela primeira vez, para preparar os trabalhos da eleição camarária, pois a lista dos candidatos à edilidade teria de ser aprovada pelas comissões paroquiais republicanas, que detinham um voto deliberativo⁷¹. Cinco dias depois, publicou-se uma convocatória para uma reunião, dirigida a estas comissões, para a apresentação da lista dos vereadores⁷²; após várias reuniões, no dia 15 de Outubro, eram anunciados os candidatos na primeira página d’*O Mundo*.

A propaganda eleitoral na imprensa republicana tinha-se iniciado logo no dia 2 de Outubro. Os principais assuntos em debate foram: 1) A tutela administrativa do município de Lisboa; 2) A reforma da lei eleitoral; 3) A posição do Governo e dos partidos monárquicos perante as eleições. Começando pelo primeiro tema defendiam que a tutela administrativa da câmara, tornava o município lisboeta numa “unidade

⁶⁷ Artur Gonçalves, *Guia eleitoral*, Lisboa, Ferreira & Oliveira, Lda. Editores, 1906, p. 18.

⁶⁸ “País único!”. *A Luta*, 7-10-1908, p. 1.

⁶⁹ Ver *Diário de Notícias*, 31-10-1908, p. 1; *O Século*, 31-10-1908, p. 2.

⁷⁰ Artur Gonçalves, *op. cit.*, p. 13.

⁷¹ Ver *O Mundo*, 6-10-1908, p. 1.

⁷² *O Mundo*, 10-10-1908, p. 1.

burocrática, a sua câmara uma delegação do ministério do reino”; mais, em comparação com as modernas capitais europeias Lisboa era “um burgo podre”⁷³. Dias antes, a propósito das eleições, tinha-se escrito que para além da falta de autonomia municipal, o município lisbonense estava “quase sem recursos, valendo menos pelos seus direitos do que os municípios da província”; além disso, as vereações eleitas eram trocadas por comissões administrativas⁷⁴, sendo urgente a mudança.

Estas acepções eram igualmente veiculadas pelos próprios monárquicos, como sucedeu na entrevista do conselheiro José Carlos Carvalho Pessoa, edil, publicada na primeira página d’*O Século*, onde para além das críticas denunciou que o Governo devia 900 contos de réis ao município⁷⁵; e, também no periódico legitimista, *A Nação*, se escreveu:

“*Aquilo* que se hospeda no palácio do Pelourinho não é o senado municipal; são os *títeres* do ministério do reino, e os serventuários dos directores gerais das repartições municipais. Vereação sem liberdade de acção, entravada por mil obstáculos, soprada por mil subtilezas, dominada pela secretaria-geral do ministério do reino, será tudo quanto quizerem, menos a representação do povo, destinada a tratar dos interesses da cidade, do seu progresso da sua actividade, etc. É uma delegacia subserviente do poder central; é uma contradição flagrante, é uma abdicação vergonhosa”⁷⁶.

Sobre a reforma eleitoral defendida pelos republicanos já nos referimos anteriormente. Quanto à posição do Ministério e dos monárquicos também já aflorámos esta problemática; tendo por base a ilegalidade do acto eleitoral a maioria dos monarquistas defendiam a renúncia. Contudo, alguns ainda pensaram em apresentar uma lista independente, “muito rotativa”⁷⁷, para disputar a eleição; outros acusaram Ferreira de Amaral de estar mancomunado com os republicanos, desinteressando-se do sufrágio⁷⁸. No dia 8 de Outubro o Ministério enviou aos governadores civis uma circular sobre as eleições administrativas onde manifestava a indiferença pelo escrutínio:

⁷³ João de Meneses, “Município de Lisboa”. *A Luta*, 7-10-1908, p. 1.

⁷⁴ “Eleição de Lisboa”. *A Luta*, 4-10-1908, p. 1.

De 1890 a 1908 tinham sido nomeadas sete comissões administrativas. Dados retirados de Lisboa. Câmara Municipal, *A evolução municipal de Lisboa...*, pp. 112-117.

⁷⁵ “Reforma do município de Lisboa”. *O Século*, 11-10-1908, p. 1.

⁷⁶ “Sempre é certo”. *A Nação*, 3-10-1908, p. 1.

⁷⁷ “Listas”. *A Luta*, 4-10-1908, p. 1.

⁷⁸ Como se escreveu ironicamente: “As *Novidades* atiram-se ao sr. Ferreira do Amaral, porque, segundo se diz, o Governo se desinteressa da eleição de Lisboa e não apresenta listas. Pois se ele está feito com os republicanos, como diabo há-de apresentar lista?”, in *A Luta*, 7-10-1908, p. 1.

“o Governo não tem candidatos à gerência distrital municipal ou paroquial em distrito, concelho ou paroquia alguma, e que o seu desejo será que a escolha recaia naqueles que, sem violências nem pressões e sem a menor intervenção das autoridades, conseguirem os votos dos seus conterrâneos”⁷⁹.

Tal posição mereceu críticas por parte d’*O Mundo* que viu nela uma manobra dos partidos monárquicos que sabiam não conseguir vencer na capital, perante o resultado das eleições gerais de Abril; e, igualmente, a desistência da ida às urnas serviria para comprometer Ferreira do Amaral, que se vira forçado a tomar esta decisão⁸⁰. Para *A Luta* esta circular era uma “habilidade” que se destinava ao público e não aos delegados governamentais (que organizavam o recenseamento e escrutínio eleitoral) e aos caciques locais (que “compravam” o voto), para este jornal poderia o Governo estar descansado que a “máquina eleitoral” estava “bem montada” e “o resultado das eleições municipais ou para deputados dependia, em regra, em quase todo o país, da presidência das mesas eleitorais” e as habituais chapeladas, com que o Ministério impunha ao eleitorado candidatos que este não queria, só eram impossíveis de realizar nos locais onde existia fiscalização do acto eleitoral⁸¹, ou seja, em Lisboa e nos grandes centros urbanos.

Do lado monárquico o *Novidades* acusou o Governo de cobardia política por “abandonar” a capital aos republicanos; mais cáustica, *A Nação* defendeu que a convocação deste escrutínio eleitoral tinha sido um choque para os partidos rotativos e acusou o Almirante de “zelo” pelos interesses republicanos. No próprio dia das eleições o monarquista *Diário Popular* lembrava os seus leitores que os “monárquicos não têm lista sua”, só lhes competindo a fiscalização do acto eleitoral⁸².

Assim, a luta política ficou confinada aos republicanos e ao Partido Socialista Português⁸³ que apresentou uma única lista, para os três círculos, constituída pelos

⁷⁹ “As eleições municipais: o governo abstém-se”. *Diário de Notícias*, 8-10-1908, p. 1.

⁸⁰ “Abstenção monárquica”. *O Mundo*, 8-10-1908, p. 1.

⁸¹ “Habilidades: o governo perante as urnas eleitorais”. *A Luta*, 9-10-1908, p. 1.

⁸² Cf. “A abstenção do governo”. *Novidades*, 8-10-1908, p. 1; “Sempre é certo”. *A Nação*, 3-10-1908, p. 1; “Eleição municipal”. *Diário Popular*, 1-11-1908, p. 1.

⁸³ Partido Socialista Português (PS). Fundado em 1875 era o outro partido não monárquico existente aquando do 5 de Outubro de 1910. Ao longo da década de 70 de oitocentos muitos trabalhadores aderiram ao seu ideário, mas a sua influência sentiu-se essencialmente nas zonas de concentração industrial de Lisboa, Porto, Marinha Grande e Covilhã. O seu programa, vigente em 1910, datava de 1895 e propunha a abolição do Estado e o estabelecimento da República Social (art.º 1.º). Durante a I República não conseguiu expandir-se. Em 1933 foi banido pelo Estado Novo. Cf. CAC, “Socialismo”, in António Barreto; Maria Filomena Mónica (Coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Vol. IX,

seguintes candidatos: efectivos – António Francisco Pereira (1864-1940), tipógrafo; António Pedro Muralha (1878-1946), tipógrafo e jornalista; José Fernandes Alves (1866-1931), tipógrafo e José Figueiredo; suplentes – António Tavares Pecegueiro, José Cardoso de Albuquerque, José Pereira Laginha e Maximiano Marques⁸⁴. Numa sessão de propaganda no Centro Socialista do 4.º Bairro, Pedro Muralha reconheceu que nenhum socialista seria eleito (relembremos, que não havia representação de minoria municipal); contudo, tal certeza não impediu Maximiano Marques de apresentar as linhas de força da acção dos socialistas para o município da capital: 1) fiscalização do pão, das questões da água e do gás, que municipalizariam; 2) reforma do código de posturas; 3) reforma da assistência municipal que, actualmente, só era atribuída aos que tivessem um bom intercessor⁸⁵.

No dia seguinte, no Centro Socialista do 1º Bairro, realizou-se uma conferência de propaganda eleitoral, às 9 horas da noite, sobre o programa municipalista deste partido⁸⁶. Este facto era desusado, pois como referiu Pedro Tavares de Almeida, o debate eleitoral “tinha um conteúdo pouco ideológico, prevalecendo as diatribes de natureza pessoal, a denúncia recíproca dos escândalos, as acusações contra a má administração dos negócios públicos e a irresponsabilidade das oposições”; para este autor a propaganda eleitoral socialista (inscrita no Congresso do Porto, 1880) sempre se revelou incipiente, devido à sua fraca implantação e divergências internas quanto à estratégia eleitoral⁸⁷. A existência de uma lista do PS foi criticada por alguns socialistas,

Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 451-452; Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 135-137.

⁸⁴ “Eleições municipais: centro socialista do 1º bairro”. *Diário de Notícias*, 28-10-1908, p. 1.

António Francisco Pereira tinha-se candidatado a deputado pelo PS nas eleições gerais, de Abril (1908), nas quais este partido obteve 100 votos. Foi membro do seu Conselho Central (1895). Membro efectivo da direcção da Junta Regional do Sul (1907-1908) e viria a integrar a direcção dos Conselhos Centrais do PS (1909-1910 e 1915). Eleito presidente do Conselho Central (1911-1915).

Também José Fernandes Alves e José de Figueiredo eram membros efectivos da direcção da Junta Regional do Sul (1907-1908). Quanto a Pereira Lajinha e Tavares Pecegueiro tinham integrado a direcção da Junta Federal do Sul (1905) e sido eleitos membros efectivos da direcção da Junta Regional do Sul (1907-1908); já na República, o primeiro integraria como suplente a direcção do Conselho Central do PS (Junho 1913). Dados extraídos de Maria Filomena Mónica, *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, IN-CM, 1985, pp. 182-186; e César Nogueira, *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*, Porto, Ed. Revista Pensamento, 1932, p. 58 e segs.

⁸⁵ “Eleições municipais: propaganda eleitoral”. *O Século*, 29-10-1908, p. 2.

Segundo António Ventura “a estreia eleitoral” do PS efectuou-se em 1875, precisamente nas eleições camarárias de Lisboa, tendo a sua “lista eclética” com candidatos operários obtido “menos de duas centenas de votos”. Cf. António Ventura, “O Socialismo Português (1875-1910)”, in João Medina (Dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias*, Lisboa, Vol. IX, Alfragide, Ediclube, s/d., p. 269.

⁸⁶ Ver *A Vanguarda*, 30-10-1908, p. 3.

⁸⁷ Pedro Tavares de Almeida, “Comportamentos...”, p. 130 (nota de rodapé).

como por exemplo, por Pires Barreira⁸⁸, operário, que numa sessão de propaganda eleitoral do PRP acusou os candidatos socialistas de pretenderem dividir o eleitorado e afirmou que apoiava a Lista Republicana contra o adversário comum⁸⁹. Na prática foi inexistente a luta eleitoral, confinando-se a campanha particularmente ao Partido Republicano Português.

Para os republicanos a marcação de eleições era uma oportunidade que não desperdiçavam sendo sempre muito activos nas acções de propaganda (comícios, conferências, distribuição de manifestos, etc.). A imprensa republicana estava especialmente atenta a estas actividades trazendo-as à primeira página dos jornais, quer divulgando-as com antecedência para que todos os interessados pudessem participar, quer relatando-as, fazendo alarde dos oradores e seus discursos. Foi o que sucedeu nestas eleições de 1908, em que a propaganda veiculou dois objectivos principais, como referiu o socialista democrático, Pedro do Vale Sá Pereira⁹⁰ (1877-1930), na sua conferência no Centro Rodrigues de Freitas:

*“eleger o maior numero possível de câmaras municipais, pois que os municípios são a primeira de todas as garantias para a democratização dum povo. (...). Conquistados os municípios pelo partido republicano torna-se urgente reclamar e obrigar o Governo, pela violência se a tanto quiserem chegar, de conceder a todo o país a autonomia municipal”*⁹¹.

No Centro de S. Carlos teve lugar uma série de conferências de propaganda eleitoral. No dia 17 de Outubro, na palestra inaugural, Bernardino Machado (1851-1944), dissertando sobre as eleições referiu que foram convocadas: “Porque há hoje um eleitorado, principalmente em Lisboa, consciente dos seus direitos, que, custe o que custar, os quer fazer valer”⁹², numa alusão clara à Lisboa republicana ciente dos seus direitos cívicos, tão temida pelos monárquicos. No dia seguinte, as salas deste Centro “abarrojavam” com assistência para ouvir a segunda prelecção, do candidato a edil Cunha e Costa, que depois de discorrer sobre concelhos modelares no estrangeiro (Alemanha, Suíça, Bélgica, Holanda, Estados Unidos, etc.) radicou no “inferno” e

⁸⁸ Será possivelmente Domingos Pires Barreira, maçon da loja Montanha. Vd. António Ventura, *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal*, Lisboa, Cosmos, 2000, p. 179.

⁸⁹ “Eleições municipais: propaganda republicana”. *Diário de Notícias*, 28-10-1908, p. 1.

⁹⁰ Inicialmente ligado ao Partido Socialista fundou, em 1902, o Partido Socialista Democrático, uma força política “satélite” do PRP, destinada a enfraquecer o PS. Cf. António Ventura, *Os constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 265-266.

⁹¹ “As eleições municipais...”. *O Mundo*, 6-10-1908, p. 2 (itálico nosso).

⁹² “Eleições locais”. *O Mundo*, 17-10-1908, p. 1.

“caos” da câmara da capital a impossibilidade da candidatura republicana apresentar um programa (que não obstante, seria apresentado no último comício eleitoral); assim, o plano imediato da vereação seria primeiro o balanço orçamental, depois de conhecida a situação financeira seria traçado o programa da nova edilidade e apresentado ao governador civil, de que era tutelar. Deixando também um aviso aos monárquicos: se o plano não fosse aprovado esta deveria resignar ao mandato, originando novas eleições e uma nova vereação; e, assim sucessivamente, até que as edilidades republicanas tornassem Lisboa na cidade que merecia ser⁹³.

As conferências eram sempre à noite (entre as 20 e as 21 horas), possibilitando a presença dos que desempenhavam actividades profissionais; e sucederam-se nos dias seguintes no Centro de S. Carlos e nos outros centros republicanos, profusamente espalhados pelos bairros da capital⁹⁴. Na última semana antes do sufrágio, todos os dias se realizaram conferências e/ou reuniões políticas, sendo oradores os candidatos à edilidade ou conhecidos tribunos do Partido Republicano, como Bernardino Machado, António José de Almeida, Eusébio Leão (1864-1926), Agostinho Fortes e Augusto José Vieira (1861-1918)⁹⁵. No dia 30 de Outubro realizaram-se seis conferências: no Centro Republicano da Pena, no Centro Alexandre Braga, no Centro Botto Machado, no Centro António José de Almeida, no Centro Republicano da Lapa e no Centro Latino Coelho⁹⁶.

A afluência a estes eventos foi enorme, apesar do Ministério ter proibido algumas destas reuniões de propaganda, e ter rodeado outras de forças policiais por forma afastar a afluência de público, segundo denunciou Gastão Rodrigues⁹⁷. Os temas discutidos foram a situação e a necessidade de soluções e reformas para os problemas prementes da capital (autonomia administrativa, higiene, assistência, abastecimento de carnes, transportes, etc.). O grande acontecimento da propaganda eleitoral foi o comício para apresentação dos candidatos pelo PRP, no dia 25 de Outubro, de que falaremos adiante.

⁹³ “Eleições municipais”. *O Mundo*, 19-10-1908, p. 2.

⁹⁴ No ano de 1908 existiam 28 centros republicanos e instituições republicanas distribuídos pelos 4 Bairros Administrativos de Lisboa. Veja-se “Uma obra de altruísmo”, in *História da República*, pp. 485-486. Em Julho de 1881, a *Democracia* noticiou que naquela altura funcionavam na capital 14 centros que envolviam 2.000 a 3.000 indivíduos, veja-se *Democracia*, 30 de Agosto de 1881, p. 2. *apud* Fernando Catrogra, *O republicanismo...*, p. 68. Se aplicarmos a média de cerca de 214 indivíduos por centro (1881) constatamos que, em 1908, rondaria em cerca de 6.000 o número de pessoas envolvidas nos 28 centros republicanos existentes.

⁹⁵ O jornalista, não o seu homónimo candidato a vereador.

⁹⁶ Cf. “Eleições municipais: reuniões de propaganda a efectuar”. *O Mundo*, 29-10-1908, p. 2.

⁹⁷ “Eleições municipais: conferências realizadas”. *Ibidem*.

O papel desempenhado pela imprensa foi determinante na propaganda republicana. Através dela no dia 15 de Outubro, pela primeira vez, os lisboetas ficaram a conhecer os candidatos a vereadores pela Lista Republicana. No 1.º círculo eram candidatos efectivos: António Cardoso de Oliveira, antigo edil⁹⁸ e capitalista; José Veríssimo de Almeida, lente do Instituto de Agronomia e Veterinária; José Miranda do Vale, veterinário; Tomás António da Guarda Cabreira, engenheiro e lente da Escola Politécnica; e substitutos: Agostinho José Fortes, professor; Joaquim Ramos Simões, comerciante; Manuel António Dias Ferreira, comerciante e proprietário; Manuel de Sá Pimentel Leão, proprietário. Pelo 2.º círculo eram efectivos: Anselmo Braamcamp Freire, proprietário; José Soares da Cunha e Costa, advogado; Luís Filipe da Mata, comerciante; Miguel Ventura Terra, arquitecto; e substitutos: Afonso Henriques do Prado Castro Lemos, médico; António Aurélio da Costa Ferreira, médico e professor do liceu; Manuel Caetano Alves, comerciante; Tomé José de Barros Queiroz, negociante. No 3.º círculo eram efectivos: Augusto José Vieira, solicitador e proprietário; Carlos Victor Ferreira Alves, industrial; Francisco de Almeida Grandela, comerciante e proprietário; e substitutos: António Alberto Marques, farmacêutico; José Mendes Nunes Loureiro, comerciante e Inácio António Costa, industrial.

Estas foram as candidaturas definitivas da Lista Republicana, divulgadas no dia 24 de Outubro de 1908, oito dias antes do plebiscito. Na primeira Lista anunciada José Veríssimo de Almeida era candidato substituto, no seu lugar estava o médico Augusto Monjardino (1871-1941) – depois eleito deputado às Constituintes – que solicitou “insistentemente” a sua saída, pedido que foi aceite. Para o lugar de Veríssimo de Almeida, como vereador substituto, entrou Joaquim Ramos Simões⁹⁹. Esta prática de substituição de candidatos era possível na época, sendo nas eleições gerais, mais rara em Lisboa, do que no resto do país, segundo Pedro Tavares de Almeida; o mesmo autor identificou algumas situações “em que só nas vésperas do acto eleitoral era dada publicidade às candidaturas definitivas”¹⁰⁰. A confirmar esta realidade, relativamente a estas eleições administrativas de 1908, ainda no dia 26 de Outubro, o *Diário de Notícias* publicava uma carta aberta de Zacarias de Lima, construtor civil, na qual este escrevia que tivera conhecimento duma reunião de construtores civis e mestres-de-obras onde se

⁹⁸ Não foi vereador no município de Lisboa, terá sido noutra concelho.

⁹⁹ Ver “Eleições municipais”. *Diário de Notícias*, 24-10-1908, p. 2; “Os candidatos à vereação municipal do Partido Republicano”. *O Mundo*, 24-10-1908, p. 1.

¹⁰⁰ Pedro Tavares de Almeida, “Comportamentos...”, p. 129.

tinha decidido interceder para substituir um dos nomes da Lista Republicana pelo seu. Nesta carta aberta pedia aos “seus amigos” que desistissem desse intento, porque para ele seria “motivo de grande desgosto qualquer luta contra o que foi proposto pela comissão municipal e sancionado pelas comissões republicanas da capital”¹⁰¹.

Os candidatos, nomeadamente os republicanos, eram muitas vezes “apanhados” de surpresa com a inclusão do seu nome nas listas. Foi o que sucedeu a Francisco Grandela que, segundo *O Mundo*, estava no estrangeiro quando foi lembrado pela Comissão Municipal do PRP para ser candidato e, ainda de acordo com este periódico, não gostaria dessa “distinção”, pois era “por temperamento um modesto que não deseja antes fuge dos lugares de destaque”¹⁰². Além disso, como já dissemos, o eleitor podia escrever na lista de voto nomes que não fossem de candidatos oficiais e riscar os nomes de que não gostava, por exemplo, nas eleições municipais de 1908 na assembleia eleitoral da Sé foram contabilizados um voto para cada um dos seguintes nomes monárquicos: José Luciano de Castro, José de Alpoim, Júlio de Vilhena e João Franco, por certo de algum monarquista insatisfeito com a abstenção monárquica¹⁰³. Para estas eleições o Partido Republicano imprimiu a sua lista (uma por cada círculo), enviou-a para os seus correligionários e, através da imprensa, divulgou os locais onde se distribuíam.

Quanto à imprensa monárquica desde cedo desferiu um ataque acrimonioso à escolha dos candidatos da Lista Republicana. Em primeiro lugar criticando o facto de não aparecer nela nenhum dos vultos do PRP, como Teófilo Braga, Bernardino Machado, Brito Camacho (1862-1934), Afonso Costa, António José de Almeida ou Magalhães Lima (1850-1928). Ao inverso, salientaram, que figurava Braamcamp Freire, indigitado como futuro presidente da câmara, mas que não o poderia ser pois “era um trânsfuga do partido monárquico”; além deste, incluía um antigo “*franquista enragé*”, Ventura Terra, que sendo arquitecto não poderia como vereador aprovar os seus próprios projectos; igualmente Ferreira Alves, director da Fábrica Vulcano, não deveria ser candidato por incompatibilidade para o exercício do cargo, pois esta Fábrica possuía contratos de fornecimento com o município.

¹⁰¹ “Do sr. Zacarias de Lima recebemos ontem a seguinte carta”. *Diário de Notícias*, 26-10-1908, p. 2.

¹⁰² “Os nossos candidatos”. *O Mundo*, 29-10-1908, p. 1.

¹⁰³ Ver “As eleições municipais”. *A Luta*, 2-11-1908, p. 1.

Procurando dividir os republicanos estes ataques referiam que Agostinho Fortes, figurando como substituto, tinha publicamente confessado que “se achava agravado na sua dignidade intelectual”, no que o monárquico *Diário Popular* concordava absolutamente. Chegou-se a aconselhar os republicanos a corrigirem a Lista senão dar-se-ia a “saída legal” dos que a lei não permitisse e a “fugida” dos republicanos que não queriam estar onde figuravam personalidades desacreditadas pela imprensa republicana; este último motivo foi apontado como o que motivou a saída de Augusto Monjardino, que não teria aceitado a inclusão de Ventura Terra¹⁰⁴.

Na sua campanha desmoralizadora, além de terem publicado artigos sobre o demérito dos candidatos republicanos, criticaram ferozmente Ferreira do Amaral por convocar as eleições e procuraram o seu adiamento invocando que a abstenção seria grande – como se isso lhes interessasse num sufrágio em que não concorriam os partidos monárquicos – por causa da data escolhida, dia de Todos-os-Santos, em que era habitual os lisboetas irem às hortas e estes não perdiam os seus costumes antigos. Até à última hora alguns mantiveram esperança que se apresentasse uma lista monárquica, correndo boatos que esta seria anunciada na véspera do acto eleitoral com “elementos valiosos e com promessas mirabolantes”¹⁰⁵. Tal facto não sucedeu e no dia do escrutínio referindo-se à Lista Republicana reafirmaram a “inaptidão política do Directório, escolhendo e impondo candidatos, cujos nomes e nenhuns serviços prestados desconsideraram antigos e valiosos correligionários”¹⁰⁶, numa derradeira tentativa para desmotivar e afastar o eleitorado republicano.

Para os republicanos a “greve eleitoral” dos partidos monárquicos mais não era do que uma “flagrante violação do escrutínio”, que deveria ser secreto, mas como os monárquicos não votavam, cada descarga nos cadernos eleitorais corresponderia a uma confissão de republicanismo e uma denúncia política, constituindo estes cadernos, após a entrega no Governo Civil, autênticas “listas de proscritos”; mais com os seus nomes, profissões e residência constituiriam um inventário da população republicana de Lisboa¹⁰⁷. Em resposta aos ataques disferidos pela imprensa monárquica os republicanos replicaram com a difusão de parte dos discursos das suas conferências de

¹⁰⁴ Cf. “A lista republicana” e “Notas políticas”. *Diário Popular*, 21-10-1908, p. 1; “O júbilo republicano” e “Notas políticas”. *Diário Popular*, 22-10-1908, p. 1.

¹⁰⁵ “Boatos eleicoeiros”. *A Nação*, 20-10-1908, p. 1.

¹⁰⁶ “Eleição municipal”. *Diário Popular*, 1-11-1908, p. 1.

¹⁰⁷ Veja-se Marinha de Campos, “Violação de escrutínio”. *A Luta*, 28-10-1908, p. 1; “Cadastro da população republicana de Lisboa”. *A Luta*, 1-11-1908, p. 1.

propaganda eleitoral; acentuaram que a recusa dos partidos monárquicos em concorrer ao acto eleitoral residiu no facto de terem perdido a confiança dos eleitores lisboenses, porque “há vinte anos, pelo menos, têm dado as provas mais concludentes da sua incapacidade administrativa, administrando o município como administrando o Estado”¹⁰⁸; e elogiaram o talento dos candidatos republicanos dando-os a conhecer ao eleitorado, mormente n’*O Mundo* que publicou sobre estes vários artigos de primeira página¹⁰⁹. Numa manifesta apologia da Lista Republicana escreveu-se na *Vanguarda*:

“Os nomes apresentados pelas comissões locais republicanas ao sufrágio representam saber, competência, civismo e honestidade irrepreensíveis; são de higienistas, engenheiros, jurisperitos, architectos, comerciantes, e industriais, geralmente estimados e considerados nas classes a que pertencem, como distintos entre os mais distintos”¹¹⁰.

A propaganda eleitoral do PRP culminou com um grande comício num terreno situado no fim da avenida D. Amélia, no dia 25 de Outubro, domingo, às 12 horas, promovido pela Comissão Municipal Republicana, para a apresentação dos candidatos à vereação lisboeta, personalidades de reconhecido mérito entre os quais se destacavam: Anselmo Braamcamp Freire, intelectual consagrado, de reconhecida idoneidade; Veríssimo de Almeida, professor do Instituto de Agronomia; Miranda do Vale, professor do Instituto de Veterinária; Ventura Terra, reputado architecto; Francisco Grandela, comerciante de grande sucesso; Cunha e Costa, brilhante advogado e Tomás Cabreira, professor na Escola Politécnica. Todos os candidatos – como referiu José de Abreu (1878-19??), secretário desta Comissão – eram conhecidos “pela sua vida pública e pela integridade do seu carácter”¹¹¹; esclarecendo que a sua selecção pela dita Comissão tinha sido corroborada pelas comissões paroquiais e, depois, pelo Directório do PRP.

No editorial publicado sobre o comício, *O Mundo* ressaltou que para colmatar a ausência na Lista de conhecidos tribunos, bem como dos membros da Comissão Municipal de Lisboa, que por humildade se afirmou inelegível, o Partido Republicano Português alcançou uma lista completa de candidatos o que comprovava a sua “maioridade como partido de Governo”; mais, na futura edilidade republicana estariam

¹⁰⁸ “Sem política”. *O Mundo*, 23-10-1908, p. 1.

¹⁰⁹ Cf. “Os nossos candidatos”. *O Mundo*, 26-10-1908, p. 1; *Ibidem*, 27-10-1908, p. 1; *Ibid.*, 28-10-1908, p. 1; *Ibid.*, 29-10-1908, p. 1 e *Ibid.*, 31-10-1908, p. 1.

¹¹⁰ “A eleição municipal”. *A Vanguarda*, 24-10-1908, p. 1.

¹¹¹ “Eleições municipais: propaganda republicana”. *Diário de Notícias*, 26-10-1908, p. 1.

representadas duas correntes: “uma, a dos homens de gabinete, partidários das soluções radicais e simplistas; outra, a dos homens de aturada experiência, partidários das soluções prudentes e oportunas”, do diálogo entre estas duas tendências nasceria a regeneração do município da capital¹¹².

Justificada a escolha democrática dos candidatos seguiu-se como orador Teófilo Braga, que presidiu ao comício, discorrendo sobre a tradição municipalista da capital e o seu direito a ter autonomia administrativa; o tema da tutela administrativa foi retomado por Manuel de Arriaga (1840-1917); depois Tomás Cabreira¹¹³ apresentou as linhas gerais da administração da futura vereação: 1) libertação da tutela administrativa; 2) abastecimento alimentar público (baixar o preço da carne e do pão); 3) habitação para as classes pobres (construção de casas baratas)¹¹⁴. Sobre as questões de higiene, do ensino e da alimentação pública pronunciou-se Miranda do Vale; o último orador foi Cunha e Costa que discursou sobre o que Lisboa era na actualidade e poderia vir a ser no futuro, afirmando ao terminar que a edilidade iria reagir contra o estado vergonhoso da capital; e se, devido à tutela administrativa, não o conseguisse cairia “de pé” e o Governo teria de nomear “indefinidamente” para a substituir comissões administrativas, mas logo acrescentou um aviso para finalizar: “Indefinidamente, é um modo de falar: *Lisboa é uma cidade que morre e mata pela Liberdade*”¹¹⁵.

Antes de ser encerrado o comício foi votada, por aclamação, uma moção com o “programa geral” da futura vereação republicana: a) Efectuar o balanço financeiro do município; b) Organizar um plano de administração municipal; c) Simplificar os serviços municipais; d) Apresentar o plano municipal (água, luz, viação, higiene, cantinas e viagens escolares, cursos de adultos, bibliotecas municipais, lactários, ensino profissional, apoio à iniciativa privada congénere e a realização de grandes certames internacionais) ao poder público, solicitando a autonomia administrativa do município¹¹⁶. Através deste acto “a população republicana de Lisboa” presente – a

¹¹² “O comício de ontem”. *O Mundo*, 26-10-1908, p. 1.

¹¹³ Pela sua participação neste comício Cabreira seria condenado, em 29 do mesmo mês, a uma pena de seis meses de inactividade na praça de Elvas. Sentença que cumpriu assumindo o cargo de vereador de Lisboa no dia 13 de Maio de 1909. A sua prisão gerou manifestações de solidariedade e protestos por parte dos republicanos, tendo-se realizado um grande comício de protesto na capital, dia 8 de Novembro de 1908. Ver “O Governo liberal: o caso Tomás Cabreira”. *A Luta*, 1-11-1908, p. 1; “O comício de ontem”. *O Século*, 9-11-1908, p. 1.

¹¹⁴ “Eleições municipais: propaganda republicana”. *Diário de Notícias*, 26-10-1908, p. 1.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 2. (itálico nosso).

¹¹⁶ Cf. “O dia de ontem: grande comício de Lisboa”. *O Mundo*, 26-10-1908, p. 2; “Propaganda eleitoral republicana: o comício em Lisboa”. *O Século*, 26-10-1908, pp. 1-2.

massa urbana composta por republicanos, anarquistas e alguns socialistas – legitimou a escolha dos candidatos e o programa republicano, assumindo-se a nova edilidade como indiscutível representante do povo de Lisboa.

Todavia, apostados em dificultar a realização das eleições os partidos monárquicos moveram “guerra” aos presidentes das mesas eleitorais, com o intuito destes não comparecem ao sufrágio. Segundo *O Diário de Notícias* o Ministério teve dificuldade na constituição das mesas e esperou obstáculos, de tal forma que os cadernos eleitorais foram enviados pelo secretário da CML aos presidentes efectivos e na sua ausência aos substitutos; não se encontrando uns e outros, deveriam ser entregues aos regedores das paróquias para estes os entregarem aos presidentes eleitos pelas assembleias de eleitores, no local. No dia do plebiscito noticiou-se que os presidentes das mesas tinham remetido os cadernos eleitorais para o município, que assim seriam entregues aos presidentes escolhidos pelos eleitores presentes ao acto, conforme a lei¹¹⁷.

De facto, a maioria dos presidentes das mesas, monárquicos, não compareceram pelas 9 horas da manhã como definia a legislação eleitoral, assim foram eleitos os membros da mesa pelos eleitores presentes junto das assembleias de voto, ficando a constituição destas mesas, na sua maioria, a ser inteiramente republicana. Duas assembleias de voto até tiveram como membros candidatos a edis: António Cardoso de Oliveira foi eleito presidente da mesa da freguesia da Madalena e Agostinho Fortes foi um dos escrutinadores nos Anjos¹¹⁸. A partir das 10 horas da manhã as assembleias de voto funcionaram com regularidade, decorrendo o acto eleitoral sem incidentes.

Neste dia 1 de Novembro o convite ao voto na Lista Republicana estava estampado na primeira página da *Vanguarda*: “À Urna pelos candidatos à Vereação de Lisboa!” e n’*O Mundo*:

“Á Urna pela Republica! A eleição de hoje, dando aos republicanos o primeiro município do país, aproximar-nos-á fatalmente da vitória final. Importa para isso, porém, que nenhum cidadão falte ao cumprimento do seu dever, concorrendo às urnas e afirmando dessa maneira o seu anseio pela libertação da Pátria!”¹¹⁹.

¹¹⁷ Ver “Eleições municipais”. *Diário de Notícias*, 31-10-1908, p. 1; “Os presidentes das mesas eleitorais”. *Ibidem*, 1 de Novembro de 1908, p. 1.

¹¹⁸ “As eleições municipais”. *A Luta*, 2-02-1908, p. 1.

Estavam ambos recenseados nestas freguesias: Cardoso de Oliveira [que erroneamente surge arrolado como advogado] era o eleitor n.º 130 da Madalena, morador na R. da Madalena, 139-2º; e Agostinho Fortes o n.º 31 da paróquia dos Anjos, morador na R. Bempostinha, 92-C. Dados retirados de AML/AC, Recenseamento eleitoral...: freguesia da Madalena, 1908; Idem, *Ibidem*: freguesia dos Anjos.

¹¹⁹ *O Mundo*, 1-11-1908, p. 1.

O apelo ao voto republicano, a luta contra o abstencionismo e a importância da eleição municipal de Lisboa para o futuro do país e vitória da República ficava, sem sombra de dúvida, deste modo expresso. No dia seguinte, os jornais republicanos fizeram eco da grande vitória do PRP com a eleição da primeira câmara inteiramente republicana em Lisboa¹²⁰, com 9.131 votos. Reconheceram que a eleição tinha sido inferior à votação das eleições gerais de 5 de Abril, em que tinham obtido 13.197 votos, mas não deixaram de ressaltar que tal facto adveio da falta de luta eleitoral e de alguns republicanos não terem, também por esse motivo votado, pois: “Milhares de indivíduos, se votassem ontem, denunciar-se-iam como republicanos, com enorme prejuízo para eles e sem nenhuma vantagem para a causa da República”¹²¹.

Numa resposta aos jornais monárquicos, que tentaram demonstrar que tinham perdido votos, ripostaram que a única comparação possível deveria ser feita com a votação para o município de 1 de Novembro de 1903, como comentou *O Mundo*: “Em 903 (sic), a votação republicana na cidade, havendo luta, foi de 2:909. Em 908 (sic), sem haver luta, foi de 9:131. Diferença, para mais, em 908 (sic) – 6:222 votos”¹²². Dias depois, as actas de apuramento eleitoral revelaram que o número efectivo de votos na Lista Republicana foi de 9.134 votos¹²³, para 9.312 votantes, ou seja uma taxa de 98 por cento de votos expressos.

A votação republicana tinha mais do que triplicado em relação ao ano de 1903, apesar do voto a descoberto e do “risco” que muitos eleitores correram ao irem votar, bem como do desinteresse de alguns republicanos num sufrágio em que o triunfo era certo. A decisão dos partidos monárquicos de não concorrerem patenteou o reconhecimento da sua incapacidade de vencer a batalha das urnas. Para muitos monarquistas o abstencionismo decretado era censurável; a seguir à votação, escreveu-

¹²⁰ Já por duas vezes tinha sido eleita uma minoria republicana no município da capital: nas eleições de 13 de Dezembro de 1885 foram eleitos José Elias Garcia, Zófimo Consiglieri Pedroso, Manuel de Arriaga, Joaquim Teófilo Braga, Francisco Teixeira de Queirós e Sebastião Magalhães de Lima; e, nas eleições de 15 de Novembro de 1891, João Pedro de Almeida, António Pinto Leão de Oliveira, Francisco José Teixeira Bastos Júnior, José Cupertino Ribeiro e Sebastião Correia Saraiva de Lima. Veja-se Portugal.MF.DGE, *Censo eleitoral...*, p. 51 e 55.

A publicação do Código Administrativo de 1896 que consagrava um sistema de escrutínio maioritário para a eleição dos corpos administrativos inviabilizou, a partir desta data, a eleição de edis republicanos para o Município de Lisboa.

¹²¹ “As eleições municipais”. *A Luta*, 2-11-1908, p. 1.

¹²² “2909 – 9131”. *O Mundo*, 3-11-1908, p. 1.

¹²³ Correspondente à soma dos votos do candidato mais votado (efectivo ou substituto) por círculo eleitoral. Ver Quadro 2 – Votação da vereação de 1908.

se no *Novidades*: “a *Concentração monárquica* acaba de entregar, de mão beijada, a administração municipal de Lisboa”¹²⁴.

Ao observarmos o Quadro 1 constatamos que a abstenção atingiu os 77 por cento nestas eleições, valor que é excessivo relativamente às eleições de deputados, de 5 de Abril de 1908, que tinha registado 37 por cento, bem como às municipais antecedentes, de 1899 e 1903, nas quais a abstenção rondou os 65 e os 58 por cento, respectivamente¹²⁵. Se fizermos uma análise dos três círculos eleitorais vemos que no 1.º círculo a taxa de abstenção foi a mais baixa (72%), no 2.º círculo registou-se a maior taxa (81%) e o 3.º igualou a média do concelho (77%). A explicação para uma abstenção tão elevada estará certamente ligada à ausência de luta eleitoral contra os monarquistas, assim como ao receio de alguns republicanos de serem “cadastrados”, por exemplo, só desta forma se poderá explicar que na freguesia de Santa Isabel (que integrava o bairro de Campo de Ourique conotado com o republicanismo) a taxa de abstenção em relação às eleições de deputados tenha subido vinte pontos percentuais¹²⁶.

Se compararmos os resultados por freguesia apuramos que a abstenção foi mais baixa em relação à média da cidade (em pelo menos seis pontos percentuais) nas freguesias de Santo André¹²⁷ (30%), que se destaca por ser a única com uma abstenção abaixo dos 50 por cento; seguindo-se, por ordem crescente, a oriente, o Beato (53%); depois Olivais (60%); Socorro, Santa Justa/S. Nicolau e Santa Catarina (62%); S. Vicente (66%); Anjos (68%); Castelo/Santiago (69%); S. José, Sé/S. Cristóvão, Sacramento/Conceição Nova e Alcântara (70%). A mais elevada taxa de abstenção (pelo menos mais seis pontos percentuais relativamente à média da cidade) teve lugar nas freguesias de S. Julião (96%); seguindo-se Campo Grande (95%); Madalena (94%); Santa Engrácia (87%) e Mártires (86%), revelando que os eleitores da zona da Baixa Pombalina prevaleceram na ausência às urnas, constituindo excepção a freguesia do Campo Grande, então ainda distante do centro da cidade.

¹²⁴ “No dia seguinte”. *Novidades*, 2-11-1908, p. 1.

Nestas eleições o PRP conquistou doze concelhos: Lisboa; Aldeia Galega (Montijo); Alcochete; Almeirim; Benavente; Castro Verde; Cuba; Grândola; Lagos; Moita; Odemira e S. Tiago de Cacém; e alcançou uma grande votação em mais vinte e uma câmaras municipais.

¹²⁵ Dados elaborados a partir de Portugal.MF.DGE, *Censo eleitoral...*, p. 40 e 57.

¹²⁶ Nas eleições de deputados registou-se uma abstenção de 61 por cento. Cf. *Ibidem*, p. 40.

¹²⁷ Se bem que tenhamos de ter em atenção que nesta freguesia votaram os eleitores da 2.ª secção de Santa Engrácia o que poderá explicar esta taxa de abstencionismo. Cf. *Ibid.*, p. 58.

Quadro 1 - Eleições municipais de 1908

CÍRCULOS ELEITORAIS	ELEITORES^(a)	VOTANTES^(b)	% ABSTENÇÃO
1.º CÍRCULO Assembleias eleitorais			
Santa Engrácia	1.448	193	87
Santo André (Graça)	372	260	30
Anjos	1.737	552	68
S. Vicente	666	233	66
Socorro	1.072	405	62
Santiago	345	170 ^(c)	69
Castelo	208		
Beato	864	406	53
Olivais	651	263	60
Madalena	1.463	93	94
Pena	1.075	310	71
S. José	1.009	299	70
Campo Grande	518	27	95
S. Jorge de Arroios	1.030	259	75
S. Miguel	196	131	72
Santo Estêvão	266		
Charneca	97	76	80
Ameixoeira	49		
Lumiar	243		
Sé	905	383	70
S. Cristóvão e S. Lourenço	389		
Total 1.º Círculo	14.603	4.060	72
2.º CÍRCULO Assembleias eleitorais			
S. Julião	3.706	157	96
Santa Justa	599	417	62
S. Nicolau	496		
Encarnação	1.141	263	77
Mártires	498	64	86
Santa Catarina	858	323	62
Coração de Jesus	984	220	78
Sacramento	479	228	70
Conceição Nova	294		
S. Mamede	793	151	81
Mercês	1.085 ^(c)	204	81
S. Paulo	1.086	196	82
S. Sebastião da Pedreira	1.325 ^(c)	271	80
Santa Isabel	3.038 ^(c)	240	81
Ermida das Dores *		342	
Total 2.º Círculo	16.382	3.076	81
3.º CÍRCULO Assembleias eleitorais			
Ajuda	1.325	263	80
Alcântara	2.230	668	70
Belém	1.290	209	84
Benfica	690	190 ^(c)	79
Carnide	221 ^(c)		
Lapa	1.544	305	80
Santos-o-Velho	2.234	541	76
Total 3.º Círculo	9.534	2.176	77
Cidade Total	40.519	9.312	77

Dados retirados de: (a) AML/AC, Recenseamento eleitoral, 1908-10-22; (b) Idem, Actas das assembleias eleitorais referentes à eleição de vereadores e substitutos para o quadriénio de 1908 a 1911: 1.º, 2.º, 3.º e 4.º bairros. [1908, Novembro, 1], Lisboa. ^(c) Portugal.MF.DGE, *Censo eleitoral...*: 57-58.

* - Era a 2.ª assembleia eleitoral da freguesia de Santa Isabel.

NOTA: O número total de recenseados corresponde à pesquisa que efectuámos nos cadernos de recenseamento. Nos dados indicados por (c) o número total de recenseados é de 40.031, [o que está incorrecto pois a soma daria 40.030]. Quanto às disparidades entre os dados por nós recolhidos e os dados de (c) registaram-se nas seguintes freguesias: S. José (menos 60 eleitores do que no *Censo eleitoral*); S. Paulo (mais 388 eleitores) e Ajuda (mais 161 eleitores).

O estudo do Quadro 2 permite-nos verificar que os candidatos mais votados do 1.º e do 2.º círculos foram os que apareciam em primeiro lugar na respectiva Lista, o comerciante Cardoso de Oliveira e o respeitado Braamcamp Freire, respectivamente (não nos esqueçamos que o eleitor podia riscar ou acrescentar nomes); contudo, no 3.º círculo a escolha dos eleitores recaiu sobre o primeiro candidato substituto, Nunes Loureiro, um fanqueiro do bairro de Alcântara (a segunda freguesia com maior número de votantes deste círculo), em detrimento de candidatos efectivos conceituados como o industrial Ferreira Alves; o solicitador Augusto José Vieira e comerciante Grandela.

Quadro 2 - Votação da vereação de 1908

VEREADORES	N.º DE VOTOS
1.º CÍRCULO	
Efectivos	
António Cardoso de Oliveira	3.974
Tomás António da Guarda Cabreira	3.970
José Miranda do Vale	3.968
José Veríssimo de Almeida	3.966
Substitutos	
Manuel António Dias Ferreira	3.970
Manuel de Sá Pimentel Leão	3.969
Agostinho José Fortes	3.964
Joaquim Ramos Simões	3.952
2.º CÍRCULO	
Efectivos	
Anselmo Braamcamp Freire	3.010
Luis Filipe da Mata	3.004
Miguel Ventura Terra	2.989
José Soares da Cunha e Costa	2.985
Substitutos	
António Aurélio da Costa Ferreira	3.008
Afonso Henriques do Prado Castro Lemos	3.006
Tomé José de Barros Queirós	3.006
Manuel Caetano Alves	2.993
3.º CÍRCULO	
Efectivos	
Carlos Victor Ferreira Alves	2.147
Augusto José Vieira	2.143
Francisco de Almeida Grandela	2.141
Substitutos	
José Mendes Nunes Loureiro	2.150
António Alberto Marques	2.147
Inácio António da Costa	2.146

Dados retirados de: AML/AC, Actas das assembleias de apuramento da câmara municipal: quadriénio de 1908 a 1911. [1.º, 2.º e 3.º círculos]. 1908, Novembro, 8, Lisboa.

Esta realidade revela a existência de uma relação de maior proximidade, até porventura pessoal, entre os candidatos e eleitorado nas eleições administrativas. Os

candidatos menos votados foram: no 1.º círculo o comerciante Ramos Simões, no 2.º o advogado Cunha e Costa, e no 3.º Francisco Grandela. Foi neste último círculo que os eleitores patentearam uma maior unanimidade em torno dos candidatos que integravam a Lista Republicana, expressos numa diferença mínima de 9 votos entre o candidato mais votado e o menos votado; no extremo oposto encontrava-se o 2.º círculo com uma discrepância de 25 votos, muito próximo dos 22 votos que separavam os candidatos mais e menos votados do 1.º círculo.

A votação da Lista Republicana foi aniquiladora se comparada com a votação obtida pelos candidatos da Lista do Partido Socialista, que nos três círculos obtiveram os seguintes resultados: efectivos – José Fernandes Alves, 15 votos; António Francisco Pereira, 14; António Pedro Muralha, 12 e José Figueiredo, 11 votos; substitutos – José Pereira Laginha, 17; António Tavares Pecegueiro, 15; Maximiano Marques, 13 e José Cardoso de Albuquerque, 3 votos. Assinalemos o facto de ter sido um candidato suplente (Pereira Laginha) que conquistou o maior número de votos do eleitorado do PS e ainda a circunstância de nenhum candidato socialista ter alcançado qualquer votação no 2.º círculo Eleitoral¹²⁸. A votação muitíssimo irrelevante obtida por este partido denuncia que os socialistas não conseguiram sequer mobilizar os seus militantes e simpatizantes para os quais o PRP era o partido catalisador de todas as esperanças na melhoria da sua vida e do país.

Nas actas de apuramento foram ainda registados alguns votos (exíguos) para republicanos que não constavam da Lista do PRP, como por exemplo, para Manuel de Arriaga (1 voto), assim como para alguns monárquicos, entre estes para José Luciano de Castro (1 voto), José Maria Alpoim (1 voto) e conselheiro Augusto José da Silva (6), entre outros como já relatámos. Igualmente alguns dos vereadores em exercício atraíram alguns dos eleitores monárquicos que se deslocaram às urnas, como o conselheiro Sabino de Sousa (15 votos) e o conselheiro Carvalho Pessoa (9 votos)¹²⁹.

Em suma, apesar da elevada abstenção registada para *O Mundo* a vitória do Partido Republicano Português na capital foi “uma eloquente afirmação do seu amor à

¹²⁸ Dados extraídos AML/AC, Actas das assembleias de apuramento da câmara municipal: quadriénio de 1908 a 1911. [1.º, 2.º e 3.º círculo]. 1908, Novembro, 8, Lisboa.

¹²⁹ Cf. *Ibidem*.

República”, através dela tinha-se apresentado “mais uma vez, a grande cidade republicana”¹³⁰. Como reconheceu o monárquico Rocha Martins:

“Os republicanos tinham ganho a eleição municipal. Houvera um delírio em Lisboa, nesse domingo. O povo saíra com as filarmónicas, estralejavam foguetes. A cidade pertencia-lhe legalmente. (...). Não houvera oposição. Nove mil eleitores votaram nas listas da república”¹³¹.

No dia do apuramento das eleições municipais, a 8 de Novembro, foram apresentados vários protestos para invalidar a eleição da edilidade republicana. Apesar da Auditoria Administrativa ter indeferido muitos destes recursos, foi dado provimento às reclamações apresentadas contra a eleição de Francisco Grandela, Ferreira Alves e Ventura Terra, que foram substituídos pelos edis substitutos mais votados dos seus círculos. O Supremo Tribunal Administrativo, em resposta ao recurso dos vereadores considerados incompatíveis, viria a legitimar a sua eleição, no dia 20 de Janeiro de 1909.

O triunfo esmagador do PRP repetiu-se nas eleições de juntas de freguesia, no dia 29 de Novembro de 1908, em que houve oposição dos monárquicos, conseguindo os republicanos conquistar 33 (79%) das 42 juntas de paróquia de Lisboa. Destas juntas 28 foram conquistadas sem oposição monárquica: Ajuda, Alcântara, Anjos, Beato, Castelo, Charneca, Coração de Jesus, Encarnação, Lapa, Madalena, Olivais, Pena, S. Cristóvão e S. Lourenço, S. Jorge de Arroios, S. José, S. Mamede, S. Miguel, S. Nicolau, S. Paulo, S. Sebastião da Pedreira, Santa Catarina, Santa Engrácia, Santa Isabel (para estas eleições só funcionou a assembleia eleitoral da igreja de Santa Isabel), Santa Justa, Santiago, Santo Estevão, Santos-o-Velho e Socorro; e em 5 os republicanos venceram os monárquicos: Conceição Nova, Mártires, S. Julião, S. Vicente e Sé; os monárquicos conquistaram 9 (21%) juntas: Ameixoeira, Belém, Benfica, Campo Grande, Carnide, Lumiar, Mercês, Sacramento e Santo André¹³². A abstenção a este acto eleitoral foi superior à das eleições municipais, atingindo cerca de 81 por cento, mas inferior às anteriores eleições de juntas de paróquia, de 1901 e 1904, que tinham registado respectivamente 90 e 83 por cento de abstencionismo¹³³.

¹³⁰ “Um grande dia”. *O Mundo*, 2-11-1908, p. 1.

¹³¹ Rocha Martins, *D. Manuel II...*, p. 125.

¹³² Cf. “Uma ideia que triunfa”. *O Mundo*, 30-11-1908, pp. 1-2; “As eleições paroquiais de ontem”. *Diário de Notícias*, 30-11-1908, p. 3; Portugal.MF.DGE, *Censo eleitoral...*, pp. 77-80.

¹³³ Portugal.MF.DGE, *op. cit.*, p. 74.

Se efectuarmos uma comparação sintética entre este resultado e o das eleições municipais cumpre-nos destacar que relativamente à freguesia com menor abstenção no sufrágio camarário, a de Santo André (Graça), venceram os monárquicos; em todas as outras freguesias onde se tinha verificado uma baixa taxa de abstenção nas eleições municipais venceram os republicanos. No que concerne às freguesias que tinham registado maior abstenção na ida às urnas registemos que em S. Julião, que detinha o recorde da renúncia ao voto, ganharam os republicanos aos monárquicos, assim como na dos Mártires; sem oposição monarquista o PRP venceu igualmente as juntas da Madalena e de Santa Engrácia, os monárquicos só conquistariam o Campo Grande. Estes desfechos confirmam a hipótese que levantámos de que a abstenção mais elevada no plebiscito municipal está ligada ao receio dos votantes relativamente à questão do “cadastro republicano” e ao medo de represálias, bem como ao desinteresse por uma eleição sem oposição política.

Nas penúltimas eleições paroquiais em Lisboa, de 27 de Novembro de 1904, os republicanos (em face de uma lei eleitoral reaccionária que procurava afastá-los da administração local) tinham mesmo assim conquistado 13 (31%) juntas de paróquia: Alcântara, Anjos, Beato, Charneca, Pena, Santa Catarina, Santa Isabel, Santa Justa, Santos-o-Velho, S. Cristóvão e S. Lourenço, S. Jorge de Arroios, S. Julião e Socorro¹³⁴. Nas eleições de 1908 mantiveram todas estas juntas e aumentaram exponencialmente o número das detentoras de gerência republicana; conseguindo no total, relativamente a 1904, aumentar o número de juntas em cerca de 48 por cento. O resultado não é surpreendente quando à partida os monárquicos só conseguiram elementos para disputar a eleição de 14 (33%) das 42 juntas de paróquia; e, no confronto político com os republicanos somente saíram vitoriosos em 9 juntas de paróquia. Neste acto eleitoral a capital mais uma vez comprovou que era republicana, sem deixar qualquer margem para incertezas.

A vereação republicana tomou posse no dia seguinte às eleições das juntas paroquiais perante o entusiasmo do povo de Lisboa que acorreu a saudar os novos edis, no átrio e à porta dos Paços do Concelho. Em 20 de Novembro tinha-se realizado uma reunião, no Centro S. Carlos, para discutir os termos da posse, pois os novos vereadores teriam de jurar fidelidade ao rei e obediência à carta constitucional, sendo aprovada uma

¹³⁴ Ver *Ibidem*, pp. 76-77; completada com as informações de “As eleições paroquiais de ontem”. *Diário de Notícias*, 30-10-1908, p. 3.

proposta, por aclamação, em que estes declaravam esses actos como uma formalidade obrigatória e unicamente por aspirarem servir o país e o Município de Lisboa¹³⁵. Braamcamp Freire assumiria o cargo de vice-presidente da câmara municipal porque o Governo nunca o nomearia como presidente, como lhe competia por lei¹³⁶.

A vitória do PRP funcionou como desculpa para que Júlio de Vilhena, chefe dos regeneradores, retirasse o apoio deste partido ao Ministério em carta dirigida ao rei, datada de 7 de Dezembro, invocando, segundo o diplomata inglês Sir F. Villiers, que “os ministros já não mereciam a sua confiança, devido à fraqueza relativamente aos republicanos, como fora particularmente evidenciado na sua rendição da capital por altura das eleições municipais”¹³⁷. Com efeito, Lisboa era a capital do Reino, sede do poder político e económico, e os seus resultados eleitorais eram habitualmente considerados decisivos, independentemente do partido no poder vencer nos outros distritos, como ressaltou Pedro Tavares de Almeida, os resultados da ida às urnas tinham aqui uma dupla característica: eram uma prova definitiva para continuidade da governação e a vitória era desejada porque a população lisboeta era mais letrada, mais politizada e menos permissiva ao caciquismo e à fraude¹³⁸. O Governo de Ferreira do Amaral caiu a 19 de Dezembro de 1908, num movimento de contiguidade os cinco governos que se lhe seguiram, curtos e similares, constituídos pelos partidos rotativos, dominariam o último reinado de Portugal.

Para concluir, o regicídio foi um prenúncio inexorável da queda da Monarquia. O reinado de D. Manuel II não trouxe políticas ou políticos novos, não houve uma “alternativa inovadora, interessante, um empenhamento convicto para tentar mostrar que a Monarquia poderia resolver os problemas do país”¹³⁹; isto, apesar da boa vontade de alguns republicanos, nomeadamente de Afonso Costa, que como relatámos, chegou a propor no Parlamento um conjunto de medidas liberais que permitiriam uma conciliação com o novo rei, mas este e os partidos rotativos recusaram a proposta.

A conquista do Município de Lisboa pelos republicanos seria a prova de força de que o Partido Republicano estava preparado para governar e introduzir uma mudança radical em Portugal – um regime novo que traria uma nova sociedade. A gestão

¹³⁵ Maria Cândida Proença, “As eleições para a câmara municipal de Lisboa em 1908”, p. 85.

¹³⁶ Só viria a ocupar o cargo de presidente no dia 27 de Outubro de 1910.

¹³⁷ PRO.FO 881/9493, *Anual Report*, 1908, p. 13. *Apud* Pedro Tavares de Almeida, “Comportamentos...”, p. 113 (nota de rodapé).

¹³⁸ Cf. Pedro Tavares de Almeida, “Comportamentos...”, p. 113.

¹³⁹ Joaquim Romero Magalhães, *Vem aí a República...*, p. 175.

republicana na CML revelou-se eficaz, nomeadamente ao nível financeiro, isto apesar de os problemas serem múltiplos (transportes, higiene, abastecimentos de pão e carne, etc.) e a sua administração estar dependente, quanto às suas medidas mais importantes, da aceitação do governador civil. A acção da vereação alfacinha, reveladora da competência governativa dos republicanos, a par com a continuada desmoralização das instituições monárquicas, o descrédito dos seus líderes e os constantes entraves que colocavam à acção da edilidade levaram muitos republicanos a defender uma acção armada para a substituição do regime, por forma a alcançar o que não conseguiriam através das urnas. A vitória da via revolucionária viria a dominar o Congresso do PRP de Setúbal, que decorreu de 23 a 25 de Abril de 1909. A presença predominante dos republicanos na capital – reconhecida por António José de Almeida, em Julho de 1910, ao declarar que Lisboa era a “capital mais republicana do mundo” e o seu povo o mais revolucionário, sem ser sanguinário¹⁴⁰ –, revelar-se-ia determinante para o triunfo da República, poucos meses depois.

Como acentuou António Reis, a propósito do Centenário da Vereação de 1908, estes edis: “deram um enorme e porventura decisivo contributo para a implantação da República em 5 de Outubro de 1910. Proclamá-la da varanda dos Paços do Concelho foi, por isso, um acto de justiça histórica”¹⁴¹. O reconhecimento do seu papel como tendo sido imprescindível na caminhada para a República e para a credibilidade do Partido Republicano – como partido onde residiam o saber, honestidade e competências técnicas dos futuros governantes da Pátria republicana –, ficou patente quando a par dos membros do Directório e “cidadãos republicanos de representação” os vereadores do município, presentes ao acto, assinaram o *Auto de Proclamação da República*¹⁴², a saber: Afonso de Lemos, Braamcamp Freire, António Alberto Marques, António Aurélio da Costa Ferreira, Carlos Victor Ferreira Alves, José Miranda do Vale, José Veríssimo de Almeida, Luís Filipe da Mata, Manuel António Dias Ferreira e Ventura Terra. Foi nos Paços do Concelho de Lisboa, com a tomada de posse da primeira vereação republicana, no dia 30 de Novembro, que se concretizou *o assalto ao poder*

¹⁴⁰ “Conferência de António José de Almeida no Centro Heliodoro Salgado”. *O Mundo*, 7-07-1910. Citado por Maria Alice D. de A. Samara, *As Repúblicas...*, p. 146.

¹⁴¹ António Reis, “O centenário da eleição da primeira vereação...”, p. 23.

¹⁴² “Auto da Proclamação da República Portuguesa da Câmara Municipal de Lisboa”. [Manuscrito]. 1910, CML/Museu da Cidade. MC.ESP.DOC.65. Reproduzido em Lisboa. Câmara Municipal, *A urna pela lista republicana...*, pp. 252-253.

(designadas juntas paroquiais até 1916)¹⁴⁵, passando para 43 com a criação da freguesia da Penha de França, desanexada do território de S. Jorge de Arroios, no 2.º Bairro Administrativo, pelo Decreto de 13 de Abril de 1918. Esta foi a única freguesia criada na cidade durante o regime republicano, se bem que tivessem havido alterações nas designações toponímicas de algumas juntas de paróquias existentes: Coração de Jesus passou a Camões e S. Pedro em Alcântara a Alcântara (ambas por Decreto de 24 de Agosto de 1912); Santa Engrácia a Monte Pedral (Dec. 1 de Maio de 1913); S. Paulo a Marquês de Pombal (Dec. 7 de Junho de 1913); Santa Justa a Restauradores (Dec. 18 de Outubro de 1913); Santa Cruz do Castelo a Castelo (Dec. 16 de Março de 1915); S. Jorge de Arroios a Arroios (Dec. 8 de Junho de 1916) e S. Vicente a Escolas Gerais (Dec. 15 de Julho de 1916)¹⁴⁶. Pelo Decreto-lei n.º 621, de 23 de Junho de 1916, as juntas paroquiais passaram a denominar-se freguesias e o seu corpo administrativo junta de freguesia¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Sobre o tema da paróquia (ou freguesia) como base político-administrativa ver Fernando Catroga, “O poder político das paróquias em Portugal (séculos XIX-XX)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 4 (2004), pp. 149-255.

Neste trabalho utilizaremos indistintamente o termo freguesia ou paróquia (civil).

¹⁴⁶ Augusto Vieira da Silva, *As freguesias de Lisboa*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943, p. 26.

No nosso estudo optámos por utilizar não as designações existentes na República, mas os nomes das freguesias vigentes até às eleições autárquicas de Novembro de 2013, de forma facilitar mais facilmente a identificação das mesmas. Com efeito, as freguesias da capital retomaram a designação que tinham durante a Monarquia com o Estado Novo, em 1959. Ver Decreto-lei n.º 42.142. *Diário do Governo*, II Série, n.º 32, 7 de Fevereiro de 1959, pp. 145-157. As freguesias de S. Julião e da Conceição Nova foram extintas, pelo mesmo Decreto de 1959, e os seus territórios foram anexados à freguesia de S. Nicolau. E algumas freguesias passaram a ter um prefixo religioso: Santa Maria de Belém; S. Jorge de Arroios e Santa Maria dos Olivais.

Pela reorganização administrativa de Lisboa de 2012 a cidade passou de 53 a 24 freguesias, assim, algumas das freguesias referidas no nosso estudo foram fundidas, dando origem à criação de novas (designação entre parêntesis): S. Francisco Xavier e Santa Maria de Belém (Belém); Campo Grande, S. João de Brito e Alvalade (Alvalade); Alto do Pina e S. João de Deus (Areeiro); S. Mamede, S. José e Coração de Jesus (Santo António); Mártires, Sacramento, S. Nicolau, S. Cristóvão e S. Lourenço, Madalena, Santa Justa, Sé, Santiago, Castelo, Socorro, S. Miguel e Stº Estevão (Santa Maria Maior); Lapa, Santos-o-Velho e Prazeres (Estrela); Santa Isabel e Santo Condestável (Campo de Ourique); Mercês, Santa Catarina, Encarnação e S. Paulo (Misericórdia); Anjos, Pena e S. Jorge de Arroios (Arroios); S. Vicente de Fora, Graça e Santa Engrácia (S. Vicente); S. Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima (Avenidas Novas); S. João e Penha de França (Penha de França); Charneca e Ameixoeira (Santa Clara). As restantes dez freguesias mantiveram a designação e foi criada a nova freguesia de Parque das Nações. Cf. Lei n.º 56/2012. *Diário da República*, I Série, n.º 216, de 8 de Novembro de 2012, pp. 6454-6460.

A República também introduziu diversas alterações toponímicas na capital, substituindo topónimos ligados à família real ou à Igreja Católica. Veja-se os trabalhos de Ana Homem de Melo, “Espaço público e memória”, in Lisboa. Câmara Municipal, *Lisboa republicana: espaço...*, pp. 60-67; Idem, “I República, cultura e toponímia em Lisboa”, in Colóquio Nacional A Vida Cultural de Lisboa na I República, Lisboa, 2010, *A Vida Cultural de Lisboa na I República (1910-1926): actas do colóquio...*, 2011, pp. 129-148.

¹⁴⁷ Sobre a história das freguesias ver José António Santos, *As freguesias de Lisboa: história e actualidade*, Oeiras, Celta Editora, 1995; e continuam essenciais os trabalhos de A. Vieira da Silva, *As freguesias de Lisboa...*, e *Os bairros de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930 (se bem que em ambos os

A capital era delimitada pelo rio Tejo e por uma estrada de circunvalação que partindo desde Algés, passava por Benfica, Lumiar, Ameixoeira até aos Olivais em direcção ao rio. Ao longo desta “fronteira” concelhia, estabelecida nas duas últimas décadas do século XIX, existiam portas e delegações fiscais, implementadas em 1885-1886, para a cobrança integral dos direitos de consumo de determinados artigos que entravam na cidade, estas portas fiscais seriam abolidas em 1922. Em termos de poder local a autoridade máxima, durante a República, continuou a ser o governador civil (ao nível do distrito). Nomeado e demitido pelo Governo, possuía uma enorme diversidade de funções (intermediário entre o poder central e local, controle do processo eleitoral, ordem pública, registo de alvarás, regulamentação de preços, assistência e beneficência, censura, concessão de passaportes, entre outras)¹⁴⁸, em paralelo com o que sucedia durante a Monarquia. Se bem que a partir de 1913 este partilhasse a administração distrital com a Junta Geral de Distrito, órgão de eleição directa, com atribuições executivas e deliberativas.

Logo em 5 de Outubro foram exonerados os governadores civis, se bem que o decreto de destituição só fosse publicado no *Diário do Governo* a 25 de Outubro. O primeiro governador civil da Lisboa republicana foi Eusébio Leão, seguiram-se-lhe mais 26 governadores civis, até 30 de Maio de 1926, que permaneceram no cargo em média cerca de 219 dias, correspondendo no total a 24 individualidades, pois o mandato foi repetido por dois¹⁴⁹. Era habitual a substituição do governador civil quando mudava o Ministério, pois era um cargo de confiança política. A ordem e a segurança públicas eram controladas por este e mantidas pela polícia cívica, sediada no Governo Civil, onde também estavam instalados o comando superior de polícia sanitária, de polícia

estudos existam algumas incorrecções quanto às datas de criação das freguesias, porque este autor não distingue na data da fundação as paróquias religiosas das civis). As paróquias civis, com a área correspondente às religiosas, foram criadas pela carta de Lei de 25 de Abril de 1835.

¹⁴⁸ Sobre as funções do governador civil de Lisboa Veja-se MJM, “1910-1926”, in José Manuel Tengarrinha (Dir.), *História do governo civil de Lisboa*, Vol. 1, s.l., s.n., 2002, pp. 217-222. Para o estudo da prática da República em relação à descentralização administrativa ver César Oliveira, “A República e os municípios”, in *História dos municípios...*, 1996, pp. 243-283.

¹⁴⁹ Ver Anexos – A.1. Governadores civis de Lisboa (1910-1926).

O governador com menor número de dias no exercício do cargo (6) foi o coronel Ernesto Cunha Ferraz, que tomou posse a 13 de Maio de 1915; o penúltimo governador civil, Filipe da Sousa Mendes, comissário geral da polícia, foi o que permaneceu durante mais tempo (2 anos). Se não contabilizarmos o mandato de Ferraz, pela sua excepionalidade, verificamos que até ao primeiro mandato do governador António Sousa Fernandes (antes da Grande Guerra) os mandatos duravam em média cerca de 346 dias; durante a Guerra, passaram para uma média de cerca de 117 dias, espelhando o período conturbado então vivido; e, depois de Março de 1918, a média subiu para cerca de 272 dias. Tanto num período como noutro verificou-se uma enorme rotatividade deste cargo, não chegando a média de mandatos a durar um ano, somente 7 (26,9%) governadores completaram mais de um ano no exercício do cargo. Dois destes governadores civis, também exerceram funções no município da capital.

administrativa, judiciária, de segurança, preventiva e da polícia de investigação criminal (esta última a partir de 1917)¹⁵⁰. O Governo Civil de Lisboa estava instalado, desde 1835, numa dependência do antigo convento de S. Francisco da Cidade, à semelhança de outros organismos públicos. Na capital eram ínfimos os edifícios públicos existentes construídos expressamente para esse efeito. O Liberalismo tinha possibilitado a reutilização dos antigos conventos para a instalação do Parlamento, de hospitais (Capuchos, Desterro, Santa Marta e S. José), escolas, museus, quartéis e fábricas.

Em termos de transportes públicos a capital possuía eléctricos (os primeiros em 1901) e os “Americanos” (desapareceriam de circulação em 1917), cobrindo as zonas da Baixa e à beira-rio. A rede de eléctricos abrangeu a expansão urbanística para norte (Campo Grande, Areeiro, Benfica e Lumiar) e fazia ligação aos subúrbios (Algés e Dafundo)¹⁵¹. No dia-a-dia dos lisboetas eram igualmente importantes os ascensores, facilitando a subida e descida das colinas. A ligação aos concelhos limítrofes, por via fluvial, através dos Vapores Lisbonenses, compreendia as linhas de Aldeia Galega (Montijo), Cacilhas, Seixal, Alcochete, Trafaria e Samora Correia. Existia ainda o aluguer de trens, de automóveis de praça e de *side-cars*, os últimos a partir de 1922¹⁵².

Em meados dos anos 20 tinham aparecido os primeiros autocarros e os táxis “palhinhas” que, do número inicial de onze (1925), atingiriam cento e vinte no final da década¹⁵³. Para além disso, havia o caminho-de-ferro, com as linhas de Leste, Norte e Oeste (só para mercadorias); de Cascais (electrificada entre 1918 e 1926); e Linha do Sul e Sueste (Lisboa-Barreiro). Este meio de transporte, existente desde 1856 (primeira linha Lisboa-Carregado), fomentou o aparecimento de indústrias, armazéns, estaleiros, oficinas metalúrgicas e de mercadorias, de Xabregas a Belém, assim como a ligação ao porto de Lisboa.

Durante a República, em sequência com o sucedido desde meados do século XIX, o espaço físico e populacional da urbe teve um desenvolvimento acentuado. Num país na sua essência rural Lisboa apresentou, desde a última década deste século, um crescimento acelerado, atingindo em 1900 os 356.009 habitantes; em 1911 alcançou os

¹⁵⁰ Veja-se “Lisboa”, in *Anuário comercial de Portugal*: [1911 a 1926]; e MJM, *op. cit.*, pp. 238-239.

¹⁵¹ Sobre a temática dos transportes públicos ver *Lisboa em movimento: 1850-1920* / Coord. José Manuel Fernandes; Maria de Lurdes Janeiro, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

¹⁵² “Lisboa”, in *Anuário Comercial de Portugal*, Lisboa, Anuário Comercial de Portugal, 1922, p. 284.

¹⁵³ Delminda Rijo, “Sítio e população”, in Lisboa. Câmara Municipal, *Lisboa republicana...*, p 45.

O sentido da circulação automóvel fazia-se pela esquerda da via pública. Só com a entrada em vigor do primeiro Código da Estrada, a 14 de Abril de 1928, se estabeleceu o sentido do automóvel pela direita, à semelhança de toda a Europa continental.

435.359; em 1920 os 486.372 habitantes (Quadro 3), isto apesar da elevada mortalidade, nomeadamente devido à pneumónica¹⁵⁴ – valor que correspondia respectivamente a 7 por cento; 7,8 por cento e 8,6 por cento da população de Portugal continental –; e, no último censo da República (extraordinário só para Lisboa e Porto), em 1925, atingiu os 529.524 habitantes, um aumento de 23 por cento em relação a 1911, mais do dobro do que o Porto. Esta macrocefalia da capital é tanto mais relevante quanto a terceira cidade

Quadro 3 – População das cidades em 1900, 1911, 1920 e 1925

CIDADES	1900 ^(a)	1911 ^(b)	1920 ^(c)	1925 ^(d)
Lisboa	356.009	435.359	486.372	529.524
Porto	167.955	194.009	203.091	215.625
Setúbal	22.074	30.346	37.074	-
Braga	24.202	24.647	21.970	-
Coimbra	18.144	20.581	20.841	-
Portugal Continental	5.016.267	5.547.708	5.621.977	-

Fontes: (a) *Censo da população do Reino de Portugal... de 1900*, Vol. I: 2; (b) *Censo da população de Portugal...de 1911*.Parte I: 4 e 343; (c) *Censo da população de Portugal...1920*, Vol. 1: X e 2; (d) *Censo extraordinário (...) das cidades de Lisboa e Porto...1925*: 10 e 26.

Setúbal, se quedou entre os 30.346 a 37.074 habitantes, respectivamente em 1911 e 1920; seguindo-se-lhe Braga e depois Coimbra, ambas com valores que nunca alcançaram os 25.000 residentes. A atração migratória exercida por Lisboa residia no facto de esta ser “o centro por excelência da vida política, da máquina administrativa e das actividades económicas mais dinâmicas do país”¹⁵⁵.

Através do exame dos Censos observámos que em 1911 se contabilizaram em Lisboa 203.721 naturais da cidade (46,8%), ao passo que 38.494 (8,8%) eram oriundos de outro concelho do distrito e 176.905 (40,1%) de outros concelhos; os estrangeiros perfaziam 16.239 (3,7%) indivíduos. Em 1925 tinham nascido na capital 248.089 (46,9%), os naturais de outro concelho do distrito perfaziam 38.602 (7,2%); de outra naturalidade eram 228.949 (43,2%) pessoas; e 13.884 (2,6%) eram estrangeiros. De destacar que os alfacinhas (naturais de Lisboa) nunca atingiram metade da população da

¹⁵⁴ Em Outubro de 1918 a pneumónica atacou de forma particularmente aguda a capital, atingindo em particular as classes pobres já debilitadas pela falta de alimentos e carestia de vida; neste mês entraram, diariamente, nos hospitais 389 doentes. Vd. Delminda Rijo, *Ibid.*, p. 37.

Ainda no ano de 1918 os enterramentos em Lisboa atingiram os 18.068 indivíduos (sem contabilizar os dos cemitérios dos alemães e dos ingleses), mais 5.659 pessoas do que em 1917. Cf. “Questões municipais”. *O Combate*, 24-04-1919, p. 1.

¹⁵⁵ Fernando Rosas, *1910 a duas vozes: porque venceu...*, p. 44.

cidade, no período temporal em estudo, mantendo-se num valor muito semelhante entre 1911 e 1925; além disso o peso dos naturais dos concelhos do distrito de Lisboa também nunca atingiu sequer os 9 por cento; o maior crescimento (3,1%) revelou-se nos naturais doutros concelhos do país. O número de estrangeiros decresceu no final da República, mas não de forma significativa (1,1%). O crescimento da urbe deveu-se, no essencial, à migração de gentes oriundas de todo o território nacional¹⁵⁶.

A expansão da capital republicana concretizou-se, já o referimos, para norte (Avenidas Novas e Almirante Reis), continuando o desenvolvimento dos bairros de Campo de Ourique, da Inglaterra, das Colónias e do Alto de S. João. Todavia, apesar da existência destes planos municipais parciais o crescimento arquitectónico e urbanístico fez-se de forma arbitrária, com variadas formas de construção (prédios, palacetes e moradias, e, para os mais pobres, os pátios e vilas) radicando no seu espaço físico vivências quotidianas distintas e separadas, se bem que nos bairros históricos existisse alguma heterogeneidade social¹⁵⁷. A grande maioria dos lisboetas e dos novos imigrantes, que chegavam todos os dias à capital, eram pobres e habitavam nos bairros populares do centro histórico e nas zonas industriais ribeirinhas, a ocidente e oriente, rodeando o “grande eixo onde se combinavam o mundo urbano do poder e do bem-estar”¹⁵⁸ – do Terreiro do Paço às Avenidas Novas –, onde habitavam os negociantes, capitalistas, grandes proprietários rurais e grandes comerciantes, a oligarquia sociopolítica, altas patentes militares e civis, constituindo um mundo à parte de riqueza e ostentação social.

Em contraponto existia uma “Lisboa pobre”¹⁵⁹ dos que nos bairros antigos (Bairro Alto, Madragoa, Mouraria e Alfama), em Chelas, Xabregas, Marvila, no Alto de S. João e Beato (a oriente), e em Santo Amaro, Alcântara, Casal Ventoso, Sete Moinhos, Fonte Santa e até em furnas no Monsanto (a ocidente) sobreviviam

¹⁵⁶ A importância que a imigração teve no concelho de Lisboa foi sobejamente abordada pelos seguintes autores: Vítor Matias Ferreira, “Modos e caminhos da urbanização de Lisboa”. *Ler História*, n.º 7 (1986), pp. 101-132; Magda A. Pinheiro, “As cidades no Portugal Oitocentista”. *Ler História*, n.º 20 (1990), pp. 79-107.

¹⁵⁷ Sobre este tema ver Vítor Matias Ferreira, “Inovação social e mudança urbana na Lisboa contemporânea: uma aproximação sucinta à inovação urbana de Lisboa (1850-1980)”. *Ler História*, n.º 26 (1994), pp. 151-179; Michel Toussaint, “Lisboa e a arquitectura no tempo da I República”, in Maria Calado (Coord.), *Lisboa: roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 51-66.

¹⁵⁸ Fernando Rosas, *Lisboa revolucionária: roteiro dos conflitos armados do século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2007, p. 21.

¹⁵⁹ Título de vários artigos da *Ilustração Portuguesa*. Veja-se: “Lisboa pobre: o mercado da ribeira”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 850 (1922), pp. 530-531; “Lisboa pobre: o bairro de Alfama”. *Ibidem*, S. 2, n.º 856 (1922), pp. 55-56; “Lisboa pobre: a fonte santa”. *Ibidem*, S. 2, n.º 863 (1922), pp. 226-227.

pauperrimamente, em condições degradantes e insalubres. Uma amálgama de operários precários (o trabalho certo na fábrica/oficina era um apanágio dos operários qualificados ou antigos), estivadores no porto de Lisboa (na descarga do carvão e mercadorias), na venda ambulante e no pequeno comércio.

As mulheres eram criadas, modistas, costureiras, varinas, vendedoras ambulantes, floristas, operárias, atrizes, coristas; e, mais tarde, eram vendedoras de lojas ou de grandes armazéns, dactilógrafas e telefonistas¹⁶⁰. A maioria trabalhava porque o salário do “chefe de família”, um dos mais baixos da Europa, não chegava para sustentar a casa. Inclusive as crianças, a partir dos oito ou dez anos, eram aprendizes de variados ofícios, ardinhas, engraxadores de sapatos, pedintes, quase sempre de pé descalço e sujas, muitas viviam de esmolas, faziam recados e chegavam a roubar¹⁶¹. Era a Lisboa pobre e “perigosa” reconhecida como tal pela polícia e pela opinião pública, corroborando as palavras de Fernando Rosas era “como se os bairros populares e o seu mar de pobreza e tensão hostil, a oriente e a ocidente, cercassem a cidade da ordem estabelecida, dos centros da política e da administração e os novos bairros elegantes que continuavam para noroeste”¹⁶².

Contudo, a presença do operariado não se confinava ao pólo industrial de Alcântara (com grandes fábricas de moagem, fiação, metalurgia, CUF, refinação de açúcar, oficinas de reparação naval e tipografias) ou ao pólo industrial do Beato e Xabregas (com enormes indústrias de moagem e panificação, têxteis, tabacos, fósforos, sabão e borracha e fábricas militares; e com pequenas unidades manufactureiras de tanoaria e cortiça, ligadas ao vinho), mas também era evidente nos bairros antigos da capital, conforme nos revelou um estudo recentemente publicado sobre os movimentos

¹⁶⁰ As condições de trabalho das telefonistas e dos *chauffeurs* de aluguer de Lisboa, novas profissões da “cidade cosmopolita”, foram objecto de artigos na imprensa periódica, em Setembro de 1910. Cf. António Lopes; Alfredo Caldeira, “O operariado nas vésperas de 1910”, in *A Maçonaria e a Implantação da República*, pp. 58-59.

¹⁶¹ Sobre a dicotomia entre a Lisboa burguesa e operária ver Fernando Rosas, *Lisboa revolucionária...*, pp. 21-29. Para o estudo da temática da delinquência juvenil veja-se Eunice Relvas, “De «crianças perigosas» a «crianças em perigo»: delinquência juvenil em Lisboa: 1852-1912”, in IV Colóquio Temático As Escalas de Lisboa, Lisboa, 2001, *Actas das sessões do IV colóquio temático as escalas de Lisboa: morfologias, população e identidades*. [Lisboa, CML/DMC/AML], s.d., pp. 45-63.

¹⁶² Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 27-28.

Uma dissertação de doutoramento fornece-nos um importante estudo sobre as vítimas, tipos de crime e violência na capital na I República, confirmando a geografia de crime nas freguesias habitadas pelas classes populares, Cf. Maria Rita Lino Garnel, *Vítimas e violência na Lisboa da I República*, Coimbra, IUC, 2007, pp. 365-373.

sociais alternativos em Lisboa no século XX¹⁶³. Um exemplo dessa vivência operária era a zona do Bairro Alto, em que coexistiam palácios da velha nobreza, habitação popular, pequenas oficinas artesanais e unidades de produção com dezenas de operários, as sedes de vários jornais e até a Casa Sindical (a partir de 1911), no Palácio Pombal; e, a zona de Santos, onde igualmente existiu uma grande concentração de mão-de-obra operária qualificada, ao longo do século XX, ligada à construção e reparação naval da “doca do Espanhol”, do grupo CUF¹⁶⁴. Devemos ainda acentuar que ambos os pólos industriais (a ocidente e oriente) eram servidos pelo caminho-de-ferro e por instalações portuárias, estabelecendo a ligação de mercadorias e pessoas com a urbe, o país e o mundo.

O operariado morava próximo das fábricas e pequenas oficinas com condições de vida e de habitação degradantes, como veremos adiante. Em todos estes locais de convivência operária proliferavam os ideais do anarquismo, sindicalismo e cooperativismo. Eram espaços de trabalho e de habitação operária, mas também locais onde proliferavam as correntes libertárias, de contrapoder, que não queriam nem reconheciam os instrumentos existentes de acção política (eleições, governo, etc.). A presença de associações de classe e sindicatos, das organizações das “classes perigosas”, nas zonas periféricas de Lisboa, a oriente e a ocidente, mas também no centro urbano é admirável e reveladora da pujança do movimento operário português no início do século passado¹⁶⁵.

No Quadro 4 observamos que no 1.º e no 4.º Bairros Administrativos, em 1911, habitava 60 por cento da população de Lisboa, valor que desceu em 1920 (56,2%), e em 1925 (55,5%), mas que se manteve superior a metade dos habitantes da capital, isto é, na Primeira República os bairros operários e da classe média eram os mais densamente povoados. Quem aí habitava predominantemente era a “plebe urbana lisboeta”, muito

¹⁶³ Cf. João Freire; Maria Alexandre Lousada, *Roteiros da memória urbana: Lisboa: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2013. Neste estudo são apresentados vários itinerários da memória libertária na capital e biografias de seus militantes.

¹⁶⁴ Porém, na época a maioria das unidades industriais eram pequenas, por exemplo pelo Inquérito Industrial de 1917, o número de operários existentes em Lisboa era de 39.780 distribuindo-se por 2.026 estabelecimentos industriais, sendo que o sector com maior número de trabalhadores (4.463) era o da madeira e mobiliário, com 574 unidades industriais, numa média de cerca de 7 operários por estabelecimento. No lado oposto estava a indústria do tabaco que com 2 estabelecimentos empregava 2.022 operários. Cf. Pedro Soares Ferreira, *Entre o terror e a esperança: a revolução russa na sociedade portuguesa*, Casal de Cambra, CR/Caleidoscópio, 2011, p. 157 (Anexo I – Sectores predominantes e n.º de operários no concelho de Lisboa).

¹⁶⁵ Entre 1900 e 1933, período em que se desenvolveu o sindicalismo livre, em Lisboa existiram 217 sindicatos. Veja-se a sua distribuição quantitativa por sector de actividade in João Freire; Maria Alexandre Lousada, *op. cit.*, p. 129.

heterogénea, que ia “desde os indigentes e marginais ao proletariado industrial moderno, passando pelos operários oficinais, os artesãos, os pequenos funcionários e empregados públicos, os caixeiros, os marçanos, os moços de fretes, os pequenos lojistas ou os vendedores ambulantes”¹⁶⁶.

Quadro 4 – População de Lisboa por bairros administrativos, em 1911, 1920 e 1925

CIDADE DE LISBOA	ANOS					
	1911 ^(a)	%	1920 ^(b)	%	1925 ^(c)	%
1.º Bairro	129.571	29,8	134.863	27,7	138.758	26,2
2.º Bairro	81.595	18,7	97.706	20,1	105.036	19,8
3.º Bairro	92.441	21,2	115.231	23,7	130.514	24,7
4.º Bairro	131.752	30,3	138.572	28,5	155.216	29,3
Total	435.359	100	486.372	100	529.524	100

% - Percentagem em relação à população total.

Fontes: (a) *Censo da população de Portugal...1911. Parte I: 336*; (b) *Censo da população...1920, Vol. 1: 116-118*; (c) *Censo extraordinário...1925: 5*.

Se fizermos uma análise pormenorizada por cada Bairro Administrativo constatamos que, entre 1911 e 1925, o 2.º Bairro (Baixa Pombalina, Bairro Alto e Arroios) teve um acréscimo comedido de habitantes, se bem que aí tivesse surgido a nova freguesia da Penha de França (1918), devido ao crescimento de S. Jorge de Arroios; as restantes freguesias integradas neste Bairro já revelavam uma tendência para o predomínio dos serviços (sedes de empresas, seguradoras e bancos) e comércio, com a consequente diminuição de população, exemplo disso era o Bairro Alto onde se instalaram casas impressoras, redacções e tipografias de jornais, em antigos palácios. Deste modo, os jornalistas ficavam perto do Parlamento, dos cafés¹⁶⁷ da Baixa e do Chiado, onde circulavam os boatos, e do Terreiro do Paço centro nevrálgico do poder político, com os seus ministérios, em cujas arcadas se encontravam os seus apaniguados (e os pretendentes a tal). A Baixa era o centro do comércio, e local onde se situavam os principais hotéis; a rua do Ouro era a “artéria mais movimentada da cidade”, era aí, e no

¹⁶⁶ Fernando Rosas, *1910 a duas vozes: porque venceu...*, p. 58.

¹⁶⁷ Na época os cafés e as farmácias eram locais de sociabilidade política, aí discutia-se política e preparavam-se revoltas. Ver Maria Alice D. de A. Samara, *As Repúblicas...*, p. 150 e segs. A presença dos farmacêuticos só não se fez sentir numa vereação e numa comissão administrativa do Município de Lisboa, o que é um dado comprovativo da intervenção deste grupo socioprofissional na política local da capital, durante a I República.

Chiado, que se exibia a “«vida de rua» de Lisboa”, que se reuniam às 17 horas “grande parte dos passeantes e *badauds* da capital”¹⁶⁸.

Foi o 3.º Bairro Administrativo que apresentou o maior aumento de residentes (3,5%), entre 1911 e 1925. Era a zona por excelência de expansão urbanística (que englobava as Avenidas Novas) devido ao crescimento da alta e média burguesia; mas também de freguesias rurais como a Charneca e Lumiar. O 1.º Bairro que englobava os bairros históricos (Castelo, Sé, Alfama, etc.) e a zona industrial a oriente (de Xabregas ao Poço do Bispo) foi o que revelou a maior descida de população (3,6%), verificando-se somente um aumento moderado de população, entre 1920 e 1925, nas freguesias de S. Cristóvão, Anjos e Socorro, e mais acentuado na freguesia limítrofe dos Olivais. Ao contrário, o 4.º Bairro (Alcântara, Ajuda, Belém, Lapa, Santa Isabel, Santos-o-Velho) continuou o mais povoado em 1911 e 1925, embora sofrendo um pequeno decréscimo populacional (1%) entre estas datas, porém recuperando relativamente ao censo de 1920¹⁶⁹.

Como resposta à elevada concentração urbana existia uma construção de prédios de rendimento (para a classe média) em que a autoria dos arquitectos – marcante nos palacetes, nos prédios luxuosos das Avenidas e nas “obras mais emblemáticas de maior prestígio ou inovadoras”¹⁷⁰ –, era habitualmente desusada, sendo substituídos por mestre-de-obras, alcunhados de “gaioleiros”, que utilizavam processos de construção inspirados na técnica pombalina anti-sísmica em “gaiola”, mas por forma a reduzir os custos, ou por desleixo e inexperiência, colocavam menos madeiramento, tendo como resultado o seu desmoronamento¹⁷¹.

O projecto de construção dos primeiros bairros sociais (do Arco do Cego e da Ajuda/Boa Hora) incorporou as preocupações sociais e os ideais republicanos com o alojamento das classes populares. Aliás, as preocupações com a higiene e salubridade

¹⁶⁸ Raúl Proença, *Guia de Portugal. I generalidades: Lisboa e arredores*. Apresentação e notas de Sant’Anna Dionísio, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1924, p. 204.

¹⁶⁹ “Distribuição da População por freguesias e respectivos acréscimos relativos à população de 1920: Lisboa”, in Portugal.MF.DGE, *Censo extraordinário da população das cidades de Lisboa e Porto: 1 de Dezembro de 1925*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1927, s.p.

Sobre este tema ver A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa: as estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, [1978], pp. 21-28.

¹⁷⁰ Michel Toussaint, *op. cit.*, p. 50.

¹⁷¹ Por exemplo, em 1921 desabaram vários prédios em Campo de Ourique, veja-se “O desastre de Campo de Ourique”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 818 (1921), p. 283. E em 22 de Março de 1924 um prédio em construção caiu em Campolide, provocando a morte de 4 pessoas, ver “Desmoronamento em Campolide”. *Ibidem*, S. 2, n.º 945 (1924), pp. 398-399.

levaram muitos contemporâneos a defender a demolição dos velhos bairros da Mouraria e de Alfama; e a edilidade republicana aprovou o projecto de melhoramento do Casal Ventoso, que assim seria o novo bairro operário periférico da capital; porém, estas iniciativas ficariam no papel.

No final de 1925 foram estimadas em “25.000 a 30.000 habitações as que deviam faltar à população de Lisboa”¹⁷², esta escassez de alojamento aliada ao aumento das rendas de casa teve como consequência a proliferação de barracas nas zonas industriais, bem como o aluguer de quartos e a promiscuidade nas habitações do operariado, que (sobre)vivia sem condições de higiene, sem água, esgotos e luz, em pátios ou vilas ou ainda, muitas vezes, em antigos palácios transmutados para habitação das classes pobres. Em 1910 existiam cerca de 260 pátios e 117 vilas operárias na capital, em 1926 o seu número tinha ascendido a cerca de 615 e 365, respectivamente¹⁷³; em quinze anos o número de pátios aumentou 42 por cento e o das vilas em 32 por cento, cifras que traduzem sobremaneira o aumento da população que, na sua grande maioria, vivia em condições miseráveis e insalubres. Espaços à parte na capital onde imperava a sociabilidade operária, mas que também eram guetos de segregação social vistos, por muitos, como antros de “selvagens”, indigentes e criminosos.

A ocupação profissional dos lisboetas durante a República (Quadro 5), segundo o modelo científico de classificação de Jacques Bertillon¹⁷⁴ aplicado nos Censos, no que diz respeito à população activa (excluindo os improdutivos, os que não indicavam profissão e os que viviam dos rendimentos) incidia, em 1911, maioritariamente na indústria (37,9%); seguindo-se, por ordem decrescente, o comércio (19,5%), em terceiro lugar surgiam as profissões ligadas aos transportes terrestres, marítimos, fluviais, correios, telégrafos e telefones (8,7%); depois os que pertenciam à força pública (6,4%), seguidos dos profissionais liberais (4,6%); e na sexta posição surgiam os funcionários públicos (4,5%). Porém, se à administração pública adicionássemos as forças públicas

¹⁷² “Relatório da Comissão nomeada em 1926 para propor as Bases da Reforma Tributária”, in *As reformas tributárias de 1911 a 1929*, Lisboa, 1964, pp. 96-97. Citado por A. H. de Oliveira Marques (Coord.), *Portugal da Monarquia para a República...*, p. 64.

¹⁷³ Delminda Rijo; Eunice Relvas, “Lisboa republicana: dados e números”, in Lisboa. Câmara Municipal, *Lisboa republicana: espaço...*, pp. 14-15.

¹⁷⁴ Jacques Bertillon (1851-1922) desenvolveu um modelo reconhecido (última versão 1893) a nível internacional e adoptado por muitos países nos seus censos, durante muitas décadas. Em Portugal este método foi utilizado desde o censo de 1890 (inclusive) ao de 1930, exceptuando o de 1920 que não incluiu nenhuma referência profissional. Cf. António Pinto Ravara, “A classificação sócio profissional em Portugal (1806-1930)”. *Análise Social*, Vol. XXIV, n.º 103-104 (1988), pp. 1161-1184.

esta passaria a ocupar a terceira posição (10,9%); isto para não referir os profissionais liberais, pois alguns seriam empregados públicos. As profissões ligadas à exploração da superfície do solo (agricultura, pesca e caça) não atingiam os 3 por cento, valor que desceu 1 ponto percentual no final da República, em 1925.

Neste ano a preponderância pertencia aos que se dedicavam aos trabalhos domésticos¹⁷⁵ (35%), destronando do primeiro posto a indústria, que passou para a segunda posição (14,7%); depois, surgiam os profissionais do comércio (6,6%), que incluíam os bancos, seguros e correctores; na quarta posição vinha a força pública (5%); em seguida, as profissões liberais (2,3%); depois os trabalhadores nos transportes (2,2%); e em seguimento os empregados públicos (2,1%), estes últimos, surpreendentemente, comparativamente a 1911 – em face da ideia aceite pelos historiadores, e propagandeada na época, de “benefício” de empregos públicos por

Quadro 5 – População agrupada por grandes divisões profissionais no concelho de Lisboa, em 1911 e 1925

DIVISÕES PROFISSIONAIS	ANOS			
	1911 ^(a)	%	1925 ^(b)	%
Trabalho agrícola	12.321	2,8	7.389	1,4
Pesca e caça	585	0,1	3.415	0,6
Extracção de materiais minerais	38	-	266	0,1
Industria	164.991	37,9	77.977	14,7
Transportes	37.778	8,7	11.497	2,2
Comércio	84.961	19,5	34.987	6,6
Força pública	27.994	6,4	26.712	5,0
Administração pública	19.396	4,5	11.007	2,1
Profissões liberais	20.128	4,6	12.286	2,3
Pessoas vivendo de rendimentos	34.830	8,0	8.021	1,5
Trabalhos domésticos	9.158	2,1	185.321	35,0
Designações gerais sem indicação profissão	-	-	30.619	5,8
Improdutivos	23.179	5,3	120.027	22,7
Total população cidade de Lisboa	435.359	100	529.524	100

% - Percentagem de população em relação à população total do concelho.

Fontes: (a) *Censo da população de Portugal...1911. Parte V*: 118; (b) *Censo extraordinário...1925*: 13-14.

parte dos sucessivos governos aos “heróis” e outros apaniguados republicanos – registando uma descida de 2,4 por cento no cômputo total da população activa lisboeta. Uma explicação para este facto pode encontrar-se na não contabilização dos professores do Estado, dos médicos e profissões judiciais na administração pública; contudo,

¹⁷⁵ Esta classificação era muito lata, englobando além dos “serviçais empregados no serviço doméstico” (Censo, 1911), outras categorias profissionais, por exemplo, no Censo de 1930 foram aí incluídas todas as mulheres que não puderam ser integradas nos outros grupos profissionais, assim como as foram consideradas chefes de família. Vd. Portugal.DGE, *Censo da população de Portugal: no 1.º de Dezembro de 1930: relatório*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 17.

mesmo que contabilizássemos todos os profissionais liberais (2,3%), acrescidos dos elementos das forças públicas, verificava-se um decréscimo percentual seis por cento relativamente a 1911.

No que diz respeito à população não activa registou-se uma diminuição acentuada dos que viviam de rendimentos: em 1911 eram 8 por cento e no ano de 1925 somente 1,5 por cento. Quanto aos improdutivos, atingiam quase um quarto da população de Lisboa no final da República com uma taxa de 22,7 por cento; o Censo de 1925 classificou-os em quatro categorias: os “indivíduos não classificados” (velhos, mulheres domésticas e menores de 20 anos), mas também 1.381 homens entre os 20 e os 39 anos (seriam desempregados e/ou doentes?) que constituíam a maioria dos não activos com 101.6691 (84,7%); de seguida, mas bastante distantes em números, os “indivíduos sem profissão” que perfaziam 9.353 (7,8%); depois estavam os “mendigos, vagabundos e meretrizes” com 8.651 pessoas (7,1%); e, por último, nos “indivíduos momentaneamente sem emprego” (desempregados) foram arrolados apenas 422 (0,3%)¹⁷⁶.

Sabemos que no período temporal em análise a massa constituída por vagabundos e pedintes abrangia em grande parte o proletariado urbano sem profissão definida, muitos deles imigrantes, na sua maioria trabalhadores rurais, que tinham vindo para a capital em busca de trabalho e melhores condições de vida, mas que sem qualquer tipo de qualificação profissional se empregavam em trabalhos braçais e sazonais incertos (na estiva, construção civil, na venda ambulante, venda de lotaria, etc.). Sendo sujeitos a uma maior instabilidade laboral e despedimento arbitrário¹⁷⁷ experienciavam um quotidiano de miséria que os levava, muitas vezes, à mendicidade e à pequena delinquência¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Cf. Portugal.MF.DGE, *Censo extraordinário...1925*, p. 14.

¹⁷⁷ A designação oficial de “desempregado”, a quem se reconheceu o direito ao trabalho, surgiu pela primeira vez em Portugal com a República, na Lei de 20 de Julho de 1912, que estabeleceu medidas para a repressão da vadiagem e mendicidade. Embora, esta “categoria” social surgisse, desde 1886, nos relatórios e orçamentos do Congresso Municipal de Beneficência Pública; e, já na legislação anterior tivesse havido referências aos “sem trabalho” entre os mendigos e vadios. Cf. Eunice Relvas, *Esmola e degredo: mendigos e vadios em Lisboa (1835-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 36; Idem, “Congresso municipal de beneficência”, in Maria João Vaz; Eunice Relvas; Nuno Pinheiro (Org.), *Exclusão na história: actas do colóquio internacional sobre exclusão social*, Oeiras, Celta, 2000, pp. 239-246.

¹⁷⁸ Sobre esta temática veja-se Eunice Relvas, *Esmola e degredo...*; Lisboa. Câmara Municipal, *Excluídos: memórias de (sobre)vivências (1836-1933)* / Coord. Eunice Relvas, Lisboa, CML/GEO, 1999. [Catálogo de Exposição]; Maria de Fátima Martins Pinto, *Os indigentes: entre a assistência e a repressão*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

Apresentada a evolução demográfica e a distribuição profissional dos habitantes de Lisboa, analisemos sucintamente o seu nível de alfabetização. O índice de analfabetismo registou uma diminuição acentuada no sexo masculino nos maiores de 7 anos durante a Primeira República, em 1911 eram 51.147 e em 1925 completavam 45.087 (valor mínimo registado desde 1890); quanto ao sexo feminino continuou a aumentar no período em análise, correspondendo a 82.962 analfabetas em 1911 e a 92.936 no ano de 1925 (num movimento contínuo desde 1890), deste modo, a iliteracia era acentuadamente maior no sexo feminino, quase o dobro do sexo masculino¹⁷⁹.

Podemos afirmar que sendo manifestamente positivos para o sexo masculino estes resultados ficaram aquém das esperanças dos republicanos. No entanto, na escola republicana introduziram-se métodos e sistemas de ensino modernos e actualizados. E foi ainda na vigência da Monarquia que estes tomaram a iniciativa de criarem escolas primárias para crianças e adultos, de ensino laico, nos centros republicanos existentes em Lisboa. Nos anos que antecederam a implantação da República existiam 35 escolas primárias nos centros republicanos e outras organizações republicanas e paramaçónicas¹⁸⁰, às quais se juntaram outras durante o regime republicano. Estes centros, além da componente escolar, ofereciam a quem os frequentava bibliotecas e alguns possuíam cantinas escolares e balneários; além disso, muitos organizavam passeios de estudo, conferências e palestras livres sobre os mais variados temas, das ciências às artes, sobre a condição da mulher, etc., num trabalho contínuo e dedicado de educação para a cidadania.

Ao abordar a educação popular e de adultos durante a Primeira República temos de destacar a criação da Universidade Livre para a Educação Popular (1912), e da Universidade Popular Portuguesa (1919), considerada de “utilidade nacional” e financiada por subsídio público (Dec. de 10 de Maio de 1919)¹⁸¹. Estas instituições que tinham por objectivo a educação geral do povo, apostando na sua valorização e

¹⁷⁹ Cf. Portugal.MF.DGE, *Censo extraordinário...1925*, p. 7.

¹⁸⁰ Um exemplo maior destas instituições, que perdura na actualidade, é o da Sociedade Promotora de Educação Popular, no bairro de Alcântara. Aliás, analisando os Censos de 1900 e 1930, conforme escreveu Frédéric Vidal, “sendo ou não, um efeito da acção da *Promotora*, a melhoria do nível de instrução foi mais sensível em Alcântara do que no resto da cidade”, in Frédéric Vidal, “O bairro de Alcântara e a Sociedade Promotora de Educação Popular no tempo da I República”, in Colóquio Nacional Lisboa e a República, Lisboa, 2008, *Lisboa e a República...*, p. 65.

Para o estudo da importância da escola e da educação cívica nos centros republicanos veja-se Maria Alice D. de A. Samara, *As Repúblicas...*, pp. 130-143.

¹⁸¹ A. H. de Oliveira Marques (Coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, p. 613.

aproximação às elites intelectuais, também possuíam bibliotecas e, igualmente, ofereciam cursos temáticos ou palestras, para além de excursões e visitas de estudo.

Foi notável o esforço desenvolvido pelas vereações republicanas para o incremento educacional e cultural da população alfacinha. Existiram quatro bibliotecas municipais, uma em cada bairro administrativo da capital¹⁸². Algumas funcionaram em edifícios escolares, o que se enquadrava na concepção republicana de complementaridade da instrução e da educação cívica, numa visão iluminista, tendo por objectivo a formação do “homem novo”. Uma medida inovadora foi a instituição do horário de leitura nocturno, em 21 de Maio de 1923, na Biblioteca Municipal do 3.º Bairro e, a 15 de Outubro do mesmo ano, na Biblioteca Municipal Central. Ainda em Novembro de 1923, inaugurar-se-ia a Biblioteca Popular do Beato, na vila Zenha, que incluía uma hemeroteca; facto que era revelador do sinal dos tempos, um tempo onde se tornava indispensável a informação diária. Esta hemeroteca funcionava 3 horas por noite, como conviria a esta zona da cidade, um centro fabril onde abundava o operariado¹⁸³. No ano anterior a edilidade republicana respondera afirmativamente a um pedido da Universidade Livre, para instalar no Jardim da Estrela, “a primeira biblioteca popular, permanentemente ao dispor do povo de Lisboa”, porque a câmara municipal “tem sempre dispensado a maior solicitude ao desenvolvimento da instrução popular, base essencial da nossa regeneração educativa”¹⁸⁴.

A educação do espírito aliada à preocupação do futuro da raça conduziu os republicanos, a partir de 1908, a promoverem os banhos de mar, através das juntas de paróquia, com o apoio do jornal *O Século*. Esta iniciativa era dirigida aos filhos dos operários que habitavam, na sua maioria, em casas lúgubres e sem higiene necessitando de sol, mar e ar puro, para crescerem robustos. Esta actividade foi apoiada pelo Município de Lisboa, de 1908 a 1916, e passou, de 1924 a 1926, para a sua responsabilidade¹⁸⁵. Analogamente as edilidades republicanas, entre 1914 e 1926, apoiaram a infância, através da concessão de subsídios a 123 instituições da capital:

¹⁸² Em Julho de 1926, depois da dissolução da última vereação republicana, estavam assim localizadas: do 1.º Bairro, na travessa de S. Vicente, 5; do 2.º Bairro, na rua do Saco, 1; do 3.º Bairro, na rua da Boavista, 9-1º e do 4.º Bairro na calçada da Tapada, 64-A.

¹⁸³ Sessão de 7 de Novembro de 1923. *Actas das Sessões da Comissão Executiva... 1923*, p. 389.

¹⁸⁴ Sessão de 13 de Abril de 1922. *Actas das Sessões da Comissão Executiva... 1922*, p. 214.

¹⁸⁵ Cf. Nuno Campos, “Os primeiros banhos de mar infantis nas praias do rio Tejo: uma iniciativa da câmara municipal de Lisboa da Primeira República”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 2 (1998), pp. 128-143.

internatos, cantinas escolares, centros republicanos, colectividades com escolas, lactários e instituições de assistência¹⁸⁶.

Relativamente ao ensino feminino liceal e superior verificou-se um incremento na capital durante a República, correspondendo a um maior interesse da classe média burguesa na educação feminina e, também, ao novo papel social da mulher, propagandeado por associações femininas como a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Como paradigma da educação feminina existia o Liceu Maria Pia (denominado Liceu Central de Garrett, 1919), onde no ano lectivo de 1913/1914 estavam matriculadas 924 alunas. Também no ensino superior o número de alunas subiu exponencialmente, em 1910/1911 eram apenas 6 a nível nacional e só em Lisboa, no ano lectivo de 1919/1920, o número de alunas atingiu as 120 discentes (6,6% do total da população estudantil) distribuindo-se pelos seguintes cursos: Letras (54,3%) superando os alunos, Direito (2,3%) Ciências (11%), Farmácia (11,7%), Medicina (7%) e Agronomia (1,7%)¹⁸⁷. Cifras muito superiores aos das Universidades do Porto e de Coimbra, especialmente desta última o que, como assinalou Maria Cândida Proença, remete “para um maior conservadorismo da academia coimbrã”¹⁸⁸.

Para concluir devemos acautelar que Lisboa detinha uma posição privilegiada no panorama cultural do país. A cultura e as instituições de índole cultural eram essencialmente um fenómeno urbano, mas tal facto não deve escamotear o interesse genuíno dos republicanos na educação cívica do povo, através da escola republicana e das universidades populares, que aliado ao ambiente de liberdade que se vivia levou à dinamização do associativismo cultural e educativo, à enorme difusão de jornais e revistas, e, ainda, à realização de inúmeros congressos, num amplo movimento de participação e pluralidade cultural numa visão demopédica de acesso de todos os portugueses ao Conhecimento/Saber, tendo em vista o exercício pleno da cidadania.

O movimento associativo tinha-se desenvolvido em Portugal a partir do triunfo do Liberalismo, se bem que a proliferação de associações e sociedades tivesse ocorrido na segunda metade do século XIX e no primeiro quartel do século XX. O convívio mundano, a defesa de interesses comuns e a solidariedade levou à criação de inúmeras e

¹⁸⁶ Ver Eunice Relvas, “A actuação cultural das vereações lisboetas republicanas”, in Colóquio Nacional A Vida Cultural de Lisboa na I República, Lisboa, 2010, *A vida cultural...*, pp. 118-127 (Anexo - “Relação das instituições subsidiadas pela CML (1914-1925)”).

¹⁸⁷ A. H. de Oliveira Marques (Coord.), *Portugal da Monarquia...*, p. 562.

¹⁸⁸ Maria Cândida Proença, “A Educação”, in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República...*, p. 182.

múltiplas agremiações: agrícolas, de beneficência, civilizadoras, comerciais, educativas, de classe, industriais, liberais, patrióticas, de socorros mútuos, etc. na capital. Para as elites o clube era o local de cosmopolitismo burguês e possuía normalmente uma biblioteca ou gabinete de leitura, sala de festas ou salão de baile e sala de fumo onde se organizavam saraus literários e musicais, bailes, teatro, conferências sobre temas variados, *garden party*, etc. Com efeito, é na vertente dedicada ao recreio e ocupação dos tempos livres que o movimento associativo revelou maior vitalidade, mormente no espaço urbano.

Em Lisboa um associativismo pujante reflectiu as diferenças de estatuto social e bairristas dos alfacinhas. A legislação nacional sobre o horário de trabalho, com determinação de um dia de descanso semanal, aprovada em 1911, criou condições para novas formas de lazer, onde a diversão e o desporto tinham particular relevância. No ano de 1919 registou-se a existência de 164 clubes na capital¹⁸⁹; destas colectividades (se excluirmos as associações musicais, desportivas, de beneficência e, até de cariz político) eram de recreio, dramático, grémios e grupos excursionistas ao todo 95 (57,9%), como por exemplo: a Sociedade Recreativa Filhos do Trabalho, a Academia Recreativa Operária Beatense, a Academia de Recreio Operário, o Grupo Recreativo Familiar do Areeiro, o Grupo Familiar «O Invencível», o Grupo Recreativo «Os Bons Amigos», o Grupo Recreativo Familiar Aurora Chelense, o Grupo Excursionista «Os Vinte Amigos», o Grupo «Os 10 Unidos», o Grupo Excursionista «Os Venenos», a «União Familiar», o Ajuda Club, o Campolide Club, o Rato Club, o Belém Club, o Braço de Prata Club, o Club Belga, entre muitos outros. Estes clubes, agremiações, academias e grupos associativos desempenharam para além de uma função recreativa, um papel importante na cultura, educação cívica e solidariedade dos seus associados, aliás patente nalgumas designações adoptadas, como por exemplo o Grupo Dramático Aurora Social ou o Grupo Dramático «Os Auxiliadores».

No âmbito da ocupação dos tempos livres dos trabalhadores inscreviam-se as sociedades filarmónicas, que possuindo um carácter instrutivo tinham uma função essencialmente recreativa. Elas eram o grande espaço comum de sociabilidade entre os operários de uma fábrica ou de um bairro e, em muitos casos, este facto era visível nas denominações que adoptavam, por exemplo na citada “Relação” de 1919, encontramos:

¹⁸⁹ ANTT, Ministério do Interior, DGAC, Relação dos Clubes de Recreio que funcionam em Lisboa, ao abrigo da Lei de 14 de Fevereiro de 1907. 1919, Setembro, 15, Lisboa.

a Filarmónica dos Calceteiros, a Sociedade Musical União Beato, a Sociedade Filarmónica União Chelense, a Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivalense e a Sociedade Filarmónica Recreio Ajudense, entre outras. De ressaltar que o forte espírito associativo e o desejo de congregar pessoas com um interesse comum estavam patentes no facto de muitas destas associações musicais utilizarem a palavra «União»¹⁹⁰. A banda filarmónica estava presente no baile, na festa cívica, na visita oficial de Estado e, até, no comício republicano. O seu repertório era variado – música clássica, marchas, valsas, hinos e outras músicas em voga na época.

Em 1919, das 164 associações recreativas inventariadas na capital, 34 (20,7%) eram filarmónicas. A banda civil mais emblemática da época era a da Associação Musical 24 de Agosto, fundada em 19 de Outubro de 1885. O seu epíteto, de Banda da República, derivou de um episódio ocorrido em 1889 quando passando a “24” em Cascais, junto a D. Carlos, então príncipe real, tocou *A Marselhesa*, perante os aplausos da multidão que a seguia. Foi Elias Garcia que lhe deu o cognome, pelo qual doravante seria conhecida pelo povo de Lisboa¹⁹¹. O associativismo popular desenvolveu-se no primeiro quartel do século XX, em pleno contexto republicano e com ele directamente relacionado, designadamente com as bandas filarmónicas, mas também com associações dramáticas e sociedades de cultura e recreio. Nos diversos bairros da capital, estas estruturas associativas, constituíam verdadeiras redes de cultura e locais de participação cívica, onde gerações de lisboetas estudaram, discutiram, representaram, dançaram e tocaram, desempenhando um papel civilizador e cultural de grande importância na vida quotidiana dos seus sócios e respectivas famílias.

Também para entretenimento fora de casa existiam os teatros especializados em determinado tipo de espectáculo: no S. Carlos ouviam-se óperas alemãs, italianas e

¹⁹⁰ Ainda na vigência da Monarquia muitas das bandas civis eram republicanas, escapando o associativismo musical ao poder instituído. Este facto pode ser comprovado pela presença de palavras como *Esperança*, *Progresso*, *Triunfo* e *Liberdade*, nas suas denominações, por exemplo: Sociedade Filarmónica Progresso e Sociedade «Esperança e Alegria»; mas principalmente, por muitas destas bandas se terem recusado a tocar no casamento de D. Carlos I, nos coretos fixos e armados para a ocasião na capital; e, por actuarem nos festejos da visita do Presidente da República Francesa, Loubet, em 1905, organizados por entidades republicanas e paramaçónicas e em que houve um distanciamento das entidades oficiais. Sobre esta temática Cf. Eunice Relvas, “Bandas, filarmónicas e coretos volantes: a festa na rua”, in *A cidade: jornadas inter e pluridisciplinares: actas*, Vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 237-253.

¹⁹¹ Ver Eunice Relvas; Maria Calado, “Cultura e participação cívica”, in Maria Calado (Coord.), *Lisboa: roteiros...*, pp. 33-37.

francesas¹⁹²; no teatro D. Maria (Nacional Almeida Garrett, em 1911) drama e alta comédia; no teatro D. Amélia (República, em 1911, depois denominado S. Luís), oferecia-se drama e alta comédia, mas também ópera, opereta e zarzuela; no Trindade a comédia e opereta; no Ginásio comédia; no teatro da rua dos Condes e no Avenida, a opereta e a revista; no Príncipe Real (depois Apolo), o drama popular e comédia. Mais tarde surgiria o teatro Politeama (1913) e o Éden-teatro (1914); e outros pequenos teatros de bairro¹⁹³, como o Taborda (ainda existente), na Costa do Castelo. No Coliseu da rua da Palma, apreciavam-se diferentes géneros teatrais e no Coliseu dos Recreios, a ópera, opereta e espectáculos músico-teatrais. Em ambos o circo deleitava os lisboetas. Além disso, o teatro amador era presença frequente em muitas das associações, centros republicanos e colectividades recreativas da capital, envolvendo os seus associados.

Concorrentes do teatro eram os animatógrafos (depois cinemas) que a partir 1908 se tinham disseminado pela cidade (Alcântara, Anjos, Estefânia, Graça, Intendente, etc.). Alguns teatros foram adaptados para cinemas como o da rua dos Condes e o S. Luís. O primeiro grande cinema do século XX, construído como espaço cénico, onde podiam ocorrer concertos e outras apresentações musicais, exibições de filmes e representações teatrais foi o Tivoli (1924), na avenida da Liberdade, local de sociabilidade das elites. Outro espectáculo muito apreciado na época era as corridas de touros, na Praça do Campo Pequeno. Novidade neste período foram os parques de diversões, como o Paraíso de Lisboa (1912), na rua da Palma e, a partir de Junho de 1922, o Parque Mayer que oferecia aos visitantes: restaurantes, barracas de tirinhos, cavalinhos, pim-pam-pum, sessões de luta livre, etc.. E inauguraram-se dois teatros de revista: o Variedades (1922) e o teatro Maria Vitória (1926), que com a sua crítica social e as suas coristas encantavam os alfacinhas¹⁹⁴.

¹⁹² Durante a República o S. Carlos esteve encerrado durante 8 anos, reabrindo em 1920. Cf. Mário Vieira de Carvalho, “A República e as mudanças na cultura musical e músico-teatral”, in Colóquio Nacional A Vida Cultural de Lisboa na I República, Lisboa, 2010, *A vida cultural...*, p. 216.

¹⁹³ Temos notícia da existência de outros teatros de bairro, como: o “Salão do Povo”, o “Rocio Palace”, o “Salão Fantástico”, o “Salão dos Anjos”, o “Teatro do Povo”, o “Estefânia Palace”, o “Salão Foz”, o “Edison Teatro” e o “Etóile”, in Glória Bastos; Ana Isabel P. Teixeira de Vasconcelos, *O teatro em Lisboa no tempo da Primeira República*, Lisboa, IPM/Museu Nacional do Teatro, 2004. Citado por Maria Alice D. de A. Samara, *As Repúblicas...*, pp. 207-208.

¹⁹⁴ Sobre o papel do teatro de revista na República ver Jorge Trigo, “O 31 da política na revista à portuguesa”, in Colóquio Nacional A Vida Cultural de Lisboa na I República, Lisboa, 2010, *A vida cultural...*, pp.149-164.

Locais de encontro e divertimento eram igualmente os jardins, onde se podia ouvir a banda a tocar no coreto¹⁹⁵. Aos domingos era usual os lisboetas deslocarem-se para os arredores da cidade em passeio – com a família e amigos – levando cestos de merenda, fazendo piqueniques à sombra das árvores ou indo para os retiros, “às hortas”. Existiam muitos retiros em Lisboa e nos seus arrabaldes, proliferando nas zonas do Campo Grande, Calçada de Carriche, Carnide, Lumiar, Areeiro e em Sacavém. Igualmente as feiras tradicionais e outros divertimentos cíclicos, com calendário regular, eram atractivos e muito concorridos, como por exemplo: as feiras de Alcântara, de Santos, da Luz (a única que subsiste) e a Feira de Agosto (antecessora do Parque Mayer); o Carnaval; os festejos dos Santos Populares; as romarias dos arredores, nomeadamente a do Senhor da Serra, em Belas; as festas cívicas por ocasião de alguma efeméride; as festas de caridade, etc. O futebol, também começou a tornar-se num desporto de massas, com os jornais diários a reservarem-lhe cada vez mais notícias, num espectáculo com crescente número de adeptos. Eram, enfim, ocasiões de despreocupação, alegria, convívio e diversão à margem de um quotidiano árduo.

Podemos afirmar que a implantação da República não introduziu uma diferença imediata e radical no quotidiano dos lisboetas. Os elegantes e ricos continuaram a engalanar a Baixa e o Chiado (e mais tarde as Avenidas), comprando nas suas lojas finas com produtos requintados e novidades; indo às modistas e alfaiates que ofereceriam a última moda parisiense; frequentando os seus cafés, as livrarias, os teatros e cinemas; cruzando-se, diariamente, com lojistas, cambistas, contabilistas e empregados públicos, num corrúpio citadino semelhante a outra capital europeia. Um mundo elitista, de exclusividade, distante da vida vulgar do “povo” de Lisboa. Seria o deflagrar da Grande Guerra a assinalar a linha de fronteira e de mudanças profundas que foram introduzidas no quotidiano dos alfacinhas.

Logo em 1914 seriam criados primeiros organismos estatais ligados à economia de guerra: a Comissão de Subsistências e os Armazéns Gerais Industriais (ambos a 18 de Agosto), na capital e no Porto, estendendo-se depois ao resto do país; e, as Bolsas de Mercadorias de Lisboa e Porto (21 de Agosto). No porto de Lisboa seria criada uma zona franca, designada para receber as mercadorias exportadas pelas colónias

¹⁹⁵ Para o estudo deste tema veja-se Eunice Relvas; Pedro Bebiano Braga, *Coretos em Lisboa (1790-1990)*, Lisboa, Fragmentos, 1991.

portuguesas e pelo Brasil¹⁹⁶. A 10 de Agosto tinha sido publicado o primeiro decreto contra a especulação, onde se estabeleciam penalidades para os comerciantes que aumentassem os preços dos géneros de primeira necessidade, que no dia 15 do mesmo mês seriam alargadas ao aumento de preços de velas, sabão, papel e produtos farmacêuticos¹⁹⁷. Porém, as medidas intentadas pelo Governo contra a especulação e açambarcamento não surtiram efeito, no final deste ano sabia-se que estavam quase esgotados os *stocks* de batatas e açúcar em Lisboa¹⁹⁸.

Devido à importância que o pão desempenhava na alimentação das classes populares a Comissão de Subsistências criou, em 1 de Março de 1915, o denominado *pão político*¹⁹⁹, estabelecendo que a partir do dia 6 de Março todas as padarias da capital e Porto eram obrigadas a produzir dois tipos de pães (2.^a e 3.^a): o pão de família e o pão de uso comum (este último mais barato e que poderia conter farinha de milho) com preços tabelados, quanto ao pão de 1.^a, o preço era livre. Com esta lei o Estado diminuiu o preço da tabela de trigo; decretou o monopólio da compra do trigo pela Manutenção Militar que depois o vendia à moagem a preço subsidiado e a obrigatoriedade do manifesto e da venda²⁰⁰. Uma Portaria de 23 de Fevereiro de 1917 viria a criar para Lisboa um único tipo de pão (de trigo e milho, em partes iguais), se bem que a 20 de Março fossem estabelecidos dois tipos de pão, por outra portaria²⁰¹.

A carência habitual de produtos alimentares em Portugal aumentou vertiginosamente com este conflito, levando o Ministério a constituir Comissões de Subsistências em cada concelho (1915), que deveriam regulamentar os preços dos

¹⁹⁶ Cf. Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a economia de guerra*, Casal de Cambra, CR/Caleidoscópio, 2011, p.16 e 67. Esta obra é de consulta obrigatória para quem quiser estudar a economia de guerra e mobilização económica da I República portuguesa.

Ver Decreto n.º 789. *Diário do Governo*, I Série, n.º 149, de 22 de Agosto de 1914 e Decreto n.º 1062. *Ibidem*, I Série, n.º 216, de 18 de Novembro de 1914, citado por Ana Paula Pires, *op. cit.*, p. 71.

¹⁹⁷ Decreto n.º 741. *Diário do Governo*, I Série, n.º 138, de 10 de Agosto de 1914 e Decreto n.º 762. *Ibidem*, I Série, n.º 143, de 15 de Agosto de 1914, *apud* Ana Paula Pires, *Ibidem.*, p. 64.

¹⁹⁸ Ana Paula Pires, *op. cit.*, p. 103.

¹⁹⁹ Decreto n.º 1.371. *Diário do Governo*, I Série, n.º 39, de 1 de Março de 1915, pp. 211-212.

O fim definitivo do “regime do pão político” nas cidades de Lisboa e Porto, equiparando-as ao resto do país (Lei n.º 1.294, de 31 de Julho de 1922), seria estabelecido pelo Decreto n.º 9.060, publicado no *Diário do Governo*, I Série, n.º 78, 16 de Agosto de 1923, pp. 913-915. Este Decreto que originou o aumento do preço do pão de 3.^a, em cerca de 50 por cento, provocou vários protestos promovidos pela União Sindical de Lisboa, in José Adelino Maltez, *Tradição e revolução: uma biografia do Portugal político do século XIX ao século XXI*, Vol. II, Lisboa, Tribuna da História, 2005, p. 301.

²⁰⁰ Cf. Ana Paula Pires, *Ibid.*, pp. 114-115.

²⁰¹ Portaria n.º 887. *Diário do Governo*, I Série, n.º 28, de 23 de Fevereiro de 1917, p. 114; Portaria n.º 906. *Diário do Governo*, I Série, n.º 42, de 20 de Março de 1917, p. 172. Sobre os problemas da aquisição do trigo veja-se a já citada obra de Ana Paula Pires, p. 242 e seg.

géneros alimentícios, através da publicação de tabelas de preços²⁰². Em 1916 criaram-se as Comissões Distritais de Subsistências (7 de Fevereiro), suprimidas pela Comissão de Abastecimento (30 de Setembro), centralizando na figura do governador civil esta questão²⁰³. Porém, se para as autoridades competentes era tarefa acessível instituir o tabelamento dos preços, mais problemático (ou mesmo impraticável) foi acabar com o açambarcamento e a especulação. Sintomático desta ineficácia foi o facto de os talhos de Lisboa, neste ano de 1916, não conseguirem ter carne para venda, isto apesar dos esforços desenvolvidos pelo Governo para “*facilitar o transporte de reses dos Açores para o Continente*”; por isso, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, tentou garantir o abastecimento de carnes à capital através do estabelecimento da Comissão de Abastecimentos de Carnes, que funcionaria junto ao Mercado Geral de Gados, que tinha por funções, entre outras, adquirir gado próprio para consumo da população e o tabelamento do preço da venda da carne a retalho, e da qual era membro um elemento da Comissão Executiva da CML²⁰⁴.

Entre 1914 e 1918 a crise que atingiu as classes populares, a face visível da miséria pública, proveio duma inflação vertiginosa. Segundo António Telo, até esta data era comum uma inflação média de 2 a 4 por cento no nosso país, mas os anos da Guerra revelaram uma realidade diferente: em 1915 esta seria de 15 por cento; em 1916 de 19 por cento, ano em que a Alemanha declarou guerra a Portugal (9 de Março); em 1917 de 18 por cento e, o pior de todos os anos, em 1918 em que se atingiu 80 por cento de inflação. O aumento dos salários ficou sempre aquém da inflação, especialmente em 1918, quando o índice oficial de salários estacou nos 20 por cento²⁰⁵. A indignação de muitos quanto a esta situação calamitosa, contra “esta fúria de trepar”, orientava-se para o “açambarcador meliante [que] por aí anda à solta”²⁰⁶, que prosperava através do mercado negro, onde os preços praticados eram duas ou três vezes superiores aos

²⁰² Decreto n.º 1.900. *Diário do Governo*, I Série, n.º 189, de 18 de Setembro de 1915, pp. 1011-1012.

Pelo seu art.º 3.º em Lisboa e Porto estas comissões eram constituídas: pelo governador civil, que era o presidente; por dois delegados da comissão executiva do município; por um representante da indústria; por dois representantes do comércio de retalho e por dois representantes do operariado.

²⁰³ António Ventura, “A Sociedade portuguesa: efeitos da guerra”, in Aniceto Afonso; Carlos de Matos Gomes (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra: 1914.1918*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, p. 448.

²⁰⁴ Decreto n.º 2.895. *Diário do Governo*, I Série, n.º 249, de 13 de Dezembro de 1916, p. 1150.

Integravam esta Comissão: o vereador Manuel Joaquim dos Santos, João Viegas Paula Nogueira (Inspector Sanitário do Mercado Geral de Gados), Pedro José da Cunha (representante da Comissão de Abastecimentos), António Filipe Ribeiro (representantes dos marchantes matriculados) e Miguel Luís Vieira (representante da classe dos cortadores), in Ana Paula Pires, *op. cit.*, p. 247.

²⁰⁵ António José Telo, “A crise portuguesa: economia e sociedade”, in Aniceto Afonso; Carlos de Matos Gomes (coord.), *Portugal e a Grande Guerra...*, p. 486.

²⁰⁶ “A Câmara Municipal de Lisboa e a Carris: (...): o que tudo subiu”. *ABC*. A. I, n.º 42 (1921), p. 13.

oficiais, tabelados. A existência de 83 casas de penhores na capital²⁰⁷, em 1917, onde os lisboetas podiam obter empréstimos sobre objectos de ouro, prata, relógios e, também, sobre roupas, louça e mobílias é sintomática da gravidade da crise.

Os inquéritos da época indicavam que os gastos alimentares absorviam 70 por cento do orçamento familiar em 1916, 72 por cento em 1918 e 67 por cento em 1920; depois de saciadas as necessidades básicas (habitação, transportes, etc.) só uma ínfima parte da população teria alguma disponibilidade monetária²⁰⁸, especialmente durante os anos da guerra. Esta situação trágica levaria a protestos, greves e comícios contra a carestia de vida, exigindo o aumento dos salários, o fim do desemprego e deste conflito mundial. De tal forma que essa gravosa deterioração do nível de vida e a disseminação da fome, entre os habitantes a capital, originaram os primeiros ataques espontâneos a padarias, mercearias e armazéns, em 1916, que a princípio eram actos isolados, mas que rapidamente atingiram vagas de assaltos. Os mais ferozes ficariam conhecidos como a “revolta da batata”, em Maio de 1917, resultando em mortos, feridos e centenas de presos; culminando com a declaração de estado de sítio. A instabilidade social seria constante durante este período temporal.

Neste ano de 1917 o Governo de Afonso Costa, ficou mais isolado, possibilitando a revolução vitoriosa de Sidónio Pais (1872-1918), que inicialmente foi apoiado por uma massa tão dissemelhante que incluía desde anarco-sindicalistas a monárquicos. Sidónio era “a garantia da ordem, da tradição, da religião, da família, todos os valores fundos da sociedade portuguesa que estavam ameaçados”²⁰⁹, se bem que as esperanças e ilusões nele depositadas pelo movimento operário, depressa se esfumassem, devido ao regime ditatorial de tipo presidencialista estabelecido. Esta fugaz ditadura fascista, *avant-la-lettre*, não resolveu os problemas existentes e teria como desfecho o assassinato do seu mentor, um ano depois.

A 9 de Março de 1918 seria criado o Ministério das Subsistências e Transportes²¹⁰, pasta tutelada por Machado Santos (até 9 de Junho), se bem que a partir

²⁰⁷ António Ventura, “A sociedade portuguesa...”, p. 451.

²⁰⁸ Miriam Halpern Pereira, “Niveaux de consommation, niveaux de vie au Portugal (1874-1922)”. Sep. *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, nº 2/3 (Mar./Jun. 1975), pp. 624-625.

²⁰⁹ António José Telo, “Sidónio Pais e a Guerra”, in Aniceto Afonso; Carlos de M. Gomes (Coord.), *op. cit.*, p. 376.

²¹⁰ Este Ministério herdou competências atribuídas ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e ao Ministério do Comércio. Em 15 de Julho de 1918 foi extinta a Secretaria das Subsistências e Transportes. A 9 de Outubro de 1918 seria criada a Secretaria dos Abastecimentos, que a partir do Governo de Tamagnini Barbosa (23 Dez. 1918 a 7 Jan. 1919), passaria a Ministério dos Abastecimentos. Cf. Alberto

de 15 de Maio os ministérios passassem a secretarias de Estado. Numa tentativa de solucionar o abastecimento de géneros alimentícios e acabar com o açambarcamento e a especulação o Governo sidonista publicou uma portaria, em 28 de Maio de 1918, produzindo efeitos a partir do dia 31, determinando que todos os talhos e salsicharias de Lisboa, afixassem em local visível as tabelas dos preços máximos das carnes, anexas à mesma portaria²¹¹.

Para o cumprimento desta lei tinham sido outorgados à polícia cívica e aos membros das comissões administrativas das juntas de freguesia as mesmas competências fiscais (vigilância de preços e combate ao açambarcamento) que detinham os fiscais da Direcção Geral de Subsistências²¹². Determinante e violenta seria a acção do inspector da fiscalização (saído da Presidência), Jorge Botelho Moniz (1898-1961), e dos seus célebres “varejos”; só no dia 17 de Julho de 1918 foram encerradas 243 mercearias na capital, por não terem afixado a tabela oficial dos preços, uma iniciativa que foi aplaudida pel’*A Capital*, pelo “passo decisivo para a consolidação do princípio de autoridade”, se bem que discordasse do fecho de estabelecimentos de víveres enquanto tivessem produtos para venda²¹³.

Contudo, mais uma vez estas medidas foram insuficientes e a crescente gravidade da situação levou o Governo a determinar o regime de racionamento, em 31 de Agosto, com senhas de consumo individuais fixadas pelas freguesias na capital e no Porto (pelos regedores no restantes concelhos de Portugal). Este regime seria estabelecido em Lisboa a partir de 16 de Setembro de 1918 e a 23 do mesmo mês no resto do país²¹⁴. Após a Assinatura do Armistício (11 de Novembro) sentir-se-ia uma quebra nos preços de alguns artigos de primeira necessidade, todavia, somente no mês

Laplaine Guimarães *et al.*, *Os governos da República (1910-2010)*, Lisboa, Ed. Autores, 2011, pp. 222-229.

²¹¹ Portaria n.º 1.384. *Diário do Governo*, I Série, n.º 116, de 28 de Maio de 1918, pp. 833-834.

Em 1919 seria publicada uma portaria similar, veja-se Portaria n.º 1.814. *Diário do Governo*, I Série, n.º 103, de 29 de Maio de 1919, pp. 1384-1385.

²¹² Portaria n.º 1.279. *Diário do Governo*, I Série, n.º 67, de 3 de Abril de 1918, p. 342.

²¹³ Cf. Ana Paula Pires, *op. cit.*, p. 308 (nota de rodapé) e “Os açambarcadores: opiniões d’ «A Capital» acerca da acção das autoridades: como deve o governo encarar esta questão para o futuro?”. *A Capital*, 18-07-1918, p. 1.

²¹⁴ Edital de 2 de Setembro de 1918, in António Ventura, “A sociedade portuguesa...”, p. 449.

As senhas de racionamento só eram de distribuição gratuita para os indigentes, mas o Decreto n.º 4.921, considerando injusto o pagamento destas senhas porque “nem sempre era possível garantir o abastecimento dos mercados” vai estabelecer que, a partir de 26 de Outubro, as senhas de racionamento sejam distribuídas gratuitamente, este decreto foi publicado no *Diário do Governo*, I Série, n.º 235, de 29 de Outubro de 1918 (datado do dia anterior).

de Fevereiro de 1919 o Ministério dos Abastecimentos restabeleceria a liberdade de trânsito e de comércio²¹⁵.

Não foi somente o poder central que tomou providências para atenuar os efeitos da crise de subsistências, também as câmaras municipais tomaram medidas tendentes a prevenir esta situação. Prontamente, em Agosto de 1914, a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa chamou a atenção do Ministério para algumas questões carentes de deliberação, entre estas: a ajuda à importação de géneros alimentícios e gados, a proibição da exportação de carvão, gados e géneros alimentícios; o tabelamento e fixação dos preços dos géneros alimentícios, com base nos preços dos últimos 30 dias anteriores à Guerra; o combate ao açambarcamento de alimentos e gados; e a isenção de impostos à pesca, das embarcações à vela²¹⁶. Ainda no mesmo mês, o presidente da Comissão Executiva, Levy Marques da Costa, em ligação com as Companhias de Gás e Electricidade, implementou medidas que visavam diminuir o consumo de carvão na iluminação pública e particular: apagar os candeeiros mais cedo; não acender os candeeiros das ruas sem habitantes e que não fossem imprescindíveis ao trânsito e reduzir em metade a iluminação a gás nos arruamentos remanescentes²¹⁷.

Todavia, foi em vão que o Município de Lisboa tentou debelar “a questão das subsistências”²¹⁸. A 11 de Abril de 1917, o mesmo presidente, propôs que esta fosse “autorizada a adquirir e vender ao publico géneros alimentícios de primeira necessidade, criando para esse efeito um ou mais depósitos”, à semelhança do que tinha feito o Município do Porto; justificando que a inacção da CML, objecto de censuras dos munícipes, não se devia à falta de zelo, mas ao facto de em Lisboa existirem organismos centrais como a Comissão Central de Abastecimentos²¹⁹.

Na sessão de 20 de Abril, o vereador Fernão Pires, foi mais longe ao citar o que sucedeu relativamente aos preços exorbitantes de alguns bens essenciais: a Companhia Nacional de Moagem tinha comprado o arroz a 1\$40 e vendia-o a 4\$20; a União Fabril tinha açambarcado a azeitona e o azeite, e depois foi-o vendendo a conta-gotas para ir

²¹⁵ Lei n.º 835. *Diário do Governo*, I Série, n.º 87, de 17 de Fevereiro de 1919, p. 250. Esta lei substituiu as tabelas de preços fixos pelas de preços máximos e dois tipos de pão de trigo.

Mais legislação seria publicada sobre a liberdade de comércio, veja-se Ana Paula Pires, *Ibidem*, p. 352.

²¹⁶ Cf. *Jornal do Comércio e das Colónias*, 4-08-1914, p. 2. Citado por Idem, *Ibid.*, pp. 58-59.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 62.

²¹⁸ Para além das sessões indicadas no texto veja-se as Sessões de 23 de Abril de 1917; 1 de Novembro de 1917; 5 de Novembro de 1917; 7 de Novembro de 1917 e 9 de Novembro de 1917. In *Actas das Sessões da Câmara Municipal...1917*, pp. 109-112; 147; 264; 277-278; 286-287 e 295-299.

²¹⁹ Sessão de 11 de Abril de 1917. *Ibidem*, p. 119.

aumentando os preços; também com o peixe sucedeu o mesmo “para render mais”. Ora, para este edil “Isto não é negócio sério (...) e o Governo não tem tido a energia precisa para evitar tais abusos”. As críticas aos açambarcadores “que não têm tido o mínimo escrúpulo em reduzir o povo à fome” eram unânimes por parte da vereação, defendendo a tomada de medidas para que “não faltasse a carne, o peixe, a hortalça, o arroz, o azeite, as batatas, e outros géneros, para que as classes desprotegidas, aquelas que sofrem, não se vissem ainda mais sacrificadas”²²⁰.

Apesar de ter sido nomeada uma Comissão Municipal de Subsistências, a tentativa de regulação dos preços dos géneros de primeira necessidade por parte do município foi tardia e encontrou entraves intransponíveis, o primeiro porque no mês de Abril não havia colheitas; depois, na época da colheita mandaram-se enviados “à Moita e outras terras dos arredores comprar batatas, mas assim que lá chegaram os sindicatos, (...), elevaram o preço”; tentaram então comprar batatas na Beira, mas o Governo antecipou-se-lhes²²¹. As divergências existentes entre os edis sobre a melhor forma de debelar esta “questão” – se a câmara deveria vender directamente os produtos, como faziam nos talhos municipais ou se deveria comprar aos armazenistas e depois fornecê-los a cooperativas ou aos lojistas –, a falta de dinheiro e do apoio do poder central, que não dispensou à Câmara de Lisboa o tratamento igual à do Porto e a outras cidades, teve como efeito a inércia e críticas à edilidade da capital. Porém, para além das causas referidas, uma análise crítica dos impasses e até da letargia da actuação da municipalidade lisbonense de 1914-1917 sobre a “questão das subsistências”, deverá igualmente considerar que os edis que a compunham eram maioritariamente comerciantes e, por isso, na sua tomada de decisões (ou mais propriamente na ausência atempada de medidas) protegeriam os seus interesses pessoais em detrimento do interesse público.

Devemos assinalar que o aumento da especulação e do custo de vida foram propícios ao desenvolvimento do movimento cooperativista, tendo sido efectuados trabalhos preparatórios, em reuniões realizadas na CML e no Conselho Central do Partido Socialista, para a configuração dos alicerces da organização de uma Federação Nacional de Cooperativas²²². Logo no dia em que a nova vereação eleita tomou posse, 2 de Janeiro de 1918, o edil Luís Viegas apresentou uma proposta de criação de uma

²²⁰ Sessão de 20 de Abril de 1917. *Ibid.*, pp. 128-129.

²²¹ Sessão de 2 de Novembro de 1917. *Ibidem*, p. 274.

²²² Cf. Ana Paula Pires, *op. cit.*, p. 257.

“Comissão Municipal de Abastecimento a Lisboa”, para debelar o problema das subsistências²²³; mas este projecto não foi sequer discutido porque a vereação foi substituída por uma Comissão Administrativa sidonista, que tomou posse no dia 14 deste mês.

A tentativa desta Comissão para debelar a “questão das subsistências”, através do projecto de criação de uma Repartição Municipal de Subsistência e Auxílio às Classes Operárias²²⁴, também não obteve resultados. Em Fevereiro, aprovou-se a mobilização de todas as embarcações de pesca (vela e vapor) e tripulações, registadas no porto de Lisboa, assim como dos armazéns e frigoríficos de pescado, passando os proprietários dos barcos a receber um aluguer e ficando o comércio de peixe sujeito a uma tabela municipal; porém, no mês de Julho ainda se discutia este assunto, deliberando-se que fosse consultado o Secretário do Estado das Subsistências e Transportes, sobre a anuência do Governo para a sua execução imediata²²⁵.

No mês de Outubro, a mesma Comissão, inutilmente, pediu a transferência do Serviço de Abastecimento de Carnes, ao Secretário de Estado dos Abastecimentos, para aprovisionar de forma satisfatória os talhos municipais, pois somente aí “as carnes são vendidas pelos preços mínimos que o custo do gado permite”²²⁶; aliás, estes talhos apresentavam desde há muito um *deficit* que a câmara suportava para salvaguarda dos munícipes. Foi com esse objectivo que, a partir de 1 de Julho de 1918, o talho municipal do matadouro e os talhos ambulantes passaram a vender miudezas das reses bovinas, abatidas nos talhos municipais²²⁷, antes arrematadas em hasta pública.

Em 17 de Setembro de 1919 foi extinto o Ministério dos Abastecimentos e Transportes²²⁸. Este ministério tivera uma acção muito criticada e fora considerado uma “inutilidade e um pretexto para anichar ociosos”, pelo semanário socialista *O Combate*, pois:

²²³ Veja-se Sessão de 2 de Janeiro de 1918. *Actas das Sessões da Câmara Municipal... 1918*, pp. 9-12.

²²⁴ Sessão Extraordinária de 23 de Janeiro de 1918. *Ibidem*, pp. 49-51.

²²⁵ Cf. Sessão de 22 de Fevereiro de 1918. *Ibidem*, pp. 156-158 e Sessão de 4 de Julho de 1918. *Ibid.*, pp. 473-475.

²²⁶ Sessão de 31 de Outubro de 1918. *Ibidem*, p. 730.

²²⁷ Sessão de 27 de Junho de 1918. *Ibidem*, pp. 451-453.

²²⁸ Lei n.º 882. *Diário do Governo*, I Série, n.º 188, de 17 de Setembro de 1919, pp. 1985-1986.

Os seus serviços foram removidos para o Ministério do Comércio e Comunicações e para o Ministério da Agricultura. Com excepção dos serviços de abastecimentos de carnes verdes, congeladas e peixe, que voltaram a estar a cargo das câmaras municipais, nos termos do n.º 35.º do artigo 94.º da Lei de 7 de Agosto de 1913.

“O povo lutou sempre com a falta dos géneros, comeu toda a porcaria bolorenta que estava nos armazéns, estadeou a sua miséria e a sua paciência nas intermináveis *bichas*, insultado e agredido pela polícia, foi alvo da troça de merceeiros, carvoeiros e vendilhões, mendigou senhas para o petróleo e açúcar, sofreu enfim tratos de polé e o tal ministério de subsistências nunca remediou um só de todos estes males, quiçá agravou alguns”²²⁹.

Diligenciando para fazer face às terríveis consequências da Grande Guerra outras medidas tinham sido adoptadas como as respeitantes à poupança de energia quando, pelo Decreto n.º 2.922, de 30 de Dezembro de 1916, se estabeleceu que a iluminação (a gás ou electricidade) seria reduzida aos particulares (30%) e a pública (50%). Foram igualmente proibidas as iluminações exteriores de lojas, restaurantes, cafés, casas de espectáculos e outros edificios. Estabeleceu-se o adiantamento da hora legal em 60 minutos, de 1 de Março até 31 de Outubro; e novos horários para as repartições públicas (das 10 horas às 16 horas), para estabelecimentos comerciais (encerramento às 19 horas), para restaurantes, cafés, tabernas e casas de espectáculos (fecho às 23 horas)²³⁰, normas que alteraram o quotidiano alfacinha. Igualmente o Senado municipal, em cumprimento do dito decreto, aprovou que as sessões camarárias passassem a ter lugar das 13 às 16 horas²³¹.

A situação era calamitosa devido à crise da indústria (sem matérias-primas e combustíveis, na sua maioria importados) o que originou o fecho de fábricas e oficinas e, conseqüente aumento do desemprego. Para os trabalhadores sem emprego, os mendigos e demais indigentes foi criada a “Sopa para os Pobres”, por uma comissão conjunta d’*O Século* e das juntas de freguesia de Lisboa (a primeira foi inaugurada em 2 de Abril de 1917, em S. Sebastião da Pedreira, no edificio da Penitenciária de Lisboa)²³². Em Setembro as juntas de freguesia tinham-se separado da cantina do jornal *O Século* e fundado as “Cantinas Sociais”. Logo nesse mês estavam em funcionamento “Cantinas Sociais” nas freguesias de Alcântara, Beato, Encarnação, S. Cristóvão e S. Lourenço, S. Miguel e Santa Catarina, que forneciam sopa pela exígua quantia de 2

²²⁹ “Subsistências”. *O Combate*, 2-03-1919, p. 1.

²³⁰ António Ventura, “A sociedade portuguesa...”, p. 448.

²³¹ Sessão Extraordinária de 2 de Janeiro de 1917. *Actas das Sessões Extraordinárias....1917*, p. 11.

²³² Cf. “Sopa para os pobres”. *O Século*, 3-04-1917, p. 1; “A «Sopa para os pobres»”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 581 (1917), p. 297.

centavos o litro, recebendo cada cantina (incluindo a do *Século*) um subsídio mensal do município de 20 escudos por mês, a partir desta data²³³.

Esta era uma iniciativa que tinha origem no século XIX com a instituição das Cozinhas Económicas na capital (1893), por acção da 3.^a Duquesa de Palmela (1841-1909), que forneciam refeições (sopa, prato do dia, pão e vinho) por preços baixos, destinando-se ao operariado. Em Abril de 1918, as Cozinhas Económicas e as “Cantinas Sociais” ficariam dependentes da Provedoria Central de Assistência, criando-se a Comissão Assistência 5 de Dezembro, cuja actividade mais vulgarizada foi a (re)criação da “Sopa para os Pobres”, a partir de agora comumente designada de “Sopa do Sidónio”, nome pelo qual seria perpetuada no tempo.

Entre o início de Abril e 24 de Setembro de 1918 inauguram-se vinte e seis “Sopas Económicas” na capital: em Alcântara, Ajuda, Arroios, Belém, Beato, Benfica, Braço de Prata, Campo de Ourique, Campolide, Castelo, Chelas, Igreja de Santa Luzia, Lumiar, Mercês, Mouraria, Paço de S. Vicente, Penha de França, Santa Engrácia, Santa Isabel, Santa Marta, Santiago, S. Cristóvão, S. Lourenço, Sé, Socorro e S. Paulo. Estas “Sopas do Sidónio” eram gratuitas para os “extremamente pobres”; pagavam o pão a 5 centavos todos os de “minguados recursos”; e desembolsava 10 centavos quem quisesse “beneficiar um pobre com uma sopa ou um pão”. Numa intenção deliberada de moralizar a assistência, faziam uma selecção rigorosa dos seus beneficiários, não se cansando de frisar que não alimentavam “vadios” e “ociosos”²³⁴; chegaram a servir 2.000 refeições diárias. Os socialistas e sindicalistas classificaram estas “sopas” de inúteis contra a indigência dominante, opondo-se contra o que consideravam caridade e não solidariedade, apelando ao movimento reivindicativo do operariado para forçar o Ministério a adoptar as medidas sociais preconizadas pela UON²³⁵. Ainda longe da construção de um Estado Social, em 1926, existiam em Lisboa trinta e oito Cozinhas Económicas ou “Sopas dos Pobres”, quase uma por cada freguesia.

²³³ Ver Sessões de 9 de Abril de 1917 e de 7 de Setembro de 1917. *Actas das Sessões da Câmara... 1917*, p. 72 e pp. 243-244.

²³⁴ Maria Alice Samara, “O sidonismo: um regime de tipo novo?”, in Seminário Internacional Elites e Poder: A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931), Évora, 2002, *Elites e poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* / Coord. Manuel Baião, Lisboa, Colibri/Évora, CIHCSU, 2004, pp. 413-414.

²³⁵ Idem, *Ibidem*.

Em Outubro a Comissão que dirigia a administração das “Sopas dos Pobres” criou os Armazéns Populares de géneros, nos seguintes locais: Alcântara, Alto do Pina, Asilo de Mendicidade (Campo de Santana), Belém, Junqueira e Terreiro do Trigo, in *Ibidem*, p. 414.

Ao percorrer a imprensa deste período temporal (assim como do início do século XX) deparamo-nos com outro tipo de socorro aos miseráveis, os célebres bodos aos pobres. Estes consistiam na distribuição de alimentos (pão, arroz, açúcar, carne, café, etc.) e, por vezes, uma quantia em dinheiro, a indigentes selecionados pelas juntas de freguesia, aos quais eram entregues senhas. Por vezes eram igualmente distribuídos vestuário e calçado. Estes bodos poderiam ser uma iniciativa de uma colectividade republicana, de uma associação de beneficência ou de um jornal (entre estes destacou-se *O Século*); aquando dos Aniversários da República eram sempre organizados vários bodos pelos centros republicanos na capital²³⁶.

No pós-guerra existia uma Lisboa pobre, de indigentes, mas também de uma grande massa urbana de operários, caixeiros, empregados de escritório e funcionários públicos que viam quotidianamente a ostentação dos que tinham beneficiado com a Guerra. Era a outra face da moeda, a Lisboa burguesa e cosmopolita dos anos 20, do “novo-rico” enriquecido com negócios escuros, investimentos na bolsa, açambarcamentos e burlas diversas²³⁷. Em 1920 o mal-estar provocado por esta desigualdade social levou alguns republicanos radicais (ligados a Machado Santos) a publicar um opúsculo, onde acusavam alguns políticos e homens de Estado de estarem ligados aos “escritórios de comissões e agências de negócios” que abundavam na capital, acusando-os de “serem procuradores de potentados e de bandidos”; ou seja, de estarem mancomunados com os açambarcadores, negociantes e patronato, num texto violento que caracterizava os partidos políticos republicanos como “agências mercantis, mais ou menos disfarçadas”²³⁸. Atestando que na República a ascensão social se conseguia pelo dinheiro e, muitas vezes, também pela actividade política.

O gosto pelo consumo e luxo, circunscritos às zonas do Chiado, Rossio e avenida da Liberdade, levou à proliferação de joalharias, lojas *chics*, clubes nocturnos (o primeiro abriu em 1915 ou 1916)²³⁹, bares, casinos e bordéis. Já em 1918 era criticada a degradação moral que assolava a capital:

²³⁶ A título de exemplo ver notícias n’*A Capital*, 6-10-1911, p. 2; 6-10-1912, p. 2; e nas mesmas datas nos anos subsequentes, nos jornais republicanos lisboetas.

²³⁷ Para a caracterização do “novo-rico” lisboeta veja-se António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pp. 108-110.

²³⁸ *Os partidos políticos perante a Nação: um grupo de republicanos que combateram em Monsanto*, Lisboa, Tip. Liberty, [1920], p. 3.

²³⁹ Reinaldo Ferreira, *Memórias de um ex-morfinómano*, Lisboa, Ed. dos Herdeiros, 1956. *Apud* Júlia Leitão de Barros, *Os night clubs de Lisboa nos anos 20*, Lisboa, Lúcyfer edições, 1990, p. 27. Sobre este assunto Cf. Júlia Leitão de Barros, *op. cit.*, [Clubes de Lisboa: datas de funcionamento, localização], s/p.

“Nunca foi tão grande o movimento das praias e das termas, nunca as batotas, os teatros, os casinos, as praças de touros, todos os sítios de prazer, estúrdia e regabofe tiveram tão larga concorrência. Nunca as lojas de moda e os estabelecimentos *chics* fizeram tanto negócio, e nunca a podridão dos *snoobs* e dos *dandys* das classes altas conseguiu contaminar tão profundamente as classes populares”²⁴⁰.

Nestes anos tinha surgido uma nova diversão nocturna – o *night-club*. O primeiro digno desse nome foi denominado Palace (1917-1919), nas Portas de Santo Antão; no mesmo ano, e na mesma rua, foi inaugurado o Majestic, depois designado como Monumental (actualmente, Casa do Alentejo). Ainda na mesma artéria, o mais mundano clube da capital, o Bristol (1918-1927). Outras referências da Lisboa boémia foram o Club Mayer; o Maxim’s e o Ritz Club. Eram locais onde se jantava, se jogava (apesar de oficialmente o jogo ser ilegal), se viam espectáculos de variedades, se dançava ao som do *Jazz-Band* e se fumava cocaína. Nos *night-clubs*, imperava a loucura e o delírio como noutras capitais europeias da época. O jogo (roleta, banca francesa, *bacará* bancado, etc.) constituía uma das actividades com maior sucesso nos clubes nocturnos.

Em 1918 lia-se n’*A Capital* que 4.000 pessoas trabalhavam no jogo e que os seus clientes atingiriam 20 a 30 mil pessoas, isto é perto de 20 por cento da população activa de Lisboa²⁴¹. A par destes clubes cosmopolitas da Baixa “em que a gente não sabe que língua fala – nem de que terra é...” continuou coexistindo o clube recreativo de bairro onde todos se conheciam, local de encontro de famílias, de namoros e, até de casamentos. O primeiro era a “estúrdia, a orgia, a loucura – o *jazz band*. Nele vive o delírio – e muitas vezes a tragédia”; o clube de bairro era “o divertimento pacato, familiar”²⁴². O novo-rico, “gordo e carregado de jóias, que se passeia em carros caros franceses ou americanos dando o braço a uma mulher forrada de peles, colares e

(a maioria dos clubes inventariados iniciou a sua actividade durante e após a Grande Guerra); e Nuno Ludovice, “Lisboa 1918: a «...cidade de aparência alegre e louca...””. *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 4 (2000), pp. 166-191.

²⁴⁰ Carvalho Araújo, “A única salvação”. *A Fronteira*, 25-08-1918. Citado por Júlia Leitão de Barros, *Ibid.*, p. 24.

²⁴¹ *Apud* Júlia Leitão, *Os night clubs...*, p. 56.

²⁴² Félix Correia, “Crónicas de verão: as noites de Lisboa depois da meia-noite nos «clubs» bairristas e nos «clubs» cosmopolitas”. *Diário de Lisboa*, 13-07-1927, p. 4.

chapéus de plumas”²⁴³, era o símbolo da perdição, da estúrdia, do deboche; o operariado continuava com os seus velhos hábitos de diversão.

A Grande Guerra tinha trazido uma mudança radical civilizacional à vida quotidiana da capital. Nos *loucos* anos 20, agravaram-se drasticamente as diferenças sociais entre os novos-ricos (banqueiros²⁴⁴, toda a sorte de especuladores e industriais que aumentaram o seu capital, muitas vezes de forma ilegal), que viviam uma vida faustosa; e, a classe média, uma massa urbana heterogénea, assalariada (que incluía os pequenos e médios funcionários públicos), dependente do seu reduzido salário para sobreviver.

Lisboa era uma cidade de grandes desigualdades sociais, num formigar de greves e tentativas de golpes e revoltas, a insegurança e desordem eram experiências quase quotidianas (tiros perdidos, bombas e confrontos sociais)²⁴⁵, instalando nas suas gentes descrença e vontade de mudança. As tentativas frustradas de instaurar “ordem pública”, durante o período de grande instabilidade da Guerra, intentadas pelos governos ditatoriais de Pimenta de Castro e, muito especialmente de Sidónio Pais, saíam fracassadas. O povo de Lisboa comungava dos ideais republicanos e lutou por eles; e, apesar de todas as decepções e divórcios, bateu-se pelo regime republicano de forma heroica, em Monsanto, no ano de 1919.

Porém, adivinhavam-se novos tempos. Na Europa do pós-guerra brotavam os novos movimentos comunistas e fascistas, ameaçando a ordem liberal e burguesa. As elites cépticas em relação aos políticos e ao regime liberal e constitucional viam num regime ditatorial a solução de todos os problemas do país. Muitos portugueses desiludidos com a República, cansados das revoltas constantes, receando o bolchevismo e o anarquismo, desejavam um Governo forte que impusesse ordem. A revolta militar

²⁴³ António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, p. 159.

²⁴⁴ O mais célebre caso de burla bancária da época foi o de Alves dos Reis, responsável pela maior falsificação de notas de banco (500 escudos) que começaram a circular em Abril de 1925.

²⁴⁵ A violência política foi objecto de análise na I República no já citado trabalho de Maria Garnel. Porém, como os motivos das agressões às vítimas examinadas no Instituto de Medicina Legal de Lisboa não eram indicados nos processos, esta historiadora só conseguiu identificar essa relação em 27 processos de 1912 e 2 do ano de 1926. De salientar que “as pedras, como instrumento de agressão, seguras na mão ou arrematadas de longe, são (...) muito frequentes e eficazes”, as pedradas constam como “arma” em 244 processos em 1912 e em 185 no ano de 1926. Como salienta a autora a proliferação da sua utilização “à mão de semear conta-nos como tardava o calcetamento das ruas e dos passeios da capital”. Ver Maria Rita Lino Garnel, *Vítimas e violência...*, pp. 393-395 e p. 398.

Na época o comissário-geral da Polícia, Ferreira do Amaral, elaborou um relatório (1925), segundo o qual nos últimos quatro anos, nas ruas de Lisboa, tinham sido assassinados 8 guardas e 45 feridos (a tiro e à bomba), 30 habitantes mortos à bomba e 92 feridos com as mesmas armas. Um total de 325 bombas tinha rebentado em Lisboa. Cf. José Adelino Maltez, *Tradição e revolução...*, Vol. II, p. 314.

de 28 de Maio de 1926, iniciada pelo general Gomes da Costa (1863-1929), foi o seu presságio. A 9 de Julho de 1926, nova revolta militar, levou-o para o exílio, sendo substituído pelo general Carmona (1869-1951).

A ditadura militar instalada após o golpe militar de 28 de Maio (para os seus contemporâneos percebido como mais um entre tantos), marcaria o início do fim da Primeira República. O Portugal ultra-montano e rural atacou e abafou a “Lisboa revolucionária”, que reagiu quando percebeu os seus verdadeiros intentos reaccionários, pegando em armas e vindo para a rua a 7 de Fevereiro de 1927, a 20 de Julho de 1928 e, a última vez, a 26 de Agosto de 1931, sem êxito²⁴⁶. A ditadura militar instaurada, reprimiu com violência agravada as revoltas de resistência republicana, em Lisboa e no país.

²⁴⁶ Para a história das revoltas e revoluções na capital, da República até 1975, é essencial o já citado estudo de Fernando Rosas, *Lisboa revolucionária...*, 2007.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DO CORPO E DO PROCESSO ELEITORAL DE LISBOA NA I REPÚBLICA

II.1. Legislação eleitoral

Os estudos dos sistemas eleitorais remontam ao Iluminismo francês e tinham como propósito o desenvolvimento de processos matemáticos que traduzissem da melhor forma a verdadeira vontade do eleitorado; foi nos finais do século XIX, que se introduziram os primeiros sistemas proporcionais tendo em vista alcançar este desiderato²⁴⁷. A análise da legislação que regulamentava cada acto eleitoral – quem detinha o direito de voto (eleitor)²⁴⁸, os procedimentos vigentes no recenseamento, na votação, na fiscalização do acto eleitoral, no apuramento dos votos, nos recursos e as definições das circunscrições eleitorais – revela-se crucial para perceber as intenções políticas do legislador (poder/governo), que nesta época estavam longe de ser independentes. Um exemplo desta circunstância está patente no facto de em Portugal durante a Monarquia Constitucional o eleitorado rural ter sido acrescido, e, em sentido oposto, a República ter privilegiado os eleitores urbanos, mais favoráveis e progressistas, mormente através da Lei n.º 3, de Julho de 1913 (Código Eleitoral republicano)²⁴⁹.

Como defende Fernando Farelo Lopes, o sistema eleitoral na Primeira República caracterizou-se pela intromissão estatal, podendo falar-se em “eleições fabricadas pelos governos, trocando favores administrativos por votos, organizando uma fraude mais ou menos maciça, de modo a confirmar uma maioria parlamentar”²⁵⁰, ou seja «eleições feitas», mais facilitadas num sistema de voto limitado e cujos métodos eleitorais

²⁴⁷ Cf. Dieter Nohlen, *Os sistemas eleitorais: o contexto faz a diferença*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 10.

²⁴⁸ Sobre o direito de voto na legislação eleitoral portuguesa no Liberalismo, ver Maria Antonieta Cruz, “Direitos humanos: uma utopia em construção”, in Fátima Viera; Maria Teresa Castilho (Orgs.), *Estilhaços de sonhos: espaços de utopia*, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, 2004, pp. 74-91.

²⁴⁹ Lei n.º 3. *Diário do Governo*, n.º 153, de 3 de Julho de 1913, pp. 2245-2451.

²⁵⁰ Fernando Farelo Lopes, “Direito de voto, regime de escrutínio e «eleições feitas» na I República portuguesa”, in André Freire (Coord.), *Eleições e sistemas eleitorais no século XX português: uma perspectiva histórica e comparativa*, Lisboa, Edições Colibri/FMS/IHC, 2011, p. 101.

assentavam em práticas caciquistas. Segundo José Varela Ortega existiam duas tipologias de «eleições feitas» no Ocidente: uma que tinha como arquétipo os modelos de Inglaterra e Bélgica (adoptado em Itália) que se definia por uma competição política aberta, orientando-se a luta política de baixo para cima, assentando as restrições legislativas no recenseamento eleitoral; e, outra, cujo modelo era a França de Napoleão III (1852-1869) caracterizado por uma elevada desmotivação cívica e uma reduzida descentralização pública, permitindo ao Ministério do Interior, através dos agentes administrativos, exercer fraude eleitoral e pressões sobre os candidatos, que era seguido por Portugal, Espanha e Alemanha²⁵¹. No nosso país embora as eleições tivessem a concorrência de vários partidos, em especial no pós-guerra, esta proliferação partidária não se traduziu em vitórias eleitorais, podendo definir-se a República como um sistema de multipartidarismo imperfeito ou de partido dominante²⁵², enraizado na hegemonia política exercida pelo Partido Democrático, herdeiro da estrutura e da denominação do “velho” Partido Republicano Português.

Abrimos aqui um parêntesis para lembrarmos que profundamente relacionado com a legislação eleitoral e o resultado do sufrágio estava o fenómeno do caciquismo. Esta prática – reconhecida, em 1886, por Oliveira Martins (1845-1894) que distinguiu dois tipos fundamentais de caciques: o “cacique proprietário” (cuja influência política assentava nos recursos económicos) e o “cacique burocrático” (o seu poderio advinha da posição que detinha na máquina administrativa)²⁵³ – foi objecto de estudos relevantes no nosso país, não sendo aqui necessário desenvolver esta problemática²⁵⁴; que, aliás, no período temporal que estudamos, não constituiu uma originalidade portuguesa.

²⁵¹ José Varela Ortega, *Eleições e democracia em Espanha* (2000, 2009), citado por *Ibidem*, pp. 115-116.

²⁵² Entre os estudiosos deste período é generalizada esta caracterização do sistema político da República. Sobre este assunto ver a tese de doutoramento de Marcelo Rebelo de Sousa, *Os partidos políticos no direito constitucional português*, Braga, Livr. Cruz, 1983, pp. 167-177; as obras de Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo...*, e “Um regime parlamentarista de partido dominante”, in António Reis (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 3, Lisboa, Alfa, 1990-1992, pp. 85-100; Fernando Rosas, *1910 a duas vozes: porque venceu...*, pp. 81-86.

²⁵³ Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista...*, pp. 135-136.

O mesmo autor ressaltou que no nosso país o termo «influyente» (Eça de Queirós, 1871) era análogo ao do «cacique» da vizinha Espanha.

Se bem que esta palavra portuguesa não tivesse “como a espanhola um significado pejorativo”, in Oliveira Martins, *Dispersos*, Vol. I, Lisboa, 1923, pp. 255-256, *Apud* Luís Vidigal, *Cidadania, caciquismo e poder: Portugal (1890-1916)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 21.

²⁵⁴ Sobre o caciquismo nas eleições de Oitocentos e na República veja-se as já citadas obras de Fernando Farelo Lopes, *A I República portuguesa...*; e *Poder político e caciquismo...*; Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo...*, 1991; José Manuel Sobral; Pedro G. Tavares de Almeida, “Caciquismo e poder político...”, pp. 649-671 e Luís Vidigal, *Cidadania...*, pp. 20-25.

Ainda sobre este tema ver um artigo de opinião (da época), do republicano histórico José Barbosa, “Guerra aos caciques”. *Alma Nacional*, n.º 31 (1910), pp. 485-487.

Relembremos apenas que o caciquismo sendo um fenómeno comum na época funcionava com base em redes clientelares hierarquizadas e na repartição de benesses pessoais ou públicas.

Para Fernando Farelo Lopes, o emprego público, «empregomania», era um dos bens transaccionáveis com maior êxito eleitoral nas cidades. Ainda segundo este autor, após o 5 de Outubro, assistiu-se “a uma rápida integração dos esquemas clientelares por parte dos dirigentes e quadros «históricos», ao mesmo tempo que inúmeras personalidades e redes verticais da Monarquia se transferem para o Partido Republicano e seus herdeiros”, defendendo que entre 1920 e 1926 “a rede de protecção e a «empregomania» terão pesado mais do que nunca nos sucessivos êxitos eleitorais do Partido Democrático”, evidenciando a importância do caciquismo na sua hegemonia política²⁵⁵. Importa referir que a “compra de voto”, nas suas diversas formas (dinheiro, comida, vinho, em troca de favores pessoais ou empregos públicos) era uma manifestação copiosa nas zonas rurais e menos usual no meio urbano (onde o cidadão era mais alfabetizado e mobilizado politicamente), se bem que tenhamos notícia da sua prática nas cidades, designadamente em Lisboa²⁵⁶.

Retomando a legislação eleitoral, sabemos que de acordo com os estudiosos dos séculos XIX-XX as leis eleitorais expressavam opções políticas. O poder legislativo tentou a salvaguarda de eleitores que pensavam constituir algum perigo para o poder estabelecido (excluindo-os do exercício do voto), ou que consideravam impreparados para o exercício da cidadania e para escolherem os representantes políticos que construiriam um país que se desejava mais bem-aventurado e feliz, pois na esteira do positivismo acreditavam que o povo só poderia ser republicano se fosse instruído²⁵⁷. Em nenhum texto legislativo republicano surgiam referências à justeza do sufrágio universal masculino, a excepção foi a legislação eleitoral sidonista que ao concedê-lo referiu no seu preâmbulo que realizava “uma aspiração do antigo partido republicano português”²⁵⁸.

²⁵⁵ Vd. Fernando Farelo Lopes, “Caciquismo e política em Portugal: uma perspectiva sobre a Monarquia e a I República”. *Sociologia*, n.º 9 (1991), p. 135 e 136.

²⁵⁶ Por exemplo, nas eleições gerais de 1887, efectuou-se a “compra” do voto, a 10 tostões, nas freguesias de Alfama, Mercês e Santo Estevão; este «apoio comprado» era o que imperava nos meios urbanos. Cf. Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, p. 131.

²⁵⁷ Luís Salgado de Matos, *Tudo o que sempre...*, p. 34.

²⁵⁸ Decreto n.º 3.907. *Diário do Governo*, I Série, n.º 47, de 11 de Março de 1918, p. 177.

Já no ano de 1873, antes do manifesto programático do PRP (1891) que inscrevia o sufrágio universal, o programa-manifesto do Centro Republicano Federal de Lisboa defendia “o sufrágio universal para todos

No *tempo da propaganda* tinham saído vários artigos no jornal republicano *O Debate*²⁵⁹, da autoria de João de Meneses, defendendo a reforma eleitoral. No comício republicano de 5 de Fevereiro de 1905 foi aprovada uma moção, por unanimidade, que consagrava a proposta de Meneses para a tão desejada reestruturação: “a) sufrágio universal; b) garantias para o exercício de voto (recenseamento e acto eleitoral); c) representação proporcional; d) autonomia política das cidades”. No ano seguinte, no jornal *A Luta*, de 4 de Maio, Brito Camacho defendeu que era “indispensável promover a inclusão no recenseamento eleitoral de 40 a 50 mil cidadãos que há na cidade [Lisboa], com direito de voto, e que por um motivo ou outro não figuram como eleitores”²⁶⁰. Em 1908 para além dos jornais republicanos criticarem a lei vigente patrocinavam a sua reforma, voltando João de Meneses a propor, no mesmo jornal diário, as bases de uma nova Lei Eleitoral²⁶¹, onde consagrava o sufrágio universal, entre outros pontos. Porém, implantada a República este desejo tornou-se para os partidos republicanos um objectivo dilatado, a atingir num futuro remoto, quando não fosse passível de ser uma “arma tremenda de reacção e sectarismo”²⁶².

Na realidade o programa do PRP de 1912 (Partido Democrático) tinha consagrado o sufrágio universal (masculino), assim como o do Partido Republicano Radical Português (1911)²⁶³ e o do Partido Socialista Português (1895)²⁶⁴; os programas do partido unionista e do evolucionista são ambíguos relativamente a esta questão, inscrevendo o primeiro: “Tomar a iniciativa, ou adoptar a de quem tiver, para que se faça uma lei eleitoral que permita a eleição dos corpos administrativos de maneira que eles representem genuinamente e autenticamente o pensar e o querer dos eleitores” (art.º 31.º); e, o segundo, defendendo a “Ampliação, tanto quanto possível, do sufrágio para dar à República feição democrática”²⁶⁵; como se para estes dois partidos esta fosse uma matéria pouco relevante para a luta política e legitimação do poder democrático.

os membros da Federação Portuguesa, tanto do sexo masculino como do sexo feminino, que tiverem completado 18 anos”, in Pedro Tavares de Almeida (Org. e Introd.), *Legislação eleitoral portuguesa (1820-1926)*, Lisboa, Imprensa Nacional-CM, 1998, p. XVIII (nota de rodapé).

²⁵⁹ Publicados nos dias 14, 17, 19, 20, 24, 25, 26, 27 e 28 de Maio e 25, 28 e 30 de Junho de 1904. Referido por Francisco Trindade Coelho, *Manual político...*, p. 468 (nota de rodapé).

²⁶⁰ Idem, *Ibidem*.

²⁶¹ À qual já aludimos no Cap. I.1. Eleição da primeira vereação republicana....

²⁶² *República*, 14-03-1918. Citado por Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, p. 78.

²⁶³ Vd. Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, p. 151 e 167.

²⁶⁴ Neste caso defendia-se o sufrágio universal, de ambos os sexos. Cf. F. Trindade Coelho, *op. cit.*, p. 643.

²⁶⁵ Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, p. 209 e 220.

Para além das três forças partidárias já referidas somente mais duas abordariam o sufrágio universal: o Partido Republicano Liberal (1919), ao defender o sufrágio universal masculino para maiores de 21 anos; e o Partido Republicano da Esquerda Democrática (1926), que inscreveu a defesa do “*Sufrágio universal, sem exclusão da mulher, pelo menos da mulher diplomada*”; salientando que “o sufrágio universal aparece sempre como uma condição essencial da Democracia”; e mais, que o povo “É soberano um dia – no dia em que vota”²⁶⁶.

Sem surpresas, no debate parlamentar de 1913 sobre o projecto eleitoral do Partido Democrático, os partidos flutuaram entre o sufrágio universal e o restrito. Os evolucionistas (então opositores do Governo de Afonso Costa) detinham posições mais críticas em relação ao projecto dos democráticos, mais restritivo; ao passo que os unionistas (seus apoiantes) se aproximaram das suas posições. Quanto aos socialistas – que nas Constituintes tinham defendido o sufrágio universal, cumprindo as reivindicações inscritas no seu programa – voltaram a contestar o sufrágio restrito. Todavia, a questão do direito de voto manteve-se arredada do operariado ligado aos movimentos sindicalistas e anarquistas, este distanciamento em relação ao Parlamento e à política perdurava desde a Monarquia²⁶⁷.

Ainda relativamente a este tema, verificar-se-ia nos grupos monárquicos e mais conservadores da sociedade um movimento descontínuo e peculiar²⁶⁸. Com efeito, se em 1911 os restauracionistas moderados criticaram as restrições da Lei Eleitoral, que os excluía da política activa, também se afirmaram contra o sufrágio universal, posição coincidente com o que tinham defendido antes de 1910, e mantiveram as suas posições em 1913; mas um ano depois, sem ilusões quanto ao seu ostracismo político, defenderam a abstenção eleitoral dos seus simpatizantes. Já no ano de 1915, esperançosos com o Governo reaccionário de Pimenta de Castro, voltou a interessar-

²⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 353; p. 348 e 349.

A defesa do sufrágio universal foi também defendida pelo Grémio dos Obreiros do Trabalho, veja-se José Marcelino Carrilho, *Democracia em acção: representação parlamentar em que o "Grémio Obreiros do Trabalho" advoga a pureza do sufrágio universal e defende os direitos políticos dos militares*, Lisboa, Assis, Figueiredo & Ca, 1912.

²⁶⁷ Se bem que alguns sindicalistas revolucionários e anarquistas, embora receando a propaganda republicana – que entendiam que afastava o operariado dos sindicatos e dos seus desígnios, atraindo-os para os partidos políticos, da burguesia – integrassem o bloco social do 5 de Outubro. Sobre esta temática veja-se Joana Dias Pereira, *Sindicalismo revolucionário: a história de uma «Idéa»*, Casal de Cambra, CR/Caleidoscópio, 2011, pp. 36-42.

²⁶⁸ Cf. Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, pp. 78-84.

lhes o jogo da política, registando-se uma metamorfose profunda quanto à sua posição sobre o direito de voto, defendendo então o sufrágio universal e o voto obrigatório²⁶⁹.

Os grupos conservadores viram na expansão do eleitorado a possibilidade de influenciarem e alcançarem uma participação no jogo político. Tal desiderato foi em parte consumado com o sidonismo. No pós-guerra, já com o sufrágio restrito reposto, os monarquistas, católicos e outras forças retrógradas não fugiram à luta eleitoral, pois estando conscientes de que a legalidade das urnas não lhes traria a vitória, pretendiam “insinuar a via alternativa [golpe] na fase de estertor do regime”²⁷⁰.

Em 1918 Sidónio iria introduzir o sufrágio universal (masculino), satisfazendo socialistas, católicos e monárquicos; se bem que o seu propósito fosse a vitória eleitoral do Partido Nacional Republicano em oposição à hegemonia do Partido Democrático; não nos surpreendamos assim que, ao inverso, os “velhos” partidos republicanos voltassem a defender o voto capacitário, garantia da “defesa da República contra a influência exercida pelos caciques monárquicos e pelos grandes proprietários junto dos analfabetos”²⁷¹. De qualquer forma esta era uma matéria que não gerava consensos, ainda no Congresso Geral do Partido Democrático, em 1914, foi aprovado o princípio de que o recenseamento eleitoral devia ser obrigatório²⁷².

Sabemos que a prática eleitoral nos primeiros anos da República, definida na sua essência pelos democráticos, foi dura para com os opositores monárquicos e, até, com a oposição republicana. Também a legislação sidonista, se bem que tivesse estabelecido o sufrágio universal, se definiu pela opressão aos opositores republicanos; por isso, estes, à semelhança do que anteriormente tinha sucedido com os monárquicos, não apresentaram listas ao sufrágio. Uma maior normalização eleitoral ocorreria após o ano de 1919, quando católicos e monárquicos se apresentaram pontualmente nas urnas. Contudo, a «censura da rua»²⁷³, exercida muitas vezes por civis armados, resultou em

²⁶⁹ Durante a Monarquia o voto obrigatório chegou a ser proposto pelos republicanos de forma a inverter o desinteresse eleitoral das classes populares. Em 1904-1905 foram seus acérrimos defensores Brito Camacho e João de Meneses; se bem que em 1910 o primeiro já não o defendesse por não o julgar benéfico para a “educação política”, in Pedro Tavares de Almeida, “Comportamentos eleitorais...”, p. 134.

²⁷⁰ Fernando Farelo Lopes “Clientelismo...”, p. 414.

²⁷¹ Idem, *Poder político*, p. 84.

²⁷² “Congresso Geral Ordinário de 1914”. *Boletim do Partido Republicano Português*, n.º 2 (1915), p. 347.

²⁷³ António José Telo, *Primeira República: I: do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p. 165.

práticas de ataques e constrangimento nos actos eleitorais, dirigidos principalmente aos opositores do monopólio do voto exercido pelo PRP.

As leis eleitorais republicanas e seus efeitos deslegitimadores fizeram-se sentir com especial acuidade nos grupos sistematicamente marginalizados dos órgãos centrais de decisão; como vimos com os monárquicos mas também, por exemplo, com os socialistas, que em 1911 precisavam do voto do operariado para sobreviverem politicamente; porém, a Lei Eleitoral, segundo César Nogueira, impossibilitava eleições livres, pois o recenseamento era “propriedade dos republicanos”²⁷⁴. O Código Eleitoral de 1913 piorou a situação no campo socialista não somente devido às novas restrições de direito de voto, que apartou do sistema político um operariado maioritariamente analfabeto (veremos adiante que esta iliteracia operária não se aplica a Lisboa), mas também devido à máquina burocrática do recenseamento, que os socialistas acusaram de instituir a discriminação sociopolítica do eleitorado, ao vedar a inscrição de centenas de operários que, de dia, não podiam abandonar o seu trabalho²⁷⁵.

Resumindo, assistiu-se na República a uma inversão de posições por parte dos actores políticos quanto a este assunto. Durante a Monarquia os republicanos defenderam o sufrágio universal, quando chegaram ao Poder os partidos republicanos garantiram a manutenção do sufrágio restrito; na oposição, os católicos e monarquistas (na expectativa de influenciarem o eleitorado e conquistarem algum poder) abandonaram as suas crenças reaccionárias e apelaram ao sufrágio universal. No entanto, a não adopção do sufrágio universal na Primeira República, bandeira da *época da propaganda*, secundando Pedro Tavares de Almeida, originou dois efeitos principais: “por um lado, foi um inibidor institucional da massificação da vida política; por outro, hipotecou seriamente a legitimidade democrática do próprio regime republicano”²⁷⁶.

Na Primeira República o sistema eleitoral local era o mesmo que o nacional: sufrágio secreto e directo, não obrigatório, o direito de voto, o sistema de escrutínio de lista incompleta ou voto limitado, a única excepção verificou-se nas eleições gerais suplementares de 1913, em que nas cidades de Lisboa e Porto vigorava o sistema

²⁷⁴ Citado por Fernando Farelo Lopes, “Clientelismo...”, p. 412.

²⁷⁵ Ver Idem, *Ibidem*, p. 412.

²⁷⁶ Pedro Tavares de Almeida, “Eleitores, voto e representantes”, in Portugal.AR/BNP, *Res Publica: cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926* / Coord. Fernando Catroga; Pedro Tavares de Almeida, Lisboa, Assembleia da República/Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 67.

proporcional – método de Hondt –, sendo o escrutínio de voto limitado reintroduzido pela Lei de 1915. As diferenças entre os dois actos eleitorais residiam nos inelegíveis como vereadores e no número de circunscrições eleitorais, pois nas eleições locais todo o concelho era um círculo eleitoral²⁷⁷. As últimas eleições municipais do regime republicano realizaram-se, como as anteriores, nos termos do Código Eleitoral de 1913, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, e outra legislação avulsa de somenos importância.

A Constituição de 1911 tinha definido os princípios da democracia republicana²⁷⁸, estabelecendo a divisão de poderes (legislativo, executivo e judicial) e o bicameralismo²⁷⁹. O princípio de representação dos eleitos para o exercício do poder, legitimamente liberal, estendia-se à administração local. Os órgãos administrativos (administração local) republicanos eram: a junta geral de distrito²⁸⁰, a câmara municipal (concelho) e a junta de paróquia (freguesia civil), todos de eleição directa. O concelho, sendo uma comuna territorial, era detentor de capacidades legislativas e administrativas específicas, oriundas dos detentores/eleitos para o exercício da governação municipal.

II.2. Elegíveis, número de vereadores e sistema de escrutínio

A República introduziu uma mudança significativa na legislação ao afastar a condição censitária do direito de candidatar-se a cargos legislativos ou administrativos, passando a poder fazê-lo todos os eleitores. Deste modo, o número de eleitores passou a

²⁷⁷ Para as eleições legislativas o concelho de Lisboa estava dividido em dois círculos eleitorais: Círculo n.º 34 Lisboa oriental (1.º e 2.º bairros) e Círculo n.º 35 Lisboa ocidental (3.º e 4.º bairros).

²⁷⁸ Cabe aqui salientar que o conceito de democracia republicana estava para além do sufrágio eleitoral, pois “democratizar significou alargar o espaço de formação ou de intervenção cívica: abrir escolas, centros de apoio social, criar centros republicanos, promover festas cívicas com ampla participação popular, desenvolver associativismo cívico ou multiplicar os congressos e conferências eram formas de excelência da nova democracia republicana.” in Luís Farinha, “A caminho do 28 de Maio: porque caiu a República”, in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (Coord.), *op. cit.*, p. 540.

²⁷⁹ Sobre os trabalhos constitucionais na definição da República Portuguesa e seu Parlamento ver a súmula de Luís Salgado de Matos, *op. cit.*, p. 11 e segs.

²⁸⁰ Estas Juntas compostas por procuradores eleitos directamente pelos municípios foram instituídas pelo Código Administrativo de 1878. A sua existência reforçou a descentralização local, através da atribuição de funções deliberativas na administração e defesa dos interesses do distrito, e da tutela da administração municipal. Foram extintas pela reforma administrativa de 1892 (Dec. de 6 de Agosto) e repostas com a República, que de novo implantou o Código de Rodrigues Sampaio, se bem que medidas transitórias resultassem em que somente com a Lei n.º 88 de 1913, regressassem as Juntas Gerais. Sobre as mudanças ocorridas na administração local ver os seguintes trabalhos de João B. Serra, “As reformas da administração local de 1872 a 1910”. *Análise Social*, Vol. XXIV, n.ºs 103-104 (1988), pp. 1037-1066; “Os poderes locais: administração...”, pp. 264-280 e, por último, “O Estado liberal e os municípios...”, pp. 101-112.

ser quase o mesmo dos elegíveis, o que não tinha sucedido na Monarquia em que o número de eleitores aumentou comedido, mas o de elegíveis para deputados manteve-se ou até decresceu. No entanto, convém ressaltar que na prática durante a República os diversos partidos políticos fizeram-se representar no Parlamento por uma elite burguesa, na sua maioria urbana²⁸¹.

No período temporal que compreende o nosso estudo o corpo político municipal (vereadores) era eleito por sufrágio directo e secreto²⁸², pelos eleitores recenseados no respectivo concelho. Na Monarquia Constitucional, até 1878, para se ser eleito vereador tinha de possuir-se um rendimento colectável mínimo de 400\$000 réis; após esta data deixou de existir a condição censitária, perdurando a obrigação de ser alfabetizado (saber ler e escrever), havendo quase uma equivalência entre o número de elegíveis e eleitores²⁸³. Se bem que as condições gerais de elegibilidade de vereadores comportassem algumas excepções. Também, na República a legislação que regulou a organização e funcionamento dos corpos administrativos, a Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, estipulava que eram inelegíveis para os corpos administrativos (art.º 8.º, § 1.º)²⁸⁴ os seguintes cidadãos:

- 1.º – Membros do Governo;
- 2.º – Militares do exército ou armada, em serviço efectivo, salvo se fossem professores ou tivessem uma profissão que não os inibisse do exercício das funções;
- 3.º – Magistrados e funcionários dos tribunais comuns, administrativos e fiscais, que fossem remunerados;
- 4.º – Magistrados e auditores administrativos e seus subordinados;
- 5.º – Os empregados nos corpos administrativos a que dissesse respeito a eleição²⁸⁵;

²⁸¹ Cf. Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os deputados da 1.ª República portuguesa: inquérito prosopográfico”. *Revista História das Ideias*, n.º 27 (2006), pp. 399-417.

²⁸² Pela Constituição de 1822 Portugal foi dos primeiros países europeus, a seguir à França, a instituir o sigilo do voto. Porém, na prática o voto secreto era praticamente inexecutável porque os boletins de voto (listas) não eram estandardizados, chegando muitas vezes a ser distribuídos às portas das assembleias pelos caciques e seus galopins eleitorais. O Decreto de 27 de Julho de 1846 proibiu a utilização de “listas em papel de cores, ou transparentes, ou que tenham qualquer sinal, marca, ou numeração externa”, in Pedro Tavares de Almeida (org.), *Legislação eleitoral...*, p. XIII. Sobre este tema ver ainda do mesmo autor *Eleições e caciquismo...*, pp. 65-70.

²⁸³ Maria Antonieta Cruz, “Eleições no Porto e em Gondomar...”, pp. 470-471. Cf. *Código administrativo aprovado por carta de lei de 4 de Maio de 1896...*, p. 54 [Código de 1878] e p. 10 [1896].

²⁸⁴ Lei n.º 88. *Diário do Governo*, n.º 183, de 7 de Agosto de 1913, p. 2913.

²⁸⁵ Pelo artigo n.º 1.º da Lei n.º 1.076, de 29 de Novembro de 1920, os empregados dos corpos administrativos no activo dos corpos referidos eram inelegíveis, sendo os que estavam reformados

- 6.º – Funcionários e agentes policiais;
- 7.º – Empregados das contribuições do Estado;
- 8.º – Funcionários do corpo diplomático e consular, em serviço efectivo;
- 9.º – Empregados dos correios e telégrafos;
- 10.º – Funcionários de sanidade marítima;
- 11.º – Professores primários, excepto para as juntas de paróquia;
- 12.º – Membros dos conselhos de administração ou fiscais de empresas ou sociedades, que tivessem contratos com o mesmo corpo administrativo;
- 13.º – Todos que tivessem um contrato (e seus fiadores) com o corpo administrativo a elegerem;
- 14.º – Outros quaisquer que fossem nomeados em leis especiais.

A excepção para os funcionários anteriormente referidos estava reservada a todos os que fossem reformados ou estivessem na reserva (art.º 8.º, § 2.º). Não podiam pertencer em simultâneo, como membros efectivos, ao mesmo corpo administrativo pais, filhos, irmãos e os graus de parentesco afins (art.º 10.º). Todas estas inelegibilidades da República já estavam contempladas nos anteriores Códigos Administrativos²⁸⁶. A restrição da elegibilidade para os cargos administrativos aos residentes no concelho (para o município) ou distrito (para a junta geral) foi fixada pela Portaria de 18 de Novembro de 1913 (§ 4º), uma disposição que retomava o estipulado no Código Administrativo de 1878 (art.º 267.º).

Quanto às inelegibilidades para as comissões executivas dos corpos administrativos (junta geral e câmara municipal) abrangiam os seguintes cidadãos: oficiais de justiça; conservadores do registo predial (revogado pelo art.º 3.º da Lei n.º

elegíveis para os corpos administrativos em área diferente daquela a que pertencia o corpo referido por cujo cofre recebesse a aposentação; pelo art.º 2.º estipulava que nenhum destes empregados poderia ser vogal de qualquer Comissão Administrativa. A Lei n.º 1.453, de 26 de Julho de 1923, revogaria estes artigos restabelecendo o n.º 5.º, do art.º 8.º, da Lei n.º 88.

²⁸⁶ O Código Administrativo de 1895/1896, como já referimos o último em vigor na Monarquia, estipulava para além destas as seguintes inelegibilidades para os corpos administrativos: os empregados das secretarias de Estado; conservadores de registo predial; directores de obras públicas e seus empregados; farmacêuticos, se não tivessem ajudante habilitado, nos concelhos em que só existia um; os que exerciam funções públicas que os fizessem residir fora da área da circunscrição, exceptuando os membros do Parlamento e, por fim, nos concelhos de Lisboa e Porto, os delegados e subdelegados de saúde. Veja-se *Código administrativo aprovado por carta de lei de 4 de Maio de 1896...*, pp. 10-12.

1.328, de 26 de Agosto de 1922); os conservadores e oficiais do registo civil (revogado pelo art.º 3.º da Lei n.º 1.328) e ajudantes do registo civil; os directores de obras públicas e seus empregados; e, os funcionários das secretarias de Estado (revogado pela Lei n.º 1.453, art.º 7.º, de 26 de Julho de 1923). Ainda pela Lei n.º 1.328, de 1922, foram declarados inelegíveis os professores do ensino primário geral (art.º 4.º, § único) e a Lei n.º 1.453 estendeu esta proibição aos empregados da fiscalização do ensino (art.º 7.º, § 1.º). Estas inelegibilidades visavam evitar o acesso à gestão do poder local aos empregados do Estado ou a particulares que pudessem colocar os seus interesses pessoais acima do interesse público, acautelando, deste modo, eventuais corrupções.

Durante a República, como na Monarquia Constitucional, a categoria dos concelhos (1.ª, 2.ª e 3.ª ordem) determinava o número dos eleitos para a administração local. As câmaras municipais de Lisboa e do Porto (Quadro 6) dispunham de disposições especiais, revelando-se, desta forma, a especificidade que possuíam estes dois centros urbanos em Portugal²⁸⁷. O número de edis eleitos para a gestão da capital e a duração do mandato das vereações foi-se modificando, no regime republicano, de acordo com a legislação em vigor, como veremos pormenorizadamente.

Quadro 6 – Número de vereadores*, segundo as reformas administrativas

TIPO CONCELHO	LEGISLAÇÃO		
	1913	1916	1922
Lisboa	54	36	28
Porto	45	28	24
1.ª	32	24	20
2.ª	24	16	16
3.ª	16	12	12

* - Eram também eleitos igual número de substitutos.

Aquando da discussão do projecto do novo Código Administrativo republicano na Câmara dos Deputados debateu-se energicamente o elevado o número de vereadores atribuídos aos concelhos. Alguns deputados defenderam que em certos concelhos rurais seria difícil encontrar pessoas alfabetizadas para ocuparem este cargo; ao contrário, Jacinto Nunes (1839-1931), defendeu que o alarido em torno desta questão não tinha cabimento, pois comparativamente o número de edis proposto para as administrações municipais era bem menor do que o da América e da Europa. Assim, por exemplo, fez

²⁸⁷ Como mencionámos (Cap. I.1.) o número de vereadores eleitos na capital, em 1908, era de onze efectivos e respectivos substitutos.

notar que em Espanha existiam municípios com cinquenta vereadores, em Estocolmo (Suécia) estes perfaziam cem, em Itália também existiam municípios com cem edis e na Hungria com duzentos vereadores²⁸⁸.

Com a implantação da República foi reinstituído o Código Administrativo de Rodrigues Sampaio, em 13 de Outubro de 1910, enquanto não se promulgasse outro. Porém, o projecto do novo Código republicano nunca seria aprovado²⁸⁹; ao invés, promulgou-se nova legislação administrativa em 1913 e 1916, de forma que a legislação republicana sobre a administração local seria a súmula da aplicação de várias leis. A Lei n.º 88, de 1913, descentralizadora, converteu parte da proposta do projectado Código administrativo da República. A câmara municipal passou a ser composta por um Senado municipal, com funções deliberativas e, por uma Comissão Executiva²⁹⁰, com funções executórias.

O Senado era composto pela totalidade dos vereadores eleitos, e reunia em quatro períodos de sessões ordinárias em cada ano, de oito dias cada uma (cujos os dias e horas eram marcados no início do triénio²⁹¹) e extraordinárias, para os assuntos para que eram convocadas pela Comissão Executiva ou por um quarto dos vereadores. Pela Lei n.º 621, de 23 de Junho de 1916, este órgão passaria a ter dois períodos de sessões ordinárias, o primeiro em 1 de Abril e o segundo em 1 de Novembro, não podendo ser prolongados para além do último dia dos referidos meses (art.º 17.º).

²⁸⁸ Ver Sessão de 19 de Abril de 1912. *Diário da Câmara dos Deputados*, pp. 17-18.

Sobre a discussão e propostas apresentadas para o número de vereadores nas diferentes categorias de concelhos veja-se as sessões do *Diário da Câmara dos Deputados* deste mês de Abril.

²⁸⁹ Cf. César Oliveira, “A República e os municípios”, pp. 259-264.

²⁹⁰ Pelo regime de excepção do município de Lisboa, consagrado pela Lei de 18 de Julho de 1885 (art.º 5.º), a CML já tinha tido uma comissão executiva, composta pelo presidente da Câmara, seis vereadores e respectivos substitutos, entre 1886 e 1890. Cf. Lisboa. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1886*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1887, pp. 9-10.

Em 1891 a CML foi gerida por Comissões Administrativas e a nova reforma administrativa do município de Lisboa, aprovada por Decreto de 26 de Setembro do mesmo ano, centralizadora, não consignava a existência de uma Comissão Executiva, sendo estabelecida uma comissão municipal, composta por seis vereadores e suplentes, que geriam os “serviços” de que tratava o art.º 31.º da Lei de 26 de Setembro de 1891. Vd. Lisboa. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara...1892*, Lisboa, Imprensa Typ., 1892, pp. 4-5 e 9.

²⁹¹ Por exemplo, em 1914, os edis aprovaram que as reuniões ordinárias do Senado municipal se realizassem nos seguintes dias: 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 de Janeiro; 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8 e 9 de Abril; 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 de Agosto; 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10 de Novembro. As sessões iniciavam-se às 20 horas e terminavam às 24 horas. Ver Sessão de 2 de Janeiro de 1914. *Actas das Sessões da Câmara... 1914*, p. 8.

A Comissão Executiva, que funcionava em permanência, reunia pelo menos semanalmente, detendo cada um dos seus nove membros um pelouro²⁹² (os serviços camarários eram organizados e distribuídos pelos diferentes pelouros). Esta comissão constituía o corpo de edis que tinha a seu cargo a verdadeira gestão municipal, contudo, dos seus actos podia recorrer-se para o Senado. Este órgão executivo foi uma novidade introduzida pela República na administração municipal, consagrando a separação de poder deliberativo e executivo a nível local. Para todos os corpos administrativos eram eleitos tantos membros efectivos como substitutos (Lei n.º 88, art.º 6.º).

Como já aludimos, as sessões do Senado eram ordinárias (para tratar dos assuntos competentes) e extraordinárias (tratar de assuntos para que foram convocados); e não podiam deliberar sem a presença da maioria dos seus membros. Estas sessões eram públicas, mas os cidadãos não podiam manifestar-se ou interrompê-las. Na primeira sessão de Janeiro os edis elegiam, anualmente (se bem que pudessem ser reeleitos para os cargos), de entre os seus pares, o presidente do Senado (denominado presidente da câmara municipal) e os membros da Comissão Executiva, que presidiam aos destinos do município. Eram também eleitos anualmente o vice-presidente da câmara, o secretário e vice-secretário. O presidente da câmara tinha primazia sobre o presidente da Comissão Executiva. Devemos salientar que quaisquer que fossem as funções que exercessem, os edis eleitos não eram remunerados nem subsidiados²⁹³. A tutela administrativa pertencia aos tribunais judiciais. A duração dos mandatos passou a ser trienal. As eleições municipais deveriam ter lugar no fim de cada triénio (a contar do dia 2 de Janeiro imediato à eleição), mas devido a várias vicissitudes nem sempre assim sucedeu.

²⁹² Em 1923 seria reduzido para sete o número de membros das Comissões Executivas das câmaras de Lisboa e Porto. Cf. Lei n.º 1.453, de 26 de Julho de 1923. *Diário do Governo*, I série, n.º 160, de 26 de Julho de 1923, p. 821.

Em 1914 os pelouros municipais na capital eram os seguintes: Contencioso; Instrução; Incêndios; Limpeza e Higiene; Construções civis; Viação, Águas e Iluminação; Licenças; Mercados e Matadouros; Contabilidade e Estatística. Estes foram mudando de denominação ao longo das vereações. Na última edilidade republicana, no ano de 1926, existiam os seguintes pelouros: Fazenda; Engenharia e Arquitectura; Jardins, Cemitérios e Contencioso; Higiene; Mercados e Matadouros; Corpo Municipal de Salvação Pública; Instrução e Assistência. Cf. *Actas das Sessões da Comissão Executiva...1914*, pp. 3-4; *Actas das Sessões da Comissão Executiva...1926*, p. 6.

²⁹³ A gratuidade no exercício das funções administrativas originou o pedido de demissão dos vogais das juntas de freguesia de Santa Justa, São Mamede e da Ajuda, por discordarem de algumas disposições da nova Lei Eleitoral de 1913, que lhes impunha “excesso” de trabalho gratuito, e penalidades exageradas; se bem que continuassem em exercício até à sua substituição, ver *A Capital*, 12-07-1913, p. 2 e 14-07-1913, p. 3. Poucos dias depois, a junta da Graça (Santo André) também se demitiu, ficando em funções até ser substituída, Cf. *A Capital*, 17-07-1913, p. 2. Quanto à junta freguesia de Santa Catarina, após reunião para apreciação deste assunto, resolveu não se demitir, sacrificando-se por civismo, veja-se *A Capital*, 21-07-1913, p. 2.

A Lei n.º 88 (art.º 124.º) fixou para o Município de Lisboa o número de cinquenta e quatro vereadores efectivos ditando, desta forma, um aumento exponencial do número de edis (mais quarenta e três) comparativamente com a Monarquia, facilitando o acesso de maior número de cidadãos ao exercício do poder local. O Decreto n.º 158, de Outubro de 1913, veio consagrar a eleição da minoria municipal, ao fazer notar no seu preâmbulo que pelas leis anteriores do mesmo ano (o Código Eleitoral e a Lei n.º 88) não estava assegurada a eleição das minorias nos corpos administrativos, conforme determinava a Constituição (artigos 85.º, alíneas *b*) e *g*) e 66.º base 5.ª); por isso, este decreto veio consagrar a sua eleição (na proporção de um para quatro) passando as listas de candidatos para a Câmara de Lisboa a conter quarenta nomes para a maioria, para que a minoria assegurasse catorze lugares²⁹⁴, de acordo com o sistema de escrutínio de voto limitado, em vigor. Observaremos de seguida (Quadro 7) que o número de vereadores eleitos no Município de Lisboa sofreu duas modificações durante a Primeira República.

Quadro 7 – Número de vereadores e representação no município de Lisboa, segundo as reformas administrativas (1913-1922)

LEGISLAÇÃO	Número total de vereadores*	Número vereadores da maioria*	Número vereadores da minoria*	Número de vogais da comissão executiva*
Lei n.º 88 e Dec. 158, de 1913	54	40	14	9
Lei n.º 621 e Dec. n.º 2.687, de 1916	36	27	9	9
Lei n.º 1.328 e Dec. n.º 8.457, de 1922	28	21	7	9
Lei n.º 1.453, de 1923	Inalterado	Inalterado	Inalterado	7

* - Eleito igual número de substitutos.

Assim, a promulgação da Lei n.º 621, de 23 de Junho de 1916, diminuiu o número de edis para trinta e seis efectivos²⁹⁵ (menos dezoito do que em 1913); e, de acordo com esta lei, o Decreto de 21 de Outubro deste ano, viria a estabelecer que a lista de candidatos na capital se fixaria em vinte sete indivíduos²⁹⁶, que constituiriam a maioria municipal, passando a minoria a eleger nove candidatos. Por último, a Lei n.º 1.328, de 26 de Agosto de 1922, decresceu o número de vereadores para vinte e oito

²⁹⁴ Decreto n.º 158. *Diário do Governo*, n.º 234, de 6 de Outubro de 1913, p. 3721.

Para todo o país, as juntas de paróquia eram constituídas por cinco membros (Lei n.º 88, art.º 141.º). Segundo o Decreto n.º 158 seriam eleitos quatro vogais pela maioria e um pela minoria; as listas para a eleição paroquial tinham quatro nomes (§ 4.º).

²⁹⁵ Lei n.º 621. *Diário do Governo*, I Série, n.º 126, de 23 de Junho de 1916, p. 618.

²⁹⁶ Decreto n.º 2.687. *Diário do Governo*, I Série, n.º 213, de 21 de Outubro de 1916, p. 957.

efectivos²⁹⁷; em conformidade, o Decreto n.º 8.457, promulgado em Outubro de 1922, fixou definitivamente em vinte e um os candidatos nas listas para a vereação da Câmara Lisboa²⁹⁸, para a minoria eleger sete edis. Em suma, na Primeira República assistiu-se a um aumento extraordinário do número de edis (no ano de 1913), e se bem que no final do regime republicano a legislação aprovada tivesse reduzido o número de vereadores da capital, mesmo assim este superava o das últimas eleições da Monarquia Constitucional (1908) em dezassete membros. Para João Serra a redução do número de edis durante o regime republicano deve fundamentar-se no “desinteresse das elites locais pelas eleições municipais”²⁹⁹.

A última alteração legislativa, atingindo somente a orgânica municipal, foi introduzida pela Lei n.º 1.453, de Julho de 1923, que diminuiu o número de vogais da Comissão Executiva da CML de nove para sete elementos³⁰⁰, como já tínhamos mencionado. Numa análise do processo legislativo relativo ao número de vereadores nos concelhos não podemos deixar de observar uma desordenada competência legislativa, pois a aprovação e promulgação da legislação omitia sistematicamente o número de representantes da minoria, obrigando à publicação de um novo Decreto-lei que rectificasse esse esquecimento.

Como podemos observar no Quadro 7 as disposições sobre o número dos candidatos eleitos pelas maiorias e minorias nas vereações municipais na Câmara Municipal de Lisboa foram-se alterando ao longo do tempo, contudo, a minoria municipal manteve sempre uma representação na ordem dos 30 por cento no Senado municipal. No entanto, se observarmos a representação das minorias nas Comissões

²⁹⁷ Lei n.º 1.328. *Diário do Governo*, I Série, n.º 175, de 26 de Agosto de 1922, p. 885.

²⁹⁸ Decreto n.º 8.457. *Diário do Governo*, I Série, n.º 225, de 31 de Outubro de 1922, p. 1255.

O parecer n.º 380 da comissão da administração pública, em 1923, iria no sentido de uma nova alteração no número dos vereadores e dos elementos das Comissões Executivas fixando-os em sete para Lisboa e Porto; 1ª ordem cinco, e 2ª e 3ª ordem em três elementos, este parecer foi aprovado no que concerne às Comissões Executivas. Veja-se Sessão de 16 de Março de 1923. *Diário da Câmara dos Deputados*, pp. 5-6.

²⁹⁹ João B. Serra, “O Estado liberal...”, p. 107.

³⁰⁰ Em 5 de Abril de 1923 tinha sido eleita a Comissão Executiva de nove elementos, com os seguintes pelouros: Contencioso; Fazenda Municipal; Engenharia; Arquitectura; Instrução; Higiene; Matadouros, Fiscalização Sanitária das Carnes e Mercados; Incêndios; Cemitérios, Parques, Jardins e Arvoredos. A Lei n.º 1.453 obrigou a nova eleição desta Comissão e consequente redistribuição dos pelouros municipais, decidia em sessão extraordinária do Senado, de 31 de Julho de 1923. No mesmo dia numa sessão extraordinária da Comissão Executiva foram redistribuídos os seguintes pelouros: Fazenda; Engenharia e Arquitectura; Instrução; Higiene; Matadouros e Mercados; Incêndios; Contencioso e Cemitérios. Cf. Sessão de 5 de Abril de 1923. *Actas das Sessões da Comissão Executiva...1923*, pp. 1-2; Sessão Extraordinária de 31 de Julho de 1923. *Ibidem*, pp. 229; Sessão Extraordinária de 31 de Julho de 1923. *Actas das Sessões da Câmara...1923*, p. 187.

Executivas do Município de Lisboa, vemos que sete das quinze comissões eleitas (1914-1926) foram constituídas exclusivamente por democráticos. As excepções à regra ocorreram nos anos de 1916 e 1917; na edilidade de 1919-1922 e em 1926.

Esta situação de predomínio absoluto da maioria (democráticos) no órgão que geria os destinos camarários seria contestada, logo na primeira vereação de 1914-1917, pelos vereadores eleitos pela oposição ao defenderem que se o Código Administrativo não consagrava a representação das minorias nas Comissões Executivas se deveria efectivar nas referidas comissões o espírito e respeito da Constituição, que estabelecia a representação das minorias nos corpos administrativos (art.º 66, § 5.º), para que pudessem ser fiscalizados os actos da dita comissão. A proposta apresentada pelo evolucionista Francisco Cândido da Conceição foi no sentido de que a lista de eleitos para este órgão fosse incompleta para garantir a representação da minoria. A resposta dos edis democráticos, nas palavras de Xavier da Silva, foi contundente e, até contrária às velhas aspirações republicanas de representação das minorias: “cada um vota como entender, por isso que logo que se constituiu a Câmara Municipal desapareceram maiorias e minorias, havendo apenas a vereação”³⁰¹.

Na mesma sessão camarária, Zacarias Gomes de Lima, outro evolucionista, expôs ainda uma proposta para que a CML apresentasse ao Congresso um pedido para que se tornasse “lei definitiva” a representação das minorias nas comissões executivas dos municípios. Esta moção seria rejeitada na sessão seguinte, com o argumento dos democráticos de que “tal missão compete aos agrupamentos políticos que se encontrem lesados e não à Câmara”; e além disso, defenderam que tal não era necessário porque a fiscalização por parte das minorias, sobre os actos da Comissão Executiva, se exercia: “a) nos casos em que esta nada pode resolver sem a prévia deliberação de toda a Câmara (...). b) na apreciação da sessão plenária seguinte, (...). c) nas convocações extraordinárias da Câmara (...). d) no direito de recurso para os tribunais administrativos (...)”. Inutilmente a oposição defendeu que a Constituição consagrava a representação das minorias nos corpos administrativos “sob qualquer aspecto que elas se apresentem”³⁰²; os edis democráticos só seriam sensíveis a estes apelos nos anos de

³⁰¹ Veja-se Sessão de 2 de Janeiro de 1914. *Actas das Sessões da Câmara...1914*, p. 7 e 10.

A representação das minorias estava inscrita no manifesto-programa do PRP (1891) e no Programa do PRP (Partido Democrático, 1912). Ver Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 143-149 e 151.

³⁰² Sessão de 3 de Janeiro de 1914. *Actas das Sessões da Câmara...1914*, p. 19-21.

1916-1917; e, posteriormente consagraram a eleição de alguns elementos da oposição em mais seis comissões, como já aludimos.

Na realidade, a eleição das minorias estava consagrada pelo sistema de escrutínio de voto limitado, cada eleitor votava num número de vereadores inferiores aos lugares a ocupar, sendo os restantes pertença da lista imediatamente votada (minorias). A desvantagem intrínseca neste escrutínio era a de facilitar os desdobramentos (candidatos da maioria entravam em diversas listas diferentes); possibilitando a uma maioria conhecedora e politicamente disciplinada a eleição de todos os seus candidatos; se bem que o inverso também pudesse ocorrer. Este sistema era conhecido na Alemanha por «Eingeschränkte Stimmgebund», na Inglaterra e nos Estados Unidos por «limited vote», em França por «vote limité» e no Brasil, como no nosso país, por «lista incompleta»³⁰³, e foi utilizado pela primeira vez no ano de 1867, em Inglaterra.

O autor da Lei Eleitoral da República, o republicano histórico, Leão Azedo (1868-1928), em 1915 (já como evolucionista), era bastante crítico deste escrutínio, apelidando-o de «sistema em caducidade», devido a diversos motivos, a saber: 1) a representação da minoria era sempre a mesma, quer fosse tão avultada que se aproximasse da maioria, quer tão diminuta que se aproximasse da unidade; 2) se existissem mais de dois agrupamentos políticos a concorrer às eleições, só seriam representados dois (a maioria e a minoria); 3) se houvesse desdobramento da maioria, poderiam só ser eleitos os seus candidatos; bastando que a maioria apresentasse 6 candidatos, em 3 listas, da seguinte forma:

“1.^a lista, com 4 candidatos; 2.^a lista, com 2 candidatos que entram na primeira lista, e mais 2 candidatos diversos destes; 3.^a lista, com os restantes 2 que entraram na primeira, e 2 que entraram na segunda sem haverem entrado na primeira; e cada uma destas listas pode ser votada pela terça parte do número total dos votantes, que são 7.000, ou seja por 2.333. Acontece então que cada um dos 6 candidatos da maioria, entrando em 2 listas, e havendo colhido, em consequência, 4.666 votos,

³⁰³ Em Portugal este sistema de escrutínio foi introduzido pela Lei de 21 de Maio de 1884, ficando em vigor até 1895. Como já referimos, na última legislação eleitoral monárquica, a Lei de 1901, imperava o voto maioritário para a eleição municipal e o voto limitado para as eleições de deputados. As leis eleitorais republicanas de 1911 consagraram o mesmo sistema de lista incompleta para as eleições parlamentares, exceptuando nos dois círculos de Lisboa e Porto como já referimos; a legislação de 1915, regressiva, implementaria o sistema de voto limitado para todos os círculos.

Cumpre-nos registar que nenhum dos partidos republicanos questionou o fim da representação proporcional em 1915, as suas críticas incidiram sobre proporção consagrada à minoria, Cf. Fernando Farello Lopes, “Direito de voto...”, pp. 114-115.

Durante a Monarquia o desdobramento foi utilizado em várias eleições municipais. Ver Henrique Baptista, *Eleições e parlamentos na Europa*, Porto, Imprensa Comercial, 1903, p. 65.

ficará eleito, e não serão eleitos nenhum dos candidatos da primeira, nem da segunda minoria”³⁰⁴.

Porém, embora tais estratégias fossem teoricamente possíveis, corroborando a defesa do espírito democrata republicano devemos assinalar que em nenhuma eleição para a Câmara Municipal de Lisboa se verificou este ardil eleitoral, sendo sempre eleitos candidatos pela minoria, durante a Primeira República.

A decisão política de não adoptar o sistema proporcional foi sancionada no Congresso do Partido Democrático de 1914 que declarou este sistema eleitoral de “não-democrático”; seguindo o pensamento do líder do partido, Afonso Costa, que tinha defendido perante os congressistas que a representação proporcional era anti-democrática porque disseminava a “discórdia dentro dos partidos” e, além disso, observando o exemplo da França quando neste país se introduziu este sistema surgiram “governos das direitas”³⁰⁵. Todavia, esta posição não era unânime entre os republicanos.

Na Câmara dos Deputados, em 1912, quando ocorreu a discussão em torno das eleições municipais e da urgência da aprovação do Código Eleitoral o, então unionista João de Meneses, de acordo com o que tinha sustentado no *tempo da propaganda*, apresentou uma moção em que defendia o método proporcional nas eleições administrativas para as “capitais de distrito e terras de 1.ª classe”; e quanto aos eleitores, diferenciando-os das eleições gerais, deveriam ser constituídos apenas pelos contribuintes fiscais; para além disto, sugeriu que nas cidades de Lisboa e Porto, a título experimental, um terço dos eleitos fosse constituído por delegados das associações de classe; no ano seguinte, o mesmo deputado apresentou outra proposta para que nas eleições administrativas pudessem votar os alfabetizados e os que pagassem contribuições ao Estado³⁰⁶.

Na verdade, o sistema de escrutínio em vigor na República era anacrónico em relação aos outros países liberais onde, entre 1910 e 1926, predominava o sistema proporcional. Um estudo comparativo revelou que – se bem que sendo um fenómeno predominantemente europeu, adoptado principalmente no pós-guerra –, 20 dos 40 países estudados detinham sistemas de escrutínio proporcionais em 1926. O sistema

³⁰⁴ Leão Azedo, *A questão eleitoral*, Lisboa, Tip. Bayard, 1915, p. 10; p. 16 e 22.

³⁰⁵ “Congresso Geral Ordinário de 1914”. *Boletim do Partido Republicano...*, p. 346.

³⁰⁶ Cf. Sessão de 22 de Fevereiro de 1912. *Diário da Câmara dos Deputados*, pp. 7-8; Sessão de 5 de Junho de 1913. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 8.

maioritário fazia lei em 16 países; na Europa, para além do nosso país, a Espanha, e o Reino Unido eram os únicos ainda com sistema maioritário no final do regime republicano³⁰⁷.

Igualmente, à semelhança do que sucedeu nas eleições administrativas de 1908, qualquer eleitor podia riscar ou acrescentar nomes de candidatos à lista de votação, se bem que não fossem considerados os nomes de candidatos que excedessem o número previsto na Lei. Em Lisboa a disparidade no número de votos contabilizados aos candidatos de cada lista partidária revela-nos que o eleitorado exercia continuamente o direito de riscar os nomes de que não gostava. Ao contrário, pela observação das actas das assembleias de voto constatámos que são raríssimos os registos de votos para indivíduos que não eram candidatos em nenhuma lista partidária³⁰⁸.

Voltando à legislação republicana para a administração local, como ressaltou João Serra, esta permitiu a legitimação do município (pela presença de um órgão executivo e outro deliberativo), a pluralidade política (eleição de minorias), promoveu o acesso das elites locais (ampliando o número de edis), e cumpriu o ideário republicano de não ingerência estatal na administração municipal, indo até mais longe no apelo à participação cívica dos cidadãos ao consagrar a possibilidade de referendo (consulta popular) para algumas das decisões camarárias³⁰⁹. Porém, do papel à prática, a realidade tinha diferentes cambiantes, como veremos posteriormente.

II.3. Eleitores

O conceito de eleitor – aquele que possui capacidade de votar – é determinante para o exercício da cidadania política activa. Como destacou Maria Antonieta da Cruz, “como elemento basilar da democracia, o direito de voto não tem uma história de continuidade rumo ao sufrágio universal”; na legislação eleitoral “houve avanços e recuos, alargamentos e estreitamentos, delineados por uma engenharia política que,

³⁰⁷ A Rússia adoptaria um sistema indirecto. Veja-se F. Farelo Lopes, “Direito de voto...”, pp. 110-113.

³⁰⁸ Analogamente, pelo menos no concelho de Sintra, esta última prática não seria frequente, ao contrário riscar o nome de candidatos parecia suceder com maior regularidade, existindo apelos frequentes na imprensa local para que tal não fosse praticado, conforme o estudo de Maria Cândida Proença, *Eleições municipais...*, p. 74.

³⁰⁹ Cf. João B. Serra, “Os poderes locais: administração...”, p. 271.

Se bem que muitos republicanos defendessem que esta reforma administrativa deveria ter abarcado a extinção do cargo de administrador de concelho, figura nomeada e subordinada ao governador civil, da sua confiança política.

conhecedora das especificidades da população, foi elaborada, (...), em função dos objectivos de condicionamento da participação ou exclusão dos eleitores dos quais se presumia conhecer as opções políticas”³¹⁰. Na maioria dos países a história da cidadania activa, nos séculos XIX e XX, fez-se em sentido ascendente ou com saltos abruptos. Todavia, estudos recentes sobre a legislação eleitoral portuguesa revelaram a sua especificidade no panorama europeu da época, parafraseando Pedro Tavares de Almeida, “O que singulariza a experiência portuguesa não é, pois, o percurso ziguezagueante, mas a serôdia involução, em contracorrente da finissecular vaga de fundo europeia no sentido da universalização do sufrágio – inicialmente apenas masculino e só mais tarde (excepto nalguns casos pioneiros) também feminino”³¹¹.

Uma comparação do direito de sufrágio universal masculino em 40 países revelou que 16 consagravam-no antes de 1910 e durante a Primeira República portuguesa foi alcançado em mais 11 países; daí que o seu autor também concluísse que no cenário europeu o caso português se revelasse excêntrico porque no nosso país o panorama do desenvolvimento do direito de voto foi retrógrada e no final do regime republicano equivalia mais ao modelo da América do Sul do que ao protótipo da Europa³¹².

Analisemos de seguida quais eram as condições para que se pudesse exercer o direito de voto no regime republicano. Começemos por enumerar a único critério eleitoral que capacitava o cidadão para o sufrágio – o *saber ler e escrever*. Deste modo, a República suspendeu o direito de voto censitário que vigorava na Monarquia; se bem que tenhamos de concordar com Marnoco e Sousa (1869-1916), quando este apontou, em 1913, que “a instrução é ainda em grande parte privilégio de fortuna, e por isso, em última análise, o sistema capacitário vem confundir-se, em grande parte, com o sistema censitário”³¹³. A alfabetização mínima foi o critério eleitoral dominante, excepto nas

³¹⁰ Maria Antonieta da Cruz, “Eleições da Regeneração à República: participação e exclusão”, in *Eleições e sistemas eleitorais: perspectivas históricas e políticas*, Porto, U. Porto Editorial, 2009, p. 85.

³¹¹ Pedro Tavares de Almeida, “Eleitores, voto...”, p. 62.

³¹² Antes de 1910 os países com sufrágio universal masculino eram a Alemanha, a Austrália, a Áustria, a Bélgica, a Espanha, os Estados Unidos, a Finlândia, a França, a Grécia, as Honduras, o Lichentensein, o México, a Noruega, a Nova Zelândia, a Suécia e a Suíça. E, entre 1910 a 1926, foi conquistado na Argentina, no Canadá, na Dinamarca, na Holanda, na Irlanda, na Islândia, na Itália, no Japão, no Luxemburgo, no Reino Unido e na Turquia. Dados extraídos de Fernando Farelo Lopes, “Direito de voto...”, pp. 105-106.

Para o estudo da História político-eleitoral na Europa, nos séculos XIX-XX, veja-se a obra já citada de Salvador Forner (Coord.), *Democracia, elecciones y modernización en Europa, siglos XIX y XX*, 1997.

³¹³ Marnoco e Sousa, *Constituição política da República portuguesa*, Coimbra, 1913, p. 269. Citado por Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, p. 77.

leis eleitorais de 1911 e durante o sidonismo, mas estas não abrangem o nosso estudo, pois nenhuma eleição municipal se realizou sob a sua vigência.

Os estudos existentes sobre o número de eleitores e a legislação eleitoral no nosso país realçam o facto de ter-se verificado uma diminuição de eleitores após a instauração da República, em especial relativamente aos anos em que vigorou a Lei Eleitoral de 8 de Maio de 1878. De facto, com esta lei quase que se atingiu o sufrágio universal masculino em Portugal, pois para além do preceito da maioridade legal (maiores de 21 anos)³¹⁴, ter uma renda anual de 100 mil réis ou “saber ler e escrever” ou ser “chefe de família”, constituíam os requisitos eleitorais³¹⁵. A legislação eleitoral de 1911 iria garantir o sufrágio aos que sendo analfabetos fossem “chefes de família” (há mais de 1 ano). Por isso é também certo que os Decretos-leis de 1911 aumentaram o número de eleitores para totais similares à Lei de 1878; porém, a legislação de 1913 viria a reduzir drasticamente o número de recenseados³¹⁶, durante a República. Não é este o lugar para abordarmos a questão do número de eleitores na capital, que analisaremos adiante.

Enumeremos então quais eram os indivíduos que estavam impedidos de exercer uma cidadania activa. Para todos os que eram concebidos como dependentes da sociedade estava interdito o direito de voto, assim, a República decretou que não poderiam ser eleitores os vadios e os indigentes, que estivessem internados num estabelecimento de caridade (Lei n.º 3, art.º 3.º, § 4.º e 6.º)³¹⁷. Igualmente os polícias e militares em serviço efectivo não podiam votar (art.º 2.º) o que constituía um retrocesso

³¹⁴ A partir da legislação de 22 de Novembro de 1820 até à Lei de 1878, a idade estabelecida para a capacidade de votar situava-se nos 25 anos. Veja-se Pedro Tavares de Almeida (org.), *Legislação eleitoral...*, pp. 723-727.

A Lei de 1878 que definia como eleitor o cidadão de “maior idade” (21 anos) terá porventura respondido à prática de algumas comissões recenseadoras, que após o Código Civil de 1867, apenas requeriam os 21 anos para o recenseamento, ou seja, a idade com que se atingia a maioridade, e não a idade (25 anos) em que se obtinha o direito de voto. Ver Maria Antonieta da Cruz, “Eleições da Regeneração à República...”, p. 119 (nota de rodapé).

³¹⁵ Pelo Decreto de 28 de Março de 1895 houve um retrocesso legislativo passando a ser eleitores os maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever ou que fossem tributados em mais de 500 réis em contribuições directas ao Estado, numa combinação entre requisitos capacitários e censitários. Estas disposições não tiveram alterações com o Decreto de 1901 que vigorou até 1910. Desta forma, os trabalhadores que na sua esmagadora maioria não sabiam ler e escrever e eram colectados indirectamente não tinham direito de voto na última legislação monárquica.

³¹⁶ Ver Pedro Tavares de Almeida, “Eleitores, voto...”, p. 63 [Quadro 2]; Fernando F. Lopes, *Poder político...*, p. 145.

³¹⁷ No Liberalismo os dependentes da sociedade arredados do direito de voto incluíam os criados de servir, os filhos-família (os que embora maiores de idade vivessem sob tutela paterna), os membros das ordens monásticas e os vadios (Lei de 11 de Julho de 1822).

relativamente à legislação de 1911 que tinha restaurado o direito de voto às praças de pré do exército e da armada.

A explicação para este recuo poderia radicar-se na defesa de que pelo seu estatuto encontravam-se em causa a sua obrigação de lealdade e de “*neutralidade política*”³¹⁸, a verdade é que após as tentativas de restauração monárquica, o regime republicano iria mostrar a sua desconfiança para com os militares no activo, suprimindo-os do direito de voto, se bem que pudessem ser candidatos a deputados e a vereadores se pedissem uma licença. Somente em 1915, com a ditadura de Pimenta de Castro, seria restituído o direito de voto aos militares no activo, o que motivou uma manifestação de agradecimento ao Governo, por parte da oficialidade do exército e da marinha, no dia 27 de Fevereiro de 1915, na praça do Comércio. Pelo mesmo artigo

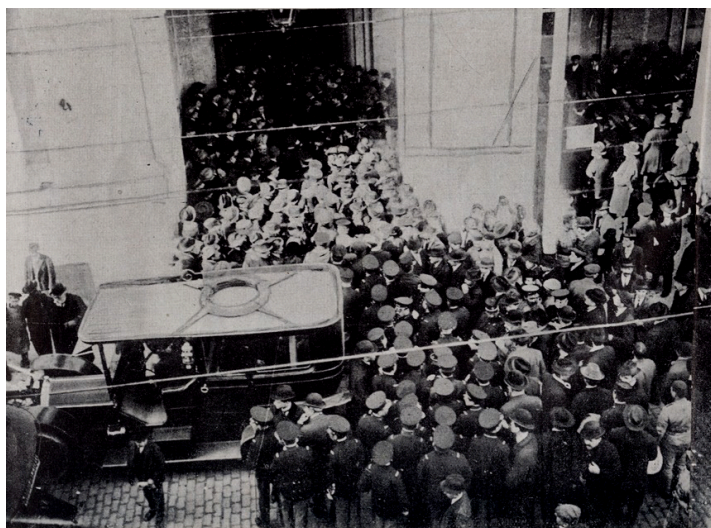


Imagem 3 – “Uma grande manifestação militar”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 472 (1915): 293. / HML

da Lei de 1913 os corpos policiais no activo, equitativamente, foram afastados do direito de voto. A exclusão de participação activa na política também estava vedada a todos os que tivessem sido sujeitos a uma ordem judicial restritiva das suas capacidades autónomas: deficiência mental, interdição de administração de bens, declaração de

³¹⁸ Manuel Loff, “As eleições no salazarismo: formalismo, controle e fraude”, in Maria Antonieta Cruz (Org.), *Eleições e sistemas eleitorais...*, p. 132.

A Monarquia tinha garantido o sufrágio aos oficiais e militares, mas a Lei de 1878 tinha excluído do sufrágio os praças de pré do Exército e da Armada.

falência, por interdição ou pronúncia judicial (art.º 3.º, § 1.º e 2.º)³¹⁹. Também os estrangeiros naturalizados há menos de 2 anos (art.º 3.º, § 7.º) não podiam exercer esse direito.

De assinalar que a legislação de 1911 reconhecia a capacidade activa política ao eleitor que estivesse na posse dos seus “direitos civis e políticos”. O Código Eleitoral de 1913 foi mais restritivo banindo do exercício do voto os que “estiverem pronunciados por despacho com trânsito em julgado” ou tivessem sido “condenados por crime de conspiração contra a República” (art.º 3.º, § 3.º e 5.º), visando definitivamente banir os conspiradores monarquistas do sufrágio. Neste ponto, assistimos uma vez mais a uma continuidade do Liberalismo, pois a legislação de 1822 já tinha consagrado a exclusão dos direitos políticos aos condenados a prisão ou degredo³²⁰; como sabemos muitos destes condenados incluíam para além de vulgares criminosos e excluídos (vadios) os oposicionistas ao regime monárquico (republicanos, socialistas, sindicalistas, anarquistas, etc.).

Por último, devemos salientar que em oitocentos a cidadania activa era um exclusivo do sexo masculino. Embora, as Constituições de 1822 e 1838 e a Carta Constitucional de 1826, não impedissem as mulheres de votarem “uma vez que estas nunca estiveram incluídas na categoria daqueles que não podiam votar, nem sequer na categoria dos inelegíveis”³²¹. Na realidade, a evidência da cidadania política ser exclusivamente masculina era axiomática quando constatamos que o primeiro texto que viria a especificar o sexo do eleitor (masculino) seria publicado em 1913, como precaução para que não fosse possível que nenhuma sufragista votasse por ordem judicial, como tinha sucedido na eleição de 1911.

Não era motivo de admiração que com a implantação da República o direito à cidadania política feminina passasse a ser uma exigência das feministas portuguesas³²².

³¹⁹ Na sequência do que sucedia na legislação liberal monárquica que excluía do direito de voto os que gozavam de incapacidades físicas ou morais (Lei de 11 de Julho de 1822).

³²⁰ Ver Pedro Tavares de Almeida (org.), *Legislação eleitoral*..., p. 724.

³²¹ Em 1822 foi pela primeira vez levantada a questão do sufrágio feminino, no nosso país, através da proposta do deputado Domingos Borges de Barros, defendendo que as mulheres com seis filhos legítimos pudessem votar. Deste modo, Portugal foi um dos primeiros países europeus a abordar esta questão no Parlamento, pelos próprios deputados, sem qualquer reivindicação ou pressão feminista. Ver Fátima Mariano, *As mulheres e a I República*, Casal de Cambra, CR/Caleidoscópio, 2011, p. 148 e 150.

³²² Estas reivindicações femininas enquadravam-se nas expectativas criadas pela chegada ao poder dos republicanos, que tinham expresso “explicitamente” a promessa do voto feminino, em Abril de 1909, no Congresso de Setúbal, em que Ana de Castro Osório representou a Liga das Mulheres Portuguesas. Veja-se João Esteves, *As origens do sufragismo português: a primeira organização sufragista portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*, Lisboa, Bizâncio, 1998, p. 73.

Imediatamente no mês de Outubro de 1910, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas entregou uma petição ao Governo Provisório, lembrando a promessa da concessão sufrágio feminino, por parte do Partido Republicano Português, quando fosse Poder. Neste documento as feministas defendiam o sufrágio feminino restrito, devendo votar “toda a mulher que, sendo comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, diplomada com qualquer curso científico ou literário ou escritora”, com especial interesse para o nosso estudo, reivindicavam que para além de serem eleitoras as mulheres pudessem ser elegíveis para vereações municipais³²³; subentendendo-se que o desempenho de um cargo municipal era visto como uma iniciação na vida política activa da mulher. O sufrágio feminino, sob determinadas circunstâncias, chegou a ser defendido por alguns deputados à Constituinte, como por exemplo, José Barbosa (1869-1923), Jacinto Nunes e Magalhães Lima, este último afirmaria que “seria violar o programa do partido republicano fazer o contrário”³²⁴.

A legislação de 1911 consignou o direito de voto a cidadãos maiores de 21 anos (não especificando o sexo, em continuidade com as leis monárquicas) que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família. As sufragistas portuguesas ficaram desiludidas, mas esta lei não impedia expressamente o voto feminino, à semelhança dos diplomas anteriores. Perante a desunião das feministas e a indiferença generalizada do exercício da cidadania activa por parte do sexo feminino, que não se podia imputar somente ao homem, mas igualmente a uma “auto-exclusão”³²⁵; apenas uma mulher, Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911), médica, chefe de família (viúva, com uma filha), aproveitou a omissão do sexo por parte do legislador e, contornando a lei, requereu a sua inscrição como eleitora. Alcançou os seus intentos conseguindo recensear-se, após recursos nos tribunais, votando no dia 28 de Maio de 1911, numa assembleia da freguesia de S. Jorge de Arroios, para as eleições da Assembleia Constituinte³²⁶.

³²³ “Representação entregue ao Governo Provisório da República pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas”. *A mulher e a criança*, n.º 18/19 (Nov./Dez. 1910). Citado por Fátima Mariano, *As mulheres...*, p. 155.

³²⁴ “Questões Feministas: A mulher deve votar?”. *A Vanguarda*, 3-05-1911, p. 1. Citado por João Esteves, *As origens do sufragismo...*, p. 66.

³²⁵ Fátima Mariano, *op. cit.*, p. 160.

³²⁶ A posição das feministas portuguesas relativamente ao sufrágio feminino não era unânime (como em outros assuntos). As dirigentes da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (que defendiam o sufrágio feminino igual do masculino, sem nenhuma diferença) deram pouca relevância ao recenseamento de Beatriz Ângelo. Ver João Esteves, *op. cit.*, pp. 22-24.

Tal evento na época foi um facto notável, com repercussões mundiais, pois o sufrágio feminino era ainda uma miragem para a esmagadora maioria das mulheres. Somente em alguns dos estados da América do Norte (em 1869 o estado de Wyoming tinha sido o primeiro a conceder o voto feminino), na Austrália (1902), na Nova Zelândia (1893) e na Finlândia (1906) lhes era reconhecido um papel activo na política. Em suma, excepto no referido país nórdico, as mulheres não podiam votar na Europa Ocidental³²⁷, inclusive em Inglaterra (acedido, 1928) e em França (1944).

A Associação de Propaganda Feminista, fundada (Maio, 1911) a partir de uma cisão da Liga Republicana das Mulheres, iria enviar uma petição, aprovada em 10 de Julho de 1911, às Constituintes, solicitando o sufrágio feminino para uma elite, a saber: mulheres possuidoras de cursos superiores e curso de Instrução Primária Superior; “chefes de família” e mulheres comerciantes que fossem alfabetizadas. Nesta mesma petição, com muitíssimo interesse para o nosso trabalho, reclamavam que as mulheres fossem elegíveis para as câmaras municipais e para as juntas paroquiais, realçando que na Noruega existiam nove mulheres vereadoras e uma mulher deputada³²⁸, nesta data. Quando em 1912 se iniciou o debate da nova legislação eleitoral chegou a ser aprovado no Senado o sufrágio feminino restrito, mas esta proposta não passaria na Câmara dos Deputados³²⁹. No ano seguinte, o projecto de lei n.º 409 de alteração do Código Eleitoral, enviado pelo Senado (depois de estudado por uma comissão de deputados),

³²⁷ Os países da Europa Ocidental que alcançaram o sufrágio universal feminino, durante a I República portuguesa, foram a Noruega (1913), a Dinamarca (1915), a Áustria (1918), a Alemanha (1919), o Luxemburgo (1919), os Países Baixos (1919), a Suécia (1921) e a Irlanda (1923). Dados extraídos de Pedro Tavares de Almeida, “Eleitores, voto...”, p. 64. Para além destes países, ainda no mesmo período temporal, temos que acrescentar o Canadá; e, em território europeu, a Islândia. Vd. Fernando Farelo Lopes, “Direito de voto...”, p. 106.

Sobre o tema do sufrágio feminino ver as seguintes fontes: A. Brazão, “O sufrágio feminino”. *Alma Feminina*. Ano II, n.º 7 (1918), pp. 70-71; Angélica Porto, “O voto feminino em Portugal”. *Ibidem*. Ano IV, n.º 9 e 10 (1920), pp. 47-48; Aurora de Castro e Gouveia, “Ainda o direito de voto”. *Ibidem*. Ano VI, n.º 1 e 2 (1922), pp. 3-5; Idem, “O direito de voto”. *Ibidem*. Ano V, n.º 7 e 8 (1921), pp. 34-37; “A concessão do voto à mulher”. *Ibidem*. Ano II, n.º 3 (1918), p. 33; Guida, “O sufrágio feminino e a revisão constitucional”. *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, n.º 6 (1916), pp. 65-66; Maria Clara Correia Alves, “O sufrágio feminino”. *Alma Feminina*. Ano I, n.º 7 (1917), pp. 73-75; Idem, “O voto às mulheres”. *Ibidem*. Ano IV, n.º 3 e 4 (1920), pp. 13-15 e Ano IV, n.º 5 e 6 (1920), pp. 23-25.

³²⁸ Em Maio de 1911 Beatriz Ângelo tinha revelado, numa entrevista ao jornal *O Tempo* (3-05-1911), que Afonso Costa “lhe tinha prometido que pugnaria pela admissão das mulheres naqueles dois cargos públicos”, in João Esteves, *As origens...*, p. 64.

Ver “Petições da Associação de Propaganda Feminista”, in *Ibidem*, pp. 227-229.

Já a 3 de Fevereiro de 1911 a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (antes da cisão) tinha enviado, de novo, uma petição análoga ao Governo Provisório, subscrita por algumas das mesmas signatárias. Ver *Ibid.*, p. 65.

³²⁹ Veja-se “A nova lei eleitoral e o sufrágio feminino em Portugal: um acto de justiça do senado português”. *A Mulher Portuguesa*, n.º 2 (1912), pp. 9-11.

consignava o exercício de voto às mulheres de maiores de 25 anos que tivessem um “curso superior, secundário ou especial”³³⁰. Todavia, no final do processo, a Lei de 1913 não só não acatou a elegibilidade feminina para o exercício de cargos administrativos, como introduziu o sufrágio para “cidadãos do sexo masculino”, vedando definitivamente o direito de voto às mulheres.

Em 10 de Agosto de 1915 numa “Representação” entregue ao Governo e ao Parlamento, a Associação de Propaganda Feminista, para além de outros assuntos, voltaria a defender o sufrágio feminino restrito, afirmando que:

“Antes mesmo de se abrir largamente o eleitorado feminino podia e devia dar-se a *elegibilidade a mulheres* cujo valor excepcional merecesse tal reconhecimento público, como se faz na Noruega. (...). Mas nada se opõe a que a experiência comece a ser feita administrativamente *fazendo-se entrar com discrição nas juntas de Paróquia*”³³¹;

e, a seguir, uma vez mais, defendia-se que deviam “abrir-lhes lugares” nas vereações municipais. No Congresso Municipalista de Évora, em Outubro de 1915, Ana de Castro Osório (1872-1935) afirmou que existiam em Portugal “senhoras que seriam utilísimos elementos nas administrações municipais”, sendo “justo esperar que da entrada do elemento feminino nas municipalidades” procedesse “o fomento agrícola, (...), e uma eficaz protecção do ensino agrícola, doméstico e industrial feminino”³³².

Se bem que a Grande Guerra trouxesse novas preocupações às mulheres portuguesas, já no seu desfecho, em 1918, a Liga Republicana apresentou nova petição sobre o sufrágio feminino restrito a Sidónio Pais, mais uma vez sem consequências. Em Dezembro do ano seguinte, os socialistas apresentaram moções para a instituição do sufrágio feminino para as mulheres com mais de 21 anos alfabetizadas³³³, também sem qualquer sucesso. A República nunca viria conceder os direitos de ida às urnas nem de elegibilidade às mulheres, nem mesmo para cargos municipais ou paroquiais, impedindo a cidadania política à maioria da população portuguesa, baseando-se na

³³⁰ Sessão de 3 de Janeiro de 1913. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 27.

³³¹ “Representação ao governo e ao parlamento português”, in João Esteves, *op. cit.*, p. 236 (itálico nosso).

³³² Ana de Castro Osório, *A mulher na agricultura, nas indústrias regionais e na administração municipal*, Lisboa, Casa Editora «Para as Crianças», 1915, p. 62. Citado por Fátima Mariano, *As mulheres...*, p. 155.

³³³ Ver “A ideia caminha”. *Alma Feminina*. Ano IV, n.º 1 e 2 (1920), pp. 6-7.

argumentação (ao tempo comum a outros países) de que a mulher era inculta e manipulada pelos padres³³⁴.

O sufrágio feminino não era uma das prioridades dos partidos políticos na Primeira República, facto constatado nos seus conteúdos programáticos, em que para além do PRP (1891) e do PS (1895) que defendiam o sufrágio universal, encontramos referente a este assunto no programa do Partido Evolucionista (1913) a defesa da “concessão de voto às mulheres nas eleições administrativas, em condições de conveniente restrição”; o Partido Republicano Liberal (1919) também tomou uma posição relativamente ao direito de voto às mulheres, e sua elegibilidade para alguns cargos, reconhecendo “tais aspirações como legítimas”, e incluindo no seu programa “a promessa de que se empenhará por efectivá-las”; e, por último, já no final do regime republicano, o programa do Partido Republicano da Esquerda Democrática (1926) foi severamente crítico quanto a este tema: “tirou-se o voto às mulheres, reincidindo na arcaica e falsa doutrina da inferioridade do sexo feminino, sem se ter reparado que ela desempenha hoje todos os cargos que ao homem é lícito desempenhar”³³⁵. A esmagadora omissão do direito de sufrágio feminino nos programas partidários, durante este período cronológico, atesta o desinteresse dos dirigentes e filiados partidários relativamente ao papel político das mulheres republicanas na sociedade portuguesa.

Para concluirmos o tema do direito de voto, quando Afonso Costa, discursando no Parlamento, defendeu a reforma eleitoral de 1913, retirando este direito aos analfabetos advogou, ao mesmo tempo, a supremacia política dos cidadãos mais competentes e cultos, ao afirmar:

*“Indivíduos que não sabem os confins da sua paróquia, que não têm ideias nítidas e exactas sobre coisa nenhuma, nem de nenhuma pessoa, não devem ir às urnas, para não se dizer que foi com carneiros que confirmámos a República”*³³⁶;

e, no ano seguinte, no Congresso do Partido Democrático, voltaria a corroborar esta ideia ao proclamar que: “Votar, deliberar, escolher, exigem raciocínio e raciocínio completo”³³⁷.

³³⁴ Foi longo o caminho para a concessão da cidadania política às mulheres portuguesas. Durante a Ditadura Militar, em 1931, foi outorgado o sufrágio feminino restrito. O sufrágio universal, para maiores de 18 anos, só foi estabelecido em Portugal após o 25 de Abril de 1974, com a lei eleitoral aprovada ainda nesse ano. Cf. Fátima Mariano, *op. cit.*, pp. 166-167.

³³⁵ Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, p. 220; p. 253 e 352.

³³⁶ Citado in Manuel Loff, “As eleições no salazarismo...”, p. 137.

Como determinou Fernando Farelo Lopes, o que motivaria este estadista na defesa desta reforma eleitoral seria o desejo de hegemonia do Partido Democrático (após as cisões políticas), as ameaças ao seu Governo Democrático, a existência de contestação social e o “perigo” monárquico. Para o mesmo autor, a República recuou no direito de voto, impondo o sufrágio restrito, por três razões principais: 1) O sufrágio universal diminuiria o peso do “caciquismo do Terreiro do Paço”, conduzido pelo PRP; 2) O apolitismo das massas locais rurais e a adesão das minorias activas das cidades ao anarquismo traduziu-se na ausência de coacções duradouras e constantes na via da democratização eleitoral; 3) O aumento do direito de voto foi raramente entendido como expediente para assegurar a unidade e estabilidade do Estado nacional e não constituiu um problema crítico ao nível das “disputas para a influência no topo” e das “pressões de baixo”³³⁸. Resta-nos assinalar, como este autor reconhece, que os principais partidos republicanos nunca retiraram o sufrágio universal da sua cultura doutrinária, existindo uma aceitação absoluta (e, acrescento, tácita) da necessidade do seu adiamento.

A legislação de 1911 condenou grande número de republicanos à inexistência política e, mais ainda, justamente os que, como considerou Sampaio Bruno (1857-1915), tinham participado e servido no 5 de Outubro, lutando “na Rua de Santo António e na Rotunda”³³⁹. A nível nacional o número de homens que reunia capacidades para ser eleitor foi sempre muito reduzido, na República e na Monarquia. Porém, o desejado aumento do número de eleitores, por forma a sufragar com o maior corpo eleitoral o novo regime republicano, não foi atingido, ficando-se aquém, a nível nacional, do recenseamento de 1890. As causas para este fracasso são geralmente aceites pelos estudiosos como podendo radicar-se no facto de anarquistas e muitos monárquicos não se terem recenseado, e de muitos republicanos, monárquicos e socialistas terem sido riscados dos cadernos eleitorais³⁴⁰; mas igualmente no desinteresse pelo acto eleitoral nos campos, e, também, nas cidades onde artificies e operários também não requereram

³³⁷ “Congresso Geral Ordinário de 1914”. *Boletim do Partido Republicano...*, p. 346.

³³⁸ Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, pp. 75-76.

³³⁹ Citado por Vasco Pulido Valente, *A «República Velha» (1910-1917)*, [1997], Alfragide, Alétheia Editores, 2010, p. 15.

³⁴⁰ Segundo *O Intransigente* (6 Maio) e o *Diário Popular* (5 de Maio) em Setúbal riscaram-se 2.000 eleitores e referiram-se também cortes em Cascais; na capital *A República Social* (21 de Maio) queixou-se de que o mesmo sucedeu aos socialistas. Vd. António Pinto Ravara, “Acerca das eleições de 1911”. *Clio*, Vol. 3, (1981), p. 145 (notas).

a sua inscrição; fazendo eco deste desapego os semanários socialistas das cidades de Lisboa e do Porto ao queixarem-se da falta de civismo de muitos operários³⁴¹.

Contudo, existiam assimetrias sociais e de iliteracia quanto ao exercício do direito de voto. O estudo de Maria Ana Bernardo reforçou as reservas colocadas por alguns autores³⁴² sobre o impacto da restrição do direito de voto na legislação de 1913, ao concluir que a alfabetização dos cidadãos era superior nos distritos situados a norte do rio Tejo e aí as percentagens de recenseados eram mais elevadas que as médias nacionais; e, nos distritos a sul, existia uma correlação entre o baixo nível de alfabetização e de recenseamento³⁴³, o que quanto a nós poderá ser contraproducente quanto ao objectivo dos republicanos de banirem das urnas os “perigosos” conservadores, católicos e monarquistas que habitavam predominantemente a norte da linha de fronteira do rio Tejo (exceptuando Lisboa e Porto).

Os factos apresentados por esta autora revelam-nos que os parlamentares e líderes republicanos menosprezaram as diferentes assimetrias a nível nacional; pois se é certo que a Lei eleitoral de 1913, de acordo com os seus objectivos, privilegiou e sobrevalorizou o voto urbano, relativamente ao mundo rural baniu das urnas os eleitores que seriam menos conservadores e mais partidários da República, os que habitavam nos distritos do Sul do país. Este trabalho tem especial interesse para a nossa investigação, pois sabemos que na cidade de Lisboa o nível de alfabetização das classes populares não era de descurar, o que aliás era comum a concelhos confinantes e às principais cidades.

Desta forma, esta análise sobre a dinâmica dos alfabetizados e dos recenseados a nível distrital em Portugal patenteou que a cidade de Lisboa (considerada isoladamente, bem como o Porto) embora detendo o maior número de alfabetizados do nosso país, em 1910, ficava abaixo da média nacional no que dizia respeito à taxa de recenseamento. Esta situação manteve-se em 1911 defendendo a autora que tal contra-senso resultava de dois factores: os responsáveis pelo recenseamento não possuírem domínio sobre estes recém-chegados à capital e, por outro lado, o desinteresse pela cidadania política da população imigrante³⁴⁴. No entanto, no recenseamento de 1915 o papel da instrução do operariado, estimulado pelos republicanos, ficaria evidenciado, pois “por detrás do país

³⁴¹ António P. Ravara, *Ibidem*.

³⁴² Vd. F. Farelo Lopes, *Poder político...*, p. 77 e Maria Cândida Proença, *Eleições municipais...*, p. 69.

³⁴³ Maria Ana Bernardo, “A dinâmica dos recenseamentos eleitorais no final da Monarquia e na I República: uma reflexão em torno de duas variáveis: alfabetizados e emigrantes”. *Penélope*, n.º 27 (2002), pp. 93-124.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 97 e segs.

dos recenseados se pressente o país dos alfabetizados”; e Lisboa continuando a ostentar o nível de alfabetização mais elevado a nível nacional alcançou uma taxa de recenseamento superior à média dos distritos portugueses³⁴⁵.

A confirmação desta realidade ocorreu durante a campanha eleitoral municipal de 1919, quando um orador socialista, fazendo um apelo ao voto, declarou que o eleitorado da capital era composto de “75 por cento de operários e 25 por cento de burgueses ou semi-burgueses”³⁴⁶. No entanto, o recenseamento político de 1925 revelaria que a relação entre a população recenseável e a percentagem de população recenseada, em Lisboa, se situava nos 49,5%, inferior à de outros concelhos do continente. Concluindo-se que os habitantes da capital revelavam-se letrados, mas pouco empenhados no recenseamento eleitoral e no consequente exercício da cidadania política activa.

O Censo Eleitoral da Cidade de Lisboa apresenta dados estatísticos (Quadro 8) e uma análise ao número de recenseados, salientando-se que desde o ano de 1878 até ao de 1885 não houve grandes variações no número de eleitores; e que de 1886 a 1890 registou-se um aumento – ao qual não foi alheio a inclusão de novas freguesias (1886) que fixaram os limites actuais da capital –; seguindo-se um período de inércia de 1890 a 1894. Nos anos seguintes, de 1895 a 1900, verificou-se uma extraordinária descida nos inscritos nos cadernos eleitorais, mercê da modificação da Lei Eleitoral (1895), mais restritiva, e também pela não disputa da urna pelos republicanos. Com a publicação da *ignóbil porcaria* (1901) assistiu-se a um recrudescimento dos recenseados até 1910, facto que foi uma consequência da agressividade da imprensa republicana e do Partido Republicano Português, numa réplica à junção dos votos da cidade aos da Lourinhã, um combate enorme que resultou num aumento continuado do número de eleitores, da tal forma que em 1910 os votos de Lisboa abafaram os do resto do distrito e os republicanos venceram as maiorias nos dois círculos que a capital integrava³⁴⁷.

Resta-nos certificar, como podemos observar no mesmo quadro, que no concelho de Lisboa o primeiro recenseamento político republicano (1911) produziu maior número de eleitores do que algum outro da Monarquia: 62.191 eleitores contra 43.179 nas eleições legislativas de 1910, o melhor do regime monárquico, o que perfez

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 102 e p. 98 (Figura 4).

³⁴⁶ X., “Os socialistas e as próximas eleições”. *O Combate*, 19-05-1919, p. 1.

³⁴⁷ Cf. Portugal.MF.DGE, *Censo eleitoral...*, p. 7.

Quadro 8 – Eleitores na cidade de Lisboa (1878-1913)

Anos	Eleitores	Anos	Eleitores
1878	20.253	1897	25.110
1879	20.090	1898	23.275
1881	21.740	1899	26.035
1883	22.554	1900	24.440
1885	21.074	1901	30.666
1886	28.433	1903	32.968
1887	30.226	1904	34.797
1889	31.760	1905	34.486
1890	34.025	1906	35.553
1891	33.820	1908 ^(a)	40.519
1892	34.157	1910	43.179
1894	34.044	1911	62.191
1895	23.981	1913	48.494

Dados retirados de: Portugal.MF.DGE, *Censo Eleitoral...*: 7; (a) AML/AC, Recenseamento Eleitoral.1908. Outubro, 22, Lisboa.

um aumento de 19.012 recenseados, ou seja mais 44 por cento; e o segundo recenseamento eleitoral da República (1913), com uma lei mais restritiva, ainda assim alcançou a cifra de 48.494 recenseados, isto é, inferior ao de 1911 (menos 13.697 eleitores, uma descida de 22 por cento) mas superior ao realizado em Agosto de 1910 (mais 5.315, um acréscimo de 12,3 por cento). Vejamos de seguida como se processava o recenseamento político.

II.4. Recenseamento eleitoral

É consensual entre os estudiosos que a “governamentalização” e manipulação do recenseamento eleitoral pelos magistrados administrativos³⁴⁸ foram habituais durante a Monarquia Constitucional e persistiram na República. Para ter o estatuto de eleitor não bastava reunir as condições/capacidades, era necessário o recenseamento prévio. Este acto não obrigatório era revisto e actualizado anualmente, ficando ao cuidado dos secretários da administração de cada um dos quatro Bairros de Lisboa, apoiados pelos regedores, párocos e oficiais do registo civil, sob a fiscalização do administrador de

³⁴⁸ No direito administrativo português estes magistrados eram os delegados do Governo nas circunscrições administrativas. Segundo o Código de 1878 estas funções eram exercidas pelo governador civil no distrito; pelo administrador do concelho no concelho e pelo regedor na paróquia (art.º 6.º).

Bairro (que na capital desempenhava as funções atribuídas aos administradores de concelho³⁴⁹), detendo um voto consultivo.

Os regedores eram escolhidos entre os cidadãos alfabetizados da freguesia, sob proposta do da Câmara Municipal (a partir do Código de 1836) e nomeados pelo governador civil (Lisboa e Porto), incorporando a autoridade do Estado. O regedor detinha a capacidade de nomear os cabos de polícia, entre os fregueses alfabetizados e de bom comportamento, como seus ajudantes, segundo a necessidade do serviço. Os regedores e cabos de polícia desempenharam um papel de destaque como galopins eleitorais, durante a Monarquia³⁵⁰. Numa crónica, datada de Agosto de 1910, António José de Almeida distinguiu dois tipos de galopins: o prático, “espécie de criado privado do cacique da sua freguesia”; e o diplomado, “que estudou, trabalhou para exercer a sua função”; e defendeu que já não fazia sentido a distinção entre cacique e galopim. Acrescentava que em Portugal “não se discutem influências legítimas, nem a propaganda dos partidos, nem o prestígio da ideia. Tudo está em ter ou não quem saiba falsificar um recenseamento, manobrar os respectivos cadernos e roubar urnas”³⁵¹.

Os administradores dos Bairros – propostos pelo governador civil e nomeados por decreto – eram os agentes do governo que mais influenciariam os preparativos das eleições, através do controle dos recenseamentos, porque nomeavam os oficiais de diligências (funcionários recenseadores) que procediam à execução do recenseamento³⁵². Assim, entende-se que para o regime republicano fosse de grande

³⁴⁹ O cargo de administrador de concelho, criado pelo Código Administrativo de 1836, persistiu mais de um século até 1937. Ao longo do tempo foi-se alterando a sua nomeação, inicialmente era eleito localmente, designando o Governo o escolhido de entre os candidatos mais votados. Foi depois comutado em delegado do Governo (o art.º 183º do Código Administrativo de 1878 atribuía esta categoria ao governador civil); mais tarde a Portaria n.º 4.529, de 23 de Novembro de 1925, viria a repor a sua designação como delegado do governador civil e do Governo (art.º 269º do Código Administrativo de 1896). Ver MJM, “1910-1926”, pp. 255-256.

³⁵⁰ Cf. Fernando Catroga, “O poder político das paróquias...”, pp. 189-194 e pp. 212-222.

No jargão político, o galopim era subalterno ao cacique, executante das suas ordens. Conforme descrição da época: “Cada galopim eleitoral é um pretendente às ordens de outros pretendentes, que, inchados de bazófia, promessas e mando local, espalham dinheiro, mercadejam votos, já se vê à custa do erário público, prometem cargos, tomam compromissos, falseiam votações e actas, roubam urnas, cimentam discórdias.”, in V. de S. de F., *Os partidos que se partem e repartem*, Lisboa, Viúva Tavares Cardoso, 1908, p. 37. Um relato de um dia de votação eleitoral numa aldeia, com a descrição de todas as maquinações e falsidades perpetradas, pode ler-se nesta mesma obra na pág. 38 e segs. Interessante é também o testemunho de um “velho cacique” sobre as iniquidades do acto eleitoral no regime monárquico ver Eduardo Frias, “Como se roubam eleições”. *ABC*. A. 2, n.º 52 (1921), p. 2.

³⁵¹ António José d’Almeida, “Galopins”. *Alma Nacional*, n.º 28 (1910), p. 444 e 446.

³⁵² Os membros da comissão recenseadora e os secretários das administrações dos bairros recebiam um pagamento da câmara municipal, correspondente ao trabalho desenvolvido no recenseamento. Ver Anexos – A.2. Custos dos trabalhos de recenseamento e eleições de 1913; onde se indica a renumeração dos secretários das administrações dos bairros e as gratificações ao pessoal da CML.

pertinência a nomeação (no período de transição após o 5 de Outubro, enquanto não houve eleições) de pessoal da sua confiança para o exercício de cargos administrativos. É certo que os republicanos reintroduziram, em 1911, as comissões de recenseamento (que tinham sido extintas pelo Decreto de 8 de Agosto de 1901), o busílis residiu no facto de estas serem constituídas, em exclusivo, por membros dos corpos administrativos.

A República retomou assim uma prática iniciada pela Monarquia na penúltima década de oitocentos, em que a “relação entre a manipulação do recenseamento e o êxito eleitoral tornou-se gritante na sequência do Decreto de 18 de Março de 1895, o qual colocou as comissões de recenseamento sob a influência mais ou menos imediata das autoridades locais”³⁵³. Da mesma opinião é Pedro Tavares de Almeida defendendo que era prática usual as comissões recenseadoras manipularem o resultado eleitoral: “quase sempre controladas por representantes de uma das parcialidades locais, recorriam habitualmente a expedientes ilícitos para afeiçoarem a composição do eleitorado às suas conveniências políticas – ora sonegando o direito de voto a cidadãos que lhes eram adversos, ora concedendo-o a «amigos» que não preenchiam as condições para serem recenseados”³⁵⁴. Na capital a presidência desta comissão pertencia a um vereador escolhido pelos seus pares e, à semelhança do resto do país, era composta pelos presidentes das juntas de freguesia.

Interessa-nos principalmente a Lei eleitoral de 1913 – porque como aludimos não se realizou nenhuma eleição administrativa sob a vigência da legislação de 1911 – que aboliu as comissões recenseadoras, colocando o recenseamento na dependência dos

Nesta eleição os secretários recenseadores dos 4 Bairros Administrativos de Lisboa enviaram ofícios à CML, no mês de Setembro, queixando-se que a sua renumeração para estes trabalhos era exígua (4 centavos por nome definitivamente inscrito), abaixo do que tinha sido pago às juntas de paróquia para o recenseamento de 1911. O vereador Rodrigues Simões encarregue de tratar do recenseamento eleitoral e em nome da Comissão de Finanças, não concordou com este pedido defendendo que nas eleições de 1911 as juntas de freguesia fizeram recenseamentos completamente novos e no de 1913 os secretários basearam-se no recenseamento de 1911. Cf. Sessão de 9 de Outubro de 1913. *Actas das Sessões da Câmara...1913*, pp. 666-667.

Em 1916 os funcionários recenseadores das administrações dos Bairros da capital, conforme estipulava a Lei n.º 3 (art.º 12.º), auferiam meio centavo, por cada nome, que inscreviam nos respectivos cadernos e mais um centavo por cada eleitor inscrito. Ver Sessão de 25 de Maio de 1916. *Actas das Sessões da Comissão Executiva...1916*, pp. 297-298.

No recenseamento de 1919, o mais falacioso da I República, os funcionários recenseadores e demais empregados que estiveram incumbidos desta tarefa tiveram direito a uma gratificação, cujo valor total de 1.000\$00, foi proposto pelo vice-presidente da Comissão Executiva e aprovado por unanimidade. Sessão de 18 de Dezembro de 1919. *Actas das Sessões da Comissão Executiva...1919*, p. 521.

³⁵³ Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, p. 114.

³⁵⁴ Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo...*, p. 111.

chefes de secretaria das administrações dos Bairros em Lisboa e Porto (Lei n.º 3, art.º 10.º) e, no resto do país, dos chefes de secretaria das câmaras municipais; estes funcionários recenseadores seriam ajudados pelos funcionários da secretaria do municipal (art.º 12.º). Ao chefe da secretaria, ao presidente da câmara municipal e à respectiva Comissão Executiva estava reservado a abertura e encerramento dos livros de recenseamento, não podendo nenhuma alteração ser feita no livro por ordem de autoridade alguma (art.º 27.º).

Resumindo, e secundando Fernando Farelo Lopes, no “sistema caciquista aqueles órgãos [administrativos] desempenharam um papel relevante, não só na execução formal das regras estabelecidas, como também no fornecimento de recursos e serviços indispensáveis para a manobra eleitoral dos caciques”³⁵⁵. Escudadas neste Código resultaram grandes irregularidades, com especial relevância no recenseamento de analfabetos, troca de atestados de residência, troca de atestados por atestados sem assinatura e cortes de recenseados, em suma as corriqueiras práticas de burla herdadas da Monarquia³⁵⁶.

A inscrição mediante requerimento escrito pelo cidadão tinha por base as condições previstas na Lei (sexo de masculino, maior de 21 anos de idade, saber ler e escrever e residir no bairro em que se recenseava há, pelo menos, 6 meses). Desta forma, o legislador de 1913 considerou as especificidades das grandes urbes de Lisboa e Porto, onde existia uma grande mobilidade populacional, para o estabelecimento desta regra diferenciadora relativamente aos outros concelhos nacionais³⁵⁷. O pretendente à inscrição tinha de apresentar uma certidão de idade; um requerimento com assinatura reconhecida por notário, comprovando que era alfabetizado; e um atestado de residência, passado pela junta de paróquia.

Como salientou Maria Cândida Proença, se *saber assinar* era a única condição prévia para o recenseamento, tal atributo poderia levar os partidos políticos a uma prática caciquista, com os seus militantes mais diligentes a promoverem o ensino da assinatura aos seus plausíveis votantes³⁵⁸. Não descurando esta premissa, devemos ter em atenção que o recenseamento eleitoral republicano, em analogia com as leis

³⁵⁵ Fernando Farelo Lopes, *A I República portuguesa...*, p. 318.

³⁵⁶ Idem, “Clientelismo...”, p. 409.

³⁵⁷ No resto do país o prazo era o de residência no concelho. Até esta data as Leis eleitorais eram imprecisas, devendo os cidadãos inscrever-se nos concelhos ou bairros (Lisboa e Porto) onde residissem na maior parte do ano.

³⁵⁸ Ver Maria Cândida Proença, *Eleições municipais...*, p. 60.

monárquicas, colocava numerosas condições difíceis de transpor para a esmagadora maioria da população recenseável quando não envolvesse o apoio de um partido ou de uma associação política.

Em Abril de 1924 foi publicado o decreto que criava a cédula pessoal³⁵⁹, três meses depois desta data nenhum serviço público podia ser requisitado nos registos civis (excepto registos de óbito) sem este documento; e, entre outros actos consignava que sem este não podia “ser feita a inscrição no recenseamento eleitoral” (art.º 9.º) o que configurava mais um entrave ao recenseamento dos trabalhadores (cada cédula custava 5 ou 7 escudos), como salientaram os socialistas, ainda neste ano, no seu X Congresso Nacional, em que pediram a revogação desta disposição ao Congresso da República³⁶⁰.

Com efeito, se o Código Eleitoral estipulava que os documentos a apresentar no recenseamento eleitoral eram gratuitos, esta disposição sobre a cédula pessoal contrariava o espírito da legislação. A entrada em vigor desta lei viria a ser adiada por mais um mês, sendo posteriormente prorrogada para o mês Novembro. Finalmente, perante as dificuldades impostas para a obtenção de documentos necessários à sua feitura, a Câmara dos Deputados, em Novembro de 1924, aprovou um projecto-lei determinando que a cédula pessoal só seria obrigatória para os indivíduos que nascessem depois de 14 de Abril de 1924, na prática resultando na não aplicação da apresentação da cédula pessoal no recenseamento eleitoral durante a Primeira República³⁶¹.

A actualização do recenseamento (com base no último recenseamento existente) tinha em conta as certidões de óbito, os atestados de demência ou indigência, as eliminações por decisão judicial (condenados a pena maior, interditos com perda de direitos políticos, etc.) e as declarações de mudança de residência. Quanto à morada

³⁵⁹ Decreto n.º 9.591. *Diário do Governo*, I Série, n.º 82, de 14 de Abril de 1924, p. 530.

³⁶⁰ Vd. César Nogueira, *Resumo...*, pp. 81-82.

Efectivamente daria entrada na Câmara dos Deputados uma representação da Junta Directiva do PS pedindo a revogação do art.º 9.º deste Decreto. Cf. Sessão de 15 de Julho de 1924. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 3.

Para além da Junta Directiva outros agrupamentos do PS (Federação Socialista do Porto; Centros Socialistas de Bonfim, de Paranhos, de Faro, de Ermesinde; Socialistas de Coimbra e União Socialista de Braga) e alguns deputados (Jaime de Sousa e Velhinho Correia, ambos democráticos) pediram a revogação da obrigatoriedade da apresentação da cédula pessoal no recenseamento político. Ver Sessão de 16 de Julho de 1924. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 1 e 4; Sessão de 21 de Julho de 1924. *Ibidem*, p. 4; Sessão de 22 de Julho de 1924. *Ibidem*, p. 3; Sessão de 24 de Julho de 1924. *Ibidem*, p. 3 e Sessão de 31 de Julho de 1924. *Ibidem*, p. 4.

³⁶¹ Cf. Sessão de 21 de Maio de 1924. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 19; Sessão de 6 de Novembro de 1924. *Ibidem*, pp. 4-7.

estipulava o Código Eleitoral de 1913 que “Em caso algum podem ser considerados domicílio eleitoral os quartéis, navios, arsenais, estabelecimentos militares, postos fiscais, fábricas, oficinas e quaisquer escolas, asilos, hospitais, e em geral todos os edifícios e repartições dependentes do Estado ou dos corpos administrativos onde residam, ou exerçam as suas funções indivíduos ao serviço das mesmas entidades” (art.º 17.º), se bem que como veremos no decurso do nosso trabalho este artigo da legislação nem sempre fosse aplicado.

Para verificação da capacidade eleitoral era enviada uma relação dos funcionários alfabetizados e sua residência aos chefes de secretaria das administrações dos Bairros, pelos chefes dos serviços públicos do concelho de Lisboa; e pelos comandantes das forças militares uma relação dos seus oficiais (Lei de 14 de Março de 1911, art.º 19.º, §2.º e 3.º). Os ministérios e os organismos públicos forneciam os dados dos empregados públicos (recenseamento oficioso). Os cidadãos deveriam fiscalizar a sua inscrição nos cadernos de recenseamento. Qualquer erro ou omissão era passível de reclamação escrita dos interessados ao juiz competente.

Os cadernos de recenseamento (um por cada bairro da capital e respectivas freguesias) eram ordenados alfabeticamente pelo primeiro nome dos eleitores e averbavam para cada um: número de ordem; nome; idade; estado [civil]; profissão; residência; condição de elegível (cargos legislativos e cargos administrativos) e observações. Depois de preenchidos, todas as folhas eram numeradas e rubricadas pelo presidente da câmara municipal, com termos de abertura e de encerramento, rubricados pelo secretário da administração do respectivo Bairro Administrativo, pelo presidente da câmara e pelos vereadores que integravam a Comissão Executiva do município.

Eram depois executadas cópias autenticadas destes livros, que no prazo de 26 dias após o arrolamento, seriam enviadas ao governador civil e ao juiz competente. Por último, cumpria ao secretário-geral do Governo Civil a autenticação das cópias impressas. Estava concluído o processo eleitoral que, para as eleições legislativas e administrativas, se iniciava com um recenseamento único (Código Administrativo de 1878, art.º 270.º), fazendo-se posteriormente a distinção entre os elegíveis e inelegíveis para cada acto eleitoral. As operações de recenseamento (inscrição, reclamações, alterações, editais, organização do livro de recenseamento e envio de cópias ao Governo

Civil) iniciavam-se a 2 Janeiro prolongando-se até 31 de Maio (Lei n.º 3, art.º 15.º)³⁶². Todas as despesas com o acto eleitoral (urnas, cofres e outros objectos imprescindíveis) eram do encargo das câmaras municipais³⁶³.

Revelador da importância que os recenseamentos detinham no resultado eleitoral foi a mudança que o Governo ditatorial de Pimenta de Castro lhes introduziu. Invocando o não cumprimento do Decreto n.º 1.352 (que convocava as eleições gerais)³⁶⁴ no que respeitava ao recenseamento eleitoral, por parte de funcionários das câmaras municipais e juntas paroquiais, determinou-se que, em Lisboa e Porto, seriam responsáveis pela revisão do recenseamento, os secretários gerais dos governos civis³⁶⁵; pois estes funcionários seriam mais confiáveis para o poder central. Igualmente Sidónio Pais exonerou as autoridades administrativas, incumbindo os novos membros nomeados de importantes funções eleitorais. O Decreto Eleitoral sidonista reinstituiu as comissões de recenseamento que seriam compostas pelo vereador indicado pela Câmara Municipal de Lisboa, que serviria de presidente e pelos secretários das administrações dos Bairros e das finanças e pelo secretário da câmara municipal ou outro empregado municipal nomeado³⁶⁶. A Comissão Administrativa sidonista no cumprimento do dito decreto nomeou, por unanimidade, para presidentes das comissões de recenseamento eleitoral dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Bairros de Lisboa, respectivamente Álvaro Raimundo Lopes Valadas, independente; Manuel Emídio dos Santos Rebelo, que tinha sido (1913) antigo presidente da Comissão Paroquial do PRP de Santa Justa; José Tavares de Araújo e Castro, sidonista; e Franklin Lamas “amigo político” de Machado Santos (1875-1921)³⁶⁷.

Sem assombramento logo após o derrube do sidonismo, ainda em guerra civil, os republicanos (democráticos, evolucionistas, unionistas e centristas) acordaram com a exoneração das autoridades administrativas e consequente nomeação de novas (também com consideráveis missões eleitorais), distribuídas consoante a situação das

³⁶² Pela Lei n.º 294, de 1915, o prazo de apresentação de requerimento para a inscrição no recenseamento de 2 a 21 de Janeiro, seria alargado passando de 2 de Janeiro até ao último dia de Fevereiro (art.º 1.º). Cf. Lei n.º 294. *Diário do Governo*, I Série, n.º 15, de 20 de Janeiro de 1915, p. 112.

³⁶³ Nas actas das sessões do Município tivemos acesso às despesas, material e trabalho executado pela CML para o recenseamento eleitoral e eleições de 1913. Veja-se Anexos – A.2. Custos dos trabalhos de recenseamento e eleições de 1913; A.3. Material adquirido pela CML para o recenseamento eleitoral e eleições de 1913 e A.4. Documentos passados e autenticados para as eleições de 1913.

³⁶⁴ Decreto n.º 1.352. *Diário do Governo*, I série, n.º 35, de 24 de Fevereiro de 1915, pp. 191-192.

³⁶⁵ Pelo art.º 2.º do Decreto n.º 1.377. Suplemento do *Diário do Governo*, I Série, n.º 40, de 2 de Março de 1915, s/p. Nos restantes concelhos o respectivo administrador incumbiria os respectivos secretários do recenseamento (art.º 1.º).

³⁶⁶ Decreto n.º 3.907. *Diário do Governo*, I Série, n.º 47, de 11 de Março de 1918, p. 178.

³⁶⁷ Sessão de 21 de Março de 1918. *Actas das Sessões da Comissão Administrativa...1918*, pp. 196-197.

organizações políticas em cada distrito. Contudo, mesmo antes da queda da Monarquia do Norte já os democráticos esqueciam o acordo e tomavam de assalto todas as freguesias, concelhos e distritos. Assim, o Partido Democrático refez a sua máquina eleitoral e a rede clientelar de interesses que dominava, afastando os republicanos conservadores³⁶⁸.

Como veremos mais pormenorizadamente adiante também nas eleições de 1919 a Comissão Administrativa da CML que organizaria o recenseamento político desse ano (o mais fraudulento da capital), sob proposta do seu presidente, um democrático, nomeou para esse efeito dois vogais (um democrático e outro socialista) da referida Comissão, e também foram democráticos e socialistas que presidiram às assembleias de apuramento, partidos que conquistaram a maioria e minoria nas eleições municipais e legislativas deste ano no concelho de Lisboa.

Os estudos efectuados sobre as eleições republicanas são unânimes ao considerarem que, desde o primeiro recenseamento político da República, as críticas da oposição (republicana ou monarquista) se fizeram sentir nos periódicos da época, ao defenderem que os recenseamentos eram pertença do PRP e, assim, não podiam existir eleições livres. Porém, esta não era uma nova realidade do regime republicano. Com a publicação de legislação eleitoral de 1895 e 1901, a fraude no recenseamento eleitoral tinha-se multiplicado nas últimas décadas da Monarquia³⁶⁹. Sabemos que no recenseamento de 1911 se praticaram ilegalidades se bem que, como defendeu Fernando Farelo Lopes, investidas de “certa legitimidade revolucionária”³⁷⁰, procurando coarctar o acesso ao voto aos inimigos da jovem República, num país onde ainda predominava o tradicional caciquismo monárquico ou de novos convertidos republicanos, ex-monarquistas.

Em Lisboa, as comissões republicanas promoveram a inscrição dos cidadãos, seus correligionários, que solicitaram a sua “ajuda” para se recensearem, uma prática republicana já habitual durante o regime monárquico, como expusemos anteriormente. A importância da execução do recenseamento é reconhecida para o jornal republicano *A*

³⁶⁸ Veja-se António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, pp. 114-115.

³⁶⁹ O fenómeno de manipulação do recenseamento eleitoral era comum durante o século XIX na Europa. Vd. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo...*, p. 44 (nota de rodapé).

³⁷⁰ Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, p. 119.

A consciência de que o país ainda não estaria republicanizado e a urgência da eleição das Constituintes levaria a que às primeiras reacções contrárias à Lei Eleitoral de 1911, se seguisse uma segunda fase, onde houve lugar ao apoio ao Governo Provisório e à defesa da unidade do PRP. Veja-se António Pinto Ravara, “Acerca das eleições de 1911”, pp. 128-129.

Capital, na véspera do dia em que este teve início, ao ler-se no seu editorial que “É no recenseamento que se ganham eleições”; vai ainda mais longe ao apelar a todos os cidadãos que reuniam condições para serem eleitores que solicitassem a sua inscrição; e, às comissões republicanas exorta-as a que continuem o trabalho patriótico do *tempo da propaganda* quando “distribuíam os seus boletins pelas casas dos cidadãos sem indagar das suas opiniões políticas”³⁷¹. O exercício desta acção pelas comissões republicanas e paroquiais (em Lisboa e no Porto) teve como resultado o recenseamento de cidadãos que não preenchiam os requisitos exigidos pela Lei, esta actividade de índole caciquista também foi desenvolvida pelas comissões paroquiais do Partido Socialista, nomeadamente no Porto³⁷².

Esta realidade não invalidou que com o novo Código de 1913 o recenseamento ficasse inteiramente dependente dos empregados das administrações dos bairros. Face a esta situação o periódico conservador *O Dia* falava de “eleições feitas com recenseamentos que hão-de ser fabricados” e para a *Batalha Socialista*, a burocracia do recenseamento, resultava numa discriminação política e social dos cidadãos eleitores, porque “centenas de operários” não podiam, durante o dia, abandonar o seu local de trabalho para se recensearem³⁷³. A batalha pelo recenseamento continuou com perseverança no Partido Republicano Português, quando ainda no seu Congresso de 1914, o Directório recomendou “a todas as colectividades do Partido que envidem sempre os maiores esforços, a fim de conseguir que todos os correligionários, com capacidade eleitoral se inscrevam no recenseamento. (...), prestando assim um óptimo serviço à República”³⁷⁴.

Os recenseamentos posteriores na capital continuariam nas “mãos” deste partido que conservou a supremacia na administração local; perante as críticas desesperadas dos seus opositores, nomeadamente dos evolucionistas, que passariam a bradar pela revisão integral do recenseamento. Porém, como salientou Farelo Lopes, “as fraudes [eleitorais] remeteriam para uma questão de idiossincrasia política (pessoal ou de grupo), e não para um problema de natureza sistémica”; mais, os recenseamentos eleitorais fraudulentos eram “inerentes ao sistema clientelar, razão pela qual a generalidade dos competidores

³⁷¹ “As operações eleitorais”. *A Capital*, 29-03-1911, p. 1.

³⁷² António Pinto Ravara, *Ibidem*, p. 131.

³⁷³ Veja-se *O Dia*, 4-05-1911; *A República Social*, 21-05-1911; *O Dia*, 13-07-1913 e *Batalha Socialista*, 20-07-1913. Citado por F. Farelo Lopes, *Poder político...*, p. 115.

³⁷⁴ “Congresso Geral Ordinário de 1914”. *Boletim do Partido Republicano...*, p. 296.

não prescindia da sua utilização”³⁷⁵. Esta certeza comprova-se pela manipulação do recenseamento dos opositores dos democráticos, sempre que lhes era possível, ainda que comedida face à hegemonia do Partido Republicano Português.

A aquiescência desta prática está implícita na opinião que Machado Santos deu a Pimenta de Castro, quando este formou Governo: para que no Parlamento não houvesse uma maioria dos democráticos deveria adiar as eleições, porque os recenseamentos políticos existentes não lhe serviam, e preparar novas eleições para que as minorias fossem reservadas aos democráticos e aos monárquicos³⁷⁶. Analogamente, o Partido Democrático teria coagido o Ministério liberal de Tomé de Barros Queiróz (1872-1925) a adoptar o recenseamento antecedente, baseado no de 1919, executado a seu “favor” na “época de terror após Monsanto”; para o jornal *A Monarquia*, a este facto ficou a dever-se a derrota dos liberais e consequente vitória dos democráticos em Lisboa³⁷⁷. De qualquer forma foi durante a vigência deste Governo que nestas eleições gerais, de 10 de Julho de 1921, se apresentaram listas declaradamente monárquicas.

No último recenseamento eleitoral da República, em 1925, as fraudes foram descomunais, sendo sobretudo atingidos os monárquicos e católicos³⁷⁸. Em conclusão, os magistrados administrativos, como já foi salientado, “eram uma «reserva guardada» do governo, e esta circunstância decorria em grande parte dos imperativos das eleições «feitas»”³⁷⁹. Convém aqui salientar que, apesar destas denúncias de iniquidades eleitorais, a oposição ao Partido Democrático aceitava as “regras do jogo”, sabendo que não venceria as eleições legislativas contentava-se em eleger candidatos para a minoria, sabia que “não perderia tudo apesar da manipulação governamental”³⁸⁰, assim partilhando uma parte (ainda que ínfima) do Poder e podendo distribuir favores pelos seus apaniguados. Vejamos agora como se processava a parte final da eleição – das candidaturas ao apuramento eleitoral.

³⁷⁵ Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, p. 121.

³⁷⁶ Machado Santos, *A ordem pública e o 14 de Maio*, Lisboa, s.n., 1916, p. 59.

³⁷⁷ *A Monarquia*, 11 e 12-07-1921. Citado por Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, p. 122.

³⁷⁸ Cf. F. Farelo Lopes, *Ibidem*.

³⁷⁹ Idem, *A I República portuguesa...*, p. 342.

³⁸⁰ Luís Salgado de Matos, *op. cit.*, p. 87.

II.5. Candidaturas, eleição, processo e apuramento eleitoral

Já mencionámos que na Monarquia não estavam fixados prazos para a apresentação de candidaturas nem para a campanha eleitoral e que o *tempo de eleição* era o espaço temporal entre a assinatura do decreto que convocava as eleições e o apuramento. Como aludimos, foram os republicanos que nas cidades, e particularmente em Lisboa, utilizaram métodos de mobilização de massas (comícios, conferências, panfletos, etc.) que aumentavam durante os actos eleitorais. Embora fosse comum, a partir das últimas décadas do século XIX, os nomes dos candidatos serem divulgados com alguma precedência, as listas eram incompletas e, por vezes, indefinidas até quase à véspera do acto eleitoral. Os republicanos já no início de oitocentos tinham proposto que as candidaturas fossem divulgadas oficialmente uma semana antes do sufrágio e que o seu reconhecimento dependesse da subscrição de um número específico de eleitores, por forma a impedir a substituição de candidatos à última hora³⁸¹.

O Código Eleitoral de 1913 distinguia as eleições dos corpos administrativos das realizadas para as câmaras legislativas. Era o governador civil que convocava as eleições, através de alvará dirigido aos administradores dos Bairros. Caucionando as inovadoras aspirações republicanas esta Lei estabeleceu que as candidaturas eram apresentadas ao presidente do município, até dez dias antes daquele que estava destinado à eleição, podendo os candidatos apresentar um mandatário. A apresentação era individual ou colectiva, devendo a declaração de candidatura ser acompanhada dos documentos comprovativos da elegibilidade do candidato (Lei n.º 3, art.º 33.º) e das assinaturas de dez eleitores, reconhecidas por notário (art.º 33.º, § 2.º). Se não fossem apresentados os requisitos exigidos por lei, os candidatos não eram admitidos e seriam declarados inelegíveis. Desta forma, as autoridades administrativas detinham a derradeira palavra numa fase crucial do processo eleitoral³⁸². A Lei n.º 314, de 1915, produziu algumas alterações, estipulando que a apresentação de candidaturas em Lisboa (e Porto) se faria perante o juiz da 1.ª vara cível (nos restantes concelhos ao juiz de

³⁸¹ Em Abril de 1910 o Governo progressista de Francisco Veiga Beirão chegou a propor um projecto eleitoral, que definia a apresentação das candidaturas até 21 dias antes do acto eleitoral, estas teriam de ser subscritas por 50 eleitores. Não chegando a sair do papel (não foi a votação) este projecto seria uma resposta às sugestões dos republicanos. Ver Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo...*, p. 71.

³⁸² Foi o que sucedeu nas eleições Constituintes quando as listas apresentadas pelo Centro Republicano Radical Português ficaram incompletas, alegadamente por falta de certidões e assinaturas de alguns candidatos. Quando foram apresentadas as candidaturas, na Câmara Municipal de Lisboa, aos partidos da oposição (ao PRP) foram colocados entraves difíceis de transpor. Cf. António Pinto Ravara, “Acerca das eleições de 1911”, p. 134.

direito da sede do distrito) e que o prazo de apresentação terminava seis dias antes do dia da eleição³⁸³. Após a conclusão da apresentação das listas de candidaturas o presidente do município ou seu vereador delegado anunciava o nome dos candidatos por edital. Se depois desta apresentação houvesse vagas (por morte, inelegibilidade ou desistência) estes poderiam ser substituídos, até cinco dias antes das eleições (Lei n.º 3, art.º 37.º). Este prazo seria reduzido para três dias pela Lei de 1915 (art.º 10.º).

As eleições municipais (e da junta distrital) deveriam ter lugar no último triénio do exercício do mandato, num domingo, fixado e anunciado no *Diário do Governo* com 40 dias de antecedência (Lei n.º 3, art.º 45.º, § 1.º); seguindo-se o estipulado no Código Administrativo de 1878 (art.º 264.º) realizavam-se no mês de Novembro; e as paroquiais ocorriam normalmente quinze dias depois. Ao contrário do que era habitual nos tempos da Monarquia, em que o local escolhido para o exercício do voto era normalmente a igreja, a República trouxe a secularização deste espaço, sendo comum a utilização de salas e ginásios de liceus e de outros edifícios públicos. Em Lisboa (e Porto) as assembleias eleitorais estavam divididas em secções de voto, com um máximo de 600 eleitores (Lei n.º 3, art.º 47.º, § 1.º). As assembleias eleitorais apazadas para as eleições legislativas vigoravam para as eleições administrativas (art.º 47.º, § 2.º).

Até cinco dias antes do dia do sufrágio as listas de candidatos podiam apresentar a lista dos seus delegados eleitorais para fiscalização do acto nas secções de voto. Estes delegados, num espírito de isenção, tinham diversas regalias nas secções de voto, como: ocupar os lugares mais próximos das mesas, votar nas secções de voto a que assistiam, deter voto consultivo em todas as questões, assinar as actas das assembleias eleitorais e poder acompanhar a mesa e as autoridades civis no transporte das urnas e documentos relativos à eleição (art.º 41.º). Na verdade a fiscalização dos actos eleitorais revelou-se difícil para os partidos da oposição, pois estes não possuíam uma estrutura nacional organizada que lhes permitisse ter delegados em todas as secções de voto.

As secções de voto eram presididas por cidadãos eleitores sorteados, no domingo anterior ao dia da eleição, entre os professores (ensino oficial ou particular), juízes de paz, vereadores efectivos ou substitutos e oficiais reformados do exército ou marinha (artigos 51.º e 52.º, § 3.º). A República definiu um alargamento do exercício da cidadania e democracia, pois nas eleições administrativas de 1908 os presidentes das mesas eleitorais eram sorteados entre os vereadores eleitos nos três últimos actos

³⁸³ Lei n.º 314. *Diário do Governo*, I Série, n.º 102, de 1 de Junho de 1915, p. 483.

eleitorais³⁸⁴. Contudo, como veremos esta disposição na capital (e também no país) era na maioria dos casos “letra-morta”, pois os elementos da mesa nomeados não compareciam sendo as mesas constituídas por filiados ou simpatizantes dos partidos, que assim garantiam a eleição dos seus partidários e/ou candidatos preferidos.

Dois dias antes do sufrágio o chefe da secretaria da câmara municipal enviava aos presidentes das secções de voto duas cópias dos cadernos eleitorais (com nota dos que não podiam votar) e a relação dos delegados eleitorais (art.º 53.º). Em 1915 estipulou-se que a apresentação dos delegados eleitorais e membros das mesas das assembleias de voto era feita nas secretarias das administrações dos Bairros, passando para os respectivos administradores as funções que antes eram atribuídas ao presidente da câmara (Lei n.º 314, art.º 14.º). Todavia, à semelhança do que sucedia na Monarquia os delegados eleitorais dos partidos enfrentavam grandes dificuldades na representação nas mesas, ou simplesmente em estarem presentes na assembleia eleitoral. As armas da intimidação e da violência por forma a evitar a fiscalização do acto eleitoral tinham por objectivo o encobrimento de práticas ilegais, uma realidade preponderante nas zonas rurais, mas que também seria praticada nas zonas urbanas, nomeadamente, como observaremos, em Lisboa.

Não obstante segundo a lei vigente (preâmbulo do Decreto-lei de 28 de Outubro de 1916)³⁸⁵, a jurisprudência do Tribunal Administrativo era de não serem obrigatórias as declarações de candidaturas, o que originava que por sua falta pudessem não existir delegados para constituir a mesa da assembleia eleitoral, ou ainda que estes não aparecessem. Para obviar esta situação o referido decreto estipulava que se por falta da declaração de candidaturas nas eleições administrativas não houvesse delegados para as mesas eleitorais ou que ainda tendo sido nomeados delegados estes não se apresentassem ao acto – o que comprova o crescente desinteresse pelas eleições locais – proceder-se-ia à constituição da mesa pelo prescrito no Código Administrativo de 1878; ou seja, o presidente da assembleia propunha entre os eleitores presentes dois para escrutinadores, dois para secretários e quatro substitutos para os renderem; a aprovação desta proposta tinha de ter o voto de três quartos dos eleitores presentes (art.º 278.º e § 1.º a 4.º)³⁸⁶.

³⁸⁴ Lisboa. Câmara Municipal, *À urna pela lista republicana...*, p. 61.

³⁸⁵ Decreto n.º 2.713. *Diário do Governo*, I Série, n.º 218, 2.º Supl. de 28 de Outubro de 1916, p. 981.

³⁸⁶ Para as eleições das juntas de freguesia o Decreto n.º 158, de Outubro de 1913, estipulava que as mesas eleitorais eram presididas por cidadãos eleitores designados pela câmara municipal. Em Novembro

No dia do sufrágio o presidente da secção de voto, pelas nove horas da manhã, lia os nomes dos membros da mesa e dos delegados eleitorais. Cada mesa eleitoral era composta por dois secretários, dois escrutinadores e dois suplentes. Os vogais das mesas e delegados eleitorais votavam primeiro que os eleitores. Nenhum cidadão podia votar em mais do que uma assembleia (Lei n.º 3, art.º 71.º). Como as eleições para os corpos administrativos eram simultâneas as urnas estavam identificadas “Câmara Municipal” e “Junta Geral”, utilizando-se os mesmos cadernos eleitorais para as descargas de eleitores e separando-se nas actas os dois apuramentos³⁸⁷.

As listas de voto – executadas pelos próprios partidos ou cidadãos eleitores que concorriam ao acto eleitoral – com os nomes dos candidatos, manuscritas, impressas ou litografadas, eram dobradas em quatro, sem qualquer marca ou sinal externos. A República introduziu a estandardização do boletim de voto, definindo as suas medidas oficiais³⁸⁸. A partir de 1922, para evitar confusões, as listas das eleições municipais, tinham dimensões diferentes das outras eleições³⁸⁹. Estas listas de votação eram distribuídas pelos partidos em locais divulgados pela imprensa, inclusive no próprio dia do sufrágio, ou entregues na casa dos eleitores, em mão, pelos adeptos dos partidos ou por correio.

A definição das medidas do boletim de voto seria a única inovação republicana nesta matéria. Com efeito, a República não adoptou o “sistema australiano de voto” (distribuição do boletim de voto com o nome dos candidatos na assembleia eleitoral e sua escolha numa cabina isolada), assim denominado por ter sido pela primeira vez implementado no Estado de Vitória, em 1856, e que tinha começado a disseminar-se a partir dos finais do século XIX na Europa e nos Estados Unidos da América. Nada de surpreendente numa época que foi dominada pela aridez da questão sobre os processos

de 1916 foi convencionado que os presidentes das mesas eleitorais eram designados pela câmara municipal, através de sorteio, com a assistência do presidente da junta de freguesia e do representante da autoridade civil, observando-se as disposições do artigo 52.º do Código Eleitoral. Veja-se Portaria n.º 808. *Diário do Governo*, I Série, n.º 221, de 1 de Novembro de 1916, p. 989.

³⁸⁷ Portaria n.º 67. *Diário do Governo*, n.º 270, de 18 de Novembro de 1913, p. 4413.

³⁸⁸ Especificou-se a qualidade do papel, forma e dimensões dos boletins de voto, uniformizando-os: “As listas para todas as eleições terão a forma rectangular e serão impressas, manuscritas ou litografadas em papel almaço branco, liso, não transparente e sem qualquer marca, sinal, designação ou numeração externa”, in Decreto n.º 177. *Diário do Governo*, n.º 247, de 22 de Outubro de 1913, p. 3929.

³⁸⁹ Ver o Decreto n.º 8.390. *Diário do Governo*, I Série, n.º 202, de 27 de Setembro de 1922, p. 1053, que uniformizou o formato das listas para todas as eleições e o Decreto n.º 8.421. *Diário do Governo*, I Série, n.º 214, de 12 de Outubro de 1922, p. 1119, que definiu o formato das listas municipais em 30cmx20cm e os das juntas gerais e de juntas de freguesias em 20cmx15cm.

de sufrágio, que não despertou o interesse das elites políticas, monarquistas ou republicanas no nosso país³⁹⁰.

Devemos salientar que a votação durava apenas o tempo necessário para o presidente proceder à chamada geral dos eleitores (Lei n.º 3, art.º 73.º), após a sua conclusão este fazia segunda chamada, finda a qual e passadas duas horas em que votavam os eleitores que se apresentassem, o presidente perguntava se havia mais algum eleitor para votar, não havendo este declarava encerrada a votação (art.º 79.º). Após o encerramento era afixado um edital com o número de votantes na porta da assembleia de voto; depois da contagem das listas procedia-se ao apuramento dos votos.

As mesas eleitorais apuravam os votos que recaíssem em qualquer pessoa cujo nome se achasse inscrito nas listas concorrentes (art.º 84.º), eram válidas as listas que tivessem mais ou menos nomes dos que eram legalmente exigido, mas não eram escritos os nomes excedentários e não era contabilizado mais do que um voto a cada nome repetido na mesma lista (art.º 83.º). Este último artigo introduziu uma possibilidade de escolha dos candidatos ao cidadão eleitor (que podia riscar/acrescentar nomes de candidatos), uma disposição que no Código Administrativo de 1878 estava reservada às eleições municipais e paroquiais, sendo reveladora de uma responsabilização cívica e democrática do cidadão, mais pertinente a nível local onde a relação entre o candidato e o eleitor era mais pessoal, como já presenciámos na votação dos candidatos republicanos de 1908.

Terminado o apuramento era afixado um edital com a relação de todos os votados, na porta da assembleia de voto. Da eleição era lavrada uma acta em duplicado, um exemplar era enviado ao presidente do município (para ser guardado no arquivo municipal) e o outro era remetido para os administradores de Bairro. Também aqui do papel à realidade registar-se-ia um grande hiato, pois muitas vezes o apuramento fazia-se à porta fechada, muitas vezes prolongando-se noite dentro, garantindo o sigilo de práticas ilegais, como as “chapeladas”, descargas ilícitas e falsificação de actas.

A assembleia de apuramento ocorria no domingo seguinte ao da eleição. Às nove horas da manhã, reuniam-se nos Paços do Concelho os portadores das actas de eleição com o presidente da comissão de recenseamento. O presidente propunha de entre os eleitores presentes dois para escrutinadores, dois para secretários e quatro

³⁹⁰ Vd. Pedro Tavares de Almeida (Org.), *Legislação eleitoral...*, p. XIV e XXXV. Sobre a questão do segredo de voto Cf. Idem, *Eleições e caciquismo...*, pp. 65-70.

substitutos para os revezarem. A esta assembleia assistia o administrador do 2.º bairro de Lisboa, onde estava sediada a casa da câmara. O presidente da comissão de recenseamento, após a constituição da mesa ficava sendo o presidente da assembleia. A função desta assembleia era de examinar comparativamente as actas e seus duplicados, atestando a sua veracidade, e bem assim apurar os votos. Eram eleitos os cidadãos com maior número de votos das listas da maioria e da minoria. Em caso de empate era eleito o cidadão mais velho. Deste apuramento lavrava-se uma acta com a indicação dos cidadãos eleitos e número de votos que tinham obtido. Uma cópia era entregue ao administrador do Bairro presente, para ser enviada ao governador civil, sendo remetida uma cópia aos administradores dos outros Bairros.

Qualquer eleitor do concelho podia reclamar, verbalmente ou por escrito, contra a ilegalidade das operações eleitorais, quer no dia da eleição quer no do apuramento, ficando estas reclamações inscritas nas actas das eleições. Nas eleições administrativas, as reclamações e protestos eram encaminhados para os tribunais administrativos que decidiam da legitimidade ou nulidade do acto eleitoral. A invalidade da eleição só era declarada se as ilegalidades observadas pudessem influenciar o resultado geral da votação, repetindo-se o sufrágio nas assembleias onde estas tivessem ocorrido. No final de todo o processo eleitoral o governador civil participava aos corpos administrativos em exercício o nome dos cidadãos definitivamente eleitos. Os edis tomavam posse no dia 2 de Janeiro imediato à sua eleição. Numa eleição extraordinária a posse da vereação dar-se-ia imediatamente após o apuramento. Apresentada a legislação eleitoral com suas normas oficiais e penalizações, devemos salientar que a aplicação de penas aos infractores, na maioria dos escrutínios, não passou do papel, na Monarquia e na República.

Numa análise comparativa o sistema eleitoral republicano revestiu-se de excepionalidade não relativamente ao vigente na Monarquia portuguesa, mas no contexto europeu, onde se “traduz num claro retardamento em termos de democratização e inclusão eleitoral (direito de voto), a par de uma menor abertura do sistema de partidos à inovação e ao pluralismo (regime de escrutínio)”³⁹¹. Além disso, os estudos existentes sobre as eleições na República comprovam que no momento da votação era comuns as práticas fraudulentas e os actos abusivos, já praticados e denunciados na Monarquia: as famosas “chapeladas”, o voto múltiplo, as ameaças e

³⁹¹ Fernando Farelo Lopes, “Direito de voto...”, p. 121.

insultos à porta das assembleias eleitorais, o roubo das urnas, a falsificação de actas, etc. Estes costumes, analogamente, comprovam que existiu lentidão na adopção da democratização eleitoral, pois segundo vários autores, a manipulação e fraude nos processos eleitorais tinham sido comuns na Europa Ocidental de oitocentos, mas eram fenómenos insignificantes, no final do século XIX e inícios do século XX, permanecendo apenas como costume generalizado em Portugal (e em Espanha)³⁹².

Contudo, depois de expormos a legislação eleitoral vigente na República para as eleições municipais – com características permanentes e continuadas baseadas no escrutínio secreto, no critério capacitário de eleitor e dos elegíveis e, no sistema de escrutínio de voto limitado ou lista incompleta – e respectivo processo eleitoral (cujo controlo pertencia aos funcionários administrativos e poder judicial), julgamos evidente que a Lei republicana denunciava uma aparente liberdade de voto e democraticidade eleitoral. No seu todo a legislação eleitoral denotava uma preocupação em criar cidadãos politizados e conscientes, numa tentativa de impossibilitar as iniquidades do sistema caciquista tradicional.

Resta-nos agora descortinar a realidade, para além do papel, através do estudo específico das eleições municipais republicanas em Lisboa, que neste período temporal contabilizou cinco actos eleitorais:

- As primeiras eleições administrativas de 30 de Novembro de 1913;
- As eleições administrativas de 4 de Novembro de 1917;
- As eleições administrativas de 25 de Maio de 1919;
- As eleições administrativas de 12 de Novembro de 1922;
- As últimas eleições administrativas da República de 22 de Novembro de 1925.

³⁹² Ver André Freire, “Eleições, sistemas eleitorais e democratização: o caso português em perspectiva histórica e comparativa”, in *Eleições e sistemas eleitorais...*, pp. 56-57.

CAPÍTULO III

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 30 DE NOVEMBRO DE 1913

III.1. Contexto sociopolítico do acto eleitoral

Em 1913, quando se realizaram as primeiras eleições municipais, já a República tinha vivenciado variadas e profundas provações, umas originárias do campo republicano (cisões políticas, contestação social, etc.), outras dos opositores monárquicos (incursões de 1911 e 1912) e da igreja católica (cujas discórdias se agudizaram após a aprovação da Lei de Separação do Estado das Igrejas). Na realidade, os trabalhos da Constituinte³⁹³ tinham revelado as divergências ideológicas dos políticos republicanos, unidos no *tempo da propaganda* pelo derradeiro objectivo comum – a implantação do regime republicano.

A eleição do presidente da República, em 24 de Agosto de 1911, consagrou a divisão da “família” republicana quando a maioria dos deputados (121) do apelidado *bloco* (apoiantes de Brito Camacho, António José de Almeida e Machado Santos) elegeram Manuel de Arriaga, contra a vontade dos 86 deputados que secundavam Afonso Costa, para a eleição de Bernardino Machado. Afrontados, os afonsistas ripostaram com a constituição do Grupo Parlamentar Republicano Democrático, no dia 29 de Agosto. O programa dos democráticos, publicado a 4 de Setembro, proclamava a defesa da política do programa do PRP. Menos de um mês depois, a 1 de Outubro, inaugurou-se o Centro Republicano Democrático de Lisboa, no Palácio da Regaleira, no Largo de S. Domingos³⁹⁴, a que se seguiriam outros por todo o país. Estava assim declarada a “guerra” de Afonso Costa contra o *bloco* dos moderados.

O Congresso do PRP, de 27 a 30 de Outubro de 1911, foi dominado pelos democráticos que elegeram um Directório que lhes era favorável. No Congresso de Braga, de 27 a 29 de Abril do ano seguinte, em que não estiveram presentes almeidistas ou camachistas, seria reeleito o Directório afonsista, sendo modificado e ampliado o programa de 1891. O partido passou a ser conhecido por Partido Democrático e os seus militantes e simpatizantes por democráticos, se bem que nunca fosse renomeado (até à

³⁹³ Sobre a Assembleia Nacional Constituinte veja-se João B. Serra, “A evolução política”, in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República...*, p. 103.

³⁹⁴ “Centro Republicano Democrático...”. *A Capital*, 30-09-1911, p. 1.

sua extinção após o 28 de Maio de 1926) e herdasse o nome e a estrutura organizativa que o PRP possuía no país³⁹⁵.

Os almeidistas e camachistas tentaram uma união partidária, entre Novembro de 1911 e Fevereiro de 1912, a qual denominaram de União Nacional Republicana, cujo programa foi aprovado por alguns deputados e senadores numa reunião, no Centro Republicano de S. Carlos, no dia 20 de Dezembro de 1911. Porém, esta aliança revelar-se-ia circunstancial, as divergências entre os dois caudilhos republicanos encarregar-se-iam de afastá-los. A desagregação definitiva do campo republicano consumou-se pelo aparecimento, em Fevereiro de 1912, de dois novos partidos: o Partido Republicano Evolucionista³⁹⁶, presidido por António José de Almeida e a União Republicana³⁹⁷, chefiado por Manuel de Brito Camacho. Estava definitivamente consumada a divisão do histórico PRP.

No dia 6 de Janeiro de 1913 o Governo de Duarte Leite Pereira (1864-1950) pediu a demissão, devido aos ataques dos democráticos e à ameaça de greve geral. Sucedeu-lhe o primeiro Ministério de Afonso Costa (9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914), constituído por democráticos, que teve de fazer face a revoltas do

³⁹⁵ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Guia da História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981, pp. 115-117; David Ferreira, “Democráticos”, in Joel Serrão (Dir.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 280-281.

A partir deste capítulo utilizaremos indistintamente as duas designações deste partido.

³⁹⁶ Partido Republicano Evolucionista (PRE). Fundado em 24 de Fevereiro de 1912, presidido por António José de Almeida, director do jornal *República*, que tinha constituído em 15 de Janeiro de 1911. Este diário seria o seu principal órgão de imprensa. Os seus partidários eram designados por evolucionistas ou almeidistas e constituiriam a principal oposição aos democráticos até 1916, quando durante a Grande Guerra viriam a constituir governos de coligação com os afonsistas (União Sagrada). Moderados, recusavam o anti-clericalismo radical e defendiam a amnistia de monárquicos e sindicalistas, desde que não fossem líderes de conspirações contra a República. Se bem que animado por um pensamento político contra as ditaduras militares, António José de Almeida, iria apoiar criticamente a ditadura de Pimenta de Castro, mas recusou os seus excessos anti-republicanos e anti-parlamentares; quanto a Sidónio Pais, foi manifesta a sua oposição desde o início. Os evolucionistas efectuaram três Congressos na capital: em Agosto de 1913, em Abril de 1915 e em Setembro/Outubro de 1919. Após a dissolução do partido, em 1919, os seus militantes distribuíram-se por vários agrupamentos políticos. Ver David Ferreira, “Evolucionistas”, in *Ibidem*, pp. 489-490; Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 51-55 e 211-226.

³⁹⁷ União Republicana (UR). Fundado por Brito Camacho, em 27 de Fevereiro de 1912, era comumente designado por Partido Unionista e os seus filiados conhecidos como unionistas ou camachistas. O diário *A Luta*, que Camacho constituía em 1 de Janeiro de 1906, foi o seu principal órgão propagandístico. Seria um partido de notáveis e da elite intelectual, militar e técnica republica; não logrando conquistar as massas republicanas. Apoiantes do primeiro Governo de Afonso Costa, tornou-se depois seu adversário. Com uma política titubeante, colaborou com as ditaduras de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais (cessou o apoio em Março de 1918). Foram opositores à entrada na frente europeia da Grande Guerra (1916). Os unionistas realizaram três Congressos em Lisboa: em Maio de 1915, em Agosto de 1916 e em Abril de 1918. Dissolver-se-ia, em 1919, e os seus partidários integrariam outros partidos. Cf. David Ferreira, “Unionista, Partido (1911-1919)”, in *Ibidem*, Vol. VI, pp. 227-228; Ernesto Castro Leal, *Ibidem*, pp. 55-57; 199-210.

campo republicano radical em Lisboa, em 27 de Abril, a primeira de republicanos contra um Governo da República, que originou a prisão dos revoltosos. Em consequência deste golpe radical foi decretada a suspensão dos jornais (*O Intransigente*, *O Socialista*, *O Sindicalista*, *O Dia* e *A Nação*) e o encerramento da Casa Sindical (pela terceira vez). Outro dos efeitos desta revolta seria a fundação da *formiga branca* (uma rede de “vigilantes” da República ao serviço dos democráticos), pelo governador civil da capital, Daniel José Rodrigues (1877-1951), com o apoio do seu irmão, à data ministro do Interior³⁹⁸.

Neste período assistiu-se a um aumento da agitação social com greves e comícios, como o do dia 25 de Maio, no Parque Eduardo VII, contra o aumento das rendas de casa, organizado pelas comissões paroquiais da capital, e que contou com a presença de vários oradores democráticos e também do socialista Sá Pereira, no qual se reivindicou “pão para o povo” e melhoria das condições económicas³⁹⁹. Afonso Costa referiu-se no Parlamento a este comício e à presença de anarquistas que nele proferiram “as maiores injúrias e infâmias” contra o Governo e a República; também mencionou o encerramento da Casa Sindical radizando esta medida no facto desta ser “um foco de carácter sindicalista e anarquista”; e, foi ainda mais longe, ao distinguir o operário do sindicalista: “O operário é sofredor e é republicano; estima o país e a República, só quer trabalhar; o sindicalista é um aventureiro, que prega a desordem e o crime, e não quer senão a sabotagem”⁴⁰⁰. Contra esta baralhada entre sindicalistas e anarquistas insurgir-se-ia o deputado socialista, Manuel José da Silva (1858-1932), defendendo que no “sindicalismo há homens honrados, bons chefes de família, cidadãos exemplares”, por isso, era necessário separar “o trigo do joio”⁴⁰¹.

Os socialistas tentavam o aliciamento dos sindicalistas revolucionários – decepcionados com a repressão e difamação que se seguiu às greves de 1911 e 1912 –, de forma a permitir o crescimento do seu partido. Além disso, o enquadramento político dos sindicalistas era fulcral para que o Partido Socialista servisse de conciliador e motor

³⁹⁸ José Adelino Maltez, *Tradição e revolução...*, Vol. II, p. 204.

Veja-se a reprodução de um bilhete de identidade de um *formiga branca*, assinado por Daniel Rodrigues, na obra de Machado Santos, *A ordem pública...*, p. 30. Para o estudo da relação da *formiga branca* com a Carbonária, assim como da importância da “rua radical (carbonária, revolucionários civis ou formiga branca)” como elemento de desordem e defesa do regime republicano, ver Maria Alice D. de A. Samara, *As Repúblicas...*, pp. 322-332.

³⁹⁹ “O aumento das rendas de casa”. *A Capital*, 25-05-1913, p. 2.

⁴⁰⁰ Sessão de 2 de Junho de 1913. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 8.

⁴⁰¹ Sessão de 4 de Junho de 1913. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 14.

das reivindicações operárias e pudesse ambicionar ter acesso ao Poder. A direcção do PS defendia a via reformista e parlamentar fazendo propaganda aos trabalhos desenvolvidos por Manuel José da Silva, o único deputado que tinha apresentado “projectos de incontestável valor económico e social”, por isso o operariado nas próximas eleições devia reforçar a “representação socialista”⁴⁰². Contudo, os socialistas radicais, os sindicalistas revolucionários e os anarquistas afastavam-se cada vez mais do regime republicano, que julgavam – tanto quanto o anterior – repressor do operariado.

No dia 10 de Junho de 1913, durante o cortejo camoniano, foram lançadas bombas (resultando num morto e vinte e nove feridos), na rua Nova do Carmo, quando um grupo de sindicalistas empunhando bandeiras negras quis incorporar-se no cortejo; em consequência os anarco-sindicalistas seriam responsabilizados pelos acontecimentos, efectuando-se prisões e a Casa Sindical seria dissolvida (15 de Junho). Porém, no mês de Julho continuou o frenesi político com uma tentativa frustrada de revolta radical (no dia 20). A explosão de bombas na capital vitimou, sobretudo, crianças que as encontravam abandonadas nas ruas⁴⁰³.

A 21 de Outubro eclodiu uma revolta monárquica fracassada, dirigida por João de Azevedo Coutinho (1865-1944), da qual resultou a destruição do Museu da Revolução, como represália *a formiga branca* assaltou os jornais monárquicos *O Dia* e *A Nação*; o ataque ao *Intransigente* foi gorado por oposição do grupo civil *a formiga negra*, afecta a Machado Santos⁴⁰⁴. Com efeito, nas ruas de Lisboa existiam formigas (para este, carbonárias):

“brancas, pretas, amarelas, de várias cores, enfim, que se guerreavam no subsolo como se digladiavam à luz do dia os antigos caudilhos da República, e consoante o maior número de empregos que qualquer delas obtinha por serviços de rua, assim o seu crédito se ia firmando sobre as outras por entre a enorme legião dos sem-trabalho da política”⁴⁰⁵.

Todos os acontecimentos descritos perturbaram de sobremaneira o dia-a-dia dos alfacinhas, neste ano de 1913, que foi especialmente quente no mês de Julho (36° graus à sombra) e, em que a falta de água, nas casas particulares e fontanários, originou longas

⁴⁰² *O Trabalho*, 16-06-1912, p. 1. Citado por Joana Dias Pereira, *Sindicalismo revolucionário...*, p. 71 (nota de rodapé).

⁴⁰³ Cf. “Contra as bombas!”. *A Capital*, 25-07-1913, p. 1; “A explosão de bombas nas escadinhas do Monte”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 389 (1913), p. 143.

⁴⁰⁴ Ver José Adelino Maltez, *op. cit.*, p. 206.

⁴⁰⁵ Machado Santos, *op. cit.*, p. 29.

filas junto aos chafarizes⁴⁰⁶. Ao anoitecer do dia 29 de Novembro de 1913 os lisboetas assistiram à inauguração de uma novidade cosmopolita o *electrograph* – um “jornal luminoso” com notícias de última hora, telegramas e anúncios – que estava instalado no prédio do café Martinho, no largo de Camões (actual praça D. João da Câmara), funcionando das 18 horas e 30 minutos até à 1 hora da noite⁴⁰⁷, este evento teve lugar no dia anterior à realização das primeiras eleições municipais da República, há muito tempo ambicionadas.

A urgência da marcação das eleições administrativas foi objecto de variadas intervenções na Câmara dos Deputados, onde os democráticos estavam em minoria. Ainda durante o Ministério de Augusto de Vasconcelos (1867-1951) o *bloco* dos moderados (já sem Machado Santos) exigiu eleições municipais. Na discussão em torno deste tema e da aprovação do Código Eleitoral participaram Almeida e Camacho, declarando o último que não temia estas eleições nem as gerais, porque acreditava que a República era “indestrutível”⁴⁰⁸.

Nos anos de 1912 e 1913, muitos deputados moderados clamaram pela premência destas eleições, tendo Jacinto Nunes afirmado que “Estamos numa permanente ditadura municipal! É uma vergonha! Vai para três anos que estamos em regime republicano, e afinal de contas vivemos em plena anarquia municipal!”. Apelando para que a Câmara recomendasse ao ministro do Interior para “pôr de parte, esses simulacros de sindicâncias, porque, por mais honestas que sejam as câmaras municipais, elas são sempre dissolvidas, desde que não sejam compostas de indivíduos do partido democrático”; e, ainda, propagandeou violações à lei:

“o Ministro do Interior continua na sua obra de violência e desordem administrativa. Refiro-me à dissolução dos corpos administrativos, isto é, das comissões municipais administrativas. Isto realmente está sendo um escândalo político pois até sucede que um membro substituto da Comissão Administrativa de Lisboa aparece nomeado há três dias membro efectivo da Comissão Administrativa de Vila Nova de Ourém. Este individuo estando recenseado por Lisboa não podia estar recenseado naquela vila. Vejam que atropelo, que bandalheira política!”⁴⁰⁹.

⁴⁰⁶ O abastecimento de água era um dos graves problemas da capital. Ver “A falta de água em Lisboa”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 385 (1913), p. 29.

⁴⁰⁷ “Electrograph”. *A Capital*, 28-11-1913, p. 1.

⁴⁰⁸ Cf. Sessão de 5 de Março de 1912. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 7; Sessão de 15 de Maio de 1912. *Ibidem*, p. 12.

O Governo de Vasconcelos esteve em funções de 12 Novembro de 1911 a 16 Junho de 1912.

⁴⁰⁹ Sessão de 27 de Março de 1913. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 4, Sessão de 8 de Abril de 1913. *Ibidem*, p. 59 e Sessão de 28 de Junho de 1913. *Ibidem*, p. 13.

Igualmente o evolucionista António Granjo (1881-1921) afirmou que “em volta das dissoluções das comissões administrativas, há simplesmente o interesse partidário e de forma alguma o interesse público e dos munícipes”⁴¹⁰. Quanto a este “interesse partidário”, subentenda-se o “interesse” do Governo de Afonso Costa em substituir as comissões administrativas republicanas que eram constituídas essencialmente por unionistas ou evolucionistas. Ainda em 1913, António José de Almeida protestou contra a dissolução de algumas câmaras municipais evolucionistas e solicitou a realização de eleições administrativas⁴¹¹. Porém, no ano anterior, num inquérito realizado pelo *O Mundo* sobre a realização das eleições municipais a esmagadora maioria dos presidentes dos municípios tinham respondido que estas não deveriam realizar-se porque o povo era *talassa* ou “adverso à República” e estas constituiriam um “perigo”; quanto à minoria dos presidentes que tinha respondido favoravelmente e bradado por eleições, muitos deles viriam a colaborar nas revoltas monárquicas de 1912, ou não as combateriam, o que parecia comprometer os moderados⁴¹².

A primeira vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa tinha apresentado a demissão, em 12 de Dezembro de 1912. As causas apontadas pelos edis foram três: a primeira, pelo facto do seu mandato há muito tempo ter terminado, pois deveriam ter cessado funções no final de 1911, ano em que tinha terminado o quadriénio do seu mandato, e viram-no prolongado mais um ano, por esperarem a aprovação do novo Código Administrativo e da nova Lei Eleitoral; a segunda, por estarem “exaustos devido a um trabalho permanente”; e a terceira, porque não se vislumbrava quando estes diplomas seriam aprovados, em vista do atraso dos trabalhos parlamentares, e os edis não poderiam continuar por tempo indeterminado na gestão municipal⁴¹³.

Todavia, esta renúncia colectiva não deverá ser separada da fragmentação do antigo PRP ocorrida neste ano, pois o percurso político da maioria dos seus membros viria a radicar-se nos partidos unionista e evolucionista, rivais dos democráticos. Esta resignação seria aceite, pela Portaria de 20 de Janeiro de 1913, sendo a Comissão Administrativa nomeada pelo Ministério afonsista a 29 de Janeiro, tomando posse a 1 de Fevereiro. A Comissão Administrativa era constituída por democráticos, a excepção

⁴¹⁰ Sessão de 26 de Maio de 1913. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 10.

⁴¹¹ Sessão de 24 de Abril de 1913. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 1 e 4.

⁴¹² Ver Vasco Pulido Valente, *A «República Velha»...*, pp. 26-27.

⁴¹³ Sessão de 12 de Dezembro de 1912. *Actas das Sessões da Câmara Municipal...1912*, p. 827.

era Feliciano Rodrigues de Sousa, antigo filiado do PS que abandonou este partido para integrá-la, passando a auto intitular-se “republicano-socialista”.

No Congresso da República, foi defendida pelos moderados a urgência das aprovações da nova Lei Eleitoral e do novo Código Administrativo republicanos, visando a realização das eleições municipais, em 1912 e no ano seguinte⁴¹⁴. Se inicialmente havia relutância de alguns deputados e senadores perante o perigo monárquico, em Janeiro de 1913, este parecia definitivamente afastado “Já não há medo dos monárquicos é fazer-se as eleições administrativas”⁴¹⁵; e, se o momento político para a realização das eleições deveria ocorrer quando, como tinha defendido o democrático moderado Bernardino Machado, presidissem “aos destinos da República um Governo com a autoridade moral precisa para levar a toda a parte a autoridade republicana, a fim de, nessas eleições, não intervirem nocivas e funestas influências monárquicas”⁴¹⁶; essa ocasião, tão almejada, adveio finalmente com o Ministério de Afonso Costa.

Com efeito, este caudilho após ter conquistado o PRP tinha tomado o aparelho estatal e preparou a “máquina eleitoral”, à antiga moda monarquista. Por altura das eleições municipais de 1913, os democráticos detinham o domínio político de grande parte das câmaras municipais, e as redes políticas clientelares (caciquistas) também já estavam restabelecidas a nível nacional⁴¹⁷. Também por isso, Afonso Costa (e Brito Camacho) tinham convidado os monárquicos a disputar as eleições suplementares de deputados deste ano, pois aspiravam atenuar a “«crise de participação» e descerrar o cerco à República urbana”, mas os monarquistas optaram por não participar neste acto eleitoral⁴¹⁸.

Em cumprimento do disposto na primeira parte do art.º 86.º da Constituição, em 16 de Novembro de 1913, realizaram-se as eleições suplementares de deputados, em

⁴¹⁴ Para além das sessões já referidas sobre este tema veja-se o *Diário da Câmara dos Deputados*, sessões de 29 de Fevereiro de 1912, pp. 7-8; de 17 de Junho de 1912, p. 9 e 12; de 10 de Julho de 1912, p. 11; de 27 de Março de 1913, p. 5; o *Diário do Senado*, sessões de 7 de Junho de 1912, pp. 13-14; 13 de Junho de 1912, pp. 12-13; de 19 de Junho de 1913, p. 7; e o *Diário do Congresso*, sessão de 29 de Maio de 1913, pp. 4-6.

⁴¹⁵ Discurso do deputado evolucionista Júlio Martins. Sessão de 10 de Janeiro de 1913. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 17.

⁴¹⁶ Sessão de 8 de Junho de 1912. *Diário do Senado*, p. 2.

⁴¹⁷ Cf. João B. Serra, “Os poderes locais...”, p. 272; Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, p. 36.

⁴¹⁸ Fernando F. Lopes, “Um regime parlamentarista de partido dominante”, pp. 95-96.

Os monárquicos só disputariam as eleições legislativas com o sidonismo e dos sufrágios de 10 de Julho de 1921 até ao final da República. Quanto aos católicos foram às urnas na eleição de 13 de Junho de 1915 e até às últimas eleições de 1925, in *Ibidem*.

apenas 28 círculos eleitorais. Pela primeira vez os três partidos republicanos disputaram eleições, avaliando a sua representação eleitoral. Sem surpresas os democráticos conquistaram 33 dos 37 lugares de deputados, os evolucionistas elegeram 2 deputados e os unionistas os 2 restantes. Depois destas eleições os democráticos detinham 68 deputados e 24 senadores; os evolucionistas 41 deputados e 16 senadores; os unionistas 36 deputados e 18 senadores; os socialistas 2 representantes em cada câmara e os independentes 6 deputados e número igual de senadores. Em Lisboa, onde a votação só decorreu no 3.º e 4.º Bairros Administrativos, a vitória do PRP foi esmagadora: democráticos, 7.095 votos; evolucionistas, 1.065 votos; unionistas, 514 e socialistas, 383 votos⁴¹⁹. Passemos agora à análise das primeiras eleições municipais na capital, após o 5 de Outubro.

III.2. Forças políticas e candidatos a vereadores

Como assinalámos no capítulo referente à legislação o Decreto n.º 158, de 6 de Outubro de 1913, estabelecia que seriam eleitos cinquenta e quatro vereadores efectivos (e igual número de substitutos), correspondendo quarenta edis à maioria municipal e catorze à minoria; logo as listas que disputariam o sufrágio teriam respectivamente quarenta e catorze candidatos efectivos (mais os respectivos suplentes). Quanto ao prazo para a apresentação das candidaturas vigorava o definido pelo Código Eleitoral republicano que tinha estabelecido que estas eram apresentadas ao presidente do município, até dez dias antes daquele que estava destinado à eleição (Lei n.º 3, art.º 33.º). Se ocorressem vagas (por morte, inelegibilidade ou desistência) estes poderiam ser substituídos, até cinco dias antes das eleições (art.º 37.º)⁴²⁰. Só seriam admitidos como candidatos a vereadores os cidadãos que estivessem recenseados no concelho ao qual concorriam⁴²¹. O mesmo Decreto n.º 158 (art.º 1.º) estabelecia a data das eleições suplementares de deputados e das eleições dos corpos administrativos: câmaras municipais e juntas gerais de distrito no dia 30 de Novembro, e das juntas de paróquia em 14 de Dezembro.

⁴¹⁹ Maltez, *Eleições [1913]*. Disponível em <http://maltez.info/respublica/> [última consulta 22-01-2014].

⁴²⁰ Lei n.º 3. *Diário do Governo*, n.º 153, 3 de Julho de 1913, p. 2246 e 2247.

⁴²¹ Conforme disposição da Portaria n.º 67. *Diário do Governo*, n.º 270, de 18 de Novembro de 1913, p. 4413.

Para disputar as urnas em Lisboa apresentaram-se ao eleitorado três listas partidárias: a Lista do Partido Republicano Português; a Lista Neutra, uma lista de coligação de evolucionistas, unionistas e independentes; e a Lista do Partido Socialista, esta última concorrendo para a minoria municipal⁴²².

Em meados de Outubro algumas comissões do PRP foram consultadas para constituírem listas neutras para disputarem as eleições municipais, parecendo algumas estarem dispostas a aceitá-lo. Se bem que o Directório não tivesse sido sondado sobre esta situação, o diário democrático, antevia que este partido iria disputar o voto do eleitorado lisbonense sozinho, defendendo não ser razoável que nas eleições locais “os partidos políticos desapareçam ou se mascarem”, porque o “expediente da *lista neutra* pode convir a algum grupo político que não tenha força própria e que queira mostrá-la. Mas não é atitude que convém a um partido político que com princípios queira governar o país”, na verdade:

“só seria admissível uma acção conjunta daqueles nos concelhos em que os monárquicos se lembrassem de disputar as eleições. Em outros casos não. Cada partido deve ir á urna, com a sua própria força e com seu programa, para em todos os cargos administrativos – nas juntas gerais, nas câmaras municipais e nas juntas de paróquia – fazerem a administração, defenderem os seus princípios e se imporem à consideração do País”⁴²³.

De facto, o Directório democrático publicaria uma nota, a 29 de Outubro, onde tornava público que as comissões do partido não deviam fazer acordos políticos para a apresentação das denominadas listas neutras⁴²⁴. No início do mês de Novembro a Comissão Paroquial Republicana de Santa Engrácia aprovou uma moção onde afirmava que tinha resolvido lutar para que a vereação, que se iria eleger, se compusesse de homens, que pudessem corresponder à missão difícil que iriam empreender, à semelhança do *tempo de propaganda*, em que o PRP tinha adoptado como regra indicar

⁴²² Em Julho deste ano numa reunião do Conselho Director da Integridade Republicana, presidida por João Bonança (1836-1924), foi declarada a intenção deste partido concorrer às eleições gerais e administrativas “em toda a parte em que tivesse elementos”; contudo, não se apresentaram ao sufrágio. Cf. “O Partido da Integridade Republicana”. *A Capital*, 9-07-1913, p. 2.

Partido da Integridade Republicana (1911-1913). Era um partido presidencial e que defendia o Estado federal, liderado por João Bonança, que apresentou a candidatura do seu líder à eleição presidencial de 1911, mas da qual este acabaria por desistir. O desaparecido Café Suíço, na praça D. João da Câmara, era a “sede” deste efêmero agrupamento político, onde todas as noites, se reuniam cinco ou seis elementos à volta do seu chefe. Sem granjear militantes ou simpatizantes teve uma “vida” difícil e breve. Veja-se Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 40-42; *Programa e Lei Orgânica do Agrupamento Político Integridade Republicana*, Lisboa, Typ. Adolfo de Mendonça, 1911.

⁴²³ “Eleições municipais: o expediente da «lista neutra»”. *O Mundo*, 21-10-1913, p. 1.

⁴²⁴ Cf. “Directório do Partido Republicano Português”. *O Mundo*, 29-10-1913, p. 1.

para os cargos de eleição só os que além de integridade reconhecida, possuísem competência e saber para desempenharem esses cargos⁴²⁵. A aprovação desta moção e a sua divulgação revelam que a escolha dos futuros edis não seria pacífica no seio dos democráticos. Os candidatos eram escolhidos pelas comissões municipais e paroquiais, mas depois teriam de ter a aprovação do Directório, só então eram apresentados aos eleitores e se iniciava a campanha eleitoral.

No dia 18 de Novembro foram escolhidos (não de modo definitivo) os candidatos para Câmara Municipal e Junta Distrital de Lisboa. Na lista inicial, publicada no dia seguinte, surgiram os seguintes aspirantes à vereação (posteriormente substituídos): Ricardo dos Santos Covões, vereador e jornalista; Francisco Carlos Parente, vereador e arquitecto; Albino José Baptista, vereador e comerciante; Cassiano das Neves, médico; Augusto José de Goes, farmacêutico; Joaquim Nunes Ferreira, comerciante; Bento Joaquim Cortês Mântua, escritor; José Veloso Salgado (1864-1945), pintor e professor de Belas Artes; José Correia Dias, médico; Augusto José da Cunha Júnior, engenheiro; António Lopes Coelho, comerciante e Norte Júnior (1878-1962), arquitecto, candidatos efectivos; e, os candidatos substitutos, João Rodrigues Sebel, construtor civil; José Maria Antunes, industrial; Sebastião da Costa Teles, médico; Joaquim Português da Silva, comerciante; António Mateus Pereira Júnior, comerciante; Artur de Macedo, empregado no comércio; José dos Santos, industrial; João Lúcio Abrantes, farmacêutico e Manuel Ventura de Araújo, comerciante⁴²⁶.

Em 20 de Novembro terminava o prazo para a declaração das listas⁴²⁷ e Rodrigues Simões, delegado da Comissão Administrativa presidiu à sessão na CML para apresentação da lista geral das candidaturas, tendo os candidatos da Lista Neutra e socialistas requerido certidões de candidaturas e respectivos documentos de outros partidos. Porém, os candidatos não estavam definitivamente definidos quer pelo PRP, quer pela Lista Neutra, por isso, estas foram organizadas com alguns nomes provisórios, que já se sabia, seriam substituídos por outros, dentro do prazo legal de cinco dias⁴²⁸. A

⁴²⁵ Ver “Vida republicana”. *O Mundo*, 3-11-1913, p. 2.

⁴²⁶ “Eleições municipais: as comissões municipal e paroquiais...”. *O Mundo*, 19-11-1913, p. 1.

⁴²⁷ Alguns notários exigiram papel selado e emolumento pelo reconhecimento dos candidatos, assim, publicou-se um decreto onde era regulamentado o art.º 29.º do Código Eleitoral, estipulando a isenção do imposto de selo, emolumentos e salários de todos os documentos relativos ao processo eleitoral. Cf. Decreto n.º 229. *Diário do Governo*, n.º 271, 19 de Novembro de 1913, p. 4427.

⁴²⁸ Cf. “Eleições administrativas”. *O Século*, 21-11-1913, p. 3; “Na lista neutra são substituídos vários nomes”. *Ibidem*, 27-11-1913, p. 2; “As urnas voltam a falar...”. *A Capital*, 20-11-1913, p. 1; “Próximas eleições: substituições...”. *Ibidem*, 25-11-1913, p. 2; “A lista do Partido Republicano Português...”. *O Século*, 26-11-1913, p. 5.

Lista definitiva do Partido Democrático seria publicada no dia 28 de Novembro, dois dias antes da ida às urnas⁴²⁹.

Em todos os actos eleitorais o critério que seguimos para a classificação da profissão primária dos candidatos a edis foi o da primeira referência profissional que aparecia nas listas de partidárias, ressalvando o facto de muitos deles desempenharem mais do que uma actividade profissional e, em muitos casos, acumularem categorias, nomeadamente os que exerciam as suas funções em organismos públicos ou militares. Na ausência de indicação profissional – o que sucedeu muito esporadicamente – socorremo-nos da bibliografia consultada para completar o estudo socioprofissional e, muitas vezes, para estabelecer o percurso político dos candidatos (em especial a sua experiência como vereadores lisbonenses) recorremos à base de dados prosopográfica *Vereações da Câmara Municipal de Lisboa, 1908-1926*, por nós elaborada.

Desta forma, uma análise da profissão dominante dos candidatos efectivos democráticos (Quadro 9) revelou que em maior número estavam representados os comerciantes, com nove candidatos (22,5%); a segunda posição era ocupada pelos seis médicos (15%); e em terceiro lugar encontravam-se os quatro proprietários (10%). Nos suplentes o primeiro posto também pertencia aos vinte comerciantes (50%); em segundo lugar, bastante afastados, estavam os três funcionários públicos (7,5%); e na terceira posição, com dois candidatos cada (5%), achavam-se os empregados no comércio⁴³⁰, os farmacêuticos e os jornalistas. Na contagem total a Lista Democrática era constituída por uns esmagadores vinte e nove comerciantes da praça de Lisboa (36,3%); seguidos, se bem que distanciadamente, pelos sete médicos (8,8%); e em terceiro lugar encontravam-se os cinco proprietários (6,3%), não sabemos se as suas propriedades eram lisbonenses, mas certamente saberiam defender os interesses de uma classe que vivia de rendimentos.

Um dos professores apresentados nesta Lista era o professor universitário, Álvaro Augusto Machado, docente de desenho do Instituto Superior Técnico e reconhecido arquitecto; também dois médicos eram professores na Escola Médica, desta maneira, esta continha seis professores universitários (7,5%) que destronavam os

⁴²⁹ Veja-se “Os candidatos a vereadores”. *O Mundo*, 28-11-1913, p. 1.

Ver Anexos – A.5. Candidatos a vereadores da Lista do PRP nas eleições de 1913.

⁴³⁰ Esta categoria profissional era muito lata, abrangendo não só os caixeiros, mas também os empregados de escritório em estabelecimentos comerciais, como por exemplo, escriturários, guarda-livros (contabilistas) e chefes de secções, entre outros.

proprietários da terceira posição. O motivo por terem optado por colocá-los como “simples” professores, poderá ter resultado do prestígio e estatuto que o professorado detinha nesta época, bem como para escamotear a escolha elitista dos candidatos desta classe profissional.

Quadro 9 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRP – 1913

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	3	7,5	1	2,5	4	5,0
Agenciário	-	-	1	2,5	1	1,2
Agricultor	1	2,5	-	-	1	1,2
Capitalista	1	2,5	1	2,5	2	2,5
Comerciante	9	22,5	20	50,0	29	36,3
Comissário naval	-	-	1	2,5	1	1,2
Contabilista	2	5,0	-	-	2	2,5
Construtor civil	-	-	1	2,5	1	1,2
Despachante	1	2,5	1	2,5	2	2,5
Empregado no comércio	2	5,0	2	5,0	4	5,0
Engenheiro ^(a)	3	7,5	-	-	3	3,8
Escriturário	-	-	1	2,5	1	1,2
Farmacêutico	1	2,5	2	5,0	3	3,8
Funcionário público	-	-	3	7,5	3	3,8
Industrial	1	2,5	-	-	1	1,2
Jornalista / Escritor	1	2,5	2	5,0	3	3,8
Médico	6	15	1	2,5	7	8,8
Professor não universitário	1	2,5	-	-	1	1,2
Professor universitário ^(b)	2	5,0	1	2,5	3	3,8
Proprietário	4	10,0	1	2,5	5	6,3
Tipógrafo	1	2,5	1	2,5	2	2,5
Veterinário	1	2,5	-	-	1	1,2
Total	40	100	40	100	80	100

^(a) – Um engenheiro agrônomo, um engenheiro civil e um engenheiro civil e de minas.

^(b) – Um arquitecto, um engenheiro agrônomo e um professor da Escola de Guerra.

Fonte: *O Mundo*, 29 -11-1913: 3.

Igualmente o número de funcionários públicos peca por defeito, pois os três engenheiros, os dois tipógrafos, um advogado, Ernesto Beleza de Andrade, e o veterinário, também trabalhavam para o Estado; e, se a estes juntarmos os seis professores universitários aferimos um total de dezasseis empregados públicos (20%), colocando o funcionalismo público na segunda posição da Lista; um destes empregados estatais era o desenhador e ceramista Manuel Bordalo Pinheiro, filho de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905).

Para além de Manuel Bordalo e dos professores universitários destacavam-se outras personalidades, como António Alves de Matos, prestigiado contabilista da

capital⁴³¹; os republicanos históricos João Pedro de Almeida, médico, que tinha sido vereador lisbonense pela minoria republicana eleita em 1891; Rodolfo Xavier da Silva, médico e advogado e José Carlos Trilho, jornalista, que viria a ser director d'*O Mundo*. De notar ainda a presença de três “adesivos”⁴³²: Ernesto Júlio Navarro, engenheiro civil, antigo membro do Partido Regenerador; João Catanho de Meneses, advogado, militante do Partido Progressista (até 1907) pelo qual tinha sido deputado na Monarquia e Levy Marques da Costa, advogado, antigo militante dos Dissidentes Progressistas de Alpoim.

Por fim, destacava-se a figura do antigo socialista, Feliciano Rodrigues de Sousa, tipógrafo, militante destacado do PS de Alcântara que, como mencionámos, tinha abandonado este partido para integrar a Comissão Administrativa da CML. Era o único elemento da Lista pertencente ao operariado, se bem que respeitante a uma elite operária, letrada e reivindicativa. Por oposição, encontravam-se os dois capitalistas, Manuel Cunha Sôto Maior e Miguel da Silva Braga, numa época em que esta designação não tinha um cunho depreciativo para o comum dos cidadãos – exceptuando marxistas e socialistas – que entendiam que o enriquecimento como modo de vida era algo de superior, porque para além da sua actividade profissional de acumular dinheiro, o “capitalista” era um homem de família, um patrono cultural e um filantropo. No entanto, o número real de capitalistas também foi escamoteado, pois Manuel Pereira Dias, também era um capitalista, profissão com que foi referenciado quando foi indigitado membro da Comissão Administrativa lisbonense.

Uma particularidade da Lista Democrática era a da presença de um agricultor, o que constituía um exclusivo entre os candidatos de todas as forças partidárias. Em suma, a maioria dos candidatos afonsistas dedicavam-se a actividades comerciais – se ao número de lojistas acrescentarmos os empregados no comércio atingimos os trinta e três candidatos (41,2%) –, da média e pequena burguesia urbana. Se bem que fossem seguidos de profissionais liberais conceituados, detentores de conhecimento científico,

⁴³¹ Acumulava candidaturas nestas eleições, pois também figurava na Lista do PRP (substituto) para a Junta Geral de Distrito de Lisboa.

⁴³² Nome que seria atribuído, logo em Outubro de 1910, aos conversos-republicanos, vira-casacas, que aderiram em massa ao PRP, não sem serem levantados protestos dos antigos republicanos. Deste modo, depois de Janeiro de 1911, não bastava ser descrito como sendo *republicano*, junto a este substantivo vinham os adjectivos prestigiantes de *histórico, da velha guarda, de sempre, honestos, sinceros e leais*. Quanto aos monárquicos-republicanos, eram os *adesivos*, numa alusão a que a sua filiação não era definitiva, era “provisória e precária, unicamente destinada a «conservar o que possuíam e a conseguir o que cobiçavam»”, in Vasco Pulido Valente, “Crentes e conversos: República na província (Outubro de 1910-Maio de 1911)”. *Análise Social*, Vol. XI, n.º 41 (1975), p. 23.

como professores universitários, médicos, advogados, engenheiros e farmacêuticos, pertencentes à alta e média burguesia.

Denotasse uma preocupação por algum ecletismo socioprofissional, nomeadamente através da presença de candidatos ligados à cultura (jornalistas, um escritor e um desenhador/ceramista); dos representantes singulares da indústria (expressando uma posição de inferioridade de representação da indústria lisboeta), da construção civil, da agricultura e da veterinária (profissão importante pelo saber técnico que estes profissionais detinham relativamente à inspecção pecuária); bem como, pelos dois tipógrafos, sendo que um deles acumulava a condição de operário e ex-socialista, num aliciamento ao voto do eleitorado proletário e/ou socialista.

Por último, outra singularidade desta Lista era ser constituída por dez vereadores (denominados vogais) em exercício da Comissão Administrativa lisbonense; para além disso, ainda contava a presença de dois vogais substitutos da mesma Comissão. Assinalemos que na sua apresentação esta circunstância não foi referida, encapotando ao eleitorado que dez candidatos exerciam actualmente a gestão municipal, numa tentativa evidente de acautelar uma avaliação da sua administração.

Olhemos agora para a Lista Neutra, uma aliança para as eleições administrativas entre evolucionistas e unionistas. Como sublinhou Manuel Baiôa, ao abandonarem o PRP para fundarem os seus partidos políticos, António José de Almeida e Brito Camacho, “tiveram de deixar atrás de si o nome oficial do partido que tinha conseguido implantar a República e a máquina partidária que incluía jornais e centros políticos em quase todas as cidades e vilas portuguesas”⁴³³; e, acrescentamos nós, toda a carga histórica e propagandística que era intrínseca ao velho partido republicano. Assim, também em Lisboa, ambas as forças políticas tiveram de criar novos centros políticos e implementar toda uma estrutura orgânica.

Não existem estudos sobre a estrutura e implantação da União Republicana a nível nacional ou concelhio, por isso, os resultados das eleições legislativas são indicativos da sua força política, e estes expressam a sua posição subalterna relativamente ao Partido Republicano Evolucionista. Após a divisão do *bloco*, em

⁴³³ Manuel Baiôa, “Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte”, in Seminário Internacional Elites e Poder: A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931), Évora, 2002, *Elites e poder...*, p. 28.

Dezembro de 1912, passaram a existir 34 deputados evolucionistas e 25 unionistas⁴³⁴; e, em 1913, após as eleições suplementares, a primeira força partidária continuou a ser o PRP, com 68 deputados; a segunda força, o PRE, com 41; e, a terceira força política, era a UR, com 36 deputados. No Senado os unionistas conseguiram ligeira vantagem sobre os evolucionistas, tendo 18 contra 16 senadores⁴³⁵. Em relação ao Partido Evolucionista sabemos, que embora sendo a segunda força partidária neste período temporal, a sua disseminação ficava bastante aquém do Partido Democrático. Em 1912, em Lisboa, só possuíam 30 Comissões Paroquiais, às quais adicionaram mais 4 no ano seguinte⁴³⁶, não conseguindo possuir um organismo partidário nas 42 freguesias de Lisboa.

A coligação entre o PRE e a UR revelar-se-ia um erro de estratégia política para os evolucionistas, que nas eleições políticas suplementares tinham obtido, na capital, mais do dobro da votação dos unionistas e mesmo com a incorporação dos votos destes dois partidos o resultado era mínimo em relação ao dos democráticos, não sendo previsto que estes fossem derrotados. Contudo, este acordo eleitoral tinha sido estabelecido, segundo uma entrevista de Constâncio de Oliveira (1863-1929), presidente da Junta Municipal dos evolucionistas (e chefe de Repartição de Finanças da CML⁴³⁷), porque a Junta Central deste partido tinha dado à referida Comissão “plena liberdade para os trabalhos eleitorais dos corpos administrativos”; e para este evolucionista o objectivo subjacente à elaboração da Lista Neutra era:

“afastar a política partidária da gerência do município de Lisboa, organizando a nossa lista com nomes de cidadãos filiados nos dois partidos, evolucionista e unionista, e ainda com representantes de associações comerciais e industriais, sem filiação partidária, para que melhor se acentuasse a neutralidade da lista. Deste modo era natural que se interessasse pelo seu triunfo nas urnas um grande número de eleitores que costumam abster-se de tomar parte nas lutas de carácter retintamente partidário”⁴³⁸.

O carácter pretensamente apartidário da Lista justificava o motivo de não ter sido elaborado qualquer programa para a vereação, estando “todos os candidatos animados do desejo de fazer no município uma administração zelosa”. À apreciação do

⁴³⁴ Maltez, *Eleições [1911]*. Disponível em <http://maltez.info/respublica/> [última consulta 22-01-2014].

⁴³⁵ Idem, *Eleições [1913]*. Disponível em <http://maltez.info/respublica/> [última consulta 22-01-2014].

⁴³⁶ Cf. Manuel Roque Azevedo, “Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)”. *Nova História*, n.º 2, (Dez. 1984), pp. 102-103.

⁴³⁷ Cf. A. H. de Oliveira Marques (Coord.), *Parlamentares e ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República, 2000, p. 328.

⁴³⁸ “As urnas voltam a falar...: a eleição da Câmara de Lisboa”. *A Capital*, 20-11-1913, p. 1.

jornalista de que face aos resultados obtidos nas eleições de deputados não seria expectável que esta Lista triunfasse, Constâncio esclareceu que o acordo eleitoral tinha sido efectuado poucos dias antes do sufrágio, numa altura em que os dois partidos esperavam obter um maior número de votos. Face a esses resultados eleitorais restava-lhes a conquista da minoria municipal, quanto ao verdadeiro exercício da gestão municipal prerrogativa da Comissão Executiva, se a maioria democrática quisesse nenhum membro da minoria seria eleito⁴³⁹.

No dia 21 de Novembro publicitou-se uma lista inicial de candidatos que não sobreviriam na lista definitiva: efectivos, Eduardo David Martins, comerciante; Joaquim Ferreira Pacheco, funcionário público; Júlio Alfredo Gaeiras, proprietário e Manuel António Dias Ferreira, comerciante; suplentes, António Júlio do Nascimento, comerciante; Henrique Maria do Nascimento, comerciante; João de Moraes Carvalho, comerciante; João Hemetério Sousa Jordão, empregado no comércio; Júlio Ferreira Soares de Albergaria, comerciante e Narciso Ferreira, empregado no comércio. No dia anterior, um diário lisbonense tinha indicado os nomes de substitutos cujas candidaturas também não avançariam: Assis Camilo, João Moraes Corvela, e João David Sousa e Silva, comerciantes⁴⁴⁰. Uma situação usual na época, ainda mais tendo em conta que estamos perante uma lista de conjunção o que obrigaria a negociações redobradas. No dia 27 seria publicitada a Lista definitiva, ou seja três dias antes do sufrágio⁴⁴¹.

A avaliação da representação profissional dos candidatos efectivos da Lista Neutra (Quadro 10) desvendou em primeiro lugar os doze comerciantes (30%), como na Lista do PRP; na segunda posição, surgiam os advogados, os capitalistas/negociantes e os médicos com quatro representantes cada (10%); e em terceiro, em *ex aequo*, estavam os industriais, os professores e os proprietários com dois candidatos (5%). Quanto aos substitutos, mais uma vez, no primeiro posto apareciam os quinze comerciantes (37,5%); seguidos, à distância, pelos sete proprietários (17,5%); e na terceira posição, os cinco farmacêuticos (12,5%). Na avaliação final verificamos que, se bem que com menos dois representantes do que a Lista Democrática, também nesta Lista o primeiro lugar pertencia aos vinte e sete comerciantes (33,8%); na segunda posição, com menos

⁴³⁹ *Ibidem*, pp. 1-2.

⁴⁴⁰ Cf. “A Lista Neutra: os candidatos a vereadores municipais...”. *A Luta*, 21-11-1913, p. 1; “A eleição dos corpos administrativos”. *A Capital*, 20-11-1913, p. 2.

⁴⁴¹ “Eleições administrativas: a lista neutra”. *A Luta*, 27-11-1913, p. 1.

Ver Anexos – A.6. Candidatos a vereadores da Lista Neutra nas eleições de 1913.

de metade dos candidatos, estavam os nove proprietários (11,3%); e no terceiro posto, os capitalistas/negociantes e farmacêuticos, cada com seis elementos (7,5%).

Quadro 10 – Profissão primária dos candidatos da Lista Neutra – 1913

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Actuário	1	2,5	-	-	1	1,2
Advogado	4	10,0	-	-	4	5,0
Arquitecto	1	2,5	-	-	1	1,2
Capitalista / Negociante	4	10,0	2	5,0	6	7,5
Comerciante	12	30,0	15	37,5	27	33,8
Contabilista	-	-	1	2,5	1	1,2
Construtor civil	1	2,5	-	-	1	1,2
Empregado no comércio	1	2,5	3	7,5	4	5,0
Engenheiro	1	2,5	-	-	1	1,2
Farmacêutico	1	2,5	5	12,5	6	7,5
Funcionário público	1	2,5	-	-	1	1,2
Industrial	2	5,0	2	5,0	4	5,0
Jornalista	1	2,5	-	-	1	1,2
Médico	4	10,0	1	2,5	5	6,3
Militar ^(a)	-	-	1	2,5	1	1,2
Ourives	-	-	1	2,5	1	1,2
Professor não universitário	2	5,0	2	5,0	4	5,0
Professor universitário ^(b)	1	2,5	-	-	1	1,2
Proprietário	2	5,0	7	17,5	9	11,3
Solicitador	1	2,5	-	-	1	1,2
Total	40	100	40	100	80	100

^(a) – Oficial da Marinha.

^(b) – Lente da Escola de Guerra, Tenente-coronel.

Fontes: *A Luta*, 29-11-1913: 1; *República*, 29-11-1913: 1; AML/AC, Câmara Municipal de Lisboa: para vereadores [: boletim de voto da Lista Neutra]. [1913, Novembro, 30].

Confirmava-se a representação maioritária da classe comercial na Lista Neutra, em paridade com a Lista do PRP; no que respeita aos representantes da indústria conseguiam na Lista da oposição republicana quatro elementos, longe do número alcançado pelos comerciantes, mas bem mais do que o único candidato dos democráticos. Em similitude com os afonsistas, os médicos e os advogados alcançavam uma representação significativa. No que se refere aos funcionários públicos conseguimos apurar que, para além do único contabilizado como tal e de Carlos Cândido Babo, referenciado como advogado e funcionário público, existiam ainda mais um médico, Avelino Lopes Cardoso, e um arquitecto, António do Couto Abreu, que exerciam funções no Estado; e, se a estes acrescentarmos o professor universitário e o oficial de marinha alcançamos o total de seis candidatos (7,5%) atingindo os empregados públicos a terceira posição na Lista, em *ex aequo*, com os farmacêuticos. Este número poderia ainda aumentar se tivéssemos computado os quatro professores

não universitários, que não sabemos se leccionavam em escolas públicas ou privadas. Para terminar salientemos, ainda, que dois candidatos eram militares (2,5%).

Num olhar mais atento sobre os candidatos destacam-se alguns nomes, como por exemplo, o de António Couto, um profissional de renome na arquitectura lisbonense e nacional; Fernando Brederode, um dos fundadores e director em exercício da Companhia de Seguros “A Nacional” (1906); José Maria Feio Terenas (1850-1920), deputado da Constituinte, senador, reputado jornalista, um dos fundadores do velho Partido Republicano Português e Manuel da Fonseca Correia Saraiva, comerciante e director da Associação dos Lojistas.

Em conclusão, a Lista Neutra revela-se mais conservadora e com uma feição mais representativa da elite social e económica (grande burguesia) ao consagrar uma figuração elevada de proprietários e capitalistas/negociantes (se bem que os últimos a par com os farmacêuticos). É certo que concede alguns candidatos aos empregados do comércio e ao professorado liceal, pertencentes à pequena e média burguesia, mas não se vislumbra nenhum elemento do operariado. Em sentido contrário, figura até um ourives.

Observemos o Partido Socialista que aparecia nestas eleições como a verdadeira opção – e oposição – relativamente aos partidos republicanos. Se bem que estivesse um pouco dividido em Região Sul e Norte, encontrava-se numa fase de expansão, criando novos centros políticos no país. Em 1911 o PS possuía uma “fraca organização e heterogénea orientação” visível no seu IV Congresso Nacional⁴⁴²; porém, no V Congresso Nacional, que decorreu no Porto, de 21 a 24 de Junho de 1913, já estiveram presentes 128 delegados, representantes de 50 agrupamentos e 12 jornais, ou seja “mais 76 delegados, mais 30 grupos e mais 9 jornais que em 1911”⁴⁴³, traduzindo um aumento considerável das forças socialistas. A sua implantação era evidente no Sul do país, pois já no I Congresso Socialista da Região Sul, realizado em Lisboa, de 3 a 7 de Outubro de 1912, tinham estado presentes 74 delegados (destes 5 mulheres) representantes de 23 organizações, sendo uma a União das Mulheres Socialistas em Portugal, e 3 jornais⁴⁴⁴.

⁴⁴² César Nogueira, “Congresso Socialista”. *A Batalha Socialista*, 10-06-1913. In “Antologia”. César Oliveira, *O operariado e a República democrática*, 2ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 223.

⁴⁴³ César Nogueira, *Notas para a história do socialismo em Portugal*, Vol. 2, Lisboa, Portugália Editora, 1966, p. 27.

⁴⁴⁴ Cf. Idem, *Resumo histórico...*, p. 56 e 100.

Empenhando-se os seus dirigentes no crescimento do partido, no 1.º de Maio de 1913, fizeram um apelo ao operariado para que este se organizasse em associações de classe e cooperativas e se filiasse no PS⁴⁴⁵. A propaganda partidária esforçava-se por transmitir a ideia de que o povo devia “procurar, dentro do Partido Socialista, as armas com que pelejar, para conseguir a sua emancipação política e económica”⁴⁴⁶. Para eles esta era a força política do operariado que estava farto da “politiquice dos partidos burgueses” e queria que o PS fosse um grande partido da oposição⁴⁴⁷.

Os socialistas tinham esperança que o regime republicano trouxesse um aumento da sua influência partidária, alicerçada no facto deste ser o garante de uma esquerda ordeira e respeitadora da luta eleitoral, e de que a partilha do Poder traria uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores; pelo contrário, os sindicalistas revolucionários não partilhavam qualquer esperança no regime republicano⁴⁴⁸. O II Congresso Sindicalista, em 7 de Maio de 1911, refletiu os pensamentos divulgados na imprensa operária de afastar a classe trabalhadora das organizações partidárias mobilizando-a para o combate reivindicativo. Esta doutrina, segundo os congressistas presentes, conquistava apoios nos centros urbanos e industriais atraindo os operários da indústria metalúrgica, corticeira, da construção civil, da viação terrestre e marítima, da classe dos marítimos e dos alfaiates e sapateiros⁴⁴⁹; que se afastavam do PS.

Nas eleições para a Assembleia Constituinte, de 28 de Maio, o Partido Socialista cujos simpatizantes e filiados “na sua maioria não estavam recenseados” e não possuía “tradição eleitoral e recursos suficientes” disputou 11 dos 91 círculos eleitorais, alcançando apenas 3.308, votos e elegendo o deputado, Manuel José da Silva, pelo círculo do Porto. Apesar disso, esta votação excedeu as expectativas do partido⁴⁵⁰. Outro socialista, Pedro do Vale Sá Pereira, seria eleito como independente nas listas do PRP, devido à pressão das comissões paroquiais, pelo círculo de Lisboa Oriental. Após as eleições suplementares de 1913 os socialistas ficaram com 2 deputados e 2

⁴⁴⁵ *A Batalha Socialista*, 1-05-1913, in César Oliveira, *O operariado e a República...*, p. 183.

⁴⁴⁶ “A Organização partidária”. *A Batalha Socialista*, 20-04-1913, in *Ibidem*, p. 116.

⁴⁴⁷ César Nogueira, “Congresso Socialista”. *A Batalha Socialista*, 10-06-1913, in *Ibidem*, p. 224.

⁴⁴⁸ Sobre as divergências (e cisões) entre socialistas e sindicalistas revolucionários, ver Joana Dias Pereira, *Sindicalismo revolucionário...*, 2011, p. 42 e segs.

⁴⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 51.

⁴⁵⁰ César Nogueira, *Notas para a história do socialismo...*, p. 111.

senadores⁴⁵¹; como referimos, em Lisboa totalizaram 383 votos, somente menos 131 do que os obtidos pelos unionistas.

A Lista do Partido Socialista foi a primeira a ser anunciada, no dia 20 de Novembro, e a única que não sofreu alterações⁴⁵². Vejamos qual era a profissão primária (Quadro 11) dos vinte e oito candidatos socialistas que competiam para a minoria municipal. Na avaliação final, a classe dos tipógrafos⁴⁵³ era a que detinha maior número de representantes com quatro candidatos (14,2%); no segundo lugar, com três elementos cada (10,6%), apareciam os carpinteiros e os empregados comerciais; e na terceira posição, surgiam os operários e os pedreiros, com dois representantes (7,1%).

Quadro 11 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PS – 1913

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Alfaiate	-	-	1	7,1	1	3,6
Artista	1	7,1	-	-	1	3,6
Carpinteiro	1	7,1	2	14,3	3	10,6
Chapeleiro	1	7,1	-	-	1	3,6
Carroceiro	1	7,1	-	-	1	3,6
Comerciante (adelo)	1	7,1	-	-	1	3,6
Construtor	1	7,1	-	-	1	3,6
Empregado comercial	2	14,3	1	7,1	3	10,6
Empregado no gás	-	-	1	7,1	1	3,6
Escriturário	-	-	1	7,1	1	3,6
Jornalista	1	7,1	-	-	1	3,6
Médico	1	7,1	-	-	1	3,6
Operário ^(a)	-	-	2	14,3	2	7,1
Pedreiro	-	-	2	14,3	2	7,1
Pintor	-	-	1	7,1	1	3,6
Praticante	-	-	1	7,1	1	3,6
Proprietário	-	-	1	7,1	1	3,6
Tecelão	-	-	1	7,1	1	3,6
Tipógrafo	4	28,6	-	-	4	14,2
Total	14	100	14	100	28	100

^(a) – Sabemos que inclui um manipulador de fósforos.

Fonte: AML/AC, Câmara Municipal de Lisboa: para vereadores [: boletim de voto da Lista do PS]. [1913, Novembro, 30].

O número de operários incorre em defeito, pois muitas das profissões especializadas incluíam-se na categoria de operárias, como os quatro operários

⁴⁵¹ Em Janeiro de 1914 um destes deputados socialistas passaria para a bancada dos democráticos, in José Adelino Maltez, *Tradição e revolução...*, Vol. II, p. 208.

O deputado em causa seria Sá Pereira, que depois de ser deputado, membro do Directório do PRP e director do *Rebate* seria expulso deste partido, em 1925, aderindo à Esquerda Democrática.

⁴⁵² Cf. “Eleições administrativas...”. *O Século*, 21-11-1913, p. 3.

Ver Anexos – A.7. Candidatos a vereadores da Lista do PS nas eleições de 1913.

⁴⁵³ Os tipógrafos eram uma classe do operariado bastante aguerrida e com uma longa história de luta no sindicalismo português. Sobre este assunto veja-se José Barreto, “Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal: I”. *Análise Social*, Vol. XVII, n.º 66 (1981), pp. 253-291; Idem, “Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal: II”. *Ibidem*, Vol. XVIII, n.º 70 (1982), pp. 183-212.

tipógrafos, os três operários carpinteiros; os dois operários pedreiros e um operário tecelão⁴⁵⁴; desta forma, pelo menos, perfaziam dez o total de operários (35,7%). Por esclarecer ficou igualmente qual o número de candidatos que exerciam a sua actividade no funcionalismo público; contudo, devemos salientar que esta categoria profissional estava ausente da nomenclatura de profissões da Lista deste partido.

Nesta sobressaíam alguns nomes já conhecidos do eleitorado socialista, por terem sido candidatos do partido nas eleições municipais de 1908: António Pedro Muralha, director do jornal *O Socialista*; António Francisco Pereira, que era um destacado dirigente deste partido, que seria director do periódico *O Combate* e, que quando foi eleito deputado (1919), era impressor tipográfico da Imprensa Nacional⁴⁵⁵; José Fernandes Alves, tipógrafo; António Tavares Pecegueiro, empregado comercial, que tinha desempenhado alguns cargos de direcção do PS; José Cardoso de Albuquerque, operário e Maximiano Marques, carroceiro. Desta forma, seis candidatos socialistas (21,4%) bisavam a candidatura para o Município de Lisboa.

Para além destes, destacava-se ainda Augusto César dos Santos, tipógrafo, eminente dirigente socialista; Teodoro Ribeiro, compositor tipográfico, que tinha sido co-director, conjuntamente com José Fernandes Alves e César dos Santos, do *Boletim Oficial da Associação de Classe dos Compositores Tipográficos de Lisboa*⁴⁵⁶; Manuel do Carmo Barão, chapeleiro, administrador do semanário socialista *Século XX* (1901-1902); José António da Costa Júnior, médico, membro do Conselho Central do PS, eleito neste ano; e Manuel de Oliveira Pombo (1880-1921), secretário-geral do Conselho Central do PS⁴⁵⁷.

A Lista Socialista era predominantemente constituída por candidatos oriundos das classes populares e da pequena e média burguesia, onde a presença do operariado sobressaía sobre todas outras listas que se apresentavam ao sufrágio, validando este partido como o único representante da classe operária.

⁴⁵⁴ O operário tecelão da seda, Joaquim Lafaia, seria delegado à Conferência Nacional Operária de 1917. Cf. João Freire, *Dicionário histórico de militantes sociais, grupos libertários e sindicatos operários*. Disponível em <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/> [última consulta 27-02-2014].

⁴⁵⁵ Ver A. H. Oliveira Marques (Coord.), *Parlamentares e ministros...*, p. 339.

Seria descrito, em 1923, por Raúl Brandão (1867-1930), como “a alma” do Centro Socialista, da rua do Benfornoso, para onde ia diariamente há quarenta anos. Cf. Raúl Brandão, *Os operários*. Fixação do texto, introd. e notas por Túlio Ramires Ferro, 1.^a ed., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984, p. 279.

⁴⁵⁶ Este periódico (3 números, 1904) nasceu da greve das artes gráficas de Fevereiro de 1904. Veja-se Maria Filomena Mónica; Luís Salgado de Matos, “Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934)”. *Análise Social*, Vol. XVII, n.º 67-68-69 (1981), p. 1024.

⁴⁵⁷ Cf. José Brandão, *Suicídios famosos em Portugal*, Lisboa, Europress, 2007, p. 106.

III.3. A campanha eleitoral

Enquanto o partidarismo monárquico assentava no prestígio e influência dos chefes políticos locais a organização partidária republicana assentava numa estrutura política de comissões distritais, concelhias e paroquiais. À semelhança do *tempo da propaganda* o combate político era realizado preferencialmente através da imprensa⁴⁵⁸ e dos centros políticos e escolares republicanos. Outros locais de actividade política intensa eram o café, a barbearia, a farmácia, a mercearia e outros estabelecimentos comerciais, onde os militantes ou simpatizantes das diferentes facções partidárias se juntavam para discutir ideias e definir estratégias.

Os republicanos foram inovadores no que respeita às finanças eleitorais. Inspirando-se na nova prática dos republicanos franceses introduziam as “subscrições públicas”, pela primeira vez em Portugal, nas eleições gerais de 1884. Desta forma eram liquidadas as despesas eleitorais (cartazes, panfletos, boletins de voto, etc.) concomitantemente com as dádivas, colectas e quotizações regulares dos membros dos centros republicanos. Exceptuando o Partido Regenerador-Liberal, no início do século XX, os partidos monárquicos nunca utilizaram esta prática de financiamento, eram os caciques e notáveis locais que financiavam as despesas nos seus círculos eleitorais⁴⁵⁹.

No dia 22 de Novembro a Comissão Municipal de Lisboa do PRP pediu às comissões paroquiais que indicassem os locais para a realização das sessões de propaganda, onde se poderia consultar o recenseamento, prestar esclarecimentos eleitorais e a indicação dos nomes dos cidadãos que deviam constituir as mesas eleitorais nas respectivas freguesias⁴⁶⁰.

Foi a 25 do mesmo mês que foram apresentados os candidatos às eleições municipais e da Junta Geral, nas salas do Directório do PRP, ou seja, cinco dias antes do sufrágio. Depois da abertura pelo presidente da sessão, Daniel José Rodrigues, discursou o candidato Levy Marques da Costa que prometeu trabalhar “em conformidade com o programa do Partido Republicano pelo progresso da cidade e na defesa dos seus interesses”. Caberia a Abel Sebrosa, empregado no comércio, discorrer sobre o problema da administração municipal, que classificou de “complexo”,

⁴⁵⁸ Sobre a importância da imprensa republicana veja-se Manuela Rêgo, “A imprensa republicana”, in Maria Calado (Coord.), *Lisboa: roteiros...*, pp. 75-81.

⁴⁵⁹ Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo...*, pp. 73-74.

⁴⁶⁰ “Eleições administrativas: Partido Republicano Português”. *O Século*, 22-11-1913, p. 6.

afirmando que a nova edilidade não sancionaria compadrios e responderia às reclamações das juntas de paróquias; quanto a ele, se fosse eleito, iria dedicar-se “inteiramente ao problema das habitações baratas”. O professor do Instituto de Agronomia, Lima Bastos afirmou que iria consagrar-se à defesa dos interesses comuns, salientando que havia inúmeros problemas por resolver na capital: água, transportes, iluminação e instrução.

Em seguida discursou o republicano histórico, Augusto de Figueiredo, despachante, que confessou que quando iniciou a sua militância republicana, em 1874, nunca pensou vir a ser um dia candidato à vereação lisbonense e, se fosse eleito, faria “administração honesta”. Foi Apolinário Pereira, comerciante e vice-presidente (1912) da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, que enunciou os motivos porque tinha sido nomeada a Comissão Administrativa de que fazia parte. Referiu-se depois aos monopólios existentes, cujos contratos comportavam barreiras intransponíveis e, salientou que a “questão do peixe” se tinha solucionado, tendo a vereação republicana procedido sempre “com honestidade e dedicação”.

No seu discurso José Martins Alves, proprietário, evidenciou “o espírito altamente democrático que presidiu à confecção da lista onde estão representadas todas as classes, todas as forças vivas da nação, pois ao lado de engenheiros há operários, de médicos trabalhadores e de professores industriais”; e Feliciano Rodrigues de Sousa, tipógrafo, afirmou que não pertencia a nenhum partido, era republicano-socialista⁴⁶¹ e “republicano avançado”, afirmando que cumpria ao PRP “fazer alguma coisa em favor dos humildes”; pois, segundo ele, o operariado não estava contra a República, como muitos defendiam, e se “uma parte mínima anda desviada do seu caminho, há-de brevemente reconhecer que anda mal encaminhada”⁴⁶². Na abertura da sessão Daniel Rodrigues considerou que apesar de um eleitor ou outro poder não gostar de algum dos

⁴⁶¹ A propósito desta declaração Mayer Garção escreveria um artigo onde defendia que o socialismo não era incompatível com o regime republicano, pelo contrário só podia “viver com a República”. Cf. “Notas à margem”. *O Mundo*, 27-11-1913, p. 1.

Feliciano de Sousa era presidente da comissão paroquial Socialista de Alcântara e mentor do movimento socialista nesta freguesia quando aceitou o convite para ser vogal da Comissão Administrativa da CML de 1913, mas como era filiado no PS, a Federação Municipal de Lisboa informou-o que em obediência ao regulamento partidário não podia aceitar essa situação. Porém, segundo os socialistas, como este queria ser vereador saiu deste partido e foi para o PRP. Durante a ditadura de Pimenta de Castro a vereação apresentá-lo-ia como republicano-socialista o que o PS contestou. Cf. “Um *truc* da vereação municipal”. *O Combate*, 25-04-1915, p. 1; *Ibidem*, 9-05-1915, p. 1.

⁴⁶² “Eleições municipais: a apresentação dos candidatos”. *O Mundo*, 26-11-1913, p. 1.

nomes da Lista, “todos saberão votar na lista completa, que assim o impõe a disciplina partidária”⁴⁶³, num claro apelo para que não fossem riscados nomes de candidatos.

Devemos assinalar que o programa do Partido Democrático (1912) no capítulo respeitante à administração local defendia a “Municipalização dos serviços de iluminação, águas, viação, etc. mediante *referendum* aprovativo dos eleitores do município, e feita sob a forma industrial, com a participação do pessoal nos lucros”⁴⁶⁴, num pendor de cariz acentuadamente socialista.

A 27 de Novembro a Comissão Municipal Republicana de Lisboa fez publicar uma nota solicitando às comissões paroquiais dos 3.º e 4.º Bairros para lhes indicarem, com urgência, os locais onde se deviam realizar as conferências eleitorais⁴⁶⁵. Viriam a ser efectuadas várias as sessões de propaganda, entre os dias 27 e 29, com a presença de alguns candidatos à vereação, entre outros oradores. Em muitas delas discursaram os mesmos tribunos, percorrendo os diferentes bairros da capital⁴⁶⁶.

Os trabalhos da sessão de propaganda no Centro Democrático da Lapa iniciaram-se com a presidência do deputado Hélder Ribeiro (1883-1973), secretariado pelo médico Tovar de Lemos, candidato a edil, e pela médica Adelaide Cabete (1867-1935). O primeiro orador foi Afonso Vargas que declarou que se fosse eleito daria atenção especial à protecção à infância, à mutualidade, às artes e a todas as organizações que tinham por objectivo a instrução e a educação moral da criança. Falou depois Levy Marques da Costa que, reportando-se à Lista Neutra, afirmou que ela “não define ideias nem representa um simples programa”; asseverando que a nova edilidade trabalharia para “colocar a cidade de Lisboa à altura de algumas capitais da Europa”. Quanto a Lima Bastos defendeu que a vereação iria trabalhar afincadamente para altear “ainda mais o prestígio da República”⁴⁶⁷.

Se bem que a campanha eleitoral se iniciasse apenas a cinco dias antes do sufrágio era bastante enérgica, especialmente para os candidatos que chegavam a

⁴⁶³ “Eleições administrativas”. *O Século*, 26-11-1913, p. 5.

⁴⁶⁴ Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, p. 156.

⁴⁶⁵ “Partido Republicano Português: às comissões paroquiais”. *O Mundo*, 27-11-1913, p. 1.

⁴⁶⁶ Realizaram-se sessões no dia 27 na freguesia do Campo Grande, nos Olivais, em Santa Isabel, em Alcântara, no Lumiar e nas Mercês. E no dia seguinte em S. Paulo, no Coração de Jesus, em Benfica e no Beato, em Carnide, no Poço do Bispo e em S. Vicente. No dia 29, véspera das eleições, efectuaram-se na Lapa, na Ajuda e nos Anjos. Veja-se “As eleições camarárias...”. *O Mundo*, 27-11-1913, p. 1; “Trabalhos de propaganda”. *Ibidem*, 28-11-1913, p. 1; “Sessões de propaganda e indicações”. *Ibid.*, 29-11-1913, p. 2; “Eleições administrativas...”. *O Século*, 29-11-1913, p. 2.

⁴⁶⁷ “Eleições camarárias: Centro Republicano Democrático”. *O Mundo*, 30-11-1913, p. 2.

desdobrar-se por diferentes locais, numa mesma noite. As sessões de propaganda eram publicitadas com antecedência n’*O Mundo* que igualmente anunciava os locais onde se podiam consultar os cadernos do recenseamento, se prestavam esclarecimentos e se distribuía as listas do PRP⁴⁶⁸.

Na véspera do escrutínio o mesmo periódico trazia destacada uma caixa de texto onde se lia que as listas do Partido Democrático traduziam “apoio e aplauso à obra do governo que equilibrou as finanças do Estado” e eram a confirmação dos princípios que constituíam o programa deste partido e que foram “a razão de ser da República”. Deste modo, votar nos candidatos deste partido era “um dever cívico” que se impunha “a todos os patriotas e a todos os democratas”⁴⁶⁹. No dia 30, outro destaque fazia um derradeiro apelo ao eleitorado republicano, afirmando-se que este era o partido que se mostrava compelido a fazer “ao lado de boa administração, pura democracia”. Ao PRP deveria, pois, “o republicano povo de Lisboa entregar hoje a administração do seu município, para que ela continue a ser inspirada do desejo de bem servir a cidade e a República”⁴⁷⁰.

O diário republicano da noite, *A Capital*, moderado, destacava logo no início da campanha eleitoral que nos discursos dos candidatos do PRP sobressaía a intenção de acabar com os monopólios a que estavam sujeitos alguns serviços na cidade, como a água, a luz e a tracção eléctrica. Discorrendo sobre a questão da água defendia que esta era gravíssima, não só pelas quantias exorbitantes que a CML pagava à Companhia, como pelo abastecimento insuficiente, principalmente nos meses de Verão; a questão do gás era igualmente péssima, sendo deficiente a iluminação das ruas e exagerados os preços cobrados ao consumidor particular, por uma “luz bruxuleante que muitas vezes seria com vantagem substituída por uma candeia de azeite”; relativamente à questão à tracção eléctrica, classificava o contrato de inadmissível, porque a Companhia cobrava bilhetes tão caros em Lisboa, que não se praticavam em mais nenhum lugar e não abria as linhas que se tinha comprometido, não cumprindo o contrato com a Câmara. Por fim, lembrava que estes contratos eram uma “herança da monarquia”, confiando que a nova vereação metesse na ordem os monopolizadores⁴⁷¹.

⁴⁶⁸ Cf. “Locais...”. *O Mundo*, 29-11-1913, p. 1-2; “Sessões de propaganda...”. *Ibid.*, 29-11-1913, p. 2.

⁴⁶⁹ “As eleições de amanhã”. *O Mundo*, 29-11-1913, p. 1.

⁴⁷⁰ “À urna pelo Partido Republicano!”. *O Mundo*, 30-11-1913, p. 1.

⁴⁷¹ “Os monopólios”. *A Capital*, 26-11-1913, p. 1.

Este jornal defendia que uma das vantagens que República tinha trazido era a do eleitorado republicano, “ao contrário de outrora”, exigir “conhecer daqueles a quem vai confiar os seus destinos, um programa mais ou menos detalhado daquilo de que pretende realizar”; por isso, entrevistaram Abel Sebroza, que além de candidato democrático era presidente da junta de paróquia de Alcântara, sobre as suas ideias para a gestão municipal da capital. Este velho republicano começou por dizer que não faria “política no sentido ruim da palavra”, defendendo uma “Administração honesta, feita com escrupuloso critério de maneira a honrar as tradições republicanas”. Criticou as administrações monárquicas pela política de monopólios e afirmou que trabalharia, juntamente com os seus colegas, para renegociar esses “contratos leoninos”; lutaria pela realização de melhoramentos locais em todas as freguesias; assim como, pela reabilitação dos velhos bairros de Alfama e Mouraria e pela construção de novos bairros para “uma população miserável e sofredora, privada de todas condições de higiene, vivendo em verdadeiras pocilgas faltos de ar, de luz, de asseio. Vive gente em casas que as próprias feras rejeitariam”; o município deveria “conseguir alguma coisa em favor da população pobre da capital”. Era este o programa – *A Capital* colocava em dúvida que se pudesse denominá-lo como tal – que o candidato democrático defendia e queria cumprir se fosse eleito⁴⁷².

A propaganda do Partido Republicano Português foi totalmente dirigida à lista de coligação dos evolucionistas e unionistas, seus verdadeiros opositores. Ao fazer uma apreciação sobre a Lista Neutra os democráticos entendiam que este acordo eleitoral era um sinal de que estes dois partidos não tinham forças para enfrentar, sozinhos, o Partido Democrático. Mas como a República não devia, segundo a oposição, viver só com um uma força partidária tentaram ensaiar a organização de um partido conservador. Para eles era este o princípio que estava na origem do “aleijão” que era a “*lista mista*”⁴⁷³. Aproveitaram também para elogiar, mordazmente, “o talento político” de António José de Almeida, desta forma:

“Porque é que os evolucionistas se coligaram em Lisboa? Porquê? Porque o chefe dos evolucionistas é o sr. António José e o sr. António José é esperto como sabem. É sabido que a votação evolucionista em Lisboa no dia 16 foi quase o dobro da votação unionista, mas que as duas votações não atingiram a quarta parte da votação do Partido Republicano. Segue-se que os evolucionistas nem juntos com os

⁴⁷² “Em vésperas de eleições...”. *A Capital*, 28-11-1913, p. 3.

⁴⁷³ “Um aleijão: o acordo entre evolucionistas e unionistas...”. *O Mundo*, 21-11-1913, p. 1.

unionistas podem ganhar a maioria. Pois foram ligar-se aos unionistas e assim, em vez de conquistarem eles, sós, a minoria, ficarão apenas com metade”⁴⁷⁴.

Ao contrário do que tinha sucedido nas eleições municipais de 1908 o PRP não realizou um grande comício, a sua propaganda eleitoral fundamentou-se em sessões nos centros republicanos, encerrando com uma sessão eleitoral na sede do Centro Republicano Democrático, às 21 horas; e, à mesma hora, nos seguintes locais: no Centro Almirante Reis e no Centro Republicano da Ajuda. Às 20 horas tinha-se, também, efectuado uma sessão no Centro Democrático da Lapa⁴⁷⁵.

No dia das eleições informaram-se os democráticos que algumas Listas do PRP não tinham sido entregues por “deficiência das moradas nos cadernos de recenseamento, outras pelo facto dos eleitores terem mudado de residência”, solicitando aos correligionários que não tivessem recebido listas para as requererem nos locais indicados. Tentando contrariar a abstenção dos seus militantes, desinteressados da ida às urnas pela certeza na vitória, lia-se que “o dever de todos os cidadãos filiados no Partido Republicano é votarem na sua lista”. Indicava-se também que ainda existiam listas para dispensar a quem tivesse interessado, entre os pontos de distribuição encontravam-se alguns estabelecimentos comerciais: barbearia Higiénica, barbeiro Morais e mercearia Costa⁴⁷⁶.

A primeira sessão de propaganda eleitoral da Lista Neutra teve lugar no dia 24 de Novembro, no Centro Evolucionista do 1.º Bairro, na presença de “uma enorme multidão de cidadãos”. Primeiro discursou o deputado evolucionista Alexandre Vasconcelos e Sá (1872-1929) que defendeu que não se estava perante a apresentação de uma Lista Neutra, mas sim do que se chamaria “com propriedade, lista da oposição à política demagógica que nos afronta”; defendeu que esta era constituída por “homens cultos e honestos”, que garantiam “a pureza dos seus intuitos e o êxito seguro” com que se propunham a desempenhar o seu mandato em Lisboa; porém, era necessário que nestas eleições, ao contrário do sucedido nas de deputados, o povo de Lisboa quisesse combater “como deve aquela política democrática, que de facto tanto verberava aplaudindo, ainda há pouco tempo, nos comícios de Algés e do Poço do Bispo”. O

⁴⁷⁴ “Ecos & notícias: talento político”. *O Mundo*, 28-11-1913, p. 1.

A coligação entre o PRE e UR para as eleições municipais repetiu-se noutros concelhos.

⁴⁷⁵ Ver “Sessões de propaganda anunciadas para hoje”. *O Século*, 29-11-1913, p. 2; “As sessões de propaganda de ontem”. *Ibidem*, 30-11-1913, p. 1.

⁴⁷⁶ “Distribuição de listas”. *O Mundo*, 30-11-1913, p. 2.

eleitorado lisbonense que condenava a política de Afonso Costa deveria perder o “receio do apupo, da prisão, da transferência, da sindicância, com suspensão de exercício e vencimento”. Por fim, declarou que “intolerância e incoerência são a síntese da política democrática”.

O orador seguinte foi o candidato (independente) António Dâmaso Teixeira, que se definiu politicamente como republicano socialista reformista. Afirmou que se fosse eleito seria “uma sentinela vigilante da administração municipal”, e estranhou o facto da actual Comissão Administrativa estar em negociações com a Carris, quando esta Companhia estava em litígio com a CML e, também, porque a Comissão não representava “a vontade dos munícipes, mas sim do ministério do Interior, que a instituiu por decreto”. Em seguida falou Joaquim Ferreira Pacheco, evolucionista, que afirmou que este partido tinha entendido “dar as mãos ao partido unionista e ao elemento comercial de Lisboa, no sentido de fazerem ir à urna o maior número de cidadãos recenseados”, lutando contra o “indiferentismo”. Ao encerrar a sessão, Vasconcelos e Sá, fez notar que “para não ser desmentido das afirmações que fizera de intolerância de selvagens de muitos partidários a soldo do governo, lá se ouviram fora, na rua, dois ou três *uivos*... como sempre”. Terminou a sessão com vivas à Pátria e à República, “correndo tudo na mais perfeita ordem”⁴⁷⁷. Os apupos na rua quando decorreu a sessão eram uma forma de pressão sobre a oposição, tentando obstar ao prosseguimento da mesma, dentro da mesma linha enquadrava-se o facto de terem aparecido uns polícias que indagaram sobre a licença e vistoria dos bombeiros, que após terem trocado impressões com o presidente da mesa saíram, não sem antes declararem que “comunicariam, não se sabe o quê, ao chefe do distrito”⁴⁷⁸.

No dia 26 do mesmo mês realizou-se uma conferência para apresentação dos candidatos no Centro Republicano Evolucionista do 4.º Bairro, na freguesia de Santa Isabel. No dia seguinte teve lugar no Centro da União Republicana, nas salas da redacção d’*A Luta*, outra sessão de propaganda. Aí discursou Miranda do Vale, antigo edil da primeira vereação republicana (agora unionista), defendendo que a nova municipalidade deveria solucionar os problemas da iluminação pública, águas e transportes⁴⁷⁹. Brito Camacho discorreu sobre as próximas eleições municipais

⁴⁷⁷ “Eleições municipais...”. *República*, 25-11-1913, p. 1-2.

⁴⁷⁸ “Conferência eleitoral: intervenção da polícia”. *A Luta*, 25-11-1913, p. 2.

⁴⁷⁹ Cf. “Eleições Administrativas...”. *A Luta*, 25-11-1913, p. 1; “Propaganda eleitoral”. *Ibidem*, 28-11-1913, p. 2.

sentenciando que “a derrota da lista neutra, pela maneira como está constituída e pela intenção que presidiu à sua confecção, constitui um perigo para a República e para os municípios”; considerou a abstenção como constituindo “nuns um egoísmo estúpido, e noutros a cobardia reles”; e terminou dizendo que, como unionista, não lhe interessava especialmente o resultado das eleições, mas “como republicano, nem ele, nem ninguém lhe pode ficar indiferente”, por isso aconselhava a que votassem na Lista Neutra, e se esforçassem para que esta fosse sancionada por “todos que se interessassem verdadeiramente pela vida da República e do país”⁴⁸⁰. Na véspera do sufrágio realizaram-se novas sessões de propaganda⁴⁸¹.

Para os evolucionistas a Comissão Administrativa pouco mais tinha feito do que mudar os nomes da maioria das ruas da capital, indo-se embora “sem resolver nenhum dos problemas que mais interessam às classes pobres, que é como quem diz: ao povo”. Estava na hora da cidade Lisboa ressurgir material e economicamente, “libertar-se daqueles que a manietam. O pão, a carne, o peixe, a água, o gás, a electricidade, a viação são outros tantos ramos de administração que deveriam interessar às vereações porque representam, (...), o bem-estar da população indigente, das classes mais necessitadas, do povo enfim”⁴⁸².

O seu diário denunciou que o governador civil de Lisboa e ministros falaram e presidiram a sessões de propaganda eleitoral, à margem da lei. Estes “*bons exemplos*” repetiam-se pelo país com a intervenção das autoridades locais e funcionários públicos que faziam “crer que a lei eleitoral é a vontade do governo e quem não votar pelo governo deve ser preso como conspirador”⁴⁸³; comentando a notícia publicada n’*O Mundo* de que nas eleições municipais “*o voto será livre como libérrimo foi nas eleições do dia 16*”, os evolucionistas não duvidavam, que à semelhança das eleições suplementares, entrariam “na urna todos os votos daqueles a quem as autoridades administrativas não prenderem como... conspiradores”⁴⁸⁴.

⁴⁸⁰ “As eleições para os corpos administrativos”. *República*, 28-11-1913, p. 1.

⁴⁸¹ No Centro Unionista de Santa Isabel; na sede do Centro Evolucionista; no salão do Teatro Terrasse, ao Arco do Cego; no Centro António José de Almeida, na travessa da Nazaré e no Centro da UR, em Campo de Ourique. Cf. “Propaganda eleitoral”. *A Luta*, 30-11-1913, p. 2; “Partido Evolucionista”. *O Século*, 30-11-1913, p. 1; “Idem”. *Ibidem*, 29-11-1913, p. 2; “As conferências de hoje”. *República*, 29-11-1913, p. 1.

⁴⁸² “Dão licença?”. *República*, 28-11-1913, p. 1.

⁴⁸³ “Galopins oficiais”. *Ibidem*.

⁴⁸⁴ “O voto livre”. *Ibid.*

A notícia que comentaram era “Eleições”. *O Mundo*, 27-11-1913, p. 1.

Para o *República* o “aparente desastre das votações evolucionistas” nas eleições suplementares, era compreensível em face de várias causas que iam desde a ameaça ao eleitorado até à corrupção e à fraude, mas nas eleições administrativas o cenário não se deveria repetir, e “todos os partidos” deveriam conquistar câmaras, alcançando uma “representação concreta na vida administrativa do país”; ao Partido Evolucionista interessava, sobretudo, o combate pelo seu programa “pacifista, ordeiro e conciliador”. No dia do sufrágio *A Luta* transmitia – em caixa alta – ao eleitorado uma mensagem de apartidarismo: “Votar na lista neutra é pôr a administração municipal fora da luta dos partidos. (...). O triunfo da lista neutra seria o triunfo da democracia – a boa, a sã. A autêntica democracia”⁴⁸⁵.

No dia 28 foi distribuído um manifesto assinado por *Um grupo de eleitores*, aconselhando ao voto na lista da oposição; onde se lia:

“é preciso, é indispensável, é urgente mesmo contrapor à força dominadora do partido democrático, *que tudo vai avassalando*, uma força poderosa também, para o fazer na sua corrente *impetuosa* e por vezes *desvairada*. Urge evitar que o prestígio de um homem atinja descomunais proporções, isto se não quereis que esse homem venha a ser um *ditador*”⁴⁸⁶.

Foram publicitados os locais onde se prestavam esclarecimentos eleitorais e se distribuía as listas da oposição republicana na capital. A Lista Neutra começou a ser distribuída no dia 26 de Novembro; e foi fornecida ao eleitorado em diversas moradas, destacando-se entre estas alguns estabelecimentos comerciais: a Drogaria Cabral, na rua de Santa Marta; a Livraria Costa, no largo do Poço Novo; Tanoaria Arnaldo Carvalho, nos Olivais; Armzém de João Gomes Miranda, no Poço do Bispo e as seguintes farmácias: Sousa, na Rua das Pretas; Viegas, rua de Santa Marinha; Teixeira, largo da Páscoa; Matos Cid, na Estrada de Sete Rios e a Drack & Bairrão, na rua do Livramento. Contudo, numa manifesta falta de organização ainda no dia 28, a dois dias das eleições, se pedia às juntas paroquiais do 1.º e 2.º Bairros para indicarem os locais onde se distribuiriam as listas⁴⁸⁷.

⁴⁸⁵ Ver “Eleições administrativas”. *República*, 25-11-1913, p. 1; “As eleições administrativas”. *A Luta*, 30-11-1913, p. 1.

⁴⁸⁶ “Eleições administrativas: um manifesto da oposição”. *A Capital*, 28-11-1913, p. 2.

⁴⁸⁷ Cf. “As eleições para os corpos administrativos”. *República*, 26-11-1913, p. 1; “Locais onde se fornecem listas...”. *A Luta*, 30-11-1913, p.1; “Idem”. *República*, 28-11-1913, p. 1 e 29-11-1913, p. 1.

Quanto ao Partido Socialista, no V Congresso Nacional, em Junho de 1913, tinha aprovado o seu programa municipal, da autoria de João Dias da Silva, que tinha por objectivo a “*conquista dos poderes político e administrativo*”, assim como “disputar a influência municipal” e instava o “proletariado” a coadjuvar o partido nesses intentos. Este programa era vasto e estava dividido em sete partes, a seguir enumeradas, das quais salientamos alguns pontos: I. Estrutura Municipalista, onde se sustentava que a lei eleitoral consignasse a representação proporcional para cargos administrativos; sufrágio universal secreto e voto obrigatório; e, quanto ao Código Administrativo deveria estabelecer a completa autonomia municipal; II. Política Social, onde se advogava um salário mínimo e jornada de 8 horas para assalariados municipais e nas adjudicações públicas, assim como a instalação de Bolsas de Trabalho; III. Finanças, em que se defendia a “Abolição integral de todos os impostos sobre os géneros de consumo, substituindo-os por impostos sobre os artigos de luxo”; IV. Instrução e Educação; V. Assistência Social; VI. Higiene Pública e Habitação, sustentando a criação de um serviço completo de higiene e inspecção sanitária; VII. Municipalização de Serviços, com a exploração directa pelos municípios dos serviços de interesse público (água, iluminação, mercados, viação, redes telefónicas, etc.) e instalação de armazéns de víveres municipais, para benefício das classes pobres⁴⁸⁸.

O programa municipal (e também um programa agrário) completou o programa político do PS que vigorou até ao final da I República. Este defendia a construção de uma República Social, assente em municípios independentes, cujos representantes constituiriam uma federação de municípios⁴⁸⁹. O municipalismo era a estrutura base da acção política, económica e social de Portugal. A autonomia municipal seria também o alicerce com que os socialistas conquistariam o Poder e, deste modo, o seu programa municipal vinha “preencher uma lacuna”, pois a aspiração à conquista dos municípios pelo partido estava agora assente “claramente [em] ideias e princípios que constituem o nosso credo”⁴⁹⁰. A consagração da autonomia municipal e de uma lei de finanças locais

⁴⁸⁸ César Nogueira, *Resumo histórico dos congressos...*, pp. 58-60.

Neste Congresso foi aprovado que o PS mantinha “intactas as resoluções dos congressos internacionais socialistas contra a guerra”, in César Nogueira, *Notas para a história do socialismo...*, p. 151.

A convite do Bureau Socialista Internacional o PS tinha realizado na sede da Federação Operária de Lisboa, em 17 de Novembro de 1912, uma sessão pública “contra a extensão da guerra e o conflito balcânico”, juntando o seu protesto à acção da Internacional Socialista. Cf. *Ibidem*, pp. 149-150.

⁴⁸⁹ Ver Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 135-137.

Um ponto de vista que era comum ao programa do “velho” PRP (1891). Cf. *Ibidem*, p. 147.

⁴⁹⁰ J. Fernandes Alves, “O V Congresso Socialista”. *A Batalha Socialista*, 10-07-1913, in César Oliveira, *O operariado e a República...*, p. 225.

permitiria a execução de políticas municipais sociais, educativas, habitação, higiene pública, etc.

A campanha eleitoral socialista foi a primeira a iniciar-se, no dia 20 de Novembro, com uma sessão de propaganda na sede da Comissão Socialista de S. Cristóvão e S. Lourenço, no largo dos Trigueiros, onde discursaram vários candidatos a edis. No dia 23 realizou-se um comício eleitoral, num quintal da rua da Achada (S. Cristóvão) para apresentação dos candidatos, presidido por Costa Júnior, onde se acusou a Lista Neutra de guerrear a Lista Socialista, apelando ao povo para eleger representantes “saídos do próprio povo trabalhador”; e se declarou que este comício era de “protesto contra a burguesia que, a todo o transe, quer esmagar o proletariado”⁴⁹¹. No mesmo dia realizaram-se outras sessões eleitorais⁴⁹².

No dia 27 do mesmo mês, António Maria Abrantes deu uma conferência na sede da Academia de Instrução e Recreio União Popular 5 de Outubro de 1911, em que analisou os problemas que resolveria se fosse eleito: questões da carne e do peixe, bairros sociais, instrução, os monopólios da água, do gás e da viação; defendeu a municipalização dos serviços de utilidade; e apelou ao voto nos socialistas, porque somente eles na CML “serão os verdadeiros proletários (...), serão os verdadeiros defensores das liberdades e regalias do povo e do bem-estar social dos sacrificados”; além disso, afirmou que a Lista Neutra era composta de “proprietários e altos comerciantes e, sendo a vereação a genuína defensora do povo, não podiam estes senhores defendê-lo com imparcialidade e consciência”⁴⁹³.

A campanha eleitoral decorreu “morna”, porque conhecidos os resultados das eleições suplementares o PRP sabia que a vitória estava assegurada e, além disso, porque não se apresentaram às urnas candidaturas de feição monárquicas, os seus opositores mais destemidos. Não foi apresentado nenhum programa para a

⁴⁹¹ Cf. “Partido Socialista”. *O Século*, 21-11-1913, p. 3; “Idem”. *O Século*, 24-11-1913, p. 4.

⁴⁹² No Grupo Dramático Xabreguense, no Centro Republicano Social da Pena e em Pedrouços, local em que António Maria Abrantes candidato a vereador, fez uma conferência sobre o tema “O que devem fazer os socialistas no Município”. No dia 24, realizaram-se novas sessões na sede da Classe Têxtil, nos Olivais e na Associação de Classe dos Calceiteiros de Lisboa, na Graça. No dia seguinte, na sede da Comissão Humanitária do Castelo. A 26, novamente na sede de S. Cristóvão, o candidato José Fernandes Alves, realizou a conferência “As últimas eleições e a acção municipal socialista”; e em 27, no mesmo local, efectuou-se nova sessão de propaganda. Cf. “Partido Socialista”. *O Século*, 22-11-1913, p. 6; “Eleições administrativas...”. *Ibid.*, 24-11-1913, p. 5; “Partido Socialista”. *Ibid.*, 26-11-1913, p. 6.

⁴⁹³ “Partido Socialista”. *O Século*, 28-11-1913, p. 2.

No dia seguinte realizaram-se mais sessões na sede do Centro Socialista onde foram apresentados os seus candidatos; e na Associação dos Manipuladores dos Fósforos, onde se defendeu que os trabalhadores deveriam votar na Lista Socialista, veja-se “Partido Socialista”. *O Século*, 29-11-1913, p. 2.

administração municipal – à exceção do programa municipal do PS – limitando-se os candidatos de todas as forças políticas a defenderem soluções para os problemas identificados (quase todos concordantes) na capital. Os discursos dos candidatos e suas entrevistas à imprensa esboçaram algumas das linhas de força da gestão municipal que pretendiam implementar na capital.

A opinião pública sabia antecipadamente quem seria o grande vencedor – os democráticos. Numa exemplificação desse axioma, foi publicada uma ilustração, pouco antes do sufrágio, no periódico humorístico *O Zé* (Imagem 4) onde se via Afonso Costa (gigante e com a “República na barriga”) a afastar os “pedintes” António José de Almeida, Brito Camacho e “socialista” que lhe pediam a eleição de um “vereadoresinho”.

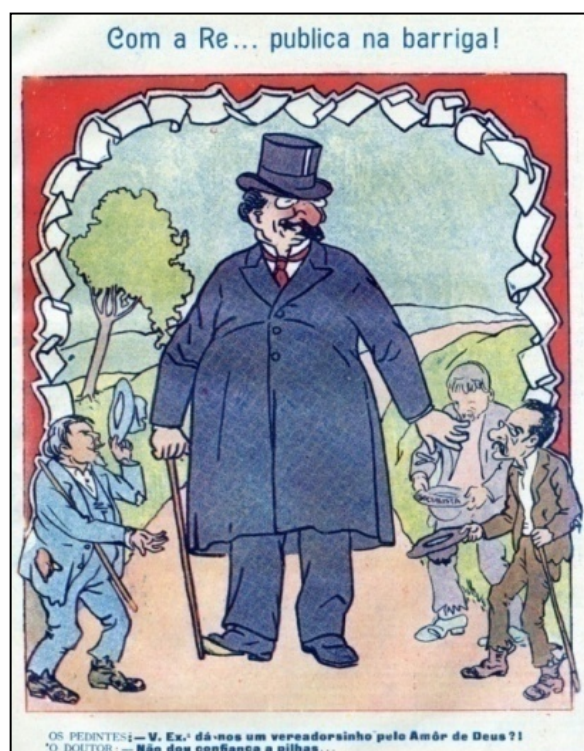


Imagem 4 – “Com a Re...publica na barriga! *O Zé*, A. 6, n.º 281 (27-11-1913): capa. / GEO

III.4. O corpo eleitoral

Nos cadernos eleitorais de 1913 estavam recenseados 48.494 eleitores⁴⁹⁴. Para este acto eleitoral o recenseamento político, extraordinariamente, decorreu entre 21 de Julho e 21 de Outubro deste ano⁴⁹⁵. As 40 assembleias de voto coincidiam com 40 das 42 freguesias de Lisboa, a única excepção era a da assembleia do Lumiar, onde também votavam os eleitores das freguesias da Charneca e Ameixoeira.

Entre as 40 assembleias eleitorais existiam 27 com várias secções de voto⁴⁹⁶, perfazendo o total de 90 secções de voto. As outras 13 assembleias tinham uma única secção: Castelo; Santo Estevão; Graça; S. Miguel; Santiago; Conceição Nova; Madalena; Mártires; Sacramento; S. Julião; Campo Grande; Carnide e Lumiar (incluía

⁴⁹⁴ A Lei de 8 de Outubro de 1836 (Art.º 24.º) explicitava que as comissões de recenseamento deviam elaborar um Livro de Matrícula (denominação somente utilizada nesta data) onde se inscreviam os nomes dos eleitores, por ordem alfabética, respectivas ocupações e moradas. Cf. Pedro Tavares de Almeida (org.), *Legislação eleitoral portuguesa...*, p. 88.

Estes livros seriam depositados nos arquivos municipais, podendo deles extrair-se as cópias e certidões necessárias (Lei de 9 de Abril de 1838, art.º 24.º). Ver Idem, *Ibidem*, p. 98.

Consultámos os recenseamentos depositados nos Arquivos Histórico Parlamentar e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; completados com Portugal. MF. DGE, *Censo eleitoral...*, pp. 57-58.

⁴⁹⁵ Fixando-se os seguintes prazos: de 21 de Julho a 2 de Agosto, apresentação de requerimentos para a inscrição no recenseamento; de 18 a 23 de Agosto, afixação das relações do recenseamento em locais do costume; de 24 a 28 de Agosto, período para as reclamações aos juizes de direito; de 6 a 8 de Setembro, período onde estaria afixado o edital com as modificações ordenadas pelos juizes; de 9 a 11 de Setembro, etapa dos recursos para as Relações; de 21 a 22 de Setembro, período de afixação do edital com as modificações ordenadas pelas Relações; de 23 a 24 de Setembro, tempo para recorrer das decisões das Relações; e de 7 a 21 de Outubro, organização do livro de recenseamento e envio das cópias ao governador civil e ao juiz da comarca, in Decreto n.º 17. *Diário do Governo*, n.º 153, de 3 de Julho de 1913, p. 2451.

Como mencionámos o Código Eleitoral publicado no mesmo *Diário do Governo* estipulava que as operações de recenseamento se verificassem de 2 de Janeiro a 31 de Maio de cada ano (art.º 15.º).

⁴⁹⁶ Eram as seguintes: Anjos (7 secções), Beato (3), S. Cristóvão (2), S. Vicente (2), Santa Engrácia (6), Olivais (2), Sé (2), Socorro (2), Arroios (5), Encarnação (3), Pena (3), Santa Justa (2), S. José (3), S. Nicolau (2), Benfica (2), Coração de Jesus (4), S. Paulo (2), Mercês (3), Santa Catarina (3), S. Mamede (2), S. Sebastião (4), Ajuda (2), Alcântara (6), Belém (3), Lapa (4), Santa Isabel (7) e Santos (4).

Apesar da freguesia de Santa Isabel constituir a 15.ª assembleia de voto do Círculo n.º 35 (conforme o edital que convocou as eleições de deputados) surgia nos livros de recenseamento com 4 secções (1.ª e 2.ª secção, cada com 1.178 eleitores; 3.ª secção com 1.159 e 4.ª secção com 268 eleitores) o que não se justificava porque a legislação estipulava que cada secção deveria ter cerca de 600 eleitores. Aliás, apesar de constituir apenas uma assembleia, no edital e nas sete actas das eleições verifica-se o seguinte desdobramento das secções: 1.ª, 2.ª e 3.ª secção (da 1.ª assembleia); 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª secção (da 2.ª assembleia). Cf. ANTT/ ADL, Recenseamento eleitoral: 4.º bairro administrativo de Lisboa: 1913. 21, Outubro, 1913, Lisboa; AHP, Edital. Eleições 1913. 1913, Novembro, 8, Lisboa; AML/AC, Acta da assembleia eleitoral referente à eleição de procuradores à junta geral de distrito e de vereadores...: freguesia de Santa Isabel. 1913, Novembro, 30, Lisboa.

Uma situação semelhante ocorria com Santa Engrácia, que tinha seis secções de voto, subdivididas por duas assembleias.

Não encontramos explicação para a singularidade de ambas as assembleias de voto, que em todos os documentos eram sempre consideradas como constituindo uma única assembleia, correspondente à paróquia civil.

os eleitores da Ameixoeira e Charneca), desta forma, nestas eleições existiram 103 secções de voto em Lisboa.

Como salientou Maria Cândida Proença, quanto maior era o peso demográfico de uma assembleia eleitoral maior seria a sua preponderância nos resultados do sufrágio eleitoral⁴⁹⁷, talvez por isso no caso de Sintra, as assembleias eleitorais não correspondessem à divisão administrativa das freguesias, no que constituía uma diferença relativamente às assembleias da capital que eram condizentes com as freguesias, com a ressalva já assinalada. De qualquer forma o número de recenseados de cada assembleia eleitoral determinava o seu peso eleitoral e a sua influência nas eleições municipais de Lisboa. E a freguesia com maior número de eleitores denunciava maior interesse dos seus fregueses pela participação na vida política e/ou maior determinação das forças políticas na promoção do recenseamento entre os seus correligionários e simpatizantes.

Neste sufrágio as freguesias com maior peso eleitoral foram as seguintes: Santa Isabel (3.783 recenseados); Anjos (3.716); Alcântara (3.375); Santa Engrácia (2.614); Arroios (2.456); S. Sebastião (2.109); Santos (1.978); Coração de Jesus (1.959); Lapa (1.852); Beato (1.483); Mercês (1.468); Belém (1.462); S. José (1.465); Santa Catarina (1.429); Pena (1.361); Encarnação (1.232); Ajuda (1.123); Socorro (1.088) e S. Mamede (1.060); todas as outras paróquias civis tinham menos de mil eleitores. Se tivermos em atenção os Bairros Administrativos, em primeiro lugar, estava o 1.º Bairro com o maior número de eleitores (14.595); logo seguido do 4.º Bairro (13.573); a terceira posição era ocupada pelo 3.º Bairro (10.832) e, a última pelo 2.º Bairro (9.494). A soma de recenseados do 1.º e 4.º Bairros computava em 58 por cento dos eleitores, deste modo, confirmamos que o eleitorado da capital procedia predominantemente das zonas operárias e da média e pequena burguesia – a Ocidente e a Oriente. O menor peso eleitoral do 2.º Bairro administrativo justificava-se por ser uma área por excelência dedicada ao comércio e serviços da capital⁴⁹⁸.

Os apelos ao recenseamento a todos os “paroquianos maiores de 21 anos” foram publicados nos jornais diários⁴⁹⁹. As comissões municipais e paroquiais do Partido Democrático, reunidas no dia 14 de Julho, resolveram trabalhar “afincadamente” para a

⁴⁹⁷ Cf. Maria Cândida Proença, *Eleições municipais...*, p. 59.

⁴⁹⁸ Ver Anexos – A.43. Eleitores em Lisboa (1913-1925).

⁴⁹⁹ Veja-se, a título de exemplo, *A Capital*, 14-07-1913, p. 2; 16-07-1913, p. 3 e 22-07-1913, p. 2.

“confecção” do recenseamento eleitoral promovendo a inscrição de “todos os seus correligionários”⁵⁰⁰. Nos centros republicanos também se prestavam esclarecimentos e se promovia o recenseamento político, exemplo disso é o anúncio publicado pela Comissão Paroquial de S. José, onde se informavam todos os interessados que poderiam tratar de assuntos do recenseamento na sede do Centro Tomás Cabreira, na rua do Telhal, n.º 50⁵⁰¹.

A promoção do recenseamento entre os seus correligionários e simpatizantes levou ao anúncio da Comissão Municipal do Partido Democrático dirigido a todas as comissões paroquiais informando que a partir do dia 26 de Julho em diante, das 21 às 24 horas, na sua sede no largo de S. Carlos, se encontraria um notário para reconhecimento de assinaturas dos que desejassem reinscrever-se ou arrolar-se no recenseamento. Além disso, o mesmo anúncio listava, bairro a bairro, os locais onde se poderiam obter esclarecimentos sobre este assunto⁵⁰². Analogamente o Partido Evolucionista também apelou aos filiados cujos empregos os impedissem de tratar dos documentos necessários que se dirigissem às Comissões Paroquiais Evolucionistas de Lisboa (lista inclusa) ou à Comissão Municipal deste partido que promoveriam o recenseamento⁵⁰³.

Divulgaram-se irregularidades no recenseamento. N’*A Luta* denunciou-se o facto do director e de um enfermeiro do Asilo Maria Pia não terem sido recenseados por habitarem num estabelecimento estatal, contudo, o sapateiro do asilo que também lá residia tinha sido recenseado; para este periódico a única razão para os primeiros não terem sido considerados foi porque “permitem-se a liberdade de serem unionistas, e o sapateiro cumpre o dever patriótico de ser democrático!”. Em resposta às queixas dos camachistas em matéria de recenseamento os democráticos denunciaram “várias trapalhadas” cometidas pelo secretário recenseador do 4.º Bairro, “devotado correligionário” da União Republicana⁵⁰⁴.

Contudo, algumas das anomalias foram explícitas, pois tiveram origem nos próprios órgãos do Partido Democrático. Segundo *O Mundo*, incluíam-se analfabetos e excluíaam cidadãos legalmente inscritos; e, numa moção aprovada na reunião conjunta da sua Comissão Municipal e das Comissões Paroquiais, em 18 de Novembro de 1913,

⁵⁰⁰ “PRP”. *A Capital*, 15-07-1913, p. 3.

⁵⁰¹ Cf. *A Capital*, 22-07-1913, p. 2.

⁵⁰² Ver *A Capital*, 24-07-1913, p. 2. Este anúncio foi repetido nos dias seguintes. O notário executou o reconhecimento das assinaturas até ao dia 1 de Agosto, Cf. *Ibidem*, 31-07-1913, p. 2.

⁵⁰³ Veja-se *A Capital*, 29-07-1913, p. 2.

⁵⁰⁴ Cf. “Fraudes eleitorais”. *A Luta*, 28-09-1913, p. 1; “Os recenseadores”. *O Mundo*, 15-11-1913, p. 1.

contestou-se “a falta de critério na revisão do recenseamento, pois se verificou que 40 por cento dos eleitores inscritos no caderno não moravam nos domicílios indicados”; para estas comissões esta situação seria inevitável enquanto a revisão do recenseamento estivesse dependente dos secretários das administrações dos bairros, apelando para a modificação da lei eleitoral, pois somente comissões revisoras de freguesia poderiam executar “uma revisão rigorosa e escrupulosa”⁵⁰⁵.

Devemos destacar que esta moção foi aprovada dois dias depois das eleições de deputados e antes das eleições administrativas. Não se percebe, aliás, como tendo sido efectuado um novo recenseamento político *O Mundo*, publique um “Aviso”, na véspera das eleições municipais, prevenindo os cidadãos que tinham votado nas eleições para as Constituintes, de que continuavam recenseados pelas freguesias onde então votaram, ainda que já tivessem mudado de residência⁵⁰⁶. Estarão desta forma explicados os erros nos domicílios dos cadernos eleitorais, assim como ficam tragicamente expostas as debilidades deste recenseamento eleitoral.

III.5. Acto e escrutínio eleitorais

No dia 27 de Outubro foi publicado o Decreto n.º 188 que regulamentou a constituição das assembleias e secções de voto para as eleições suplementares de Deputados e eleições administrativas⁵⁰⁷. As assembleias eleitorais decorreram maioritariamente nas escolas primárias, liceus e escolas superiores da capital⁵⁰⁸. De acordo com a legislação em vigor o sorteio para os presidentes das mesas eleitorais teve lugar no dia 23 de Novembro, domingo anterior à eleição, no Tribunal da Boa-Hora. O

⁵⁰⁵ “Código eleitoral”. *O Mundo*, 19-11-1913, p. 1.

⁵⁰⁶ “Um aviso aos eleitores”. *Ibidem*.

⁵⁰⁷ Ver Decreto n.º 188. *Diário do Governo*, n.º 251, de 27 de Outubro de 1913, pp. 4016-4017.

⁵⁰⁸ Verificaram-se as seguintes excepções: 1.º Bairro, S. Vicente (1.ª secção-Centro Escolar Republicano Alexandre Braga e 2.ª-Centro Republicano Magalhães Lima); Olivais (2.ª-igreja); Beato (3.ª-Centro Republicano Elias Garcia); Santa Engrácia (2.ª ass., 2.ª secção-cartório da igreja e 3.ª-edifício da Sociedade de Instrução Militar Preparatória); Santo Estevão (igreja); S. Miguel (igreja); Graça (edifício junta de freguesia); Castelo (igreja); Sé (1.ª-edifício da Constrataria e 2.ª-Alfândega); Socorro (1.ª-Coliseu de Lisboa e 2.ª-teatro Apolo, na rua da Palma); Anjos (1.ª-teatro Moderno, rua Álvaro Coutinho, 6.ª- Associação do Registo Civil e 7.ª-prédio da CML, rua dos Anjos, 11); 2.º Bairro, Arroios (1.ª-Centro Escolar Dr. Afonso Costa, 2.ª-fábrica Germânia, 3.ª-Club Estefânia e 5.ª-edifício da CML); S. Julião (junta de paróquia); Mártires (edifício da Biblioteca Nacional); S. Nicolau (2.ª-Associação dos Empregados do Comércio de Lisboa); Santa Justa (Teatro Nacional); 3.º Bairro, S. Mamede (2.ª-Imprensa Nacional); Mercês (3.ª-Academia das Ciências); 4.º Bairro, Alcântara (4.ª-Sociedade Promotora de Educação Popular e 6.ª-edifício da junta de freguesia); Ajuda (2.ª-Abegoaria Municipal); Belém (claustros da Casa Pia); Santa Isabel (2.ª-Palácio do Congresso e 7.ª-Cooperativa Padaria do Povo) e Santos (3.ª-quartel dos bombeiros). Cf. “Assembleias eleitorais”. *O Mundo*, 30-11-1913, pp. 1-2.

Município esteve representado pelo vogal Manuel Saraiva Pereira Dias, assistindo os quatro administradores dos Bairros de Lisboa⁵⁰⁹.

Os cidadãos, que presidiram às assembleias foram sorteados de entre professores, juizes da paz e seus substitutos, oficiais reformados, vereadores efectivos e substitutos. Esta escolha aleatória fez recair a presidência de uma mesa a um professor surdo, da Casa Pia, que seria substituído depois de apresentar o atestado; igualmente, o sorteado para Santa Catarina (3.^a secção) não compareceria no dia do sufrágio por incompatibilidade, pois era um oficial do exército em serviço efectivo⁵¹⁰.

A legislação eleitoral assegurava uma escolha por sorteio, por isso, casual e democrática, dos membros que compunham as mesas eleitorais. Uma análise comparativa, das actas das assembleias eleitorais existentes no Arquivo Municipal de Lisboa⁵¹¹ com a lista de nomes sorteados pela extracção, revelou-nos que no dia do sufrágio os presidentes nomeados compareceram em 37 secções de voto⁵¹². Na sua ausência a lei estipulava que fossem substituídos na presidência pelos respectivos suplentes sorteados, estes ocupariam a presidência em 22 secções de voto⁵¹³. Concluindo, no universo estudado, 59 das 74 secções de voto foram presididas pelos cidadãos nomeados pelo sorteio do Tribunal da Boa-Hora, o que corresponde a 79,7 por cento de comparências.

Na ausência do presidente ou do seu substituto, se estivessem presentes os cidadãos nomeados para vogais da mesa o mais velho assumia a presidência. Se às 10 horas, passado uma hora da abertura das urnas, não comparecessem o presidente e o seu suplente, nem houvesse cadernos de recenseamento e demais papéis necessários a este acto e um eleitor apresentasse duas cópias legais do recenseamento, que fossem

⁵⁰⁹ Cf. “As eleições administrativas...”. *A Capital*, 23-11-1913, p. 2.

⁵¹⁰ Ver “Uma pirraça do acaso...”. *A Capital*, 25-11-1913, p. 2; e AML/AC, Acta da assembleia eleitoral ...: freguesia de S. Sebastião da Pedreira: 3.^a secção. 1913, Novembro, 30, Lisboa.

⁵¹¹ Cf. Idem, Actas das assembleias eleitorais referentes à eleição de procuradores à junta geral de distrito e de vereadores, realizada em 1913/11/30... 1913, Novembro, 30, Lisboa.

Estas actas perfazem 29 assembleias de voto, correspondendo a 74 secções (falta no Arquivo a acta da 4.^a secção de voto da Lapa), ou seja, respectivamente 72,5 por cento das 40 assembleias e 71,8 por cento das 103 secções de voto que funcionaram na capital.

⁵¹² Nas subsequentes assembleias: S. Vicente (ambas secções); Arroios (1.^a, 2.^a, 4.^a e 5.^a secções); S. José (1.^a e 3.^a); S. Nicolau (1.^a); Mártires (secção única); S. Julião (única) e Conceição Nova (única); Coração de Jesus (2.^a e 4.^a); S. Sebastião da Pedreira (1.^a, 2.^a e 4.^a); Mercês (2.^a); Santa Catarina (2.^a); S. Mamede (1.^a); Benfica (nas duas secções); Campo Grande (única); Lumiar (única); Carnide (única); Santa Isabel (1.^a, 3.^a, 4.^a e 7.^a); Alcântara (6.^a); Belém (1.^a e 2.^a); Lapa (1.^a, 2.^a e 3.^a); Santos (1.^a) e Ajuda (1.^a).

⁵¹³ Santiago (única); Arroios (3.^a); Encarnação (2.^a e 3.^a); S. José (2.^a); Pena (nas três secções); S. Nicolau (2.^a); Santa Justa (nas duas secções); Madalena (única); Sacramento (única); Coração de Jesus (1.^a); S. Paulo (2.^a); Mercês (3.^a); Santa Catarina (3.^a); S. Mamede (2.^a); Santa Isabel (2.^a e 5.^a); Alcântara (1.^a) e Santos (2.^a), in Idem. *Ibidem*.

reconhecidas pela assembleia como tal, poderia prosseguir a eleição rubricando os cadernos para as actas os vogais nomeados para constituírem a mesa.

No caso de também estarem ausentes os vogais o presidente da mesa seria o eleitor mais velho presente, e este convidaria o delegado eleitoral dos candidatos a indicar os eleitores necessários para a mesa (dois para escrutinadores, dois para secretários e quatro substitutos para os renderem). No limite, perante a ausência do presidente, do delegado eleitoral e dos vogais nomeados, a mesa era escolhida pelos eleitores presentes na secção eleitoral. Nestas eleições os presidentes de mesas foram escolhidos pelos eleitores presentes em 15 secções⁵¹⁴.

Igualmente muitas mesas foram constituídas por membros indicados pela assembleia, por exemplo, na assembleia de Santa Isabel (1.^a secção), o presidente era o nomeado, mas faltaram três elementos da mesa, um dos secretários escolhidos pelos eleitores presentes, foi António do Couto Abreu, candidato a vereador efectivo pela Lista Neutra; na 2.^a, presidida pelo suplente Rui Teles Palhinha, (vogal em exercício da Comissão Administrativa da CML, e também candidato democrático), na ausência dos vogais nomeados a mesa foi constituída por indicação do “único delegado eleitoral presente”; na 3.^a, presidida pelo presidente sorteado, os restantes membros da mesa foram escolhidos pelos eleitores presentes e, estando representados “todos os grupos políticos”, houve dificuldade na constituição da mesma, por isso, o acto eleitoral iniciou-se às 11 horas e 20 minutos (um atraso de duas horas e vinte minutos); na 4.^a, o presidente foi o nomeado, mas os restantes membros da mesa eleitos “por aclamação”, foram propostos pelo candidato socialista, António Maria Abrantes, ficando o proponente como suplente; na 5.^a, presidida pelo suplente nomeado, não compareceu nenhum delegado eleitoral, os membros da mesa foram escolhidos pela assembleia; e na 7.^a, os vogais da mesa foram seleccionados pelos cidadãos presentes⁵¹⁵. Desta maneira, na freguesia com maior número de eleitores a constituição das mesas foi altamente determinada pelos cidadãos presentes nas secções aquando da abertura das urnas.

⁵¹⁴ Encarnação (1.^a secção); Coração de Jesus (3.^a), assumindo a presidência João Antunes Baptista, candidato substituto pelo PRP; em S. Sebastião da Pedreira (3.^a), foi escolhido José Maria da Silva Fernandes, suplente da Lista Neutra à Junta Geral, pelo 4.^o Bairro; Mercês (1.^a); Santa Catarina (1.^a); S. Paulo (1.^a); Ajuda (2.^a); Santa Isabel (6.^a); Alcântara (2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a); Belém (3.^a) e Santos (3.^a e 4.^a). Na 6.^a secção de Santa Isabel e na 3.^a de Santos o presidente escolhido foi o eleitor mais idoso, conforme estabelecia a lei. Cf. *Ibidem*.

⁵¹⁵ Veja-se Idem, Acta da assembleia eleitoral...: freguesia de Santa Isabel: [1.^a, 2.^a, 3.^a, 5.^a e 7.^a secção]. 1913, Novembro, 30, Lisboa.

De forma análoga para secretário da mesa da assembleia da Madalena foi escolhido Augusto César dos Santos, candidato pelo PS. Em Belém (1.^a) o presidente era o nomeado, mas os membros da mesa foram todos escolhidos pela assembleia; situação similar verificou-se na Lapa (1.^a), onde foram escolhidos os secretários da mesa. Acentuemos ainda que em Alcântara (5.^a), o delegado da paróquia civil era Abel de Sousa Sebroza, candidato do PRP e presidente em exercício da junta de freguesia de Alcântara⁵¹⁶. Além disso, pela análise crítica dos presidentes e respectivos substitutos sorteados observámos que na assembleia de S. José (1.^a) o presidente foi Luís Júlio da Cruz, candidato substituto pelo Partido Democrático (e presidente da Comissão Paroquial Republicana da Encarnação, bem como vogal em exercício desta junta de freguesia); e na 3.^a, a presidência coube a Apolinário Pereira, vogal em exercício da Comissão Administrativa e igualmente candidato pelos democráticos. Em S. Sebastião (4.^a), a presidência pertenceu a Jaime Ernesto Salazar de Sousa, que se encontrava exactamente na mesma situação do antecedente. Nas Mercês (2.^a) concerniu a Augusto José Vieira, edil da primeira vereação republicana da capital, democrático⁵¹⁷.

Em relação aos suplentes na assembleia da Pena (1.^a) foi presidente Manuel Caetano Alves, vereador da primeira edilidade republicana e vogal da Comissão Municipal Republicana de Lisboa; e na 2.^a José Lino da Silva, candidato substituto pelo PRP a procurador da Junta Geral de Distrito de Lisboa, pelo 1.º Bairro. Em Santa Justa (2.^a) presidiu Albino José Baptista, actual vogal da Comissão Administrativa e candidato pelos democráticos. Em S. Paulo (2.^a) esteve Álvaro Augusto Machado, candidato pelo PRP. Em S. Mamede (2.^a) assumiu a presidência Francisco Carlos Parente, vogal em exercício da Comissão Administrativa. Devemos ainda assinalar que António Alves de Matos, candidato suplente do PRP a procurador da Junta Geral de Distrito, pelo 4.º Bairro, foi o vogal nomeado para a Ajuda (1.^a)⁵¹⁸.

Nestas segundas eleições abrangidas pelo novo Código Eleitoral republicano houve um cuidado especial em elucidar os membros das mesas eleitorais sobre os procedimentos legais em vigor, sendo distribuído um folheto de esclarecimentos⁵¹⁹. Apesar disso, a observância da lei, da teoria à prática, revelar-se-ia, em muitos casos deficiente, nomeadamente na redacção das actas, como veremos adiante. A própria

⁵¹⁶ Veja-se AML/AC, Actas das assembleias eleitorais referentes à eleição de procuradores à junta geral de distrito e de vereadores... 1913, Novembro, 30, Lisboa.

⁵¹⁷ Ver *Idem*, *Ibidem*.

⁵¹⁸ Cf. *Ibidem*.

⁵¹⁹ Cf. Anexos – A.8. Esclarecimentos para o preenchimento da acta de eleição – 1913.

constituição das mesas eleitorais era controversa, por vezes, sobrepondo-se à lei a vontade dos eleitores presentes. Uma situação elucidativa e sintomática desta realidade verificou-se em Benfica (2.^a) quando nesta secção compareceu o presidente da mesa sorteado, António Policarpo Neves, que declarou que não poderia assumir o cargo, porque se encontrava “nos precisos termos” do artigo n.º 5.º do Código Eleitoral (condenado por crime de conspiração contra a República), contudo, os eleitores presentes colocados perante esta situação aceitaram a sua presidência, fazendo da legislação letra-morta⁵²⁰. Em resumo, pelo acima exposto confirma-se que alguns dos presidentes e substitutos nomeados eram antigos ou actuais vereadores (alguns em exercício) que não só intervinham no recenseamento político como detinham um papel activo – e determinante – nos resultados das assembleias eleitorais.

É certo que no universo observado neste sufrágio houve um predomínio de elementos pertencentes ao Partido Democrático nas mesas eleitorais, situação a que não poderá ser alheio o facto da actual Comissão Administrativa ser constituída por democráticos. Além disso, este partido possuía uma estrutura organizativa poderosa e eficiente, sendo os seus militantes muito activos e actuates/vigilantes durante a votação eleitoral. Estas práticas eram habituais na época – e não eram censuráveis – pois todos os partidos as usavam dentro das suas possibilidades, conforme se comprova pela intervenção e presença (ainda que insignificante) de candidatos e militantes da Lista Neutra e do Partido Socialista na constituição das mesas eleitorais e, pela presidência da 2.^a secção eleitoral de Benfica, por alguém que nem sequer poderia estar recenseado.

Do mesmo modo, esquemas caciquistas e fraudulentos eram habitualmente utilizados pelas diversas forças políticas, por exemplo, pediu-se aos eleitores democráticos para terem cuidado porque haveria uns indivíduos, entre eles três ou quatro regedores, que andavam a distribuir listas da oposição dizendo que eram do PRP. No dia do escrutínio, mais uma vez, lembrava-se aos partidários para terem cautela com as listas que lhes eram entregues, informando que na lista do PRP o primeiro nome que aparecia era o de Abel de Sousa Sebroza⁵²¹. Alertaram-se, ainda, os eleitores das Mercês para o facto de um célebre galopim monárquico, Jorge Luís Sátiro da Silva, de alcunha

⁵²⁰ Veja-se AML/AC, Acta da assembleia eleitoral...: freguesia de Benfica: 2.^a secção. 1913, Novembro, 30, Lisboa.

⁵²¹ Cf. “Cuidado com os mistificadores”. *O Mundo*, 29-11-1913, p. 1; “Aos eleitores”. *Ibid.*, 30-11-1913, p. 1.

Este aviso era tanto mais importante quanto sabemos que os boletins de voto não apresentavam qualquer referência partidária, conforme se pode constatar nos Anexos – A.9. Boletim de voto da Lista do PRP – 1913; A.10. Boletim de voto da Lista Neutra – 1913; A.11. Boletim de voto da Lista do PS – 1913.

Feijão Branco, andar a distribuir Listas do Partido Democrático com alguns nomes cortados e substituídos por evolucionistas, deviam assim os democráticos acautelarem-se e aplicarem “o correctivo que merece tão repelente criatura”⁵²², num claro apelo ao uso da força.

Para os afonsistas durante a votação “as urnas estiveram concorridas e o acto eleitoral efectuou-se no meio do maior sossego em todas as assembleias da capital”⁵²³. A mesma descrição sobre as eleições terem ocorrido “sem nenhum incidente desagradável” e com “absoluta ordem, completa normalidade” foi fornecido respectivamente aos leitores d’*A Capital* e d’*O Século*⁵²⁴.



Imagem 5 – “As eleições municipais: o presidente da República votando na igreja de Belém”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 407 (1913): 661. / HML
Aguardando o presidente Manuel de Arriaga, em Belém (3.ª secção), no claustro da Casa Pia (e não na igreja dos Jerónimos como refere a legenda), estava Antônio Aurélio da Costa Ferreira, director desta instituição e edil da 1.ª vereação republicana [o segundo da direita, junto à mesa], entre outros que o saudavam e aplaudiam.
Assinalemos o aspecto das duas urnas de voto: do lado esquerdo, a da “CÂMARA MUNICIPAL” (maior) e do lado direito, a da “JUNTA DISTRITAL”.

Os evolucionistas caracterizaram o acto eleitoral como indolente e letárgico. No 1.º Bairro, com as secções de voto pouco concorridas, de assinalável somente a tentativa de alguns cidadãos (alegadamente democráticos) se apresentarem para votar, em S. Miguel, quando para isso não estavam autorizados; e na Sé, o regedor da freguesia ter distribuído listas do PRP à boca da urna, só cessando perante os protestos da oposição. No 2.º Bairro igual desalento, “a mesma fuga de eleitores”, alguns protestos; na assembleia da Conceição Nova, quando deveria ter início a chamada viu-se que faltava uma urna, perante esta situação gerou-se “atrapalhação” sugerindo alguns a sua

⁵²² “Prevenção aos eleitores da paróquia das Mercês”. *O Mundo*, 30-11-1913, p. 2.

⁵²³ “A eleição em Lisboa”. *O Mundo*, 1-12-1913, p. 2.

⁵²⁴ Cf. “Última hora: as eleições administrativas”. *A Capital*, 30-11-1913, p. 2; “Eleições administrativas”. *O Século*, 1-12-1913, p. 1.

substituição por um caixote, uma bilha de barro e, até uma lata de bolachas, trazida por Filipe da Mata, eleitor desta freguesia, edil da primeira vereação republicana, esta situação irregular acabaria por resolver-se “sem lata...”. No 3.º Bairro apesar de algumas assembleias terem estado movimentadas, a abstenção também foi grande; em Santa Catarina, a “galopinagem andou à solta e à desfilada” com a distribuição de listas junto da urna, perante os protestos, o acto foi interrompido por dez minutos. No 4.º Bairro, em algumas assembleias foi apresentado um protesto comum, motivado pela desistência de um dos candidatos democráticos, de resto, igual desânimo e abstenção elevada⁵²⁵.

A observação pormenorizada das actas das assembleias eleitorais originou a anotação de variadas falhas e anomalias no cumprimento da lei. Algumas não indicam as descargas e votação das listas; em outras o número de descargas é inferior ao número de votos registados; várias não declaram se a votação arrolada era da Junta Geral de Distrito ou da Câmara Municipal; e, mais, a acta da assembleia de Sacramento não está assinada pela mesa, sendo uma das que apresenta um número de descargas de 239 eleitores e o número de 240 votos para a vereação. Contudo, apesar destas incorrecções não estão registados protestos dos eleitores, os poucos que existem incidem sobre a contagem de votos de um candidato democrático que tinha desistido da candidatura. O cumprimento da legislação pelos membros das mesas era em muitos casos (convenientemente) esquecido, em proveito dos seus interesses partidários.

Devido ao facto das actas das assembleias não estarem completas e revelarem tantas debilidades, mas também por que seria manifestamente impossível no tempo que temos disponível para a conclusão desta investigação analisar a votação de cada candidato por assembleia eleitoral, apresentamos um estudo detalhado da acta da assembleia de apuramento, que ditou os resultados oficiais desta votação municipal.

III.6. Resultados eleitorais

A assembleia de apuramento realizou-se no dia 7 de Dezembro, nos Paços do Concelho, sendo presidente o “vereador em exercício, escolhido por maioria dos membros da câmara municipal” (Lei n.º 3, art.º 94.º § 1.º), neste caso o nomeado foi

⁵²⁵ Ver “As eleições de ontem: em Lisboa como em todo o País, foi grande a abstenção do eleitorado”. *República*, 1-12-1913, pp. 1-2.

Joaquim Rodrigues Simões, vogal da Comissão Administrativa e candidato efectivo a edil pelos democráticos. Era constituída pelos portadores das actas autênticas e o presidente propunha dois deles para escrutinadores, dois para secretários e dois para substitutos, “de maneira que estejam representados os candidatos de cada uma das listas” (art.º 95.º). Neste caso foram escolhidos para escrutinadores António Maria dos Santos e José Fernandes Alves, candidato pela Lista Socialista, como secretários Afonso Nunes Branco e Joaquim Duarte Fernão Pires, candidato substituto pelo PRP; e os suplentes Raúl Aníbal Rodrigues Vieira e Alexandre Gonçalves Neves⁵²⁶.

Se faltasse alguma acta fazia-se o apuramento pelas existentes. Eram depois constituídas pelos outros portadores as comissões que examinavam as actas e os cadernos de recenseamento das assembleias eleitorais. Neste escrutínio formaram-se catorze comissões, cujos membros contabilizaram os votos de cada lista e de cada candidato, que leram, em voz alta, sendo depois aprovados para o apuramento final.

Conseguimos identificar alguns membros destas comissões como pertencentes ao PRP (foram posteriormente edis e constam na Base de Dados das *Vereações*) como: António Felipe Ribeiro (6.ª comissão), tesoureiro, em exercício, da Comissão Paroquial Republicana de Alcântara; José Martins Alves (7.ª), candidato efectivo democrático a edil e membro substituto da Comissão Municipal Republicana de Lisboa; Carlos Simões Torres, (13.ª), 1.º secretário da Comissão Paroquial Republicana da Conceição Nova; Alfredo Ramos Calais Grilo (14.ª), que seria edil na vereação de 1919-1922; e, ainda, se bem que com algumas reservas por ser um nome muito comum, José dos Santos (na 5.ª e 8.ª comissões, assim, estariam presentes dois cidadãos com este nome), vogal substituto da Comissão Municipal Republicana. Não descobrimos nenhum nome pertencente a outra força partidária na referida Base ou nas listas de candidatos a vereadores da oposição, contudo, como estipulava o Código Eleitoral, alguns destes elementos estariam presentes nestas comissões. Mais uma vez, no apuramento dos resultados eleitorais estava em questão a força da representação das forças partidárias e o domínio da máquina administrativa local.

Ficou registado na acta o protesto do cidadão José Ferreira da Costa Júnior, procurador de João Quaresma do Val do Rio, que reclamou contra a eleição do seu constituinte por este ter desistido da sua candidatura de vereador suplente defendendo que não deveriam ser contabilizados os votos obtidos; e um contra-protesto dos

⁵²⁶ “Em Lisboa: o apuramento...”. *O Mundo*, 8-12-1913, p. 1.

membros da assembleia de apuramento que reconheciam esta votação, porque “atendendo a que o mesmo candidato não apresentou a sua desistência de candidatura por intermédio do seu mandatário, mas sim por um cidadão estranho à lista por onde se propunha, pelo que não cumpriu o disposto no art. 37.º da lei eleitoral em vigor”; e outro de um cidadão eleitor contra a inelegibilidade do mesmo porque “nem as assembleias primárias nem a de apuramento são competentes para conhecer da elegibilidade e inelegibilidade d’alguém art. 83.º, 84.º e 98.º da lei eleitoral em vigor”⁵²⁷. O edital com a votação foi afixado às 23 horas e 15 minutos, sendo lavrada a acta no dia seguinte, 8 de Dezembro⁵²⁸.

De acordo com os dados oficiais os candidatos mais votados de cada lista (efectivos ou suplentes)⁵²⁹ foram os seguintes: António Alves de Matos, democrático, com 11.215 votos⁵³⁰; Luís Victor Rombert, evolucionista, com 3.294 votos e José da Costa Júnior, socialista com 608 votos. Todos os quarenta candidatos efectivos democráticos foram eleitos para a maioria municipal e os catorze efectivos mais votados da Lista Neutra para a minoria municipal, mais os respectivos substitutos.

O vereador democrático mais votado obteve mais 7.921 votos do que o seu homólogo da Lista Neutra, conquistando mais do dobro de votantes. Para o PRP a vitória conquistada em Lisboa foi classificada de “enorme” face à oposição⁵³¹. Devemos salientar que Luís Victor Rombert, comerciante, com uma loja de modas, na rua do Carmo, era candidato substituto da Lista Neutra, mas conseguiu mais 3 votos do que Zacarias Gomes de Lima, construtor civil, também evolucionista, que foi o candidato

⁵²⁷ AML/AC, Acta da assembleia de apuramento referente à eleição de procuradores à junta geral de distrito e vereadores, (...) do concelho de Lisboa. 1913, Dezembro, 8, Lisboa, pp. 4C. Os protestos e contra-protestos sobre esta questão ficaram registados na Acta, Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 4D-4E.

⁵²⁸ “Eleições administrativas”. *A Luta*, 8-12-1913, p. 1.

⁵²⁹ Ver Anexo – A.12. Resultados da votação dos candidatos à vereação de Lisboa – 1913.

Esta metodologia permitiu-nos a aplicação de um critério uniforme para a análise de todos os actos eleitorais.

Como já aludimos o sistema eleitoral vigente permitia ao eleitor eliminar (riscar) e acrescentar (escrever) nomes em cada lista partidária, como tal o número de votos de cada candidato podia não ser igual ao dos outros, assim como não ter correspondência com o número de listas. Devido ao facto de se poder eliminar nomes, o número de listas poderia ser superior ao número de votos num candidato, o inverso seria impossível. Convém lembrar que quando os candidatos detinham igual número de votos o cidadão mais velho tinha primazia sobre o mais novo.

Verificámos três irregularidades (assinaladas) na ordenação dos candidatos na acta de apuramento, não conseguimos perceber se foram erros inofensivos ou premeditados, de qualquer maneira não tiveram consequências nem prejudicaram os candidatos.

⁵³⁰ Este candidato acabaria por não assumir o cargo de vereador porque foi declarado inelegível, devido a ser membro do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro e esta ter um contrato com a CML. Veja-se Sessão de 2 de Janeiro de 1914. *Actas das Sessões da Câmara...1914*, pp. 2-5.

⁵³¹ “O sufrágio de ontem”. *O Mundo*, 1-12-1913, p. 1.

efectivo mais votado desta lista. Todavia, esta predilecção do eleitorado não invalidou a eleição de Lima, mantendo Rombert a condição de suplente⁵³².

Com base no número total de votantes de cerca de 15.117 eleitores⁵³³, a vitória eleitoral pertenceu à Lista do PRP com uns irrefutáveis 74,2 por cento de votos expressos; o segundo lugar, com 21,8 por cento, correspondeu à Lista Neutra, de evolucionistas e unionistas; a seguir, com apenas 4 por cento, ficou a Lista do PS sem direito a qualquer tipo de representação no Município de Lisboa⁵³⁴.

Observando os resultados da votação eleitoral por lista partidária constatamos que relativamente aos candidatos efectivos do PRP, 48 votos separam o candidato mais votado, dos menos votados – Abel de Sousa Sebroza, presidente da junta de freguesia de Alcântara e Feliciano Rodrigues de Sousa, antigo socialista influente do mesmo local. O que não deixa de ser surpreendente, num bairro que era um dos bastiões republicanos. Entre os candidatos suplentes a votação do último era inferior em 18 votos à dos derradeiros candidatos efectivos eleitos. Os resultados obtidos pelos “adesivos” foram bastante bons: Ernesto Júlio Navarro foi eleito em 9.º lugar, Levy Marques da Costa, no 16.º lugar e Catanho de Menezes foi o 18.º eleito. Bastante acima do lugar conquistado pelo velho republicano e antigo edil João Pedro de Almeida, que se quedou pelo 29.º lugar. Apesar de ter desistido da candidatura, e de todos os protestos apresentados nas assembleias eleitorais e na assembleia de apuramento, o candidato João Val do Rio ficaria em 11.º lugar (dos suplentes) com 11.178 votos⁵³⁵.

Em relação à Lista Neutra já referimos a singularidade de um candidato suplente ter mais 3 votos do que o efectivo mais votado; o segundo substituto também obteve mais 1 voto do que o seu correspondente eleito. Destaca-se, pela negativa, o 79.º lugar

⁵³² Só seria chamado para o exercício de funções em Abril de 1914. Cf. Sessões de 2 e de 6 de Janeiro de 1914. *Actas das Sessões da Câmara...1914*, pp. 4-5; pp. 34-35; Sessão de 21 de Abril de 1914. *Ibid.*, p. 190.

⁵³³ Número que exhibe a soma dos votos obtido pelo candidato mais votado de cada lista (efectivo ou substituto) que representava, no mínimo, igual número de eleitores que votou nessa lista.

A acta de apuramento regista que o número de votantes do concelho de Lisboa foi de 15.150, sendo 14 listas anuladas e brancas e por isso o número real de votantes foi de 15.164. O problema é que não se indica se esta cifra diz respeito à eleição para a Junta Geral de Distrito ou para a Câmara Municipal, contudo, pelas observação das actas das assembleias eleitorais pudemos constatar que algumas vezes a votação para a JGD era ligeiramente superior à da CML, por isso este número de votantes deve ser imputado à Junta Geral. Cf. AML/AC, Acta da assembleia de apuramento...1913: 6C-6P.

⁵³⁴ Percentagens baseadas no número de votos obtidos pelo candidato mais votado de cada lista (efectivo ou suplente).

⁵³⁵ Não tomou posse como vereador, apesar de ainda em Novembro de 1914 haver dúvidas quanto à sua elegibilidade e desistência da candidatura. Cf. Sessão de 13 de Novembro de 1914. *Actas das Sessões da Câmara...1914*, p. 482.

(o penúltimo desta lista) alcançado por Feio Terenas, senador da República. Quanto aos candidatos eleitos por cada facção partidária foram eleitos cinco evolucionistas, cinco unionistas e quatro independentes. O derradeiro candidato efectivo, António Dâmaso Teixeira, teve menos 53 votos do que Rombert.

Na Lista do PS o candidato mais votado, o médico José da Costa Júnior, conseguiu mais 21 votantes do que o menos votado. Destaquemos pela positiva o 84.º lugar (4.º desta lista) de António Francisco Pereira e, ao inverso, o 94.º (último desta lista) de Pedro Muralha, ambos candidatos do partido nas eleições de 1908. Encerrando esta análise sucinta, evidencia-se que uma parte (ainda que ínfima) do eleitorado exibia as suas preferências e livre arbítrio, riscando os nomes em que não queria votar; e, de todas as forças políticas os eleitores que votaram na Lista Socialista foram os mais disciplinados (ou menos interventivos) e os eleitores da Lista Neutra os que mais expressaram a sua opinião na hora do sufrágio.

Ao estabelecermos uma comparação entre a votação obtida pelo antigo PRP nas eleições municipais de 1908 (9.134 votos) e estas eleições verifica-se um aumento de 2.081 votos nesta Lista, porém, devido ao desmembramento deste partido deveremos comparar a votação total obtida pelos democráticos acrescidos dos votos conquistados pela Lista Neutra, o que consumava 14.509 votos do eleitorado republicano, mais 5.375 votos do que nas últimas eleições municipais. Igualmente, a votação obtida pelos socialistas relativamente à que tinham conseguido em 1908 foi significativa, pois passaram de 17 para 608 votos, assim, certificando que, implantada a República, o seu eleitorado apostava na força da sua representação eleitoral a nível local, ainda que não conseguisse eleger candidatos; esta ideia é também reforçada pelo facto do PS ter quase duplicado a votação que tinha conquistado nas eleições de deputados (383 votos), duas semanas antes, em que foram às urnas os cidadãos oriundos dos 3.º e 4.º Bairros de Lisboa, este último seria um dos Bairros Administrativos onde este partido teria maior número de eleitores potenciais⁵³⁶.

A taxa de abstenção foi elevada, o que não constituiu nenhuma originalidade. Nestas eleições, encontravam-se recenseados 48.494 eleitores e só 15.117 votaram, assim, a taxa de abstenção foi de 68,8 por cento, classificando de relevante o

⁵³⁶ A nível nacional o PS passou de 3.308 votos (1911) para 1.971 votos nas eleições legislativas de 1913. A razão invocada para o enfraquecimento dos socialistas foi a nova lei eleitoral, que tinha banido muitos socialistas do recenseamento, porque não sabiam ler e escrever. Veja-se “Informação sobre as eleições suplementares realizadas em 16 de Novembro de 1913 enviada ao Bureau Socialista Internacional”, in César Nogueira, *Notas para a história do socialismo...*, p. 219.

desinteresse dos lisboetas pelas eleições administrativas⁵³⁷. Já antes do sufrágio o semanário humorístico, monárquico, *O Talassa*, tinha dado à estampa uma caricatura (Imagem 6) onde se podia ver a cidade de Lisboa sorrindo – com dois corvos no ombro a vigiarem a urna de votação – piscando o olho ao “zézinho” povinho ao mesmo tempo que lhe pedia o voto, mas este (com o olho bem aberto) diz que “por agora” não vota.



Imagem 6 – “Eleições Municipais”. *O Talassa*, n.º 36 (28-11-1913): 1. / HML

Uma parte significativa do abstencionismo radicava-se no afastamento da participação política por parte dos anarquistas e sindicalistas, por exemplo, nas eleições de deputados *O Sindicalista* lançou ataques à vangloriada “cultura cívica”, pois “o bom eleitor conserva-se impassível (...) porque em certo tempo meteu um bocadinho de papel numa caixa, e porque daqui a pouco tempo irá lá meter outro”⁵³⁸. Aliás, quando João de Meneses, em 1913, fez a proposta para a obrigatoriedade de representação dos “sindicatos profissionais” nas edilidades municipais, o mesmo periódico declarou que “a tão receitada mézinha, a ser tomada, não alterará grandemente as coisas, e que, portanto, o melhor é ainda deixar viver os sindicatos sem participação directa na administração pública”⁵³⁹.

⁵³⁷ Uma cifra semelhante à média do concelho de Vila Franca de Xira onde a taxa de abstenção para a câmara municipal atingiu os 70 por cento. Cf. António Pedro Manique, “A eleições administrativas de Vila Franca de Xira...”, p. 24.

⁵³⁸ *O Sindicalista*, 16-11-1913. Citado por Fernando Farelo Lopes, *A I República portuguesa...*, p. 406.

⁵³⁹ *O Sindicalista*, 30-11-1913. Citado por Idem, *Ibidem*.

E, no dia seguinte, o diário evolucionista constatava que em Lisboa “uma ínfima minoria dos eleitores recenseados concorrem a manifestar nas urnas a sua opinião sobre a administração do mais importante município do país”⁵⁴⁰. Contudo, face às últimas eleições municipais de 1908 em que se havia registado uma abstenção de 77 por cento – se bem que realizadas sem a concorrência dos monárquicos, o que afastou alguns republicanos das urnas – verificou-se um aumento de 8,2 por cento no número de votantes nas primeiras eleições camarárias republicanas da capital.

III.7. Sinopse do acto eleitoral de 1913

Na primeira votação administrativa da República a participação eleitoral em Lisboa atingiu os 31,2 por cento, menor que esta percentagem de votantes só tinha ocorrido nas eleições de 1879, com 11,9 por cento; em 1899, com 29,8 por cento e nas últimas eleições municipais monárquicas, em 1908⁵⁴¹. A vitória do abstencionismo nas eleições suplementares foi sustentada pelo candidato evolucionista Alfredo Pimenta (1882-1950), que discorreu sobre a “aparente vitória do governo” que radicava na abstenção, destacando as suas causas: “O descontentamento geral, a falta de confiança na política e nos políticos, o reconhecimento da inutilidade de quaisquer esforços, e, acima de tudo, a intimidação exercida pelos agentes governamentais”⁵⁴². Era nos constrangimentos democráticos – ameaça de opositores nas ruas e/ou em reuniões políticas e a censura jornalística – que a oposição radicava o incremento da abstenção eleitoral, mormente na capital⁵⁴³.

O PRP também tinha sido acusado de ter controlado as eleições gerais parciais de 1913. Contudo, é necessário considerar, como sugeriu Douglas Wheeler, que esta vitória radicou em três razões inatas: a sua maior e mais eficaz organização política; as revoltas monárquicas de Outubro desse ano tinham-lhe granjeado mais simpatizantes; e, o eleitorado português tinha por hábito votar no partido que ocupava o Poder, porque este representava empregos e compadrio⁵⁴⁴.

⁵⁴⁰ “As eleições de ontem”. *República*, 1-12-1913, p. 1.

⁵⁴¹ Cf. Portugal.MF.DGE, *Censo eleitoral da cidade de Lisboa...*, p. 49 e 57.

⁵⁴² “As últimas eleições”. *República*, 25-11-1913, p. 1.

⁵⁴³ Cf. Machado Santos, *A ordem pública...*, p. 35; “Realizam-se ontem em Lisboa e na província as eleições suplementares...”. *República*, 17-11-1913, p. 1.

⁵⁴⁴ Douglas L. Wheeler, *História política de Portugal (1910-1926)*, [ed. inglesa 1978], 2.^a ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 2010, p. 127.

Além disso, a nível nacional a organização partidária dos evolucionistas era débil, mesmo quando viveram o seu período mais forte, em 1914-1915, conseguiram apenas ter seis juntas distritais, e num único distrito (Viana do Castelo) possuíam juntas municipais em todos concelhos. No distrito de Lisboa, em 1914, tinham nove juntas municipais (37,5%), entre estas figurava a da capital, onde também quase conseguiam o pleno com 41 em 42 juntas paroquiais (97,6%)⁵⁴⁵. Quanto ao Partido Unionista no seu apogeu teria tido 4.000 a 5.000 militantes, era constituído em parte por um grupo da elite da classe média e da classe alta, entre os oficiais e o funcionalismo público⁵⁴⁶; possuía também uma base de apoio no Alentejo, espaço dos grandes proprietários rurais, donde era natural Brito Camacho.

Os partidos da oposição republicana não possuíam uma implantação eleitoral forte a nível regional e local. A comprová-lo o facto de nas eleições municipais de 1913 os democráticos terem assegurado, logo à partida, a vitória em 70 concelhos, porque foram os únicos que neles apresentaram listas⁵⁴⁷. Ainda na véspera do escrutínio *A Capital* discorria sobre a força insignificante da oposição contra a hegemonia dos democráticos; que ficava atestada no facto do PRP apresentar as suas listas, sozinho, em 193 concelhos, ao passo que os evolucionistas apresentaram-se sós, em 29, e os unionistas em 12 municípios. Os dois coligados, em 6. Os evolucionistas, unionistas e socialistas unidos, em 3. Os evolucionistas com os socialistas, em 1. Os evolucionistas associados com os unionistas e monárquicos, em 41. Os socialistas sozinhos, em 4. Os monárquicos sós, em 10 concelhos. Os evolucionistas em conjunção com monárquicos, em 10, e os unionistas com idêntico acordo, em 3. Apareceram listas de independentes em 20 concelhos.

Somente em 47 municípios, os partidos evolucionista e unionista, sozinhos ou coligados, conseguiram apresentar uma lista da oposição contra o PRP. De realçar o surgimento de listas retintamente monárquicas em 10 concelhos, e mais 20 de independentes que, para este diário da noite, eram monárquicos que ainda hesitavam em apresentar-se “de frente descoberta”. Em face desta situação considerava-se urgente a organização dos partidos da oposição, através do robustecimento das relações

⁵⁴⁵ Por exemplo, no concelho do Porto só detinham quatro juntas paroquiais (26,6%). Cf. Fernando Farelo Lopes, “Partidos e representação política no período liberal em Portugal”, in Portugal.AR/BNP, *Respublica: cidadania...*, p. 266; Fernando Farelo Lopes, *A I República portuguesa...*, p. 465 [Quadro 12].

⁵⁴⁶ Douglas L. Wheeler, *op. cit.*, p. 174.

⁵⁴⁷ “Aspectos das eleições: o prestígio do Partido Republicano Português...”. *O Mundo*, 29-11-1913, p. 1.

partidárias, da congregação de princípios e esforços para criar “não a aparência de uma força, mas uma força real que é absolutamente indispensável ao equilíbrio do regime”⁵⁴⁸.

Não é assim surpreendente que nas eleições administrativas o Partido Democrático tenha conquistado a maioria em 204 (70,1%) dos 291 concelhos de Portugal (metrópole); quanto aos restantes concelhos 57 (19,6%) foram entregues aos evolucionistas e unionistas e 30 (10,3%) ficaram nas mãos das *listas de concentração ou neutras*, a maioria listas republicanas, sendo raríssimas as monárquicas que, por exemplo, venceram em Barcelos. Das 21 capitais de distrito do continente os democráticos venceram em 19 (90,5%), somente Coimbra e Vila Real⁵⁴⁹ ficariam nas mãos da oposição⁵⁵⁰.

Em Lisboa como vimos a vitória dos democráticos nas eleições locais foi estrondosa e expectável face aos resultados do sufrágio dos deputados. Os grandes derrotados foram os evolucionistas, não por terem conquistado a minoria, mas por não a conquistarem sozinhos, redundando num erro estratégico a sua coligação com os unionistas e com independentes. A aliança entre o PRE e a UR nunca poderia suplantar a votação do PRP que ficaria com a maioria; assim sendo os evolucionistas que eram a segunda força partidária na capital (e a nível nacional) tinham assegurada a eleição dos catorze edis da minoria. Só o desconhecimento do mecanismo do sistema eleitoral (ou a incúria) poderia ter levado o Directório evolucionista a sancionar a lista de coligação, que resultaria na eleição de cinco vereadores evolucionistas, o mesmo número de unionistas, mais os quatro independentes. Sabemos que este acordo de conjunção foi efectuado antes de se saber o resultado das eleições de deputados, todavia, depois de conhecido este sufrágio os evolucionistas deveriam ter apresentado uma lista com

⁵⁴⁸ “A situação dos partidos”. *A Capital*, 29-11-1913, p. 1.

⁵⁴⁹ Em Vila Real, nas eleições administrativas a vitória eleitoral coube à Lista Neutra (evolucionistas, unionistas e independentes) com 1.333 votos contra 1.023 da Lista Democrática. Cf. Joaquim Ribeiro Alves, “A República em Vila Real (III)”, pp. 262-263.

Ao inverso, em Anadia os democráticos venceram com uma maioria de 140 votos contra a Lista monárquica. Ver Nuno Rosmaninho, *Anadia durante a Primeira República...*, p. 48.

⁵⁵⁰ Veja-se “A propósito das eleições realizadas em 1913”. *Boletim do Partido Republicano Português*, n.º 2 (1915), pp. 416-419 e 440.

O concelho de Sintra foi um dos que o PRP conquistou a maioria, feito que repetiria em todos os actos eleitorais, excepto nas eleições municipais de 1922. Cf. Maria Cândida Proença, *Eleições municipais...*, pp. 42-52.

catorze candidatos (e não quarenta), dos quais a maioria fossem do seu partido, cedendo alguns lugares aos unionistas e independentes⁵⁵¹.

Relativamente ao PS já verificámos que apesar de não ter conseguido a minoria municipal a sua votação aumentou consideravelmente em Lisboa, assim como a nível nacional em que os resultados alcançados nas eleições administrativas foram muito melhores do que os conquistados nas eleições de deputados, obtendo o seguinte escrutínio: juntas distritais - 1.224 votos, 2 eleitos efectivos e 23 substitutos; câmaras municipais - 3.021 votos, 33 efectivos e 50 substitutos; juntas de freguesias - 22 efectivos⁵⁵²; a este aumento de votos não terá sido alheia a eleição de deputados e senadores socialistas.

A Comissão Administrativa de 1913, composta por apoiantes do Partido Democrático não só superintendeu as eleições administrativas de Lisboa deste ano, como a maioria dos seus membros foram candidatos eleitos, pela maioria, na vereação que lhe sucedeu na gerência dos destinos camarários. A Lista do PRP também venceu a eleição para a Junta Geral de Distrito na capital ficando a minoria pertença da Lista Neutra. No que concerne as eleições para as juntas paroquiais de 14 de Dezembro de 1913, o nível de abstenção foi mais elevado situando-se nos 73,5 por cento⁵⁵³. A vitória, mais uma vez, pertenceu ao PRP, conquistando nalgumas freguesias a maioria e a minoria, através do desdobramento e noutros casos porque não houve oposição⁵⁵⁴. A hegemonia incontestável deste partido, a partir das eleições de deputados e locais de 1913, tornar-se-ia numa verdadeira «ditadura de partido»⁵⁵⁵ para o campo político da oposição.

⁵⁵¹ Em 1915 Leão Azedo defendeu que esta era a estratégia que o PRE deveria ter seguido; e também sustentou que o PRP deveria ter desdobrado parcialmente, para “arrancar 3 ou 4 vereadores” à minoria. Este autor indica erroneamente que foram eleitos dois vereadores unionistas. Cf. Leão Azedo, *op. cit.*, pp. 26 e 118.

⁵⁵² César Nogueira, *Notas para a história do socialismo...*, p. 112.

⁵⁵³ Portugal.MF.DGE, *Censo eleitoral da cidade de Lisboa...*, p. 81.

⁵⁵⁴ Ver “As eleições de ontem: novas juntas de paróquia”. *O Mundo*, 15-12-1913, pp. 1-2.

⁵⁵⁵ Cf. Manuel Baiôa, “Partidos e sistema partidário...”, p. 29.

CAPÍTULO IV

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 4 DE NOVEMBRO DE 1917

IV.1. Contexto sociopolítico do acto eleitoral

Estas eleições foram efectuadas no âmbito da Grande Guerra. Este ano foi iniciado sob o signo do Governo da *União Sagrada* (Março de 1916 a Abril de 1917), presidido por António José de Almeida que, ao contrário do que a nomenclatura indicava, não era um Ministério nacional, face à recusa dos unionistas em participarem sem a presença dos socialistas e monárquicos, mas era constituído por quatro evolucionistas, cinco democráticos e um independente. Os seus objectivos foram a união dos portugueses em torno dos valores republicanos e patrióticos, bem como a preparação da nação para o esforço de guerra.

Compenetrado nesta missão nacional o Governo criou a Comissão Central de Subsistências e ordenou a inspecção militar a todos os homens com idade inferior a 45 anos para a mobilização geral que iria constituir o Corpo Expedicionário Português (CEP), cujo primeiro contingente partiria para Flandres em 19 de Janeiro de 1917, que seria conhecido pelos anti-guerristas como “Carneiros Exportados de Portugal”⁵⁵⁶. Apesar da propaganda patriótica e da censura à imprensa, muitos portugueses não compreendiam esta participação na guerra, nomeadamente os oficiais conservadores, que conheciam as debilidades do exército português. Ao contrário, os intervencionistas, deputados, vereadores⁵⁵⁷, médicos, jornalistas e outros simpatizantes dos democráticos (que lideravam a corrente guerrista), ofereceram-se como voluntários para a Guerra, com a devida propaganda nos jornais⁵⁵⁸.

Os motins e greves que ocorreram em 1916 culminariam a 13 de Dezembro com a revolta de Machado Santos, que acabou sendo preso, ficando detido em Fontelo. A

⁵⁵⁶ Vasco Pulido Valente, *A «República Velha»...*, p. 92.

⁵⁵⁷ Um antigo edil e um vereador em exercício participaram na Grande Guerra, a saber: António Aurélio da Costa Ferreira, alferes-médico miliciano, vereador na primeira câmara republicana da capital; e António dos Anjos Corvinel Moreira, oficial-médico na marinha, edil em exercício (vereeção de 1914-1917).

⁵⁵⁸ Em Setembro de 1917 anti-guerristas e monárquicos colocariam em circulação, em Lisboa, o famoso panfleto anónimo “*Rol da Desonra*”, denunciando que os propagandistas democráticos em vez de estarem nas trincheiras, se passeavam por Paris, no tranquilo quartel-general. Cf. Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e sidonismo: história de um caso político*, Vol. II, Coimbra, IUC, 2006, p. 51; Miguel Dias Santos, *A contra-revolução na I República (1910-1919)*, Coimbra, IUC, 2010, p. 361.

este pronunciamento seguir-se-ia a tentativa de golpe do coronel Botelho Moniz, em 22 de Janeiro de 1917. Era por demais evidente o mal-estar contra o Governo e António José de Almeida demitiu-se, em Abril, passando os evolucionistas a apoiar no Parlamento o novo Ministério democrático chefiado por Afonso Costa (Abril de 1917 a Dezembro de 1918), este Governo seria o último a ser presidido por este caudilho republicano e, como sugeriu José Adelino Maltez, sofreu os efeitos “dos três cavaleiros do Apocalipse, da *fome*, da *peste* e da *guerra*”⁵⁵⁹, num tempo de desmedida agitação social. O isolamento e o cerco aos democráticos eram por demais evidentes.

Em Maio de 1917 o Governo estava completamente afastado “da nação, do exército, do partido que o devia sustentar e até do seu fiel «povo republicano»”⁵⁶⁰. Neste mês, no dia 13, a falta de pão em Lisboa originou o encerramento de algumas padarias; nesse dia duas delas foram assaltadas pelo povo que levou todo o pão existente. No dia seguinte, a maioria destes estabelecimentos estavam encerrados, por falta de farinha e, os que estavam abertos, foram objecto de assaltos populares. A partir do dia 15 foi proibido o fabrico de bolos e pastéis na capital.

Perante o açambarcamento e a especulação que resultaram na continuada falta e carestia de géneros alimentícios, principalmente do pão, base da alimentação, os lisboetas, no sábado, dia 19, procuraram a batata, utilizada em sua substituição; nesse dia este tubérculo foi vendido pelo dobro do preço usual (de 6 para 12 e 14 centavos)⁵⁶¹; à noite iniciaram-se os assaltos às lojas de comestíveis. Neste dia e no seguinte, a designada «revolta da batata», atingiu o seu zénite: o povo esfomeado (mulheres e crianças inclusive) assaltou padarias, armazéns e mercearias, levando tudo o que encontrou. Na zona da Baixa escaparam ao assalto popular poucos estabelecimentos, estendendo-se a revolta a Campo de Ourique, Campo Grande, Alcântara e à zona de Xabregas e Beato⁵⁶². A GNR e a polícia cívica foram incapazes de conter os inúmeros

⁵⁵⁹ José Adelino Maltez, *Tradição e revolução...*, Vol. II, p. 231.

⁵⁶⁰ Vasco Pulido Valente, *A «República Velha»...*, p. 101.

Como bem definiu este autor o «povo republicano» do 5 de Outubro era uma massa heterogénea que ia desde a elite intelectual da pequena burguesia urbana, aos lojistas, funcionalismo público, empregados de serviços, caixeiros, trabalhadores especializados, operários fabris, rendeiros, proprietários rurais e todos os que por algum motivo se queixavam contra o «existente», veja-se Vasco Pulido Valente, “«A revolta dos abastecimentos»: Lisboa, Maio de 1917”, in *Tentar Perceber*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981, p. 175 e segs.

⁵⁶¹ Cf. “A falta de pão”. *A Capital*, 13-05-1917, p. 2; “A questão do pão”. *Ibidem*, 14-05-1917, p. 2; “A falta de pão”. *Ibid.*, 15-05-1917, p. 2; “Idem”. *Ibidem*, 16-05-1917, p. 2; “A questão do pão”. *Ibid.*, 19-05-1917, p. 2.

⁵⁶² “A questão das subsistências: estabelecimentos assaltados”. *A Capital*, 20-05-1917, p. 1.

assaltos populares por toda a cidade e no Beato e no Poço do Bispo os revoltosos tiveram ao seu lado a guarda-fiscal. Os proprietários de lojas e armazéns assaltados entregaram queixas pelos prejuízos no Governo Civil, também foram assaltadas ourivesarias, alfaiatarias e sapatarias. No dia 20 os sindicatos fizeram um comício de protesto no Parque Eduardo VII, o confronto com a GNR provocou mortos e feridos. Foi declarado o estado de sítio em Lisboa que perduraria até ao dia 31 deste mês. No dia 21, repetiu-se o cenário e nas zonas dos grandes armazéns do Poço do Bispo, Beato e Xabregas via-se «na rua, por todos os lados, restos de arroz, feijão, grão e outros géneros. Anda-se a custo, porque as ruas estão cheias de azeite»⁵⁶³. Três dias de revolta que tragicamente resultaram em 22 mortos e mais de 50 feridos, segundo dados oficiais⁵⁶⁴. A partir deste ano tornou-se rotineiro o uso de armas de fogo contra os protestos sociais; o comportamento da GNR que agrediu crianças à coronhada bem como pessoas ordeiras, nas ruas de Lisboa, foi desaprovado por muitas pessoas⁵⁶⁵.

No Parlamento, José da Costa Júnior, deputado socialista, atacou o Ministério pela brutalidade da repressão sobre o que classificou de “movimento de famintos”, também Brito Camacho, perante as justificações de Afonso Costa que alegou motivos políticos para a revolta, defendeu que “o movimento foi de famintos, porque o pão escasseou em Lisboa até ao ponto de deixar sem alimentos milhares de famílias”⁵⁶⁶. As actas das sessões da Comissão Executiva do município (relativas às reuniões dos dias 17 e 24 de Maio) estranhamente, ou não, pois a maioria dos seus membros eram democráticos, não registaram qualquer menção a esta revolta.

Como bem mencionou Pulido Valente eram desmedidas as divisões no seio dos republicanos. O «povo republicano» confrontou-se em Maio de 1917 nas ruas de Lisboa: “os homens das profissões liberais não apareceram nas ruas, excepto no papel de responsáveis pela ordem. Os funcionários públicos também não. Os omnipresentes lojistas da *propaganda* e do terror apareceram: eram eles os donos das 186 lojas

Já mencionámos que numa tentativa de colmatar esta situação o jornal *O Século*, em colaboração com as juntas de paróquia, tinha inaugurado a primeira «Sopa dos Pobres», em Abril; iniciativa que se estendeu a outras freguesias onde “os gritos de fome” já começavam a “incomodar” a capital e lhe podiam “perturbar o sossego”, in “A «Sopa para os Pobres»”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 581 (1917), p. 297.

⁵⁶³ Ver “A questão das subsistências”. *A Capital*, 21-05-1917, p. 2; “Última hora...”. *Ibid.*, 22-05-1917, p. 2.

⁵⁶⁴ António José Telo, *Primeira República: I: do sonho...*, p. 342.

Segundo o embaixador britânico em Lisboa teriam morrido “pelo menos duzentas pessoas”, Cf. Douglas L. Wheeler, *História política...*, p. 155.

⁵⁶⁵ Diego Palacios Cerezales, *Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX, Lisboa*, Tinta da China, 2011, p. 239.

⁵⁶⁶ “Câmara dos deputados”. *A Capital*, 22-05-1917, p. 2.

assaltadas, que resistiram a tiro aos seus velhos companheiros e cúmplices e de cujo bolso saíram 1500 contos de presumíveis prejuízos. O «povo» dos assaltantes resumia-se aos trabalhadores e aos empregados mais pobres, a quem o PRP deixara de servir de protecção”⁵⁶⁷. O Governo tinha-se revelado inapto para resolver o problema das subsistências, da carestia de vida e da desmedida repressão das forças da ordem. A falta de unidade dos democráticos também foi visível no Congresso anual do PRP, que decorreu no teatro de S. Carlos, de 1 a 3 de Julho, onde se ouviram vozes discordantes com a política do partido; o director do jornal *Portugal*, órgão dos democráticos de esquerda, chegou a ser expulso do Congresso⁵⁶⁸, evento a que não deve ser alheio o facto de ser através deste periódico que os democráticos esquerdistas apelavam aos seus correligionários para abandonarem o PRP e criarem um partido radical-socialista⁵⁶⁹.

Em Lisboa, dois meses após a «revolta da batata» agudizou-se a contestação social ligada à luta sindical pelo aumento dos vencimentos. De 7 a 18 de Julho houve uma greve dos trabalhadores da construção civil; do dia 12 para 13 os grevistas resistiram ao cerco da GNR e da polícia à sua sede, na Calçada do Combro, com tiros e bombas que provocaram vítimas; efectuaram-se mais de 1.200 prisões e foi novamente declarado o estado de sítio⁵⁷⁰; por fim, o Ministério cedeu libertando os presos e aceitando os aumentos salariais. Em Agosto ocorreu a greve dos trabalhadores da Companhia das Águas, e a cidade ficou sem água vários dias. No dia 1 de Setembro a paralisação dos correios-telégrafos levou à substituição dos seus funcionários por escoteiros e alistados das Sociedades de Instrução Militar Preparatória⁵⁷¹, resultando no caos com os telegramas e a correspondência a não serem entregues. Muitos grevistas foram presos.

No dia 8 de Setembro, após reuniões infrutíferas com o Governo, a União Operária Nacional, revigorada pela luta operária, convocou uma greve geral solidariedade. Os trabalhadores da Carris, os condutores de trens e de caleches paralisaram os transportes. O comércio quase fechou, somente no dia 11 as lojas reabriram (excepto ourivesarias) e alguns eléctricos circularam. Dos dias 7 a 11 do mesmo mês os tipógrafos aderiram à greve e os lisboetas ficaram sem jornais, isolados,

⁵⁶⁷ Vasco Pulido Valente, *A «República Velha»...*, p. 106.

⁵⁶⁸ Cf. “Ecos do Congresso”. *A Capital*, 2-07-1917, p. 2; “No paraíso”. *Ibidem.*, 3-07-1917, p. 2; “Uma moção curiosa”. *Ibid.*, 4-07-1917, p. 1.

⁵⁶⁹ Douglas Douglas L. Wheeler, *op. cit.*, p. 163.

⁵⁷⁰ “A greve da construção civil”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 596 (1917), p.67.

⁵⁷¹ Veja-se “Os últimos acontecimentos”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 603 (1917), p. 216.

sem notícias do país e do mundo em guerra. O Ministério desta vez não cedeu e a UON acabou por recuar. No dia 12 de Setembro a situação tendia a normalizar-se com alguns funcionários dos correios-telégrafos a retomaram o serviço, mediante a condição do Governo libertar os colegas que se encontravam presos⁵⁷². No dia 16 todos os funcionários estavam ao serviço. Porém, os prejuízos causados pelo extravio, violação e roubo de correspondência provocados por esta greve foram incomensuráveis, numa época em que as encomendas postais chegavam à capital em número crescente. O Ministério afonsista deixava transparecer a ideia de que os movimentos operários se relacionavam com os inimigos do regime; aliás, durante a guerra, segundo Alice Samara, “chegou a ser referido que os operários eram pagos com ouro alemão. De inimigos do regime, os operários passaram a traidores”⁵⁷³.

Neste horrendo ano de 1917, a entrada no palco de guerra, a «questão das subsistências» e o clima de revolta social e repressão governamental afastou ainda mais a população do Governo. Dos anarco-sindicalistas, passando por alguns membros do Partido Democrático, até aos monárquicos integralistas⁵⁷⁴, a oposição ao Ministério era efectiva e progressiva. O prenúncio desta falta de apoio político iria traduzir-se no resultado das eleições municipais de Novembro de 1917; em que, ao contrário do que era habitual, o partido do Poder não venceu a nível nacional.

O receio de qual seria o resultado eleitoral das eleições administrativas tinha levado o Ministério da *União Sagrada* (depois de as ter convocado, em Setembro de

⁵⁷² “O conflito telégrafo-postal”. *A Capital*, 11-09-1917, pp. 1-2.

⁵⁷³ Maria Alice Samara, “A questão social: à espera da «Nova Aurora»”, in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República...*, p. 159.

⁵⁷⁴ Integralismo Lusitano (1914-1922). Grupo constituído por jovens monárquicos, exilados depois das incursões de 1912. Em 1913 surgiu na Bélgica a revista *Alma Portuguesa*, a primeira a reivindicar-se deste movimento intelectual e político. A sua actividade em Portugal alargou-se depois do regresso dos exilados monárquicos, após a amnistia de 1914, lançando-se neste ano *A Nação Portuguesa*. Entre 1914 e 1917 o Integralismo difundiu-se rapidamente, em especial entre os estudantes universitários de Coimbra. Em 1916 fundou-se a primeira Junta Central do Integralismo Lusitano, constituída por António Sardinha, Alberto Monsaraz, Hipólito Raposo, João do Amaral, Luís de Almeida Braga, Pequito Rebelo, Rui Ulrich e Xavier Cordeiro. Alfredo Pimenta era outro dos nomes que se juntou desde o início ao Integralismo (1915). Nunca foi um movimento de massas, mas sim de elites; uma organização que uniu elementos da antiga nobreza, latifundiários e os seus filhos universitários. Os seus objectivos eram um regresso ao Portugal pré-liberal, opondo-se ao Estado moderno, advogavam o regresso ao período áureo dos descobrimentos. Em 1922 a Junta Central declarou a auto-dissolução deste movimento, porém, a sua influência perdurou durante alguns anos. Cf. António José Telo, *Decadência e queda da I República...*, Vol. I, pp. 52-60.

A sua proposta política era a da “monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar, articulando uma tendência centralizadora, que incidia sobre a economia, a família e a justiça, concebidas como um todo orgânico enquanto «nação organizada»”, in Miguel Dias Santos, *A contra-revolução...*, 2010, p. 210.

1916, para o dia 5 de Novembro) a decretar o seu adiamento⁵⁷⁵ *sine die*, a 2 de Novembro, três dias antes do dia marcado para o sufrágio. O falso pretexto evocado para esta protelação foram as perturbações de ordem pública e terem sido avistados submarinos alemães, na costa algarvia, conforme foi declarado na Câmara dos Deputados, por António José de Almeida, então presidente do Governo, acrescentando que as eleições teriam lugar o “mais depressa possível, dentro de poucas semanas talvez”, assim que a situação o permitisse; e que o Ministro do Interior iria reconduzir os actuais corpos administrativos até 1 de Julho de 1917⁵⁷⁶.

O democrático Barbosa de Magalhães (1879-1959) e o evolucionista Vasco de Vasconcelos (1880-1950) consideraram estas justificações compreensíveis, como seria expectável para os representantes dos partidos do Poder. Quanto ao líder dos unionistas, Brito Camacho, desvalorizou os pretextos invocados e alvitrou que o escrutínio tinha sido adiado para evitar uma crise ministerial, que sucederia se porventura ganhasse um partido do Governo em prejuízo do outro. Mais longe iria o unionista Jorge Nunes (1878-1936) ao considerar infundados estes adiamentos por causa de revoltas ou bombas no Minho, pois segundo ele em época de eleições já tinham rebentado petardos perto do Parlamento e “nem as bombas de Lisboa, nem as perturbações de Lisboa foram aduzidas pelo Governo para adiar as eleições”; além disso, não compreendia como é que iriam ser reconduzidos os vereadores democráticos do Município lisbonense se tinham sido excluídos das listas de candidatos do Partido Democrático “por incompetentes ou por negligentes”⁵⁷⁷. Identicamente o socialista, José Fernandes Alves, n’*O Combate*, classificou que este adiamento era “ofensivo do decoro da cidade” de Lisboa, porque a “actual câmara municipal deu provas de inépcia nos seus três anos de gerência”⁵⁷⁸.

Em Março do ano seguinte António José de Almeida, interpelado sobre este assunto, reafirmou o interesse do Ministério em cumprir o decreto de adiamento das eleições administrativas, que estipulava a prorrogação de funções dos corpos administrativos até 1 de Julho de 1917⁵⁷⁹. Em Abril do mesmo ano, quando do discurso

⁵⁷⁵ Ver Decreto n.º 2.641. *Diário do Governo*, I Série, n.º 193, de 22 de Setembro de 1916, p. 897; Decreto n.º 2.721. Suplemento *Diário do Governo*, I Série, n.º 222, de 2 de Novembro de 1916, s.p.

Anteriormente já tinham sido adiadas as eleições administrativas do distrito de Angra do Heroísmo para o mês de Dezembro, a pedido de governador civil deste concelho “por falta e irregularidade de comunicações marítimas”. Cf. Decreto n.º 2.720. *Diário do Governo*, I Série, n.º 222, de 2 de Novembro de 1916, s.p.

⁵⁷⁶ Sessão de 8 de Novembro de 1916. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 5.

⁵⁷⁷ Sessão de 8 de Novembro de 1916. *Diário da Câmara dos Deputados*, pp. 13-14.

⁵⁷⁸ J. Fernandes Alves, “Uma proeza do regime”. *O Combate*, 12-11-1916, p. 1.

⁵⁷⁹ Sessão de 20 de Março de 1917. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 10.

de Afonso Costa como chefe do Governo, este foi interpelado sobre a urgência da convocação das eleições municipais, pois, segundo Brito Camacho, estas contribuiriam para “apagar um certo mal-estar, um certo espírito de rebeldia que existe no país pelo facto de se ver a administração municipal entregue abusivamente a quem já a não pode ter”. Na mesma sessão também o PS apresentou uma declaração em que defendeu que as eleições deveriam realizar-se “o mais breve possível para tranquilidade do país, porque as câmaras municipais estão esgotadas, tendo a Câmara Municipal de Lisboa e outras reclamado a sua substituição”⁵⁸⁰. A resposta de Afonso Costa foi contrária à convocação destas eleições; porém, afirmou que o Ministério iria estudar este assunto, ressaltando que a sua opinião era “tanto mais insuspeita, quanto é certo que, estando o seu partido no poder, seria do presumir que as eleições lhe fossem favoráveis”⁵⁸¹.

Em Maio foi o evolucionista Alberto de Moura Pinto (1883-1960) que discorreu verrioso sobre esta questão:

“São dezenas de municípios que todos os dias reclamam contra os seus representantes democráticos. Medite S. Exa. nisto, Sr. Ministro do Interior! É o próprio município de Lisboa, onde S. Exa. tem tantos correligionários, que está mal visto da cidade. E não é só da cidade Lisboa, mas da maioria dos correligionários de S. Exa. E será caso para se dizer que cúmulo de câmara é esse onde não há maneira de encontrar um eco de simpatia, nem mesmo aquele que a gente do poder tem facilidade em arranjar. Mas o adiamento das eleições tende a evitar lutas intestinas no Partido Democrático ou a simplificar o problema político da Câmara Municipal de Lisboa no seu aspecto meramente partidário? Que me interessa isso a mim? Que interessa isso ao país?”⁵⁸².

Finalmente neste mês, na sessão de dia 9, de seria aprovada, pela maioria, a prorrogação de funções dos corpos administrativos por mais dois meses, estipulando que as eleições deveriam ter lugar em data que permitisse a tomada de posse dos novos

⁵⁸⁰ Um grupo de vereadores democráticos, liderados por Ernesto Navarro, a despeito da Comissão Executiva da CML, chegou a apresentar uma moção para que fosse apresentada uma proposta ao Parlamento no sentido de não desejar a edilidade “continuar o seu mandato além do prazo para que fora eleita [31 de Dezembro de 1916] e dando-lhe a liberdade de autorizar o Governo a nomear uma Comissão Administrativa”, que assumisse a gestão municipal no primeiro dia útil de Janeiro de 1917. Contrariando esta ideia os membros da Comissão Executiva apresentaram outra proposta onde manifestavam ao Governo “o desejo de que a eleição dos novos Corpos Administrativos se faça no mais curto espaço de tempo, a fim de que seja substituída pelos novos eleitos”, in Sessão de 29 de Novembro de 1916. *Actas das Sessões da Câmara Municipal...* 1916, pp. 632-643.

⁵⁸¹ Sessão de 26 de Abril de 1917. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 23, p. 26 e 29.

No VIII Congresso Nacional do PS, realizado de 23 a 25 de Junho de 1917, foi aprovado uma consulta sobre a atitude dos eleitos socialistas nas corporações administrativas, perante um segundo adiamento das eleições: “os representantes do partido socialista não abandonem o desempenho do seu mandato, senão no acto da entrega dos novos representantes que forem eleitos para os substituir, ou quando sejam coagidos pela violência”, in César Nogueira, *Resumo histórico...*, p. 70.

⁵⁸² Sessão de 8 de Maio de 1917. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 20.

corpos administrativos a 2 de Janeiro do ano seguinte⁵⁸³. Interessante foi o debate sobre a proposta de lei deste adiamento no Parlamento com toda oposição a defender serem inúteis as razões invocadas para este acto (impossibilidade de cumprimento de prazos legais da lei eleitoral e de ordem pública) que era ainda mais incompreensível porque se realizariam eleições gerais suplementares⁵⁸⁴. Para os parlamentares da oposição a verdadeira razão para o adiamento residia no facto dos democráticos recearem perder as eleições municipais; por isso, esta proposta foi considerada uma “violência do Poder executivo”, contra vereações “ansiosas por deixarem os seus mandatos, porque se sentem cansadas de desempenhar a difícil missão de que foram incumbidas”⁵⁸⁵.

A pressão sobre este assunto continuaria no mês seguinte com Brito Camacho a ameaçar com a vinda para a rua dos unionistas em protesto, pois “vai chegando a hora daqueles que são republicanos dizerem ao Sr. Presidente do Ministério e chefe do Partido Democrático que basta de tirania, que basta de violência, impedindo por todas as formas que o país se afunde nesta vergonha”⁵⁸⁶. As eleições municipais seriam enfim convocadas em Setembro deste ano. Observemos como decorreu o acto eleitoral em Lisboa.

IV.2. Forças políticas e candidatos a vereadores

Nestas eleições municipais o número de candidatos a eleger para o Município de Lisboa era de trinta e seis edis efectivos (menos dezoito do que em 1913) e respectivos substitutos, segundo o estipulado na Lei n.º 621, de 23 de Junho de 1916. Nesse ano o Decreto n.º 2.887, de 21 de Outubro, consagrou que a lista de candidatos se fixaria em vinte sete indivíduos que constituiriam a maioria municipal, passando a minoria a eleger nove candidatos.

⁵⁸³ Cf. Lei n.º 689. *Diário do Governo*, I Série, n.º 75, de 15 de Maio de 1917, p. 345.

⁵⁸⁴ Se bem que a explicação, segundo alguns deputados, se pudesse encontrar no facto de as eleições suplementares de deputados e senadores se fazerem/prepararem no Ministério do Interior. Facto, prontamente, desmentido pelo Ministro do Interior que declarou: “Este Governo segue o caminho dos Ministérios que o antecederam no regime republicano – excepto o do Sr. Pimenta de Castro – afirmando que as eleições não se fazem no Ministério do Interior”, in Sessão de 1 de Maio de 1917. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 11.

⁵⁸⁵ Veja-se Sessões de 1 e de 8 de Maio de 1917. *Diário da Câmara dos Deputados*, pp. 9- 14 e 18-30; e a Sessão de 10 de Maio de 1917. *Diário do Senado*, pp. 11-16.

⁵⁸⁶ Sessão de 6 de Junho de 1917. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 13.

As eleições administrativas para as juntas gerais de distrito e para as câmaras municipais do continente foram convocadas pelo Decreto n.º 3.380, de 22 de Setembro de 1917, para o dia 4 de Novembro⁵⁸⁷. Quanto ao prazo para as candidaturas a vereadores, recapitulemos, que segundo a Lei n.º 314, de Junho de 1915, a apresentação de candidaturas fazia-se até seis dias antes das eleições, perante o juiz da 1.ª vara cível em Lisboa (e Porto). Após a conclusão da apresentação das listas de candidaturas o presidente do município, ou seu vereador delegado, anunciava o nome dos candidatos por edital. Se depois desta apresentação houvesse vagas (por morte, inelegibilidade ou desistência) estes poderiam ser substituídos, até três dias antes das eleições (art.º 10.º)⁵⁸⁸; assim, houve uma redução de dois dias nos prazos de apresentação e substituição de candidaturas fixados nas eleições locais anteriores. Contudo, no caso das eleições administrativas, segundo os acórdãos do Supremo Tribunal de 28 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1914, não era indispensável a apresentação de candidaturas⁵⁸⁹.

A este escrutínio apresentar-se-iam cinco listas: a Lista do Partido Democrático, a Lista Neutra (coligação da União Republicana com independentes), a Lista da Cidade (monárquica), a Lista do Partido Evolucionista e a Lista do Partido Socialista, competindo as duas últimas à minoria municipal.

Já abordámos a situação política em que se encontravam o PRP e o seu Governo, criticados por toda a oposição e sem o apoio da “rua” republicana, num período temporal de profunda crise política e económico-social, em que grassava o ódio a Afonso Costa e à hegemonia do PRP. Contudo, a máquina partidária democrática não teve dificuldade em encontrar candidatos para as Listas do PRP para a vereação e Junta Geral que eram “exclusivamente” constituídas por democráticos, porque “Intelectuais, industriais, comerciantes, professores, homens de inteligência, de estudo e de carácter, fácil foi encontrá-los entre os que seguem a nossa política, preconizam as nossas ideias, defendem os nossos processos de governo e a nossa administração”. O “solene compromisso” que o Directório rectificou era a de “a categoria moral e a competência

⁵⁸⁷ Decreto n.º 3.380. *Diário do Governo*, I Série, n.º 163, de 22 de Setembro de 1917, p. 886.

Pelo mesmo decreto as eleições das juntas de freguesia no continente foram marcadas para o dia 11 de Novembro, e nas ilhas adjacentes realizar-se-iam nos dias 18 e 25 do referido mês, respectivamente. Contudo, as eleições das juntas de freguesia no continente e nas ilhas foram posteriormente adiadas, respectivamente, para os dias 18 de Novembro e 2 de Dezembro. Cf. Decreto n.º 3.506. *Diário do Governo*, I Série, n.º 190, de 3 de Novembro de 1917, p. 1065.

⁵⁸⁸ Cf. Lei n.º 314. *Diário do Governo*, I Série, n.º 102, 1 de Junho de 1915, p. 483.

⁵⁸⁹ Cf. “Eleições: dos corpos administrativos”. *O Século*, 21-05-1919, p. 1.

profissional dos eleitos determinarão a escolha dos eleitores”⁵⁹⁰. Na apresentação os candidatos democráticos “causaram a melhor impressão”, pois “o povo republicano compreende que os nomes neles publicados são de bons portugueses amigos da Pátria e da República”⁵⁹¹.

A Lista Democrática foi apresentada pela primeira vez no dia 28 de Outubro e não sofreu quaisquer modificações. Era composta de “homens novos, sinceramente republicanos, que à Pátria e à República têm prestado relevantes serviços”, eram “uma garantia de honrada intransigência, (...), que aceitam o encargo com a devoção de quem cumpre um alto dever de patriotas e republicanos”⁵⁹². Não se vislumbrava nenhuma definição inovadora, nenhum programa eleitoral, republicanos honrados, que pretensamente não tinham qualquer relação com o município o que, como veremos, era verdadeiro para a maioria dos candidatos.

Caracterizemos esta Lista do ponto de vista profissional (Quadro 12). Nos candidatos efectivos em maioria estavam os cinco comerciantes (18,5%); em segundo lugar, em *ex aequo*, encontravam-se os engenheiros e professores universitários com os três elementos (11,1%); e na terceira posição, com dois representantes cada, vinham os advogados, os empregados no comércio e os professores (7,4%). Nos substitutos a primeira posição continuava a pertencer ao comércio lisboeta, se bem que tivesse de partilhar esse lugar com os funcionários públicos, com sete candidatos cada (25,9%); no segundo posto estavam os três empregados no comércio (11,1%); e em terceiro lugar os dois proprietários (7,4%). No cálculo final a Lista Democrática era composta maioritariamente pelos doze comerciantes (22,2%); na segunda posição, ficavam os oito funcionários públicos (14,9%); e em terceiro lugar, os cinco empregados no comércio (9,3%). O peso do comércio lisbonense seria ainda superior se agrupássemos os comerciantes com os empregados no comércio, que reunidos totalizavam dezassete elementos (31,5%).

Mais uma vez o número de empregados públicos estava relativizado, assim, pelo menos, temos de incluir nesta classificação os três professores universitários; os três engenheiros; os dois advogados; um professor de liceu, Alberto Ferreira Vidal; um médico, João Quintino Travassos Lopes; um contabilista, Luís da Silva Viegas,

⁵⁹⁰ Henrique de Vasconcelos, “A lista democrática”. *O Mundo*, 25-10-1917, p. 1.

⁵⁹¹ “Eleições”. *O Mundo*, 25-10-1917, p. 1.

⁵⁹² “Eleições: a lista do Partido Republicano Português”. *O Mundo*, 28-10-1917, p. 1.
Ver Anexos – A.13. Candidatos a vereadores da Lista do PRP nas eleições de 1917.

professor do Instituto Superior Técnico; e o veterinário que era professor da Escola Superior de Medicina Veterinária, resultando no total de vinte de funcionários públicos (37%), avultando estes profissionais e arrebatando-os para a primeira posição da Lista em termos de representação profissional.

Quadro 12 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRP – 1917

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	2	7,4	-	-	2	3,7
Arquitecto	1	3,7	-	-	1	1,8
Cambista	-	-	1	3,7	1	1,8
Comerciante	5	18,5	7	25,9	12	22,2
Contabilista	1	3,7	1	3,7	2	3,7
Construtor civil	1	3,7	1	3,7	2	3,7
Empregado no comércio	2	7,4	3	11,1	5	9,3
Engenheiro ^(a)	3	11,1	-	-	3	5,6
Escultor	1	3,7	-	-	1	1,8
Farmacêutico	1	3,7	1	3,7	2	3,7
Funcionário público	1	3,7	7	25,9	8	14,9
Industrial	1	3,7	1	3,7	2	3,7
Operário torneiro	-	-	1	3,7	1	1,8
Médico	1	3,7	1	3,7	2	3,7
Pintor cenógrafo	-	-	1	3,7	1	1,8
Professor não universitário	2	7,4	-	-	2	3,7
Professor universitário ^(b)	3	11,1	-	-	3	5,6
Proprietário	1	3,7	2	7,4	3	5,6
Veterinário	1	3,7	-	-	1	1,8
Total	27	100	27	100	54	100

^(a) – Um engenheiro civil e de minas, um engenheiro agrónomo e um engenheiro civil.

^(b) – Um oficial da marinha, um advogado e um oficial do exército.

Fonte: AML/AC, Câmara Municipal de Lisboa: para vereadores [: boletim de voto da Lista do PRP]. [1913].

O recrutamento político acentuado dos funcionários públicos neste acto eleitoral é um dado novo a apontar; e, significava o progresso de um lugar em relação à candidatura que este partido tinha apresentado em 1913, conseguindo destronar os comerciantes lisbonenses, um sinal de que o militantismo activo dos democráticos tinha procedências nos empregados do Estado. Apesar disso, a caracterização socioprofissional da Lista Democrática de 1917, em grande medida, não difere da elaborada para as últimas eleições municipais, pelo que não iremos repetir o que já explanámos no capítulo anterior. Identicamente era uma candidatura que se queria eclética e que, pela inclusão de um operário, permitiu que os democráticos defendessem que tinham reunido na sua Lista “cidadãos de todas as classes sociais”⁵⁹³.

Na Lista do PRP, para além dos professores universitários, sobressaíam algumas individualidades, como por exemplo, Alfredo Rodrigues Gaspar, que oriundo da facção

⁵⁹³ “Propaganda eleitoral: no Centro Almirante Reis”. *O Mundo*, 30-10-1917, p. 1.

política franquista se tinha filiado no PRP, tendo sido deputado às Constituintes, senador e antigo Ministro das Colónias; e António Abranches Ferrão, professor da Faculdade de Direito; ainda se destacavam: Xavier da Silva, que tinha sido há pouco tempo governador civil de Lisboa (30 de Abril a 9 de Setembro deste ano); Artur Rodrigues Cohen, antigo governador civil; Joaquim Maria Lopes Domingues, presidente da Associação de Classe dos Caixeiros, cargo do qual pediria a demissão durante o decorrer da campanha eleitoral⁵⁹⁴; Manuel Joaquim Botica, membro da direcção da Associação Comercial de Lisboa (ao contrário do indicado na Lista a presidência era exercida por Alberto Macieira); Maximiano Alves, escultor; Miguel Ventura Terra, arquitecto ilustre da capital; Alexandre Ferreira, grande propagandista da instrução, assistência à infância e educação de adultos, director da Universidade Livre; Germano Lopes Martins, antigo deputado e Gustavo de Matos Sequeira, olisipógrafo e arqueólogo, entre outras personalidades.

Cumpre-nos assinalar o facto de na apresentação da Lista Democrática apenas a um candidato, Miguel Ventura Terra, seja atribuída a nomenclatura de “antigo vereador”, que de facto tinha sido da primeira vereação republicana de 1908; e que essa categoria não fosse atribuída aos quatro vereadores que tinham integrado ou pertenciam à actual vereação lisbonense. Com efeito dois deles, Magalhães Peixoto e Manuel Joaquim dos Santos, estavam ainda no exercício de funções; no que diz respeito aos outros dois, Artur Rodrigues Cohen tinha abandonado administração camarária, por incompatibilidades, em 1914; e Xavier da Silva Júnior tinha pedido a demissão do cargo no ano seguinte. Este encapotamento deve ser atribuído às críticas e ao descrédito político da vereação de 1914-1917, atacada por todos, desde democráticos a monárquicos; ao invés, a inclusão desse atributo a Ventura Terra, manifestava uma tentativa de capitalização do bom trabalho e da boa imagem da vereação de 1908-1913.

Passemos à Lista Neutra, ou melhor, à Lista apoiada pela União Republicana. A UR não estava organizada a nível nacional e nem em Lisboa tinha grandeza ou eficiência. Apesar de serem opositores da *União Sagrada* e anti-guerristas, não conseguiram capitalizar em seu benefício a revolta social que estalou na capital (e no país) neste ano. Conscientes da sua fraca representação eleitoral tentaram uma coligação com os monárquicos e com o Partido Socialista para a organização de uma Lista Neutra.

⁵⁹⁴ Cf. “Propaganda eleitoral”. *O Mundo*, 29-10-1917, p. 1.

No dia 17 de Outubro os unionistas defenderam a criação de uma “lista sem cunho partidário, lista em que entram homens que se recomendam pela sua competência, pela sua honorabilidade, e não pelo facto de pertencerem a este ou aquele partido”; não podia ser “um instrumento de partidos, nem uma arma contra eles”, mas uma lista em que “transitoriamente se associam para o bem comum”; mais, especialmente em Lisboa e Porto, os partidos deviam “dar para a lista neutra os seus homens de reconhecida competência” e, “não se pergunta a ninguém, (...), que política teve ou têm”⁵⁹⁵. Porém, as conversações falharam, devido ao facto de os monarquistas não aceitarem incluir na lista políticos “de categoria” ou “militantes”; e os socialistas resolveram declinar o convite e irem sozinhos às urnas, “numa luta franca e aberta”⁵⁹⁶.

No dia 24 do mesmo mês foi dada à estampa a Lista Neutra⁵⁹⁷, que não sofreria alterações, composta na sua maioria por camachistas, com um o outro nome de apoiantes de Machado Santos e independentes, acabaria por contar com o apoio do Partido Centrista⁵⁹⁸, dirigido por Egas Moniz, e do jornal *Opinião*, centrista.

Uma análise das profissões representadas nesta Lista (Quadro 13) revela-nos que, à semelhança dos democráticos, nos efectivos os seis comerciantes tinham a dianteira (22,2%); no segundo lugar, em *ex aequo*, estavam os industriais e médicos com três elementos (11,1%); e na terceira posição, com dois candidatos cada vinham os advogados, engenheiros, farmacêuticos e os professores universitários (7,4%). Relativamente aos substitutos o primeiro posto era dos oito comerciantes (29,6%); depois ficavam os três professores (11,1%); e na terceira posição, com dois elementos cada (7,4%) achavam-se os advogados, engenheiros, industriais e proprietários. Na caracterização final ocupavam o primeiro lugar os catorze comerciantes (25,9%); na segunda posição, com menos de metade dos representantes, os cinco industriais (9,3%);

⁵⁹⁵ “A Lista Neutra”. *A Luta*, 17-10-1917, p. 1; “Idem”. *Ibid.*, 18-10-1917, p. 1.

⁵⁹⁶ Cf. “Pela ordem contra a demagogia”. *A Luta*, 22 de Outubro de 1917, p. 1; “Política e administração”. *Ibidem*, 23-10-1917, p. 1; “A eleição de Lisboa: o malogro da «lista neutra»”. *República*, 23-10-1917, p. 1; “Os socialistas e o sr. Camacho”. *República*, 29-10-1917, p. 1.

⁵⁹⁷ “Vereação de Lisboa”. *A Luta*, 24-10-1917, p. 1.

Veja-se Anexos – A.14. Candidatos a vereadores da Lista Neutra nas eleições de 1917.

⁵⁹⁸ Partido Centrista Republicano (1917-1919). Foi fundado por alguns evolucionistas dissidentes, dirigidos por Egas Moniz, críticos da *União Sagrada*; o seu programa foi divulgado no *Opinião*, em 20 de Outubro de 1917. Era um partido de direita, que queria unir as forças conservadoras do regime. Muitos dos seus militantes associar-se-iam ao Partido Nacional Republicano, em 1918. Em Outubro de 1919, em Assembleia Magna, os centristas decidiram a fusão partidária e integração no Partido Republicano Liberal. Veja-se Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 62-63, 80-81 e 227-233; Ernesto Saturnino D. M. Castro Leal, *Partidos e identidade política: a construção do sistema partidário republicano português*, Lisboa, s.n. Sumário da lição síntese apresentado à Faculdade de Letras-UL para prova de agregação, p. 5.

seguindo-se, com quatro candidatos cada (7,5%), os advogados, engenheiros, médicos e professores.

Quadro 13 – Profissão primária dos candidatos da Lista Neutra – 1917

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	2	7,4	2	7,4	4	7,5
Arquitecto	1	3,7	-	-	1	1,8
Carpinteiro	-	-	1	3,7	1	1,8
Comerciante	6	22,2	8	29,6	14	25,9
Contabilista	-	-	1	3,7	1	1,8
Engenheiro ^(a)	2	7,4	2	7,4	4	7,5
Escultor	1	3,7	1	3,7	2	3,7
Farmacêutico	2	7,4	1	3,7	3	5,6
Funcionário público (dirigente) ^(b)	1	3,7	-	-	1	1,8
Industrial	3	11,1	2	7,4	5	9,3
Médico	3	11,1	1	3,7	4	7,5
Militar ^(c)	1	3,7	-	-	1	1,8
Negociante	-	-	1	3,7	1	1,8
Professor não universitário	1	3,7	3	11,1	4	7,5
Professor universitário ^(d)	2	7,4	1	3,7	3	5,6
Proprietário	1	3,7	2	7,4	3	5,6
Solicitador	1	3,7	-	-	1	1,8
Veterinário	-	-	1	3,7	1	1,8
Total	27	100	27	100	54	100

^(a) – Inclui um engenheiro de minas e um engenheiro agrônomo.

^(b) – Governador do Banco de Portugal.

^(c) – Oficial do exército e engenheiro.

^(d) – Um veterinário e dois engenheiros agrónomos.

Fonte: A Luta, 3-11-1917: 1.

Notemos que nesta Lista não existia qualquer referência ao funcionalismo público, porém, para além do governador do Banco de Portugal, Inocêncio Camacho (1867-1943), que exercia funções de dirigente da função pública e, também, era empregado do Estado, temos de contabilizar os três professores universitários, aos quais temos de acrescentar os dois médicos, Matias Boleto e Hermano Medeiros; e um engenheiro, António Lobo de Aboim Inglês (1869-1941), professor do IST, assim, pelo menos, sete candidatos eram empregados públicos (12,9%), se bem que de categorias superiores. A Lista Neutra não diferia grandemente nas profissões dominantes dos candidatos democráticos. Incluía um elemento proveniente do mundo operário (carpinteiro), se bem que encerrasse uma representação alargada do patronato industrial, consagrando uma feição socioeconómica mais elitista e conservadora.

Se os democráticos optaram por referenciar um único candidato como “antigo vereador”, os unionistas escolheram não referenciar os candidatos que tinham experiência no exercício de cargos políticos, quer fossem parlamentares, senadores, governadores civis ou vereadores. Contudo, existiam candidatos que tinham exercido

estes lugares, por exemplo, João Perpétuo da Cruz, fora antigo governador civil de Santarém⁵⁹⁹; e com experiência na administração municipal achavam-se Afonso Castro Lemos, António Alberto Marques, José Miranda do Vale e Tomé Barros Queirós que tinham integrado a celebrada vereação de 1908; mais, António do Couto Abreu, José Bayard, Raúl de Almeida Carmo e Sebastião Mestre dos Santos eram vereadores unionistas em exercício; e, por último, Matias Boleto Ferreira de Mira, que tinha integrado a actual vereação, mas que entretanto abandonara o cargo.

Encontravam-se algumas personalidades marcantes da vida lisboeta, como os quatro antigos vereadores da primeira vereação republicana e, para além destes, os escultores Costa Mota (Sobrinho) e Francisco dos Santos, autor do busto oficial da República; António do Couto Abreu, arquitecto; João Pereira da Rosa⁶⁰⁰, inspector-geral das oficinas do *Século*; Manuel de Sousa Câmara (1871-1955), engenheiro agrónomo e professor do IST, antigo deputado e senador (1911); Franklin Lamas, republicano histórico de Alcântara, amigo de Machado Santos; Carlos Eugénio de Melo Geraldês (1878-1962), engenheiro agrónomo e professor do Instituto Superior de Agronomia; Hermano José de Medeiros, antigo deputado unionista e Inocêncio Camacho Rodrigues, antigo deputado (1911-1915), que tinha proclamado, da varanda dos Paços do Concelho, o Governo Provisório republicano em Lisboa, entre outros.

Passemos agora observar os monárquicos que, pela primeira vez, após a implantação da República, se apresentaram a disputar as eleições administrativas em Lisboa. Após o 5 de Outubro os dois principais partidos monárquicos dissolveram-se. O chefe do Partido Progressista José Luciano afastou-se da política dando aos seus correligionários liberdade de opção e o chefe do Partido Regenerador, Teixeira de Sousa (1857-1917), quase aconselhou os seus correligionários a apoiarem o novo regime⁶⁰¹. Pouco depois “hordas de políticos e oficiais do exército acorreram a aplaudir estrondosamente o novo regime, a filiar-se no *Partido Republicano*”⁶⁰². A opção

⁵⁹⁹ De 18 de Maio de 1912 a 23 de Janeiro de 1913. Ver Albino dos Santos Lapa, *Governadores civis de Portugal*, Lisboa, 1962, p. 220.

⁶⁰⁰ Viria a ser vogal da 1.ª Comissão Administrativa sidonista da CML (Janeiro a Março de 1918) e procurador da Câmara Corporativa, em quatro legislaturas (1935-38, 1938-42, 1942-45 e 1945-49). Cf. J. M. Tavares Castilho, *Os procuradores da Câmara Corporativa (1935-1974)*, Lisboa, AR/Texto Ed., 2010, file:///F:/html/pdf/r/rosa_joao_pereira_da.pdf.

⁶⁰¹ Cf. António José Telo, *Decadência e queda da I República...*, Vol. I, p. 68.

⁶⁰² Miguel Dias Santos, *op. cit.*, p. 25. Esta obra é crucial para o estudo da contra-revolução monárquico-católica nos seus aspectos políticos e militares que tiveram o seu zénite (e fim) na Monarquia do Norte (1919), mas que sobreviveriam na ideologia anti-democrática e ultramontana que derrubaria o regime republicano e o seu projecto de modernização nacional.

conspirativa e a adesão às expedições de Paiva Couceiro (1861-1944) só teriam a participação de uma minoria de monarquistas.

No período temporal de 1910-1914 foi problemático para os monárquicos desenvolverem qualquer actividade política, mas o Governo de Bernardino Machado (9 de Fevereiro a 23 de Junho de 1914), conciliatório, trouxe-lhes maior liberdade de acção. Deste modo, surgiu Causa Monárquica (1914), uma organização reconhecida por D. Manuel, dirigida a nível nacional por quem viria a ser o seu lugar-tenente, Aires de Ornelas (1866-1930). No seio deste organismo político, desde o início, existiram duas correntes: uma que defendia a conspiração para o derrube da República, minoritária e radical; e, outra, que defendia a participação no jogo eleitoral e a consolidação da organização, maioritária⁶⁰³. Para além disso, existiam várias facções ideológicas e, ainda durante a ditadura de Pimenta de Castro, ressuscitou-se a “questão dinástica”, com os monárquicos conservadores, constitucionalistas, a defenderem a posição de D. Manuel II e os neo-tradicionalistas, anti-liberais, a aclamarem a legitimidade de D. Miguel de Bragança (1853-1927) ao trono. O tempo e as circunstâncias de Guerra trouxeram uma reedificação e reorganização do campo político monárquico e católico⁶⁰⁴.

Foi sob a vigência da ditadura de Pimenta de Castro, no dia 17 de Abril de 1915, que se fundou o Centro Monárquico, na rua António Maria Cardoso, sendo eleitos os corpos dirigentes – ilustres representantes da nobreza –, que presidiria à actividade política no país⁶⁰⁵. No dia 6 de Maio inaugurou-se o Centro Monárquico D. Carlos I, na travessa dos Remolares, n.º 30, 2.º, foi presidente da mesa o conselheiro António Cabral que fez um discurso elogioso do rei cujo nome denominava o Centro, depois discorreu sobre o regicídio e, por último, terminou com vivas ao rei D. Manuel⁶⁰⁶. Quando foi encerrada a sessão um grupo de cidadãos, na rua, deu vivas à República. A violência da

⁶⁰³ Veja-se António José Telo, *op. cit.*, pp. 68-69.

⁶⁰⁴ A lenta reconciliação da Igreja com a República permitiu que os primeiros representantes católicos fossem eleitos para o Parlamento em 1915. No ano seguinte, voltam as primeiras ordens religiosas (Doroteias), se bem que de forma dissimulada. Em Agosto de 1917 fundou-se o Centro Católico Português, em Braga, afirmando-se apartidário e independente quanto à questão do regime. O sidonismo trouxe uma perda de importância deste Centro, com o restabelecimento das relações com o Vaticano, em Julho de 1918. Com o fim do sidonismo seria mantida a atitude conciliatória do regime republicano. Sobre este assunto veja-se António José Telo, *Ibidem*, pp. 76-88.

A 13 de Maio de 1917 tinham ocorrido as primeiras aparições em Fátima e a 13 de Outubro do mesmo ano a última.

⁶⁰⁵ “O centro monárquico”. *A Capital*, 18-04-1915, p. 1.

Sobre a inauguração de outros centros políticos fora de Lisboa veja-se António Cabral, *As minhas memórias políticas: em plena República: a catástrofe, valeu a pena?...*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1932, pp. 257 e segs.

⁶⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 260.

polícia caiu sobre os manifestantes, episódio que motivou protestos por parte dos republicanos que habitavam na freguesia de S. Paulo, por considerarem o comportamento policial de afrontoso⁶⁰⁷. Durante o pimentismo a multiplicação dos centros monárquicos e a audácia da sua imprensa que, em parangonas, debatia qual era o legítimo herdeiro do trono, conduziram os republicanos para ímpetos revolucionários, exacerbados com a publicação de uma amnistia no dia comemorativo do quarto aniversário da Lei de Separação.

Com efeito, em 20 de Abril de 1915, foram amnistiados famosos monárquicos exilados, entre eles, Paiva Couceiro. Prontamente, no dia 7 do mês seguinte, este e sua família chegaram a Lisboa e instalaram-se na rua de Santa Catarina, 27, residência do seu cunhado Ferreira de Mesquita. Depois deambularam pela rua do Mundo (actual rua da Misericórdia), rua Ivens e do Calhariz; este passeio provocou a ira de alguns republicanos que vaiaram os *talassas* e aclamaram a República, sendo reprimidos pela polícia⁶⁰⁸. Face a estes acontecimentos para os republicanos era evidente o perigo monárquico⁶⁰⁹. Na noite de 13 para 14 de Maio uma revolução republicana radical derrubaria a efêmera ditadura de Pimenta de Castro. Paiva Couceiro partiu de novo para o exílio, os centros e jornais monárquicos foram atacados e deixaram de existir condições para disputarem as eleições de 13 de Junho de 1915.

Antes da República existiam na capital onze jornais monárquicos. Após a incursão de 1912 apenas conseguiram resistir e continuar em circulação dois – *O Dia* (1887-1919; 1922-26) e a *Nação* (1847-1917). A reaparição da imprensa monarquista dar-se-ia com a difusão de grandes jornais diários como *O Diário da Manhã* (1914), *O Jornal da Noite* (1914-15) e *O Nacional* (1915). Depois de um interregno, após o derrube do pimentismo, ressurgiria no ano seguinte com *O Liberal* (1916-19), o *Diário Nacional* (1916-19) e *A Monarquia* (1917-22), diário integralista da tarde, fundado por Alberto Monsaraz, cujo 1.º número surgiu no dia 31 de Maio, cinco meses antes das eleições administrativas. Contrariando a posição de D. Manuel a imprensa monarquista combateu a política guerrista dos democráticos, com uma campanha de contra-

⁶⁰⁷ “As agressões da polícia aos republicanos”. *A Capital*, 9-05-1915, p. 2.

⁶⁰⁸ Rocha Martins fez menção à explosão de uma bomba junto da residência de Ferreira de Mesquita e a pedras que foram arremessadas contra os monárquicos. Cf. Rocha Martins, *Vermelhos, Brancos e Azuis*, Vol. IV, Lisboa, Oficinas Gráficas, s.d., p. 299.

⁶⁰⁹ Veja-se “O decreto de amnistia”. *A Capital*, 20-04-1915, p. 2; “O regresso de Paiva Couceiro”. *Ibidem*, 7-05-1915, p. 2 e “As responsabilidades”. *Ibid.*, 8-05-1915, p. 1.

mobilização à qual associavam planos revolucionários escusos de confronto armado⁶¹⁰. A propaganda doutrinária dos monarquistas teve por base a imprensa, mas também o panfleto, os livros e as conferências.

A desistência por parte dos realistas de celebrar um acordo eleitoral para as eleições municipais com os unionistas liga-se à consciência de que esta coligação não traria benefícios, pois, “na prática sucederia riscarem os republicanos os monárquicos marcantes e talvez se desse também o inverso. De modo que uma lista neutra assim formada corria o risco de não ter a precisa aquiescência do eleitorado intransigente de um e de outro campo”⁶¹¹. As críticas desferidas pelos unionistas e centristas contra os candidatos da Lista da Cidade pareciam comprovar estes receios. Comentando um artigo publicado na *Opinião*, sobre os horrores da administração municipal monárquica, escreveu-se no *Diário Nacional*, que estava o órgão centrista disposto “a recomendar aos seus amigos uma lista em que entrassem os monárquicos que nós quiséssemos, monárquicos retintos e militantes”; e mais, “não acha competente o sr. Conselheiro Rodrigo Pequito, (...), que entra **sem política**, na lista da cidade e havia de proclamá-lo competentíssimo se nós o incluíssemos **como político monárquico** na lista das *competências*, que se organizasse por acordo entre os dois partidos?”; por tão inusitadas contradições é que os monárquicos tinham posto como condição para este acordo político “a exclusão, na lista comum, de *políticos militantes e categorizados*” de qualquer uma das forças partidárias⁶¹².

Após o malogro destas negociações a Lista da Cidade, definitivamente organizada, veio a público, no dia 28 de Outubro⁶¹³. Todos os partidos republicanos apelidaram-na de monárquica. Com efeito, era apoiada pelos monarquistas e seus jornais. Era uma lista policromática, de conjunção entre monárquicos, católicos e conservadores moderados⁶¹⁴, todavia, era a única que era apoiada pelos realistas⁶¹⁵. Isto,

⁶¹⁰ Cf. Miguel Santos Dias, *op. cit.*, pp. 271-272.

⁶¹¹ “A Lista da Cidade”. *O Dia*, 23-10-1917, p. 1.

⁶¹² “Actualidades: paradoxal”. *Diário Nacional*, 24-10-1917, p. 1. Ver igualmente “Actualidades: ainda a lista neutra”. *Diário Nacional*, 1-11-1917, p. 1.

⁶¹³ “Lista da Cidade”. *Diário Nacional*, 28-10-1917, p. 1.

Veja-se Anexos – A.15. Candidatos a vereadores da Lista da Cidade nas eleições de 1917.

No dia 22 de Outubro tinha sido apresentada pela primeira vez, “por um grupo de munícipes” n’*O Liberal* e nos outros jornais monárquicos, a Lista da Cidade para as eleições administrativas da capital, mas só com os candidatos efectivos. Cf. “Eleição municipal”. *O Liberal*, 22-10-1917, p. 2.

A esta pretensa lista apartidária reagiu a imprensa republicana, de imediato, classificando-a como monarquista. A título de exemplo, ver “Os monárquicos em campo: Pequito & C.^{as}”. *A Capital*, 22-10-1917, p.1.

⁶¹⁴ Cf. Miguel Santos Dias, *op. cit.*, p. 350.

apesar destes se esforçarem por garantir a sua neutralidade política, ao defender que esta não foi apresentada por nenhum partido político e que “não inclui o nome de nenhum político combatente; cujos candidatos são todos largamente conhecidos pela sua idoneidade e competência, mas onde muitos há de quem, (...), ninguém conhece a filiação partidária. Se é que a têm”; além disso, se vencesse “o seu triunfo nunca em circunstância alguma poderia ser reivindicado como uma vitória do partido monárquico”⁶¹⁶. A ideia subjacente à sua organização tinha sido a de “libertar a administração dos interesses municipais de todas as preocupações políticas e partidárias”⁶¹⁷. Porém, veremos que o eleitorado realista seria francamente pressionado a votar nesta lista.

Em relação aos candidatos da Lista da Cidade não era preciso apresentá-los, porque eram “nomes conhecidos das camadas cultas da população de Lisboa, pelas suas obras e pelos seus méritos podem ser justamente apreciados”, não se divisavam “elementos combativos e apaixonados de nenhum partido, antes se encontram apenas figuras que passam a vida no trabalho, no exercício sistemático das suas funções sociais”. Defendia-se, deste modo, que se estava em presença de uma lista apartidária, de *técnicos*, e não “de políticos profissionais”⁶¹⁸; estes eram “os mais distintos e eminentes membros das suas classes”, porque eram “profissionais eméritos e abalizados”, eram “trabalhadores” que tinham sabido “multiplicar as suas fortunas, desenvolver os seus escritórios e os seus negócios, afirmar nas profissões intelectuais o seu talento”⁶¹⁹. Durante o período eleitoral estas ideias foram defendidas pela imprensa monárquica que apelou ao voto nesta lista:

“porque esta a que **oferece maiores probabilidades de vitória**. Votar, portanto, na *lista da Cidade* é a maneira mais segura para concorrer para que seja **de vez** expulsa da Câmara Municipal de Lisboa a inepta e ruínosa administração dos democráticos”⁶²⁰.

A caracterização profissional desta Lista (Quadro 14) revelou que nos candidatos efectivos predominavam os professores universitários com sete

⁶¹⁵ Ver “Um dever a cumprir”. *O Liberal*, 22-10-1917, p. 1; João Cidade, “Em volta das eleições”. *Ibidem*, 26-10-1917, p. 1; “A Lista da Cidade”. *A Monarquia*, 29-10-1917, p. 2; “A lista da Cidade”. *O Liberal*, 30-10-1917, p. 1 e 31-10-1917, p. 1; “Eleições municipais”. *Ibid.*, 2-11-1917, p. 1.

⁶¹⁶ “As listas”. *Diário Nacional*, 24-10-1917, p. 1.

⁶¹⁷ “A lista da Cidade”. *O Liberal*, 29-10-1917, p. 1.

⁶¹⁸ Alfredo Pimenta, “É preciso”. *Diário Nacional*, 24-10-1917, p. 1.

⁶¹⁹ “A Lista da Cidade”. *Diário Nacional*, 22-10-1917, p. 1.

⁶²⁰ “Idem”. *Diário Nacional*, 24-10-1917, p. 1.

representantes (25,9%); em segundo lugar, ficavam os seis negociantes/capitalistas (22,2%); e na terceira posição, os cinco advogados (18,5%). Nos suplentes, em primeiro lugar encontravam-se os dez proprietários (37%); no segundo posto, muito distanciados, com três candidatos cada (11,1%), estavam os comerciantes, os farmacêuticos, os industriais e os negociantes/capitalistas; e, por último, um advogado, contabilista, escritor, médico e operário construtor. Numa análise global observamos que os proprietários com os seus doze representantes tinham a primazia sobre todos os outros (22,2%); na segunda posição, os nove negociantes/capitalistas (21,4%); e em terceiro lugar, estavam os sete professores universitários (13%). Notemos que alguns candidatos acumulavam mais do que uma actividade profissional, por isso, na realidade existiam mais sete proprietários, mais três negociantes/capitalistas e mais um comerciante.

Quadro 14 – Profissão primária dos candidatos da Lista da Cidade – 1917

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	5	18,5	1	3,7	6	11,1
Comerciante	1	3,7	3	11,1	4	7,5
Contabilista	-	-	1	3,7	1	1,8
Engenheiro ^(a)	2	7,4	-	-	2	3,7
Escritor	-	-	1	3,7	1	1,8
Farmacêutico	-	-	3	11,1	3	5,6
Funcionário público (dirigente) ^(b)	1	3,7	-	-	1	1,8
Industrial	1	3,7	3	11,1	4	7,5
Médico	-	-	1	3,7	1	1,8
Negociante / Capitalista ^(c)	6	22,2	3	11,1	9	21,4
Operário construtor	-	-	1	3,7	1	1,8
Professor não universitário	1	3,7	-	-	1	1,8
Professor universitário ^(d)	7	25,9	-	-	7	13,0
Proprietário	2	7,4	10	37	12	22,2
Solicitador	1	3,7	-	-	1	1,8
Total	27	100	27	100	54	100

^(a) – Um engenheiro civil e um engenheiro civil e de minas.

^(b) – Membro do Conselho Geral do Banco de Portugal.

^(c) – Inclui dois banqueiros.

^(d) – Um advogado, um filólogo, um médico, um arqueólogo e três contabilistas.

Fonte: *Diário Nacional*, 28-10-1917: 1.

Assinalemos que para além dos sete professores universitários e do professor do ensino industrial (director da Escola Marquês de Pombal), pelo menos, exerciam a sua actividade profissional no Estado os seguintes candidatos: Alberto de Sousa Rego, engenheiro da Companhia dos Caminhos de Ferro; o membro do Conselho Geral e o presidente do Conselho Fiscal do Banco de Portugal, respectivamente, Guilherme de Sousa Machado e Rodrigo Afonso Pequito, ambos exercendo funções de dirigentes; deste modo, o funcionalismo público estava representado com onze candidatos (20,4%), pertencentes, em exclusivo, às categorias de dirigentes e técnicos superiores.

Na Lista monárquica a maioria dos membros pertencia à elite social da nobreza ou grande burguesia. Era constituída predominantemente pelas classes possidentes que viviam de rendimentos de bens imóveis ou de grandes negócios comerciais; com uma grande representação do alto funcionalismo público e de professores universitários, uma elite da ciência e da intelectualidade. Acentuemos a presença do único operário, um elemento dissonante no conjunto dos candidatos, sem dúvida, uma tentativa para conquistar os votos do operariado lisboeta.

Destacavam-se alguns indivíduos que tinham exercido cargos de relevo durante a Monarquia como: Augusto Patrício dos Prazeres (1859-1922), contabilista, professor do Instituto Superior do Comércio, reformador da Contabilidade Pública e da Lei dos Seguros (1907), antigo deputado (1901 e 1906); Carlos Adolfo Marques Leitão (1855-1938), director da Escola Industrial Marquês de Pombal, antigo mestre de desenho e geografia dos príncipes D. Luís Filipe e do infante D. Manuel, que tinha sido vice-presidente da Comissão Administrativa franquista da CML (1907-08); José Fernando de Sousa (1855-1942), engenheiro, conhecido pelo pseudónimo jornalístico (Nemo), conselheiro de Estado (1904), antigo director (1897-1901) do *Correio Nacional*, da *Ordem* (1916-19) e actual director d'*A Época* (desde 1919)⁶²¹; Rodrigo Afonso Pequito (1849-1931), antigo ministro da Fazenda da Monarquia (1904) e Par do Reino e José Inácio Dias da Silva, antigo edil monárquico (1900).

Além disso, evidenciavam-se outras personalidades, como por exemplo, Caetano Beirão da Veiga, professor universitário e comercialista; Guilherme de Sousa Machado, membro do Conselho Geral do Banco de Portugal; Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974), filólogo, professor universitário da Faculdade de Letras⁶²²; Curry Cabral (1844-1920), famoso médico e professor universitário; José Maria da Silva Pessanha (1865-1939), historiador de arte e arqueólogo e Vasco de Mendonça Alves (1883-1962), escritor. Apresentava elementos que tinham pertencido ou pertenciam a organizações patronais e de classe: Elísio Augusto dos Santos, antigo membro da direcção da Associação Comercial de Lisboa; Joaquim dos Santos Lima, presidente da Associação

⁶²¹ Cf. J. B., “Sousa, José Fernando de” in António Barreto; Maria Filomena Mónica, *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Vol. IX, pp. 474-475.

⁶²² Viria a ser “um dos principais ideólogos da política de educação do Estado Novo, tendo por modelo a ideologia nazi”, in J. M. Tavares Castilho, *Os procuradores...*, file:///F:/html/pdf/r/ramos_gustavo_cordeiro.pdf.

Seria Ministro da Instrução Pública (1928-1933), fundador (1929) e presidente da Junta de Educação Nacional e procurador à Câmara Corporativa, em quatro legislaturas (1935-1938, 1938-1942, 1942-1945 e 1945-1949), entre outros cargos que desempenhou, in *Ibidem*.

Lisbonense de Proprietários; Henrique Pereira Taveira, presidente da Associação Industrial Portuguesa (1893-1910). Realçamos ainda a presença de António Ferreira Pinto Basto (1905-19??), comerciante⁶²³; de dois directores de Companhias de Seguros, Bernardo Maria de Sousa Horta e Costa, da “Nacional”; e José de Sousa Horta Sarmento Osório, da “Colonial” e de Guilherme Otero Salgado (1886-19??), industrial de pescas⁶²⁴.

Analiseemos agora a Lista do Partido Evolucionista. Este partido tinha aprovado a intervenção na guerra e associado aos democráticos, numa aliança que se revelaria desastrosa para o seu futuro político. O Governo da *União Sagrada* denegriu-os irreversivelmente perante a maioria dos portugueses e, embora, desde de Abril de 1917, não participassem no novo Ministério, facultavam-lhe apoio parlamentar.

A Lista Evolucionista apresentada, no dia 25 de Outubro, continha os nomes de nove candidatos concorrendo para a minoria municipal, não sofreu alterações até ao dia do sufrágio. Era constituída por almeidistas que “*para além da sua provada lealdade republicana, se recomendam não só pelas suas qualidades de inteligência e de carácter, como ainda pela sua reconhecida competência*”⁶²⁵.

Uma análise global das profissões desta Lista (Quadro 15) mostrou-nos que os três negociantes (16,7%) constituíam a maioria dos candidatos; na segunda posição, com dois elementos cada (11,2%), estavam os advogados, comerciantes, funcionários públicos e professores; e no terceiro lugar, em *ex aequo*, com um candidato (5,5%) o arquitecto, construtor civil, farmacêutico, jornalista, médico, militar e proprietário. Uma caracterização socioprofissional onde igualmente não se vislumbrava nenhuma novidade relativamente à Lista de Coligação das eleições de 1913.

Quatro candidatos já tinham experiência autárquica: António Aurélio da Costa Ferreira, edil da primeira vereação republicana de 1908 e antigo ministro do Fomento (1912-1913); Victor Rombert que integrara a actual edilidade de 1914-1917; Zacarias Gomes de Lima e Cândido Augusto da Encarnação, edis em exercício, embora só os dois últimos fossem referenciados como antigos vereadores. Para além destes, outros

⁶²³ Seria procurador da Câmara Corporativa (1957-1961) e vereador da CML (1955-1959). Cf. J. M. Tavares Castilho, *Os procuradores...*, file:///F:/html/pdf/b/basto_antonio_gomes_da_silva_pinheiro_ferreira_pinto.pdf; Lisboa. Câmara Municipal, *Evolução municipal...*, pp. 132-133.

⁶²⁴ Foi procurador da Câmara Corporativa (1935-1938; 1938-1942). Ver J. M. Tavares Castilho, *op. cit.*, file:///F:/html/pdf/s/salgado_guilherme_de_sousa_otero.pdf.

⁶²⁵ “Eleições administrativas: a lista evolucionista”. *República*, 25-10-1917, p. 1.
Ver Anexos – A.16. Candidatos a vereadores da Lista do PRE nas eleições de 1917.

nomes se destacavam, como António da Silva Gouveia, antigo deputado às Constituintes, pelo círculo da Guiné, e senador (1915) pelo mesmo círculo eleitoral; Francisco Paula Cid; Feio Terenas; Pedro Alfredo de Moraes Rosa (1873-1956), jornalista e antigo deputado; Miguel Nogueira Júnior (1883-1953), reputado arquitecto cujo prédio de sua autoria tinha recebido o Prémio Valmor de 1916 e Carlos Babo (1882-19??), advogado e escritor.

Quadro 15 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRE – 1917

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	1	11,1	1	11,1	2	11,2
Arquitecto	1	11,1	-	-	1	5,5
Comerciante	1	11,1	1	11,1	2	11,2
Construtor civil	1	11,1	-	-	1	5,5
Farmacêutico	-	-	1	11,1	1	5,5
Funcionário público (dirigente) ^(a)	1	11,1	1	11,1	2	11,2
Jornalista	1	11,1	-	-	1	5,5
Médico	1	11,1	-	-	1	5,5
Negociante	1	11,1	2	22,2	3	16,7
Militar ^(b)	1	11,1	-	-	1	5,5
Proprietário	-	-	1	11,1	1	5,5
Professor não universitário	-	-	2	22,2	2	11,2
Total	9	100	9	100	18	100

^(a) – Um director-geral da Secretaria do Congresso e um chefe de Contabilidade do Ministério das Colónias.

^(b) – Capitão-de-mar-e-guerra.

Fonte: *República*, 4-11-1917: 1.

A outra lista que disputava a eleição da minoria era a do Partido Socialista. Ora, este partido que viu gorarem-se as expectativas de partilha do Poder com o novo regime republicano, vegetava e decresceu a sua influência, mormente após 1914⁶²⁶. No VI Congresso Nacional de 1915 foi discutida a “questão da guerra”, motivo de grande discórdia entre os militantes, com a direcção do partido a ser pró-aliada e pró-guerrista e

⁶²⁶ Para o socialista Alfredo Franco o maior erro cometido pelo PS, e que contribuiu para o seu afastamento do movimento operário, foi o facto de os socialistas terem aceitado “passivamente, em 1914, a tomada da União Operária Nacional (UON) pelos anarco-sindicalistas, com o argumento de não dividir a organização sindical”, in Constantino de Oliveira Gonçalves, *O Partido Socialista nos primeiros anos da ditadura*, s.l., Universidade do Minho, 1999, tese de mestrado, p. 87.

Na realidade a UON, criada no 1.º Congresso Nacional Operário, realizado de 14 a 17 de Março de 1914, em Tomar (que contou com a presença de 103 sindicatos, 3 federações corporativas e 4 de vários ofícios, representantes de 90.000 sindicados), apresentava no 2.º art.º da sua constituição um apolitismo sindical, anti-parlamentarista e anti-eleitoral: “A União Operária Nacional não pertence a nenhuma escola política ou doutrina religiosa, não podendo tomar parte colectivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas”. E se os socialistas ficaram descontentes com este congresso também o ficaram os anarco-sindicalistas. Cf. Joana Dias Pereira, *Sindicalismo revolucionário...*, p. 87 (nota de rodapé); e p. 88 e segs. Se no II Congresso Socialista da Região Sul, que decorreu em Lisboa, de 27 de Novembro a 1 de Dezembro de 1914, estiveram presentes 79 delegados, representantes de 29 organizações e 2 jornais, no VI Congresso Nacional, na Covilhã, de 3 a 5 de Outubro de 1915, encontraram-se 33 delegados, representantes de 26 agrupamentos partidários e 3 jornais. Veja-se César Nogueira, *Resumo...*, p. 100 e 63.

a corrente radical, maioritária no Norte, a opor-se à participação na guerra. Este partido tinha participado no histórico Congresso da Internacional Socialista, em Basileia em 1912, que tentou lutar contra a eclosão iminente da guerra; e, no início do conflito mundial, de acordo com a política anti-belicista desta Internacional, da qual o PS era uma secção, tinha organizado manifestações anti-guerra, em Lisboa e no Porto, em 1 e 5 de Agosto de 1914, respectivamente⁶²⁷. E embora tenha aprovado neste VI Congresso uma moção em que convidava os “trabalhadores do mundo inteiro” a deporem as armas; tendo uma militância de operários e de pequeno-burgueses, desejava colaborar com o Poder instituído e sustentava uma imparcialidade perante o Governo de Afonso Costa, aprovando outra moção em que aceitava a intervenção de Portugal na guerra, desde que tal fosse solicitado pela Inglaterra. Uma decisão que afastou o PS do operariado, que maioritariamente era anti-guerrista⁶²⁸.

Nas eleições gerais de Junho 1915 o PS tinha apresentado 34 candidaturas a deputados, por 20 círculos, conseguindo eleger o deputado José António da Costa Júnior, pelo Porto e 2 candidatos a senadores⁶²⁹. Não restavam dúvidas sobre a ausência de alternância democrática: “A confecção dos recenseamentos, confiada a elementos restritamente republicanos; a acção das autoridades, manobrando ao sabor das conveniências partidárias; a formação dos círculos, com a velha velhacaria e os mesmos processos de que já se servia a monarquia, tudo isso garante o triunfo dos governos”⁶³⁰.

No seu I Congresso Extraordinário Nacional⁶³¹, em Coimbra, a 15 de Abril de 1916, convocado devido à irredutibilidade da posição dos socialistas do Norte contrária à participação governamental, foi aprovado pelos congressistas (por 49 votos contra 1)

⁶²⁷ Constantino de O. Gonçalves, *O Partido Socialista...*, p. 16.

O PS tinha pedido a filiação no Bureau da Internacional Socialista, de Bruxelas, em 7 de Dezembro de 1912. Porém, o valor da quotização era elevado (de 200 francos, cerca de 40 escudos) o que dificultou o processo. O partido seria, finalmente, admitido como filiado em 14 de Dezembro de 1913. Cf. Idem, *Ibid.*, p. 16 (nota de rodapé).

⁶²⁸ Veja-se César Nogueira, *Resumo histórico...*, pp. 64-65; Pedro Soares Ferreira, *Entre o terror e a esperança*, p. 102.

⁶²⁹ César Nogueira, *Notas para a História do socialismo...*, p. 117.

Julgou-se que Manuel José da Silva também seria eleito deputado, mas tal não sucedeu porque o Governo contabilizou os votos do candidato evolucionista, que inicialmente considerara nulos.

⁶³⁰ *Combate*, 31-01-1915. Citado por Maria Filomena Mónica, *O movimento socialista...*, p. 123.

⁶³¹ Onde estiveram presentes 87 delegados, representantes de 58 agrupamentos partidários e 7 jornais. No III Congresso Socialista da Região Sul, que decorreu em Lisboa, de 15 a 18 de Setembro de 1916, estiveram 93 delegados, representantes de 31 organizações e 3 jornais. Ao VII Congresso Nacional, realizado em Coimbra, de 23 a 25 de Junho de 1917, assistiram 63 delegados, representantes de 45 agrupamentos partidários e 7 jornais, consideravelmente menos elementos e organismos dos que tinham estado presentes no Congresso Extraordinário de 1916. Cf. César Nogueira, *Resumo histórico...*, p. 66, 101 e 69.

que de acordo com o art.º 61.º do Regulamento Geral do Partido: “Em caso nenhum dentro dos partidos burgueses podem os membros do Partido fazer parte do Governo”, os congressistas entenderam que este artigo se aplicava “a todos os Governos com a denominação de «nacionais» ou qualquer outra”; tal posição originaria a demissão dos membros da Comissão Central, em 18 de Abril de 1916⁶³². Contudo, apesar desta directiva dois anos depois o PS experienciou o Poder, como veremos no capítulo seguinte.

Enquanto o Conselho Central do PS tinha apoiado a *União Sagrada*, esperançado em que este colaboracionismo lhe trouxesse dividendos eleitorais e poder político; o operariado afastava-se cada vez mais da via parlamentar quando nas Conferências Operárias realizadas em Lisboa, entre 29 de Abril e 1 de Maio de 1917, no Teatro Estrela, a “acção directa” conquistou a direcção da UON⁶³³. Ao Partido Socialista restava conseguir os votos do funcionalismo público e dos trabalhadores ligados ao sector terciário onde continuaria a ter alguma influência⁶³⁴.

O PS tinha concorrido às eleições suplementares para preenchimento de uma vaga de deputado pelo círculo oriental de Lisboa (1.º e 2.º Bairros Administrativos) e outra de senador pelo distrito de Lisboa, realizadas em 14 de Outubro de 1917, alcançando cerca de 1.000 votos, mostrando-se *O Combate* satisfeito com a votação, pois os socialistas tinham sido os únicos que tinham aumentado as suas forças⁶³⁵.

A lista de candidatos a vereadores foi pela primeira vez publicada em 28 de Outubro, não sofrendo mudanças⁶³⁶. Este partido não concorreu às eleições da Junta Geral de Distrito, por isso, instruiu o seu eleitorado a “votar com a lista branca, ou com lista de outros partidos, tendo o cuidado de a traçar por completo”⁶³⁷. A análise socioprofissional total da Lista Socialista (Quadro 16) patenteou que a representação dos seis tipógrafos (33,5%) era predominante; em segundo lugar ficavam os três empregados no comércio (16,7%); e na terceira posição os dois comerciantes (11,2%).

⁶³² Vd. César Nogueira, *Resumo...*, pp. 66-68 e Idem, *Notas para a História do socialismo...*, p. 48.

⁶³³ Joana Dias Pereira, “A ofensiva operária”, in Fernando Rosas; Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República...*, p. 422.

O teatro Estrela, situado na calçada da Estrela, era o antigo animatógrafo Casino “Étoile” (fundado cerca de 1910) que passou a teatro em 1915. A sua actividade cessaria em 1918. Ver M. Félix Ribeiro, *Os mais antigos cinemas de Lisboa (1896-1939)*, Lisboa, IPC/CN, 1978, pp. 180-181.

⁶³⁴ Pedro Soares Ferreira, *op. cit.*, p. 104.

⁶³⁵ “A primeira batalha: as eleições de domingo”. *O Combate*, 21-10-1917, p. 1.

⁶³⁶ *O Combate*, 28-10-1917, p. 1.

Veja-se Anexos – A.17. Candidatos a vereadores da Lista do PS nas eleições de 1917.

⁶³⁷ “Declaração importante”. *O Combate*, 28-10-1917, p. 1.

À semelhança da Lista de 1913 os tipógrafos detinham o primeiro lugar e os empregados comerciais também mantinham a segunda posição; ficando o comércio lisbonense melhor representado com o terceiro posto alcançado pelos comerciantes, todavia, se bem que com elementos pequeno-burgueses, esta continuava a ser uma Lista essencialmente operária, como tinha sido a última apresentada ao sufrágio municipal.

Quadro 16 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PS – 1917

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Barbeiro	-		1	11,1	1	5,5
Carroceiro	-		1	11,1	1	5,5
Comerciante	1	11,1	1	11,1	2	11,2
Cortador	1	11,1	-	-	1	5,5
Empregado no comércio	2	22,2	1	11,1	3	16,7
Jornalista	-		1	11,1	1	5,5
Marceneiro	-		1	11,1	1	5,5
Médico	1	11,1	-	-	1	5,5
Serralheiro mecânico	-		1	11,1	1	5,5
Tipógrafo	4	44,5	2	22,2	6	33,5
Total	9	100	9	100	18	100

Fonte: *O Combate*, 4-11-1917: 1.

Uma vez mais eram oferecidos candidatos que o eleitorado já conhecia de actos escrutínios anteriores: António Francisco Pereira (desde 1914 director d'*O Combate*), José Fernandes Alves e Maximiano Marques, que integraram as Lista do PS de 1908 e 1913; Alfredo Canelas, António Maria Abrantes, Augusto César dos Santos, Costa Júnior e Teodoro Ribeiro, da Lista socialista das últimas eleições municipais. Desta feição, oito membros da Lista (44,4%) repetiam a candidatura à vereação lisbonense e somente dois candidatos efectivos eram virgens neste labor político. Cumpre-nos assinalar a presença do candidato substituto, César Nogueira (1879-1973), militante socialista desde 1908, voz destacada do partido como director ou redactor principal dos seus órgãos de imprensa – *República Social* e *Combate*; assim como do deputado socialista, José da Costa Júnior. Divisemos então como decorreu o período de campanha eleitoral.

IV.3. A campanha eleitoral

A Comissão Municipal de Lisboa do PRP realizou uma reunião destinada à apresentação dos candidatos a vereadores e às Juntas Paroquiais e à Junta Geral do

partido, no dia 25 de Outubro⁶³⁸. Três dias depois foi pela primeira vez publicada, na primeira página, d'*O Mundo* a Lista do PRP às eleições administrativas. Neste dia foi iniciada a campanha eleitoral com sessões de propaganda, que tinham como oradores os candidatos e alguns militantes do partido⁶³⁹.

A campanha do PRP não se coibiu de criticar a actuação da actual gerência municipal de maioria democrática. No editorial do seu órgão oficial lia-se que “A acção municipal tem de ser decisiva para a resolução do problema das subsistências. A vereação actual de Lisboa descurou o assunto: faltou-lhe a iniciativa e a energia”; acrescentando-se que os novos candidatos “esforçar-se-ão por atenuar quanto possível a crise, que nos não é particular, antes assoberba todas as nações”; numa alusão clara à crise mundial devido à Guerra. Discorrendo sobre o que faltava ao Município de Lisboa, apresentava-se o que deveria ser o programa da nova edilidade: o mais importante seria resolver “o problema das subsistências” (o abastecimento de géneros de primeira necessidade e a redução de preços); a defesa da estética da capital e a renovação dos contratos feitos pelas vereações monárquicas. O “povo republicano” deveria votar “em massa” na Lista Democrática, concorrendo desta forma para enfraquecer as dificuldades “dando mais força aos eleitos para combater os privilégios, anular a obra malfazeja dos que enriquecem à custa do sofrimento dos pobres”⁶⁴⁰. Outra dificuldade da capital era a “questão das carnes”, por isso, na sessão do Centro Republicano Democrático, o candidato a edil, Joaquim Pratas, veterinário, teceu considerações sobre a municipalização dos serviços alimentares e da fiscalização das carnes⁶⁴¹.

Nas sessões de propaganda os candidatos a vereadores fizeram algumas críticas à actual administração lisbonense. Na sessão do Centro Almirante Reis, Manuel Martinho, comerciante, censurou a “maneira branda” como esta tinha tratado da “questão das subsistências”, porque no mínimo poderia ter regulado os preços dos géneros de primeira necessidade e, assim, “evitar a ganância desmedida dos

⁶³⁸ “Vida republicana”. *O Mundo*, 25-10-1917, p. 1.

⁶³⁹ No Centro Republicano Democrático, rua Ivens, e no Centro de Santa Isabel, rua de Campo de Ourique. No dia seguinte, realizaram-se no Centro Almirante Reis, no Centro Bernardino Machado, rua de Alcântara; e no Grémio Luz e Verdade. No dia 30, no Centro Alexandre Braga, rua das Escolas Gerais; no Centro Heliodoro Salgado, na estrada de Benfica e no Centro Republicano Democrático de Belém. No dia seguinte, no Centro Republicano da Lapa, calçada da Estrela; no Centro Boto Machado, rua do Paraíso e no Centro Republicano de Santos, rua de São João da Mata. No dia 1 de Novembro, no Centro Henriques Nogueira, rua do Século e, novamente, no Centro Almirante Reis. Cf. “Propaganda eleitoral”. *O Mundo*, 28-10-1917, p. 1; “Centro Escolar Republicano Luz e Verdade”. *O Mundo*, 30-10-1917, p. 1.

⁶⁴⁰ Henrique de Vasconcelos, “A nova câmara”. *O Mundo*, 1-11-1917, p. 1.

⁶⁴¹ “Propaganda eleitoral”. *O Mundo*, 29-10-1917, p. 1.

açambarcadores”⁶⁴². Igualmente *O Mundo* admitiu que era necessário que a CML tivesse “uma administração honesta e inteligente, capaz de zelar pelos dinheiros públicos”; e que “uma grande parte dos correligionários discordou dos actos” da actual gerência municipal; lembrando ao eleitorado democrático que o partido apresentava candidaturas novas para que realizassem “uma obra nova”, “salvo duas excepções”⁶⁴³. Logo no início do período eleitoral os democráticos criticaram as listas constituídas por *técnicos*, não-políticos, alegando que não era possível “administrar um município como rotineiramente se pode administrar uma casa agrícola ou comercial. A complexidade dos problemas que surgem exige uma preparação anterior”⁶⁴⁴.

Experimentando a oposição dos partidos republicanos, dos socialistas e dos monárquicos, os democráticos não se esqueceram de apelar ao voto: “o acto eleitoral do dia 4 é uma pedra de toque para os republicanos”; e “a nenhum republicano é lícito tornar-se indiferente perante o acto eleitoral. Deve concorrer à urna, certo de que cumprirá um dever cívico”; mais, a “ninguém que seja sinceramente republicano é permitido realizar a abstenção”. Além disso, “Votar nas listas do Partido Republicano Português é protestar contra os monárquicos e contra os elementos que mais intriga têm estabelecido dentro da vida republicana”⁶⁴⁵.

Igualmente os evolucionistas apelaram ao voto, radicando no abstencionismo o seu “grande mal”, pois, ao não ir às urnas a grande maioria do eleitorado “tacitamente votou e deu à minoria o direito incontestável, moral e legal, de governar – de governá-la”. Mais, num discurso durante a campanha eleitoral, Zacarias de Lima, candidato e actual vereador almeidista, afirmou: “O abstencionismo é um crime. Quem não vota não pode fazer valer direitos: porque não sabe reconhecer deveres” e os evolucionistas que se abstêm “perdem a sua qualidade de cidadãos”⁶⁴⁶.

Dos ataques às negociações entre unionistas e monárquicos ocuparam-se democráticos e evolucionistas⁶⁴⁷. A luta eleitoral fazia-se entre republicanos, mas o inimigo principal eram “as toupeiras do antigo regime. Que não o esqueçam os

⁶⁴² “Propaganda eleitoral: no Centro Almirante Reis”. *O Mundo*, 30-10-1917, p. 1.

⁶⁴³ “Ecos e notícias: eleições”. *Ibidem*.

⁶⁴⁴ Henrique de Vasconcelos, “A lista democrática”. *O Mundo*, 25-10-1917, p. 1.

⁶⁴⁵ Cf. “O acto eleitoral...” e “Eleições: a lista do Partido...”. *O Mundo*, 28-10-1917, p. 1; “Ecos e notícias: eleições”. *Ibidem*, 30-10-1917, p. 1; “Votar...”. *Ibidem*.

⁶⁴⁶ “O dever de votar”. *República*, 27-10-1917, p. 1; “Uma imponente manifestação partidária...”. *Ibidem*, 28-10-1917, p. 2.

⁶⁴⁷ Cf. “Moralidade política”. *O Mundo*, 25-10-1917, p. 1; “Ecos e notícias: “inter amicus...”. *Ibid.*, 26-10-1917, p. 1; “A eleição de Lisboa...” e “Uma lista monárquica”. *República*, 23-10-1917, p. 1.

republicanos sinceros. E que todos se unam para o combate decisivo contra os monárquicos, mascarados e não mascarados”⁶⁴⁸. Também a Lista Neutra mereceu uma atenção especial do PRP e do PRE, não se cansando de salientarem que esta era unionista, com o “apêndice nevropático do sr. Egas Moniz”. Uma lista “composta de amigos políticos do sr. Camacho” que, tal como os monarquistas, usou o estratagema de outro nome para enganar os eleitores, porque unionistas e monárquicos não tinham “nenhuma fé no êxito eleitoral das suas respectivas listas”⁶⁴⁹. Conjuntamente democráticos e evolucionistas tentaram desmitificar o carácter apolítico da Lista da Cidade, afadigando-se em demonstrar que era uma lista de monárquicos encapotados⁶⁵⁰.

Os unionistas também não se inibiram de alertar o eleitorado conservador para o facto da Lista da Cidade ser uma lista “organizada por uma comissão eleitoral do partido monárquico”, com candidatos “retintamente monárquicos”, com excepção de dois ou três⁶⁵¹. Todavia, num sentido oposto, lamentavam que o acordo com os monarquistas não se tivesse concretizado, indo ao ponto de Brito Camacho afirmar que o fracasso das negociações tinha sido um “erro grave” com que só “lucram os democráticos, erro de que os monárquicos como partido, como força política organizada, não tirarão o mínimo proveito”⁶⁵²; uma afirmação que revela o desnorte da política camachista, como se preferissem a vitória monárquica e seu progresso político.

No dia 25 de Outubro deu-se início à propaganda eleitoral dos unionistas, na sua sede, na rua Gomes Freire, 74-A. Entre outros oradores discursou Raul de Almeida Carmo, candidato e actual edil, que referiu a “infelicidade de fazer parte da vereação municipal actual”; mas que, apesar disso, defendeu a constituição de lista de conjunção de partidos ou de independentes. Criticou a actual gestão da Comissão Executiva, afirmando que a oposição não podia fazer nada, pois os unionistas tinham sido afastados desta comissão. Era chegada a hora dos eleitores votarem em cidadãos que dessem garantias de competência e honestidade.

Outro candidato, Fidelino Figueiredo, discorreu contra a abstenção e referiu-se aos monárquicos “mortos e enterrados há muito” e, também, aos socialistas que

⁶⁴⁸ “Uma imponente manifestação partidária...”. *República*, 28-10-1917, p. 2.

⁶⁴⁹ “Nenhuma fé”. *O Mundo*, 26-10-1917, p. 1; Veja-se ainda “Branco é...”. *Ibidem*, 24-10-1917, p. 1; “Não há lista neutra”. *Ibid.*, 25-10-1917, p. 1; “Contando com a derrota...”. *Ibid.*, 30-10-1917, p. 1.

⁶⁵⁰ Cf. “Nenhuma fé”. *O Mundo*, 26-10-1917, p. 1; “Jornadas eleitorais...”. *República*, 3-11-1917, p. 2; “Não se percebe”. *Ibidem*, 4-11-1917, p. 2.

⁶⁵¹ “A lista monárquica”. *A Luta*, 24-10-1917, p. 1. Ver ainda “Idem”. *Ibidem*, 29-10-1917, p. 1.

⁶⁵² Brito Camacho, “Sempre a lista neutra”. *A Luta*, 31-10-1917, p. 1.

estranhamente recusaram participar a Lista Neutra, algo que considerava incompreensível, porque desta maneira “poderiam realizar princípios de socialização”; acrescentou que o povo não votava nos democráticos que têm “abusado do poder” e quanto ao partido evolucionista, se ainda existia, estava solidário com a política do PRP. Concluindo que o único partido com maior isenção era o unionista e, por isso, devia “merecer os votos da população”. A sessão foi encerrada por Brito Camacho que, uma vez mais, estranhou que a Lista Neutra não fosse aceite por outras forças políticas; afirmando-se mais surpreendido com a recusa dos socialistas, porque “seria a única maneira de entrar na câmara”, e porque o “socialismo municipal é uma experiência que entre nós se têm de fazer”⁶⁵³.

Numa tentativa de conquistar os votos do eleitorado socialista, no mesmo dia 25 de Outubro, Brito Camacho realizou uma conferência intitulada “Socialismo Municipal”, na Caixa Económica Operária, na rua da Infância⁶⁵⁴. Também foi publicada n’*O Século*, uma carta assinada por L., “um socialista independente”, onde se apelava ao voto do eleitorado socialista na Lista Neutra, com o insólito argumento (também defendido por Camacho na sua conferência) de que o exercício do cargo de edil era gratuito e que os candidatos da Lista Socialista “vivem do seu trabalho diário e, que desviados dos seus empregos, terão de lutar contra a miséria”, à pergunta de quem seria este L., com um raciocínio tão fantástico, o jornal *República* recomendava que se questionasse o “sr. Rosa do Século, candidato unionista”. Nas entrelinhas n’*O Mundo* entenderam a mensagem, o Lopes não era mais do que o próprio Rosa Pereira a pedir votos para ele próprio⁶⁵⁵. Esta aproximação aos eleitores socialistas não constituía uma novidade, já durante as eleições administrativas de 1916 (suspensas) os unionistas tinham apresentado uma Lista da Cidade, onde incluíram nomes de militantes socialistas sem os consultarem, recusando estes esse envolvimento⁶⁵⁶.

Dos dias 27 de Outubro a 3 de Novembro realizaram-se várias sessões de propaganda, com a presença de vários candidatos à edilidade⁶⁵⁷. A campanha da União

⁶⁵³ “Eleições Administrativas”. *A Luta*, 27-10-1917, pp. 1-2.

⁶⁵⁴ “Socialismo municipal”. *A Luta*, 25-10-1917, pp. 1-2.

⁶⁵⁵ Cf. “Os socialistas e as eleições...”. *A Luta*, 30-10-1917, p. 1; “O Lopes...”. *República*, 30-10-1917, p. 1; “O misterioso Lopes...”. *Ibidem*, 2-11-1917, p. 1.

⁶⁵⁶ Ver “A lista unionista”. *O Combate*, 5-11-1916, p. 2.

⁶⁵⁷ No dia 27 de Outubro no Centro Unionista; dois dias depois, no Centro Unionista de Alcântara; no dia 31 no Centro Latino Coelho, em S. Sebastião da Pedreira; em 1 de Novembro na Caixa Económica Operária; no dia 2 de Novembro no Centro Escolar Republicano de Belém; a última sessão realizou-se, no dia seguinte, no Centro União Republicana, largo do Calhariz. Ver “Eleições administrativas”. *A Luta*, 29-10-1917, pp. 1-2; “Propaganda eleitoral”. *Ibidem*, 30-10-1917, pp. 1-2; *Ibid.*, 1-11-1917, p. 1; *Ibid.*, 2-

Republicana foi pouco limpa, talvez pressentindo a derrota deitaram mão a todos os argumentos, chegando escrever-se que votar nos monárquicos e nos socialistas era votar na *União Sagrada*. Ao mesmo tempo, numa franca inconsistência, não desdenhavam lamentarem-se pelo fracasso da organização de uma lista neutra, de oposição ao Governo, porque “não o quiseram os dirigentes do partido socialista e do partido monárquico”⁶⁵⁸.

O periódico unionista, de 2 de Novembro, apelava ao voto contra o abstencionismo e lembrava que cortar um dos nomes da Lista Neutra, adoptada pelo Directório, era “uma grave falta de disciplina partidária”⁶⁵⁹. Na véspera do sufrágio a UR formulou o maior ataque à Lista Evolucionista acusando-os de estarem combinados com os democráticos e de oferecerem ao eleitorado lisboeta uma lista desdobrada (estampada n’*A Luta*), apresentando uma lista incompleta que os democráticos completavam com os restantes nomes, assim, os partidos da *União Sagrada* utilizavam “uma manobra eleitoral, usada pelos políticos da Monarquia”⁶⁶⁰. A Comissão Municipal distribui um manifesto onde reclamava o voto nos unionistas e atacava a Lista Democrática defendendo que a gestão municipal afonsista tinha sido incompetente e de “favoritismo” sendo “absolutamente indispensável”, que não vencesse a lista governamental, votar nos democráticos era trair o país. O voto útil era nos unionistas: “À urna pela decência, pela moral e pela justiça!”⁶⁶¹.

No título que encimava *A Luta*, do dia 3 de Novembro, estava estampada a súmula dos argumentos políticos que os unionistas tinham proferido durante a campanha eleitoral:

Que todos concorram às urnas! (...). Votar numa lista que não tem probabilidades de vingar, o mesmo é que votar nos democráticos. Estrão nesse caso a lista socialista e a lista monárquica. Dar os votos à lista evolucionista, que se apresenta incompleta, para que a completem os democráticos, é votar na **União Sagrada**, a mais estranha e abominável monstruosidade da política portuguesa. Estão em jogo os interesses do Município, e através duma eleição administrativa, via-se a tirania democrática que nos vexa, que nos espolia, que nos maltrata, sem respeito por coisa alguma.”

11-1917, pp. 1-2; “Eleições municipais”. *Ibidem*, 3-11-1917, p. 2; “Propaganda eleitoral”. *Ibid.*, 3-11-1917, p. 2.

⁶⁵⁸ “Dividir para vencer”. *A Luta*, 27-10-1917, p. 1. Ver ainda “Só um alvo”. *Ibidem*.

⁶⁵⁹ Cf. “A obrigação é votar” e “Quanto pior... pior”. *A Luta*, 2-11-1917, p. 1.

⁶⁶⁰ “O desdobramento”. *A Luta*, 3-11-1917, p. 1.

⁶⁶¹ União Republicana, “Aos eleitores” [visual gráfico]. [Lisboa, 1917]. Disponível em <http://purl.pt/22038/2/> [última consulta 16-06-2013].

A campanha monárquica, iniciada em Outubro⁶⁶², foi aguerrida, utilizando todos os meios para convencer o eleitorado conservador e, não só, como veremos. Assim, a Associação de Proprietários distribuiu um manifesto onde apelava aos seus associados para que votassem na Lista da Cidade (que incluía como candidato o presidente desta organização) prometendo-lhes que cessariam de pagar impostos, que não seriam obrigados a fazer obras nos imóveis, que poderiam aumentar as rendas de casa e que seriam facilitados os despejos dos inquilinos⁶⁶³.

O grupo monárquico d'*O Liberal* incrementou em Lisboa uma campanha agressiva com a distribuição de pasquins ferozes, incitando o eleitorado conservador a votar na Lista da Cidade:

“O povo geme com fome perante a enorme carestia de vida, mercê da incompetência e do egoísmo dos actuais governantes. Bate-nos à porta a mais atroz das misérias e vós não protestais! Receais os tiros e os sabres da guarda republicana? Apavoram-vos os cárceres e a reclusão a bordo de navios de guerra? Se não podeis de outra forma reagir perante as condições aflitivas em que presentemente se encontra o país, um ensejo se vos oferece, para que de cabeça bem erguida usando vosso (...) direito, podeis protestar contra os desmandos daqueles que abusando da vossa evangélica paciência têm cometido os maiores crimes, enriquecendo à vossa custa”⁶⁶⁴.

O *Diário Nacional*, cujo director era Aires d'Ornelas, declarou que se os monárquicos fizessem campanha contra a Lista da Cidade e que votassem na Lista Neutra cometeriam uma “traição”, porque votar nesta Lista era o “dever de quem for monárquico; e quem não votar, não o é, nem o sabe ser”; mais, não se inibiu de ameaçar o eleitorado realista – “as pessoas que andam sempre para aí a declamar *que são tão bons uns como outros* ou que *toda esta gente* está desgraçando o país” – de lhes estampar os nomes se votassem nos republicanos, porque “não há uma *lista monárquica*, mas há *listas republicanas*, e nestas é que os monárquicos não podem votar”⁶⁶⁵.

A imprensa monarquista desferiu uma forte investida às vereações republicanas e, principalmente, à actual constituída por democráticos, evolucionistas e unionistas, ao

⁶⁶² Ver António Cabral, “Á urna!”. *O Liberal*, 2-10-1917, p. 1; Alfredo Pimenta, “As próximas eleições”. *Diário Nacional*, 19-10-1917, p. 1; António Cabral, “A campanha eleitoral”. *O Liberal*, 19-10-1917, p. 1.

⁶⁶³ Cf. “O resultado”. *O Mundo*, 5-11-1917, p. 1.

⁶⁶⁴ Panfleto *Ao Povo de Lisboa*, autoria de Júlio Costa Pinto, in AHM, 1.^a divisão, 35.^a secção, caixa n.º 1262, pasta 1. Citado por Miguel Dias Santos, *A contra-revolução...*, p. 351.

⁶⁶⁵ Veja-se “A eleição de Lisboa”. *Diário Nacional*, 23-10-1917, p. 1; “Actualidades: tranquilize-se”. *Ibid.*, 24-10-1917, p. 1.

“luxo de uma câmara republicana”, que acusavam de despender o dinheiro dos munícipes em quadros e em jazigos de correligionários, em vez de, por exemplo, melhorar o equipamento municipal de incêndios. Os grandes responsáveis pela “administração escandalosa” dos democráticos eram os vogais da Comissão Executiva, Levy Marques da Costa e Manuel Joaquim dos Santos, este último novamente candidato⁶⁶⁶. Uma série de artigos intitulados “A Caverna”, denunciavam os problemas e a má gestão da capital: o aumento de os impostos municipais; o lixo que inundava as ruas; a falta de material para o serviço de incêndios; o último artigo versava sobre “o cadastro d’uma condenada”, a actual edilidade republicana, que nem democráticos, nem evolucionistas nem unionistas ousavam defender⁶⁶⁷.

No dia do sufrágio fizeram menção ao facto dos vereadores lisbonenses terem discutido, no Senado Municipal, a possibilidade de levar a tribunal o *Diário Nacional* por injúrias e calúnias, mas terem desistido porque também nos jornais republicanos a gerência municipal tinha sido alvo de duras críticas⁶⁶⁸. Este jornal monárquico defendeu-se das acusações de calúnia afirmando que se limitou a expor factos, enunciando, mais uma vez, o rol de heranças e gestão da edilidade: o problema das subsistências era o mais grave de todos os concelhos nacionais; alguns vereadores utilizavam para uso pessoal os passes que a Companhia dos Eléctricos fornecia ao pessoal da Câmara; que os serviços de incêndios estavam em completo abandono e que o erário público, ao invés de ser despendido neste serviço de salvação pública, era gasto em quadros e mausoléus. Terminando por lamentar-se que os edis tivessem desistido da intenção de ir para tribunal⁶⁶⁹.

Fazendo uma apreciação da Lista do PRP afirmaram que esta era composta por “uma selecção de anónimos, à mistura com alguns politiquetes, não é melhor nem pior do que a das pessoas que estão actualmente nos Paços do Concelho”. Em relação à Lista Neutra – “*a lista unionista*” – era constituída por “correligionários fiéis” de Brito Camacho, o único que não pertencia ao unionismo era Pereira da Rosa. Quanto à lista

⁶⁶⁶ Cf. “O município de Lisboa...”. *Diário Nacional*, 28-10-1917, p. 2. Ver ainda “Por aí...”. *Ibid.* 1-11-1917, p. 1.

⁶⁶⁷ Ver Joaquim Leitão, “A caverna...”. *Diário Nacional*, 25-10-1917, p. 1; *Ibidem*, 1-11-1917, p. 1; *Ibidem*, 3-11-1917, pp. 1-2; *Ibid.*, 4-11-1917, p. 1.

⁶⁶⁸ Sobre este assunto veja-se Sessão de 2 de Novembro de 1917. *Actas das Sessões da Câmara...1917*, pp. 272-275. As censuras que foram dirigidas à Comissão Executiva durante a campanha eleitoral levariam o seu presidente, Levy Marques da Costa, a apresentar a demissão do cargo, alegando motivos de saúde. Cf. Sessão de 9 de Novembro de 1917. *Ibidem*, pp. 293-295.

⁶⁶⁹ Cf. “Actualidades: a câmara...escura”. *Diário Nacional*, 4-11-1917, p. 1.

evolucionista era uma lista para a minoria, portanto uma lista desdobrada, destinada a assegurar que os afonsistas e almeidistas ficariam sozinhos, “em maioria e minoria, com os cofres do município à sua ordem”⁶⁷⁰. A existência desta lista desdobrada, denunciada pelos unionistas e monárquicos, nunca existiu. O PRE apresentou uma lista de nove candidatos, tantos quantos constituíam a minoria municipal, assim como, os resultados da votação dos candidatos do PRP não revelaram diferenças profundas entre eles, refutando a tese de que eleitores evolucionistas tivessem inscrito nomes de democráticos no seu boletim de voto. As notícias da imprensa camachista e monarquista não só eram falsas, como constituíram, sim, uma manobra eleitoralista.

Nos dois dias antecedentes ao escrutínio os cabeçalhos do *Diário Nacional* faziam um apelo ao voto ao eleitorado conservador e independente, lembrando que os partidos republicanos (em maioria ou minoria) eram os responsáveis pela ruína do Município de Lisboa. Frisavam que a Lista da Cidade era apartidária, porque não era apoiada “oficialmente” por nenhum partido e porque ninguém dos seus candidatos era um “**político militante**”, deste modo, a sua vitória era a da “**competência**”, repisando que os candidatos eram cidadãos “honrados, capazes e experientes” asseveravam: “**Ninguém ainda o contestou**”. O cerne da questão era não que os vereadores fossem republicanos ou monárquicos, mas que houvesse “menos fome e mais luz, mais higiene e mais limpeza”; assim, o eleitor independente não deveria importar-se com as clientelas do regime republicano⁶⁷¹. No diário integralista *A Monarquia* lia-se no título: “Pelas competências contra os partidos. (...) É preciso combater os partidos e a sua interferência funesta na administração municipal”⁶⁷², passando a mensagem do apartidarismo da Lista da Cidade. Desta forma, tentavam dispensar para segundo plano a questão política do regime num eleitorado que era muitíssimo republicanizado, informado e participativo nas actividades políticas.

Um último aviso foi dirigido aos abstencionistas: era chegada a hora de irem em massa às urnas, porque se não o fizessem “todas as maldições lhes serão poucas, em todos os desastres que lhes caírem – e *hã-de cair* – serão culpados; nenhum bastará

⁶⁷⁰ Veja-se “Listas republicanas”. *Diário Nacional*, 25-10-1917, p. 1; “A lista evolucionista”. *Ibidem*, 26-10-1917, p. 1.

Depois das eleições os socialistas também referiram que os democráticos tinham desdobrado a favor da Lista Evolucionista. Cf. J. Fernandes Alves, “As eleições”. *O Combate*, 11-11-1917, p. 2.

⁶⁷¹ Ver “Pela competência contra o sectarismo”. *Diário Nacional*, 3-11-1917, p. 1; “A verdadeira questão”. *Ibidem*, 4-11-1917, p. 1.

⁶⁷² “Pelas competências contra os partidos”. *A Monarquia*, 3-11-1917, p. 1. Ver ainda “À Urna”. *O Liberal*, 3-11-1917, p. 1.

como expiação do verdadeiro crime que cometem neste dia”⁶⁷³. Não encontramos registo a nenhuma sessão de propaganda eleitoral realizada pela Lista da Cidade; a campanha decorreu na imprensa e na rua com a distribuição de panfletos e afixação de cartazes.

A campanha eleitoral dos evolucionistas iniciou-se no dia 28 de Outubro com uma sessão solene de inauguração do Centro Escolar Evolucionista 5 de Outubro, na rua de S. Luís, freguesia de Santa Isabel. Neste evento Feio Terenas faria a apologia da Lista do PRE defendendo que os almeidistas tinham “uma obra a respeitar” – “a obra dos primeiros republicanos que entraram na Câmara Municipal de Lisboa”. Após enumerar alguns dos problemas da cidade, focaria a “questão das subsistências”, defendendo a criação de uma Liga de Defesa dos Consumidores, para tratar do problema de alimentação dos mais pobres⁶⁷⁴.

Na última sessão eleitoral o candidato Morais Rosa apresentou o seu programa para a vereação lisbonense, entendendo que os problemas administrativos eram variados: questão das subsistências; problemas do gás, electricidade, água e viação, defendendo a fiscalização dos contratos; instrução pública; turismo, intimamente ligado à regulamentação do jogo; questão da construção predial e a limpeza da cidade. Terminando por afirmar que não queria ser “confundido com *Pequitos* e *Camachos*. Uns e outros trabalham afanosamente para a defesa dos seus interesses”⁶⁷⁵.

Mais do que a votação dos unionistas, que julgavam ser insignificante, os almeidistas temiam os resultados da Lista da Cidade, seus verdadeiros opositores na conquista da minoria, por isso, desmistificaram esta “lista-burla” que só provava que os monárquicos não tinham coragem de ir abertamente a votos “defendendo a crapulosa administração monárquica. É um disfarce. É um *bluff*. (...). Mais: é um insulto ao povo de Lisboa”. Lembrando que por muitos erros que as vereações republicanas tivessem

⁶⁷³ “Caso de consciência”. *Diário Nacional*, 4-11-1917, p. 1.

⁶⁷⁴ “Uma imponente manifestação partidária...”. *República*, 28-10-1917, p. 2.

Realizaram-se outras sessões de propaganda: a 29 de Outubro, no Centro Evolucionista do 1.º Bairro; no dia seguinte, no Centro Dr. Mesquita Carvalho; 1 de Novembro, no Centro de S. José, no Centro Evolucionista do 2.º Bairro, em Arroios e no Centro Elias Garcia, no Beato; dia 2, no Centro Latino Coelho, em Arroios; e no dia 3, no Centro Evolucionista do largo da Trindade, sede da Junta Municipal do partido. Cf. “Campanha eleitoral...”. *República*, 28-10-1917, p. 1; “Centro Evolucionista do 1.º Bairro...”. *Ibid.*, 29-10-1917, p. 1; “O dia eleitoral...”. *Ibid.*, 1-11-1917, p. 1; *Ibid.*, 2-11-1917, p. 1.

⁶⁷⁵ “Jornadas eleitorais...”. *República*, 3-11-1917, p. 2.

praticado não se comparavam com a “administração escandalosa, de latrocínios, de imoralidade, de misérias” da administração local durante a Monarquia⁶⁷⁶.

Na sessão do Centro da Lapa o deputado Mesquita Carvalho (1868-1931) criticou os abstencionistas e apelou ao voto em todos os candidatos, figuras de prestígio, “homens honrados e capazes”, cujos nomes tinham sido sancionados por António José de Almeida. Igualmente por isso: “não devemos também cortar qualquer nome das nossas listas. Isso representaria um acto de indisciplina e uma incorrecção moral”⁶⁷⁷. Desta forma procurava-se conter o livre arbítrio do eleitorado evolucionista, que à semelhança dos votantes lisboetas das outras forças partidárias, manifestava nas urnas as suas preferências pelos candidatos apresentados pelo partido.

A batalha final do Partido Evolucionista foi perpetrada na primeira página da *República* no dia das eleições. O destaque (em caixa) que encimava este diário era incisivo:

“Pela República! Pela moralidade administrativa! Em Lisboa a lista evolucionista é a «única» genuinamente republicana que disputa a minoria da Câmara. É a «única» que dá garantias de uma honesta fiscalização e capaz de fazer ressuscitar no Município de Lisboa os velhos e saudosos tempos das primeiras vereações republicanas.”

Inseria-se, ainda, um manifesto dirigido aos eleitores em que se afirmava que os candidatos evolucionistas levariam para o município o programa do partido no que dizia respeito “às franquias locais, aos bons princípios de administração, ao largo e metódico desenvolvimento da educação e instrução popular e a tudo o mais que tenda à defesa dos direitos e garantias” de Lisboa. Nesta missiva justificava-se a opção do PRE só disputar a minoria municipal, porque “essa representação corresponde presentemente e dentro do actual regime de sufrágio – à sua força eleitoral, que é a sua força política”. Ainda, para os seus verdadeiros adversários – os monárquicos e unionistas – dirigiram alguns artigos, insinuando que ambos tinham o apoio dos alemães e dos germanófilos, transformando-os em traidores à pátria. A aversão a Brito Camacho, também ficava bem espalhada em vários escritos, que o caracterizavam, entre outras coisas, como “árbitro

⁶⁷⁶ “A lista-burla”. *República*, 1-11-1917, p. 1.

⁶⁷⁷ “Jornadas eleitorais”. *República*, 1-11-1917, p. 2. O mesmo apelo para não cortar os nomes dos candidatos foi feito noutras sessões de propaganda, veja-se “Idem”. *Ibid.*, 3-11-1917, p. 2.

mau... e infeliz” e “uma das maiores mediocridades desta terra”⁶⁷⁸, numa última tentativa para conquistar o eleitorado conservador.

Quanto ao Partido Socialista o seu jornal declarou aberta uma subscrição eleitoral para as eleições municipais, em 21 de Outubro. O partido necessitava de 500 escudos para a realização do acto eleitoral. Eram urgentes 300\$00 para as listas e manifestos; 150\$00 para a distribuição das mesmas; e 50\$00 para cartazes, sua afixação e outras despesas⁶⁷⁹.

Para o PS as outras listas eram “listas de burgueses, criaturas do alto comércio, oficiais do exército, indivíduos que têm a sua responsabilidade ligada à situação tristíssima em o país se debate”. Seria uma vergonha que o corpo eleitoral de Lisboa desse o triunfo eleitoral a “esses mentecaptos que têm estado à frente da edilidade lisbonense, que nunca deram um passo para a solução do problema das subsistências, e que se têm limitado a distribuir o dinheiro do município pelas chafaricas republicanas”. O partido disputava a minoria camarária, não tendo a sua lista personalidades de “alto valor intelectual, altas capacidades científicas. Mas é composta de camaradas que à causa trabalhadora se têm dedicado, que por ela têm lutado na imprensa, nos comícios, nas associações”. Não apresentavam programa político porque era desnecessário, o seu programa municipal dizia mais “que quantos artigos nós elaborássemos”. Era esse programa que os socialistas defenderiam na câmara municipal, não esquecendo o “problema das subsistências”. A semana que entrava “era uma semana de luta”, concluindo com o apelo: “Á urna pela lista socialista! Deve ser o grito de todos nós”⁶⁸⁰.

No dia 28 de Outubro iniciou-se a propaganda eleitoral com um comício promovido pela Comissão Paroquial Socialista de S. Sebastião da Pedreira, na estrada de Campolide; e também houve uma sessão de propaganda, na rua de Santo Estevão (quintal do sr. José Alecrim), em que falaram alguns candidatos socialistas⁶⁸¹; igualmente na sede da União as Mulheres Socialistas, na rua do Benfornoso, se realizou uma festa para angariar dinheiro para as despesas eleitorais do partido, onde esteve

⁶⁷⁸ Cf. “Alemães por trás dos monárquicos”; “A lista do camachismo pretende atrair os votos dos germanófilos”; “O sr. Brito Camacho...”; “A mediocridade do sr. Camacho”; “O sr. Brito Camacho à margem” e “Processos do sr. Brito Camacho”. *República*, 4-11-1917, p. 1.

⁶⁷⁹ Os donativos deveriam ser entregues a António Francisco Pereira e António Maria Abrantes, ver “Subscrição eleitoral”. *O Combate*, 21-10-1917, p. 1.

Para as eleições gerais de Junho 1915 o PS tinha contado com o auxílio monetário do Bureau Socialista Internacional, no valor de 814 marcos. Cf. Constantino de O. Gonçalves, *op. cit.*, p. 16 (nota de rodapé).

⁶⁸⁰ J. Fernandes Alves, “As eleições administrativas”. *O Combate*, 28-10-1917, p. 1.

⁶⁸¹ Ver “Propaganda eleitoral”. *O Combate*, 28-10-1917, p. 1.

presente o deputado e candidato a edil Costa Júnior⁶⁸². Na antevéspera das eleições foi distribuída uma circular que apelava ao voto na Lista Socialista e chamava a atenção do eleitorado para os desmandos dos governos republicanos contra os trabalhadores e para o desleixo da capital. Os cidadãos deveriam votar na Lista inclusa com a circular, “*a única lista do povo trabalhador! À urna pela Verdade e pela Justiça! À urna pelos candidatos socialistas!*”⁶⁸³.

No dia do sufrágio fez-se o derradeiro apelo ao voto cujos candidatos deveriam vencer “para moralizar a acção municipal”; principalmente em Lisboa, onde a câmara “não fez coisa alguma em favor do povo”, ao contrário da do Porto onde os socialistas tinham a minoria. A edilidade lisbonense “não o fez, porque era composta na sua grande maioria, de comerciantes, de industriais, de indivíduos cujos interesses são profundamente antagónicos com os da classe operária. Nada farão amanhã em benefício do povo, os indivíduos que fazem parte das listas burguesas apresentadas ao sufrágio, (...), porque essas listas, monárquicas ou republicanas, são todas compostas de elementos capitalistas, inimigos da classe operária”. Os eleitores deviam votar na lista Socialista, “a única que pode representar as aspirações de todos quantos trabalham e produzem”. Compunham-na “camaradas vindos das oficinas, vítimas da exploração burguesa”, por isso “eles haviam de ser, dentro da edilidade, os defensores dos interesses da classe trabalhadora”. O seu programa era o programa municipal socialista “onde todos os assuntos de interesse municipal são tratados, desenvolvidos e solucionados”⁶⁸⁴.

Divulgou-se ainda uma “declaração de princípios” onde se afirmou o “propósito de conquista dos poderes político e administrativo, invadindo por todos os lados os organismos em que a burguesia assenta o seu predomínio, (...), convertendo a sociedade capitalista numa sociedade colectivista ou comunista e gerando simultaneamente a emancipação política, intelectual e económica do povo”, pois, “para ser profícua a acção do proletariado, não se deve limitar a determinado meio de combate, mas sim dilatá-la e exercê-la conforme as circunstâncias de ocasião” e, considerando “que a conquista dos municípios pelos trabalhadores, como a invasão do Parlamento, (...), testemunha uma noção inteligível dos seus direitos sociais”, o PS declarou “disputar a influência

⁶⁸² Cf. “Propaganda eleitoral”. *O Combate*, 28-10-1917, p. 1; “União das Mulheres Socialistas”. *Ibidem*, p. 2.

⁶⁸³ “As eleições: circular do Partido Socialista”. *A Vanguarda*, 2-11-1917, p. 2.

⁶⁸⁴ J. Fernandes Alves, “À urna pelo socialismo!”. *O Combate*, 4-11-1917, p. 1.

municipal, convidando o proletariado a coadjuvá-lo”⁶⁸⁵. Contudo, mais uma vez, a corrente anarquista criticava “os politiquinhos” considerando que em vez da defesa da “felicidade comum” lutavam pela sua própria felicidade que consistia “em que os menos felizes, os miseráveis, caíam em eleger que se ofereça para lhes tratar dos interesses próprios”, apelando à abstenção e que o caminho dos trabalhadores era a revolução social⁶⁸⁶.

Ao contrário das anteriores eleições municipais a batalha eleitoral foi enérgica. Para além da rotineira propaganda dos jornais as ruas de Lisboa foram cobertas de cartazes da Lista Neutra e da Lista da Cidade, chegando um destes, que apelava ao voto na lista monárquica, a ter como cabeçalho a saudação socialista “**Companheiros!**”, com o seguinte texto: “Temos sido escravos dos açambarcadores que nos têm reduzido à fome e à miséria. Precisamos na vereação municipal de homens honestos que lutem contra eles. À urna pela lista da cidade!”⁶⁸⁷.

Os evolucionistas consideraram que este cartaz era uma tentativa de embuste dirigida ao eleitorado socialista; pois davam “a esse reclame-burla toda a cor de uma invocação anarquista. Agitam diante dos olhos do povo o espectro da fome”; a indignação destes republicanos contra a desfaçatez dos “monárquicos retintos, antigos ministros e deputados realistas, oficiais do exército que se demitiram por formal intransigência com o regime republicano” e que agora tratavam o povo de Lisboa por “Companheiros!”, só seria aplacada pela resposta que este lhes daria no dia das eleições⁶⁸⁸.

Na véspera do sufrágio, um diário lisboeta, alertou para o “significado político” das eleições municipais, defendendo que a rejeição da política do Governo tinha resultado no aparecimento de quatro listas de oposição aos democráticos; e, mais, era devido à política governamental que os monárquicos “se atrevem pela primeira vez, a disputar uma eleição em Lisboa, a cidade considerada como a mais republicana da Europa”⁶⁸⁹.

⁶⁸⁵ “As eleições de hoje: declaração de princípios”. *O Combate*, 4-11-1917, p. 1.

⁶⁸⁶ “Ramada” e “Curto”. *A Sementeira*, S. 2, A. 2, n.º 23 (Nov. de 1917), p. 361.

⁶⁸⁷ Reproduzido in “Como os monárquicos tratam agora a «canalha»”. *República*, 4-11-1917, p. 1.

⁶⁸⁸ “Especulações eleitorais”. *República*, 3-11-1917, p. 1.

⁶⁸⁹ “As eleições de amanhã: o governo vai defrontar-se com uma rija oposição”. *A Capital*, 3-11-1917, p. 1.

IV.4. O corpo eleitoral

Este recenseamento foi o único em que conseguimos consultar nas fontes arquivísticas o registo completo do eleitorado de Lisboa, depositado nos Arquivos Municipal do Arco do Cego e Nacional da Torre do Tombo. Nos cadernos eleitorais estavam recenseados 48.463 cidadãos, um número inferior em 31 eleitores em relação ao último acto eleitoral. Podemos atribuir esta diminuição do eleitorado lisboeta a múltiplos factores como, por exemplo, à partida de cidadãos para a Guerra ou à não inscrição e eliminação de opositores políticos dos livros de recenseamento. Como nas eleições administrativas anteriores 40 assembleias de voto coincidiam com 40 das 42 freguesias de Lisboa, a única excepção continuava a ser a assembleia do Lumiar (incluía os eleitores da Charneca e da Ameixoeira).

Dentro das 40 assembleias eleitorais 24 detinham várias secções⁶⁹⁰, perfazendo no seu conjunto 81 secções de voto. Desta forma, 16 assembleias tinham secção única, pois para além das treze das últimas eleições municipais, três assembleias que tinham duas secções em 1913 passaram a ter uma única secção, a saber: Santa Justa, S. Nicolau e S. Paulo. Em conclusão, nestas eleições municipais existiam um total de 97 secções de voto em Lisboa, menos 6 do que no ano de 1913.

A freguesia com maior número de eleitores era a dos Anjos (4.332); seguiam-se Santa Isabel (3.980); Santa Engrácia (3.401); Alcântara (2.730); S. Sebastião (2.537); Arroios (2.195); Mercês (2.127); Santos (2.087); Beato (1.778); Coração de Jesus (1.763); Pena (1.536); Lapa (1.510); Belém (1.376); Santa Catarina (1.295); S. José (1.158); Ajuda (1.151); S. Mamede (1.137) e S. Cristóvão (1.053). Relativamente à representação eleitoral dos quatro Bairros Administrativos da capital manteve-se exactamente a mesma correlação de forças das eleições antecedentes. O 1.º Bairro (16.105 eleitores) conservou a primeira posição, no segundo lugar continuou o 4.º Bairro (12.834), em seguida o 3.º Bairro (11.118), e na última posição permanecia o 2.º Bairro (8.406), em suma, os eleitores do 1.º e 4.º Bairros continuavam a representar

⁶⁹⁰ Continuavam com o mesmo número de secções, relativamente ao ano de 1913, as assembleias do Beato, S. Cristóvão, S. Vicente, Santa Engrácia, Olivais, Sé, Socorro, Pena, Benfica, Santa Catarina, S. Mamede, Belém, Ajuda, Santa Isabel e Santos; tinham mais uma secção os Anjos (8), Mercês (4) e S. Sebastião (5); e, detinham menos uma secção Arroios (4), Encarnação (2), S. José (2), Coração de Jesus (3), Alcântara (5) e Lapa (3).

maioritariamente o eleitorado de Lisboa, atingindo os 59,7 por cento, quase dois pontos percentuais acima das últimas eleições municipais⁶⁹¹.

Como no recenseamento de 1913 foram relatadas anomalias. Os unionistas denunciaram n' *A Luta* que o candidato democrático a edil, Manuel Martinho, presidente da junta de paróquia dos Anjos, num processo de exclusão de eleitores, assinou um parecer em que reconhecia que determinado cidadão – José Egídio Marques, candidato substituto democrático a vereador – devia permanecer recenseado pela freguesia do Socorro, porque este eleitor visitava assiduamente a morada indicada nos Anjos, embora não se pudesse assegurar que aí residia e, para além disso, era membro da comissão política da freguesia do Socorro; do mesmo molde outros dois eleitores que habitavam na freguesia dos Anjos há mais de um ano deveriam continuar recenseados pelo Socorro, para evitar que votassem em mais do que uma freguesia⁶⁹². Ao percorrermos os cadernos eleitorais descobrimos casualmente (e não numa pesquisa deliberada) duplicação de eleitores, como por exemplo: José Lino dos Santos Martins⁶⁹³ e José Moreira de M. Sarmento⁶⁹⁴, confirmando uma prática (re)conhecida de todos.

Além disso, deparámo-nos com um facto imprevisível e inconcebível quando observávamos as actas das assembleias eleitorais, com efeito, junto com a pasta da acta da 1.ª secção da freguesia dos Anjos estava inserido um caderno de recenseamento eleitoral desta freguesia (2.ª secção), manuscrito, não datado, onde encontrámos oito mulheres recenseadas, a saber: [eleitor n.º] “52, Adelaide Josefina Pinto Carmen Perestrelo, 62 [anos], s[olteira], professor (sic), rua do Registo Civil, 32- 4º”; “79, Adriana Esteves Carrilho, 33, c[asada], fotógrafo (sic), rua de Arroios, 34”; “273, Alice Amor Perri Vidal, 61, v[iúva], doméstico (sic), avenida Almirante Reis, 84-3º”; “274, Alice Batalha e Silva, 42, v., doméstico (sic), rua de José Estevão, 16-2º”; “275, Alice Veras, 31, v., pastora, rua Maria, 53-1º”; “n.º 336, Amélia Duarte Ferreira, 37, s., dactilógrafo (sic), rua do Conde Pombeiro, 20-1º”; “337, Amélia Ferreira de Mascarenhas, 49, v., modista, rua das Olarias, 62-1º”; ”338, Amélia Nogueira dos Reis Nogueira, 42, v., empregado público (sic), rua Joaquim Bonifácio, 10-1º”; e, sem

⁶⁹¹ Veja-se Anexos – A.43. Eleitores em Lisboa (1913-1925).

⁶⁹² Cf. “Um candidato democrático”. *A Luta*, 31-10-1917, p. 1.

⁶⁹³ Aparece recenseado duas vezes: uma com 36 anos, fundidor, calçada de S. João da Praça, 3-5º; e, com o mesmo nome, operário, casado, S. João Praça, 126, 6º, in AML/AC, Recenseamento eleitoral...: freguesia da Sé, 1ª secção, 1917, [eleitor n.º] 215 e 216.

⁶⁹⁴ Também com entrada duplicada: 52 anos, casado, empregado público, rua do Arco da Graça, 4-4º; e 57 anos, 2.º contador, na mesma morada, in AML/AC, Recenseamento eleitoral...: freguesia do Socorro, 2ª secção, 1917, [eleitor n.º] 611 e 612.

número de eleitor, mais três (da páginas 1 à 4): “Elvira Augusta Cruz, 73, v., proprietário (sic), rua Heliodoro Salgado, 22-1º”; Elvira da Conceição Teixeira Mendes, 63, comércio (sic), rua Sr.^a do Monte, 18-2º Esq.” e “Ermelinda Rosa, 39, escriturário (sic), rua Sr.^a do Monte, 36-3º”, num total de onze eleitores do sexo feminino⁶⁹⁵.

Com ou sem número de eleitor a inscrição destas mulheres era uma deturpação perante a lei eleitoral em vigor e não nos restam dúvidas de que este livro é altamente irregular, não só pela inscrição do sexo feminino – que o recenseador teve o cuidado de inscrever com a profissão no masculino, exceptuando a pastora e a modista –, mas também, pelos números dos eleitores, porque com esses Algarismos este caderno eleitoral (se fosse autêntico) teria de ser da 1.^a secção e nunca poderia ser da 2.^a secção dos Anjos, cujo primeiro eleitor inscrito era o n.º 542.

Corroborando a fraude surgem nas páginas 1 à 4 (com nomes sem número de eleitor) 13 eleitores inscritos a lápis. Estas páginas não estão rubricadas, e perfazem 127 eleitores, sendo assinaladas descargas de votação em todos os recenseados. Seguem-se mais 14 páginas com 30 eleitores cada. Em resumo, este caderno eleitoral falso consagrava no total a inscrição de 547 eleitores, dos quais onze eram do sexo feminino⁶⁹⁶.

A nossa estranheza perante a descoberta deste documento colocou-nos várias incógnitas. Se nos parece evidente que este livro contrafeito foi utilizado durante o escrutínio eleitoral, porque é que os recenseadores ou os elementos da assembleia eleitoral dos Anjos (da 1.^a ou da 2.^a secção) inscreveram mulheres e, ainda, eleitores do sexo masculino a lápis? Seria porque era difícil efectuar as famosas chapeladas perante a vigilância permanente dos eleitores lisboetas? E, mais importante, porque não foi este falso recenseamento destruído após o escrutínio? Interrogações, que por agora, ficaram sem resposta. Vejamos então como decorreu o acto eleitoral.

⁶⁹⁵ Recenseamento Eleitoral...: freguesia dos Anjos: 2.^a secção, [1917], p. 2v-4; p. 10v-11 e 12v-13. Inseto in Actas das assembleias eleitorais referentes à eleição de procuradores à junta geral de distrito e de vereadores, círculo n.º 27 (1.º e 2.º Bairros). [1917, Novembro, 4], Lisboa.

Ver Anexos – A.18. Recenseamento fraudulento de eleitores do sexo feminino – 1917.

⁶⁹⁶ No Arquivo Municipal do Arco de Cego só está depositada a acta da 1.^a secção dos Anjos, que regista 115 votantes, das outras 7 secções desta assembleia não existe qualquer acta. Existem todos os cadernos de recenseamento desta freguesia, impressos, e os nomes do falseado não correspondem sequer aos dos originais.

IV.5. Acto e escrutínio eleitorais

O Ministro do Interior expediu um telegrama-circular aos governadores civis de Lisboa avisando que o Governo não autorizava qualquer intervenção das autoridades administrativas no acto eleitoral, excepto dentro das ocorrências da lei em vigor, nem consentiria o uso de violências contra os eleitores, independentemente da sua cor política⁶⁹⁷.

À semelhança de 1913 as assembleias eleitorais realizaram-se na sua maioria nas escolas, liceus e escolas superiores⁶⁹⁸. Igualmente algumas assembleias decorreram em centros políticos republicanos, por isso, os monárquicos avisaram os eleitores “monarquistas, independentes e conservadores” que “todas as providências estão tomadas para que a liberdade de voto seja garantida” nesses locais⁶⁹⁹.

De acordo com as actas das assembleias eleitorais, depositadas no Arquivo Municipal⁷⁰⁰, não compareceram os presidentes nomeados, por sorteio do dia 28 de Outubro, em 37 secções⁷⁰¹ o que, no universo observado de 78 secções, correspondeu a 47,4 por cento de ausências. Foram apresentados dois atestados médicos para

⁶⁹⁷ “O acto eleitoral...”. *República*, 3-11-1917, p. 1.

⁶⁹⁸ Ocorreram as seguintes excepções: 1.º Bairro, Anjos (6.ª e 8.ª secções-Associação do Registo Civil e 7.ª secção-rua do Benfornoso, 150); Graça (Centro Rodrigues de Freitas); Castelo (dependência da igreja); Santa Engrácia (3.ª-edifício da junta e 6.ª-igreja de Santa Engrácia); Santo Estevão (Centro Escolar Republicano Alberto Costa); S. Miguel (dependência da igreja); Sé (1.ª-junta de freguesia); Socorro (1.ª-teatro Apolo e 2.ª- rua da Mouraria, 27-1º); S. Vicente (1.ª e 2.ª-Centro Escolar Republicano Alexandre Braga); 2.º Bairro, S. Julião (Paços do Concelho); Arroios (2.ª-Centro Escolar Dr. Afonso Costa; 3.ª e 4.ª-Clube Estefânia); Pena (2.ª-Asilo de Mendicidade; 3.ª-Manicómio Miguel Bombarda); Santa Justa (Teatro Nacional); Mártires (Biblioteca Nacional); 3.º Bairro, Mercês (3.ª e 4.ª-Academia das Ciências); S. Mamede (1.ª-Assistência Pública e 2.ª-Imprensa Nacional); S. Paulo (Tribunal dos Árbitros Avindores); S. Sebastião (2.ª-Asilo de Mendicidade e 3.ª Manicómio Bombarda); 4.º Bairro, Alcântara (3.ª-Sociedade Promotora de Educação Popular e 5.ª-sede da junta); Belém (claustros da Casa Pia); Santa Isabel (1.ª-Assistência Infantil; 6.ª e 7.ª-Congresso da República) e Santos (4.ª-quartel dos bombeiros). Locais inscritos nas actas do Arquivo Municipal e complementados com artigo “Onde se vota”. *República*, 4-11-1917, p. 2. Existe uma discrepância entre os locais da assembleia de S. Sebastião registados nas actas e a notícia da *República* que indicava que todas as secções funcionariam no Liceu Camões.

⁶⁹⁹ “Aviso aos eleitores”. *O Liberal*, 3-11-1917, p. 1.

⁷⁰⁰ A seguir enumeradas: Anjos (1.ª secção), Socorro (1.ª), Beato, Olivais, S. Cristóvão, Sé (2.ª), Santiago, Castelo, Santo Estevão, S. Miguel, Santa Engrácia, S. Vicente, Arroios, Encarnação, S. José, Pena, S. Nicolau, Santa Justa, Mártires, S. Julião, Conceição Nova, Madalena, Sacramento, Coração de Jesus, S. Sebastião (1.ª, 2.ª e 3.ª), Mercês, Santa Catarina, S. Paulo, S. Mamede, Benfica, Campo Grande, Lumiar, Carnide, Santa Isabel, Belém, Lapa e Santos, que constituem o total de 37 assembleias eleitorais, com 78 secções de votos, correspondendo a 92,5 por cento das 40 assembleias e a 80,4 por cento das 97 secções eleitorais de Lisboa. Cf. AML/AC, Actas das assembleias eleitorais referentes à eleição de procuradores à junta geral de distrito e de vereadores ... [1917, Novembro, 4], Lisboa.

⁷⁰¹ Anjos (1.ª secção), Socorro (1.ª), Olivais, Santiago, Castelo, Santo Estevão, Santa Engrácia (2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª), S. Vicente (1.ª), Arroios (2.ª e 3.ª), Encarnação (1.ª), Pena (1.ª e 3.ª), S. Nicolau, S. Julião, Madalena, Coração de Jesus (1.ª e 3.ª), S. Sebastião (2.ª e 3.ª), Mercês (3.ª e 4.ª), Santa Catarina, Benfica (1.ª), Carnide, Santa Isabel (2.ª e 4.ª), Lapa (1.ª e 3.ª) e Santos (2.ª). Ver Idem, Ibidem.

justificação de faltas, um deles, de José Alves Torgo, democrático, membro da Comissão Administrativa de 1913, tendo sido eleito o eleitor mais velho em sua substituição, para presidente da 3.^a secção de Arroios⁷⁰². Apresentaram-se os presidentes e vice-presidentes indicados em 41 secções⁷⁰³, o que equivaleu a 52,6 por cento de presenças.

Entre os presidentes nomeados e seus suplentes conseguimos apurar que figuravam Aníbal Crispim Pinheiro, professor e candidato substituto a edil pela Lista Evolucionista, na assembleia de S. Miguel; Alfredo Tovar de Lemos Júnior, antigo vereador democrático da actual municipalidade, em S. Vicente (2.^a secção); em circunstâncias iguais ao anterior estava António Morais dos Santos, que presidiu em Santa Isabel (5.^a); na mesma assembleia (6.^a) foi presidente Luís da Silva Viegas, professor universitário, candidato democrático a vereador nestas eleições; José Lino da Silva, professor e procurador substituto da Junta Geral de Distrito de Lisboa, pelo PRP, superintendeu em S. José (2.^a); Frederico Guilherme Cardoso Gonçalves, antigo edil evolucionista da vereação em exercício esteve em Santa Isabel (3.^a); e, nesta assembleia (7.^a) presidiu o candidato socialista Teodoro Carlos Ribeiro⁷⁰⁴, compositor tipógrafo, o que configurava uma nomeação altamente irregular, porque este não era professor, juiz, oficial ou antigo edil, profissões que eram consagradas para o exercício destas funções pela Lei Eleitoral.

Na ausência dos presidentes nomeados as mesas eram eleitas pelos eleitores presentes. Pelo menos dois candidatos socialistas foram eleitos para presidirem às mesas eleitorais: no Socorro (1.^a), César dos Santos e em Santa Engrácia (5.^a), José Fernandes Alves. Aliás, outras secções também foram presididas por militantes socialistas como S. Vicente (1.^a), por Carlos Rosa; Santa Engrácia (4.^a), por João de Sousa; e a uma das secções da Ajuda, por Francisco António de Assunção⁷⁰⁵; ainda, pelas actas, em Santa Engrácia (2.^a), um dos escrutinadores foi António Tavares

⁷⁰² Ver AML/AC, Acta da assembleia eleitoral...: freguesia de S. Jorge de Arroios: 3.^a secção. [1917, Novembro, 4], Lisboa.

⁷⁰³ Beato, S. Cristóvão, Sé (2.^a), Santa Engrácia (1.^a), S. Vicente (2.^a), Arroios (1.^a e 4.^a), Encarnação (2.^a), S. José, Pena (2.^a), Santa Justa, Mártires, Conceição Nova, Coração de Jesus (2.^a), S. Sebastião (1.^a), Mercês (1.^a), S. Mamede, Santa Isabel (3.^a, 5.^a, 6.^a e 7.^a), Belém (1.^a e 3.^a), Lapa (2.^a) e Santos (1.^a), tendo os vice-presidentes assumido a presidência nas assembleias de S. Miguel, Benfica (2.^a), Sacramento, Campo Grande, Lumiar, Mercês (2.^a), S. Paulo, Santa Isabel (1.^a), Belém (2.^a) e Santos (3.^a e 4.^a). Veja-se AML/AC, Actas das assembleias eleitorais... [1917, Novembro, 4], Lisboa.

⁷⁰⁴ Cf. Idem, Ibidem.

⁷⁰⁵ “As eleições”. *O Combate*, 11-11-1917, p. 2.

Pecegueiro, candidato pelo PS nas eleições de 1913. Foram designados onze eleitores mais velhos para assumirem a presidência, como estipulava a Lei⁷⁰⁶.



Imagem 7 – “Nos claustros dos Jerónimos. A assembleia eleitoral onde votou S. Ex.^a Bernardino Machado, ilustre presidente da República”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 612 (1917): 388. / HML

Pelo acima exposto verifica-se a prática continuada das últimas eleições municipais republicanas – legada pela Monarquia – de militantes/simpatizantes e até candidatos das diferentes facções políticas organizarem as mesas das assembleias eleitorais. Não querendo repisar o que já dissemos no capítulo anterior, resta-nos declarar que, segundo um diário republicano, quase todas as mesas eleitorais foram constituídas por representantes dos democráticos, evolucionistas e unionistas; em Alcântara (4.^a e 5.^a) as mesas foram constituídas por democráticos e socialistas; e na assembleia eleitoral de Belém os socialistas também integraram as mesas⁷⁰⁷; aliás, para o seu órgão oficial, estes estiveram representados em todas as assembleias⁷⁰⁸.

Segundo *A Capital* numa secção das Mercês e em S. Paulo foram convidados monárquicos para integrarem as mesas, mas declinaram o convite. Contudo, o *Diário Nacional* referiu que o marquês de Ficalho (1890-1945) e o Dr. Carlos de Melo Costa, integraram a mesa das Mercês, participando “em todos os trabalhos eleitorais”; para além destes, noutras assembleias fizeram parte das mesas ou “fiscalizaram os trabalhos eleitorais”, outros “dedicados amigos”: Tomás da Matta e Dias, Júlio Jardim de Vilhena

⁷⁰⁶ Nas assembleias eleitorais de Arroios (3.^a); Encarnação (1.^a); S. Julião; Coração de Jesus (1.^a e 3.^a); S. Sebastião (3.^a); Mercês (3.^a); Santa Catarina (1.^a); Santa Isabel (2.^a e 4.^a) e Santos (2.^a). Cf. AML/AC, Actas das assembleias eleitorais... [1917, Novembro, 4], Lisboa.

⁷⁰⁷ Cf. “Última hora: as eleições em Lisboa”. *A Capital*, 4-11-1917, p. 2.

⁷⁰⁸ “As eleições”. *O Combate*, 11-11-1917, p. 2.

(1878-1964), Dr. Eugénio d'Araújo, Álvaro Ferreira Roquette (1861-19??), Dr. Camossa Saldanha, Augusto Sousa Pereira, Dr. Alfredo da Rocha Peixoto, Godofredo de Mello, Braulio Costa, Artur Morais de Carvalho e Dr. Pinto de Gouveia (ambos candidatos da Lista da Cidade), entre outros⁷⁰⁹.



Imagem 8 – “O aspecto do acto eleitoral realizado numa das assembleias da freguesia de Santos”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 612 (1917): 388. / HML

O acto eleitoral decorreu sem incidentes. Nas fotografias das assembleias de voto observamos uma mudança em relação às urnas de voto das últimas eleições administrativas, pois, eram maiores e com uma dimensão similar, quer se destinassem à votação para a Junta Geral ou para a Câmara Municipal. Todavia, algo perdurava no tempo – a permanência excessiva de indivíduos durante o acto eleitoral –, por vezes, em espaços exíguos (Imagem 8), amontoavam-se os membros das mesas, os delegados dos candidatos, militantes, eleitores, jornalistas e curiosos, num ambiente propício à pressão e confusão que, muitas vezes, se instalava em plena assembleia de voto, embora, nestas eleições não fossem relatados distúrbios e/ou violências.

Era admitida a observação da votação e do escrutínio por todas as forças em confronto e os jornais oficiais das diferentes facções faziam apelos aos seus eleitores para que estes lhes enviassem os resultados das suas freguesias. Os partidos instruíam os militantes sobre o comportamento cívico que deveriam ter durante o sufrágio; exemplo disso, foi o apelo dirigido por um orador, numa sessão de propaganda em Santos, a todos os eleitores democráticos para que cumprissem “o seu dever votando e

⁷⁰⁹ “A eleição de Lisboa: justas referências”. *Diário Nacional*, 6-11-1917, p. 1.

exercendo uma rigorosa vigilância sobre o acto eleitoral, porque os inimigos do Partido (...) só não cometerão fraudes se todo em todo não poderem”⁷¹⁰.

A leitura das actas das assembleias eleitorais revelou que em muitas secções foram apresentados protestos, por parte dos republicanos, contra a Lista da Cidade, fundamentados no facto da sua apresentação não ter ocorrido no tempo legal⁷¹¹. Assim, na 1.ª secção da Pena não fizeram o apuramento de 40 Listas da Cidade para vereadores, juntando-as ao processo de votação e o mesmo sucedeu na 2.ª secção de Belém, tendo sido enviadas as 14 Listas para a assembleia de apuramento⁷¹²; este facto terá tido origem no ofício enviado pela Câmara Municipal de Lisboa às assembleias onde declarava que era nula a votação da lista monárquica, pelos motivos expostos⁷¹³. Desta forma, tentava-se anular a votação monarquista com um argumento que se sabia enganador, perante a resolução do Tribunal Administrativo de 1914. Já os membros da mesa da assembleia de Santa Justa foram mais originais, ao considerarem que a Lista da Cidade não estava de acordo com o que era determinado pela legislação quer pela cor quer pelo tamanho⁷¹⁴.

Algumas das actas deste sufrágio, como as de 1913, apresentavam descargas de votação inferiores ao número de votos declarados e vice-versa; não referiam se a votação era para a JGD ou para a CML e, ainda, noutras não estavam preenchidos os campos dos números de listas entradas e votantes. Desta forma, mais uma vez, socorremo-nos da assembleia de apuramento para analisar os resultados oficiais da votação.

IV.6. Resultados eleitorais

No dia 11 de Novembro reuniu-se a assembleia de apuramento geral das eleições municipais, nos Paços do Concelho. A mesa foi constituída por Joaquim Rodrigues

⁷¹⁰ “Propaganda eleitoral”. *O Mundo*, 1-11-1917, p. 1.

⁷¹¹ Apresentaram-se protestos nas seguintes assembleias: Anjos (1.ª), Socorro (1.ª), S. Cristóvão (2.ª), S. Sebastião (1.ª), Lapa (1.ª e 2.ª) e Santos (3.ª). Existem outras actas onde estão registados protestos e contra-protestos, mas não referem o motivo. Ver AML/AC, Actas das assembleias eleitorais... [1917, Novembro, 4], Lisboa.

Ver Anexos – A.19. Protesto contra a contagem de votos da Lista da Cidade – 1917.

⁷¹² Cf. AML/AC, Actas das assembleias eleitorais...: freguesia da Pena: 1.ª secção e freguesia de Belém: 2.ª secção. [1917, Novembro, 4], Lisboa.

⁷¹³ Ver “Eleições administrativas...”. *A Capital*, 11-11-1917, p. 2. Segundo esta notícia na 1.ª secção de Alcântara foi lido este ofício da CML.

⁷¹⁴ Ver AML/AC, Acta da assembleia eleitoral...: freguesia de Santa Justa. [1917, Novembro, 4], Lisboa.

Simões, presidente; José dos Santos e Luís Filipe Estevão da Silva, escrutinadores; Augusto José Afonso, 1.º secretário; Emílio Borges, 2.º secretário; Godofredo Viegas e Eduardo Nunes Fernandes, suplentes⁷¹⁵. O presidente escolhido pelos vereadores foi o mesmo que tinha presidido em 1913. Relativamente às comissões das mesas que examinavam as actas e os livros de recenseamento, segundo a legislação, deveriam ser constituídas por elementos de todas as listas, embora não tivéssemos conseguido encontrar quaisquer referências à sua organização.

O apuramento foi suspenso às duas horas da madrugada, prolongando-se pela noite do dia seguinte, houve um protesto e um contra-protesto⁷¹⁶. Baseado no número total de 14.838 votantes⁷¹⁷, a Lista Democrática ganhou as eleições, com 37,7 por cento dos votos expressos; e a Lista da Cidade, com 25,4 por cento, conquistou o segundo lugar; a Lista Neutra, com 13,3 por cento dos votos, ficou na terceira posição; logo seguidos dos socialistas com 12,7 por cento, no quarto lugar, e na última posição, com 10,9 por cento, ficaram os evolucionistas⁷¹⁸. Foram eleitos todos os vinte e sete candidatos efectivos do PRP para a maioria municipal e os nove candidatos efectivos mais votados da Lista da Cidade para a minoria, e seus suplentes. As restantes listas ficaram sem representação municipal.

O candidato mais votado da Lista Democrática foi Alberto Ferreira Vidal, com 5.591 votos; na Lista da Cidade, Carlos Adolfo Leitão, com 3.763 votos; na Lista Neutra o mais votado foi o substituto Carlos de Melo Geraldês, professor do Instituto Superior de Agronomia, com 1.969 votos, mais 33 votos do que o efectivo que alcançou o primeiro lugar, Afonso Henriques Castro Lemos (1.936); analogamente, os suplentes socialistas Manuel Petronila e Maximiano Marques conseguiram 1.886 votos⁷¹⁹, mais 8 votantes do que o efectivo Costa Júnior (1.878); nos candidatos da Lista Evolucionista a maior votação pertenceu a António Aurélio da Costa Ferreira, com 1.629 votos.

⁷¹⁵ Veja-se “Eleições administrativas”. *República*, 12-11-1917, p.1; “Eleições administrativas: o apuramento...”. *A Capital*, 11-11-1917, p. 2.

⁷¹⁶ Cf. “Eleições administrativas”. *República*, 12-11-1917, p.1; “Eleições...”. *Diário Nacional*, 12-11-1917, p. 2.

⁷¹⁷ Número aproximado baseado no total de votos obtidos pelos candidatos mais votados de cada lista (efectivos ou suplentes).

⁷¹⁸ Ver “Na Câmara Municipal são proclamados eleitos os vereadores...”. *República*, 12-11-1917, p. 2; “Eleições administrativas: apuramento...”. *O Século*, 12-11-1917, p. 2.

Ver Anexos – A.20. Resultados da votação dos candidatos à vereação de Lisboa – 1917.

⁷¹⁹ A notícia d’*O Século* registou 1.884 votos para Manuel Petronila.

A votação da Lista Neutra é mais invulgar porque, para além de Carlos Geraldês, mais quatro candidatos substitutos obtiveram maior votação do que o primeiro efectivo, a saber: Ângelo Maldonado (1.955), Hermano de Medeiros (1.950), Franklin Lamas (1.939) e Francisco dos Santos (1.938). Além disso, só dois candidatos suplentes não conseguiram mais votos do que o segundo efectivo. Aos olhos dos votantes desta lista os substitutos eram os seus preferidos para o exercício da gestão municipal e não os efectivos, personalidades mais conhecidas, camachistas, antigos deputados e vereadores. Identicamente na Lista Socialista os eleitores votaram em maior número em dois candidatos substitutos. Recordemos que independentemente da escolha do eleitorado os cargos eram assumidos pelos efectivos, o que neste caso não sucedeu porque nenhuma destas listas conquistou um lugar na administração municipal.

A escolha dos eleitores pelos seus candidatos predilectos foi evidente em todas as facções políticas. A separar o candidato efectivo democrático mais votado do que obteve menor votação achavam-se 168 votos; na Lista monárquica a diferença entre os candidatos mais e menos votados era maior, atingindo os 327 votos; quanto aos evolucionistas 282 votos separavam o primeiro do último efectivo; como já vimos, nas Listas Neutra e Socialista foram patentes a selecção e livre arbítrio do eleitor, privilegiando o voto nos candidatos substitutos, contrariando a organização e confecção das listas efectuadas pelos órgãos decisórios e directivos destas forças partidárias.

Câmara Municipal de Lisboa		
Para vereadores		
Efectivos		Substitutos
Alberto da Cunha — Constructor civil		Alago Lou de Matos — Farmaceutico
Albino Ferreira Vidal — Professor das licen. e advogado		Alexandre Ferreira — Emp. no comércio e director da Universidade Livre
Alfredo Rodrigues Gaspar — Prof. da E. Nav., Senador e antigo Ministro		Alfredo Ramus Calais Grito — Funcionario publico
Antonio Abencantes Ferrão — Prof. da Fac. de Direito e Advogado		Antonio Ribeiro Curico — Proprietario
Antonio Maria Rejo da Silva — Funcionario publico		Antonio Sales de Macedo — Empregado no comercio
Antonio Pereira Marques — Industrial		Antonio de Sousa Leal — Comerciante
Armando Botelho de Sousa — Medico		Armando Luis Rodriguez — Cambista
Artur Guilherme Rodrigues Cohen — Engenheiro e ant. Gov. civil		Artur Herasmodos Ferreira — Guarda livros
Augusto Cesar de Magalhães Pereira — Farmaceutico		Francisco Xavier Augusto Alves da Costa — Funcionario publico
Carlos Simões Torres — Comerciante		Germão Lopes Mendes — Sec. Geral de Min. da Justica e Deputado
Domingos Freire Teixeira Menezes — Proprietario e capitalista		Gustavo Adriano de Matos Siqueira — Sub insp. da Alland. e arqueologo
Francisco da Silva Gameiro — Advogado e funcionario publico		Henrique Augusto da Silva — Proprietario
Henrique Salgueiro Lopes Pires Monteiro — Prof. da E. de Guerra		Herminio José Macieira — Empregado no comércio
Januario Estreir Nogueira — Comerciante		João Quilherme Travenca Lopes — Medico
Joaquim Maria Lopes Domingues — Emp. no com. e pres. da Ass. dos Caixeiros		Joaquim Correia Pinto da Silva — Funcionario publico
Joaquim Freitas — Medico-veterinario e professor		Joaquim José da Cunha — Comerciante e proprietario
Jorge Francisco de Carvalho — Comerciante		José Antunes de Oliveira — Comerciante
José Joaquim dos Soutos — Engenheiro agronomo		José Eytien Marques — Funcionario publico
José Lino de Silva — Professor		José Eufemio Copfin — Constructor civil
Luis da Costa Andrim — Engenheiro		José Ferreira Martins — Comerciante e proprietario
Luis da Silva Viegas — Guarda livros e prof. do Inst. Sup. Técnico		José Freire da Cruz — Comerciante
Mansel Joaquim Botica — Comerciante e director da As. Com. de Lisboa		José Maria Esteves Colares — Comerciante
Mansel Joaquim dos Santos — Empregado no comércio		José dos Santos — Industrial
Mansel Máximo — Comerciante		Luis Afonso Dias — Comerciante
Maximiliano Firmino de Macedo Alves — Escultor		Luis Salvador Marques da Silva — Pintor scenografico
Miguel Ventura Terra — Architecto, proprietario e antigo vereador		Manoel Policarpo Torres — Operario-torneiro
Xavier da Silva Junior — Advogado e antigo Gov. civil		Rafael Luis de Silva — Funcionario publico

Imagem 9 – Lista de voto do PRP, riscada pelo eleitor e anulada pela mesa eleitoral. AML/AC, Câmara Municipal de Lisboa: para vereadores [: boletim de voto da Lista do PRP]. [1917, Novembro, 4], Lisboa, [doc. avulso].

A vitória pertenceu ao partido do Governo, mas foi não só inferior em 5.624 votos relativamente às últimas eleições municipais (11.215 votantes), como a votação conjunta dos candidatos efectivos mais votados listas da oposição era superior à democrática, perfazendo 9.206 votos; e, se considerássemos a votação dos suplentes seria ainda maior. Se retirarmos os votos da lista realista e contabilizarmos apenas os dos partidos republicanos (Neutra e PRE) e do PS verificamos que estes obtiveram 5.443 votos. Enfim, por todos os ângulos a vitória do PRP foi frágil, e até hostil, devido ao resultado alcançado pelos monárquicos.

A votação da Lista monarquista, na primeira vez que estes se apresentaram às urnas em Lisboa no regime republicano, quedou-se a menos 1.828 votos da obtida pelos democráticos. A conquista da minoria municipal foi um triunfo para os realistas. Contudo, a soma dos votos obtidos pelos candidatos efectivos de todos os partidos republicanos (excluindo o PS) era de 9.156 votos, mais do dobro da Lista da Cidade.

A Lista Neutra, predominantemente camachista, que contou com o apoio dos centristas, de amigos políticos de Machado Santos e, segundo o socialista Fernandes Alves, de “sindicalistas e anarquistas”⁷²⁰, alcançou a terceira posição, mas não elegeu nenhum candidato. A existir a coligação entre unionistas e monárquicos estes poderiam ter alcançado a maioria municipal, pois, a soma da votação obtida pelos respectivos candidatos efectivos mais votados das duas Listas era de 5.699 votos. Se os unionistas e evolucionistas tivessem repetido a aliança política das eleições de 1913 não teriam conseguido reconduzir a minoria municipal, porque na totalidade o escrutínio dos seus candidatos efectivos mais votados foi de 3.565 votos, menos 198 votos do que os obtidos pelos realistas. Concorrendo separados, e demasiado próximos do Ministério, os evolucionistas foram relegados para a derradeira posição dos resultados eleitorais, contudo, a Lista camachista só obteve mais 340 votantes do que os almeidistas.

Quanto ao PS teve uma votação considerável. Não só ficou à frente da Lista do PRE, como apenas 58 votos separavam os seus candidatos efectivos mais votados dos da Lista Neutra. Sem dúvida, um feito notável, pois se comparado com o que tinham obtido nas últimas eleições municipais (608 votos), haviam conseguido mais 1.278 votos, ou seja, quatro anos depois alcançaram um resultado que mais do que duplicava o antecedente. Deste modo, os socialistas confirmavam a sua militância cívica nas eleições locais. O seu eleitorado era o dos seus filiados, porque “a grande massa

⁷²⁰ Cf. J. Fernandes Alves, “As eleições”. *O Combate*, 11-11-1917, p. 2.

trabalhadora que devia auxiliar aqueles que por ela lutam, se deixou ficar indiferente, ou preferiu animar as votações das listas republicanas”; mais, os operários “que tinham ao seu dispor uma lista socialista, (...), ou foram engrossar as votações dos que os exploram e desprezam, ou se deixaram ficar, de braços cruzados, na mais deprimente expectativa”⁷²¹.

De novo nestas eleições a vitória esmagadora pertenceu aos abstencionistas. Nos livros de recenseamento estavam registados 48.463 eleitores e somente 14.838 cidadãos votaram, atingindo-se uma taxa de abstenção de 69,4 por cento, uma cifra ligeiramente superior à das últimas eleições camarárias.

IV.7. Sinopse do acto eleitoral de 1917

Em Lisboa os democráticos venceram as eleições municipais, mas a conquista (inesperada) da minoria municipal pelos monárquicos, significava uma “derrota, pelo menos, moral”⁷²². Os grandes vencidos foram os evolucionistas e unionistas que tinham conquistado a minoria municipal nas últimas eleições, mas que não repetiram a lista de conjunção devido às diferenças insanáveis entre os caudilhos da UR e do PRE. A divisão do campo partidário republicano oposicionista foi um dos factores que permitiu a vitória dos monárquicos.

Para os democráticos a conquista da minoria municipal pela Lista da Cidade devia-se ao facto de esta ter tido o apoio de todos opositores da “opinião salubre e pura de Portugal”, os quais englobavam desde “elementos numerosos das casas de jogo”, combatidos pelo Governo, até aos “sindicalistas pacifistas, os maximalistas ou leninistas de cá, abandonando às urtigas a lista... socialista!”; mais, “sinistros galopins”, contratados, tinham percorrido as casas de Lisboa indo buscar paralíticos, que foram levados para votar contra a vontade dos seus familiares, consumando “raptos macabros de entrevados”. Os monárquicos tinham enganado o eleitorado com uma pretensa Lista apolítica, e tinham vencido, devido às divisões da oposição republicana. Para além

⁷²¹ Silva Ferreira, “As eleições”. *O Combate*, 18-11-1918, p. 2.

⁷²² “Últimas notícias: as eleições de hoje”. *A Capital*, 4-11-1917, p. 2.

No concelho de Anadia os democráticos perderam a maioria municipal, vencendo uma Lista de conjunção de monárquicos, evolucionistas, unionistas e independentes. Cf. Nuno Rosmaninho, *op. cit.*, p. 49.

Em Torres Novas foi apresentada uma Lista “por acordo dos influentes das diversas correntes políticas do concelho”, não havendo campanha eleitoral, in António Mário Lopes dos Santos, *Torres Novas na Primeira República*, p. 202.

disso, a elevada abstenção dos militantes do PRP ficaria a dever-se à gestão da actual edilidade lisbonense e à certeza da vitória da Lista Democrática⁷²³.

Para os evolucionistas o triunfo da Lista da Cidade também não era tão determinante quanto parecia. Os monárquicos tinham apresentado uma lista para a maioria municipal, mas não a conquistaram. Tinham iludido os eleitores, ao mascararem a verdadeira face política dos seus candidatos. E, mais, a soma das votações republicanas era muito superior às realistas. Tinham vencido “por uma habilidade”, por “um truc”, porque “se disfarçaram e porque colheram os outros desprevenidos”⁷²⁴. Quanto à votação da Lista Neutra devia-se aos opositores da *União Sagrada* e dos democráticos, em resumo, consagrava “circunstâncias favoráveis”, irrepetíveis, tinham obtido “o máximo que lhes era possível”, acolhendo votações de todos os partidos:

“Dos republicanos avulsos, que, não estando filiados em grupos, submetem tudo ao ódio ao Sr. Afonso Costa; dos amigos do Sr. Machado Santos, que hoje detestam o Sr. António José de Almeida; de alguns anarquistas; de alguns sindicalistas; de vários independentes adversários da guerra; de vários monárquicos, que ainda os houve, que acharam *mais hábil* votar a lista neutra; *de todos os centristas e de todos os unionistas*”⁷²⁵.

Quanto aos unionistas defenderam que tinham razão quanto à Lista Neutra, pois a soma dos votos das forças opositoras derrotaria a Lista Democrática; quanto aos resultados obtidos pelos monárquicos desvalorizaram-nos, pois a soma de todos os votos republicanos superava largamente a dos monarquistas⁷²⁶.

Para os socialistas o resultado das eleições era “o mais formidável cheque infligido à nefasta política republicana”. A reprovação dos três partidos republicanos era “consequência dos seus erros, dos seus desmandos, da sua política nefelibática, dos seus ataques á liberdade, de terem faltado a todas as suas promessas, rasgando os seus programas”⁷²⁷. Para *A Vanguarda* os grandes derrotados tinham sido os partidos da *União Sagrada*, porque a soma dos votos de todas as forças da oposição (monárquicos, unionistas e socilaistas) ultrapassava, em muito, a sua votação; deste modo, “Ganhou a

⁷²³ Ver “O resultado”. *O Mundo*, 5-11-1917, p. 1; “Eleições”. *Ibidem*, 6-11-1917, p. 1.

⁷²⁴ Cf. “As eleições”. *República*, 8-11-1917, p. 1; “Eleições”. *Ibidem*, 13-11-1917, p. 1.

⁷²⁵ Homem Cristo, “As eleições de Lisboa: os trinta dinheiros do Sr. Brito Camacho”. *República*, 12-11-1917, p. 1.

⁷²⁶ “Uma advertência”. *A Luta*, 6-11-1917, p. 1.

⁷²⁷ Navi, “Nota política”. *O Combate*, 18-11-1917, p. 1.

oposição. Venceram os adversários do democratismo”⁷²⁸. Quanto ao valor elevado da abstenção era atribuído ao facto de “terem os partidários do governo propalado o terror”⁷²⁹.

Para os monárquicos a conquista da minoria municipal era uma esperança, o resultado de grandes sacrifícios – “Sursum Corda!”, a locução latina proferida no início da missa, “Corações ao alto!”. Esta era a prova de que “o eleitorado republicano de Lisboa, esse eleitorado, sem dúvida nenhuma activo, aguerrido, decidido, que servia de pretexto a chamar-se a esta capital «a cidade mais republicana da Europa» – *desapareceu!* Sumiu-se, desagregou-se e **já não volta**. A lenda está desfeita, o *bluff* descoberto e anulado para sempre. Era tempo!”⁷³⁰; aliás, para os realistas, depois destas eleições, impunha-se uma questão: “ainda continuarão a afrontar a cidade de Lisboa, chamando-lhe **uma cidade republicana?**”⁷³¹. Nesta ida às urnas triunfaram “as competências contra a intriga dos partidos políticos. O regime caminha para a liquidação final. A democracia faliu ruidosamente em Portugal que regressa conscientemente à sua tradição monárquica”⁷³², esta vitória era entendida como o prenúncio do regresso à Monarquia.

Relativamente aos abstencionistas entendiam os monarquistas que não eram republicanos, mas sim monárquicos, porque nenhum “republicano com fé republicana ficou em casa” quando as suas listas significavam “a República contra a Monarquia”; deste modo, ao fim de sete anos do regime republicano a capital afirmava não só o seu “anti-republicanismo” abstendo-se de votar, mas afirmava “o seu monarquismo” – estava ganha “a primeira trincheira”⁷³³. Um discurso totalmente dissemelhante do que tinham tido durante a campanha eleitoral em que afirmaram ininterruptamente o apolitismo da Lista da Cidade e defenderam que a sua vitória não poderia ser entendida como um triunfo do anterior regime monárquico.

Os monarquistas também conquistaram a minoria na eleição da Junta Geral de Distrito, a maioria coube igualmente aos democráticos. Este êxito dos monárquicos nas eleições administrativas lisboenses foi exequível devido a múltiplos factores: a divisão

⁷²⁸ Pedro Muralha, “A derrota!”. *A Vanguarda*, 6-11-1917, p. 1.

⁷²⁹ Duarte Costa, “Ainda as eleições”. *A Vanguarda*, 11-11-1917, p. 1.

⁷³⁰ “Sursum corda!”. *Diário Nacional*, 5-11-1917, p. 1.

⁷³¹ “A sentença!”. *Diário Nacional*, 5-11-1917, p. 1.

⁷³² “A caminho da Monarquia”. *A Monarquia*, 5-11-1917, p. 1.

⁷³³ “A primeira trincheira”. *Diário Nacional*, 7-11-1917, p. 1.

Para *O Liberal* tinha havido uma “Liquidação tremenda: uma derrota completa da demagogia”. *O Liberal*, 4-11-1917, p. 1.

dos partidos republicanos, a contestação generalizada à acção governativa dos democráticos e a profunda crise socioeconómica da Grande Guerra.

Nas eleições das juntas de freguesia, de 18 de Novembro, os realistas optaram por não concorrerem oficialmente com listas próprias, porém, a sua imprensa recomendou algumas listas com candidatos monárquicos, “instantemente ao sufrágio dos nossos amigos”⁷³⁴. Apresentaram ao sufrágio listas democráticas, evolucionistas e socialistas; e, listas de conjunção: democráticos-evolucionistas, evolucionistas-unionistas, monárquicas-unionistas e até socialistas-monárquicas⁷³⁵. Ao contrário do sufrágio camarário estas eleições não decorreram pacificamente, os monarquistas denunciaram ilegalidades, roubos e destruição de urnas; os republicanos denunciaram as intenções e os despiques dos realistas que provocaram distúrbios⁷³⁶. A vitória esmagadora coube às listas do PRP, que contou com o apoio dos evolucionistas, no que foi entendido pelos democráticos como uma resposta da Lisboa republicana ao repto monarquista⁷³⁷.

Se os resultados obtidos nas eleições municipais de Lisboa foram inesperados, principalmente devido à conquista da minoria pelos monárquicos, a nível nacional não foram melhores. Com efeito, nas 262 as câmaras municipais do continente, quando faltava saber o resultado de 26 municípios o Partido Democrático tinha conquistado, sozinho, 92 as câmaras num total de 236⁷³⁸; obtendo 38,9 por cento dos votos. Antes deste escrutínio os municípios eram quase todos democráticos, agora restavam uma minoria. O desaire eleitoral afonsista foi ditado pela oposição à sua hegemonia⁷³⁹.

Quanto ao Partido Socialista obteve óptimos resultados a nível nacional. Elegeu cerca de 100 membros para as câmaras municipais e juntas de freguesia (efectivos mais suplentes) a Sul do país, o que levou à convocação de uma reunião pela Confederação Socialista do Sul, onde foi decidido que seria enviado às minorias camarárias socialistas

⁷³⁴ Cf. “Eleições paroquiais”. *Diário Nacional*, 11-11-1917, p. 1; “Juntas de freguesia”. *Ibidem*, 17-11-1917, p. 2; *Ibidem*, 18-11-1917, p. 2.

⁷³⁵ “A eleição de Lisboa”. *O Mundo*, 19-11-1917, p. 1.

⁷³⁶ Ver “A pior das derrotas”. *Diário Nacional*, 19-11-1917, p. 1; “A força do direito”. *Ibidem*, 20-11-1917, p. 1; “Atenção”. *O Mundo*, 18-11-1917, p. 1; “O costume”. *Ibidem*, 19-11-1917, p. 1.

⁷³⁷ Cf. “Lisboa republicana”. *O Mundo*, 19-11-1917, p. 1; “7.000 votos republicanos e 2.000 votos monárquico-unionistas”. *Ibidem*, 20-11-1917, p. 1.

⁷³⁸ “As eleições administrativas”. *A Capital*, 8-11-1917, p. 2. Sobre este tema ver “Ecos das eleições”. *Diário Nacional*, 9-11-1917, p. 1; “Números e factos” e “Câmaras monárquicas”. *Ibid.*, 10-11-1917, p. 1.

⁷³⁹ Cf. “A situação política: a indicação do acto eleitoral em todo o país: o governo do sr. Afonso Costa é inconveniente para a Pátria e para a República”. *A Capital*, 5-11-1917, p. 1; “O significado das eleições: a República não foi derrotada...”. *Ibidem*, 7-11-1917, p. 1; “O Governo e a Nação”. *Ibid.*, 9-11-1917, p. 1.

de Cascais, Oeiras, Coimbra, Covilhã e Almada a seguinte declaração para ser lida na tomada de posse como vereadores: “Que nós socialistas, nos mantemos por completo indiferentes às lutas que têm dividido e fraccionado a política burguesa. E se aceitamos a nossa entrada nos municípios e nas juntas de freguesia, não é para dentro desses corpos administrativos fazermos política, mas sim para cooperar quanto possível nos interesses da classe trabalhadora”⁷⁴⁰.

Como resultado da derrota a nível nacional nas eleições administrativas o Governo afonsista apresentou a sua demissão que foi aceite pelo presidente da República, Bernardino Machado, contudo, este pediu a Afonso Costa que não a tornasse pública antes de ter encetado as negociações para a constituição de um novo Ministério⁷⁴¹. A 5 de Dezembro, cerca de um mês depois das eleições administrativas, no decurso do golpe de Estado de Sidónio Pais, seria preso Afonso Costa, no Porto. Libertado em Março de 1918, partiria para o exílio, em França, no dia 25 de Abril.

Desta maneira, o epílogo deste acto eleitoral ocorreria com a revolução sidonista, que contou com o apoio de republicanos (principalmente unionistas e apoiantes de Machado Santos), monárquicos, católicos e, na fase inicial, com o beneplácito do operariado e sindicalismo revolucionário, em suma de todos os que não eram afonsistas. No ano seguinte, a nova vereação eleita chegou a tomar posse no dia 2 de Janeiro, de acordo com a legislação em vigor. Contudo, doze dias depois a gestão local de Lisboa seria entregue a uma Comissão Administrativa sidonista.

A concordância de diversas facções políticas dissonantes como republicanos, monárquicos, socialistas, anarquistas e sindicalistas contra o partido da guerra – Democrático – e a grave crise económico-social e tornou-se num terreno propício ao triunfo da revolução da oposição da direita conservadora. Quando em Dezembro de 1917 o sidonismo se instalou no Poder os monárquicos estavam no auge e vários dirigentes integralistas conseguiram ascender a lugares importantes do Estado e do Exército, e até conseguiram inspirar alguma legislação sidonista⁷⁴². Um ano depois, quando Sidónio foi assassinado, os realistas julgaram ter chegado o momento para derrubar a República.

⁷⁴⁰ “A acção partidária: trabalhos práticos”. *O Combate*, 6-01-1918, p. 1.

⁷⁴¹ “Nota política: o Governo está demissionário”. *A Capital*, 7-11-1917, p. 2.

⁷⁴² Veja-se António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, pp. 60-61.

CAPÍTULO V

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 25 DE MAIO DE 1919

V.1. Contexto sociopolítico do acto eleitoral

O ano de 1919 revelou-se particularmente perigoso para a jovem República portuguesa. Após o assassinato de Sidónio Pais tinha-se instalado um pântano político. O Congresso era sidonista; retornou-se à Constituição de 1911, Canto e Castro (1862-1934) foi eleito presidente pelas duas Câmaras; e, por último, o Governo era dirigido por um republicano, Tamagnini Barbosa (1883-1948). A ambiguidade estava instalada. A luta pelo Poder entre as diferentes forças políticas era inevitável.

A 10 de Janeiro, eclodiu um movimento revolucionário republicano de múltiplas tendências (democráticos, evolucionistas, ex-sidonistas, etc.) pela restituição da Constituição de 1911, que teve início com a tentativa falhada de assalto ao Castelo de S. Jorge e que teria o seu epicentro com o eclodir da revolta de Santarém no dia 12, porém, os revoltosos render-se-iam a 16. Antecipando-se a novas movimentações republicanas a Junta Militar do Norte, proclamou a Monarquia. O estado de sítio foi decretado em todo o território continental⁷⁴³, por um período de 30 dias.

Na capital, no dia 21, uma multidão de lisboetas participou numa manifestação frente ao ministério do Interior, no Terreiro do Paço, dispostos a defender a República. Respondendo ao apelo governamental, no dia seguinte, centenas de voluntários civis, “homens pertencentes a todas as camadas sociais irmanando-se na fileira os humildes operários, os empregados do comércio, os burocratas, a blusa de ganga e o chapéu de coco, o fato de passeio e o fato de trabalho”⁷⁴⁴, o nomeado “Bloco social do 5 de Outubro”⁷⁴⁵, juntos no ódio aos monarquistas, afirmaram-se dispostos a lutar pelo regime republicano, recebendo instrução militar no Campo Pequeno. Deste modo, o operariado e a pequena burguesia lisbonense demonstraram que tinham aprendido com o regime autoritário sidonista, a cuja revolução não se tinham oposto. No dia 22 os

⁷⁴³ Decreto n.º 5.110. *Diário do Governo*, I Série, n.º 13, de 19 de Janeiro de 1919, s/p.

⁷⁴⁴ “Pela República! O povo em armas”. *A Capital*, 22-01-1919, p. 2.

⁷⁴⁵ Fernando Rosas, *Lisboa revolucionária...*, p. 52.

monárquicos, em solidariedade com o Norte, pegaram em armas na capital e aguardaram o confronto com os republicanos, na serra do Monsanto. Dois dias depois a revolta monárquica foi vencida pela “rua” operária e republicana lisboeta que se afirmou intransigentemente defensora da República.

Quando foi anunciada por radiograma a rendição da Monarquia do Norte, a 17 de Fevereiro, milhares de pessoas saíram para as ruas da capital para comemorar; bancos, lojas, fábricas e oficinas encerraram em sinal de júbilo; nas casas de espectáculos fizeram-se ovações à República e a banda da Carris percorreu algumas ruas; segundo José Relvas, Lisboa viveu então momentos indescritíveis: “festas, aclamações, grandes cortejos cívicos, a invasão do ministério do Interior por milhares de pessoas, loucas de entusiasmo... foi a apoteose da República!”⁷⁴⁶. A curta guerra civil que durante um mês opôs republicanos e monárquicos terminaria a 19, com a rendição dos últimos focos de resistência nortenhos. Os revoltosos que não foram presos exilaram-se, entre os últimos estava o eterno conspirador Paiva Couceiro⁷⁴⁷. Mercê destes acontecimentos políticos, mas também das divisões existentes entre monárquicos moderados e conspiradores, o combate eleitoral ficaria por agora ausente.

Entrementes, no dia 26 de Janeiro, Tamagnini Barbosa tinha-se demitido. No dia seguinte, a nomeação do Ministério de José Relvas, de concentração republicana, faria renascer a esperança em profundas mudanças políticas e sociais; neste tomaria posse, pela primeira vez, um socialista como ministro do Trabalho, Augusto Dias da Silva. O Conselho Central do PS, apanhado de surpresa, foi convidado a sancionar esta nomeação, que se consumaria mesmo que este órgão não concordasse⁷⁴⁸. Assim, o Governo mostrava-se preocupado com a “questão social” e tentava coarctar o radicalismo operário. Em 21 de Fevereiro foi dissolvido o Parlamento. No dia 23 foi nomeado o novo governador civil de Lisboa, o tenente António Prestes Salgueiro (1891-1950); e, a 11 de Março, tomou posse a nova Comissão Administrativa do Município de

⁷⁴⁶ Citado por Diego Palacios Cerezales, *Portugal à coronhada...*, p. 246. Sobre este tema ver “A vitória da República”. *A Capital*, 17-02-1919, p. 1.

⁷⁴⁷ Em Junho de 1919 os integralistas afastar-se-iam de Couceiro. A Junta Central do Integralismo Lusitano dirigiu a D. Manuel um ultimatum para que desistisse da Carta e apoiasse a queda violenta da República, abandonando o combate eleitoral. A recusa de D. Manuel, em Outubro de 1919, originaria o corte dos integralistas com o rei deposto. No ano seguinte, os integralistas viriam a reconhecer D. Duarte Nuno, do ramo absolutista, como seu pretendente ao trono. Ver António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, pp. 62-64.

⁷⁴⁸ Cf. César Nogueira, *Notas para a história do socialismo...*, p. 46.

O Conselho aprovou a nomeação por 4 votos contra 2 (de António Maria Abrantes e Nunes da Silva), na verdade seria difícil que fosse solicitado ao Conselho Central para indicar nomes porque este “mal ou bem, colaborava com a ditadura Sidonista”, in Idem, *Ibidem*, pp. 46-47.

Lisboa (composta por democráticos, evolucionistas, unionistas e socialistas⁷⁴⁹), substituindo a Comissão sidonista, novas autoridades locais responsáveis pelo processo eleitoral que se adivinhava – eleições legislativas para substituir o Parlamento, mas também, como veremos, eleições administrativas⁷⁵⁰.

No mês de Março (até Junho) foi empossado o novo Governo de Domingos Pereira (1882-1956), de conjunção republicana. O Partido Socialista durante a crise ministerial realizou uma manifestação a Dias da Silva desejando-lhe que continuasse no cargo o que, de facto, se concretizaria até ao dia 3 de Maio quando este apresentou a demissão (o novo titular tomaria posse a 6 de Maio) por discordar dos actos de repressão do movimento operário, ordenados por António Maria Baptista (1886-1920), detentor da pasta da Guerra, que o ministro socialista radicava nos monárquicos, sidonistas e reaccionários e não nas organizações sindicais⁷⁵¹.



Imagem 10 – O partido socialista realiza no Terreiro do Paço uma manifestação ao ministro do Trabalho. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 685 (1919): 266. / HML

Seria da iniciativa de Dias da Silva a proposta de construção de Bairros Sociais. Em Lisboa foram projectados bairros para Ajuda, Alcântara, Braço de Prata

⁷⁴⁹ Numa reunião do Conselho Central do PS foi aprovado por unanimidade que o partido interviria “na constituição dos corpos administrativos (Câmaras e juntas) quando as circunstâncias locais o aconselhem e a sua colaboração seja solicitada, acentuando o seu desejo que a normalidade do País permita quanto antes a ocupação desses lugares pelo meio legal de eleição”, in “Vida Socialista”. *O Combate*, 16-02-1919, p. 3.

⁷⁵⁰ Em alguns casos o PRP apossou-se dos cargos administrativos o que era contra o que tinha sido estabelecido entre partidos republicanos que partilhavam o Governo, cuja união tinha resultado num acordo de partilha dos referidos cargos. A atitude dos democráticos motivou múltiplos protestos dos outros republicanos. Cf. Diego Palacios Cerezales, *op. cit.*, p. 246.

⁷⁵¹ “Sentido!”. *O Combate*, 4-05-1919, p. 1.

(abandonado pouco depois) e Arco de Cego⁷⁵². Na cerimónia de lançamento da 1ª pedra deste último, a 27 de Abril de 1919, o presidente da República definiu este acto como uma “festa de solidariedade operária”⁷⁵³. Contrariando esta ideia os meses de Abril e Maio foram de grande agitação social na capital. O operariado lisbonense confiante nas reformas sociais mostrou-se combativo e triunfante na sua ofensiva, crescendo o número de adesões aos sindicatos e eclodindo diversas greves quase em sincronia⁷⁵⁴, de tal forma que um diário republicano, moderado, referiu que “o povo de Lisboa toma a simultaneidade de tantas greves como um conluio, não só contra o patronato e o Estado, como contra ele próprio, contra a sua vida, contra a sua necessidade e o seu direito de trabalhar”⁷⁵⁵.

Revelou-se especialmente penosa para os alfacinhas a greve geral dos empregados da CML, que decorreu de 29 de Abril a 11 de Maio, levando algumas juntas de freguesia a efectuar a limpeza das ruas; e, nalguns bairros, nomeadamente em Alfama, esta tarefa de limpeza seria executada pelos próprios moradores, aí, alguns grevistas tiveram de fugir perante a ira dos residentes⁷⁵⁶. No dia 1 de Maio a edilidade publicou uma nota oficiosa onde declarava que tinha “todo o desejo em satisfazer a

⁷⁵² Foi durante o Sidonismo que pela primeira vez se projectou a construção de casas económicas “para classes menos abastadas” em Lisboa e Porto, pelo Decreto n.º 4137, de 25 de Abril de 1918. Na capital o local escolhido foi Ajuda/Boa-Hora, iniciando-se os trabalhos de construção em Setembro de 1918, in Maria da Conceição Tiago, “Bairros sociais da I República: projectos e realizações”. *Ler História*, n.º 59 (2010), p. 251.

⁷⁵³ “Bairros Operários”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 690 (1919), p. 391; ver ainda, “Bairros Sociais: a casa do povo”. *A Capital*, 27-04-1919, p. 2 e “Um grande dia”. *O Combate*, 28-04-1919, p. 1. O lançamento das 1.ªs pedras dos bairros sociais da Ajuda e de Alcântara ocorreram em 6 de Outubro de 1919, mas sem a solenidade do bairro do Arco do Cego, ver “No dia de hoje: a inauguração dos bairros sociais...”. *Ibid.*, 6-10-1919, p. 2. Na construção destes bairros trabalharam soldados desmobilizados da Grande Guerra que estavam inscritos nas Bolsas de Trabalho, também criadas pelo ministro socialista. Em Fevereiro de 1920 seria lançada uma campanha de desconfiança relativamente a estes bairros na imprensa conservadora, saindo em sua defesa “contra a infâmia e calúnia” o jornal *O Combate*. Em Junho de 1921, devido a dificuldades financeiras, foram suspensas todas as obras dos bairros sociais (excepto as do Bairro do Arco do Cego), a Lei n.º 1258, de 5 de Maio de 1922, sancionou a sua suspensão. Para o estudo da evolução e destino dos bairros sociais da Primeira República, veja-se Maria da Conceição Tiago, *op. cit.*, pp. 249-264.

O decreto de construção dos bairros sociais pelo ministro Dias da Silva foi, para o socialista César Nogueira, o motivo pelo qual se filiaram no PS “uma multidão de indivíduos sem convicções socialistas”, pessoas que só queriam satisfazer interesses pessoais e que prejudicaram o partido. Cf. César Nogueira, *Notas para a História do socialismo...*, p. 294.

⁷⁵⁴ Em Lisboa até às eleições municipais eclodiram as greves dos tipógrafos (Março); dos estofadores, decoradores (Abril); empregados camarários, pessoal dos eléctricos, empregados do Estado, operários metalúrgicos, parte do pessoal das Águas, alfaiates e costureiras (Abril-Maio); cesteiros e operários das massas e carpintaria da Companhia Nacional de Moagem (Maio). Cf. *A Capital*, respectivos meses.

⁷⁵⁵ “A população de Lisboa”. *A Capital*, 5-05-1919, p. 1.

⁷⁵⁶ Cf. “Ultimatum aos grevistas municipais”. *A Capital*, 3-05-1919, p. 2; “A greve do pessoal camarário”. *Ibidem*, 4-05-1919, p. 2.

pretensão dos reclamantes, mas que não tinha dinheiro”⁷⁵⁷. Dois dias depois a Comissão Administrativa, em reunião com as juntas de freguesia, aprovou uma moção em que instava os empregados municipais a regressarem ao trabalho sob pena de “cessação de contratos para o pessoal contratado e de processamento disciplinar para o dos quadros”⁷⁵⁸, mas nem assim a greve acabou. As ruas da capital somente no dia 6 apresentariam melhor aspecto, devido a alguns antigos empregados se terem apresentado ao serviço e aos novos contratados, que limpavam as ruas devidamente escoltados por praças do exército; durante a greve os enterramentos nos cemitérios foram assegurados por praças do regimento de engenharia⁷⁵⁹.

Esta greve foi condenada pela Comissão Administrativa. O vogal unionista Hermano de Medeiros afirmou que era “anti-patriótica e inoportuna”, propondo que se publicasse um edital convidando todo o pessoal camarário a retomar “pura e simplesmente o lugar” até segunda-feira, ao pessoal do quadro que não se apresentasse seria instaurado um processo disciplinar, quanto ao contratado seria cessado o contrato. O socialista José Cândido dos Santos propôs um aditamento que desse 48 horas para o pessoal se apresentar após a publicação do edital, e que fossem nomeados dois vogais para conjuntamente com representantes do pessoal “estudarem a forma prática de resolver com equidade e justiça as suas pretensões”. Esta proposta e referido aditamento foram aprovados⁷⁶⁰. Reunidos, no dia seguinte, os trabalhadores municipais resolveram voltar ao trabalho; nas conversações posteriores entre a comissão de arbitragem a Comissão Administrativa e o pessoal camarário resolveu-se que fossem readmitidos ao serviço todos os grevistas⁷⁶¹. Como veremos esta greve iria ter repercussões políticas na escolha dos candidatos do PS às eleições municipais.

No dia 12 de Abril tinha-se realizado o comício contra a carestia de vida, promovido pela Federação Municipal Socialista, no teatro Apolo, que teve grande assistência, e que contou entre os oradores com os socialistas José da Costa Júnior e António Maria Abrantes, membros da Comissão Administrativa; igualmente neste dia, o bairro operário de Alcântara esteve em festa com o regresso do corpo expedicionário de

⁷⁵⁷ “Câmara Municipal de Lisboa: nota oficiosa”. *O Combate*, 1-05-1919, p. 3.

⁷⁵⁸ “A greve do pessoal camarário”. *A Capital*, 4-05-1919, p. 2.

⁷⁵⁹ Cf. “O pessoal da câmara: continuam a apresentar-se bastantes empregados”. *A Capital*, 6-05-1919, p. 2; “As greves: a do pessoal da câmara”. *A Capital*, 10-05-1919, p. 2.

⁷⁶⁰ Vd. Sessão de 8 de Maio de 1919. *Actas da Comissão Administrativa... 1919*, pp. 271-272.

⁷⁶¹ Ver “Pessoal do município”. *O Combate*, 9-05-1919, p. 2; *Ibidem*, 14 de Maio de 1919, p. 2.

marinheiros que tinha sido enviado para Moçambique durante o sidonismo⁷⁶²; desde o desembarque na Rocha de Conde de Óbidos ao quartel da marinha, o desfile dos marinheiros foi acompanhado por uma multidão entusiástica⁷⁶³.

No 1.º de Maio a UON (que tinha duplicado o número de filiados entre 1917 e 1919)⁷⁶⁴ organizou um grande comício, no Parque Eduardo VII, com a presença de 30.000 trabalhadores, onde se aclamaram os ideais socialistas e foi aprovada uma moção contra a carestia de vida⁷⁶⁵ e pelo regresso imediato dos presos por questões sociais; uma manifestação pacífica (ao contrário do sucedido em Madrid e Paris)⁷⁶⁶. No dia 3, deflagram incêndios criminosos na cadeia do Limoeiro e no serviço postal do Terreiro do Paço⁷⁶⁷. A UON e vários sindicatos distribuíram manifestos onde rejeitavam a “desordem e a solidariedade com gestos criminosos”; no mesmo sentido o PS, asseverou a “sua reprovação mais solene contra quaisquer actos que neste momento possam perturbar a Vida Nacional na sua marcha progressiva para melhores dias”⁷⁶⁸. Quanto ao Governo, em comunicado, declarou que estava “na firme disposição de recorrer a todos os meios, (...), para evitar que outros crimes se sucedam contra a propriedade, a vida humana e a segurança do Estado”⁷⁶⁹. Nos jornais da capital as companhias seguradoras publicavam anúncios de “Seguros de assaltos, greves e tumultos” ou “Seguros de greves e tumultos”⁷⁷⁰.

Factos sintomáticos da esperança renascida do operariado na força política e na vitalidade do movimento operário, no pós-guerra e depois da “escalada de Monsanto”, foram não somente as greves (que convém realçar se prolongaram por semanas e meses)

⁷⁶² A Marinha defendeu o Governo de Afonso Costa contra Sidónio e, por isso, na parada da vitória sidonista, em 10 de Dezembro, os marinheiros foram humilhados e desfilaram desarmados. Em 7 de Janeiro, quando lhes foi ordenado que entregassem as munições que supostamente teriam em demasia, estalou uma revolta no quartel de Alcântara. Derrotados pelo Exército centenas de marinheiros foram feitos prisioneiros e o Governo sidonista passou para o serviço colonial 428 praças do Corpo de Marinheiros. Eram estes que agora regressavam. Sobre este tema e para o estudo das relações entre os marinheiros e o poder político no séc. XX, veja-se João Freire, “A marinha e a República”. *Ler História*, n.º 59 (2010), pp. 227-247.

⁷⁶³ Ver “Contra a carestia de vida: o comício...” e “Os marinheiros voltam”. *A Capital*, 12-04-1919, pp. 1-2.

⁷⁶⁴ “A situação dos operários portugueses: entrevista a Alexandre Vieira”. *Diário de Lisboa*, 14-02-1933. Citado por Joana Dias Pereira, *Sindicalismo revolucionário...*, p. 159.

⁷⁶⁵ Segundo dados oficiais o custo de vida tinha subido 450% entre 1914-1919, e de Janeiro a Maio de 1919, subira 40%. Cf. *Boletim da Previdência Social*, Ano III, n.º 9 (1920), p. 47. Citado por Idem, *Ibidem*, p. 29.

⁷⁶⁶ Cf. “O 1.º de Maio...”. *A Capital*, 2-05-1919, p. 2; “O 1.º de Maio: o que se passou em Madrid”. *Ibidem*.

⁷⁶⁷ Ver “O fogo do Limoeiro”. *A Capital*, 4-05-1919, p. 1.

⁷⁶⁸ Cf. “Sentido!”. *O Combate*, 4-05-1919, p. 1.

⁷⁶⁹ Citado por Joana Dias Pereira, “A ofensiva operária”, p. 427.

⁷⁷⁰ Ver, a título de exemplo, *A Capital*, 13-05-1919, p. 2 e de 18-07-1919, p. 2.

e os comícios, mas também o recrudescimento da imprensa operária com o aparecimento, em Fevereiro, do diário *A Batalha: porta-voz da organização operária portuguesa*, da responsabilidade da UON, que alcançaria o terceiro lugar em tiragem a nível nacional; e a passagem, em Abril, do semanário socialista, *O Combate*, a diário. A força do movimento sindical ficou ainda patente na aprovação das leis do arrendamento, das 8 horas de trabalho, e, particularmente nos decretos sobre os Seguros Sociais Obrigatórios, nas Bolsas Sociais de Trabalho e na criação do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, publicados em 10 de Maio, como vimos um período de vaga grevista, e na véspera das eleições gerais para o Parlamento⁷⁷¹. Porém, estas concessões sociais do Governo republicano, da autoria de Dias da Silva, depressa foram abandonadas, não só por uma oposição feroz do patronato e falta de meios económicos, mas também pelas “novas linhas de orientação política que colocavam a «ordem pública» como a prioridade das prioridades”⁷⁷². Como consequência, os operários manteriam uma atitude crítica em relação à República e, em alguns casos, enveredariam por um caminho revolucionário.

No final da investida operária, em 13 de Setembro de 1919, foi criada a Confederação Geral do Trabalho (CGT), sucessora da UON, consagrando os princípios programáticos do Sindicalismo Revolucionário⁷⁷³. Não esqueçamos que parte da força do operariado se radicava na esperança de que a Revolução Russa (1917), inexoravelmente, se estenderia a todo o continente europeu⁷⁷⁴. Alguns dissidentes da CGT, simpatizantes do bolchevismo, iriam fundar a Federação Maximalista Portuguesa (FMP), em Maio de 1919 (Declaração de Princípios/Estatuto Orgânico), com sede na rua Marquês do Alegrete, 30-2.º. Esta consagrava que “todo o indivíduo que em Portugal se declare bolchevista é anarquista ou sindicalista revolucionário”⁷⁷⁵. A

⁷⁷¹ Sobre as reformas sociais na I República ver a tese de doutoramento de David Oliveira Ricardo Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, FCSH/UNL, 2012, pp. 320-342.

Para além da legislação social este *Diário do Governo*, composto por 30 suplementos, criou 17.000 novos empregos na função pública, todos nomeados por “conveniência de serviço público”; estas nomeações entendidas como benesses a correligionários políticos (democráticos) foram objecto de duras críticas. Cf. José Adelino Maltez, *Tradição e revolução...*, Vol. II, p. 257.

⁷⁷² Luís Farinha, “Sindicalismo livre e I República: percursos paralelos, convergências efémeras (1908-1931)”, in Raquel Varela, Ricardo Noronha, Joana Dias Pereira (Coord.), *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*, Lisboa, Edições Colibri/IHC-FCSH-UNL, 2012, p. 92.

⁷⁷³ Cf. Joana Dias Pereira, *Sindicalismo revolucionário...*, pp. 120-121 e p. 133.

⁷⁷⁴ Sobre a forma como em Portugal foram recebidas as notícias da Revolução Russa e de que modo influenciou a sociedade e, em particular, o operariado veja-se o já citado livro de Pedro Soares Ferreira, *Entre o terror e a esperança...*

⁷⁷⁵ César Oliveira, “A Revolução russa na imprensa da época”. *Análise Social*, Vol. X, n.º 40 (1973), p. 792.

denominação de Federação radicava na organização anarquista e maximalista era a “translação” de bolchevista, que pensavam que significava “partidário da «revolução levada ao máximo»”, o que atestava o parco conhecimento que havia sobre a revolução russa e o marxismo⁷⁷⁶.

Em Novembro temos notícias da existência de onze conselhos maximalistas em Lisboa: Centro Maximalista de Campo de Ourique, C. M. da Meia Laranja, C. M. da Graça, C. M. da Sé, C. M. de Santana, C. M. da Cascalheira, C. M. Estandarte Vermelho, C. M. Agitador, C. M. Regeneração, C. M. Ditadura Proletária e C. M. Cosmopolita. Entre a Federação Maximalista Portuguesa e o *Bandeira Vermelha*⁷⁷⁷ e a Confederação Geral do Trabalho e *A Batalha* as relações foram fraternas, as clivagens acorreriam depois do desaparecimento da FMP, em 1921, durante a criação do Partido Comunista Português⁷⁷⁸.

Ainda no ano de 1919, vivendo o rescaldo da Grande Guerra, Lisboa assistiu ao desembarque de militares do CEP. O regresso das tropas portuguesas ocorreu, sobretudo, nos meses de Março a Maio, numa cena repetida, em que os lisboetas eram convidados a participar, e que contava sempre com a presença de autoridades civis e militares, das madrinhas de guerra e senhoras inglesas que distribuíram tabaco, bolachas e café aos soldados regressados⁷⁷⁹. Contudo, este retorno vitorioso dos combatentes portugueses (muitos deles mutilados) não teve correspondência nas esperanças que estes depositavam no seu reconhecimento e reintegração na sociedade portuguesa. O desalento e o espírito de solidariedade presente entre eles originariam que, no final de 1919, ocorresse a primeira tentativa para constituir a Liga dos Combatentes da Grande

⁷⁷⁶ António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, pp. 165-166.

⁷⁷⁷ O primeiro número do semanário *A Bandeira Vermelha*, órgão da FMP, com o objectivo de difundir as ideias bolchevistas, publicou-se em 5 de Outubro de 1919, tendo sido logo apreendido. Cf. César Oliveira, “A Revolução russa...”, p. 811.

⁷⁷⁸ Cf. Pedro Soares Ferreira, *op. cit.*, pp. 94-95.

A palavra “comunista” foi utilizada pela primeira vez em Portugal na designação do Centro Comunista de Lisboa, em 1920, uma força política que se identificava os soviets, in António Ventura, “A Ideia de ditadura do proletariado em Portugal no início do século XX”. *Clio*. Nova Série, Vol. V (2000), p. 118.

⁷⁷⁹ Veja-se “Regresso de Tropas do CEP”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 688 (1919), pp. 322-323; “Regresso da França...”. *A Capital*, 5-03-1919, p. 2; “Regresso da França...”. *Ibid.*, 9-03-1919, p. 2; “CEP: de regresso à Pátria”. *Ibid.*, 15-04-1919, p. 1; “CEP...”. *Ibid.*, 19-04-1919, p. 2; “Regresso à Pátria”. *Ibid.*, 2-05-1919, p. 1; “CEP...”. *Ibid.*, 4-05-1919, p. 1; “Regresso à Pátria”. *Ibid.*, 16-05-1919, p. 1; “Regressando à Pátria”. *Ibid.*, 28-05-1919, p. 5.

Guerra⁷⁸⁰, para defesa dos seus interesses, mas igualmente para apoio dos mutilados, das viúvas e dos órfãos de guerra.

Seria neste ambiente tumultuoso do pós-guerra que os cidadãos portugueses foram chamados, mais uma vez, às urnas. A primeira ocasião foi para as eleições para o Congresso, que garantiram, sem surpresas, no dia 11 de Maio, a vitória aos democráticos. Em Lisboa a votação dos socialistas triplicou e conquistaram as minorias ao derrotar unionistas e evolucionistas. Nestas eleições legislativas foram eleitos um deputado e um senador católicos⁷⁸¹. A segunda vez seria para as eleições administrativas, no dia 25 de Maio.

Em relação às eleições municipais devemos começar por salientar a tomada de decisão do Governo de convocar um acto eleitoral e de não reconduzir as vereações eleitas em 1917, que tinham tomado posse em 2 de Janeiro de 1918 e só tinham exercido o poder camarário por alguns dias (no caso da capital só teve lugar a reunião da tomada de posse). Esta resolução seria posteriormente imputada por Domingos Pereira, chefe do Governo, a José Relvas alegando que este poderia ter optado por reconduzir as vereações eleitas, mas como o seu Ministério era composto por democráticos, evolucionistas, unionistas, socialistas, centristas e sidonistas se “a reintegração se fizesse, parte dos indivíduos que compunham o Governo imediatamente o abandonaria”, originando uma crise política. Por isso, as eleições tinham sido adiadas “até ao momento oportuno”⁷⁸². Em boa verdade após Monsanto seria impossível para os lisboetas entenderem (e aceitarem) a recondução da vereação eleita em 1917, cuja minoria era composta por monárquicos; face a esta conjuntura política a convocação das eleições pelo menos na capital (e nos outros concelhos onde os monarquistas tivessem vereadores) seria sempre a única solução.

⁷⁸⁰ Seria somente fundada em 1923 e oficializada pela Portaria n.º 3.888, de 29 de Janeiro de 1924. Actualmente é denominada de Liga dos Combatentes.

⁷⁸¹ Se bem que neste ano fossem instaurados processos (depois arquivados) a alguns catedráticos de Coimbra, entre os quais António de Oliveira Salazar, acusados de utilizarem as aulas para propaganda reaccionária e de serem monárquicos. Em Novembro de 1919 o Centro Católico recomeçaria oficialmente as suas actividades. O objectivo principal era a formação de um partido católico que pudesse congregar e unir os conservadores; por isso, os seus militantes não poderiam pertencer a outro partido (monárquico ou republicano). Contudo, o Centro teria uma existência débil nos primeiros anos. Cf. António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, pp. 88-91.

Salazar foi candidato nestas eleições pelo Círculo de Viana do Castelo, mas desistiu em favor de um padre, candidato evolucionista. Cf. Maltez, *Eleições [1919]*. Disponível em <http://maltez.info/respublica/> [última consulta 05-04-2014].

⁷⁸² Sessão de 16 de Junho de 1919. *Diário do Senado*, p. 6.

V.2. Forças políticas e candidatos a vereadores

Em 11 de Abril foram convocadas as eleições administrativas, pelo Decreto n.º 5.376, para ocorrerem no dia 25 de Maio de 1919⁷⁸³. Assim, entre o anúncio das eleições e o sufrágio eleitoral decorreram 44 dias, contudo, apesar de acrescentar em 4 dias o prazo estipulado por lei, o Partido Unionista face à marcação antecipada das eleições municipais (defendendo a sua realização em Novembro) radicava nestas os mesmos erros ocorridos nas eleições legislativas: organização atabalhoada do recenseamento eleitoral e supressão “quase por completo” do período de propaganda eleitoral⁷⁸⁴, argumentos que julgamos pertinentes para o recenseamento, mas que relativamente à propaganda eleitoral não o seriam dado que o prazo regulamentado por lei até tinha sido ultrapassado.

Para este acto eleitoral continuavam a ser eleitos trinta e seis edis (mais os respectivos substitutos), sendo as listas partidárias constituídas por vinte e sete nomes de candidatos efectivos (e igual número de suplentes) para a eleição da maioria e nove nomes (e respectivos substitutos) se concorressem à minoria camarária. Neste ano todos os partidos se candidataram à eleição da maioria da vereação, por isso, as listas que se apresentaram a sufrágio continham cinquenta e quatro candidatos. O prazo para apresentação das candidaturas à vereação assim como dos delegados eleitorais terminava no dia 22 de Maio, três dias antes do dia da eleição⁷⁸⁵; todavia, como referimos anteriormente, segundo os acórdãos do Supremo Tribunal de 1914, essa apresentação não era obrigatória.

As forças políticas que se apresentaram ao sufrágio foram o Partido Republicano Português, o Partido Evolucionista e o Partido Socialista⁷⁸⁶, todas concorrendo para a maioria municipal. Para além dos monárquicos, o grande ausente foi a União Republicana, fragilizada pelo colaboracionismo inicial com o sidonismo, se bem que ainda pensassem na apresentação de uma “Lista Neutra”, composta por personalidades

⁷⁸³ Decreto n.º 5.376. *Diário do Governo*, I Série, n.º 75, de 11 de Abril de 1919, p. 605. O mesmo decreto marcava as eleições gerais para o dia 11 do mesmo mês e as eleições das juntas de freguesias para o dia 13 de Julho.

⁷⁸⁴ [Matias Boleto] F.[erreira de] Mira, “Eleições administrativas”. *A Luta*, 20-05-1919, p. 1.

⁷⁸⁵ Prazo estipulado pelo Decreto n.º 5.494. *Diário do Governo*, I Série, n.º 92, de 3 de Maio de 1919, p. 735.

⁷⁸⁶ Há ainda notícias sobre um comício eleitoral de candidatos à vereação, no dia 18, promovido pelo Partido Centrista Republicano; porém, sem consequências, este partido não se apresentaria ao sufrágio. Cf. “Eleições: para vereadores: comício eleitoral”. *Diário de Notícias*, 18-05-1919, p. 3.

“de todos os partidos e por pessoas estranhas a qualquer organização partidária, enfim por cidadãos reconhecidamente competentes”⁷⁸⁷. Porém, em 22 de Maio, anunciaram que renunciavam ao acto eleitoral, numa decisão tomada por unanimidade pelas comissões políticas de Lisboa, invocando o facto de os recenseamentos não corresponderem ao número de cidadãos com capacidade eleitoral, e também devido aos supostos acordos existentes entre os democráticos, evolucionistas e socialistas para as minorias não pertencerem “a quem de direito”, o que ia contra o princípio democrático da lista incompleta⁷⁸⁸. Argumentos pouco consistentes que escamoteavam a debilidade deste partido, as lutas internas partidárias e as mudanças significativas no panorama partidário nacional trazidas pelo pós-guerra.

O Partido Democrático partiu para estas eleições com um novo líder, António Maria da Silva (1872-1950), uma figura de segunda linha, que assumiu este lugar após o exílio de Afonso Costa. O Directório do partido, em 15 de Maio, anunciou que disputaria a eleição da maioria municipal, como seria esperado; por isso, a sua comissão executiva recomendou às comissões partidárias municipais e distritais que, nos termos do regulamento, elaborassem as listas de candidatos à vereação e junta distrital “compostas exclusivamente por filiados no Partido”, assim como deviam elaborar os programas de administração municipal e distrital tendo por objectivo a feitura de “obras e melhoramentos”⁷⁸⁹. No dia 16 reuniu a comissão encarregue da elaboração destas listas apresentando-se os primeiros candidatos⁷⁹⁰; um trabalho que foi célere, pois a lista seria anunciada a 19 de Maio, se bem que alguns elementos fossem posteriormente substituídos. No dia seguinte, na convocatória da Comissão Municipal do PRP aos candidatos a vereadores e procuradores à Junta Geral de Distrito incluíam-se os nomes publicados, bem como de outros cidadãos (que seriam candidatos na lista final), para serem apresentados às comissões paroquiais⁷⁹¹.

Na Lista inicial não apareciam os nomes de Dagoberto Augusto Guedes, Eduardo Moreira e Marcelino de Roman Navarro como efectivos, Januário Esteves Nogueira aparecia como substituto tendo passado a efectivo; e, nos substitutos não

⁷⁸⁷ F. Mira, “Eleições administrativas”. *A Luta*, 20-05-1919, p. 1.

⁷⁸⁸ Ver “A união republicana”. *A Luta*, 22-05-1919, p. 1.

⁷⁸⁹ “Partido Republicano Português”. *O Mundo*, 16-05-1919, p. 1.

⁷⁹⁰ “Partido Republicano Português: candidatos a vereadores”. *Diário de Notícias*, 17-05-1919, p. 2. Nesta listagem surgem os nomes dos candidatos, sem distinguir efectivos e substitutos; além disso, alguns candidatos não apareceriam na lista definitiva.

⁷⁹¹ Cf. “Partido Republicano Português...”. *O Mundo*, 19-05-1919, p. 1; “Partido Republicano Português”. *Ibidem*, 20-05-1919, p. 1.

constavam Artur Moreira Liberal, Francisco José Fitas, Joaquim Bento, Manuel Martins Travassos e Miguel Evaristo de Santa Maria. E desapareceram na Lista definitiva⁷⁹², publicada no dia 24, véspera do sufrágio, os seguintes candidatos: Carlos Eugénio da Silva Meneses, engenheiro; Domingues Freire Teixeira Marques, proprietário e capitalista; Henrique Sátiro Lopes Monteiro, professor da Escola de Guerra e José Joaquim dos Santos, engenheiro agrónomo, como efectivos; e, Álvaro Neto, comerciante; António Emídio da Silva Sá Nogueira, advogado; e Artur Pinto de Oliveira, engenheiro e José Epifânio Correia, construtor civil, nos substitutos⁷⁹³. Nestas eleições camarárias o órgão democrático só publicou a lista de candidatos a vereadores nestas duas datas, o que evidenciava o desinteresse na luta eleitoral, radicado na certeza da vitória e na ausência de adversários destemidos.

Uma análise das profissões dos candidatos efectivos democráticos (Quadro 17) revela-nos a seguinte distribuição: em primeiro lugar, os sete comerciantes (25,9%); seguidos, embora com menos de metade, dos três funcionários públicos e igual número de professores (11,1%); e na terceira posição, em ex *aequo*, com dois elementos os industriais e os jornalistas (7,4%). A superioridade dos comerciantes era ainda maior nos substitutos, com dez elementos (37%); em seguida, vinham os quatro empregados públicos (14,8%); e no terceiro posto os dois proprietários (3,7%). Não sem surpresa, registava-se a presença de um clérigo. No total a Lista Democrática era maioritariamente composta por dezassete comerciantes (31,5%), depois os sete funcionários públicos (13%), representando estas duas categorias profissionais quase metade dos candidatos do PRP (44,6%); e no terceiro lugar os três professores (5,6%).

O recrutamento político do funcionalismo público era mais acentuado se aos candidatos apresentados como tal acrescentássemos os que, surgindo na Lista com outra ocupação profissional, exerciam funções no Estado. Nesta situação encontravam-se os seguintes candidatos efectivos: os três professores dos liceus, um professor universitário, um médico, um veterinário, um contabilista e um engenheiro. Assim, teríamos mais oito empregados públicos (civis e militares) que agregando aos já contabilizados orçariam em quinze (27,8%). Também eram na realidade quatro

⁷⁹² “Interesses da cidade: no domingo, todos os cidadãos republicanos que acompanham o PRP, devem votar na lista partidária”. *O Mundo*, 24-05-1919, p. 1.

⁷⁹³ Cf. “PRP: candidatos a vereadores”. *O Mundo*, 19-05-1919, p. 1; “Interesses da cidade...”. *Ibidem*, 24-05-1919, p. 1.

Ver Anexos – A.21. Candidatos a vereadores da Lista do PRP nas eleições de 1919.

professores universitários (7,5%), pois a Rodrigues Gaspar, devemos acrescentar Dagoberto Guedes, Joaquim Pratas e Luís da Silva Viegas.

Quadro 17 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRP – 1919

Profissão	A) Effectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	-	-	1	3,7	1	1,8
Cambista	-	-	1	3,7	1	1,8
Canteiro	-	-	1	3,7	1	1,8
Capitalista	1	3,7	-	-	1	1,8
Comerciante	7	25,9	10	37,0	17	31,5
Contabilista	1	3,7	1	3,7	2	3,7
Construtor civil	1	3,7	-	-	1	1,8
Eclesiástico	-	-	1	3,7	1	1,8
Empregado comércio	-	-	1	3,7	1	1,8
Engenheiro civil	1	3,7	-	-	1	1,8
Farmacêutico	1	3,7	1	3,7	2	3,7
Funcionário público	3	11,1	4	14,8	7	13,0
Industrial	2	7,4	-	-	2	3,7
Jornalista	2	7,4	-	-	2	3,7
Médico	1	3,7	1	3,7	2	3,7
Operário	1	3,7	-	-	1	1,8
Pintor-cenógrafo	-	-	1	3,7	1	1,8
Professor não universitário	3	11,1	-	-	3	5,6
Professor universitário ^(a)	1	3,7	-	-	1	1,8
Proprietário	-	-	2	7,4	2	3,7
Solicitador	1	3,7	-	-	1	1,8
Veterinário	1	3,7	-	-	1	1,8
Desconhecido	-	-	2	7,4	2	3,7
Total	27	100	27	100	54	100

^(a) – Oficial da Marinha.

Fonte: *O Mundo*, 19 e 24-05-1919: 1.

Em conclusão, os candidatos democráticos à edilidade lisbonense pertenciam predominantemente ao comércio lisbonense e ao funcionalismo estatal, na sua maioria superior. Repetia-se a fórmula utilizada nas eleições antecedentes, inclusive com a introdução de um candidato do operariado; a única novidade era o aparecimento de um eclesiástico, o padre Artur Moreira Liberal⁷⁹⁴.

Nesta Lista distinguiam-se, entre outros, Alfredo Rodrigues Gaspar; Alberto Ferreira Vidal, deputado eleito neste ano pelo Porto; o industrial, Conceição Estrela; Alberto Tota, solicitador e jornalista; Dagoberto Guedes, médico; Eduardo Henriques Moreira, historiador e jornalista e Luís da Silva Viegas, professor do IST, entre outros. Era composta, na sua maioria, por antigos edis lisbonenses (1914-1917): Augusto César

⁷⁹⁴ Este padre era tesoureiro colado da freguesia de Santa Isabel quando entregou, em 6 de Setembro de 1911, o pedido de pensão provisória, nos termos da Lei de Separação (Art.º 120.º). Ver “[Processo: Artur Moreira Liberal]” in Portugal.MF, *Catálogo Electrónico do Ministério das Finanças*, p. 385. Disponível em http://www.sgmf.pt/formulario/Arquivo/Newsletters/Outros/Cat%C3%A1logo_Electronico_CNPE.pdf [última consulta 05-04-2014].

de Magalhães Peixoto (também na vereação de 1918); João Esteves Ribeiro da Silva; Joaquim Rodrigues Simões; Ernesto Beleza de Andrade; José Maria Baptista e Virgílio Saque; e, pelos catorze candidatos efectivos e dezassete substitutos que tinham integrado a Lista do PRP de 1917 (incluindo Peixoto), dos quais dez tinham tomado posse no ano seguinte.

O Partido Evolucionista apresentou-se ao acto eleitoral enfraquecido devido à colaboração com os Governos democráticos e às lutas internas entre os partidários da sua extinção, em favor da fundação de um Partido Republicano Reformador⁷⁹⁵ (que também incluiria centristas, unionistas e republicanos independentes), e os que se opunham a essa dissolução. A Junta Central anunciou, em 8 de Março de 1919, a extinção do partido, porém, esta falhou devido à oposição de muitos militantes, como era o caso dos membros da Junta Municipal de Lisboa que expressaram o seu desacordo a 15 de Abril, bem como de ex-parlamentares evolucionistas, que também declararam a António José de Almeida, que se opunham à extinção do PRE⁷⁹⁶, em 24 de Abril.

Numa reunião conjunta com os representantes dos partidos unionista, centrista e independentes, os evolucionistas também tinham invocado a proximidade do acto eleitoral como inibidora da criação de um novo partido⁷⁹⁷. Chegou a estar prevista a realização de um Congresso, nos dias 24 e 25 de Maio, para “se entregar aos trabalhos do próximo acto eleitoral e à reorganização das suas forças tanto na capital como na província”, que seria adiado para depois das eleições⁷⁹⁸. Na reunião da Junta Municipal, das Comissões Paroquiais e dos centros políticos, acentuou-se que o PRE deveria “pela urna afirmar duma forma bem frisante a sua vitalidade”⁷⁹⁹; noutra sessão deste organismo com os candidatos às eleições administrativas, no dia 20, declarou-se que no

⁷⁹⁵ Cujá declaração de princípios chegou a ser publicada em Agosto de 1919. Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 235-243.

⁷⁹⁶ “Junta Municipal: nota oficiosa”. *República*, 15-04-1919, p. 1. Veja-se Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, pp. 80-81; José Adelino Maltez, *Tradição...*, Vol. II, p. 259.

Só depois da eleição de António José de Almeida como Presidente da República (6 de Agosto) a Junta Central Evolucionista decidiu agendar, para o Congresso do Partido, a sua extinção. Depois de reuniões entre evolucionista e unionistas foram aprovadas as Bases do programa partidário, numa reunião do Partido Unionista, em 29 de Setembro; e, no Congresso Evolucionista, em 1 de Outubro. Esta fusão partidária seria concluída com a integração dos centristas, de Egas Moniz, em 26 de Outubro. O novo partido – Partido Republicano Liberal - aprovaria o seu programa, no I Congresso, no dia 23 de Novembro de 1919. Sobre o Partido Liberal ver Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, pp. 80-83.

⁷⁹⁷ “Partido Reformador: nota oficiosa”. *República*, 17-05-1919, p. 2.

⁷⁹⁸ “Partido Republicano Evolucionista: importante reunião”. *República*, 19-05-1919, p. 2.

⁷⁹⁹ “Junta Municipal”. *República*, 17-05-1919, p. 1.

próximo neste acto eleitoral era necessário comprovar que o partido era “um organismo forte e disciplinado”⁸⁰⁰.

A Lista Evolucionista foi apresentada pela primeira vez no dia 18 de Maio, os seus candidatos eram “individualidades de competência técnica reconhecida”⁸⁰¹. A profissão primária dos efectivos (Quadro 18), à semelhança da Democrática, também era dominada pelos comerciantes com sete representantes (25,9%); depois os contabilistas e industriais, cada com três elementos (11,1%); e na terceira posição, em *ex aequo*, figuravam os dois advogados, empregados no comércio, médicos e militares (7,4%). Relativamente aos substitutos, a primazia pertencia aos onze funcionários públicos (40,7%); na segunda posição os oito comerciantes (29,6%); seguindo-se os quatro empregados no comércio (14,8%). Na avaliação final o primeiro posto pertencia aos quinze comerciantes (27,8%); depois vinham os doze empregados públicos (22,2%); e no terceiro lugar, afastados, os seis empregados no comércio (11,1%).

Quadro 18 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRE – 1919

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	2	7,4	-	-	2	3,7
Arquitecto	1	3,7	-	-	1	1,8
Comerciante	7	25,9	8	29,6	15	27,8
Contabilista	3	11,1	1	3,7	4	7,5
Construtor civil	1	3,7	-	-	1	1,8
Despachante	-	-	1	3,7	1	1,8
Empregado comércio	2	7,4	4	14,8	6	11,1
Engenheiro	1	3,7	-	-	1	1,8
Funcionário público	1	3,7	11	40,7	12	22,2
Industrial	3	11,1	1	3,7	4	7,5
Médico	2	7,4	-	-	2	3,7
Militar ^(a)	2	7,4	-	-	2	3,7
Professor não universitário	1	3,7	1	3,7	2	3,7
Proprietário	1	3,7	-	-	1	1,8
Total	27	100	27	100	54	100

^(a) – Um oficial do Exército e um oficial da Marinha.

Fonte: *República*, 25-05-1919: 1.

Esta Lista espelhava menor diversidade profissional do que a do PRP. Analogamente, também eram efectivamente catorze os funcionários públicos (25,9%), porque um advogado, Álvaro Machado, e um médico, Aurélio da Costa Ferreira,

⁸⁰⁰ “Junta Municipal: reunião dos candidatos à vereação da Câmara Municipal de Lisboa e às Juntas Gerais do Distrito”. *República*, 20-05-1919, p. 1.

⁸⁰¹ “PRE: Câmara Municipal de Lisboa”. *República*, 18-05-1919, p. 1; “Propaganda eleitoral: no Centro Evolucionista do 2.º Bairro”. *República*, 24-05-1919, p. 2.

Ver Anexos – A.22. Candidatos a vereadores da Lista do PRE nas eleições de 1919.

exerciam funções em instituições do Estado. Desta forma, na candidatura do PRE predominavam igualmente os comerciantes (27,8%) e o funcionalismo público, totalizando ambos mais de metade das categorias profissionais (53,7%).

Destacam-se algumas personalidades, como António Aurélio da Costa Ferreira, antigo edil da primeira vereação republicana de 1908 e Gonçalo Heitor Ferreira, com loja de armas junto à estação do Rossio, o armeiro onde foram compradas as armas para a revolta de 28 de Janeiro de 1908⁸⁰². Uma pequena parte dos seus candidatos tinha integrado a Lista do PRE de 1917, a saber: António Aurélio da Costa Ferreira; Francisco de Paula Cid; João Simões de Almeida; Miguel José Nogueira Júnior; Pedro Alfredo Moraes Rosa; Zacarias Gomes de Lima; Aníbal Crispim Pinheiro; Augusto de Albuquerque e João Leopoldo Cardoso Guedes; não tendo sido eleitos. E, para além de Aurélio da Costa Ferreira, também Zacarias de Lima e Francisco Cândido da Conceição tinham sido edis na vereação de 1914-1917.

Quanto ao Partido Socialista o sidonismo, a par da questão da guerra, tinha fomentado divisões internas. Com Sidónio a direcção do partido viu uma janela de oportunidade para a conquista do Poder, especialmente através da participação dos seus militantes nas comissões administrativas municipais nomeadas pelo novo poder instituído, nomeadamente em Lisboa, e também pela instituição do sufrágio universal. Contudo, os resultados das eleições de 1918 seriam decepcionantes, o único deputado socialista eleito foi João de Castro, pelo círculo de S. Tomé⁸⁰³.

Contudo, a vitória de Monsanto foi propícia ao convite dirigido a Dias da Silva para que integrasse o Governo. Se bem que esta integração de um socialista no Ministério tivesse marcado uma nova clivagem do partido (entre intervencionistas e não-intervencionistas), em 1919, o Partido Socialista conseguiu alargar o número dos seus apoiantes e filiados⁸⁰⁴, devido à passagem do “companheiro Augusto” pelo Governo, mentor da aprovação da legislação social.

Neste ano o PS atingiu o número de 52 novos militantes; cifra que só seria suplantada em 1925, já no final da República, talvez resultante da eleição de alguns vereadores socialistas numa Lista de conjunção. Aliás, a eleição de um deputado socialista, em 1911, também se tinha traduzido num aumento significativo de

⁸⁰² Cf. Jorge Morais, *Os últimos dias da Monarquia...*, p. 34.

⁸⁰³ “[Última hora]”. *O Combate*, 5-05-1918, p. 3.

⁸⁰⁴ Veja-se as primeiras páginas d’*O Combate*, a partir de 9 de Fevereiro de 1919, onde na rubrica “O subir da onda” se publicita as novas filiações e refiliações ao PS.

filiados⁸⁰⁵. Porém, devemos assinalar que, na época, era comum os membros dos partidos filiarem-se em vários centros políticos; por exemplo, Ladislau Batalha (1856-1939) que já era filiado nos Centros Paroquiais Socialistas de Santos e da Lapa filiou-se, em Março de 1919, no Centro Escolar Socialista de Alcântara⁸⁰⁶; uma prática que permitia a publicitação sucessiva de novas filiações, dando uma ideia ampliada do número de adesões ao partido.

Com efeito, o número de filiados no PS (ou noutro qualquer partido deste período temporal) tem de ser encarado com algumas reservas. Conhecer a militância nos partidos da Primeira República é um dos problemas com que se debatem os investigadores, porque estes eram o somatório de um conjunto de estruturas locais, e não “um corpo articulado e disciplinado”, sendo quase sempre impossível conseguir obter um cadastro dos filiados⁸⁰⁷. De qualquer forma a este “subir da onda” não foi alheio o facto de o PS ser, no ano de 1919, considerado um partido de governação, o que o transformou numa facção assaz atractiva para quantos os que olhavam para a militância partidária como auxiliadora de integração laboral na máquina estatal. Aliás, a adesão conjuntural, calculista, destes novos militantes, que procuravam favores e empregos, originou lutas internas e o protesto dos “velhos” filiados, como já expusemos.

Nas eleições gerais de 11 de Maio o PS triplicou a votação e elegeu oito deputados ao conquistar as minorias em Lisboa e no Porto, derrotando os unionistas e evolucionistas. Os dados sobre o número de votos obtidos pelos socialistas que foram publicados nos jornais não são coincidentes. Para *O Combate*, no dia a seguir à votação, o PS tinha totalizado na capital 1.760 votos, alcançando maior número de votantes no 4.º Bairro administrativo (599 votos), seguindo-se o 1.º Bairro (527 votos), depois o 3.º Bairro (476 votos) e, por último o 2.º Bairro (158 votos)⁸⁰⁸; sem estranheza conquistou uma votação mais elevada nas zonas operárias, a Ocidente e a Oriente; significativa na zona de Santos, nas novas zonas de expansão urbanística e nos arrabaldes da cidade; e

⁸⁰⁵ O número de novas adesões de filiados socialistas, baseados no “único recenseamento partidário mais sério”, executado em 1930, ao longo dos anos é o seguinte: 1910 – 2; 1911 – 23; 1912 – 49; 1913 – 10; 1914 – 8; 1915 – 3; 1916 – 17; 1917 – 22; 1918 – 27; 1919 – 52; 1920 – 30; 1921 – 8; 1922 – 40; 1923 – 35; 1924 – 29; 1925 – 81; 1926 – 51 e 1927 – 19, in Constantino de O. Gonçalves, *op. cit.*, pp. 61-62.

⁸⁰⁶ Cf. “O subir da Onda”. *O Combate*, 30-03-1919, p. 2.

⁸⁰⁷ Cf. Manuel Pimenta Morgado Baião, *Elites e organizações políticas na I República portuguesa: o caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)*, Évora, Universidade de Évora, 2012, tese de doutoramento, p. 310.

⁸⁰⁸ Quanto às freguesias, a de Alcântara (operária) foi onde alcançaram maior votação (180 votos), e a dos Mártires (burguesa) a menor (2 votos). Cf. “Povo de Lisboa”. *O Combate*, 12-05-1919, p. 1.

diminuta na Baixa Pombalina, zona da alta burguesia. Na assembleia de apuramento dos deputados, foi indicado que este partido alcançou 1.901 votos⁸⁰⁹; o que configuraria o melhor resultado de sempre nas eleições legislativas da Primeira República; e alimentou uma enorme expectativa, porque esta vitória atestava que o socialismo avançava “a passos decisivos”⁸¹⁰. Face a este triunfo repetir a conquista da minoria nas eleições municipais na capital não estaria, decerto, afastado dos objectivos dos socialistas.

Aliás, na reunião da Federação Municipal Socialista, no dia 14 de Maio, onde estiveram representantes de 21 agrupamentos socialistas da capital, com o objectivo de “intensificar a propaganda” para as eleições da CML, afirmou-se mesmo que ao PS só interessava a conquista da maioria camarária. Nesta foi apresentado o programa municipal do partido para a edilidade lisbonense (de que falaremos mais adiante) e foram aprovados os nomes dos candidatos efectivos ao Município de Lisboa. Quanto aos candidatos substitutos ficou decidido que as Comissões Paroquiais indicassem cada uma um nome para a respectiva lista, com a maior brevidade possível.

Nesta reunião Dias da Silva defendeu a união das “esquerdas” que se deviam “preparar para a conquista gradual da Sociedade” e, nesse sentido, propôs a inclusão de cinco nomes de indivíduos que “embora não sendo filiados no partido são socialistas de facto”, a saber: Carlos Rates (1879-1945), Dr. Sobral de Campos, Dr. Campos de Lima, Jorge Coutinho e José Maria Gonçalves. Estes candidatos apareceram na Lista inicial do PS, e também outros (Júlio Silva, Dr. Alberto Machado e arquitecto Martins Júnior)⁸¹¹, mas não figurariam na Lista definitiva. Provavelmente não aceitaram a inclusão dos seus nomes, pelo menos quanto a Carlos Rates e Sobral Campos (director do Asilo de Mendicidade) sabemos que manifestaram, logo no dia 16, através de cartas enviadas para *A Batalha*, a sua discordância⁸¹².

⁸⁰⁹ “Ecos: resultado da assembleia de apuramento”. *O Mundo*, 19-05-1911, p. 1.

⁸¹⁰ “Lisboa e Porto”. *Ibidem*.

⁸¹¹ Vd. “Federação Municipal Socialista: as próximas eleições para vereadores...”. *O Combate*, 15-05-1919, p. 1; “Federação Municipal Socialista: os candidatos do P.S.P...”. *Ibid.*, 16-05-1919, p. 1.

⁸¹² Cf. “Cartas de J. Carlos Rates e A. Sobral de Campos...”. *A Batalha*, 16-05-1919, p. 1.

É curiosa a missiva de Carlos Rates porque este, face à situação das finanças camarárias, defendia a privatização de quase todos os serviços municipais, alegando que o seu programa era “excelente” para não votarem nele, “particularmente os operários”. Esta atitude dos dois presumíveis candidatos envolveu-os numa polémica com Alfredo Franco, ver Sobral de Campos, “Uma carta”. *O Combate*, 16-05-1919, p. 2; Alfredo Franco, “Um caso de patologia social”, *Ibid.*, 17-05-1919, p. 1; Idem, “Carta a um anarquista”, *Ibid.*, 19-05-1919, p. 1; “Arquivando”. *Ibid.*, “Em resposta”. *Ibid.*, 20-05-1919, p. 1.

Os candidatos efectivos da Lista definitiva do Partido Socialista⁸¹³, publicitados na véspera do acto eleitoral (Quadro 19), distribuíam-se pelas seguintes profissões: seis tipógrafos (22,2%), se bem que quatro fossem listados como impressores; em segundo lugar os quatro operários (14,8%), cifra que incluía um operário carpinteiro e outro marceneiro); e na terceira posição, *ex aequo*, os três ferroviários e jornalistas (11,1%).

Quadro 19 – Profissão primária dos candidatos efectivos da Lista do PS – 1919

Profissão	N.º	%
Aparelhador de obras	1	3,7
Arquitecto	1	3,7
Comerciante	1	3,7
Contabilista	1	3,7
Empregado comércio	1	3,7
Escriturário	2	7,4
Ferroviário	3	11,1
Funcionário público	1	3,7
Industrial	2	7,4
Jornalista / Publicista	3	11,1
Maquinista ^(a)	1	3,7
Operário	4	14,8
Tipógrafo	6	22,2
Total	27	100

^(a) – Desconhecemos se era naval ou ferroviário.

Fonte: *O Combate*, 24-05-1919: 2.

Devemos salientar que também entre os socialistas a categoria dos empregados estatais estava desvalorizada, porque algumas das outras categorias profissionais eram exercidas em organismo públicos; por exemplo, dois impressores eram da Imprensa Nacional⁸¹⁴, os quais se fossem contabilizados com o funcionalismo estatal perfazeriam três elementos (11,1%). Salientemos a forte representatividade do operariado lisbonense na Lista Socialista, assim como a de classes profissionais com forte combatividade sindical, como era o caso dos tipógrafos e ferroviários.

Os candidatos socialistas eram indivíduos “sem passado político” – à excepção de Dias da Silva e dos deputados António Francisco Pereira, José Gregório de Almeida e Ladislau Batalha, todos eleitos neste ano – e, como era hábito dos partidos na caracterização de todos os candidatos a cargos políticos na época, “homens de bem e

⁸¹³ Ver Anexos – A.23. Candidatos a vereadores efectivos da Lista do PS nas eleições de 1919.

Não apresentamos os substitutos porque só conseguimos obter dados para cinco candidatos: António Moreira, contabilista; Augusto dos Anjos Rodrigues, cobrador; Eduardo Emanuel de Sá, oficial do exército; Frederico Narciso dos Santos, cortador e João Maria dos Anjos, fundidor tipógrafo. Cf. *O Combate*, 18-05-1919, p. 3; 24-04-1919, p. 1. Completado com dados retirados de *Vereações da Câmara Municipal de Lisboa, 1908-1926: Base de dados prosopográfica*.

⁸¹⁴ “Pela cidade de Lisboa: candidatos a vereadores efectivos”. *O Combate*, 24-05-1919, p. 2.

honestíssimos”, sendo “todos os elementos necessários para uma boa vereação socialista”⁸¹⁵. Destacavam-se outras individualidades como Alfredo Franco, director *d’O Combate* e o arquitecto Raúl Pedro Martins. Esta Lista apresentava alguns candidatos que tinham integrado a Lista do partido de 1917, entre eles Manuel Petronila e os eternos candidatos socialistas à vereação da capital: Augusto César dos Santos, António Francisco Pereira e Maximiano Marques; assim como repetia mais alguns nomes de anteriores eleições municipais.

Contrariamente ao que sucederia com três dos quatro vogais democráticos da Comissão Administrativa de 1919, que seriam eleitos edis na vereação de 1919-1922, os três vogais socialistas, José Cândido dos Santos, António Maria Abrantes e José da Costa Júnior, não foram candidatos a vereadores nas listas do PS⁸¹⁶. O motivo para esse facto ficou patente numa reunião da Federação Municipal de Partido Socialista, no dia 10 de Junho⁸¹⁷, onde estes socialistas, especialmente Abrantes e Santos, foram objecto de duras críticas pela sua actuação durante a greve dos empregados camarários. A acusação que se lhes imputou foi de que “não andaram bem dentro da Câmara e não se conduziram ali como socialistas”; inclusivamente acusaram o último de com “inteiro aplauso da imprensa burguesa” proceder a enterramentos, preparar as carroças do lixo para estas poderem vir para a rua guiadas pelos militares e até de ter admitido pessoal para o serviço de limpezas e regas. Ladislau Batalha defendeu que os socialistas podiam concordar ou não com este ou aquele acto, que a melhor maneira de agir “seria esta ou aquela, reformista ou sindicalista, moderada ou revolucionária, mas o que não podem em circunstância alguma é atraiçoar uma greve”; por fim, foi aprovada uma moção que impedia Abrantes e Santos de exercerem “qualquer cargo dentro da Federação”⁸¹⁸.

Na última sessão da Comissão Administrativa, os dois vogais socialistas defenderam-se destas acusações de traição, negando-as veementemente. Cândido dos Santos desmentiu ter admitido pessoal no serviço de limpezas, pois não detinha esse pelouro (de facto, possuía o pelouro dos Cemitérios, Parques, Jardins e Arvoredos). Quanto a ser discorde do aumento de salários não era verdadeiro, na realidade, argumentou, só teria a ganhar com o facto pois era funcionário municipal (canteiro) e

⁸¹⁵ “O dia de hoje”. *O Combate*, 25-05-1919, p. 1; “Propaganda socialista”. *Ibid.*, 20-05-1919, p. 2.

⁸¹⁶ Os quatro vogais evolucionistas também seriam candidatos efectivos pelo PRE às eleições municipais. Cf. “Eleições administrativas: candidatos do partido...”. *República*, 25-05-1919, p. 1.

⁸¹⁷ Vd. “Federação municipal socialista”. *O Combate*, 10-06-1919, p. 2.

⁸¹⁸ “PSP: federação municipal socialista”. *O Combate*, 12-06-1919, p. 2. Costa Júnior esteve presente na reunião e apresentou um relatório à Federação Socialista.

um seu filho também; segundo ele, tinham sido as condições financeiras da Câmara que não permitiram atender as reivindicações dos empregados municipais⁸¹⁹.

Em defesa deste socialistas pronunciaram-se os vogais das outras forças partidárias que compunham a Comissão Administrativa, tendo Joaquim Pratas, democrático, defendido que estes tinham precedido como deviam, e a greve tinha sido “resolvida não porque tivesse havido traidores mas única e simplesmente porque não tinha razão alguma para se manter”; o presidente, Alberto Vidal, também democrático, elogiou-lhes a lealdade para com a Comissão e, ao mesmo tempo, o facto de não terem “deixado nunca de defender os interesses do pessoal da Câmara”. Zacarias Gomes de Lima, evolucionista, enalteceu-os, estranhando só ter sido contra eles levantada esta questão, quando na reunião com a Comissão Administrativa e as comissões administrativas das freguesias tinham estado vários socialistas, tendo-se aprovado moções por aclamação. Outro evolucionista, Afonso de Macedo, defendeu que estes tinham cumprido o seu dever, e referindo-se à reunião conjunta da Comissão e das juntas de freguesias referiu-se ao facto de Costa Júnior ter dito que era “quase criminoso que os operários naquele momento pedissem dinheiro”, declarando que “seria o primeiro a ir contra os operários”⁸²⁰. Costa Júnior não esteve presente nesta última sessão da Comissão Administrativa. Tinha sido eleito deputado por Lisboa nas eleições deste ano, e indicado para candidato a procurador da Junta Geral de Distrito de Lisboa⁸²¹.

Em rigor a circunstância de Abrantes e Cândido não terem sido candidatos a vereadores estaria relacionada com as lutas internas que o partido atravessava neste

⁸¹⁹ Sessão de 12 de Junho de 1919. *Actas das Sessões da Comissão Administrativa...1919*, p. 341.

Neste dia Abrantes esteve presente no Centro Socialista de Lisboa, onde declarou que não tinha estado presente na última reunião da Federação Municipal porque não sabia que iriam “tratar de si. Se tal soubesse teria comparecido”. Fez então a sua defesa relatando a sessão pública do Senado municipal onde ficou demonstrado que “esteve sempre ao lado dos operários e funcionários do município”, in “Os socialistas no parlamento e na Câmara Municipal de Lisboa”. *O Combate*, 16-06-1919, p. 2.

Seria difícil Abrantes não saber que fariam de si na reunião da Federação porque *O Combate* publicou duas notas, informando-se, na primeira, que a reunião era para “apreciar a conduta dos vereadores socialistas” e, na segunda, convocando expressamente Abrantes e Santos ao referir que devem “naturalmente comparecer os vereadores socialistas que estão no município, visto o Dr. Costa Júnior, ter apresentado já seu relatório individual à assembleia federal, que o aprovou”, in “Federação Municipal Socialista”. *O Combate*, 6-06-1919, p. 2; *Ibidem*, 10-06-1919, p. 2.

⁸²⁰ Cf. Sessão de 12 de Junho de 1919. *Actas das Sessões da Comissão Administrativa...*, pp. 340-341 e 343.

⁸²¹ Cf. “Os socialistas e as próximas eleições”. *O Combate*, 19-05-1919, p. 1. Os socialistas acabariam por não disputar as eleições para a Junta Distrital.

Costa Júnior, posteriormente, seria Ministro do Trabalho (26 de Junho a 19 de Julho de 1920).

ano⁸²². O Partido Socialista encontrava-se dividido sobre a questão da participação nos governos nacionais, entre intervencionistas e anti-intervencionistas. Infelizmente não foi possível apurar, sem margem para dúvidas, a que facções os dois pertenceriam. Contudo, sabemos que após a demissão do Conselho Central (18 de Abril de 1916), intervencionista, Abrantes foi eleito membro do Comité da Direcção Superior do PS (posse em 20 de Abril)⁸²³; além disso, foi um dos membros do Conselho Central que não aprovou a nomeação de Dias da Silva para o Ministério de José Relvas, factos que indiciam que seria anti-intervencionista. No que diz respeito a Cândido foi eleito membro da Confederação Socialista da Região Sul (no IV Congresso Socialista da Região Sul, 3 de Maio de 1919), e esta Confederação foi uma das que não concordou com a participação de Dias da Silva no Governo⁸²⁴.

A discussão do PS sobre a questão da participação de socialistas nos governos nacionais conduziria a que todas as organizações partidárias do Norte (anti-intervencionistas) e algumas do Sul que desejavam a demissão do Conselho Central (intervencionista) recusassem nomear delegados ao IX Congresso Nacional, realizado na Figueira da Foz, de 4 a 6 de Outubro de 1919⁸²⁵. Neste congresso, de falsa conciliação, concluiu-se que a intervenção do PS no Ministério “foi uma necessidade nacional para salvar a República”⁸²⁶. Contudo, alguns anti-intervencionistas viriam a criticar duramente, na imprensa socialista, o Conselho Central acusando-o de estar encarregue “pelo capitalismo de esfacelar” o PS e de uma obra “nefasta”: criar facções partidárias; desprezar os princípios do socialismo e do Regulamento do partido; “servir os interesses da burguesia” tornando-se “cúmplice e réu em vários escândalos”; provocar o descrédito do partido levando os operários a abandoná-lo”⁸²⁷. Coadjuvando

⁸²² A confirmá-lo o facto do presidente da Comissão Administrativa se ter referido a “uma parte política no incidente”, in Sessão de 12 Junho de 1919. *Actas das Sessões da Comissão...1919*, p. 339.

⁸²³ Ver César Nogueira, *Resumo histórico dos congressos...*, p. 68.

⁸²⁴ *O Combate*, 2-02-1919, p. 3

⁸²⁵ Cf. César Nogueira, *Notas para a história do socialismo...*, p. 55.

Contou com a presença de 93 delegados, sendo 5 senhoras, representantes de 53 agrupamentos socialistas e 5 jornais, in *Ibidem*, p. 71.

No IV Congresso Socialista da Região Sul, que tinha decorrido em Lisboa, de 1 a 3 de Maio de 1919 (pouco antes das eleições gerais), estiveram presentes 56 delegados, representantes de 49 organizações e 1 jornal, in *Ibidem*, p. 102.

⁸²⁶ César Nogueira, *Resumo...*, pp. 71-72.

Uma conclusão conveniente face à posição contrária dos socialistas à participação em governos de “nacionais”, aprovada no Congresso Extraordinário de 1916, em Coimbra, a que já aludimos.

No II Congresso Extraordinário Nacional, que decorreu em Lisboa, de 3 a 5 de Outubro de 1920, foi aprovada a moção de que em nenhum caso deveria o PS “solicitar a entrada no Governo de qualquer membro”, in *Ibidem*, p. 75.

⁸²⁷ A. d'Oliveira Beja, “Um libelo formidável: a bela obra do C.C.”. *O Socialista*, 18-07-1920, p. 1. Veja-se também no mesmo sentido o artigo de Pereira Júnior, “O nosso dever”. *Ibidem*, p. 2.

este afastamento do operariado a fundação da CGT, neste ano, determinaria a persistência do anarco-sindicalismo como ideologia dominante entre os trabalhadores portugueses e o isolamento do PS.

V.3. A campanha eleitoral

A propaganda do PRP foi escassa, só por duas vezes foi publicada a Lista de candidatos a vereadores (19 e 24 de Maio) e não foi publicitada no dia do sufrágio. Os candidatos democráticos foram descritos como “bons, leais e dedicados republicanos”; que não faziam promessas que não cumpriam, mas propunham-se “a discriminar responsabilidades, a reprimir esbanjamentos, a sanear a vida da cidade, quer moral, quer materialmente”; além disso, a urna deveria comprovar a sua supremacia “para que todos se convençam da força do maior partido da República”⁸²⁸. Na prática um programa ausente, assente em princípios unânimes a qualquer partido. Porém, um editorial d’*O Mundo* reconhecia a existência de vários problemas no município e instava a vereação eleita a “encará-los de frente para os realizar com outro critério, que não seja o de elevar o número de empregados e servir ilegalmente os amigos”; além disso, defendia a “fiscalização rigorosa dos contratos municipais” e a municipalização de “serviços públicos de primeira necessidade”⁸²⁹.

No dia 20 de Maio, no Centro Tomás Cabreira, teve lugar a sessão de apresentação dos candidatos às comissões políticas do PRP, em que usaram da palavra vários candidatos “que expuseram o seu programa de harmonia com o que foi publicado em 1917, e elaborado pelo Sr. Rodrigo Rodrigues”⁸³⁰. Limitando-se a divulgar as sessões de propaganda eleitoral *O Mundo* não publicou nenhuma notícia historiando os discursos dos intervenientes como era usual, como se tal não fosse necessário (e, de facto, não era) para garantir a vitória eleitoral.

⁸²⁸ “Interesses da cidade...”. *O Mundo*, 24-05-1919, p. 1; “Cidadãos de Lisboa”. *Ibid.*, 25-05-1919, p. 1.

⁸²⁹ “Eleições municipais”. *O Mundo*, 14-05-1919, p. 1.

⁸³⁰ “Eleições municipais: apresentação de candidatos”. *O Mundo*, 21-05-1919, p. 2.

Não encontramos mais nenhuma referência a este programa municipal, provavelmente era o que estava integrado no programa do Partido Democrático.

No dia 21, realizaram-se sessões de propaganda nos seguintes locais: no Centro Botto Machado, no Centro de Campo de Ourique, no Centro Tomás Cabreira e no Centro Dr. Bernardino Machado. Prosseguiram estas sessões, no dia seguinte, no Centro Republicano de Santos e no Centro Almirante Reis. Em 23 do mesmo mês, ocorreram, de novo, no Centro Dr. Bernardino Machado. Cf. Partido Republicano Português: propaganda eleitoral”. *O Mundo*, 21-05-1919, p 1; “Idem”. *Ibidem*, 22-05-1919, p 1; “Idem”. *Ibid.*, 23-05-1919, p 1.

Contudo, denotou-se apreensão dos democráticos com a abstenção, incentivando-se a ida às urnas:

“o povo republicano não pode nem deve descurar o acto eleitoral que vai realizar-se no próximo domingo destinando a constituir os corpos administrativos é importante esse acto e os republicanos indo à urna afirmarão a sua vontade e ao mesmo tempo tem ensejo de retificar a sua vontade, tantas vezes expressa, de que as instituições republicanas não sejam assaltadas pelos inimigos da Nação”⁸³¹;

para além disso, o cidadão tinha o dever “de influir, votando e fiscalizando a acção administrativa. Abster-se, manifestando desprezo pelo acto de que depende a eleição dos administradores ou legisladores, é um verdadeiro crime”, o voto garantiria que o município seria “a expressão da vontade popular”; no dia do escrutínio renovaram-se os apelos ao voto na Lista do PRP e ao desempenho de “um dever cívico”⁸³². Para possibilitar que o eleitorado democrático tivesse acesso à lista do PRP, publicou-se uma extensa lista de locais, por freguesia, onde estas seriam disponibilizadas⁸³³.

Quanto ao PRE publicou a sua lista de candidatos na primeira página do *República*, pela primeira vez, no dia 18 de Maio; a publicação da Lista Evolucionista repetiu-se até à ida às urnas. As sessões de propaganda eleitoral iniciaram-se no dia 21, com a apresentação das candidaturas, no Centro Republicano Evolucionista, largo da Trindade, 17-1º, numa sessão presidida por António José de Almeida. Foi aprovada uma moção de saudação ao eleitorado da capital, fazendo-se um apelo aos filiados para “o seu indeflectível amor partidário, para que o partido Republicano Evolucionista, mais uma vez afirme perante as urnas que é um dos mais fortes esteios da República”⁸³⁴. No dia 22 de Maio, pela primeira vez, divulgaram-se os locais onde seria possível encontrar as listas de candidatos aos cargos administrativos⁸³⁵.

Pela explanação das sessões de propaganda nas páginas do diário evolucionista sabemos que se imputava aos candidatos do partido o dever “zelar pelos interesses dos seus munícipes e de se preocuparem, muito especialmente, com o problema económico

⁸³¹ “Ecos: corpos administrativos”. *O Mundo*, 22-05-1919, p. 2.

⁸³² “Ecos: deveres cívicos”. *O Mundo*, 25-05-1919, p. 1; “Cidadãos de Lisboa”. *Ibid.*, 25-05-1919, p. 1.

⁸³³ “Partido Republicano Português: locais (...) onde se encontram listas”. *O Mundo*, 25-05-1919, p. 3.

⁸³⁴ “Por Lisboa: propaganda eleitoral: uma sessão memorável...”. *República*, 22-05-1919, p. 2.

As sessões prosseguiram, no dia 22, no Centro do 2.º Bairro, rua do Arco do Cego e no Centro do 1º Bairro, rua S. João da Praça (Sé); no dia seguinte, no Centro Elias Garcia, calçada do Gastão (Beato) e no Centro Republicano 5 de Outubro, rua S. Luís. Ver “Propaganda eleitoral”. *República*, 21-05-1919, p. 1.

⁸³⁵ “Eleições”. *República*, 22-05-1919, p.1.

e financeiro”⁸³⁶ da CML. No dia das eleições, um vogal evolucionista da Comissão Administrativa imputava o “estado caótico financeiro” do Município de Lisboa ao Estado que não transferia as verbas necessárias e devidas, mas também à “falta de consciência com que se tem contribuído com os dinheiros municipais para tudo e para todos, sem ao menos se ter a energia de reduzir ao estritamente necessário as despesas e o pessoal da Câmara em geral, ou de pelo menos, se enveredar pelo caminho das tarefas no que diz respeito ao pessoal jornalheiro”; terminando por afirmar que “não é demais chamar a atenção de toda a gente para as eleições que se vão realizar”⁸³⁷, num último apelo ao voto.

Durante todo período de campanha eleitoral não houve menção a nenhum programa dos candidatos à vereação do PRE. Contudo, depois do sufrágio o *República* listou alguns pontos que deveriam merecer a atenção da nova edilidade: “A limpeza, as regas, a iluminação, a pavimentação, a regularização do trânsito, são serviços que devem sofrer desde já uma profunda remodelação” sendo ainda “necessária a realização de uma importante operação financeira”⁸³⁸.

O Partido Socialista anunciou, em Abril, que a sua Comissão de Instrução e Propaganda, iria promover sessões de propaganda dos princípios socialistas, pelos “melhores oradores do partido”, durante todas as noites, do mês de Maio, em diversas associações da capital⁸³⁹. Este partido possuía vinte e dois centros políticos na capital (um era União das Mulheres Socialistas), dois deles fundados neste ano⁸⁴⁰. Foi o PS que em primeiro lugar iniciou a campanha eleitoral, em 14 de Maio, declarando que os vereadores socialistas não iriam “proclamar a República Social em Lisboa, mas vão fazer obra genuinamente republicana, o contrário do que até hoje se têm feito”. Os socialistas desferiram um ataque feroz às edilidades que tiveram a gestão camarária durante o período da Grande Guerra, acusando-os de estarem “mancomunados ou fazendo o jogo dos açambarcadores”, desinteressados do problema das subsistências; além disso, denunciaram que a capital era “uma cidade imunda”, o fornecimento de água era precário, a iluminação também e o serviço de viação era “caríssimo”. Enfim,

⁸³⁶ “Propaganda eleitoral: no centro evolucionista do 2.º Bairro”. *República*, 24-05-1919, p. 2.

⁸³⁷ António Maria de Oliveira, “A administração municipal”. *República*, 25-05-1919, p. 2.

⁸³⁸ “Administração municipal”. *República*, 4-06-1919, p. 1.

⁸³⁹ “Propaganda socialista”. *A Capital*, 24-04-1919, p. 1.

⁸⁴⁰ Ver Anexos – A.24. Centros políticos do Partido Socialista existentes em Lisboa, Maio 1919.

Adelaide Abrantes, esposa de António Abrantes, pertencia à União das Mulheres Socialistas. Cf. “IV Congresso da Região Sul”. *O Combate*, 3-05-1919, p. 3.

os Paços do Concelho deveriam deixar de ser o “asilo de mendicidade política ou o museu de curiosidades numismáticas”⁸⁴¹.

No dia seguinte nas páginas d’*O Combate* estava estampado o Programa Municipal socialista, com seis objectivos: 1) Municipalização dos seguintes serviços: padaria, para tornar higiénico o fabrico do pão, melhorar a vida dos fabricantes e baixar o preço; venda de peixe, para destruir os grandes intermediários e fornecer peixe a baixo custo; carnes, de molde a facilitar e completar o seu fornecimento; águas, para acabar com a sua falta recorrendo a novas nascentes; viação, extinguir o monopólio, desenvolver a rede e baixar os preços; iluminação, reduzir a um décimo do actual custo da corrente); telefones, modernizar o serviço, torná-lo popular e económico; polícia, para que seja “verdadeiramente de defesa da cidade e não de quem os cidadãos se tenham de defender”; e seguros, de maneira a adaptá-los às necessidades da capital; 2) Criação de celeiros municipais, para dar-lhe forma cooperativista, importar e comprar em grandes quantidades, para que possam ser “reguladores de preços”; 3) Reforma do sistema tributário, de maneira a acabar “com injustiças e desigualdades”; 4) Autonomia da administração municipal, interessando os funcionários no seu progresso e participação das respectivas receitas; 5) Construção de bairros sociais e melhoramentos, através da “criação de um fundo especial extraído das receitas novas que permita garantir o juro e a amortização de um grande empréstimo” para esse fim; 6) Organização de um Banco Municipal, ao serviço do pequeno comércio e da pequena indústria.

Um programa verdadeiramente socialista, audacioso, vasto e ambicioso que os proponentes reconheciam não ser para realizar “em 24 horas”, mas que “dentro das suas linhas gerais” havia muito por onde começar⁸⁴². Dois socialistas da Comissão Administrativa manifestaram, desde logo, algumas discordâncias com este projecto. O vogal Costa Júnior contestou a municipalização da água e da viação, “pelos contratos que têm as respectivas companhias com a Câmara e principalmente pela última ser uma companhia inglesa”; também, António Abrantes afirmou “que não bastava fazer-se um programa” era necessário “saber-se como se pode cumprir”, pois a Câmara estava falida, não havendo lá “nenhuma máquina de imprimir dinheiro”. Dias da Silva contra-argumentou dizendo que as vereações não deviam ter “um critério merceeiro e estar

⁸⁴¹ Alfredo Franco, “Por Lisboa”. *O Combate*, 14-02-1919, p. 1.

⁸⁴² “Um ideal em acção: programa municipal”. *O Combate*, 15-05-1919, p. 1.

sempre preocupadas em equilibrar as receitas com as despesas”; defendeu a “municipalização de tudo o que for municipalizável” e que para isso era preciso “não ter medo”⁸⁴³. Uma convocação do Grémio Socialista para uma reunião de trabalhos, a 16 Maio, cuja ordem de trabalhos era a “definitiva reorganização do município de Lisboa” propunha imprimir-lhe “uma feição moderna e de carácter acentuadamente socialista”⁸⁴⁴.

A partir de 18 de Maio e até à véspera das eleições *O Combate* trouxe sempre em destaque, na 1.ª página, uma “caixa” onde publicitava os comícios e sessões de propaganda municipal. O primeiro comício, de apresentação dos candidatos, realizou-se em Alcântara, na rua do Alvito, 28 (pátio), às 16 horas, neste “bairro trabalhador e velho baluarte revolucionário” apelou-se ao voto no PS e contra a abstenção, pois o voto era uma “arma”, e o eleitorado da capital, que era composto maioritariamente por operários, para “melhorar a sua situação moral e económica” deveria votar nos socialistas. Mais, afirmou-se que a abstenção eleitoral tinha favorecido o “grande comércio e a alta finança”; assim, para “vergonha” dos alfacinhas as suas câmaras municipais tinham sido compostas de “merceeiros, ou de médicos e indivíduos com outras ocupações. Mas que têm contudo o critério daqueles”⁸⁴⁵.

No dia 20 do mesmo mês realizaram-se comícios de propaganda, nas freguesias de Santa Isabel, na rua de Campo de Ourique; e de S. Sebastião. Neste último, Conceição Vasques acusou as administrações municipais de desonestidade, pois “só têm sido uma agência de empregos e outros arranjos”; quanto aos que acusavam a Lista de falta de “competências” declarou que “as competências apresentadas de há anos (...) pelos outros partidos há muito provaram que faliram por completo e em tudo”; Rider da Costa afirmou que os socialistas eram “apenas representantes das classes trabalhadoras, intelectuais ou manuais”, o que não acontecia com os republicanos, “cada vez mais, os representantes do Comércio e da Indústria”; e Dias da Silva classificou o abstencionismo como o “maior crime que se pode praticar”, elogiando o programa eleitoral do PS que iria fazer “uma espécie de revolução no País”⁸⁴⁶.

⁸⁴³ “Federação Municipal Socialista”. *O Combate*, 15-05-1919, p. 1.

⁸⁴⁴ “Grémio Socialista de Lisboa”. *O Combate*, 16-05-1919, p. 1.

⁸⁴⁵ X., “Os socialistas e as próximas eleições”. *O Combate*, 19-05-1919, p. 1.

⁸⁴⁶ X., “O próximo acto eleitoral”. *O Combate*, 21-05-1919, p. 2. Ver ainda “O comício de anteontem em Campo d’Ourique”. *Ibidem*, 22-05-1919, p. 1.

No dia 21 realizou-se um comício no Centro Socialista de S. Mamede, na praça das Amoreiras, onde se discursou sobre a greve camarária acusando-se de intransigência a Comissão Administrativa que tinha praticado actos “dos miguelistas ou dos jesuítas de todos os tempos”; atacou-se as comissões políticas dos democráticos e evolucionistas que propuseram como candidatos a edis os indivíduos que estavam gerindo o município (algo, lembremo-nos, que os socialistas não fizeram), atitude que representava uma “afronta a todos os funcionários e operários municipais”. O derradeiro apelo ao voto veio de Ladislau Batalha e de Abel da Cruz, sindicalista da UON⁸⁴⁷.

Continuaram estas sessões, em 22 de Maio, nas freguesias da Charneca, no Castelo; na Ajuda e em Alcântara⁸⁴⁸. No dia seguinte, a campanha continuou em Santa Engrácia; no Centro Socialista de Lisboa; em Carnide; na Charneca; em Alcântara e no Beato. Houve também uma assembleia geral, no Grémio Socialista, com a assistência do Núcleo Socialista dos Funcionários do Município para “apreciar a acção dos Socialistas na próxima vereação”, na qual estes empregados se insurgiram “contra a actual comissão administrativa pela forma como arrogantemente tratou com os funcionários municipais, por ocasião da greve”⁸⁴⁹. No dia 24, véspera do sufrágio, realizaram-se três “grandes comícios”, em cadeia, na Cruz da Pedra, 20 horas; no Alto do Pina, às 21 horas e 30 minutos e em Alfama, uma hora depois, todos com a presença de Dias da Silva e Artur Marques e, ainda, sessões de propaganda em Xabregas e no Castelo⁸⁵⁰; onde também marcaram presença os referidos candidatos e sua comitiva, no que configurou um esforço colossal do PS para cativar o operariado.

Para além da profusão de sessões de propaganda e comícios realizados na capital, o grande veículo de propaganda deste partido foi *O Combate* não só pela divulgação das sessões de propaganda, mas também pelos artigos e editoriais sobre as eleições municipais, onde o apelo ao voto nos socialistas e o ataque às antigas e actual gestão camarária foram uma constante, podendo nas suas páginas ler-se que as vereações lisboenses não tinham “espírito de iniciativa e tendo apenas a preocupação muito portuguesa, muito alfacinha, de não fazer nada”, em que cada edil era “um padrinho generoso dos seus correligionários”; quanto aos candidatos apresentados pelos

⁸⁴⁷ “As eleições municipais”. *O Combate*, 23-05-1919, p. 1. No mesmo dia, também houve uma sessão de propaganda na freguesia de S. José, no Grémio Socialista.

⁸⁴⁸ “Pela cidade de Lisboa”. *O Combate*, 22-05-1919, p. 1.

⁸⁴⁹ X., “Eleições municipais: duas esplêndidas sessões”. *O Combate*, 24-05-1919, p. 2.

⁸⁵⁰ Ver “Pela cidade de Lisboa”. *O Combate*, 23-05-1919, p. 1; “Propaganda municipal”. *Ibid.*, 25-05-1919, p. 2.

partidos republicanos não eram “*todos* eles, os mesmos ou equivalentes representantes das extintas vereações?”⁸⁵¹. Uma crítica no mínimo estranha para um partido que tinha três vogais na Comissão Administrativa, ainda que estes não fossem candidatos à nova vereação⁸⁵².



Imagem 11 – “Pela Cidade de Lisboa!”. *O Combate*, 24-05-1919: 1 / BNP.

No dia 24 de Maio fez-se o chamamento final ao eleitorado, republicando-se o programa do PS e referindo-se a incompetência das anteriores administrações municipais “dos capitalistas, dos industriais e dos comerciantes”⁸⁵³. Toda a 1.ª página d’ *O Combate* foi dedicada às eleições municipais (com excepção de três pequenas notícias). No editorial lia-se que os socialistas partiam para o sufrágio eleitoral “animados” de “fé” numa representação na gestão da cidade e na conquista da maioria camarária, “uma Lisboa socialista”, seria “a maior arma para o triunfo em Portugal” deste partido. O programa de municipalização de serviços só podia ser executado por socialistas, pois este era o reduto do operariado; nos partidos republicanos estavam os indivíduos que usufruíam de “recursos financeiros e consequentes regalias”; vaticinava-se que se “as classes média e trabalhadora” votassem amanhã no partido a conquista da capital realizar-se-ia “sem uma violência, sem um grito, sem uma perturbação”⁸⁵⁴. No Centro Socialista de Lisboa os candidatos a edis falaram ainda da “necessidade de

⁸⁵¹ Alfredo Franco, “Eleições”. *O Combate*, 20-05-1919, p. 1.

⁸⁵² O ataque à Comissão Administrativa de 1919 continuaria já durante a nova vereação, quando n’*O Combate* se escrevia que esta Comissão tinha sido “a pior que teve aquele município”, ou “a digna sucessora da comissão Dezembroista”, in Lucifer, “Pela Câmara Municipal de Lisboa: como se tem ministrado o nosso município”. *O Combate*, 24-06-1919, p. 2; Idem. *Ibid.*, 26-06-1919, p. 2. Ver ainda os artigos publicados nos dias seguintes com o mesmo título in *Ibidem*, 25-06-1919, p. 2; 28-06-1919, p. 1; 29-06-1919, p. 2.

⁸⁵³ “Pela cidade de Lisboa”. *O Combate*, 24-05-1919, p. 1.

⁸⁵⁴ José de Almeida, “À conquista da cidade”. *O Combate*, 24-05-1919, p. 1.

imprimir à administração municipal uma feição caracterizadamente socialista, fazendo do primeiro município um baluarte para a defesa dos interesses do povo e não – como tem sucedido até hoje – um instrumento de exploração dos respectivos municípios”⁸⁵⁵.

Para além da lista de moradas dos locais onde se distribuíam as listas do partido existia uma secção de “Advertência”, na qual se davam indicações preciosas sobre a forma como se devia votar: aconselhava-se o que fazer se não quisesse “dar a conhecer a forma porque vota”, e não concorrendo o PS à Junta Geral de Distrito, que se apresentasse junto com a lista socialista da vereação “uma das listas da Junta Geral, podendo cortar os respectivos nomes”; preveniam-se os eleitores que trabalhavam no Arsenal da Marinha que só podiam votar nas secções de voto de S. Julião, independentemente da freguesia onde residissem; quanto ao pessoal da Alfândega de Lisboa que não estivesse recenseado nas secções onde trabalhava pedia-se que requisitasse as listas na rua de S. Julião, 24 a 28; por último, se houvesse quaisquer dúvidas e quisessem consultar os cadernos eleitorais estes encontravam-se na redacção d’*O Combate*⁸⁵⁶. No dia 25 repetiram-se alguns avisos e conselhos, nomeadamente informando-se o pessoal dos Correios que votavam na freguesia de S. Julião e pediu-se aos socialistas que, logo que terminasse o acto eleitoral, informassem pessoalmente o jornal de qual o número de votos do candidato mais votado de cada uma das listas. O apelo ao voto e a condenação do abstencionismo pelos trabalhadores foram o tema dominante na 1.^a página.

Resta-nos assinalar que em termos de propaganda eleitoral o jornal unionista *A Luta* negando a existência de um programa de administração municipal que se demarcasse dos outros, chamou a atenção para a suposição de que se “um partido político da República tivesse inscrito no seu programa, por exemplo, a municipalização de todos os serviços que, por lei, estão sob administração Camarária” era natural que “o eleitorado se dividisse nitidamente em dois campos”. Deste modo, contraditando a realidade (já que este era um ponto do programa do PS), chamou a atenção dos seus filiados e simpatizantes para o programa municipal deste partido, e sem apelar ao voto nos democráticos ou evolucionistas, colocou a premissa aos eleitores de decidirem “sobre a adopção por repulsão de princípios de administração municipal”⁸⁵⁷. Os

⁸⁵⁵ “No centro socialista de Lisboa”. *O Combate*, 24-05-1919, p. 3.

⁸⁵⁶ “Eleições: Advertência”. *O Combate*, 24-05-1919, p. 1.

⁸⁵⁷ “Eleições administrativas”. *A Luta*, 20-05-1919, p. 1.

unionitas não disputaram as urnas, mas o seu órgão oficioso não deixou de defender a sua ideologia conservadora e moderada.

V.4. O corpo eleitoral

Nos cadernos eleitorais de 1919 estavam recenseados cerca de 62.822 eleitores, na realidade o número de eleitores seria maior, porque não conseguimos apurar o número de recenseados nas freguesias de Ameixoeira, Campo Grande, Carnide, Charneca e Lumiar, assembleias de secção única. O número de assembleias de voto passou de 40 para 41 em relação às últimas eleições municipais, passando a incluir a nova freguesia da Penha de França. Desta maneira, 41 assembleias combinavam com 41 das 43 freguesias da capital, continuando os eleitores das freguesias da Ameixoeira e da Charneca a votar na assembleia do Lumiar. O recenseamento político deste ano teve por base o recenseamento de 1917⁸⁵⁸; e não, como era usual, o anterior de 1918, sidonista, que segundo o preâmbulo do Decreto n.º 5.184 fora elaborado em “termos tumultuários” e que tinha consagrado o sufrágio universal masculino aos maiores de 21 anos.

Para dar execução a “repetidas instâncias” das autoridades administrativas e dos funcionários de recenseadores, “especialmente os dos bairros de Lisboa”, para um indispensável alargamento do prazo definido para a inscrição de novos eleitores, para cumprimento do disposto nos artigos 9.º e 10.º do Decreto n.º 5.184, o Governo decretou uma prorrogação por mais dez dias do prazo para pedido de inscrição no recenseamento (art.º 5.º); os prazos para a organização do livro de recenseamento (art.º 9.º) e para remessa das cópias dos cadernos de recenseamento (art.º 10.º) foram prorrogados por mais cinco dias⁸⁵⁹. A Comissão Administrativa de 1919 tendo em atenção o grande número de livros para serem assinados e o curto espaço de tempo para realizar esta tarefa, sob proposta do seu presidente, o democrático Alberto Ferreira Vidal, nomeou para esse efeito dois dos seus vogais, Luís da Costa Amorim,

⁸⁵⁸ Art.º 2.º do Decreto n.º 5.184. *Diário do Governo*, I Série, n.º 42, de 1 de Março de 1919, pp. 265-267; por inexactidões seria retificado no *Diário do Governo*, I Série, n.º 45, de 6 de Março de 1919, pp. 278-280.

Consultámos alguns cadernos eleitorais existentes no ANTT/ADL que foram completados com o “Edital: eleições de deputados, CML e juntas de freguesia 1919”. *O Mundo*, 11-05-1919, p. 3.

Existe um engano no número de recenseados indicados pelo *O Mundo* para a assembleia de Santa Isabel que não era de 4.845, mas sim, de 4.658 eleitores, segundo o recenseamento do 4.º Bairro Administrativo existente no ANTT/ADL.

⁸⁵⁹ Decreto n.º 5.324. *Diário do Governo*, I Série, n.º 51, de 13 de Março de 1919, p. 407.

democrático e José Cândido dos Santos, socialista⁸⁶⁰. A apreensão com o recenseamento dos seus filiados e simpatizantes levou o Centro Socialista de Lisboa a deliberar “convidar todos os socialistas não recenseados a fazê-lo”⁸⁶¹, de acordo com a circular do Conselho Central.

No total das 41 assembleias eleitorais 30 detinham várias secções de voto⁸⁶², que consumavam 114 secções de voto. As 11 assembleias de secção única eram o Castelo, Santo Estevão, Graça, S. Miguel, Santiago, Conceição Nova, Sacramento, S. Nicolau, Campo Grande, Carnide e Lumiar. Concluindo, neste acto eleitoral existiam 125 secções de voto em Lisboa, mais 28 do que em 1917. A excepcionalidade deste recenseamento político reside no facto de duas antigas secções únicas terem, agora, um número desmesurado de eleitores e várias secções: S. Julião (10) e Madalena (4).

A freguesia que detinha maior peso eleitoral era a de S. Julião (5.834 eleitores), depois os Anjos (4.981), Santa Isabel (4.658), Santa Engrácia (3.848), Santos (3.270), Alcântara (3.247), S. Sebastião (3.026), Mercês (2.204), Arroios (2.139), Madalena (1.971), Encarnação (1.648), Belém (1.967), Pena (1.784), Lapa (1.665), Coração de Jesus (1.515), S. José (1.460), Beato (1.453), Ajuda (1.391), Santa Catarina (1.211), S. Mamede (1.153), S. Cristóvão (1.143), Socorro (1.058) e Olivais (1.014). O número elevado de recenseados em S. Julião correspondia a um aumento superlativo de cerca de 32 vezes mais eleitores relativamente ao acto eleitoral de 1917, que registara 184 recenseados. Devido ao aumento descomunal de eleitores de S. Julião e da Madalena, bem como dos eleitores da nova freguesia da Penha de França (cujo território foi desanexado de Arroios) o 2.º Bairro Administrativo tomou a dianteira no número de recenseados (18.452), seguia-se-lhe o 1.º Bairro (17.707), na terceira posição o 4.º

⁸⁶⁰ Cf. Sessão de 8 de Maio de 1919. *Actas das sessões da Comissão Administrativa...1919*, p. 268.

⁸⁶¹ “Vida socialista”. *O Combate*, 23-03-1919, p. 3.

Em Janeiro de 1918 os socialistas tinham apresentado um documento ao então Ministro do Interior, Machado Santos, manifestando a sua discordância em relação ao modo como era efectuado o recenseamento eleitoral, defendendo que este era executado por secretários recenseadores “quase todos” filiados no PRP. Em Lisboa, por exemplo, esses lugares eram dos democráticos, além disso, as juntas de freguesia, “são também na sua maioria, constituídas por democráticos. São democráticos os regedores. Desta forma, todos os serviços de recenseamento estão nas mãos dos democráticos”. Os socialistas defendiam que na “confecção do recenseamento, base de todo o trabalho eleitoral, devem intervir representantes de todos os partidos”, in “Reclamações eleitorais: relatório apresentado pelo comp.º J. Fernandes Alves, para ser entregue ao Governo”. *O Combate*, 6-01-1918, p. 2.

⁸⁶² Permaneciam com o mesmo número de secções, em relação a 1917, as assembleias do Beato, S. Cristóvão, S. Vicente, Olivais, Sé, Socorro, Arroios, Pena, Benfica, Coração de Jesus, Mercês, Santa Catarina, S. Mamede e Lapa; e tinham mais uma secção os Anjos (9), Encarnação (3), Mártires (2), Santa Engrácia (7), Santa Justa (2), S. José (3), S. Paulo (2), S. Sebastião (6), Ajuda (3), Alcântara (6); Belém (4) e Santa Isabel (8). A nova assembleia da Penha de França possuía 2 secções. E duas antigas secções únicas tinham várias secções: Madalena (4) e S. Julião (10).

Bairro (16.198) e, no último, estava o 3.º Bairro (10.465). Registe-se que apesar da inversão de posição do 2.º Bairro, do último para o primeiro lugar, os dois Bairros das zonas Ocidental e Oriental continuavam a desempenhar o grande peso eleitoral da capital, com 53,9 por cento dos eleitores inscritos⁸⁶³.

Analiseemos mais detalhadamente os procedimentos deste recenseamento. A preocupação com a duplicação do número de eleitores, nomeadamente dos empregados públicos cujos nomes eram enviados numa lista para recenseamento pela sede da sua repartição, foi manifestada ao ministro do Interior pelo administrador interino e secretário recenseador do 1.º Bairro. Para este agente administrativo era inadiável impor “como base para o recenseamento a morada do eleitor”, porque era “inevitável a duplicação do número de recenseados caso continue a permitir-se que o recenseamento tenha por base a sede da repartição onde o funcionário presta serviço”⁸⁶⁴. Como veremos esta sugestão não teve execução.

O mesmo secretário ao ter recebido requerimentos de vários militares, praças de pré, para se inscreverem e tendo também recebido relações de sargentos para a sua inscrição no referido recenseamento político, enviadas pelos estabelecimentos militares, pediu também esclarecimentos sobre este assunto, porque o Código Eleitoral de 1913 se opunha à inscrição de praças de pré pela localidade da sua residência (o § 1º do art.º 16.º apenas autorizava a sua inscrição pela terra de naturalidade), o que “causava descontentamento”; por isso tendo “em atenção às condições especiais do momento político” questionava se estes poderiam ficar inscritos, como os outros cidadãos, pela localidade da sua residência. O despacho do ministro, datado de 24 de Março, foi impreciso ao propor que “no assunto continue a vigorar a lei de 1915”⁸⁶⁵. Ora esta lei (Cap. 1º, art.º 1), somente restabelecia o direito de voto aos militares no activo, confirmando o art.º 66 da Lei de 1913 que estipulava que nenhum militar se poderia apresentar fardado para votar; a Lei de 1915 era assim omissa quanto ao local onde deveria ocorrer o recenseamento. Desta forma, o ministro possibilitou a inscrição de militares nos cadernos de recenseamento pela localidade de residência ou pelo local onde prestavam serviço, ao arrepio da lei.

⁸⁶³ Veja-se Anexos - A.43. Eleitores em Lisboa (1913-1925).

⁸⁶⁴ ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, Maço 116, 1.ª Repartição, Colecção de correspondência recebida, 1919, Março, 14, Lisboa.

⁸⁶⁵ Ibidem.

Estão depositados poucos cadernos eleitorais no Arquivo Nacional Torre do Tombo, todos manuscritos, alguns para as eleições legislativas e outros para as administrativas. Nestes pudemos constatar que na freguesia de S. Julião (8.^a secção) só oito eleitores (1,3%) dos seiscentos recenseados não eram empregados civis ou militares do Estado. O funcionalismo público tinha a sua residência averbada nos diferentes ministérios; Correios; CML; Arsenal; Caminhos de Ferro do Estado; Tribunais da Boa-Hora, Administrativo e da Relação; entre outros organismos estatais⁸⁶⁶.

Identicamente na assembleia de Santa Isabel os funcionários públicos estavam amplamente representados, ressaltando os que provinham do Congresso da República; Imprensa Nacional; cemitério dos Prazeres; Quartéis de Campo de Ourique, da Estrela e da Guarda Republicana (Estrela); Trabalhos Geodésicos e Liceu Pedro Nunes. Na assembleia de Santos sobressaíam nos locais de residência o Quartel dos Bombeiros; Porto de Lisboa; Depósito de Adidos da Guarnição (militares); posto marítimo de desinfecção; Escola Fonseca Benevides; Museu Nacional e Quartel de Infantaria n.º 2, entre outros. A inscrição de militares aproximou-se do cúmulo ao colocar-se como habitação de três oficiais a Canhoeira Luanga, e igual número de eleitores residiam no Torpedeiro n.º 2. Na assembleia de Alcântara encontrámos eleitores com domicílio no Depósito Militar Colonial; Quartéis General, da Guarda Republicana e da Marinha; Palácio das Necessidades; Estação Ferroviária de Alcântara-Terra; Tapada da Ajuda; Hospital Colonial; Registo Civil e Escola Marquês de Pombal, entre outros. Embora com evidente recenseamento de funcionalismo público civil ou militar nestas assembleias, estes estavam registados em muito menor escala do que em S. Julião, não se vislumbrando páginas ou secções inteiras com empregados do Estado⁸⁶⁷.

Outro dado singular sob a forma como eram efectuados os recenseamentos foi-nos fornecido quando *O Combate* relatou o sucedido na reunião da Federação Municipal, de dia 14 de Maio. Nessa assembleia geral o Núcleo Socialista de Funcionários e Operários da CML prontificou-se a “fazer todo o trabalho respeitante aos cadernos do eleitorado e respectivo cadastro, introduzindo, no actual todas as emendas que lhe devem ser feitas”, bem como se oferecia para preparar as cartas a enviar ao eleitorado. Para a realização desse trabalho solicitou a Costa Júnior (vogal da Comissão Administrativa e presidente da assembleia da Federação Socialista) que

⁸⁶⁶ Cf. ANTT/ADL, Governo Civil de Lisboa, Recenseamento eleitoral para a eleição das juntas de freguesia...: freguesia de S. Julião (8.^a secção), [1919, Lisboa].

⁸⁶⁷ Vd. ANTT/ADL, Recenseamento eleitoral: 4.º Bairro Administrativo de Lisboa: 1919. [1919, Lisboa].

conseguisse que fosse “permitido ao Núcleo, *a exemplo do que se tem feito já*, que lhe seja cedida uma sala para ali, à noite, executarem esse trabalho”⁸⁶⁸.

Desta forma, estampada num jornal, sem dissimulação ou encobrimento, estava uma prática habitual – à margem e contra a lei eleitoral – em que simpatizantes ou filiados de um partido com representação na vereação municipal “confeccionavam” os livros de recenseamento; neste caso socialistas, mas certamente também, e com maior persistência os democráticos, que sempre tiveram vereadores na CML (excepto durante o sidonismo) na Primeira República; e, como se estas práticas dolosas não bastassem, ainda as executavam no edifício dos Paços do Concelho.

V.5. Acto e escrutínio eleitorais

O sorteio dos presidentes e seus suplentes das assembleias eleitorais (e respectivas secções de voto) ocorreu no dia 18 de Maio, na sala do Tribunal da 1.ª Vara Cível⁸⁶⁹. As assembleias eleitorais, de novo, transcorreram na sua maioria nas escolas primárias, liceus e escolas superiores da capital⁸⁷⁰.

Na véspera da ida à urna ainda a imprensa desmentia boatos sobre o seu adiamento⁸⁷¹. O Partido Socialista declarou que a distribuição das listas partidárias tinha sido dificultada, porque o Município de Lisboa não tinha fornecido os cadernos eleitorais, ao contrário do que era usual; para contrariar esse episódio a Comissão Paroquial Socialista da Pena decidiu que as Listas do PS fossem colocadas à disposição dos eleitores na barbearia de António Pereira, na rua Arantes Pedroso, 45-loja, nos dias

⁸⁶⁸ “Federação municipal socialista”. *O Combate*, 15-05-1919, p. 1. Itálico nosso.

⁸⁶⁹ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Maço 258. Carta do juiz de Direito de 1.ª Vara Comarca de Lisboa ao governador civil de Lisboa. 1919, Maio, 14, Lisboa.

⁸⁷⁰ Ocorreram as seguintes excepções: 1.º Bairro, Anjos (5.ª-rua do Benfornoso, 50-1º; 6.ª, 8.ª e 9.ª- Associação do Registo Civil); Graça (Centro Rodrigues de Freitas); Castelo (dependência da igreja); Santa Engrácia (3.ª-Centro Escolar Fernão Boto Machado; 6.ª e 7.ª-igreja de Santa Engrácia); S. Miguel (dependência da igreja); Sé (1.ª-junta de freguesia, edifício de caridade); Socorro (1.ª- teatro Apolo e 2.ª-rua da Mouraria, 27-1º); S. Vicente (Centro Escolar Republicano Alexandre Braga); 2.º Bairro, S. Julião (Paços do Concelho); Arroios (2.ª-Centro Escolar Republicano Dr. Afonso Costa; 3.ª e 4.ª-Clube Estefânia); Pena (2.ª-Asilo de Mendicidade; 3.ª-Manicómio Miguel Bombarda); Santa Justa (Teatro Nacional); Mártires (Biblioteca Nacional); 3.º Bairro, Campo Grande (Academia Triunfo e Aliança); Mercês (3.ª e 4.ª-Academia das Ciências); S. Mamede (1.ª-Assistência Pública e 2.ª- Imprensa Nacional); S. Paulo, (rua da Boavista, 9-1.º); 4.º Bairro, Alcântara (3ª-Sociedade Promotora de Educação Popular; 5.ª e 6.ª-sede da junta); Belém (claustros da Casa Pia); Santa Isabel (1.ª-Assistência Infantil; 6.ª, 7.ª e 8.ª- Congresso da República) e Santos (4.ª, 5.ª e 6.ª-quartel dos bombeiros). Cf. “Edital”. *O Mundo*, 11-05-1919, p. 3; “Eleições: secções de voto”. *República*, 11-05-1919, p. 2.

⁸⁷¹ “Eleições: (...) não serão adiadas”. *Diário de Notícias*, 24-05-1919, p. 1.

24 e 25 de Maio; e, em ambos os dias, foram publicitadas 64 moradas, em diversas freguesias, onde os eleitores as poderiam solicitar “a qualquer hora”, entre estes locais estava não só a mencionada barbearia, mas outros estabelecimentos comerciais, como por exemplo, a Sapataria Antunes, a chapelaria «A Social» e a Havaneza de S. Domingos. No dia da eleição recomendava-se aos socialistas que permanecessem durante o acto eleitoral junto das urnas e nas imediações, “tendo o máximo cuidado com as falcaturas e espertezas dos profissionais eleicoeiros”; alertava ainda para o facto de nalgumas paróquias, no dia anterior, terem sido descobertas listas democráticas e evolucionistas, dentro dos manifestos socialistas⁸⁷².

Devemos realçar que esta votação ocorreu no apogeu das lutas entre o operariado e o patronato, dado que no dia 23 de Maio tinha eclodido a greve geral dos operários da secção da União Fabril (CUF) do Barreiro, em resposta ao despedimento injusto de dois trabalhadores. Ora a 25, dia do escrutínio, o pessoal das fábricas de Alcântara e das Fontainhas também decidiu declarar-se em greve⁸⁷³. Contudo, o acto eleitoral decorreu “sem interesse” e “em sossego e abstenção”; devido à insuficiência de eleitores houve secções que funcionaram conjuntamente: Santa Isabel (2.^a e 3.^a); Santos (4.^a, 5.^a e 6.^a); Lapa (1.^a e 3.^a) e Santa Engrácia (1.^a e 2.^a, 4.^a e 5.^a, 6.^a e 7.^a). A 1.^a secção de Santa Isabel não funcionou pois, com excepção do presidente, não compareceram os delegados que deveriam constituir a mesa, embora a lei eleitoral estipulasse a escolha de secretários e escrutinadores entre os eleitores presentes. Em S. Julião, no edifício dos Paços do Concelho, “devido à falta de eleitores e das entidades nomeadas”, as 10 secções de voto funcionaram em 3 mesas, uma com 4 secções e as restantes com 3 cada⁸⁷⁴; sem dúvida a solução que melhor se adequou ao decorrer do acto eleitoral. Esta freguesia exibia o maior número de eleitores da capital, não era de estranhar que os

⁸⁷² Cf. “Vida partidária”. *A Capital*, 24-05-1919, p. 2; “Todos os socialistas...”. *Ibid.*, 25-05-1919, p. 1.

⁸⁷³ Ver Joana Dias Pereira, *Sindicalismo revolucionário...*, pp. 121-122.

O desenlace deste conflito, que entretanto alastrou em movimentos de solidariedade grevista em Lisboa e no Barreiro, ocorreu a 6 de Julho, quando após uma reunião ministerial Alfredo da Silva (1871-1942) convidou o seu pessoal a retomar o trabalho, excluindo os considerados responsáveis por actos de sabotagem. Um milhar de operários da CUF ficou no desemprego, segundo o periódico *A Batalha*. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 125.

No dia 18 de Julho Alfredo da Silva sofreria um atentado (falhado) à saída do seu palacete do Alto de Santa Catarina. Veja-se “O atentado contra o sr. Alfredo da Silva”. *A Capital*, 19-07-1919, p. 2 e “O atentado contra o Sr. Alfredo da Silva”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 717 (1919), p. 395.

O confronto com o movimento operário e o receio contra os avanços revolucionários patentes na Europa levaram o patronato a fundar, em Novembro de 1919, a Confederação Patronal, uma organização para combater o sindicalismo revolucionário e pugnar pelos objectivos das denominadas *forças vivas*. Cf. António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, p. 99.

⁸⁷⁴ Cf. “As eleições: sossego e abstenção”. *Diário de Notícias*, 26-05-1919, p. 1; “Últimas notícias: eleições municipais”. *A Capital*, 25-05-1919, p. 2.

socialistas entendessem que a esta realidade estava o intuito desta assembleia servir para “processos de galopinagem”; porém, a sua a vigilância impediu “os melros” que ali apareceram de fazerem “bom trabalho para os seus amos”⁸⁷⁵.

O desinteresse eleitoral elevado e a ausência de conflitos de maior, no sufrágio de Lisboa, devem atribuir-se ao facto de não se apresentarem listas da oposição sidonista ou monarquistas que, a existirem, teriam tido como efeito a ingerência de elementos mais aguerridos, redundando em lutas inflamadas.

V.6. Resultados eleitorais

A assembleia de apuramento teve lugar no dia 1 de Junho, prolongando-se pela tarde do dia seguinte⁸⁷⁶. À semelhança do que tinha sucedido no recenseamento político, para presidentes das assembleias de apuramento também foram nomeados democráticos e socialistas: Sebastião da Costa Santos, democrático, seria candidato substituto do PRP nas eleições municipais de 1922 e, novamente, José Cândido dos Santos, socialista. O cargo de presidente da assembleia de apuramento do distrito de Lisboa foi exercido António Maria Abrantes, vogal do PS nas Comissões Administrativas (1918 e 1919)⁸⁷⁷. A “máquina eleitoral” estava sob a direcção e nas mãos dos representantes dos partidos que conquistariam a maioria e minoria nas eleições municipais e legislativas desse ano no concelho de Lisboa.

Em primeiro lugar devemos assinalar que apesar de todas as diligências efectuadas não conseguimos encontrar nenhuma das actas das assembleias eleitorais ou de apuramento (no Arquivo Municipal ou no Arquivo Nacional Torre do Tombo, onde deveriam estar depositadas), nem a imprensa ofereceu o relato da assembleia de apuramento, o que torna impeditiva uma análise completa dos votantes e resultados deste acto eleitoral.

Sabemos que a vitória nestas eleições pertenceu, sem surpresas, aos democráticos no Município e na Junta Geral de Distrito; aliás, no dia do sufrágio segundo *A Capital* era expectável que fossem eleitos para a minoria municipal “os 9

⁸⁷⁵ “O edital da Câmara e as eleições...”. *O Combate*, 27-05-1919, p. 1.

⁸⁷⁶ Ver “Eleições”. *A Capital*, 2-06-1919, p. 1.

⁸⁷⁷ “Eleições: eleições administrativas”. *O Mundo*, 17-05-1919, p. 3.

candidatos mais votados, a seguir à lista do PRP”⁸⁷⁸. Os socialistas conquistaram a minoria municipal⁸⁷⁹ e não concorreram à Junta Geral, pelo que nesta a minoria pertenceu aos evolucionistas. Segundo os socialistas a vitória na capital foi alcançada apesar da existência de um acordo prévio entre estes dois partidos republicanos consignar a cedência da votação dos democráticos aos evolucionistas para prejudicar o PS⁸⁸⁰.

Não obstante as deficiências na distribuição das suas listas os socialistas obtiveram uma vitória de 150 votos sobre os democráticos na freguesia de S. Julião (162 votos contra 52), como já referimos esta freguesia era a que detinha o maior número de recenseados, onde votavam a maioria dos funcionários públicos civis e militares, pelo que os socialistas entendiam que funcionava como “a freguesia para desempate das eleições”⁸⁸¹, que asseguraria a vitória do PRP. Se de facto era assim, a vigilância exercida pelos socialistas nesta assembleia de voto durante o acto eleitoral foi eficaz, não permitindo a utilização de práticas eleitorais fraudulentas, como por exemplo, as chapeladas ou viciação das actas.

Segundo os resultados preliminares o PS venceu igualmente o Partido Democrático por grande margem nas freguesias do Lumiar (123 votos contra 37), Benfica (100 contra 78), Campo Grande (43 contra 26), freguesias dos então arrabaldes, e em S. Mamede (52 contra 39), Penha de França (89 contra 41), S. Nicolau (75 contra 58) e Castelo (53 contra 33). Alcançaram ainda votações consideráveis nas freguesias de Alcântara (125 votos), Santa Isabel (115), Santa Engrácia (191), Anjos (86) e Beato (58 votos), freguesias operárias e pequeno-burguesas⁸⁸².

Na assembleia de apuramento o candidato democrático mais votado obteve 5.032 votos; o socialista 2.192 e o evolucionista 1.726⁸⁸³ (não conseguimos apurar os seus nomes em nenhuma fonte documental ou da imprensa), computando o número de votantes em cerca de 8.950 eleitores⁸⁸⁴. Com base nestes dados o PRP venceu as eleições com 56,2 por cento dos votos; seguido do PS com 24,5 por cento e, em último

⁸⁷⁸ “Eleições municipais”. *A Capital*, 25-05-1919, p. 2.

⁸⁷⁹ Para além da capital o PS conquistou as minorias municipais no Porto, Cascais, Almada, Seixal, Moita, Marinha Grande, Braga, Covilhã, Matosinhos e Paredes. Cf. “Eleições”. *O Combate*, 27-05-1919, p. 1; “Em marcha”. *República Social*, 31-05-1919, p. 1.

⁸⁸⁰ “Partido Socialista: propaganda eleitoral”. *Diário de Notícias*, 25-05-1919, p. 1.

⁸⁸¹ “O edital da Câmara e as eleições...”. *O Combate*, 27-05-1919, p. 1.

⁸⁸² “Uma afirmação de vida”. *O Combate*, 26-05-1919, p. 1.

⁸⁸³ “A eleição de Lisboa: realizou-se ontem o apuramento”. *O Mundo*, 2-06-1919, p. 2.

⁸⁸⁴ Número aproximado baseado no total de votos obtidos pelos candidatos mais votados de cada lista (efectivos ou suplentes).

lugar, o PRE com 19,3 por cento dos votos expressos. A vitória dos democráticos foi bastante expressiva, ao obterem mais do dobro dos votos dos socialistas. Infelizmente, para além dos votos obtidos pelo candidato mais votado, não conseguimos obter dados sobre o número de votos dos outros candidatos do PRP e do PRE, a não publicitação dos dados da assembleia de apuramento deve, igualmente, atribuir-se à ausência de luta eleitoral inflamada o que teria levado ao desinteresse dos democráticos por estas eleições.

Os únicos que deram destaque a estas eleições foram os socialistas, que pela primeira vez conseguiram a eleição dos seus edis para a vereação lisbonense, por isso, publicitaram a sua votação. Assim, os vereadores efectivos eleitos pelo PS foram os seguintes (por ordem de votação): José Gregório de Almeida (2.192 votos); Augusto Dias da Silva (2.191, obtendo mais 290 votos do que nas eleições legislativas)⁸⁸⁵; Manuel Rider da Costa (2.189); Manuel Eugénio Petronila (2.188); Artur Marques Santos (2.186); Joaquim Pedro dos Santos Leal (2.186); Augusto César dos Santos; Francisco António Assunção e Joaquim Pereira Sousa Neves (todos, 2.184). Alguns candidatos tiveram o mesmo número de votos, por isso foram considerados eleitos os que eram mais velhos, tendo de proceder-se ao sorteio entre Joaquim de Sousa Neves e Artur Dias Frade, por terem igual idade⁸⁸⁶.

Relembremos que o candidato a deputado mais votado do PS, o antigo ministro Dias da Silva, tinha conseguido 1.901 votos, desta forma, comparando com as eleições gerais os socialistas conseguiram que o vereador mais votado conquistasse mais 291 votos; de novo se atestava o interesse dos seus apoiantes pelas eleições camarárias. Apontemos que entre os nove candidatos socialistas eleitos não figuravam Ladislau Batalha (2.183 votos) e Alfredo Franco (2.158 votos), se bem que *O Combate* defendesse que a sua exclusão não decaía o que valiam⁸⁸⁷.

Nas eleições municipais a abstenção em Lisboa foi maior do que nas eleições legislativas. Nas eleições gerais, nos dois círculos eleitorais, o total de votos nos candidatos mais votados de cada partido foi de cerca de 17.477 para um total de cerca

⁸⁸⁵ Renunciaria ao mandato na CML, optando pelo cargo de edil na Câmara Municipal de Loures, ao qual também tinha concorrido. Cf. Sessão de 8 de Setembro de 1919. *Actas das sessões da Câmara Municipal...1919*, p. 386.

Seria eleito vice-presidente da Câmara Municipal de Loures, in *O Socialista*, 1-06-1920, p. 3.

⁸⁸⁶ “A cidade de Lisboa...”. *Diário de Notícias*, 2-06-1919, p. 2.

⁸⁸⁷ “Câmaras municipais”. *O Combate*, 3-06-1919, p. 1.

Ver Anexos – A.25. Resultados da votação dos candidatos do PS nas eleições de 1919.

de 62.822 eleitores recenseados, computando numa abstenção de 72,2 por cento. Nas municipais os partidos em disputa alcançaram o voto de cerca de 8.950 eleitores, que redundou numa participação eleitoral de 14,2 por cento, orçando na elevada abstenção de 85,8 por cento; ou seja nas eleições locais houve mais 13,6 por cento de abstencionistas relativamente às eleições legislativas⁸⁸⁸. Verifica-se assim que neste acto eleitoral foi registada uma taxa mais elevada de abstenção do que nas eleições municipais antecedentes de 1913 e 1917 que tinham registado uma renúncia à urna de 68,8 por cento e 69,4 por cento, respectivamente. Todavia, também sabemos que em 1919 se verificou uma inscrição superlativa de eleitores.

Estes dados são expressivos do desinteresse dos lisboetas pelas eleições, em particular pelas eleições municipais, num evidente menosprezo pelos problemas da capital; e evidenciam que nem sequer foram mobilizados pelo conhecimento, muitas vezes, directo dos candidatos. Também comprovam quanto mais significativa foi a vitória do PS, que até conseguiu mobilizar mais eleitorado para estas eleições. A abstenção eleitoral manteve-se nas eleições das juntas de freguesia, que na sua maioria foram conquistadas pelos democráticos, noutras pelos evolucionistas e, em menor número, pelos socialistas⁸⁸⁹. Para *O Mundo* a certeza na vitória dos candidatos democráticos teria motivado a elevada abstenção; em relação à fraca participação do eleitorado da oposição republicana “as mesmas razões de abstenção não existem. Para eles o acto eleitoral representa o ensejo de uma demonstração de força”; daí que se criticassem os outros partidos republicanos, criados por políticos despeitados, que nas eleições só conseguem votações irrisórias, defendendo-se a união em torno do Partido Democrático⁸⁹⁰.

A elevada abstenção eleitoral foi salientada n’*A Capital* onde se referiu que na freguesia de S. Julião estavam recenseados 5.800 eleitores e só 250 votaram⁸⁹¹. Para um leitor, deste diário da noite, a abstenção elevada radicava no “indiferentismo, ignorância

⁸⁸⁸ Igualmente nas eleições para as juntas de freguesia de Vila Franca de Xira, em 1919, a média de votantes deste concelho foi de 20,3%, cifra bastante inferior à das eleições gerais em que a média concelhia se tinha situado nos 37% de votantes. Cf. António Pedro Manique, *As eleições administrativas...*, p. 25 e 22.

⁸⁸⁹ “Juntas de freguesias: acto decorreu desanimadíssimo”. *A Capital*, 13-07-1919, p. 2.

⁸⁹⁰ “Lição das eleições”. *O Mundo*, 28-05-1919, p. 1.

⁸⁹¹ “Eleições municipais”. *A Capital*, 25-05-1919, p. 2.

Na verdade, como referimos, nesta freguesia estavam recenseados 5.834 eleitores.

Para as eleições das juntas de freguesia o livro de recenseamento (da 8.ª secção) indicava as descargas eleitorais, confirmando a elevada abstenção do funcionalismo público, pois só votaram 2 dos 592 eleitores. Cf. ANTT/ADL, Governo Civil de Lisboa, Recenseamento eleitoral para a eleição das juntas de freguesia ...: freguesia de S. Julião (8.ª secção), [1919, Lisboa].

ou desleixo criminoso (...), sem contar com a «patifa primavera», com os seus ares de verão, arrastou, no domingo, muitos (...) para as delícias dos passeios fora da cidade”; contudo, a sua verdadeira causa deveria ser radicada no art.º 3.º do Decreto n.º 5.184, que tendo sido interpretado “demasiado à letra” levou a que o secretário recenseador inscreve-se como eleitores os funcionários públicos “em todas as freguesias onde há repartições ou estabelecimentos públicos”. A apreciação deste leitor do art.º 3.º do referido Decreto, está correcta, porque o legislador no preâmbulo referiu explicitamente que este artigo “faz um alargamento do sufrágio, incluindo por intervenção do Estado político todos os empregados públicos”. Deste modo, os funcionários públicos que tivessem cargos de direcção ou superintendência de “qualquer estabelecimento, repartição ou serviços públicos, e os presidentes dos corpos e corporações administrativas” deviam remeter ao empregado recenseador da “sua área, até ao dia 13 de Março, o mapa de todo o pessoal do sexo masculino sob as suas ordens”, que reunisse os requisitos da Lei de 1913; e, como já vimos, embora não referido, da legislação de 1915.

O mesmo leitor relatou que na freguesia da Madalena estavam recenseados 1.984 nomes, mas destes 1.662 eram de “funcionários de todas as categorias”, das repartições públicas existentes na freguesia. Para agravar o valor do abstencionismo, prosseguia, estes empregados estariam também inscritos nas freguesias onde residiam. Concluindo que para se ter um cálculo aproximado da abstenção era necessário subtrair dos cadernos eleitorais “um número pelo menos igual ao dos funcionários públicos, empregados e assalariados” que trabalhavam nos serviços públicos de Lisboa⁸⁹².

Se bem que os dados referidos sejam inexactos, pois na freguesia da Madalena estavam recenseados 1.971 eleitores, não deixam de ser muito pertinentes e verídicas as suas ideias sobre o facto da duplicação de nomes nos cadernos de recenseamento eleitoral terem influência no cômputo final da abstenção. A duplicação de nomes no recenseamento é um facto que comprovámos pela observação empírica dos cadernos eleitorais; por exemplo, encontrámos casualmente a inscrição duplicada dos seguintes vereadores/vogais lisboenses ao longo dos anos: António Ferreira, farmacêutico, em 1915 era unionista (recenseado nas freguesias de Belém e Mártires, 1908); Eduardo Emanuel de Sá, oficial do exército, socialista (Penha de França e S. Nicolau, 1919);

⁸⁹² “A abstenção eleitoral em Lisboa: como a explica um nosso leitor [João C. R. Silva]”. *A Capital*, 30-05-1919, p. 2.

José Tavares de Araújo e Castro, oficial do exército, sidonista (Alcântara e Santos, 1919); Franklin Lamas, industrial, apoiante de Machado Santos (Alcântara e Encarnação, 1919) e Abílio da Cruz Trovisqueira, engenheiro, democrático (Ajuda e Alcântara, 1919 e 1921).

Devemos destacar o facto de nesta amostra estarem representadas personalidades de vários partidos/movimentos, o que nos revela que era prática comum de todas as forças políticas, e claro enormemente facilitada para quem detinha influência sobre os agentes administrativos recenseadores, ou seja no caso da capital, em todos os actos eleitorais, pelos democráticos; mais, salientamos que esta inventariação é uma mera amostragem que peca por defeito, pois foi-nos humanamente impossível no decorrer deste trabalho pesquisar os nomes de todos os edis/vogais da CML efectivos ou substitutos que entraram em efectividade (num total de 281) nos cadernos de recenseamento eleitoral de Lisboa, no período temporal em análise.

Em relação à observação do escrutínio para os democráticos a vitória constituiu o triunfo dos “*defensores apaixonados*” da capital e com eles “*a cidade de Lisboa pode contar que será servida com honestidade, desinteresse e amor à República*”⁸⁹³. Quanto ao PS projectou para o exterior uma onda de euforia e de crença no crescimento e vitalidade do partido: “Chegou a hora em que os proletários têm no Parlamento, na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia, a sua representação, o que representa um facto importante e demonstra que o Socialismo vai conquistando terreno”⁸⁹⁴.

Todavia, já depois destas eleições no Congresso Nacional Socialista, que decorreu de 4 a 6 de Outubro, na Figueira da Foz, surgiu a resolução de “cuidar da organização partidária em bases sólidas”, reforçando a expansão do partido aproveitando “os elementos de acção aos seu dispor, nomeadamente do recenseamento eleitoral, para que não se ofereça aos olhos do público o caso significativo de milhares de indivíduos aclamando uma ideia em contraste absoluto com umas simples centenas a proclamarem na urna a sua efectividade”⁸⁹⁵. Se os socialistas sabiam que a sua organização partidária era fraca, não apreendiam que o operariado se afastava inexoravelmente do partido e das eleições, preferindo a “rua” à “urna”.

⁸⁹³ “Ecos: eleições”. *O Mundo*, 26-05-1919, p. 1.

⁸⁹⁴ “Tribuna: proletários”. *O Socialista*, 1-08-1919, p. 3.

⁸⁹⁵ César Nogueira, *Resumo...*, p. 72.

Os evolucionistas não editaram comentários sobre a eleição de Lisboa, mencionaram apenas os nomes dos vereadores eleitos para a maioria e minoria municipais⁸⁹⁶. Silêncio total, revelador do quanto os resultados tinham sido inesperados e difíceis de aceitar. Quanto à União Republicana considerou que abstenção elevada era o resultado do sufrágio não ter sido adiado, de forma a permitir uma propaganda eleitoral enérgica. O desinteresse do eleitorado era “um sintoma que os homens públicos devem cuidadosamente considerar. Mal vai a um país que assim procede, porque vai a caminho da morte pelo desinteresse de tudo o que é vida colectiva, ou procura resolver as questões por meios extra-legais”⁸⁹⁷; para estes, a ausência do eleitorado unionista também tinha contribuído para a fraca afluência às urnas, tentando passar a ideia de que muitos dos abstencionistas eram unionistas.

V.7. Sinopse do acto eleitoral de 1919

Nos seus estudos Farelo Lopes assinalou que, em Lisboa e no Porto, nas eleições legislativas de 1919 se registou a mais baixa afluência às urnas de todo o período republicano, salientando que estas ocorreram na “«época de terror, após Monsanto», sendo muito visados os grupos e individualidades que se tinham ligado ao sidonismo e às tentativas de restauração monárquica”. Refere ainda que, compreensivelmente, os partidos republicanos “silenciaram o clima de «terror» como uma das causas da desmobilização do eleitorado”⁸⁹⁸. Identicamente nas eleições municipais houve um “muro de silêncio” sobre esta realidade na imprensa. Contudo, a elevada abstenção firmava as suas causas, principalmente, no aumento desmesurado do número de eleitores, como registámos.

O ambiente sociopolítico de 1919 (vitória de Monsanto, derrube da Monarquia do Norte, greves, etc.) promoveu o ressurgir do poder reivindicativo do operariado lisboeta. Foi também um tempo de “atracção” dos trabalhadores para a participação e militância no PS, crenças no seu poder de transformação da sociedade, alicerçado na passagem do “companheiro Augusto” pelo Governo. A quota-parte de Poder conseguida pelos socialistas reflectiu-se nestas eleições locais, conquistando cargos de edis, pela

⁸⁹⁶ Cf. “Eleições administrativas”. *República*, 27-05-1919, p. 1; “Eleições: câmara municipal e junta geral: o apuramento de domingo”. *Ibid.*, 3-06-1919, p. 1.

⁸⁹⁷ “Eleições administrativas”. *A Luta*, 27-05-1919, p. 1.

⁸⁹⁸ Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo...*, p. 151.

primeira vez, em Lisboa. Outro feito assinalável deste partido foi que, apesar do maior nível de abstenção nas eleições municipais do que nas eleições legislativas, este conseguiu mobilizar mais votantes; o que atesta uma propaganda eleitoral possante e dinâmica que conseguiu cativar o eleitorado lisbonense.

Porém, na análise deste acto eleitoral não devemos esquecer que foram precisamente os representantes do PRP e do PS os nomeados pela Comissão Administrativa para assinarem os livros de recenseamento; e também foram democráticos e socialistas que presidiram às assembleias de apuramento, partidos que conquistaram a maioria e minoria nas eleições municipais e legislativas deste ano no concelho de Lisboa. Facto que revela uma prática de continuidade entre a Monarquia e a República – quem preparava o acto eleitoral ganhava as eleições.

O “namoro” entre democráticos e socialistas foi benéfico, sobretudo, aos primeiros que queriam utilizar os segundos como aliciamento do operariado, com o objectivo de afastá-lo das forças anarco-sindicalistas. Como reconheciam os próprios socialistas, este partido era o esteio para que:

“as reivindicações operárias se façam ordeiramente, como convém aos interesses gerais da Nação, é aos homens eminentes desse partido que pertence o papel guiador das multidões proletárias, concorrendo com o Governo para que um justo meio-termo resolva os problemas económicos que mais interessam aos trabalhadores”⁸⁹⁹.

Porém, este ensaio de enquadramento institucional e parlamentar das exigências operárias seria abortado, não somente porque o insignificante PS nunca controlou os meios sindicais-anarcas onde a defesa da abstenção eleitoral imperava; assim como o agravamento da luta operária⁹⁰⁰ – que se agudizou com a criação da CGT que, seguindo princípios libertários, organizaria múltiplas greves nos sectores privado e público e diversas manifestações contra a carestia de vida – trouxe um divórcio cada vez mais acentuado entre os governantes e o operariado, do qual resultaria uma repressão cada

⁸⁹⁹ Discurso de tomada de posse de Jorge Nunes, como ministro do Trabalho (substituindo Dias da Silva). Cf. “Política: a posse do novo ministro do trabalho”. *A Capital*, 6-05-1919, p. 2.

⁹⁰⁰ A partir de Junho de 1919, nomeadamente a greve ferroviária (de Junho a Julho) que originou o encerramento do sindicato dos ferroviários (6 de Junho), a greve geral de 48 horas (17 de Junho) e a greve da Companhia União Fabril (CUF) no Barreiro, que originou um movimento de solidariedade do operariado.

vez mais violenta deste último, numa actuação policial muitas das vezes desmesurada⁹⁰¹.

O epílogo destas eleições dar-se-ia no Parlamento durante a discussão sobre quando deveriam tomar posse os novos corpos administrativos e qual o prazo legal do seu mandato, numa manifestação de desnorte do Ministério na aplicação da legislação administrativa. Segundo a legislação de 1913 só se poderiam considerar as eleições de 1919 extraordinárias se tivesse sido decretada judicialmente a dissolução dos corpos administrativos e, no mesmo decreto, fossem convocados os colégios eleitorais, no prazo de 40 dias. Tal facto não se verificou, pois foi a ditadura sidonista que dissolveu, em Janeiro de 1918, os corpos administrativos legalmente proclamados e as eleições administrativas só viriam a ser convocadas cerca de dezasseis meses depois. Por isso, o Governo mandou publicar o Decreto n.º 5.871, de 14 de Junho⁹⁰², considerando estas eleições ordinárias, não lhes sendo aplicável o disposto na Lei n.º 88 (art.º 19.º) de 1913, e ordenando a tomada de posse das vereações eleitas no dia 2 de Janeiro de 1920.

No dia 16 de Junho, ao arrepio da lei, os vereadores lisbonenses eleitos reuniram-se, em sessão secreta, nos Paços do Concelho, e resolveram por unanimidade não reconhecer este decreto, porque não entendiam como se poderiam ter convocado eleições, para que o mandato das vereações se iniciasse em Janeiro do ano seguinte. Neste dia a nova vereação tomou posse⁹⁰³. Como algumas vozes reclamaram contra o referido decreto o Ministério entendeu consultar a Câmara dos Deputados sobre esta questão. Solicitado por esta Câmara o parecer à comissão da administração pública, foi proposto que o projecto de lei estipulasse que estas eleições eram ordinárias e que os vereadores eleitos exerceriam o seu mandato até ao final do ano de 1922. Depois de acesa discussão o Congresso aprovaria o parecer da referida comissão⁹⁰⁴, que seria promulgado pela Lei n.º 849, de Agosto de 1919⁹⁰⁵.

⁹⁰¹ Sobre o problema da ordem e da desordem na República veja-se Diego Palacios Cerezales, *Portugal à coronhada...*, pp. 211-257.

⁹⁰² Decreto n.º 5.871. *Diário do Governo*, I Série, n.º 113, de 14 de Junho de 1919, p. 1555.

⁹⁰³ “Câmara municipal: coisas mirabolantes”. *O Combate*, 17 de Junho de 1919, p. 2.

⁹⁰⁴ Cf. Sessões de 17 e de 18 de Junho de 1919. *Diário da Câmara dos Deputados*, pp. 12-16 e 28-29; Sessões de 1 e 2 de Julho de 1919. *Ibidem*, pp. 13-24 e 9-11 e Sessões de 16 e de 19 de Junho de 1919. *Diário do Senado*, p. 4 e pp. 4-11; Sessões de 22 e 23 de Julho de 1919, *Ibidem*, pp. 15-21 e pp. 6-16.

Devemos salientar que antes das eleições *O Mundo*, tinha defendido que as novas vereações tomassem posse em Janeiro de 1920. Cf. “Os monárquicos conspiram: as eleições administrativas”. *O Mundo*, 18-05-1919, p. 1.

⁹⁰⁵ Lei n.º 849. *Diário do Governo*, I Série, n.º 153, de 2 de Agosto de 1919, p. 1853.

Como remate político deste ano, os partidos unionista e evolucionista, saídos do velho PRP, sem esperanças na conquista do Poder por via eleitoral iriam fundir-se no Partido Republicano Liberal, em Novembro, por forma a “se criarem organizações políticas hábeis”, pretendendo constituir-se como alternativa de Poder e, também, para combater o abstencionismo e a “indiferença em matéria política”⁹⁰⁶. Como veremos de seguida este novo partido apresentar-se-ia ao sufrágio nas eleições municipais de 1922.

⁹⁰⁶ Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, p. 245.

CAPÍTULO VI

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 12 DE NOVEMBRO DE 1922

VI.1. Contexto sociopolítico do acto eleitoral

Depois da Grande Guerra, perante a gravíssima crise socioeconómica, era urgente encontrar novas soluções de governação, que passariam pela afirmação das forças radicais e conservadoras. A revolta radical de 19 de Outubro de 1921 e a “Noite Sangrenta” deram lugar a dois governos de transição dominados pelos outubristas⁹⁰⁷, seguindo-se-lhes o Gabinete⁹⁰⁸ de Cunha Leal (1888-1970), de concentração republicana, que encerrou o período revolucionário. O novo executivo tentou impor a ordem pública, julgar os culpados da “Noite Sangrenta” – que para as classes dirigentes tinha trazido a ignomínia e deslegitimação dos partidos republicanos e da República – e realizar eleições gerais. Porém, a 2 de Janeiro de 1922, uma ameaça de golpe de Estado levou o Governo a refugiar-se em Caxias.

Após o fim dos acordos eleitorais dos três grandes partidos republicanos (democráticos, liberais e reconstituintes⁹⁰⁹) as eleições seriam adiadas de 8 para 29 de Janeiro de 1922. Como salientou Luís Farinha, os resultados destas eleições “traduziram-se por uma pulverização das forças políticas de oposição”⁹¹⁰ ao PRP, os

⁹⁰⁷ Outubristas (1921-1922). O movimento revolucionário de 19 de Outubro daria origem a esta designação. Este movimento radical, longe de ser estudado e conhecido, foi condenado pelo rescaldo da “Noite Sangrenta”. No seu Manifesto de Setembro de 1921 exigiram a dissolução do Parlamento, a revisão da Constituição e a demissão de empregados públicos desafectos ao regime, entre outras medidas de saneamento. Foram às urnas em Janeiro de 1922 e, depois, incorporariam com outras forças políticas o Partido Republicano Radical. Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa: as estruturas...*, p. 562.

⁹⁰⁸ De 16 de Dezembro de 1921 a 6 de Fevereiro de 1922.

⁹⁰⁹ Partido Republicano da Reconstituição Nacional (1920-1923). Vulgarmente conhecido por Partido Reconstituente resultou da fusão de dois grupos dissidentes do PRP, em 9 e 11 de Março de 1920, liderados por Álvaro de Castro e Sá Cardoso. O manifesto da sua fundação data de 2 de Abril. Foi um partido relevante, tendo os seus membros participado em vários Ministérios (1920-1921) e, inclusive, Álvaro de Castro chefiou um Governo (20 a 30 de Novembro de 1920); contudo, teve uma existência efémera, fundindo-se com os liberais, em 1923, dando origem ao Partido Republicano Nacionalista. Cf. João Manuel Gonçalves da Silva, “O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituente (1920-1923)”. *Análise Social*, Vol. XXXII, n.º 140 (1997), pp. 31-74; João Manuel G. S. Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: clientelismo, faccionalismo e a descrédibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, Lisboa, ICS-UL, 1996. Tese de mestrado.

⁹¹⁰ Luís Farinha, “O parlamento republicano: funcionamento e reforma (1918-1926)”, in Seminário Internacional Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931), Évora, 2002, *Elites e poder...*, p. 63 (nota de rodapé).

democráticos venceram o sufrágio, mas sem maioria absoluta. Face a este resultado eleitoral, Cunha Leal demitiu-se.

Em Lisboa, os democráticos venceram as maiorias, mas os monárquicos conquistaram as minorias⁹¹¹; para além destas duas forças políticas, tinham-se apresentado ao eleitorado lisboeta uma Lista republicana de Conjunção (liberais, reconstituíntes, sidonistas, reformistas e socialistas)⁹¹² e uma Lista Outubrista. Na província somaram-se os abusos dos democráticos e, na capital, houve devastação na assembleia de S. Mamede, como já referenciámos⁹¹³. A nível nacional os monarquistas elegeram 13 deputados e 4 senadores; na cidade de Lisboa os monárquicos conseguiram 6.466 votos (mais 3.048 que em 1921), equivalentes a 35,3 por cento do total; deste modo, com estas eleições Lisboa deixou de ser “«a cidade mais republicana do mundo»”⁹¹⁴.

Em 6 de Fevereiro de 1922 tomou posse o Ministério democrático de António Maria da Silva, que duraria 646 dias, o mais longo da Primeira República, embora sofrendo várias remodelações. Neste ano o movimento operário e sindical já perdera a união e dinamismo que patenteara no pós-guerra, mas ainda alcançava alguma união provisória que se manifestou em conflitos com o Governo. A instabilidade laboral e a contestação social agravaram-se tendo os lisboetas assistido a greves operárias⁹¹⁵; a duas greves gerais, a primeira em Abril, durante três dias e que resultou na prisão de 200 operários e, a segunda, a 7 de Agosto, em defesa de um único tipo de pão⁹¹⁶.

A pulverização partidária iniciada em 1919, multipartidarismo disperso, perduraria até ao final do regime republicano, continuando os democráticos a ter uma posição dominante, ainda que mais debilitada. Cf. Manuel Baião, “Partidos e sistema partidário...”, p. 34.

⁹¹¹ Conquistaram também as minorias em Guimarães, Portalegre e Elvas; empataram em Aveiro e Covilhã. Cf. Maltez, Eleições [: 1922]. Disponível em <http://maltez.info/respublica/> [última consulta 05-04-2014]; José Adelino Maltez, *Tradição...*, Vol. II, p. 287.

Os monárquicos tinham disputado as eleições de 10 de Julho de 1921, com um resultado decepcionante. Apesar da vitória das forças conservadoras os monarquistas só elegeram 4 deputados (contra os 37 deputados em 1918); em Lisboa venceram os liberais no círculo ocidental. Cf. Maltez, Eleições [: 1921]. Disponível em <http://maltez.info/respublica/> [última consulta 05-04-2014].

⁹¹² Veja-se José Adelino Maltez, *Ibidem*.

⁹¹³ Ver Cap. II.5. Candidaturas, eleição, processo e apuramento eleitorais.

⁹¹⁴ Cf. Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo...*, p. 156.

Este epíteto da autoria de António José de Almeida, proferido numa conferência em Julho de 1910, reportava-se à Lisboa revolucionária, com seus centros políticos, dos cafés, das tascas, da Carbonária, etc. Vd. Maria Alice Dias de Albergaria Samara, *As Repúblicas...*, pp. 146-147.

⁹¹⁵ Até à data das eleições administrativas ocorreram as seguintes greves: da Carris (Janeiro); dos marítimos e Carris (Fevereiro); operários da indústria do mobiliário (Abril a Setembro); operários tanoeiros da doca de Alcântara e operários chapeleiros (Setembro); corticeiros do Poço do Bispo e classes marítimas de longo curso (Outubro). Ver periódicos nas datas referidas e Fernando de Castro Brandão, *A I República Portuguesa: uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 167-175.

⁹¹⁶ Ver José Adelino Maltez, *Tradição...*, Vol. II, pp. 294-295.

No dia 31 de Julho tinha havido assaltos a padarias, numa reacção à Portaria que estabeleceu dois novos tipos de pão⁹¹⁷, de que resultaram tumultos e arremesso de bombas. A indignação e revolta de operários esfomeados originaram o aumento da repressão policial com feridos e mortos. Só no final de Agosto a conjuntura aquietou, com a CGT a aceitar o aumento do preço deste produto alimentar em troca da criação de um «pão para operários», mais barato, mas de deplorável qualidade. Contudo, os mais radicais não aceitaram este acordo e continuariam os assaltos a padarias e explosão de bombas nas instalações da Moagem.

Tentando o controlo da ordem pública, em 16 de Fevereiro, o Governo tinha dado ordem para um cerco militar a Lisboa, alegadamente para o combate às greves operárias; dois dias depois houve uma tentativa de revolta outubrista e, a 13 de Março, a guarda pretoriana da República, a Guarda Nacional Republicana, foi reformada e os seus efectivos dispersos pela província, passando a guarda rural. Ao exército caberia, a partir de agora, a defesa da República, se bem que esse papel não fosse por este assumido, pelo contrário, seriam os autores de golpes militares que deterioraram o regime republicano.

Neste ano, no dia 26 de Outubro, Lisboa festejou em apoteose a chegada dos aviadores Gago Coutinho (1869-1959) e Sacadura Cabral (1881-1924) que, após o desembarque no Cais das Colunas, foram recebidos nos Paços do Concelho, seguindo-se um grande cortejo triunfal, que percorreu várias ruas da Baixa que foram engalanadas numa manifestação de júbilo. No reverso da medalha, três dias depois, chegaram à capital dezanove filhos dos mineiros de Aljustrel que estavam em greve há um mês, pois, perante o facto de as crianças estarem a passar fome os operários lisboenses, numa iniciativa da CGT, resolveram acolhê-las em suas casas.

No dia 6 de Novembro houve uma revolta radical e uma bomba explodiu na Praça dos Restauradores, provocando um ferido. Além disso, várias bombas foram abandonadas e descobertas por transeuntes (mais de trinta), foi esse o caso de uma trapeira que, no dia seguinte, encontrando seis petardos e, não sabendo o que eram, entregou-os a um guarda de ferramentas da CML que, também desconhecendo o

⁹¹⁷ No mesmo dia em que foi decretado o fim do “pão político” (Lei n.º 1.294, de 31 de Julho de 1922) publicou-se a Portaria n.º 3.283 que fixou para as cidades de Lisboa e Porto, os preços do pão de 1.ª e de 2.ª. Veja-se *Diário do Governo*, I Série, n. 154, de 31 de Julho de 1922, pp. 785-789-790. Como já mencionámos (Cap. II) o fim definitivo do “regime do pão político”, em Lisboa e no Porto, seria estipulado pelo Decreto n.º 9.060, de 16 de Agosto de 1923.

objecto, despoletou um, morrendo e ferindo duas crianças. Na noite do dia 7 explodiram mais bombas em vários locais da capital, ferindo uma pessoa, a que se sucederam rusgas e prisões⁹¹⁸.

Os boatos permanentes de uma revolução, que diariamente estava “a rebentar”⁹¹⁹, provocavam o medo e pânico nos defensores da Ordem, levando sistematicamente o Governo a decretar vigilância policial rigorosa, prevenções das forças militares e prisões de elementos suspeitos. Para uns, republicanos conservadores e monárquicos, o Ministério *bonzo* de António Maria da Silva não conseguia impor a Ordem; para outros, esquerdistas e radicais, perante uma República cada vez mais afastada dos seus ideais, só havia uma solução – a Revolução. Estas revoluções radicais desejavam antecipar-se “a uma outra de carácter conservador que há muito está na forja e que obedece a um largo plano de acção. Essa «Bernarda» conservadora tinha – e parece que tem ainda – por objectivo, transformar a república numa espécie de monarquia com barrete frígio”⁹²⁰. Também, na madrugada que antecedeu as eleições administrativas, correu o boato que de manhã haveria “nova revolução”⁹²¹, sendo decretada vigilância rigorosa.

A crise política, económica e social persistente no País, a vitória radical do 19 de Outubro e a “Noite Sangrenta” de 1921 trouxeram novos adeptos para a direita republicana e para os monarquistas. O dia 12 de Novembro de 1922, dia das eleições administrativas, iria ser um teste para o Governo democrático. E, mais importante foi entendido pela Causa Monárquica como a data do plebiscito à República.

VI.2. Forças políticas e candidatos a vereadores

No dia 25 de Setembro de 1922 alguns governadores civis estiveram presentes numa reunião com António Maria da Silva, detentor da pasta do Interior que acumulava

⁹¹⁸ Cf. “A noite de ontem foi perturbada por elementos desordeiros...”. *O Rebate*, 7-11-1922, p. 1; “O movimento de ontem”. *Ibid.*, 8-11-1922, p. 2; “O movimento revolucionário de anteontem”. *A Batalha*, 8-11-1922, p. 1.

⁹¹⁹ Veja-se, por exemplo, “Fala-se insistentemente numa revolução para breve. Vamos entrar na normalidade...”. *A Batalha*, 26-08-1922, p. 2; F. Mira, “A situação em Lisboa”. *A Luta*, 7-11-1922, p. 1; “Lisboa Inquieta: impressões de uma noite de boatos: tiros, bombas, prevenções...”. *O Mundo*, 7-11-1922, p. 3; e, “Na igreja do Socorro explodiu ontem uma bomba ignorando-se quem fosse o autor do estúpido atentado”. *Ibidem*, 22-11-1922, p. 3.

⁹²⁰ “Outra Revolução?”. *A Batalha*, 7-11-1922, p. 1.

⁹²¹ Cf. *O Jornal do Comércio e das Colónias*, 12-11-1922, p. 1.

com a Presidência. Na nota oficiosa desse encontro lia-se que “o directório do PRP trocou também impressões com os mesmos governadores civis sobre a situação política dos mesmos distritos”. O assunto que os congregou foram as eleições municipais, tendo o ministro “preconizado a necessidade dos partidos republicanos estabelecerem acordos honestos de modo a que a República saísse triunfante e estas eleições fossem uma lição eloquente aos monárquicos”. Os governadores falaram dos poucos trabalhos realizados, quase inexistentes, pois “esperavam todas as indicações do governo e do directório do PRP.” Foi decidido que as listas que se organizassem (do e com o PRP) teriam por objectivo “atender às urgentes conveniências locais, inutilizando, deste modo, o jogo dos monárquicos”⁹²².

Assim se verifica não somente a importância que o Governo atribuía às eleições administrativas, dando orientações aos governadores civis para alcançar o triunfo, mas também que estes obedeciam às instruções do Directório do Partido Democrático que estabeleceria as directrizes que seriam implantadas por estes agentes administrativos nos seus distritos; transformando-os não somente em veículos governamentais, mas também do PRP. Dois dias depois foi publicado o decreto que designou o dia 12 de Novembro para as eleições municipais e juntas gerais de distrito⁹²³.



Imagem 12 – “Eleições administrativas: os governadores civis reunidos no ministério do Interior”. *Ilustração Portuguesa*, S. 2, n.º 868 (1922): 360. / HML.

⁹²² “Eleições municipais: a reunião de ontem”. *A Capital*, 26-09-1922, p. 2. Veja-se, também, “Preparando as eleições municipais”. *Ibidem*, 25-09-1922, p. 2.

⁹²³ Decreto n.º 8.390. *Diário do Governo*, I Série, n.º 202, de 27 de Setembro de 1922, p. 1053.

Este decreto fixava o dia 19 de Novembro para as eleições das juntas de freguesia, depois alterado para o dia 26 de Novembro pela declaração do Ministério do Interior publicada no *Diário do Governo*, I Série, n.º 206, 2 de Outubro de 1922, p. 1075.

Lembremos que nesta eleição, pela Lei n.º 1.328, de Agosto de 1922⁹²⁴, houve uma alteração do número de vereadores que sofreu uma redução de oito elementos, passando de trinta e seis para vinte e oito candidatos efectivos (e igual número de substitutos), cifra que se manteria até ao final da República. Deste modo, a maioria passou a eleger vinte e um edis e a minoria sete, em consequência, os partidos que conquistassem a maioria e a minoria deteriam menos seis e menos dois representantes, respectivamente. Não foram introduzidas mudanças na Comissão Executiva que permaneceu com nove membros. O prazo para a apresentação de candidaturas à vereação terminava no dia 9 de Novembro, se bem esta não fosse obrigatória.

Para este sufrágio apresentaram-se seis forças políticas. Para disputar a maioria municipal concorreram o Partido Republicano Português, a Lista da Cidade (monárquicos) e o Partido Republicano Presidencialista; para a minoria apresentaram-se o Partido Republicano Liberal, o Partido Socialista e Partido Republicano de Fomento Nacional. Em Outubro, Bernardino dos Santos, militante do Partido Comunista Português, declarou que este partido ainda não tinha definido a sua acção política sobre as eleições camarárias, afirmando que havia interesse em disputá-las, porém, só ao próximo congresso caberia essa decisão, pois quando o PCP decidisse ir às urnas para as eleições legislativas ou administrativas venceria “porque a organização é um facto e bem espelhada pelo país”⁹²⁵. Uma intenção que não foi materializada.

O verdadeiro combate pela conquista do voto teve lugar entre as listas dos democráticos e dos monárquicos, pois estes últimos acalentavam esperanças em alcançar a maioria na CML, após terem conquistado as minorias na capital nas últimas eleições legislativas. Com efeito, era do conhecimento geral que os “monárquicos declararam que queriam medir as suas forças. A uma simples eleição de vereadores municipais quiseram dar os foros dum plesbicio pró ou contra a Republica”⁹²⁶. Para os

⁹²⁴ Lei n.º 1.328. *Diário do Governo*, I Série, n.º 175, de 26 de Agosto de 1922, p. 885.

⁹²⁵ “Eleições administrativas”. *A Capital*, 2-10-1922, p. 3.

Partido Comunista Português (1921-). O PCP aprovou as suas bases orgânicas e elegeu os corpos directivos, a 1 e 6 de Março de 1921, respectivamente. A sua orgânica interna era similar às dos partidos republicanos. A cisão das Juventudes Sindicalistas que saiu da CGT e, em conjunto com as Juventudes Socialistas, fundaram as Juventudes Comunistas, minou as relações amigáveis que existiam entre o PCP e a CGT. No final de 1921 consumir-se-ia o corte de relações entre os comunistas e os sindicalistas. Para o estudo das relações entre o PCP e a CGT ou os anarquistas ver António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, pp. 172-175.

Sobre o PCP veja-se também José Pacheco Pereira, “Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1910-1926)”. *Análise Social*, Vol. XVII, n.º 67-68-69 (1981), pp. 695-713.

⁹²⁶ F. Mira, “As eleições administrativas”. *A Luta*, 27-10-1922, p. 1; Vd. “Eleições municipais”. *O Mundo*, de 23-09-1922, p. 1.

monarquistas estas eleições eram reputadas de “decisivas”; os republicanos aceitaram o desafio e declararam que “serão decisivas porque mostrarão, mais uma vez, que a República está enraizada para sempre na consciência popular”⁹²⁷. As eleições administrativas transformaram-se “num caso de defesa do regime”⁹²⁸, ao repto monárquico “*pela monarquia contra a República!*” os republicanos proclamavam “Pela República contra a Monarquia”⁹²⁹. Caracterizemos as várias forças e listas apresentadas a sufrágio.

Em Setembro houve negociações entre o Partido Democrático e todos os partidos republicanos para elaborar uma lista de conjunção republicana, “uma lista de competência que o governo patrocina e na qual entrarão, além de individualidades marcantes nos partidos, republicanos de reconhecida competência afastados das lides políticas”⁹³⁰. Porém, as negociações goraram-se e os republicanos apresentar-se-iam divididos ao escrutínio⁹³¹. No mês de Outubro houve ainda uma última tentativa para a constituição de uma lista de coligação republicana que concorresse à minoria, com todos os partidos republicanos e desdobramento de democráticos; porém, apesar dos apelos à união esta diligência também falhou⁹³². Os liberais atribuíram o desaire das negociações aos democráticos e os socialistas aos liberais⁹³³. Esta decisão assente nos interesses partidários, sectarismos ou rivalidades pessoais dos partidos políticos (liberais, presidencialistas, reconstituíntes⁹³⁴, outubristas e socialistas) revelar-se-ia fatal, como era previsível na época⁹³⁵.

⁹²⁷ Mayer Garção, “Notas de um republicano...”. *O Mundo*, 19-09-1922, p. 1.

⁹²⁸ J. do V., “Ou nós ou eles!”. *O Rebate*, 8-09-1922, p. 1.

⁹²⁹ J. do V., “República ou... monarquia!”. *O Rebate*, 24-09-1922, p. 1.

⁹³⁰ Vd. “Eleições: a lista de conjunção tem os seus defensores...”. *A Capital*, 19-09-1922, p. 1; “Entusiasmo eleitoral: os monárquicos galopam a valer, mas os republicanos contam com a vitória”. *Ibidem*, 28-09-1922, p. 2; “Eleições: a lista de conjunção terá o apoio dos socialistas”. *Ibidem*, 21-09-1922, p. 1.

⁹³¹ Veja-se “A eleição de Lisboa”. *O Mundo*, 2-10-1922, p. 1.

⁹³² Cf. “O PRP e a República” e “Eleições administrativas: nota oficiosa do PRP”. *O Rebate*, 21-10-1922, p. 1; “Ecos: eleições”. *O Mundo*, 4-11-1922, p. 1.

⁹³³ Ver “Os liberais disputarão as minorias nas eleições municipais por Lisboa, incluindo as listas, possivelmente, alguns elementos democráticos”. *O Mundo*, 20-10-1922, p. 3; “Eleições administrativas”. *O Rebate*, 24-10-1922, p. 1; “Eleições municipais”. *Ibid.*, 6-11-1922, p. 1; “Ecos: eleições”. *Ibid.*, 7-11-1922, p. 1; “A política: os socialistas e as eleições”. *A Batalha*, 3-11-1922, p. 1.

⁹³⁴ O Directório dos reconstituíntes perante o fracasso da lista de coligação resolveu aconselhar os seus filiados a votarem nas listas republicanas. Este partido atribuiu inteiramente o fracasso das negociações aos liberais. Ver “Vida política”. *O Mundo*, 3-11-1922, p. 3.

Esta atitude dos reconstituíntes foi elogiada pelo PRP, pois assim não haveria mais uma lista republicana a enfraquecer a conquista da minoria. Cf. “Eleições”. *O Mundo*, 4-11-1922, p. 1.

⁹³⁵ Vd. “As eleições municipais”. *A Capital*, 1-11-1922, p. 1.

Apesar do PRP reclamar que não havia razões para considerar repreensível a actuação dos seus vereadores, que tiveram de exercer o seu mandato em “circunstâncias difíceis”⁹³⁶; as suas comissões políticas resolveram não propor a reeleição dos edis em exercício; uma resolução a que não foram certamente estranhas as violentas críticas de incompetência e de inépcia que a actual vereação democrata (de minoria socialista) sofreu, especialmente nos últimos tempos do mandato, por parte de monárquicos⁹³⁷, e não só: “Nenhuma vereação tão vergonhosa tem existido, como esta que, actualmente, está de posse da Câmara Municipal. Ela tem troçado dos munícipes: deixando a cidade sem luz, sem higiene, sem pavimentos, sem água”⁹³⁸. Os democráticos apresentaram novos candidatos que seriam detentores de credibilidade e experiência governativa e municipal. Esta decisão do PRP foi contra a vontade dos actuais vereadores democratas que gostariam de ser reeleitos⁹³⁹; como prémio de consolação alguns seriam candidatos a procuradores da Junta Geral de Distrito. Nos dias 23 e 24 de Outubro as comissões políticas escolheram os nomes dos cidadãos que disputariam as eleições da Junta Geral e do Município de Lisboa⁹⁴⁰.

A primeira Lista Democrática foi publicada no dia 27 de Outubro, da lista inicial constavam nomes que depois foram retirados, a saber: José António de Abreu, engenheiro e Porfírio Pardal Monteiro, arquitecto, nos efectivos; e Filipe Pereira Manso, médico; Jaime Gouveia, advogado; João Carregal da Silva Passos, médico; José da Costa Pina, comerciante; Lino Teixeira de Carvalho, comerciante e Manuel Bernardo Barbosa Soeiro, médico, nos suplentes⁹⁴¹; no dia 2 de Novembro, n’*O Mundo* surgiria ainda o nome de Manuel Alves de Matos, como candidato deste partido⁹⁴².

No dia 6 do mesmo mês foi apresentada a Lista definitiva⁹⁴³. Nesta marcavam presença “velhos” republicanos, antigos ministros, deputados, um antigo presidente da

⁹³⁶ Cf. “Saibam todos...”. *O Rebate*, 14-10-1922, p. 1.

⁹³⁷ Por exemplo, o jornal monárquico *Correio da Manhã*, de 2 de Novembro, foi querelado pela Câmara, em virtude da publicação do artigo intitulado “O escândalo das obras do Rossio”.

⁹³⁸ “Uma vereação criminal: atenta contra os interesses da cidade e rouba, descaradamente, os seus operários”. *A Batalha*, 22-09-1922, p. 1. Sobre este assunto veja-se também: “CML: a câmara e o problema das habitações: um abuso inqualificável”. *A Capital*, 8-11-1922, p. 3; “Lisboa”. *Diário de Notícias*, 7-10-1922, p. 1.

Inclusive o insuspeito *O Mundo* quando tomou posse a nova edilidade felicitou-a e defendeu que “Lisboa não pode continuar quase abandonada, como tem estado”, pois a anterior vereação não a tratou “à altura da sua importância”, in “A nova vereação”. *O Mundo*, 6-04-1923, p. 1.

⁹³⁹ “Ecos: eleições”. *O Mundo*, 30-10-1922, p. 2.

⁹⁴⁰ “Eleições administrativas”. *O Rebate*, 25-10-1922, p. 1;

⁹⁴¹ Cf. “Eleições administrativas: candidatos do PRP”. *O Rebate*, 27-10-1922, p. 1.

⁹⁴² “A eleição de Lisboa: a nova lista dos candidatos...”. *O Mundo*, 2-11-1922, p. 1.

⁹⁴³ “A eleição de Lisboa”. *O Mundo*, 6-11-1922, p. 1.

Câmara e antigos vereadores do município (alguns das primeiras vereações republicanas), ex-governadores civis, para além de membros de estruturas municipais do partido e das juntas de paróquia. A Lista Democrática era constituída por “autênticos republicanos, homens dedicados ao seu país, trabalhadores constantes, cujo civismo é conhecido de todos”⁹⁴⁴.

Ao analisarmos as profissões primárias dos seus candidatos efectivos (Quadro 20) surgiam destacados os seis comerciantes (28,5%); seguidos dos quatro engenheiros (19%); e na terceira posição, os três funcionários públicos (14,3%). Nos suplentes o primeiro lugar voltava a ser ocupado pelos sete comerciantes (33,3%); na segunda posição, em *ex aequo*, com três elementos (14,3%) os engenheiros, empregados públicos e industriais; e no terceiro posto, os dois professores (9,5%). No total a Lista Democrática era composta por treze representantes da praça comercial de Lisboa (31%); em segundo lugar, com menos de metade dos representantes, ficavam os sete engenheiros (16,6%); logo seguidos pelos seis funcionários públicos (14,2%).

Quadro 20 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRP – 1922

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	1	4,8	1	4,8	2	4,8
Capitalista	1	4,8	-	-	1	2,4
Comerciante	6	28,5	7	33,3	13	31,0
Engenheiro ^(a)	4	19,0	3	14,3	7	16,6
Funcionário público	3	14,3	3	14,3	6	14,2
Funcionário público (dirigente) ^(b)	1	4,8	-	-	1	2,4
Industrial	-	-	3	14,3	3	7,1
Médico	1	4,8	1	4,8	2	4,8
Militar ^(c)	1	4,8	-	-	1	2,4
Notário	1	4,8	-	-	1	2,4
Professor não universitário	-	-	2	9,5	2	4,8
Professor universitário ^(d)	1	4,8	-	-	1	2,4
Proprietário	-	-	1	4,8	1	2,4
Solicitador	1	4,8	-	-	1	2,4
Total	21	100	21	100	42	100

^(a) – Um engenheiro mecânico, um agrónomo, um electrotécnico e três engenheiros civis.

^(b) – Administrador-geral da Caixa Geral de Depósitos.

^(c) – Oficial da Armada.

^(d) – Médico.

Fonte: *O Rebate*, 12-11-1922: 1.

De novo a presença dos comerciantes e do funcionalismo público (civil e militar) era marcante, conseguindo a soma dos seus representantes atingir exactamente metade dos candidatos democráticos. Além disso, o número de elementos que exerciam

Ver Anexos – A.26. Candidatos a vereadores da Lista do PRP nas eleições de 1922.

⁹⁴⁴ “As eleições em Lisboa”. *O Rebate*, 28-10-1922, p. 1.

funções no Estado era maior do que o referenciado, pelo menos, não só devemos contabilizar o professor universitário, como também quatro engenheiros (Almeida Cruz, Lima Basto, Costa Amorim e Marques Caldeira) e o médico Sebastião da Costa Santos; desta maneira, o cômputo total seria de catorze indivíduos (33,3%), ultrapassando os comerciantes. Repetia-se a fórmula vencedora das últimas eleições, embora esta Lista denunciasses menos ecletismo e não tivesse a representação de nenhum elemento do operariado.

Era uma Lista com grande peso político, onde pontuavam antigos ministros e deputados: Portugal Durão, antigo ministro da Agricultura (1921) e das Finanças⁹⁴⁵, antigo deputado e senador; Lima Basto, antigo ministro⁹⁴⁶ e antigo deputado; Evaristo Ferreira de Carvalho, antigo deputado e senador; Daniel José Rodrigues, antigo senador e antigo governador civil de Lisboa. Outros antigos governadores civis eram Luís da Costa Amorim, governador civil de Bragança (1912) e Aurélio Neto, governador civil de Leiria (1921).

Destacava-se igualmente a presença de antigos edis lisbonenses: Mendes Loureiro, da primeira vereação republicana de 1908 (antigo procurador da Junta Distrital e antigo deputado); António José Correia (Comissão Administrativa de 1913); Fonseca Dias, Lima Basto, Fernão Pires, Aurélio Amaro Dinis e Gomes Heleno (todos da municipalidade de 1914-1917); Manuel Joaquim dos Santos (vereações de 1914-1917 e 1918) e, por último, Luís da Costa Amorim (1918 e Comissão Administrativa de 1919); além destes, Beja da Silva também tinha pertencido à efémera vereação de 1918. Deste modo, se bem que não se recandidatassem nenhuns dos actuais edis, a Lista Democrática apresentava dez antigos vereadores como candidatos (23,8%) à gestão municipal lisiponense.

Para além destes candidatos com experiência governativa e autárquica destacavam-se o professor universitário Barbosa Soeiro e os também professores do ensino superior, Álvaro Almeida da Cruz e Eduardo Lima Basto, do Instituto Superior Técnico e do Instituto Superior de Agronomia, respectivamente; e Sebastião da Costa Santos, médico dos hospitais civis de Lisboa, entre outros.

⁹⁴⁵ De 6 de Fevereiro a 26 de Agosto de 1922.

⁹⁴⁶ Do Comércio e Comunicações (26 de Setembro a 18 de Outubro de 1922), das Finanças-interino (26 de Agosto a 14 de Setembro de 1922); ministro do Trabalho e Previdência Social (25 de Abril a 10 de Dezembro de 1917) e ministro do Fomento (12 de Dezembro de 1914 a 25 de Janeiro de 1915).

Olhemos agora as forças políticas conservadoras⁹⁴⁷. Passados três anos sobre as últimas eleições administrativas estas estavam numa posição mais favorável. A moderação e conciliação do regime tinham-lhes permitido organizar-se e ressurgir na luta política. Contudo, ainda não tinham logrado superar as divisões políticas. Para estas eleições municipais as direitas republicanas apresentaram três listas distintas. Uma correspondia às diferentes forças monárquicas (constitucionais e absolutistas) que se uniram e deliberaram concorrer às eleições administrativas, em Julho; e apresentaram, não uma lista declaradamente realista, mas uma Lista da Cidade, por entenderem que a administração da cidade não tinha carácter político, ou como referiram periódicos republicanos, para aparentar uma neutralidade política.

Durante o sidonismo a luta entre as duas facções monárquicas (conspirativa e moderada) tinha sido maior do que nunca. Em 1919 a corrente radical, derrotada, ficou muito débil e a maioria dos seus chefes foi presa ou partiu para o exílio. Assim, a Causa Monárquica, sob a direcção de Aires de Ornelas, era inteiramente dominada pela ala moderada. Entre 1919 e 1920 desenvolveu uma actividade legal visando uma amnistia para os monárquicos envolvidos nas revoltas de 1919 e a conquista da liberdade organizativa e de propaganda. Os monárquicos moderados detinham a direcção do *Correio da Manhã*, órgão da Causa, assim como assumiram posições maioritárias nos outros periódicos monarquistas.

Conseguida a amnistia, numa atitude conciliatória da República, os integralistas exilados regressaram ao País, integrando a sua organização que já tinha conseguido refazer a rede que possuíam em 1917, apresentando-se como uma força conservadora importante com tentáculos nas principais organizações da sociedade (patronais, exército, jornais, etc.). Porém, tinham dificuldades em comandar as forças conservadoras, que procuravam um apoio alargado, apartidário, que não tivesse por base a questão do regime. Aliás, segundo António Telo, só a suspensão das actividades do Integralismo Lusitano, e do seu órgão officioso, *A Monarquia*, após o ramo de D. Duarte Nuno (1907-1977) ter chegado a acordo com D. Manuel II (Pacto de Paris, 17 de Abril

⁹⁴⁷ O aparecimento fugaz do Partido Republicano Conservador (1919-1920), de Basílio Teles, trouxe a definição do princípio político do termo “conservador”, que encimava *O Jornal*, seu órgão oficial: “*Conservador* é todo o republicano que quer filiar as reformas fecundas e estáveis da República na tradição nacional, considerando a Ordem como condição essencial do Progresso e o Progresso como a melhor garantia da Ordem”, citado in Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, p. 75.

de 1922), trouxe a difusão e preponderância das ideias e princípios integralistas entre as forças conservadoras⁹⁴⁸.

A Lista da Cidade, apresentada no dia 3 de Novembro, foi organizada pelas Juventudes Monárquicas e sancionada pelo Conselho Superior de Política Monárquica⁹⁴⁹. Nela figuravam “personalidades competentes e idóneas (...), escolhidas com exclusão de qualquer intuito político”⁹⁵⁰. O propósito da designação da lista era óbvio, o de dar a ideia de uma lista apartidária, não monárquica, uma lista de saber técnico e de competências. Nos dias seguintes, no *Correio da Manhã*, lia-se que a sua apresentação tinha rebentado como “*uma bomba*”, disseminando “*o terror pânico*” entre as hostes republicanas. Os seus candidatos eram apresentados como “homens de probidade indiscutida, de esclarecida inteligência, cada um deles possuidor de alguma aptidão especial” que o recomendava para administrar a capital⁹⁵¹.

Na caracterização socioprofissional (Quadro 21) dos candidatos efectivos detinham o primado os seis professores universitários (28,5%); na segunda posição surgiam os três jornalistas/escritores (14,3%); e no terceiro lugar, com dois elementos cada, encontravam-se os advogados e os comerciantes (9,5%). Nos substitutos ocupavam a primeira posição os cinco comerciantes (23,8%); depois os quatro proprietários (19%); e no terceiro lugar estavam os três engenheiros civis (14,3%). No cômputo final em primeiro lugar encontravam-se os sete comerciantes (16,6%); de seguida os seis professores universitários (14,2%); e no terceiro posto, em *ex aequo*, os quatro jornalistas/escritores e os quatro proprietários (9,5%).

Uma vez mais a Lista monárquica apresentava uma grande representatividade da elite intelectual e de profissionais liberais, e, igualmente, de elementos da nobreza e da alta burguesia. Não incluía nenhum operário como sucedia na Lista da Cidade de 1917, mas continha um regente agrícola. Outra novidade foi a inclusão de um militar. Salientemos a descida dos representantes da indústria e a subida acentuada dos comerciantes lisbonenses. O único funcionário público referenciado, à semelhança da

⁹⁴⁸ Cf. António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, pp. 64-68.

A maioria dos membros do Conselho Superior do adjunto à Lugar-Tenência do Partido Tradicionalista em reunião, de 24 de Maio de 1922, declararam não aceitar o acordo e abandonaram a política. Veja-se Miguel Dias Santos, *A contra-revolução...*, p. 230 (nota de rodapé).

⁹⁴⁹ “A Lista da Cidade e as juventudes monárquicas”. *O Dia*, 4-11-1922, p. 1.

Ver Anexos – A.27. Candidatos a vereadores da Lista da Cidade nas eleições de 1922.

⁹⁵⁰ “Eleições administrativas”. *O Dia*, 4-11-1922, p. 1. Ver “Lista da Cidade”. *Ibidem*.

⁹⁵¹ “Eleições administrativas”. *Correio da Manhã*, 4-11-1922, p. 1; “A redenção de Lisboa”. *Ibidem*, 5-11-1922, p.1.

Lista de 1917, era Francisco Rangel de Lima Júnior, director-geral de Estatística (1906-1910), mas nesta categoria teríamos de contabilizar, pelo menos, os seis professores universitários alcançando os sete elementos dedicados ao funcionalismo estatal (16,6%) igualando o primeiro lugar alcançado pelos comerciantes, mas com supremacia dos professores que eram todos candidatos efectivos.

Quadro 21 – Profissão primária dos candidatos da Lista da Cidade – 1922

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	2	9,5	-	-	2	4,8
Arquitecto	1	4,8	-	-	1	2,4
Banqueiro	1	4,8	1	4,8	2	4,8
Capitalista	-	-	1	4,8	1	2,4
Comerciante	2	9,5	5	23,8	7	16,6
Contabilista	-	-	1	4,8	1	2,4
Construtor civil	1	4,8	-	-	1	2,4
Engenheiro ^(a)	-	-	3	14,3	3	7,1
Farmacêutico	-	-	1	4,8	1	2,4
Funcionário público (dirigente) ^(b)	1	4,8	-	-	1	2,4
Industrial	-	-	2	9,5	2	4,8
Jornalista / Escritor	3	14,3	1	4,8	4	9,5
Médico	-	-	1	4,8	1	2,4
Militar ^(c)	-	-	1	4,8	1	2,4
Pintor	1	4,8	-	-	1	2,4
Professor universitário ^(d)	6	28,5	-	-	6	14,2
Proprietário	-	-	4	19,0	4	9,5
Regente agrícola	1	4,8	-	-	1	2,4
Solicitador	1	4,8	-	-	1	2,4
Outras ^(e)	1	4,8	-	-	1	2,4
Total	21	100	21	100	42	100

^(a) – Engenheiros civis.

^(b) – Antigo director-geral de Estatística.

^(c) – Antigo oficial do Exército.

^(d) – Dois médicos, um engenheiro de minas, comerciantes, advogado e teólogo.

^(e) – Presidente do Centro de Seguros Portugueses.

Fonte: *Correio da Manhã*, 4-11-1922: 1.

Todavia, o que caracterizava verdadeiramente a Lista monarquista era a presença de antigos deputados: Fidelino de Figueiredo (1889-1967), jornalista, deputado sidonista (1918); Rocha Martins, célebre jornalista e escritor e deputado monárquico (1918) e Mário Augusto de Miranda Monteiro (1870-1955), advogado e proprietário, deputado (Monarquia e 1918); e, de destacados professores universitários, como por exemplo, Azevedo Neves, professor universitário, médico, director do Instituto de Medicina Legal e antigo ministro do Comércio dos Ministérios de Sidónio Pais e de Tamagnini Barbosa⁹⁵²; Caetano Beirão da Veiga, professor do Instituto Superior do

⁹⁵² De 8 de Outubro a 23 de Dezembro de 1918 e desde a última data a 7 de Janeiro de 1919.

Comércio e comercialista; Tomás de Mello Breyner, professor da Faculdade de Medicina; João Maria Telo de Magalhães Colaço (1893-1931), professor de Direito Administrativo na Faculdade de Direito de Lisboa; José Maria Rodrigues (1857-1942), teólogo e escritor, professor da Faculdade de Letras de Lisboa.

Para além destes, sobressaíam outras personalidades, como os três antigos directores da Associação Comercial de Lisboa, António Bastos; Elísio Santos, candidato eleito pela Lista da Cidade para a momentânea vereação de 1918 e António Cardoso de Oliveira Júnior, comerciante, antigo edil da primeira vereação republicana de 1908; e, ainda, Jorge Colaço (1868-1942), pintor, antigo presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes; José Fernando de Sousa (Nemo), jornalista; Edmundo Tavares (1892-1983), arquitecto; Ricardo O'Neill (1869-1952), vice-governador do Crédito Predial Português e presidente do Automóvel Club de Portugal⁹⁵³; João Duarte (1869-19??), gestor, presidente do Centro de Seguros Portugueses⁹⁵⁴. Uma parte significativa recandidatava-se novamente pela Lista da Cidade, a saber: Beirão da Veiga; José Fernando de Sousa; Valdez de Faria; Dias da Silva, antigo edil monárquico; Joaquim Alberto Gonçalves; Alves Valadares, proprietário; Sampaio Melo e Castro, proprietário e Mendonça Alves, escritor; desta forma, oito candidatos da Lista da Cidade (19%) eram repetentes.

A outra lista da direita era republicana conservadora (autoritária) e pertencia ao Partido Nacional Republicano Presidencialista. Após a morte de Sidónio, este partido foi o herdeiro do sidonismo e da sua organização política⁹⁵⁵. Em Lisboa, o Centro Republicano Dr. Sidónio Pais, fundado em 1920, actuou como órgão do Partido Presidencialista. O seu programa, firmado em 3 de Junho de 1921, defendia a eleição

O nome deste candidato apareceu na Lista Presidencialista, mas sem a sua autorização, conforme declaração publicada no *Dia*, em 10 de Outubro de 1922. Vd. “Ecos: surpresas”. *O Mundo*, 11-10-1922, p. 2.

⁹⁵³ Engenheiro de formação, em 1914, era proprietário do Panhard-Palace, na avenida da Liberdade, estabelecimento dedicado ao comércio de automóveis. Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 63, de 24 de Abril de 1914, p. 242.

⁹⁵⁴ Integraria a União Nacional e, na qualidade de presidente do Grémio de Seguros Especialistas em Seguros Reais, seria procurador da Câmara Corporativa em duas legislaturas (1935-1938 e 1938-1942). Cf. J. M. Tavares Castilho, *Os procuradores...*, file:///F:/html/pdf/d/duarte_joao.pdf.

⁹⁵⁵ Partido Nacional Republicano (1918). Constituído em 30 de Março de 1918, foi uma organização das elites sidonistas, o seu Directório foi nomeado por Sidónio Pais. Integrava os centristas de Egas Moniz e os reformistas de Machado Santos. No novo Parlamento sidonista as fricções políticas entre os deputados sidonistas inviabilizariam a aprovação da nova Constituição e a consequente convergência política para o enraizamento deste partido. Após a morte de Sidónio, passaria a designar-se Partido Nacional Republicano Presidencialista. Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 63-70; Partido Nacional Republicano (1918). Disponível em <http://www.politipedia.pt/partido-nacional-republicano-1918/> [última consulta 06-04-2014].

directa do presidente da República e da Câmara dos Deputados, a representação corporativa do Senado, mas radicava o seu projecto no presidencialismo autoritário; no municipalismo, defendia a autonomia financeira e administrativa e a faculdade de federar municípios adjacentes.

Os primeiros dirigentes dos seus órgãos políticos foram eleitos em Fevereiro de 1922. Era uma organização política de elites (maioritariamente de oficiais do exército de média patente), seguindo-se-lhes, em termos de representatividade, os proprietários, comerciantes e industriais, profissões liberais e funcionários públicos civis. Os presidencialistas tinham disputado as eleições gerais de Julho de 1921 e de Janeiro de 1922, sem conseguirem eleger nenhum candidato. Esta seria a primeira (e a única) eleição administrativa a que se apresentariam⁹⁵⁶.

No dia 6 de Novembro foi anunciada a Lista Presidencialista para disputar a maioria camarária⁹⁵⁷, que integrava vinte e sete candidatos sidonistas, onze independentes, três monárquicos e um católico⁹⁵⁸. Os monárquicos eram Beirão da Veiga, Azevedo Neves e Rocha Martins, também candidatos da Lista da Cidade, que não tinham dado autorização para os seus nomes figurarem na candidatura presidencialista, o que motivou um protesto da imprensa monarquista⁹⁵⁹. Igualmente o independente Mário de Abreu Reis era candidato na Lista da Cidade. Aliás, Pedro Fazenda e Lino Neto também declararam que não foram consultados para a introdução dos seus nomes, tendo o primeiro declarado que não pertencia a nenhum partido⁹⁶⁰. Outro monárquico, João Mascarenhas Júdice, consentiu inicialmente com a inclusão do

⁹⁵⁶ Este partido extinguiu-se em 1925, quando um grupo de militantes civis e militares aderiu ao Partido Republicano Nacionalista. Somente sobreviria, informalmente, o diminuto Centro Republicano Dr. Sidónio Pais, que ainda existia em 1928. Cf. Ernesto Castro Leal, “O presidencialismo autoritário nos anos 20 em Portugal”. *Clio*. Nova Série, vol. V, (2000), pp. 135-136 e, também sobre esta força partidária Idem, *Partidos e programas...*, pp. 76-78.

⁹⁵⁷ “Lista conservadora para a Câmara Municipal de Lisboa”. *A Vanguarda*, 6-11-1922, p. 1.

Inicialmente Pedro Fazenda foi indicado como presidencialista, sendo depois rectificada a sua orientação política para independente. Ver “Lista conservadora...”. *A Vanguarda*, 7-11-1922, p. 1.

Ver Anexos – A.28. Candidatos a vereadores da Lista Presidencialista nas eleições de 1922.

Cf. “As eleições administrativas”. *A Luta*, 7-11-1922, p. 1; “A eleição de Lisboa: os elementos sidonistas também apresentam lista”. *O Mundo*, 7-11-1922, p. 3.

⁹⁵⁸ Nas eleições legislativas de 1921 foram eleitos três deputados e três senadores católicos. Entre os quais Salazar, pelo círculo de Guimarães. O seu mandato foi breve, pois terminaria com a dissolução do Parlamento após o 19 de Outubro. Em Abril de 1922, no seu 2.º Congresso do Centro Católico, em Lisboa, definiu-se como um partido político, reafirmando a sua neutralidade quanto à questão do regime. A separação entre a Igreja e os monárquicos estava definitivamente consumada. Possuindo uma estrutura organizativa e quadros próprios ambicionava unir as facções conservadoras para derrubar a República e instaurar uma «democracia cristã». Ver António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, pp.91-92.

⁹⁵⁹ Cf. “O «Truc» da lista presidencialista”. *O Dia*, 7-11-1922, p. 1.

⁹⁶⁰ Ver “As eleições”. *O Radical*, 9-11-1922, p. 1.

nome nesta Lista, mas depois pediu que o dispensassem⁹⁶¹. Também o capitão Eurico Cameira (1888-1938) declarou que não tinha sido consultado e, por motivos particulares e de saúde, não poderia aceitar essa honra⁹⁶².

No manifesto de apresentação estavam expressos os motivos que presidiram a esta candidatura: “O Partido Nacional Republicano Presidencialista, convencido de que nem todos os eleitores da capital são monárquicos e de que, dentro daqueles que são republicanos nem todos darão os seus votos à «lista democrática» ou à «liberal», tomou a iniciativa da confecção de uma «lista conservadora», na qual fez figurar, embora sem prévia consulta, aliás escusada nos termos da lei eleitoral vigente, os nomes de individualidades de diversas categorias, todas com um passado de dedicação e sacrifício para o bem comum e representativas de algumas das correntes nacionais que, na frase de Basílio Teles, «consideram a Ordem como condição essencial do Progresso e o Progresso como a melhor garantia da Ordem»”⁹⁶³. Defendiam que esta não era uma lista política, porque este partido apresentava como candidatos não somente os seus filiados, mas indivíduos doutros partidos, que eram “individualidades de reconhecida competência”⁹⁶⁴.

A apresentação da lista sidonista motivaria alertas da imprensa monárquica contra a divisão do eleitorado conservador, apelando ao voto na Lista da Cidade “a única que dá garantias de competência e independência”; mas os presidencialistas defenderam-se destas acusações divisionistas declarando que foram forçados a apresentar uma lista porque a Lista da Cidade era constituída “simplesmente por monárquicos”, não tendo sido convidados a integrá-la “pelo menos com um nome”⁹⁶⁵. Além disso, asseveravam que “Ao contrário da nossa lista, que é constituída, (...), da competência, da energia, da honestidade e do patriotismo, a lista que só por antinomia se pode chamar «da cidade» é, exclusivamente uma lista partidária, porque é formada por elementos de um só partido e o Município de Lisboa não deve ser governado por políticos, quanto mais políticos de um só partido”⁹⁶⁶.

⁹⁶¹ Cf. “A lista conservadora: uma declaração d’*O Dia* que não representa a verdade”. *A Vanguarda*, 9-11-1922, p. 1.

⁹⁶² “Do capitão Eurico Cameira...”. *Diário de Lisboa*, 11-11-1922, p. 8.

⁹⁶³ “Ao eleitorado de Lisboa”. *A Vanguarda*, 6-11-1922, p. 1.

⁹⁶⁴ “A lista conservadora”. *A Vanguarda*, 6-11-1922, p. 1.

⁹⁶⁵ “Manobra, não!”. *A Vanguarda*, 4-11-1922, p. 1.

⁹⁶⁶ “A lista presidencialista”. *A Vanguarda*, 8-11-1922, p. 1.

Uma análise das profissões dos candidatos efectivos da Lista Presidencialista (Quadro 22) revelou-nos que os militares e os professores universitários, com três elementos cada, ocupavam a primeira posição (14,3%); logo imediatamente, em *ex aequo*, vinham os dois advogados, comerciantes, farmacêuticos, jornalista/escritor e médicos (9,5%). Nos suplentes detinham a superioridade os quatro comerciantes (19%); na segunda posição, os três advogados e proprietários (14,3%); e no terceiro lugar, com dois elementos cada, encontravam-se os contabilistas, funcionários públicos e militares (9,5%). No cálculo final esta Lista era na sua maioria composta pelos seis comerciantes (14,2%); logo seguidos dos cinco advogados e igual número de militares (11,9%); e na terceira posição, com três representantes cada, estavam os contabilistas, funcionários públicos, jornalista/escritor, médicos, professores universitários e proprietários (7,1%). Embora, na verdade, a maioria pertencesse aos sete candidatos militares (16,6%), pois, aos cinco já contabilizados devemos acrescentar Eduardo Augusto de Almeida que era coronel de Infantaria; e Metelo Júnior, médico, que exercia funções profissionais no Exército.

Quadro 22 – Profissão primária dos candidatos da Lista Presidencialista – 1922

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	2	9,5	3	14,3	5	11,9
Comerciante	2	9,5	4	19,0	6	14,2
Contabilista	1	4,8	2	9,5	3	7,1
Empregado bancário	1	4,8	-	-	1	2,4
Engenheiro	1	4,8	1	4,8	2	4,8
Farmacêutico	2	9,5	-	-	2	4,8
Funcionário público	1	4,8	2	9,5	3	7,1
Industrial	-	-	1	4,8	1	2,4
Jornalista / Escritor	2	9,5	1	4,8	3	7,1
Médico	2	9,5	1	4,8	3	7,1
Militar ^(a)	3	14,3	2	9,5	5	11,9
Professor não universitário	1	4,8	1	4,8	2	4,8
Professor universitário	3	14,3	-	-	3	7,1
Proprietário	-	-	3	14,3	3	7,1
Total	21	100	21	100	42	100

^(a) – Quatro oficiais do Exército e um oficial da Armada.

Fonte: *A Vanguarda*, 6-11-1922: 1.

Para além desta forte componente militar (e por consequência de funcionalismo público militar) outros elementos que se destacavam eram os antigos ministros e deputados sidonistas, como Lino Neto, professor do Instituto Superior do Comércio, advogado, antigo deputado (1918) e antigo vogal da Comissão Administrativa de Lisboa sidonista, amigo pessoal de Sidónio Pais (estava a seu lado aquando do

assassinato) e presidente do Centro Católico Português; Eduardo Augusto de Almeida (1862-1941), professor, antigo Director do Colégio Militar (1915-1919) e antigo deputado (1915 e 1918); João Baptista de Araújo (1891-1974), professor no Instituto Superior do Comércio e antigo deputado (1918)⁹⁶⁷; Joaquim Mendes do Amaral (1889-1961)⁹⁶⁸, capitão de Artilharia, antigo ministro do Comércio (15 de Maio a 8 de Outubro de 1918); Eurico Cameira, oficial do Exército, antigo ministro do Trabalho (7 a 27 Janeiro de 1919); Luís Caetano Pereira (1865-19??), oficial da Armada reformado, antigo senador (1918); Miguel Crespo (1893-19??), advogado e antigo deputado (1918) e Pedro Joaquim Fazenda (1879-1965), advogado⁹⁶⁹, director do jornal *A Tarde* e antigo deputado (1918).

Salientavam-se ainda outras individualidades, como António Pedro Muralha, jornalista, director do diário sidonista *A Vanguarda* e antigo socialista; o antigo membro da Comissão Administrativa sidonista, Augusto Machado Santos, irmão de Machado Santos; Carlos Augusto da Maia, irmão de José Carlos da Maia – ambos escolhidos numa homenagem aos seus irmãos assassinados, antigos ministros de Sidónio⁹⁷⁰ –; António Luís da Costa Metelo Júnior (1872-1947), médico, integrava o Quadro de Saúde de Angola, antigo deputado (1918); Luís Maria da Gama Ochôa (1879-1941), oficial de Infantaria e antigo governador do Ultramar; Vladimiro Contreiras, contabilista, membro da Comissão Administrativa sidonista; e, os então jovens, António Ferro (1895-1956), escritor e João António Mascarenhas Júdice (1898-1957), engenheiro, que viria ser 4.º visconde de Lagoa, reconhecido historiador dos Descobrimentos e bibliófilo. Desta forma, o eleitorado conservador presidencialista estava perante uma lista de elites militares e liberais, com experiência política na governação nacional. Além disso, três candidatos tinham sido vogais na Comissão Administrativa sidonista lisbonense, tendo prática na administração municipal.

A terceira lista do campo republicano conservador era a do Partido Republicano Liberal⁹⁷¹ que concorreu para a minoria municipal. Assinalemos que este partido,

⁹⁶⁷ Seria procurador da Câmara Corporativa em três legislaturas (1949-1953, 1953-1957 e 1965-69). Cf. J. M. Castilho, *Os procuradores...*, file:///F:/html/pdf/a/araujo_joao_baptista_de.pdf.

⁹⁶⁸ Viria a ser ministro da Agricultura, de 7 de Julho a 10 de Novembro de 1928. Foi deputado na Assembleia Nacional do Estado Novo, em cinco legislaturas (1942-1945, 1945-1949, 1949-1953, 1953-1957 e 1957-1961). Vd. J. M. Castilho, *Os Deputados da Assembleia Nacional*, Lisboa, AR/Texto Editores, 2009, file:///F:/html/pdf/a/amaral_joaquim_mendes_da_costa_do.pdf.

⁹⁶⁹ Seria governador civil de Lisboa de 19 de Dezembro de 1923 a 19 de Janeiro de 1924.

⁹⁷⁰ “Manobra, não!”. *A Vanguarda*, 4-11-1922, p. 1.

⁹⁷¹ Partido Republicano Liberal (1919-1923). Foi uma força partidária que se assumiu como uma alternativa à hegemonia dos democráticos, contudo, apesar de estarem representados em alguns

resultante da fusão dos evolucionistas, unionistas e centristas, tinha vencido as eleições legislativas de 10 de Julho de 1921, com 50 por cento dos eleitos; sofrendo uma quebra acentuada de eleitorado nas eleições de 1922 só alcançando 21 por cento de votantes⁹⁷². Não seria de estranhar que o seu Directório, em reunião de 21 de Setembro, tivesse considerado que nas eleições administrativas se deviam unir todas as forças republicanas, de modo a obstar à conquista do poder local pelos monárquicos⁹⁷³. Na prossecução desse objectivo, em Lisboa, foi estabelecido um acordo entre os liberais e os democráticos, disputando uns a minoria e outros a maioria, desta maneira, julgava-se “certa a sua vitória eleitoral”, porque eram “estes dois partidos os de maior força na República”⁹⁷⁴.

O seu manifesto eleitoral, apresentado em 9 de Novembro, descrevia os candidatos como “velhos e honrados republicanos, ponderados e competentes. (...). Garantem a certeza da iniciativa inteligente de propostas elaboradas com precisa sensatez e estudo técnico”⁹⁷⁵. A Lista Liberal⁹⁷⁶ era “constituída por velhos e honrados republicanos, de trabalho, de inteligência e de valor”⁹⁷⁷; trazendo para o município “todas as garantias de seriedade e de competência”⁹⁷⁸.

Uma análise global das profissões dos seus candidatos (Quadro 23) mostra-nos que na totalidade predominavam os cinco comerciantes (35,7%); seguidos dos dois médicos e do mesmo número de professores universitários (14,3%); e, na terceira posição, com um elemento (7,1%) o contabilista, industrial, director da Casa Pia, funcionário público, industrial e proprietário. Contudo, nos efectivos a maioria pertencia

Ministérios (1920), só governariam autonomamente, durante poucos meses, nos Governos de Tomé de Barros Queirós (23 de Maio a 30 de Agosto de 1921) e de António Granjo (30 de Agosto a 19 de Outubro de 1921). Os liberais extinguir-se-iam, em Fevereiro de 1923, fundindo-se com o Partido Republicano de Reconstituição Nacional e, deste modo, dando origem ao Partido Republicano Nacionalista. Veja-se Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 80-83.

⁹⁷² Cf. Maltez, *Eleições [1921]*. Disponível em <http://maltez.info/respublica/> [última consulta 05-04-2014]; Idem, *Eleições [1922]*. *Ibidem*.

⁹⁷³ “O que aconselha o PRL”. *A Capital*, 22-09-1922, p. 2.

⁹⁷⁴ “Eleições administrativas”. *O Rebate*, 10-10-1922, p. 2.

⁹⁷⁵ “As eleições de domingo: o manifesto do Partido Liberal aos eleitores de Lisboa”. *O Mundo*, 9-11-1922, p. 2.

⁹⁷⁶ No dia 30 de Outubro foi divulgada, pela primeira vez, n’*A Luta* a Lista Liberal, até ao dia das eleições apareceu sempre na primeira página deste periódico.

Ver Anexos – A.29. Candidatos a vereadores da Lista do Partido Liberal nas eleições de 1922.

⁹⁷⁷ “A eleição municipal de Lisboa”. *A Luta*, 11-11-1922, p. 1.

O jornal democrático acrescentaria: “com largos serviços prestados à Republica”, in “Partido Liberal: uma sessão de propaganda eleitoral...”. *O Mundo*, 11-11-1922, p. 3.

⁹⁷⁸ F. Mira, “Município de Lisboa”. *A Luta*, 9-11-1922, p. 1.

aos professores universitários (28,6%), Aboim Inglês e Sousa da Câmara, e se acrescentássemos Hermano de Medeiros, conseguíamos três representantes (42,9%).

Quadro 23 – Profissão primária dos candidatos da Lista Liberal – 1922

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Comerciante	1	14,3	4	57,1	5	35,7
Contabilista	1	14,3	-	-	1	7,1
Funcionário público	1	14,3	-	-	1	7,1
Industrial	1	14,3	-	-	1	7,1
Médico	1	14,3	1	14,3	2	14,3
Professor não universitário ^(a)	-	-	1	14,3	1	7,1
Professor universitário ^(b)	2	28,6	-	-	2	14,3
Proprietário	-	-	1	14,3	1	7,1
Total	7	100	7	100	14	100

^(a) – Director da Casa Pia de Lisboa.

^(b) – Um engenheiro agrónomo e um engenheiro de minas.

Fonte: *A Luta*, 9-11-1922: 1.

Era composta de catorze elementos, onde se destacavam três antigos ministros: António Augusto Curson (1873-1956); Aboim Inglês e Sousa Câmara, os dois últimos tinham sido candidatos da Lista Neutra nas eleições municipais de 1917. O antigo senador, José Maria Pereira (1857-1934), deputado à Constituinte passou depois para o Senado. Ainda, Alfredo Soares (1870-1951), antigo deputado (1915); Zacarias Gomes de Lima e Hermano de Medeiros, antigos deputados e antigos edis (o primeiro integrou a vereação 1914-1917 e o segundo a Comissão Administrativa de 1919) e, por último, três antigos vereadores: Ezequiel Garcia (Comissão Administrativa de 1918), Victor Rombert e Sebastião Mestre dos Santos (ambos da edilidade de 1914-1917). Sem sombra de dúvida, a aposta dos liberais na apresentação de candidatos da elite política nacional e municipal foi grande, pois somente quatro dos seus candidatos (28,6%) não tinham qualquer experiência de governação, embora, Jerónimo Vilarinho tivesse sido candidato suplente a edil na Lista Neutra em 1917.

Outra lista que concorria para a minoria era a do Partido Socialista que passava por um período conturbado de divisões internas. Após a passagem do “companheiro Augusto” pelo Poder, outros socialistas tiveram pastas ministeriais⁹⁷⁹, facto que desagradou aos anti-intervencionistas. Em Março de 1920 a Confederação Regional do Sul atacou a participação de socialistas na governação, acusando o Conselho Central de

⁹⁷⁹ Amílcar Ramada Curto, ministro das Finanças (30 de Março e 29 de Junho de 1919) e do Trabalho (21 de Janeiro a 8 de Março de 1920); e José António da Costa Júnior, que também teria esta última pasta (26 de Junho a 19 de Julho de 1920).

ter transformado o partido “numa ignóbil fantochada” que contribuiu para desprestigiar e enfraquecer o PS⁹⁸⁰. César Nogueira também criticou duramente este Conselho: “Não se sabe o total da votação socialista, quer nas eleições legislativas, quer das administrativas. E para maior vergonha, não se sabe quantos eleitos em cargos administrativos existem e até em que localidades”; e acusava o Conselho “de estar produzindo a morte lenta do PS, pois os corpos directivos não se entendem, as agrupações partidárias não têm vida, os melhores militantes do PS estão afastados, as relações com a Internacional estão rotas”⁹⁸¹.

Este militante iria mais longe ao indiciar os intervencionistas de serem desleais, porque o partido “não pode continuar a ser um brinquedo da política burguesa. (...) Acusamos o C.C. de traidor, pois que não faz senão colaborar com a burguesia, aliando-se com os seus partidos”⁹⁸². As cisões internas traduziram-se no II Congresso Extraordinário do Partido Socialista, que decorreu em Lisboa, de 3 a 5 de Outubro de 1920⁹⁸³. Foi um congresso contestado pelos anti-intervencionistas que queriam a demissão do Conselho Central, recusando-se a Confederação do Norte a nele participar⁹⁸⁴.

Em 1922, no X Congresso Nacional, de Tomar, de 30 de Abril a 2 de Maio, assistiram 87 delegados, representantes de 58 agrupamentos 2 jornais⁹⁸⁵, números manifestamente inferiores aos de 1920. Nesta assembleia partidária foi abolido o art.º 65.º do Regulamento do Partido, abrindo a porta à participação dos socialistas nos “governos burgueses”⁹⁸⁶. Esta resolução aumentou as divergências entre os intervencionistas e anti-intervencionistas, para estes últimos, segundo César Nogueira, este acto foi “a traição desmascarada. Foi a condenação da luta de classes, foi a transformação dos velhos métodos revolucionários do Partido Socialista Português em partido de governo, em partido participante da mesa do orçamento”⁹⁸⁷. A via reformista

⁹⁸⁰ “A C. R. do Sul a todos os socialistas”. *O Socialista*, 18-03-1920, p. 1.

⁹⁸¹ César Nogueira, “Demitam-se”. *O Socialista*, 1-06-1920, p. 1.

⁹⁸² Idem, “Rua!...Rua!...”. *O Socialista*, 18-07-1920, p. 1.

⁹⁸³ Onde estiveram presentes 145 delegados, representantes de 61 agrupamentos socialistas e 1 jornal. Cf. César Nogueira, *Resumo...*, p. 75.

⁹⁸⁴ César Nogueira, “O Congresso Socialista”. *O Socialista*, 14-09-1920, p. 1. Sobre o mesmo tema Vd. J. Fernandes Alves, “O Congresso Socialista”. *Ibid.*, 14-09-1920, pp. 1-2; e Silva Ferreira, *Ibidem*.

No V Congresso Socialista da Região Sul, de 10 e 11 de Julho de 1921, na capital, estiveram presentes 111 delegados, representantes de 29 organizações e 2 jornais, in *Ibidem.*, p. 103.

⁹⁸⁵ *Ibidem*, p. 77.

⁹⁸⁶ Idem, *Notas para a história do socialismo...*, p. 60.

⁹⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p. 65. Profundamente desiludido com as resoluções do Congresso de Tomar César Nogueira abandonou o PS, publicando uma “Carta aberta ao Partido Socialista Português”, na *Voz do*

e colaboracionista tinha vencido. Profundamente dividido o PS embrenhava-se numa grave crise interna.

Igualmente os jornais proletários não deixaram de instigar o operariado contra o PS acusando-o de mancomunação com os partidos burgueses: “É pecha velha... e má sina dos socialistas lusitanos não servirem senão de capachos, de moços de recados, de moços de fretes dos nossos governantes”; para além de denegrirem a sua imagem, como por exemplo em 1920, quando n’*A Batalha* se escreveu que os deputados socialistas estavam a “escabecear de sono, apáticos, inconscientes do seu lugar e da sua missão, permanecem mudos e quedos. (...) com receio de escangalhar o arranjinho a suas excelências os senhores burgueses”⁹⁸⁸. Para os anarquistas o Parlamentarismo não era a via da representação operária, não interpretava os desígnios do povo.

O aparecimento do Partido Comunista Português, em 1921, também tinha contribuído para o acentuar do declínio dos socialistas. O PS não controlava os movimentos operários, por isso ao contrário do que aconteceu no resto da Europa onde se formaram partidos comunistas, não foi das suas fileiras que, numa cisão, um conjunto de filiados saiu para fundar o PCP, se bem que encontremos alguns socialistas entre os seus primeiros militantes⁹⁸⁹. Aliás, as cisões internas do PS e as pressões exteriores (muitas vezes estimuladas pelos comunistas) levariam a que fosse colocada a hipótese da sua extinção e assimilação no PCP. Atestando a existência de relações entre os dois partidos algumas sessões dos comunistas realizaram-se nas instalações do Partido Socialista⁹⁹⁰.

A 28 de Julho de 1922 num Relatório Confidencial, elaborado a pedido de um jornalista socialista estrangeiro para a 3.^a Internacional, César Nogueira dava uma visão pouco abonatória do Partido Socialista Português: “A sua desorganização é grande. Não há propaganda. Não sabemos quantos são os filiados. As estatísticas foram abandonadas. (...). Não tem orçamento, porque a contribuição partidária é quase nula. As despesas são feitas por subscrição. Não há também elementos de propaganda da

Operário, de 3-09-1922. Reproduzida em *Ibidem*, pp. 61-67. Voltaria a reingressar no partido em Maio de 1925, face à “reacção imperialista, representada pelo trio capitalista, clericalista e militarista”, in *Ibidem*, p. 80.

⁹⁸⁸ *A Bandeira Vermelha*, 26-10-1919 e *A Batalha*, 27-08-1920. Citado por Pedro Soares Ferreira, *op. cit.*, p. 104.

⁹⁸⁹ O Partido Comunista alemão formou-se em Dezembro de 1918, da cisão do Partido Social-democrata. O Partido Comunista espanhol fundou-se em Abril de 1920, o francês em Dezembro de 1920 e o italiano em Janeiro de 1921, todos resultantes de cisões dos partidos socialistas nacionais, in Pedro Soares Ferreira, *Entre o terror...*, p. 105 (nota de rodapé).

⁹⁹⁰ Cf. CAC, “Socialismo”, p. 452.

acção e da organização”⁹⁹¹. Seria nesta situação debilitada que este partido enfrentaria as eleições municipais.

Olhemos então a Lista que os socialistas apresentaram ao eleitorado. A Federação Municipal decidiu que o PS disputasse sozinho a minoria, no dia 4 de Novembro, após terem falhado as negociações para a constituição de uma lista conjunta, facto que lamentaram e cuja culpa atribuíram aos liberais, radicando nessa falha uma eventual vitória monárquica⁹⁹². Todavia, a realização de acordos eleitorais não era unanimemente aceite, porque se entre estes existiam alguns que defendiam que a participação nos corpos administrativos não deveria comprometer o seu programa, outros, aceitavam quaisquer acordos, desde que pudessem intervir na gestão municipal⁹⁹³. Chegou a noticiar-se que se falhassem as negociações para a lista de conjunção o Partido Socialista diligenciaria um acordo com o PCP e tentaria obter da CGT “uma atitude benévola” para conseguirem reconquistar a minoria municipal e, neste caso, seriam provavelmente candidatos Eduardo de Freitas, Sobral de Campos, Nascimento da Cunha e Manuel Ribeiro⁹⁹⁴. Porém, também esta hipótese não se verificaria, não integrando nenhum destes nomes a Lista Socialista.

Assim, o PS foi a votos como “afirmação” política e “sem ter preparado a sua acção eleitoral, iludido com dilações, subterfúgios e futilidades em que se protelaram as negociações do pacto eleitoral de Lisboa”; a sua lista deveria “conciliar os sufrágios, não só dos seus correligionários, mas de todos aqueles que em vez de uma República «fascista» e argentária, querem uma República popular, democrática e progressiva”⁹⁹⁵. No dia 5 de Novembro deu-se à estampa a Lista dos socialistas, a única alteração que se registou relativamente à lista definitiva era a inclusão de José Júlio Costa nos suplentes, que seria substituído por José Caetano Ribeiro da Costa⁹⁹⁶. Na reunião da Federação Municipal de dia 7 de Novembro deliberou-se não aceitar o pedido de escusa dos candidatos Alfredo Franco, Abílio Jerónimo, Carlos Abrantes e José Augusto de

⁹⁹¹ “Relatório confidencial sobre a situação de Portugal e as correntes socialistas” in César Nogueira, *Notas para a história do socialismo...*, p. 295.

⁹⁹² Ver “Eleições administrativas: uma moção da Federação Municipal Socialista...”. *O Mundo*, 4-11-1922, p. 3; “Eleições”. *Ibidem*, 7-11-1922, p. 1; “As eleições de domingo: a atitude dos socialistas...”. *Ibid.*, 9-11-1922, p. 2.

⁹⁹³ Cf. “Os socialistas preparam-se para as eleições”. *A Capital*, 20-09-1922, p. 1.

⁹⁹⁴ “Eleições municipais e os socialistas”. *A Capital*, 2-10-1922, p. 1.

⁹⁹⁵ “Ao eleitorado de Lisboa”. *O Protesto*, 11-11-1922, p. 1.

⁹⁹⁶ “Vida partidária: eleições”. *O Protesto*, 5-11-1922, p. 2.

Veja-se Anexos – A.30. Candidatos a vereadores da Lista do PS nas eleições de 1922.

Não confundir o socialista José Júlio Costa com José Júlio da Costa, o assassino de Sidónio Pais.

Oliveira, tendo em atenção “os serviços prestados por eles ao Partido, mas também a sua disciplina partidária”⁹⁹⁷.

Frustrado o acordo e indignados com a atitude dos partidos republicanos, os socialistas não hesitaram em desferir ataques às suas vereações, como se não integrassem a actual municipalidade lisbonense⁹⁹⁸. Devemos, no entanto, ressaltar que estas censuras não eram novas, pois *O Socialista*, em 1920, tinha criticado duramente a minoria socialista camarária onde era frequente assistir-se a “cenas pouco edificantes para a disciplina partidária”. Como exemplo, descrevia que o socialista Rider da Costa tinha recentemente proposto um aumento salarial igual para operários e empregados camarários a que se tinha oposto César dos Santos; e Sousa Neves tinha criticado o pessoal operário por ter dado oito dias à Câmara para resolver sobre o aumento salarial⁹⁹⁹. Identicamente a crítica da imprensa radical à acção dos actuais edis socialistas foi contundente: “A sua passagem pelas cadeiras do município não deixa o menor vestígio nem do seu saber, nem da sua inteligência, nem da sua vontade de trabalhar e bem servir os munícipes”¹⁰⁰⁰; já, anteriormente, tinha defendido que os eleitores “Mais vale não votarem do que terem responsabilidade... no que aí está!”¹⁰⁰¹.

A caracterização socioprofissional dos catorze candidatos da Lista Socialista (Quadro 24) revela-nos que os três candidatos do funcionalismo público (21,4%) detinham a supremacia da representação (na realidade, eram quatro, pois António Francisco Pereira trabalhava na Imprensa Nacional); e em segundo lugar, em *ex aequo*, ficavam os dois contabilistas e os dois tipógrafos (14,3%).

Repetiam-se alguns nomes de anteriores candidaturas, nomeadamente das eleições de 1919, Alfredo Franco, António Francisco Pereira, Dias da Silva e Abel da Cruz; mas só incluía dois edis da administração municipal cessante: Sousa Neves, tipógrafo e António Moreira, contabilista (também suplente em 1919). Esta situação dever-se-ia às críticas ao comportamento dos vereadores socialistas, chegando estes a ser “acusados de se terem, por vezes, mancomunado com os republicanos, nada fazendo de útil e comprometendo até o partido”¹⁰⁰². Dos dois deputados presentes, cumpre-nos

⁹⁹⁷ “Vida partidária”. *O Protesto*, 12-11-1922, p. 2.

⁹⁹⁸ Ver “Eleições camarárias”. *O Protesto*, 22-10-1922, p. 1.

⁹⁹⁹ “Para a frente!”. *O Socialista*, 18-07-1920, p. 3.

¹⁰⁰⁰ “Os socialistas e as eleições”. *O Radical*, 10-10-1922, p. 1.

¹⁰⁰¹ “Eleições municipais”. *O Radical*, 21-09-1922, p. 1.

¹⁰⁰² “Em véspera de eleições municipais...”. *A Capital*, 29-09-1922, p. 1.

destacar a estreia de Amâncio de Alpoim Torresano Moreno (1888-1948), membro da direcção do PS e antigo parlamentar (1918)¹⁰⁰³.

Quadro 24 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PS – 1922

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	1	14,3	-	-	1	7,1
Comerciante	1	14,3	-	-	1	7,1
Contabilista	-	-	2	28,6	2	14,3
Construtor civil	-	-	1	14,3	1	7,1
Funcionário público	-	-	3	42,9	3	21,4
Industrial	1	14,3	-	-	1	7,1
Litógrafo	-	-	1	14,3	1	7,1
Metalúrgico	1	14,3	-	-	1	7,1
Solicitador	1	14,3	-	-	1	7,1
Tipógrafo	2	28,6	-	-	2	14,3
Total	7	100	7	100	14	100

Fonte: *O Protesto*, 12-11-1922: 1.

Por último, a outra lista candidata à minoria era a do Partido Republicano de Fomento Nacional¹⁰⁰⁴, uma força republicana radical, que reclamava a resolução da crise económica à custa das *forças vivas*, defendendo profundas reformas sociais. Em reunião do seu Directório foi elaborada a Lista de Fomento Nacional, que não sofreu alterações até ao sufrágio¹⁰⁰⁵. Segundo *O Mundo* este partido iria distribuir um manifesto ao povo de Lisboa onde seria exposto o seu programa para o município e, em poucos dias, seria iniciada a campanha eleitoral nos Centros Republicanos 19 de Outubro e Coronel António Maria Baptista e outras associações que cederiam as suas instalações. No dia 5 de Novembro realizar-se-ia um comício para a apresentação dos seus candidatos¹⁰⁰⁶. Esta Lista foi praticamente ignorada pelos jornais durante a campanha, por isso, pouco sabemos sobre os seus candidatos e propaganda eleitoral.

¹⁰⁰³ Seria deportado para a Madeira por participar em conspirações contra a Ditadura militar saída do 28 de Maio de 1926. Cf. A. H. de Oliveira Marques (Cord.), *Parlamentares...*, p. 87.

¹⁰⁰⁴ Partido Republicano de Fomento Nacional (1922-1923). No dia 22 de Fevereiro de 1922, na sede do Centro Republicano de Fomento Nacional, nas instalações do semanário *Outubrista* (n.º 1, 19 de Janeiro de 1922), formou-se a Comissão Organizadora do Partido Republicano de Fomento Nacional, cuja denominação evidenciava o desejo de fomento económico-financeiro, mas que na base tinha um programa de “reforma radical” do plano governamental. Este partido filiado em sectores políticos próximos dos outubristas e antigos populares viria, em Junho de 1923, a adoptar o nome de Partido Republicano Radical. Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 90-92.

¹⁰⁰⁵ Cf. “Eleições: os outubristas já escolheram os seus candidatos”. *A Capital*, 24-10-1922, p. 2 e “Eleições municipais: os outubristas já escolheram os seus candidatos”. *O Mundo*, 25-10-1922, p. 2.

Veja-se Anexos – A.31. Candidatos a vereadores da Lista de Fomento Nacional nas eleições de 1922.

¹⁰⁰⁶ “Eleições municipais: os outubristas...”. *O Mundo*, 25-10-1922, p. 2.

A sua caracterização socioprofissional (Quadro 25) integral revela-nos precisamente a ignorância relativamente a cinco candidatos (35,7%), dos quais quatro eram efectivos, António Bernardo, Dr. João dos Santos Monteiro, Dr. Fernando Gomes da Mata e Pita Simões (seria Francisco Pita Simões, oficial de Cavalaria?)¹⁰⁰⁷; e um suplente, Moreira Lopes, provavelmente Mariano Moreira Lopes, tenente de infantaria, que participou no CEP, natural de Lisboa¹⁰⁰⁸. Ainda assim, a primazia pertencia aos militares com três elementos (21,4%); seguidos, em *ex aequo*, dos dois engenheiros e dos dois professores universitários (14,3%).

Os três oficiais da Marinha eram Francisco Luís Ramos¹⁰⁰⁹ (1868-1931), antigo ministro da Marinha (22 de Outubro a 5 de Novembro de 1921); César Orlando Marçal, um dos dirigentes da revolta radical de 19 de Outubro de 1921 e Procópio de Freitas (1877-1941); destacavam-se ainda, Albino Vieira da Rocha (1885-1950), professor na Faculdade de Direito de Lisboa e antigo deputado¹⁰¹⁰; João da Câmara Pestana (1871-1927), engenheiro agrónomo, irmão do médico Câmara Pestana, eleito senador pelo PRP (1913), vice-presidente da Comissão Administrativa de 1913; João Santos Monteiro¹⁰¹¹; José Pinto de Macedo (1874-1948), licenciado em Ciências Económicas, professor da cadeira de Economia Política, entre outras, no Instituto Comercial de Lisboa¹⁰¹², director d'*O Outubrista*; José Augusto Ribeiro de Melo (1885-1964), cônsul-geral de 1.^a classe, antigo chefe de gabinete do ministro Carlos da Maia Pinto (1921) e secretário particular de vários ministros, era senador em exercício pelo PRP, não teria sido consultado para a inserção do seu nome, por isso, protestou contra a notícia d'*A Capital*, de 24 de Outubro, que declarava que o seu nome fazia parte desta

¹⁰⁰⁷ Morreu no Transval, filho do professor de medicina com o mesmo nome, referido por Rocha Martins, *Vermelhos, Brancos e ...*, p. 264.

¹⁰⁰⁸ Cf. "Mariano Moreira Lopes: alferes miliciano de infantaria". Disponível em <http://arqhist.exercito.pt/viewer?id=128185> [última consulta 06-04-2014]. Ver também "As nossas tropas em França". *Ilustração Portuguesa*, S.2, n.º 614 (1917), p. 433.

¹⁰⁰⁹ Veja-se A. H. Oliveira Marques (Coord.), *Parlamentares...*, p. 361.

¹⁰¹⁰ Oriundo do campo monárquico, filiou-se no PRP, sendo deputado (1915-1917; 1919-1921), integrou depois os outubristas. Cf. A. H. Oliveira Marques (Coord.), *Ibidem*, pp. 374-375.

Viria a ser procurador da Câmara Corporativa em quatro legislaturas (1935-1938, 1938-1942, 1942-1945 e 1945-1949). Vd. J. M. Castilho, *Os procuradores...*, file:///F:/html/pdf/r/rocha_albino_vieira_da.pdf.

¹⁰¹¹ Estaria entre os opositores republicanos à ditadura militar. Cf. António Luís Pinto da Costa, "A primeira frente de oposição à ditadura militar portuguesa: a Liga de Defesa da República ou a Liga de Paris". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 5 (1990), p. 261.

Integrou a famosa lista anexa ao Decreto n.º 21.943, de 5 de Dezembro de 1932, que regulava a situação dos que tinham cometido crimes políticos, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 284, de 5 de Dezembro de 1932, pp. 2377-2378.

¹⁰¹² "Pinto de Macedo (José)" in *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, Vol. 21, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s/d.], p. 836.

Lista, porque este “fiel aos seus compromissos partidários jamais poderia aceitar qualquer cargo político ou de eleição contrário aos interesses” do seu partido¹⁰¹³.

Quadro 25 – Profissão primária dos candidatos da Lista de Fomento Nacional – 1922

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Diplomata	-	-	1	14,3	1	7,1
Engenheiro ^(a)	1	14,3	1	14,3	2	14,3
Guarda Republicano	-	-	1	14,3	1	7,1
Militar ^(b)	1	14,3	2	28,6	3	21,4
Professor universitário ^(c)	1	14,3	1	14,3	2	14,3
Desconhecida	4	57,1	1	14,3	5	35,7
Total	7	100	7	100	14	100

^(a) – Inclui um engenheiro agrônomo.

^(b) – Oficiais da Marinha.

^(c) – Inclui um professor da Faculdade de Direito de Lisboa e outro do Instituto Comercial de Lisboa.

Fontes: *A Capital*, 24-10-1922: 2; *O Mundo*, 25-10-1922: 2; A. H. Oliveira Marques (coord.), *Parlamentares...*, 2000; Ernesto Castro Leal, *Partidos...*: 90-93; *GEPB*, vol. 21: 836-837.

Em síntese, estas eleições municipais foram entendidas pelos monárquicos como um referendo à República e, lançado o repto, os democráticos, após o insucesso da lista de conjunção republicana, acabaram por disputar a batalha sozinhos, malgrado os apelos de união dos liberais, que lhes atribuíram a responsabilidade pelas consequências, chegando Ferreira de Mira, a proclamar que “O partido democrático tem sido sempre, em resumo, egoísta e truculento. Só à força cede e só pela força alcança. Só ele na República julga ter direito a existir”¹⁰¹⁴.

VI.3. A campanha eleitoral

À semelhança dos outros actos eleitorais foi n’*O Mundo* que a campanha eleitoral dos democráticos teve maior expressividade, em parceria com *O Rebate*, o órgão das Comissões Políticas do PRP em Lisboa, que inciou a sua publicação este ano. Logo em Setembro e Outubro foram publicados muitos apelos para que aos republicanos votassem em massa, porque era “necessário ter sempre presente que os monárquicos para tirarem efeitos favoráveis à sua causa, costumam contar como seus os

¹⁰¹³ Cf. “Eleições: o sr. Ribeiro de Melo...”. *A Capital*, 25-10-1922, p. 1; “Lista Outubrista? Não acreditamos...”. *O Rebate*, 26-10-1922, p. 2.

¹⁰¹⁴ “A eleição municipal de Lisboa: a apresentação dos candidatos...”. *A Luta*, 11-11-1922, p. 1.

votos que não entraram nas urnas, alegando que uma grande parte dos monárquicos se sentiu coacta e, receando violências e perseguições, se deixou ficar em casa”¹⁰¹⁵.

O combate à abstenção eleitoral e o apelo à defesa da República, através do voto, continuaram a ditar o mote da campanha eleitoral durante o mês de Novembro. Na véspera do escrutínio fez-se um último apelo ao voto nos partidos republicanos. Um editorial de Bernardino Machado classificou as Listas da Cidade como as “mais políticas de todas, porque são as dos impenitentes insurrectos que intentam perturbar e dilacerar a vida das corporações administrativas”¹⁰¹⁶. Para os democráticos a Lista da Cidade era composta por uma maioria de “ilustres desconhecidos”¹⁰¹⁷.

Contudo, apesar da existência da Lista Monárquica a propaganda eleitoral foi praticamente inexistente. A apresentação dos candidatos a vereadores pelo Partido Democrático realizou-se numa sessão de propaganda, no dia 9 de Novembro, na sede do Directório, na travessa da Água de Flor, 33, onde Daniel Rodrigues defendeu que o município lisbonense representava uma obra republicana e se era imperfeita, “isso foi mais por culpa dos acontecimentos do que pela dos homens que tão pesado cargo aceitaram”; além disso, escasseava dinheiro para as obras a realizar, daí que fosse necessário aumentar as receitas concelhias. Acrescentando que era urgente resolver os problemas de higiene, limpeza e iluminação. O vereador cessante e candidato à Junta Geral, Carlos Simões Torres, elogiou os nomes dos candidatos e expressou votos para que “a futura vereação não encontre, como a que vai sair, tantas barreiras a transpor, tantas inimizades a combater”¹⁰¹⁸; e, afirmou-se que o programa da vereação o do “velho PRP. É um programa puramente socialista”. Ainda nesta sessão, Daniel Rodrigues criticou o facto de não ter sido feita propaganda eleitoral, porque desta forma “o público não toma por esse acto solene o interesse que deveria ter. Muito afirmar para nada fazer chega a ser vitupério”¹⁰¹⁹.

¹⁰¹⁵ “A luta eleitoral”. *O Mundo*, 16-10-1922, p. 1. Vd. “Notas de um republicano: as próximas eleições”. *Ibidem*, 19-09-1922, p. 1; “Notas de um republicano: em frente as urnas”. *Ibid.*, 21-09-1922, p. 1; “Eleições municipais”. *Ibid.*, 23-09-1922, p. 1; “Eleições municipais”. *Ibid.*, 25-09-1922, p. 1; “Que os republicanos despertem para a luta perante as urnas!”. *Ibid.*, 14-10-1922, p. 1; “Notas de um republicano: antes da luta”. *Ibid.*, 19-10-1922, p. 1.

Veja-se também *O Rebate* onde foram publicados, quase diariamente, artigos sobre as eleições administrativas.

¹⁰¹⁶ Bernardino Machado, “Eleições locais”. *O Mundo*, 11-11-1922, p. 1.

¹⁰¹⁷ “«O Mundo» e a «Lista da Cidade»”. *O Mundo*, 7-11-1922, p. 1.

¹⁰¹⁸ “Propaganda eleitoral”. *O Mundo*, 10-11-1922, p. 3.

¹⁰¹⁹ “Propaganda eleitoral”. *O Rebate*, 10-11-1922, p. 2. Houve sessões no dia seguinte, no Centro Alexandre Braga, rua das Escolas Gerais, e no Centro Dr. Bernardino Machado, rua de Alcântara. Ver “Eleições dos corpos administrativos”. *O Rebate*, 7-11-1922, p. 1.

O programa da vereação democrática asentava nos seguintes objectivos: “*administrar com moralidade, dotar a cidade dos serviços essenciais, e promover os melhoramentos mais urgentes e úteis*”, conforme estava estampado no manifesto que o partido distribuiu aos lisboetas¹⁰²⁰. As Listas Democráticas para a vereação e Junta Distrital começaram a ser distribuídas no dia 7 de Novembro, na sede da Comissão Municipal, na travessa da Água Flor, seis dias antes da ida às urnas¹⁰²¹.

Na véspera do sufrágio n’*O Rebate* apelava-se ao voto na Lista do PRP “Pela Pátria e Pela República!”. As eleições eram importantes porque colocavam frente a frente republicanos e monárquicos, por isso, “Velhos e novos republicanos de mãos dadas provarão mais uma vez que a Democracia triunfa nas urnas como triunfa nos corações”¹⁰²². O exercício de direito de voto era o caminho para a felicidade: “Cumpram todos os cidadãos o seu dever e a Pátria – terra muito amada de todos nós – será bela e forte e generosa, representando um verdadeiro poema de beleza eterna, em que todos serão felizes”¹⁰²³. No dia das eleições o apelo ao voto pela República preencheu quase a totalidade da primeira página do mesmo jornal, com as listas de candidatos e um longo texto (em caixa alta) onde se lia, que era “necessário demonstrar que a cidade de Lisboa continua a manter com galhardia as suas tradições de cidade mais republicana da Europa”¹⁰²⁴.

Quanto à propaganda do Partido Liberal, o jornal *A Luta* lembrava que não bastava afirmar que os candidatos eram:

“pessoas honradas e competentes. Um socialista honrado e competente fará uma administração diversa de que poderá efectuar um membro do partido liberal, igualmente honrado e competente. (...). Por isso se torna necessário que os candidatos à vereação de Lisboa exponham o seu programa administrativo antes de falarem as urnas. Pode dizer-se que o público não se interessa. Não é verdade”¹⁰²⁵.

Foi Ferreira de Mira, redactor principal deste periódico, deputado e antigo vereador unionista (vereação de 1914-1917; comissões administrativas de 1915 e 1918), que no editorial aclarou os problemas com que se debatia a capital, a começar pelos conflitos existentes há vários anos entre a Câmara Municipal e as Companhias de

¹⁰²⁰ “O Partido Republicano Português: Ao povo de Lisboa”. Reproduzido in *O Rebate*, 4-11-1922, p. 1.

¹⁰²¹ “Às comissões paroquiais de Lisboa”. *O Rebate*, 7-11-1922, p. 1.

¹⁰²² José Vale, “Na véspera da luta”. *O Rebate*, 11-11-1922, p. 1.

¹⁰²³ Idem, “Diário livre: um dever cívico”. *O Rebate*, 11-11-1922, p. 1.

¹⁰²⁴ “Lisboa republicana”. *O Rebate*, 12-11-1922, p. 1.

¹⁰²⁵ “As eleições administrativas”. *A Luta*, 7-11-1922, p. 1.

viação, da água e da luz. Segundo ele, a água era o principal problema, “um pesadelo (...) o da falta de água nos meses de verão”; agravado pela sua falta de qualidade, pois era “má sob o ponto de vista bacteriológico”¹⁰²⁶. No dia seguinte, escreveu que os liberais eram partidários da descentralização administrativa; defendendo a gerência do município no abastecimento de águas, iluminação e viação. Para além disso, enumerou outros problemas patentes na capital: sujidade nas ruas e sua má conservação; as más condições dos esgotos e, ainda em matéria de salubridade, a de limpeza e regas; por fim, a urgente conservação dos bairros históricos e a ausência de um plano urbanístico para as zonas de expansão da capital, que consagrasse a existência de parques e jardins. O único parque existente (Eduardo VII) era “um terreno inculto e feio” e “só tem servido para discursatas de algum vereador balofo, ou para acampar tropas quando a população da cidade é convulsionada por algum dos seus ataques epilépticos”¹⁰²⁷. Este seria um esboço de programa apresentado pelo PRL.

No mesmo jornal diário, com destaque, foi publicitada a sessão de propaganda, para a apresentação formal dos candidatos deste partido que se realizaria, no dia 10, às 21 horas, no Centro Liberal, no largo do Calhariz, com a assistência do Directório do PRL e alguns deputados liberais. Nesta foi afirmado que ao Partido Democrático “ficava a responsabilidade de disputar sozinho as maiorias contra a lista monárquica”. Referiram-se as negociações goradas que existiram entre este partido e o Liberal para que se “disputassem todos os lugares das vereações aos monárquicos”, no intuito de “defender a República”, estando a documentação sobre esse assunto reunida na secretaria do Directório “aí se verá quem andou com correcção e lealdade”, assim culpando os democráticos pelo seu fracasso. Os ataques ao Partido Democrático, fortes e inflamados, foram desferidos por todos os oradores. Além disso, denunciaram-se manobras no recenseamento eleitoral, citando nomes de eleitores que foram cortados nos cadernos eleitorais. Os candidatos a vereadores liberais declaram que não iam apresentar nenhum programa municipal, mas afirmaram a sua “dedicação”, a “continuação dos trabalhos” e “trabalhar para o engrandecimento de Lisboa”¹⁰²⁸.

Na véspera do escrutínio, o apelo ao voto ocupou um terço da primeira página d’
A Luta:

¹⁰²⁶ F. Mira, “Município de Lisboa”. *A Luta*, 9-11-1922, p. 1.

¹⁰²⁷ F. Mira, “Município de Lisboa”. *A Luta*, 10-11-1922, p. 1. Veja-se também o jornal *República*, o outro órgão ao serviço dos liberais, com notícia semelhante, “A sessão de propaganda no Centro Liberal do Calhariz”. *República*, 11-11-1922, pp. 1-2.

¹⁰²⁸ “A eleição municipal de Lisboa: a apresentação...”. *A Luta*, 11-11-1922, p. 1.

“É PRECISO VOTAR. A Capital do país vai eleger uma nova Câmara. É preciso que eleja vereadores bem conhecidos pela sua competência e honestidade. Desde que se quis apresentar a eleição republicana de Lisboa como um plebiscito sobre o regime, Lisboa tem de eleger uma vereação republicana. Os candidatos apresentados pelo partido republicano Liberal são antigos e devotados republicanos, e pessoas de comprovado mérito. Votemos na lista do Partido Republicano Liberal”.

Também no cabeçalho do *República* se apelou ao voto: “Votar na Lista do Partido Republicano Liberal, é defender a República. Votemos, pois, nessa Lista, afirmando a nossa Fé na República”¹⁰²⁹. No seu editorial escreveu-se sobre a importância destas eleições, atacando os monárquicos com a sua competência “à prova durante dezenas de anos”, apelando ao voto nos republicanos: “Apresenta o Partido Republicano Liberal uma lista de minoria, apresenta o Partido Democrático, uma lista de maioria: estas são as duas únicas listas republicanas, estes os homens que, por direito, têm lugar no município de Lisboa”¹⁰³⁰.

A distribuição das listas pelos liberais foi uma preocupação, pelo facto de “as moradas indicadas nos cadernos de recenseamento se encontrarem alteradas em grande parte, e por isso suceder que muitos eleitores não recebam lista em casa”, daí que fossem indicados vários locais onde os eleitores poderiam encontrar as listas. Estes eram diversificados, desde os três centros políticos que possuíam na capital: Centro Republicano Liberal, Largo do Calhariz, 17-1º (sede d’*A Luta*), o Centro Republicano Liberal Dr. Manuel de Arriaga, no Largo do Carmo, 17-1º e o Centro Liberal Dr. Jacinto Nunes, rua do Livramento, 125, 1º-Esq.; mas também no Hotel Peninsular; em quatro farmácias (uma por cada bairro); em duas sapatarias; em duas tabacarias; numa drogaria, numa tipografia e papelaria; numa confeitaria e em várias casas particulares¹⁰³¹.

Os monárquicos para fazerem face às despesas das eleições administrativas abriram uma subscrição na sede das Juventudes Monárquicas, na travessa das Mercês, 23, fazendo uma apelo a todos os monarquistas para contribuírem, pois era “uma

¹⁰²⁹ *A Luta*, 11-11-1922, p. 1; *República*, 12-11-1922, p. 1.

¹⁰³⁰ “Eleições administrativas”. *República*, 12-11-1922, p. 1.

¹⁰³¹ Dois centros políticos estavam situados no 2.º Bairro Administrativo, o Centro Republicano Liberal e o Manuel de Arriaga; o Centro Jacinto Nunes estava sediado no 4.º Bairro. Cf. “Partido Republicano Liberal: locais onde podem ser procuradas listas”. *A Luta*, 10-11-1922, p. 1 e 11-11-1922, p. 1.

contribuição de honra dada a importância do acto eleitoral na capital”¹⁰³². A sua campanha teve início em Outubro com a publicação destacada na primeira página do *Correio da Manhã*, do título genérico “obra das vereações republicanas”, acompanhados de fotografias e textos, como por exemplo, este: “Votar, nas próximas eleições legislativas, com listas dos partidos do regime, é concorrer para que continue a incompetência, o desleixo e o barbarismo manifestados nas obras do Rossio, que ficam documentadas acima!”¹⁰³³, que acompanhou duas fotografias, colocadas lado a lado, uma do Rossio «talassa» (com o seu lindo empedramento em calçada portuguesa) e outra do Rossio «republicano» em obras. Em período eleitoral este jornal e *A Palavra* sofreram assaltos; para o *Correio da Manhã*, esta seria uma tentativa para os silenciar, “ao menos até depois das eleições”¹⁰³⁴. O ataque desferido pelos monárquicos aos republicanos foi injurioso, questionando os lisboetas se queriam que a administração da cidade continuasse “nas mãos dos cretinos, dos dissipadores, dos defraudadores, ruinosos, odiosos e grotescos que a tem dirigido, (...), desde que o vírus republicano entrou nos Paços do Concelho, ainda no tempo da Monarquia”¹⁰³⁵.

Contra as previstas violências e ilegalidades eleitorais foi lançado o desafio para que cada monárquico ocupasse o seu lugar: “este escrevendo, aquele falando, este outro dirigindo, aquele outro aconselhando, este fazendo girar a bengala a horas, aquele puxando pela pistola na ocasião...”; porque era “tempo de deixarem de apanhar sempre. O exemplo dos fascistas italianos deve ser uma lição a tomar”¹⁰³⁶. Não vencendo na urna a violência era a via para alcançar a vitória.

A luta contra a abstenção também foi uma preocupação dos monarquistas¹⁰³⁷. Para eles a luta política em Lisboa resumia-se a duas forças políticas: “a corrente democrática e corrente monárquica, aquela apresentando uma lista municipal partidária,

¹⁰³² “As eleições em Lisboa”. *Correio da Manhã*, 12-10-1922, p. 1.

¹⁰³³ “Obra das vereações republicanas”. *Correio da Manhã*, 1-10-1922, p. 1. Ver estes artigos no *Correio da Manhã*, 2-10-1922, p. 1; 3-10-1922, p. 1; 10-10-1922, p. 1; 11-10-1922, p. 1; 12-10-1922, p. 1; e ainda “A obra duma vereação: como os dinheiros do município são administrados”. *Ibidem*, 9-11-1922, p. 1; “Comparando...”. *Ibid.*, 10-11-1922, p. 1.

¹⁰³⁴ “Vésperas de eleições: a perseguição ao «Correio da Manhã»”. *Correio da Manhã*, 19-10-1922, p. 1. Para além deste assalto este periódico sofreu apreensões (nos dias 18 e 22 de Outubro não circulou) e processos judiciais.

¹⁰³⁵ “«Vamos a isto!»”. *Correio da Manhã*, 23-10-1922, p. 1.

¹⁰³⁶ Alfredo Pimenta, “Diante das urnas”. *Correio da Manhã*, 3-11-1922, p. 1 (sublinhado nosso).

¹⁰³⁷ Ver “O abstencionismo”. *Correio da Manhã*, 6-11-1922, p. 1; Alfredo Pimenta, “Máximas eleitorais”. *Ibid.*, 10-11-1922, p.1; Alfredo Pimenta, “É amanhã...”. *Ibid.*, 11-11-1922, p. 1.

Aliás, após as eleições, *O Dia* publicitou que iria organizar um “Rol Negro” dos abstencionistas monárquicos que mencionaria “todos aqueles cujas situações sociais e profissões tornam mais imperioso o seu dever moral e cívico de votar”, Cf. “Os abstencionistas: rol negro”. *O Dia*, 13-11-1922, p. 2.

esta apresentando uma lista da cidade”; os outros partidos políticos eram “forças fictícias” que não contavam na urna nem no combate político. O ataque à lista democrática foi minudenciado à análise dos nomes que a compunham: o único nome merecedor de consideração foi o de Alfredo Guisado; os antigos ministros eram um “desastre”; Daniel Rodrigues, chefe da formiga branca, uma “alma negra e perversa” e os restantes candidatos eram “anónimos”; terminando por considerar a Lista Democrática como uma “miséria”¹⁰³⁸. Em antítese, o eleitorado tinha na Lista da Cidade “gente boa” que não necessita de “confrontos, que seriam absurdos, nem precisa de propaganda”¹⁰³⁹.

Um dos candidatos monárquicos publicou um artigo onde anotava os problemas de Lisboa: obras por acabar (na Avenida, na Rotunda, rua da Palma, Arsenal, S. Pedro de Alcântara) verdadeiras “obras de Santa Engrácia”; edifícios “que envergonham” a capital (Limoeiro, Matadouro e Penitenciária), sendo que “a vergonha das vergonhas” persistia ao redor da Torre de Belém e obras projectadas que não saíram do papel (monumentos a Gago Coutinho e Sacadura Cabral; ao Marquês de Pombal, etc.); Terminando com uma mensagem de esperança no futuro de Lisboa¹⁰⁴⁰.

Na véspera do acto eleitoral o ataque às administrações municipais republicanas foi ofensivo; defendeu-se que era urgente apartar Lisboa “à tutela infamante dos bandos de energúmenos que a têm estragado, arruinado”; por isso, contra essa infâmia “monárquico, ou conservador, ou independente ou republicano sincero e honesto” iriam votar na Lista da Cidade¹⁰⁴¹. E fazia-se um apelo ao voto: “Eleitores de Lisboa. À urna pela «Lista da Cidade»! À urna pelas competências! À urna contra os videirinhos das listas dos partidos do regime!”¹⁰⁴². Insistiu-se novamente na ideia de que só havia duas forças políticas em confronto, uma a lista do Partido Democrático, “açambarcador do Estado, do Município e da Freguesia”, outra, a «da Cidade», que poderia demonstrar a este partido que “isto não é tudo dele”¹⁰⁴³.

N’*Os Ridículos* foi dada à estampa uma caricatura em que uma mulher de barrete frígio – República – obesa, feia, maltrapilha, armada e tendo no avental a

¹⁰³⁸ Alfredo Pimenta, “A lista democrática”. *Correio da Manhã*, 7-11-1922, p. 1.

¹⁰³⁹ “Lista de Lisboa”. *O Dia*, 6-11-1922, p. 1.

¹⁰⁴⁰ Francisco Rangel de Lima, “O município de Lisboa”. *O Dia*, 8-11-1922, pp. 1-2. As críticas à actual edilidade estendiam-se aos jornais republicanos, como exemplo, veja-se “Eleições municipais”. *A Capital*, 25-09-1922, p. 1.

¹⁰⁴¹ “Às urnas”. *O Dia*, 11-11-1922, p. 1.

¹⁰⁴² *Correio da Manhã*, 11 e 12-11-1922, p. 1.

¹⁰⁴³ Alfredo Pimenta, “Serenidade e firmeza!”. *Correio da Manhã*, 12-11-1922, p. 1.

palavra “Demagogia” tentava vender uma “caldeirada eleitoral” (composta dos partidos republicanos) ao Zé Povinho, mas este observava as “farturas” da Lista da Cidade”, porque “cheira melhor!”, cuja vendedora era uma jovem coroada – Monarquia – bonita, com figurino elegante e sorridente.



Imagem 13 – “Caldeirada republicana e farturas monárquicas! (em competência). *Os Ridículos*, A. 18, n.º 1748 (8-11-1922): 1. / Disponível em http://purl.pt/5854/1/zoom-j-4140-a_y_1922-11-08_1_t0.htm.

A Lista Presidencialista realizou uma sessão de propaganda no dia 10 de Novembro, no Centro Republicano Dr. Sidónio Pais, na rua Garrett, 80-2.º, onde discursaram alguns candidatos à vereação¹⁰⁴⁴. Na véspera das eleições lia-se n’*A Vanguarda*, em destaque junto ao título, que “Votar na lista apresentada pelo Partido Presidencialista é honrar a memória de Sidónio Pais e contribuir para a salvação da Pátria”. Alertando-se o eleitorado para o facto de que “Votar nas listas democrática ou monárquica é favorecer a constituição de mais uma clientela que de tudo cuidará menos do bem público. Votar na «Lista Conservadora» é evitar todos esses conluíus que são de prever e assegurar a criação no Município de Lisboa duma fiscalização rigorosa, que se impõe à fiscalização das receitas camarárias e duma oposição tenaz aos maus actos de administração”¹⁰⁴⁵.

¹⁰⁴⁴ Cf. “Uma sessão de propaganda...”. *O Mundo*, 10-11-1922, p. 2.

¹⁰⁴⁵ “Pela Lista Conservadora”. *A Vanguarda*, 11-11-1922, p. 1.

Brandiu-se uma ataque ferino à “vereação paiva-ponesca”, uma edilidade “criminosa” que “produziu na cidade o mesmo efeito que um terramoto. Quem passar pelo Rocio evoca logo o ano de 1755. Toda a imensa praça é um campo de ruínas: as árvores seculares e formosíssimas estão caídas por terra; a terra revolvida, com largas fendas, como se tivessem sido produzidas pelo arranco formidável de um abalo! (...). Lembrar a mutilação selvática do Rocio, as sucessivas paralisações dos eléctricos, a sentina pública no palácio dos condes de Almada, a ultra-parva comissão dos nomes das ruas, etc., é sentirmos a revolta e o desprezo por toda aquela cáfila de idiotas e celerados. (...) Nada de política no Município! Administração séria, zelo e competência, eis o que precisamos na Câmara Municipal para que se reorganizem todos os serviços públicos e se reedifique a cidade arrasada pelos bárbaros”¹⁰⁴⁶.

Os democráticos denunciaram actos vergonhosos dos sidonistas e dos monárquicos da freguesia da Penha de França – perpetrados, nomeadamente pelo “boticário do Alto do Pina” Germano de Sousa, candidato sidonista a edil, “que no memorável período sidonista exerceu perseguições e vinganças contra autênticos e dedicados republicanos” –, que prometiam conseguir que a Companhia do Gás levasse a electricidade no bairro do Alto do Pina, em troca de votos nos seus candidatos. Segundo os afonsistas isto era uma burla política, pois a junta de freguesia tinha solicitado o estabelecimento da luz eléctrica nesse bairro, já em 1921, e a resposta da Companhia tinha sido negativa. A razão para esta privação era que o material estava caríssimo, mas também porque a Companhia sabia “que não teria os necessários proventos, pois sabe perfeitamente que o bairro, na sua maioria, é habitado pelas classes pobres”¹⁰⁴⁷.

Os socialistas realizaram sessões de propaganda no dia 9 de Novembro no Centro Socialista de Lisboa¹⁰⁴⁸. O socialista Ramada Curto (1886-1961), actual presidente do Conselho Central do PS, defendeu a decisão do partido ter concorrido ao sufrágio após o falhanço das negociações com os partidos republicanos, pois era “uma afirmação de princípios”; defendeu o programa municipal socialista e, se tivessem maioria (não vemos como, pois somente concorriam à minoria), tentariam municipalizar os serviços de luz e viação, solucionar o problema das habitações e reorganizar os

¹⁰⁴⁶ “Salvar o Município”. *A Vanguarda*, 11-11-1922, p. 1.

¹⁰⁴⁷ “Uma ratoeira para votos eleitorais”. *O Rebate*, 11-11-1922, p. 2.

¹⁰⁴⁸ No dia seguinte, nos bairros de Alcântara e do Poço do Bispo; e em 11 de Novembro em Alfama, Benfica e Lumiar. Cf. “Eleições municipais: os socialistas”. *A Capital*, 7-11-1922, p. 2.

serviços municipais; porém, reconheciam que como “as classes operárias, orientadas pelas CGT”, não votavam, o resultado não seria animador¹⁰⁴⁹.

Alheios à luta e divisões existentes entre os partidos republicanos, e entre estes e os monárquicos, estavam os anarquistas que lançaram uma campanha pela abstenção: “À urna, cidadãos!... Votai naqueles que vos hão-de roubar e ludibriar!”¹⁰⁵⁰. De novo *A Batalha* considerou que “as vereações são alheias às aspirações do povo. Elas apenas servem os interesses dos partidos ou dos grandes potentados”; por isso, o povo em lugar de votar, deve filiar-se nos sindicatos, habilitando “as Uniões dos Sindicatos a fazer pressão exterior e directa sobre as câmaras a fim de levá-las a melhor cuidar dos assuntos públicos”¹⁰⁵¹. Já no mês de Setembro tinha desferido uma enorme ataque à edilidade, considerando que esta tinha “troçado dos munícipes”, deixando-os sem higiene, sem água, sem iluminação, sem pavimentos; para além de explorar os operários municipais reduzindo-os à miséria¹⁰⁵². Ao inverso, monárquicos e republicanos estiveram unidos no apelo à votação em massa dos seus eleitores e na condenação da abstenção¹⁰⁵³.

Quanto ao diário da tarde *O Radical*, o “povo de Lisboa” tinha de escolher “as competências necessárias que venham em socorro de tanta derrocada já cometida. Verdadeiros crimes, nas ruas, nas avenidas, nos jardins públicos, cemitérios, com a luz, com a água, nos mercados, nos matadouros, etc., etc.”, por isso, aconselhava a que “reflita bem o eleitorado nos homens que vai entregar o primeiro município (...). Basta o que basta de martírio”¹⁰⁵⁴.

Na véspera do sufrágio o *Diário de Lisboa* fez uma antevisão dos resultados eleitorais prevendo que o PRP ganhasse as maiorias e os monárquicos as minorias, defendendo que os últimos tinham feito uma grande campanha eleitoral, ao contrário dos republicanos, que não tiveram tempo para se organizar, após o falhanço da lista de conjugação; além disso, entrevistou um candidato de cada partido sobre o que fariam se fossem eleitos, com excepção da Lista de Fomento Nacional, mais uma vez desprezada e/ou silenciada. Os entrevistados Alexandre Ferreira, democrático, Rocha Martins,

¹⁰⁴⁹ “Eleições municipais: o Partido Socialista...”. *A Capital*, 9-11-1922, p. 2.

¹⁰⁵⁰ “À urna, cidadãos!...”. *A Batalha*, 12-11-1922, p. 1.

¹⁰⁵¹ “A propósito das eleições”. *A Batalha*, 12-11-1922, p.1.

¹⁰⁵² “Uma vereação criminal!”. *A Batalha*, 22-09-1922, p.1.

¹⁰⁵³ Ver “Abstenção? crime!”. *O Dia*, 2-11-1922, p. 1; “É preciso votar”. *A Luta*, 11-11-1922: 1; “Às urnas, pela República”. *O Mundo*, 12-11-1922, p. 1.

¹⁰⁵⁴ “As eleições de amanhã”. *O Radical*, 11-11-1922, p. 1.

monárquico e Augusto Machado Santos, sidonista, desvalorizaram a política defendendo a “administração”; quanto aos Liberais, não encontraram nenhum candidato disposto a falar; e o socialista Borges Castro, não tinha esperança de reconquistar a minoria acreditando que esta seria dos monárquicos¹⁰⁵⁵.

Durante a campanha eleitoral foi denunciado pelos monarquistas a prisão de dez pessoas, em Benfica, quando distribuíam a Lista da Cidade; bem como as pressões dos chefes de repartição sobre os seus subordinados instando-os a não votarem na referida Lista. Do outro lado da barricada, os democráticos denunciaram que “monárquicos, alguns fardados de militares”, andaram durante a madrugada de 10 de Novembro, a rasgar cartazes do PRP, perante a passividade de um polícia que a todo assistiu¹⁰⁵⁶. A noite que antecedeu a eleições foi tranquila, registou-se apenas um incidente à porta do café “A Brasileira”, do Rossio, porque aí foi afixado um manuscrito em que convidavam os outubristas a votar na Lista Socialista, e como o chefe do distrito, o mandou arrancar, houve protestos de alguns indivíduos que gritaram “Vivas à Republica e ao 19 de Outubro”, mas a polícia do posto do teatro Nacional dispersou-os em pouco tempo¹⁰⁵⁷.

Será fácil depreender qual seria o ambiente vivido na véspera das eleições, onde certamente predominaria a expectativa quanto ao desfecho final, embora, alguns jornais republicanos não hesitassem em afirmar que o Partido Democrático conquistaria a maioria e que a minoria seria disputada entre monárquicos e liberais¹⁰⁵⁸. A forma como decorreu o acto eleitoral viria confirmar o clima de tensão que então se vivia.

VI.4. O corpo eleitoral

Nos cadernos eleitorais de 1922 estavam recenseados cerca de 59.215 eleitores, De novo este número incorre em falha porque não conseguimos obter dados para as freguesias de S. Miguel, Graça, Conceição Nova, S. Julião, Ameixoeira, Campo

¹⁰⁵⁵ “O dia de amanhã: as eleições...”. *Diário de Lisboa*, 11-11-1922, p. 5 e 8.

¹⁰⁵⁶ Ver “Eleições... livres”. *Correio da Manhã*, 11-11-1922, p. 1; “Um polícia”. *O Rebate*, 12-11-1922, p. 2.

¹⁰⁵⁷ “A noite decorreu absolutamente tranquila...”. *O Século*, 12-11-1922, p. 2.

¹⁰⁵⁸ Ver “A eleição municipal de Lisboa: as diversas listas que disputam os sufrágios”. *O Jornal do Comércio e das Colónias*, 12-11-1922, p. 1; “As eleições administrativas”. *A Luta*, 6-11-1922, p. 1.

Grande, Carnide e Charneca¹⁰⁵⁹. O número de assembleias de voto passou de 41 para 42, porque os eleitores das freguesias da Charneca e Ameixoeira votavam na mesma, deixando de estar agregados à do Lumiar, desta forma, neste escrutínio existiam 42 assembleias para 43 freguesias.

Na somatória das 42 assembleias eleitorais 28 continham várias secções¹⁰⁶⁰, que consumavam 108 secções de voto. As 14 assembleias de secção única eram o Castelo, Graça, S. Miguel, Santiago, Conceição Nova, Sacramento, Mártires, S. Nicolau, Campo Grande, Ameixoeira/Charneca, Carnide, Lumiar, Madalena e S. Julião, as duas últimas restabelecidas em secção única depois de no anterior recenseamento terem apresentado um número desmedido de eleitores. Em suma, neste acto eleitoral existiam 122 secções de voto em Lisboa, menos 3 do que em 1919.

A assembleia com maior peso eleitoral era a dos Anjos (6.108 eleitores); na segunda posição, Santa Isabel (5.658); depois Santa Engrácia (3.788), S. Sebastião (3.593), Alcântara (3.116), Arroios (3.017), Santos (2.991), Lapa (2.029), Pena (2.021), Coração de Jesus (2.014), Belém (1.861), Mercês (1.842), Ajuda (1.741), Santa Catarina (1.729), Beato (1.690), S. José (1.589), S. Cristóvão (1.405), Olivais (1.297), Socorro (1.169), Encarnação (1.055), S. Mamede (1.049) e S. Vicente (1.029). Observando o número de recenseados por Bairros Administrativos o 1.º Bairro (18.565 eleitores) ocupava a primeira posição, seguido do 4.º Bairro (17.396), depois o 3.º Bairro (12.412) e, no último lugar, o 2.º Bairro (10.842), repondo-se a ordem e correlação de forças dos recenseamentos políticos de 1913 e 1917, alterada pelo recenseamento vicioso de 1919. Confirmando a hegemonia do recenseamento das classes operária e da média e pequena-burguesia, os 1.º e 4.º Bairros encerravam 60,7 por cento do eleitorado de Lisboa¹⁰⁶¹.

Em Lisboa, os monarquistas revelaram que centenas dos seus simpatizantes tinham sido riscados dos cadernos eleitorais e denunciaram a existência de falsos recenseamentos de republicanos “que designam simples quartos de aluguer como domicílio de 25 e 30 eleitores fingidos”; que os funcionários fecharam as repartições

¹⁰⁵⁹ Consultámos os cadernos de recenseamento existentes no AML/AC e no ANTT/ADL, completados com “As eleições de domingo: assembleias de voto...”. *A Luta*, 10-11-1922, pp. 1-2.

¹⁰⁶⁰ Continuavam com as mesmas secções, relativamente a 1919, as assembleias de Beato, S. Vicente, Santa Engrácia, Sé, Socorro, Penha de França, Santa Justa, S. José, Benfica, S. Paulo, Mercês, Santa Catarina, S. Mamede, S. Sebastião, Ajuda e Belém; detinham mais uma secção S. Cristóvão (3), Santo Estevão (2), Olivais (3), Pena (4), Coração de Jesus (4) e Lapa (4); com mais duas secções ficaram os Anjos (11), S. Jorge de Arroios (6) e Santa Isabel (10). Quedaram-se com menos uma, Alcântara (5), Santos (5) e Encarnação (2).

¹⁰⁶¹ Ver Anexos - A.43. Eleitores em Lisboa (1913-1925).

nos últimos dias do prazo, recebendo à socapa os requerimentos republicanos, e recusando-se a inscreverem “centenas de cidadãos monárquicos”; e que foi publicada uma portaria possibilitando aos praças de pré serem recenseados nas sedes dos seus quartéis, para estes “poderem ir votar *disciplinarmente* com a lista que lhes entreguem”¹⁰⁶².

Do outro lado da barricada os democráticos também denunciaram monárquicos que vilipendiaram a lei eleitoral: que pediram a inscrição por mais de um bairro ou freguesia; que requereram a inscrição sendo menores; que apresentaram falsas declarações de residência; que as “Juventudes” [monárquicas] pretenderam recensear em duplicado com nomes trocados; que plagiaram a tinta requerimentos feitos por outrem; e que viciaram o atestado de residência; terminando por declarar que os “republicanos que de há muito se desinteressaram do recenseamento são reptados no Campo Eleitoral pelos monárquicos (...). Aceitamos o repto e provemos que não os tememos em Monsanto, nem à boca das urnas”¹⁰⁶³. Enfim, as costumadas queixas/acusações e procedimentos habituais no recenseamento político.

VI.5. Acto e escrutínio eleitorais

Os editais com a designação das assembleias eleitorais e respectivos locais foram publicitados no dia 10 de Novembro, dois dias antes do sufrágio¹⁰⁶⁴. Uma vez mais as assembleias foram instaladas na sua maioria nas escolas primárias, liceus e

¹⁰⁶² “«Vamos a isto!»”. *Correio da Manhã*, 23-10-1922, p. 1. Ver também “A chave eleitoral”. *O Dia*, 7-11-1922, p. 1.

¹⁰⁶³ Cf. “Trapaças monárquicas: ressurge o Peral e a Azambuja”. *O Rebate*, 11-11-1922, p. 1-2; Ver ainda “Cautela com estes eleitores”. *O Mundo*, 25-11-1922, p. 2.

Em relação à forma como decorreu o recenseamento de 1923 o senador D. Tomás de Vilhena denunciou os atropelos à legislação cometidos por regedores por todo o país. Referindo-se, em especial, ao sucedido em Lisboa com Francisco Rangel de Lima Júnior, funcionário da Direcção Geral de Estatística, residente na freguesia do Coração de Jesus, relatando que o regedor efectivo desta freguesia era um merceeiro, que em época de recenseamento eleitoral “dá-se por doente” ficando o seu substituto responsável pelo recenseamento; que residia na rua de Santa Marta, num 4.º andar, “para comodidade dos eleitores”. Aí se deslocou várias vezes Rangel de Lima Júnior em vão, até que um dia encontrou a sua esposa que lhe disse que este estava no Porto. No dia 27, encontrou-o Rangel, mas o seu requerimento para o atestado de residência foi indeferido por não estar “nos termos devidos”; com efeito “o «respeitável regedor” indeferiu o requerimento “porque queria que lá dissesse «atestasse» em lugar de dizer «certificasse»”, concluindo o senador, que desta forma se impedia de votar “uma das pessoas mais ilustres” da capital, in Sessão de 9 de Março de 1923. *Diário do Senado*, pp. 8-9.

¹⁰⁶⁴ “As eleições de domingo: assembleias e secções de voto...”. *A Luta*, 10-11-1922, p. 1.

escolas superiores da capital¹⁰⁶⁵. Em algumas delas, na ausência de elementos para a constituição das mesas, houve secções de voto que operaram numa só mesa, como sucedeu em Santo Estevão, em que as duas secções funcionaram conjuntamente¹⁰⁶⁶. Nas assembleias de voto estiveram presentes delegados das diversas forças políticas, sendo alguns deles candidatos democráticos, como por exemplo, Alexandre Ferreira e José Ferreira das Neves¹⁰⁶⁷.

Na Câmara dos Deputados o monarquista Artur Carvalho da Silva (1878-1938) pediu para a palavra para falar das “violências” que estariam a ser “premeditadas” para o dia do escrutínio; o pedido foi rejeitado pela maioria¹⁰⁶⁸. As sessões parlamentares seriam suspensas até ao dia 15 de Novembro, após o escrutínio, porque era difícil a presença dos deputados por estarem ocupados com as eleições, ou, como defenderam os monárquicos, para impedir os seus deputados de “exigirem contas severas de tudo quanto se prepara”¹⁰⁶⁹.

Os jornais monarquistas apelaram aos seus eleitores para responderem à chamada nas secções de voto até às 11 horas da manhã, de forma a evitarem o rápido encerramento das assembleias ou para não terem a “surpresa desagradável de já alguém ter votado por eles *por engano* antes de lá chegarem”; também deveriam pedir certidões da contagem das listas e das descargas, do edital com os apuramentos e das votações que constassem das actas¹⁰⁷⁰.

Na imprensa republicana moderada e anarquista denunciaram-se fraudes eleitorais: “Nalgumas secções de voto, como sempre sucede, apareceram a votar indivíduos aproveitando a ausência de algum eleitor, ou desdobrando o seu nome, e

¹⁰⁶⁵ Verificaram-se as seguintes excepções: 1.º Bairro, Anjos (5.ª-rua do Terreirinho, 77-6º; 6.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª e 11.ª-Associação do Registo Civil); Graça (Centro Rodrigues de Freitas); Castelo (dependência da igreja); Santo Estevão (Centro Alberto Costa); Santa Engrácia (1.ª-Centro Fernão Boto Machado; 2.ª-Campo de Santa Clara, 143-3º e 7.ª-igreja de Santa Engrácia); S. Miguel (dependência da igreja); Sé (1.ª-junta de freguesia, edifício da Caridade); Socorro (1.ª- teatro Apolo e 2.ª- rua da Mouraria, 27-1º); S. Vicente (Centro Alexandre Braga); 2.º Bairro, Conceição Nova (Paços do Concelho); S. Julião (Paços do Concelho); Madalena (rua da Madalena, 75-2.º); Arroios (2.ª e 6.ª-Centro Afonso Costa; 3.ª, 4.ª e 5.ª-Clube Estefânia); Santa Justa (Teatro Nacional); Mártires (Biblioteca Nacional); S. Nicolau (edifício da Irmandade); 3.º Bairro, Campo Grande (Centro Alferes Malheiro); Mercês (3.ª e 4.ª-Academia das Ciências); S. Paulo (rua da Boavista, 9-1.º); S. Mamede (1.ª-Assistência Pública e 2.ª-Imprensa Nacional); 4.º Bairro, Alcântara (3.ª-Sociedade Promotora de Educação Popular e 5.ª-sede da junta); Belém (claustros da Casa Pia); Santa Isabel (1.ª-sede da junta; 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª e 10.ª-Congresso da República) e Santos (quartel dos bombeiros). Cf. “As eleições de domingo: assembleias...”. *A Luta*, 10-11-1922, p. 1-2; “Assembleias e secções de voto”. *O Século*, 11-11-1922, p. 5.

¹⁰⁶⁶ “O que foi o acto eleitoral de ontem”. *O Século*, 13-11-1922, p. 1.

¹⁰⁶⁷ *O Mundo*, 13-11-1922, p. 3.

¹⁰⁶⁸ Sessão de 8 de Novembro de 1922. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 19.

¹⁰⁶⁹ Idem. *Ibidem*, p. 29. Cf. “Em véspera de eleições”. *Correio da Manhã*, 9-11-1922, p. 1.

¹⁰⁷⁰ “Aos eleitores de Lisboa”. *O Dia*, 11-11-1922, p. 2.

ainda outros fazendo-se passar por personalidades já desaparecidas do número dos vivos”¹⁰⁷¹; numa assembleia foram chamados 30 defuntos para votar (que não compareceram por motivos óbvios), contudo, “noutras assembleias houve mortos que ao serem chamados, apareceram, a entregar o seu voto”¹⁰⁷².

Apesar das instruções do ministro do Interior aos governadores civis, para que fosse respeitada a liberdade de voto¹⁰⁷³, ocorreram arruaças violentas e pancadaria em várias assembleias eleitorais, assim como destruição dos cadernos eleitorais e das urnas de voto, em muitos locais do país e, como veremos a seguir, em Lisboa. Para os sidonistas “não houve uma só assembleia na cidade onde os «defensores» não fizessem provocações armados de navalha e de cacete”, ficando feridas “inúmeras pessoas”, para estes, quando os democráticos sabiam que tinham perdido a votação assaltavam as urnas, queimavam os cadernos e destruíam as listas; foi o que aconteceu nas assembleias da Pena, Santa Isabel, S. José e Anjos, onde deveria ser repetido o acto eleitoral. Se as eleições fossem livres e estivesse assegurada a liberdade de voto, os democráticos teriam sofrido uma derrota completa, esmagadora, tremenda¹⁰⁷⁴.



Imagem 14 – “A circular do mestre António...”.
Os Ridículos, A. 18, n.º 1750 (15-11-1922): 1. /
Disponível em http://purl.pt/5854/1/zoom-j-4140-a_y_1922-11-15_1_t0.htm.

¹⁰⁷¹ “As eleições de ontem”. *Diário de Notícias*, 13-11-1922, p. 1.

¹⁰⁷² “Notas & comentários: os mortos votam”. *A Batalha*, 14-11-1922, p. 1.

¹⁰⁷³ “As eleições administrativas”, *O Século*, 11-11-1922, p. 5.

¹⁰⁷⁴ “As eleições livres”. *A Vanguarda*, 13-11-1922, p. 1.

A caricatura publicada n' *Os Ridículos* mostrava de novo a já conhecida figura da República (agora com pistolas e cacete) acompanhada por um caceteiro, dizendo a António Maria da Silva, que as suas ordens tinham sido cumpridas: “Eleições mais livres não sabemos fazer!” Além disso, os monárquicos ainda assinalaram que “Pela primeira vez os democráticos não festejaram o acto eleitoral com foguetório. Registe-se. O partido dos escândalos ficou ontem virtualmente morto”¹⁰⁷⁵.

Para os democráticos tinham havido “ligeiros acidentes” em algumas assembleias de voto destacando-se, entre outros relatos, o sucedido na 1ª secção de S. Sebastião, a funcionar no Liceu Camões, onde ocorreu um tumulto devido a um eleitor monarquista ter o seu nome inscrito duas vezes, aos protestos dos republicanos presentes, respondeu um grupo armado de pistolas, resultado: seis feridos ligeiros¹⁰⁷⁶. Aquando do ocorrido estava no edifício o ministro da Marinha e, pouco depois, chegou o chefe do Governo, que foi aclamado.

A imprensa foi unânime em descrever violências durante o sufrágio. Em S. Sebastião (3ª secção), no edifício das Cortes, ao levantarem-se dúvidas sobre a identidade de um eleitor, um grupo armado de bengalas, que ali estava desde a abertura da assembleia, manifestou-se com gritos, ocorrendo troca de palavras e bengaladas, ficando ferido o presidente da mesa, que apesar disso não abandonou o local¹⁰⁷⁷. Nos Anjos (8.ª) a urna eleitoral foi despedaçada; sendo agredidos alguns dos presentes. Nos Mártires houve uma tentativa gorada de assalto às urnas. Nas assembleias de Belém e de Alcântara houve tiros, de que resultaram mais feridos ligeiros.

De maneira idêntica quando se procedia ao escrutínio, em algumas assembleias, assaltaram-se as mesas e destruíram-se listas e cadernos eleitorais. Nomeadamente, nas secções onde os monárquicos alcançaram maioria de votos, como nos Anjos (7.ª), no

¹⁰⁷⁵ [Caixa junto ao título]. *A Vanguarda*, 13-11-1922, p. 1.

¹⁰⁷⁶ Seria Alfredo Pimenta, colaborador do *Correio da Manhã*, que estava inscrito com este nome e como Alfredo Lopes Pimenta; como se os republicanos protestassem a assembleia foi invadida por “um bando de caceteiros monárquicos capitaneados por um tal Bastos do Rego”, in “Os monárquicos e as eleições”. *O Rebate*, 15-11-1922, p. 2. Ver ainda “Dois votos”. *Ibidem*, 17-11-1922, p. 2; “O que foi o ato eleitoral de ontem”. *O Século*, 13-11-1922, p. 1.

Os monárquicos desmentiram que Alfredo Pimenta estivesse recenseado em duplicado, ver “A vitória eleitoral”. *O Dia*, 13-11-1922, p. 2.

A consulta do livro de recenseamento permitiu-nos confirmar que havia, de facto, registo duplicado com o n.º 206 Alfredo Augusto Lopes Pimenta, 38 anos, casado, advogado, rua Pedro Nunes, 33-2º e n.º 240, Alfredo Pimenta, 39 anos, casado, escritor, rua Pedro Nunes, 33-2º E. Cf. AML/AC, Recenseamento eleitoral...: freguesia de S. Sebastião...: 1.ª secção, 1922, [eleitor n.º] 206 e 240.

¹⁰⁷⁷ Para os democráticos foram os monarquistas os autores destes desacatos. Ver “Lisboa ontem às 16 horas”. *O Mundo*, 13-11-1922, p. 3.

Centro Almirante Reis, onde a Lista da Cidade ganhou por 4 votos, em consequência um ex-agente da Segurança do Estado destruiu a urna e com um grupo correram à cacetada os presentes, inutilizando as listas; o mesmo ex-agente e seus acólitos destruíram as listas na 1.^a e 2.^a secções; e na 5.^a secção também populares desbaratarem as urnas¹⁰⁷⁸. Na zona da Lapa foram presos três monárquicos acusados de provocarem distúrbios¹⁰⁷⁹. Em S. José (3.^a) um grupo de indivíduos entrou e distribuiu murros e bengaladas, despedaçando as listas e espalhando-as pelo chão¹⁰⁸⁰. Em Santa Isabel (1.^a e 3.^a secções) as listas foram queimadas e desapareceram os cadernos de recenseamento. Como consequência destes actos o sufrágio viria a ser repetido em algumas assembleias e os trabalhos de apuramento não terminaram noutras, ficando as urnas à guarda da polícia.

Os relatos do processo eleitoral não foram concordantes; para os republicanos os monárquicos provocaram os distúrbios nas assembleias, destruindo cadernos, tentando votar mais de uma vez; ao contrário, para os monarquistas, os republicanos em “pânico” perante a derrota nas urnas “assaltaram a tiro, a punhal e à cacetada as assembleias que decidiram o triunfo”¹⁰⁸¹ monárquico. Reconhecendo “alguns incidentes ligeiros ocorridos no dia 12 em diferentes assembleias”, os democráticos lembraram os mortos republicanos das eleições de 5 de Abril de 1908, quando no largo de S. Domingos “morreram assassinados cobardemente às ordens da realeza” catorze “filhos do povo”¹⁰⁸². De molde sarcástico *A Luta* referiu que os monárquicos deveriam estar satisfeitos, não com o resultado das eleições na capital, mas com a forma como decorreu o acto eleitoral, pois “Dir-se-ia que tínhamos voltado aos melhores tempos da

¹⁰⁷⁸ Veja-se “O que foi o acto eleitoral de ontem”, *O Século*, 13-11-1922, p. 1; “O acto eleitoral de ontem”. *A Luta*, 13-11-1922, p. 1; “As eleições de ontem”. *Diário de Notícias*, 13-11-1922, p. 1.

¹⁰⁷⁹ Cf. *O Mundo*, 13-11-1922, p. 2.

¹⁰⁸⁰ Para os monárquicos estas acções foram da autoria dos republicanos e para estes dos monárquicos, ver “As violências na 3.^a secção de S. José”. *O Dia*, 14-11-1922, p. 3; “A verdade e os monárquicos”. *República*, 15-11-1922, p. 1.

¹⁰⁸¹ “Vitória! Vitória!”, *O Dia*, 13-11-1922, p. 1.

¹⁰⁸² Francisco Pereira dos Santos, serralheiro, 33 anos casado; Luís António da Silva Reis, menor de 14 anos, serralheiro do Arsenal do Exército; António Rodrigues Fernandes, marceneiro, 18 anos, solteiro; António de Oliveira, caldeireiro, 43 anos, casado, com 4 filhos menores; Emilio Jalhay, 24 anos, solteiro; José da Rocha Brandão, empregado de mercearia, 27 anos, solteiro; Eduardo Bernardo Loureiro, 27 anos, solteiro; José António Tuna, 32 anos, casado, com 2 filhos menores; José Pereira, oleiro, 47 anos, solteiro; Manuel Gomes de Carvalho, trabalhador da CML, 50 anos, casado, com 3 filhos menores; José Correia dos Santos Júnior, factor de 1.^a classe dos caminhos de Ferro do Sul e Sueste, 24 anos; Sebastião Pereira Gomes, serralheiro, 32 anos; João Maria de Oliveira, peixeiro, casado, com 2 filhos menores e Bernardo Antunes, maquinista das obras do Porto de Lisboa, 42 anos, casado, in “Evocação de um crime”. *O Rebate*, 17-11-1922, p. 1.

monarquia. Nada faltou, (...), para que a ilusão fosse completa”¹⁰⁸³. De destacar que das violências ocorridas de republicanos contra monárquicos e vice-versa, resultaram prisões, todas de monárquicos¹⁰⁸⁴.

Aires de Ornelas discursou no Parlamento sobre os tumultos do escrutínio; mas caberia, ao também monarquista, Paulo Cancela de Abreu (1885-1974) denunciar as arbitrariedades cometidas na capital, que revelavam “a desorientação dos democráticos e do seu governo” e mantinham “uma criminoso passividade – para não dizer conveniência – perante os atentados” perpetrados, numa dimensão até nunca vista. Segundo este, em Lisboa, “no vosso baluarte, «na cidade mais republicana do mundo», ao partido [Democrático], (...), que há quase 12 anos consecutivos disfruta das vantagens do Poder” foi necessário para conseguir “uma falsa e ridícula vitória numérica, exercer contra o Partido Monárquico, que patrocina a lista da cidade, as mais infames violências, e inutilizar, com a intervenção de caceteiros, capitaneados por agentes de autoridade o acto eleitoral” em algumas assembleias da cidade, “precisamente aquelas em que nos estavam asseguradas maiorias esmagadoras que nos garantiriam uma retumbante vitória!”¹⁰⁸⁵.

Quanto à afirmação do Presidente do Ministério e ministro do Interior, António Maria da Silva, de que foram os monárquicos que estiveram na origem dos distúrbios, Cancela de Abreu evocou o *Diário de Lisboa*, do dia 15, onde se escreveu que “os tumultos em S. Sebastião da Pedreira foram provocados por um tal Martins Júnior¹⁰⁸⁶, conhecido defensor da República”; e, em Belém, “um dos maiores baluartes do Partido Monárquico, o culpado foi o Chefe Albarraque, chefe da esquadra da Pampulha, ajudado por um tal Roque, da exploração do porto de Lisboa”¹⁰⁸⁷. Prosseguindo o seu

¹⁰⁸³ “O acto eleitoral de ontem”. *A Luta*, 13-11-1922, p. 1.

¹⁰⁸⁴ Cf. “As eleições livres”. *A Vanguarda*, 13-11-1922, p. 1; “Os indivíduos presos são hoje remetidos a tribunal”. *O Mundo*, 15-11-1922, p. 3.

¹⁰⁸⁵ Ver Sessão de 17 de Novembro de 1922. *Diário da Câmara dos Deputados*, pp. 22-24.

¹⁰⁸⁶ Este daria uma entrevista, ao mesmo jornal, onde desmentiria todas as acusações, afirmando que se houve distúrbios eram devidos às provocações dos monarquistas, e que foi um “grupo de rapazes dos seus 18 a 19 anos”, monárquicos, que entraram na secção de voto armados de bengalas, tendo Martins Júnior acalmado os ânimos; à pergunta do jornalista por que razões o acusavam, a resposta foi elucidativa e digna de um verdadeiro cacique: “É natural. Os monárquicos sabem que disponho de mil e tantos votos republicanos em S. Sebastião da Pedreira (...) e não podem perdoar o meu amor e dedicação à República, nem a acção directa que exerci naquela emergência”, in “12 de Novembro: ecos das eleições...”. *Diário de Lisboa*, 17-11-1922, p. 5.

¹⁰⁸⁷ Sessão de 17 de Novembro de 1922. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 25.

No mesmo dia o *Correio da Manhã* também denunciou alguns actos dignos de registo, entre outros, o “assalto” às secções de voto que funcionavam no Liceu Pedro Nunes e na rua das Trinas, comandado pelo chefe do pessoal menor do Instituto Industrial de Lisboa, Domingues Rodrigues Machado. Cf. “As últimas eleições: mais pormenores...”. *Correio da Manhã*, 17-11-1922, p. 2.

discurso defendeu que os actos de violência praticados em 18 assembleias da capital guisavam:

“um plano premeditado, a um *mot d'ordre*, porventura partido das próprias autoridades, e isto porque todas essas violências se manifestaram identicamente, tendo sido praticadas pelos mesmos grupos de indivíduos e com a cooperação dalguns agentes de polícia. Em todas essas assembleias entraram grupos armados, que derrubaram as urnas, inutilizaram as listas e os cadernos eleitorais e agrediram os eleitores, pondo-os fora das salas. Estes grupos, quando não eram capitaneados pelo chefe da esquadra da Pampulha, eram chefiados pelo ex-agente Figueiredo ou pelo chefe da polícia da esquadra, das Mercês!”¹⁰⁸⁸.

Além disso, afirmou não compreender a passividade do Governo pois os distúrbios iniciaram-se de manhã e ocorreram durante todo o dia sem a intervenção das autoridades, solicitando que na eleição para as juntas de freguesia tais ilegalidades não se praticassem¹⁰⁸⁹. Ainda o deputado católico, António Lino Neto (1873-1961), denunciou e lamentou o ataque desferido por “uma quadrilha armada” que partiu um braço ao médico Eurico Lisboa, “um amigo dos pobres”, quando este saiu para votar¹⁰⁹⁰.

O reconstituente Pedro Pita (1891-1974) lamentou as violências ocorridas nas assembleias eleitorais, da responsabilidade de republicanos e monárquicos. Como republicano deplorou ainda mais as que foram cometidas pelos republicanos, pois davam uma desculpa aos monarquistas para menosprezarem o “triunfo formidável da República”. Afirmou que não tinha exercido o direito de voto nas eleições municipais, por confiar na vitória vangloriada dos democráticos, mas o repto monárquico a todos os partidos republicanos fê-lo votar nas de freguesia. Para ele a vitória republicana não era do Partido Democrático (ao contrário do que tinha lido nos jornais), mas de todos os partidos republicanos que tinham mostrado “a sua união, firmeza de princípios e a sua força”. Não terminou a sua intervenção sem deixar de referir-se a ilegalidades praticadas neste acto eleitoral em Lisboa “de uma gravidade excepcional, e onde não era costume serem praticados”; além da “porcaria da falsificação das actas”¹⁰⁹¹. Outros deputados da oposição lamentaram as burlas cometidas durante o sufrágio¹⁰⁹².

¹⁰⁸⁸ Sessão de 17 de Novembro de 1922. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 26.

¹⁰⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁹⁰ Sessão de 27 de Novembro de 1922. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 7.

¹⁰⁹¹ *Idem. Ibidem*, pp. 11-12.

Este deputado também relatou irregularidades no país, como por exemplo, em Vila Real e Mesão Frio onde tropas estacionadas pelos caminhos repeliram eleitores que não iam votar nos democráticos; em

VI.6. Resultados eleitorais

No dia seguinte ao escrutínio os jornais monárquicos foram unânimes em declarar que a Lista da Cidade tinha ganho as eleições, elegendo os vereadores para a maioria municipal; pelo contrário, a imprensa republicana garantia que as maiorias pertenciam ao Partido Democrático, e as minorias aos monarquistas¹⁰⁹³. Os protestos e denúncias de fraude eleitoral dos monarquistas não cessaram declarando que os eleitores das assembleias onde ocorreram violências eram “perto de seis mil”, daí que se tratava de “*fugir das urnas* e meter dentro dos Paços do Concelho de Lisboa uma câmara que será **falsa** na sua maioria e em que só a **minoría** será a legítima representante da cidade”¹⁰⁹⁴.

O apuramento final realizou-se nos Paços do Concelho, em 19 de Novembro, às 9 horas da manhã, a presidência da mesa da Assembleia pertenceu a Magalhães Peixoto, democrático, vice-presidente da Comissão Executiva; secretariado por João Pedro dos Santos e António Francisco Reynaud; os escrutinadores foram Campos Moreira e Alberto Dias Pombo; Luís Loureiro Lucas e Manuel Luís Pereira, suplentes; e estabeleceram-se doze comissões para exames das actas de apuramento das assembleias eleitorais¹⁰⁹⁵. Nenhum candidato a vereador ou edil lisbonense foi membro destas comissões, mas já mencionámos que a lei estipulava que estas fossem constituídas pelas várias forças partidárias.

Não existe a acta da assembleia de apuramento, mas os relatos sobre a forma como esta ocorreu foram amplamente divulgados pela imprensa, desta maneira, sabemos que decorreu no meio de “incidentes” e ferimentos¹⁰⁹⁶; ou na versão

Leiria prenderam-se *chaffeurs* para não transportarem eleitores e aprisionaram-se os que se recusavam a abandonar as assembleias eleitorais;

¹⁰⁹² Para Farelo Lopes a fraude e a violência recrudesceram a partir das eleições gerais de 10 de Julho de 1921. Este sufrágio revelou especificidades relativamente aos anteriores actos eleitorais: 1) tiveram lugar sob um governo liberal, fora da alçada dos democráticos; 2) pela primeira vez na República, concorreram listas abertamente monárquicas; 3) foram mais concorridas e mobilizadoras que as antecedentes, particularmente na capital; 4) a fraude e outras práticas coercivas recrudesceram de forma expressiva. Cf. Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo...*, pp. 152-153.

¹⁰⁹³ Veja-se “Eleições Livres”. *Correio da Manhã*, 13-11-1922, p. 1; “Vitória! Vitória!”. *O Dia*, 13-11-1922, p. 1; “Viva a República!”. *O Mundo*, 13-11-1922, p. 1; “O que foi o acto eleitoral...”. *O Século*, 13-11-1922, p. 1; “Eleições”. *A Capital*, 13-11-1922, p. 2; “As eleições administrativas”. *O Século*, 14-11-1922, p. 2; “A admirável jornada de domingo”. *Correio da Manhã*, 14-11-1922, p. 1; “Os republicanos derrotados”. *O Dia*, 14-11-1922, p. 1; “A Lista da Cidade ganhou as maiorias”. *Ibidem*, 14-11-1922, p. 3.

¹⁰⁹⁴ “A Lista da Cidade: roubo das maiorias”. *O Dia*, 17-11-1922, p. 1.

¹⁰⁹⁵ Cf. “A assembleia de apuramento”. *Correio da Manhã*, 20-11-1922, p. 1; “O apuramento das últimas eleições”. *O Século*, 20-11-1922, p. 1.

¹⁰⁹⁶ “O apuramento das últimas eleições”, *O Século*, 20-11-1922, p.1.

monarquista, num ambiente de insultos, espancamentos e com “bandos de caceteiros com a polícia às ordens!”, gritando-se “quem não é republicano saia da sala”¹⁰⁹⁷; e, noutra visão, dos democráticos, foram aplicados “alguns pontapés” para repelir os monárquicos, por parte de republicanos “fartos de suportar as suas insolentes provocações”¹⁰⁹⁸.

A imprensa monárquica, não foi concordante no relato dos factos, se para uns tratou-se de “**roubar as maiorias à Lista da Cidade fosse como fosse, custasse o que custasse**”, por isso o apuramento fez-se “à porta fechada”¹⁰⁹⁹; para outros, se bem que tivesse havido provocações aos monárquicos durante as operações de apuramento, somente depois do presidente proclamar que as maiorias pertenciam ao Partido Democrático e a minorias à Lista da Cidade, é que “grupos de caceteiros” irromperam pela sala, dando vivas à República e gritando: “Quem não pertence ao Partido Republicano Português saia da sala”. Alguns monárquicos que foram agredidos ripostaram e, quando saiam feridos, no átrio, foram atacados por novos grupos, “auxiliados pela polícia de sabre em punho”¹¹⁰⁰.

No dia 21 na Câmara dos Deputados, Carvalho da Silva, insurgiu-se contra o facto de durante o apuramento terem aparecido “bandos de desordeiros e caceteiros, alguns deles armados com pistolas, que impediram por completo a fiscalização do apuramento” considerando “vergonhoso” que, ao lado de uma esquadra de polícia e perto do ministério do Interior, “agentes da autoridade, fardados, não tivessem impedido que um bando de desordeiros; armados de pistolas e cavalos marinhos, fossem assim impedir que cidadãos pacíficos exercessem livremente um direito que lhes assiste”. Além disso, denunciou ilegalidades em muitas assembleias a nível nacional, em que monárquicos foram impedidos de votar e alguns republicanos votaram quinze e dezoito vezes. Na resposta, o ministro da Justiça, Catanho de Meneses, afirmou que “se houve atropelos à lei, se houve desmandos, se houve crimes” os tribunais aplicarão os castigos¹¹⁰¹.

¹⁰⁹⁷ “O roubo da eleição de Lisboa”. *O Dia*, 20-11-1922, p. 1. Ver ainda “A Assembleia de apuramento”. *Correio da Manhã*, 20-11-1922, p. 1.

¹⁰⁹⁸ “Assassinos, ladrões e caluniadores”. *O Rebate*, 20-11-1922, p. 1.

¹⁰⁹⁹ “O roubo de Lisboa” e “O roubo da eleição de Lisboa”. *O Dia*, 20-11-1922, p. 1.

¹¹⁰⁰ “A Assembleia de apuramento”. *Correio da Manhã*, 20-11-1922, p. 1.

¹¹⁰¹ Sessão de 21 de Novembro de 1922. *Diário da Câmara dos Deputados*, pp. 4-5 e 6.

Deslocaram-se às urnas cerca de 18.511 eleitores¹¹⁰² (excluindo os votantes do Partido de Fomento Nacional cuja votação não foi noticiada), desta forma, os resultados do sufrágio deram a vitória ao Partido Democrático com 49,2 por cento dos votos expressos; em segundo lugar ficou a Lista Monárquica com 39,4 por cento, conquistando respectivamente a maioria e a minoria municipal. Mais nenhuma força partidária elegeu candidatos. Apesar disso, importa referir que o Partido Liberal, com 8 por cento alcançou a terceira posição; seguido do Partido Socialista com 2,3 por cento e, o quinto lugar coube ao Partido Presidencialista com 1,1 por cento. Foram eleitos todos os candidatos efectivos democráticos e os sete candidatos efectivos mais votados da Lista da Cidade, e respectivos suplentes.

O candidato democrático mais votado foi o substituto Luís Júlio Dias Soares, funcionário público (farmacêutico no Hospital do Rego, em 1908), com 9.109 votos, o seu homólogo efectivo, Portugal Durão, obteve 9.093 votos (menos 16); na Lista da Cidade em primeiro lugar também ficou suplente Mário de Abreu Reis, engenheiro civil, com cerca de 7.300 votos (ilegível a cifra das dezenas)¹¹⁰³, enquanto o efectivo mais votado Beirão da Veiga, conseguiu 7.279 votos; na Lista Liberal o mais votado foi o efectivo Aboim Inglês, com 1.483 votos; na Lista do PS, Alfredo Franco, com 416 votos e, por último, na Lista Presidencialista o mais votado foi Alexandrino de Albuquerque com 203 votos. Mais uma vez o eleitorado lisboeta se mostrou pouco disciplinado, riscando os nomes de que não gostava, e utilizando a sua capacidade decisória, preferiu inclusive os candidatos substitutos à revelia da escolha das organizações partidárias. Os eleitores liberais, socialistas e presidencialistas mostraram-se os menos interventivos, não oferecendo os resultados grandes hiatos entre as votações dos candidatos mais e menos votados.

Os três candidatos efectivos mais votados da Lista da Cidade, Beirão da Veiga, Azevedo Neves e Rocha Martins (assim como Abreu Reis) eram-no também na Lista Presidencialista, beneficiando de acumulação de votos, por isso, *A Vanguarda* inquiria se “os mesmos senhores vêm agora declarar não entrarem no Município visto serem os votos republicanos que ali os levou”¹¹⁰⁴. Na verdade, todos seriam edis lisbonenses.

¹¹⁰² Número aproximado baseado no total de votos obtidos pelos candidatos mais votados de cada lista (efectivos ou suplentes).

¹¹⁰³ Dias Soares entraria em efectividade como edil em Agosto de 1923 e Abreu Reis em Novembro do mesmo ano.

¹¹⁰⁴ “E agora?”. *A Vanguarda*, 13-11-1922, p. 1.

No dia do apuramento os socialistas anunciaram que tinham conseguido ficar em terceiro lugar nas eleições municipais (o que não se verificou), revelando-se agradados pelo facto de terem tido maior votação do que os liberais e presidencialistas: “Os partidos da burguesia buscaram empatar-nos as vasas com promessas mentirosas de sonhados acordos, para tirar-nos o tempo de propagandear os nossos princípios, fazer comícios e larga distribuição das listas, etc. Pois assim mesmo (...) o PSP obteve mais de 400 votos, ficando em terceiro lugar, onde os Liberais ocupam o quarto e os Presidencialistas o quinto”; e permaneceram agastados por mais uma vez o operariado não ter ido votar¹¹⁰⁵.

Em 1922 repetiu-se a vitória da abstenção, pois dos 59.215 eleitores votaram aproximadamente 18.511, ou seja, cerca de 68,8 por cento dos recenseados não se deslocaram às urnas. Se bem que seja mínima a diferença entre estas eleições e as legislativas onde tinham votado cerca 18.314 eleitores, ascendendo os abstencionistas a 69,1 por cento. O nível de abstencionismo nestas eleições municipais aproximou-se dos de 1913 e 1917, e foi amplamente inferior ao de 1919, ano que configurou uma abstenção excepcional.

O desinteresse pelo sufrágio indiciava um vil alheamento do acto eleitoral perante a crise do regime, ou “preguiça”, como consideraram monárquicos e republicanos. Atingia as diversas forças políticas e, em especial, o operariado, como exemplo disso, temos o testemunho do socialista Eugénio Pereira Clemente, candidato eleito pela minoria à junta de freguesia de Santa Engrácia, que declarou que aí a campanha pela abstenção tinha “muita influência devido ao pessoal da Fábrica de Material de Guerra (pessoal operário) e, também, ao pessoal operário dos Caminhos de Ferro”¹¹⁰⁶.

A abstenção como vitória do proletariado foi aplaudida pel’*A Batalha*, “quem venceu foi o povo”; aclamando a derrota dos presidencialistas, que “morreu após a penosa agonia em que se vinha arrastando”; e realçou que os socialistas se asfixiaram numa “meia dúzia insignificante e deplorável de votos”, este partido seria o único capaz de conseguir o voto dos operários, mas que provou que era “empírico e agonizante”. Em suma, a “abstenção foi uma atitude, uma afirmação, um protesto”¹¹⁰⁷; pois o “povo sabe

¹¹⁰⁵ “A lição das eleições”. *O Protesto*, 19-11-1922, p. 2.

¹¹⁰⁶ “Monte Pedral”. *O Protesto*, 31-12-1922, p. 2.

¹¹⁰⁷ “O povo e a política”. *A Batalha*, 15-11-1922, p.1.

que da urna só sai a tirania. E não vota. Mas também não se esquece que abster-se não é tudo. A abstenção é um gesto que só a revolução expropriadora completa dá convicção, eficácia. A abstenção de anteontem não significa inércia, mas discordância”¹¹⁰⁸; para os anarquistas este era um acto de repulsa, veemente, do povo em votar nos azuis e brancos ou verdes e rubros.

VI.7. Sinopse do acto eleitoral de 1922

Os resultados eleitorais confirmaram que a luta se travou entre democratas e monárquicos, e que os primeiros teriam lucrado com a conjunção das forças republicanas. A “lição” terá sido aprendida, pois nas eleições das juntas de freguesia, que se seguiram dias depois, houve uma lista de conjunção republicana contra a dos monárquicos.

Os republicanos empenharam-se aguerridamente na luta eleitoral para as eleições das juntas de freguesia, em 26 de Novembro. O fulgor republicano traduziu-se na impressão de cartazes que apelavam ao voto republicano, na realização de sessões de propaganda, na distribuição de manifestos, e durante a tarde e a noite do dia anterior ao sufrágio, um camião percorreu os locais mais centrais dos bairros da capital, conduzindo individualidades republicanas, que realizaram comícios eleitorais, em cadeia, na Graça, Alcântara, Belém, Lapa, Santa Apolónia, Terreiro do Paço, Chiado, Rossio, etc.; numa iniciativa d’*O Mundo*¹¹⁰⁹. O resultado eleitoral foi o seguinte: democráticos (16.320 votos), monárquicos (5.532), liberais (661 votos), socialistas (1.011 votos) e outubristas (726 votos)¹¹¹⁰.

Uma vez mais o riso foi a arma dos monarquistas (Imagem 15). Sem surpresas, para estes a vitória dos democráticos resultou de falcatruas e violências, num escrutínio com mais chapeladas, intimidações e violências do que o municipal; reclamando que,

¹¹⁰⁸ “As eleições de anteontem”, *A Batalha*, 14-11-1922, p. 1.

¹¹⁰⁹ No dia 23 de Novembro foram afixados os primeiros cartazes nas ruas da capital. Veja-se *A Capital*, 23-11-1922, p. 1. Os manifestos eleitorais apareceram no dia seguinte, Vd. “Os manifestos de ontem”. *O Mundo*, 25-11-1922, p. 3; “Os comícios de hoje”. *Ibidem*, 25-11-1922, p. 1.

¹¹¹⁰ “A estrondosa vitória republicana”. *O Mundo*, 27-11-1922, p. 1.

Os presidencialistas não foram às urnas e aconselharam os seus eleitores a votarem nas listas republicanas. Cf. “Sidonistas e democráticos”. *Correio da Manhã*, 26-11-1922, p. 1.

mesmo assim, tinham conquistado lugar em 34 freguesias de Lisboa, elegendo 74 candidatos, 8 pela maioria e 66 pelas minorias¹¹¹¹.



Imagem 15 – “Liberdade Eleitoral!!”. *A Cega-Rega*, A.1, n.º 3 (26-11-1922): 1. / Disponível em <http://purl.pt/5854/1/iconografia-eleicoes-pr-caricaturas.htm>

No rescaldo das eleições municipais os sidonistas e os democráticos defenderam que os monárquicos obtiveram muitos votos do eleitorado presidencialista. António Maria da Silva declarou ainda que “Poucas vezes terá havido tão lata liberdade de voto, tanto que muitos funcionários públicos votaram com os monárquicos!”; e atribuiu os resultados obtidos pelos realistas ao “descuido que tem havido por parte dos partidos republicanos, na organização dos recenseamentos eleitorais”¹¹¹². No mesmo sentido, procurou *O Mundo* razões para a conquista da minoria pelos monarquistas imputando-as ao facto destes terem recenseado inúmeros eleitores; utilizarem uma enérgica

¹¹¹¹ Cf. “Eleições...livres: os democráticos venceram as maiorias à cacetada e à punhalada!”. *Correio da Manhã*, 27-11-1922, p. 1; “A Eleição de Lisboa”. *Ibidem*.

¹¹¹² “As eleições administrativas”. *O Século*, 15-11-1922, p. 5.

No recenseamento de 1923 *O Mundo* organizou um serviço nos seus escritórios, de 7 a 15 de Fevereiro, onde foram dadas as indicações necessárias e se receberam os requerimentos para se fazer a inscrição como eleitor, encarregando-se de efectuar “as diligências que forem precisas para que o recenseamento dos republicanos fosse o mais completo possível”; à semelhança do que tinham feito os monárquicos através das suas organizações. Ver “A defesa da República”. *O Mundo*, 5-01-1923, p. 1. Veja-se, também, “Pela República”. *Ibid.*, 23-01-1923, p. 1; “Recenseamento eleitoral: até ao próximo dia 15 é necessário que todos os cidadãos cumpram o seu dever cívico”. *Ibid.*, 3-02-1923, p. 1.

Quanto aos monarquistas voltaram a denunciar as dificuldades com que se deparavam para se recensearem, principalmente em S. Sebastião e Coração de Jesus, onde os regedores afirmavam não conhecer pessoas que aí residiam há muitos anos. Cf. “O direito de voto”. *Correio da Manhã*, 24-11-1923, p. 1.

propaganda eleitoral; efectuarem uma distribuição domiciliária das suas listas “em barda” e no dia do sufrágio terem estado presentes “à primeira chamada”. Ao inverso, os republicanos recensearam poucos novos eleitores; a sua propaganda foi “absolutamente nula”; a distribuição domiciliária das listas não foi “bem cuidada” e o eleitor republicano “acordou no domingo numa dessas disposições de passar a amanhã na cama”, não indo votar¹¹¹³. Para os monárquicos a eleição da minoria não residia na indiferença dos eleitores republicanos, o abstencionismo republicano aumentava porque a República estava “desacreditada” e, deste modo, ninguém poderia evitar a “marcha para a Monarquia”¹¹¹⁴.

O Partido Socialista que tinha vencido a minoria municipal nas últimas eleições foi o grande derrotado. A depreciação da intervenção política dos socialistas (no Parlamento e na administração municipal) originaria a crença da inutilidade do voto operário. O PS passaria por um longo calvário, do qual só sairia em 1925.

Comentando o resultado eleitoral um presidencialista afirmou que não estavam devidamente preparados e sabiam que não iriam vencer as eleições, mas quiseram saber qual era o seu peso eleitoral, que como se viu foi “nulo”, como “já os monárquicos afirmavam”. Denunciou que foram o alvo dos ataques dos monarquistas – “amigos de Peniche” – durante a campanha eleitoral e desvalorizou a sua votação atribuindo-a ao protesto “contra a incompetência e má-fé da actual vereação”¹¹¹⁵.

Os liberais revoltaram-se contra a hegemonia do PRP, pois a vitória dos democráticos originou que “na sua grande maioria, os homens de outros partidos, já começam a convencer-se de que não há meio de lutar, no campo legal, contra o partido democrático”; o caminho que restava só poderia passar por uma “luta armada”¹¹¹⁶. Em muitos concelhos criaram-se conjunções republicanas, na maioria das vezes, para se oporem à supremacia dos democráticos. Em Évora, uma Lista de reconstituintes e liberais, obteve uma votação que lhes permitiu a maioria na Comissão Executiva do município¹¹¹⁷.

¹¹¹³ Carlos Simões, “Entre a cama e as últimas eleições camarárias”. *O Mundo*, 19-11-1922, p. 3.

¹¹¹⁴ Alfredo Pimenta, “Ainda as eleições de domingos”. *Correio da Manhã*, 17-11-1922, p. 1.

¹¹¹⁵ “No rescaldo...”. *A Capital*, 14-11-1922, p. 2.

¹¹¹⁶ “A lição dos factos...”. *República*, 14-11-1922, p. 1; Ribeiro de Carvalho, “Assim, não!”. *Ibidem*, 15-11-1922, p. 1.

¹¹¹⁷ Até esta data os democráticos tinham sempre obtido a vitória nas eleições locais em Évora. Cf. Manuel Baião, *As eleições municipais em Évora...*, p. 298.

Os liberais venceram a maioria em Grândola e os democráticos a minoria. Em Mondim de Basto as minorias foram para os liberais e as maiorias para os monarquistas. No concelho de Penafiel os

O Partido Liberal marcadamente caracterizado por diferentes facções políticas (evolucionistas, unionistas e sidonistas) não conseguiu ser o grande partido da oposição conservadora nem alcançou a tão desejada rotatividade no Poder em conjunto com o Partido Democrático. Como escreveu Bernardino Machado “quiseram dois partidos de governo e ficou-se sem nenhum”¹¹¹⁸; se bem que após a queda do Governo liberal pela revolução radical outubrista e do tristemente célebre episódio da “Noite Sangrenta” tenha ficado demonstrada a incapacidade do sistema político “para permitir a alternância pacífica dos dirigentes e a renovação das elites partidárias”¹¹¹⁹, como sublinhou Luís Farinha. O desenlace para o Partido Liberal dar-se-ia, em Fevereiro de 1923, quando este e o Partido Republicano da Reconstituição Nacional se uniram e formaram o Partido Republicano Nacionalista. A direita republicana, conservadora e ordeira, encetava mais uma tentativa para criar um grande partido que fosse alternativa ao Partido Democrático.

Por todo o País as eleições municipais efectuaram-se “num clima de exaltação e distúrbios”¹¹²⁰, o que motivaria a contestação do acto eleitoral e dos seus resultados e, em muitos concelhos, a posterior anulação das eleições. Algumas edilidades eleitas chegaram a tomar posse, como sucedeu em Sintra, em que a maioria da Lista Regional (monárquico-liberal) tomou posse, em Janeiro de 1923, e a subsequente anulação das eleições originou a chamada ao exercício de funções da antiga vereação democrática, em 19 de Fevereiro¹¹²¹; não seria este o caso de Lisboa.

democráticos conquistaram a maioria e minoria; a Lista Liberal, com elementos monárquicos, foi derrotada. Em Mesão Frio venceu um «bloco conservador». Nos concelhos de Conceição e de Luz uma lista democrático-liberal derrotou uma lista reconstituente. Cf. Manuel Baião, *A Fundação do Partido Republicano Nacionalista: a construção de uma «República para todos os portugueses»*, in *Cinco Olhares sobre a República* / Coord. Jorge Fonseca; Teresa Fonseca, Lisboa, Colibri/CM de Montemor-o-Novo, 2013, p. 88.

Em Abrantes o PRP não enfrentou oposição até 1917, neste ano uma Lista Neutra venceu-lhes. Em 1919 e 1922 a vitória pertenceu de novo aos democráticos. Ver Idem, *As eleições municipais em Évora...*, p. 296.

Ainda em 1922, no concelho de Anadia uma “lista republicana” venceu a maioria municipal. Veja-se Nuno Rosmaninho, *op. cit.*, p. 49.

Em Torres Novas a vitória foi dos católicos e liberais, ficando a minoria para o PRP. Cf. António Mário Lopes dos Santos, *Torres Novas na Primeira República...*, p. 284.

¹¹¹⁸ Bernardino Machado, *Depois do 21 de Maio*, Vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 97. Citado por Luís Farinha, “O parlamento republicano...”, p. 62.

¹¹¹⁹ Luís Farinha, “O parlamento...”, p. 62.

¹¹²⁰ João B. Serra, “Caldas da Rainha (1887-1927)...”, p. 436.

¹¹²¹ Em resultado ambas as vereações passaram a reunir em diferentes locais e passou-se “um período bastante conturbado da vida do concelho, em que se procedia como se existissem duas câmaras, uma afecta aos democráticos que reunia nos Paços do Concelho, e a outra afecta à Lista «Regional»” que reunia em casa de José Antunes dos Santos, conhecido capitalista, cacique monárquico, in Maria Cândida Proença, *Eleições municipais em Sintra...*, p. 51.

A vereação lisbonense não chegaria a tomar posse. O acto eleitoral foi declarado nulo, por sentença do Tribunal Administrativo, datada de 30 de Dezembro, nas seguintes assembleias: Anjos (1.^a, 2.^a, 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a secções); na Pena (nas 4 secções); em S. José (3.^a); em S. Mamede (2.^a); em Belém (2.^a), na Lapa (nas 4 secções) e em Santa Isabel (2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a), no total de 21 secções. Quanto ao número de votos obtidos por cada candidato sobre os quais não existiam dúvidas eram válidos, acrescentando-se-lhes a votação obtida nas secções em que se repetiria o sufrágio¹¹²². O governador civil de Lisboa, a 8 de Janeiro de 1923, enviou um ofício ao ministério do Interior pedindo que fosse fixado o novo dia para repetição das eleições de procuradores e de vereadores¹¹²³. Com resposta foi promulgado o Decreto n.º 8.607, de 3 de Fevereiro¹¹²⁴, ordenando que se repetissem as eleições para a Junta Geral de Distrito e CML, nas assembleias referidas pela sentença do Tribunal Administrativo, no dia 18 de Março de 1923.

O acto eleitoral de 1923 decorreu na “mais completa serenidade”, para os republicanos. Os monárquicos denunciaram que um antigo regedor, nos Anjos, entregou ao presidente da mesa um maço de listas, que este deitou na urna, como se ouviram protestos na sala o presidente perguntou-lhe quantas listas a mais tinha entregado ao que

Nas Caldas da Rainha a vereação eleita não chegou a tomar posse, porque o sufrágio foi contestado e anulado por não ter sido constituída a secção de voto de A-dos-Francos. O acto eleitoral repetiu-se, no ano seguinte, a 9 de Setembro, os eleitos (maioria nacionalista e minoria independentes) foram empossados em 1 de Novembro. Porém, os democráticos que não tinham ido às urnas, contestaram as eleições e, uma vez mais, estas foram anuladas. Novas eleições tiveram lugar, em 16 de Março de 1924, os democráticos não apresentaram lista própria, mas não contestariam o resultado eleitoral. A maioria municipal da “Lista do Concelho”, de independentes, tomou posse em 12 de Abril, a minoria da “Lista dos Nacionalistas”, que contestou o sufrágio, nunca tomaria posse. Cf. João B. Serra, *op. cit.*, pp. 436-439.

¹¹²² Cf. [Ofício n.º] 95 enviado pela Auditoria Administrativa ao Governador Civil de Lisboa. ANTT/ADL, Governo Civil de Lisboa, Copiador de ofícios expedidos pela Auditoria Administrativa. 1923, Janeiro, 2, Lisboa, fls. 452-453.

Os cadernos eleitorais, actas de apuramento e protestos referentes às eleições municipal e da Junta Geral tinham sido enviados para a Auditoria do Contencioso Administrativo, em 22 de Novembro último. Foi também um “protesto assinado por vários eleitores da freguesia dos Anjos contra a forma como decorreu a eleição na referida freguesia”, datado de 11 de Dezembro. Veja-se ANTT/ADL, Governo Civil de Lisboa, Registo de sentenças da Auditoria do Contencioso Administrativo. 1922, [Novembro e Dezembro], Lisboa.

¹¹²³ Cf. Ofício n.º 5, de 8 de Janeiro de 1923, enviado pelo Governador Civil de Lisboa, in ANTT, Ministério do Interior, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 1.^a Repartição, Livro de correspondência recebida n.º 73, 1923, Lisboa, p. 248.

¹¹²⁴ Decreto n.º 8.607, de 3 de Fevereiro de 1923. *Diário do Governo*, I Série, n.º 23, de 3 de Fevereiro de 1923, p. 119.

este respondeu quatro, então o presidente mandou descarregar quatro nomes nos cadernos eleitorais e, na Lapa, dois indivíduos votaram “algumas vezes”¹¹²⁵.

Antes da repetição do escrutínio o deputado Cancela de Abreu tinha solicitado ao ministro do Interior que desse ordens para não se repetirem os actos praticados nas últimas eleições administrativas, assegurando que “da parte dos monárquicos não há-de haver qualquer provocação, nem motivo para que V. Ex.^a venha dizer que foram os inimigos do regime que provocaram a desordem”¹¹²⁶. O apelo ao voto pela República – apesar de esta eleição não poder alterar a constituição dos corpos administrativos e a vitória dos democratas –, mais uma vez acentuou o desafio dos monarquistas, por isso nenhum republicano poderia deixar de votar: “Hoje, como nas últimas eleições, a significação do acto eleitoral é ainda a mesma: ou monarquia ou República”¹¹²⁷.

A repetição parcial do acto eleitoral deu uma esmagadora maioria aos republicanos¹¹²⁸. A imprensa monárquica, uma vez mais, denunciou as artimanhas dos republicanos, as chapeladas e falsificações de actas¹¹²⁹. Sabemos qual foi o número de votos obtido pelos candidatos efectivos eleitos¹¹³⁰, sendo notório o acréscimo de votação da eleição do ano anterior para 1923, consequência certamente de um maior interesse por este sufrágio quer por parte do eleitorado republicano quer do monárquico.

Estas eleições administrativas foram mais aguerridas da Primeira República e onde as práticas fraudulentas e violências foram amplamente difundidas. A desorientação e o desnorte nas hostes republicanas – ou num acto premeditado de rejeição dos edis monárquicos – determinaram que a tomada de posse da nova vereação ocorresse, segundo os últimos, à margem da lei, pois não tiveram acesso à sentença da Auditoria Administrativa¹¹³¹ que proclamou os eleitos, porque esta só foi publicitada no *Rebate*, “armado em *Diário do Governo*”, nem nenhum dos presumíveis edis monarquistas recebeu qualquer comunicação do Governo Civil, e também não foram

¹¹²⁵ Ver “As eleições de ontem: A Republica saiu, mais uma vez, triunfante”, *O Mundo*, 19-03-1923, p. 1; “O acto eleitoral de ontem”. *Correio da Manhã*, 19-03-1923, p. 1.

¹¹²⁶ Sessão de 16 de Março de 1923. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 24.

¹¹²⁷ “O acto eleitoral do próximo domingo”. *O Mundo*, 16-03-1923, p. 1. Ver, ainda, “Até amanhã!”. *O Mundo*, 17-03-1923, p. 1; Mayer Garção, “Notas de um republicano: a eleição de hoje” e “A eleição de hoje”. *O Mundo*, 18-03-1923, p. 1.

¹¹²⁸ Veja-se *O Mundo* e *Correio da Manhã* de 19-03-1923; e *O Rebate* de 20-03-1923.

¹¹²⁹ “As eleições de ontem: os brutamontes”. *Correio da Manhã*, 19-03-1923, p. 1.

¹¹³⁰ Ver Anexos – A. 33. Candidatos eleitos nas eleições de 1922 (com acumulação da votação de 1923).

¹¹³¹ A sentença da Auditoria Administrativa é datada de 3 de Abril de 1923. Cf. [Ofício n.º] 30 enviado pela Auditoria Administrativa ao Governador Civil de Lisboa. ANTT/ADL, Governo Civil de Lisboa, Copiador de officios expedidos pela Auditoria Administrativa. 1923, Abril, 3, Lisboa, fls. 487-490.

oficialmente avisados da tomada de posse, como mandava a lei¹¹³². A nova edilidade, de maioria democrática, tomou posse em 5 de Abril de 1923, integrando-a sete monárquicos, representantes da minoria, apesar destes continuarem a clamar que a lista monárquica tinha vencido “indiscutivelmente as *maiorias*”, nas eleições de 12 de Novembro do ano anterior¹¹³³.

Lisboa monárquica ou republicana era este o confronto que se colocava perante os eleitores que votaram nas eleições administrativas de 1922. Que Lisboa era revolucionária já todos o sabiam, corajosa na defesa da República, tinha-o demonstrado em Monsanto, no ano de 1919, não muito distante. Todavia, a conjuntura sociopolítica tinha-se alterado e, cada vez mais afastado do povo que o implantou, o regime republicano sofria ataques cerrados, de novos e velhos inimigos, como os monárquicos que viram na conquista da capital, pelo voto, o prenúncio do seu fim.

¹¹³² “No pelourinho dos escândalos”. *O Dia*, 6-04-1923, p. 1.

¹¹³³ “Vereação de Lisboa”. *O Dia*, 5-04-1923, p. 1.

CAPÍTULO VII

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 22 DE NOVEMBRO DE 1925

VII.1. Contexto sociopolítico do acto eleitoral

Em 1925 a reiterada incapacidade de reforma do regime republicano pelo Partido Democrático e a clivagem político-social existente, entre a esquerda e a direita, trouxeram a fragmentação do espectro partidário, novos discursos e novos líderes políticos. À direita, a deslegitimação do poder político, a depreciação dos partidos e o “perigo” radical, originaram a associação das elites económicas e sociais anti-liberais na busca de uma solução para uma resposta para as suas exigências e para a reforma do sistema político, ancorado num governo forte e autoritário.

Dentro deste espírito de agremiação, mas à esquerda, enquadrava-se o Grupo Seara Nova¹¹³⁴, uma associação da elite intelectual, que se queria renovadora e inventiva de um plano de reformas sustentado por uma forte opinião pública nacional. Afirmando-se uma força intelectual com supremacia sobre os políticos, que se deviam submeter ao seu programa de reformas estruturais, através da constituição de um governo de competências suprapartidário e extra-parlamentar. Colocando-se à margem e desinteressado da conquista do Poder, não rejeitou a participação de seareiros em governos republicanos (1923-1925) e em coligações eleitorais nas eleições legislativas e municipais, nomeadamente em 1925, como veremos.

A esquerda republicana conheceu a constituição de alguns Ministérios¹¹³⁵, durante “o quase «biénio radical»”¹¹³⁶, inaugurando um novo programa que procurava a

¹¹³⁴ Grupo Seara Nova. No final de 1919 e início de 1920 ocorreram as primeiras reuniões para discussão e preparação do projecto de constituição de um “programa mínimo de realizações nacionais”. Porém, o grupo inicial dos seareiros optaria por fundar uma revista (*Seara Nova*, n.º 1, 15-10-1921), que tinha por objectivos criar uma “nova atmosfera social que imponha só por si uma política nova” – o programa mínimo seareiro – tendo por base uma elite competente e uma opinião pública esclarecida. O grupo fundador da revista era constituído por Raúl Proença, Jaime Cortesão, Luís da Câmara Reis, Faria de Vasconcelos, Aquilino Ribeiro e Raúl Brandão. Para o estudo deste Grupo, seus projectos, estratégias e actividades veja-se a tese de doutoramento de António Fernando Marques Ribeiro Reis, *Raúl Proença: biografia de um intelectual político republicano*, Vol. I, Lisboa, FCSH-UNL, 2000, pp. 329-408.

¹¹³⁵ Ministérios de Álvaro de Castro, de 18-12-1923 a 06-07-1924; Rodrigues Gaspar, de 06-07-1924 a 22-11-1924 e de José Domingues dos Santos, de 22-11-1924 a 15-02-1925.

¹¹³⁶ Fernando Rosas, *1910 a duas vozes: porque venceu...*, p. 106.

solução da crise social, através de novas soluções e de combate às forças conservadoras e oligárquicas. Após o Governo de José Domingues dos Santos (1887-1958) ter reconhecido a URSS¹¹³⁷, em 2 de Janeiro, e depois da apresentação de uma proposta de lei de organização rural, houve várias manifestações de apoio ao Governo *canhoto*, mas o mês de Fevereiro de 1925 ditou o seu fim.

Em 6 de Fevereiro o decretado encerramento da Associação Comercial de Lisboa, sede da União dos Interesses Económicos (UIE), assinalou o zénite da luta entre as *forças vivas*, que se tinham oposto ao decreto sobre a reforma bancária (17 de Janeiro), e o Governo. Na tarde deste dia, realizou-se uma manifestação popular, organizada pela CGT, de apoio à política governamental e “contra os exploradores do povo”¹¹³⁸, metamorfoseando a “rua” republicana no palco privilegiado deste conflito. Uma manifestação que se queria ordeira, mas em que o lançamento de uma bomba à GNR provocou uma resposta violenta desta corporação contra os manifestantes. Numa reacção a estes eventos, José Domingues dos Santos agradeceu o apoio dos lisboetas à sua política declarando que o Governo se “colocava abertamente ao lado dos explorados contra os exploradores” e prometeu um “inquérito rigoroso” à acção da Guarda¹¹³⁹.

Numa contra-acção os conservadores, fazendo eco da celeuma provocada por este discurso, conseguiram que fosse aprovada uma moção de desconfiança ao Governo, na Câmara dos Deputados, de maioria do PRP, em 11 de Fevereiro, originando a apresentação da demissão colectiva do Ministério. Logo nesse dia os representantes das forças que tinham manifestado apoio ao Governo foram falar com o presidente da República, Manuel Teixeira Gomes (1860-1941) comunicando-lhe que o povo só acolheria “com simpatia a constituição dum governo das esquerdas”¹¹⁴⁰. No dia 13 teria lugar uma das maiores manifestações da Primeira República (mais de 80.000 pessoas),

¹¹³⁷ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922-1991). Também designada por União Soviética, antigo estado euro-asiático, socialista, fundado em 30 de Dezembro de 1922, que congregava a *República Socialista Federativa dos Sovietes da Rússia* (de Julho de 1918), a *República Socialista Federativa da Ucrânia*, a *República Socialista Federativa da Bielo-Rússia* e a *República Socialista Federativa da Transcaucásia* (Geórgia, Azerbaijão e Arménia). Cf. José Adelino Maltez, *Tradição...*, Vol. II, p. 285. Em 1991, aquando da dissolução, a URSS reunia quinze repúblicas.

¹¹³⁸ “Que o governo satisfaça as aspirações da opinião...”. *A Capital*, 7-02-1925, p. 1.

No dia 8 teria lugar uma outra manifestação, promovida pela Federação Nacional de Cooperativas, in José Adelino Maltez, *op. cit.*, p. 312.

¹¹³⁹ Citado por Douglas L. Wheeler, *História política de Portugal...*, p. 252.

¹¹⁴⁰ “Em torno da crise ministerial...”. *A Capital*, 11-02-1925, p. 2.

promovida pela União dos Interesses Sociais¹¹⁴¹ (UIS) – assim denominada por antítese à UIE – em defesa do Governo destituído.

No dia 15 de Fevereiro, na tomada de posse do novo Ministério do centrista Vitorino Guimarães (1876-1957), de maioria democrática, o líder dos *canhotos*, Domingues dos Santos, redisse que permaneceria “ao lado dos explorados contra os exploradores”¹¹⁴². Os esquerdistas realizaram um comício no dia 15 de Março, no Porto, e em 22 do mesmo mês, no Teatro Nacional, em Lisboa, onde apelaram aos correligionários do PRP que alinhassem à esquerda. A cisão do partido parecia inadiável, a sua consumação, dividindo-o “em duas partes aproximadamente iguais” era vista como “um perigo para a República”¹¹⁴³.

O Governo de Vitorino¹¹⁴⁴ procurou garantir uma conciliação com as *forças vivas* ao suavizar a reforma bancária. Porém, no dia 18 de Abril, o golpe militar dos generais – liderado por Filomeno da Câmara (1873-1934), membro do Partido Republicano Nacionalista¹¹⁴⁵, com o envolvimento de 61 oficiais e de destacadas personalidades civis, entre as quais deputados nacionalistas –, era um sinal revelador de que para as direitas o caminho para a tomada de Poder seria perpetrado pela revolução. A UIE e a Cruzada Nun’Alvares¹¹⁴⁶ participaram nesta revolta militar¹¹⁴⁷.

¹¹⁴¹ União dos Interesses Sociais (1925). Se a UIE era o braço-forte do patronato e da alta finança a UIS, constituída a partir das manifestações unitárias de Janeiro, contava com o apoio da CGT, integrava o Partido Socialista, o Partido Comunista, a União Social Operária (USO), o comité dos partidários da Internacional Sindical Vermelha (ISV) e a Federação Nacional das Cooperativas, numa aliança fugaz das forças da esquerda contra uma direita autoritária cada vez mais organizada e seduzida pelos ideais autoritários e anti-liberais. Vd. Ana Catarina Pinto, *A Primeira República e os conflitos da modernidade: 1919-1926: a Esquerda Republicana e o Bloco Radical*, Casal de Cambra, CR/Caleidoscópio, 2011, p. 112; José Adelino Maltez, *op. cit.*, p. 311.

¹¹⁴² António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 66. Esta obra é de consulta indispensável para o estudo da História do PRED (desde as suas origens) até ao final da I República.

¹¹⁴³ “Em perigo”. *A Montanha*, 22-03-1925, p. 1. Citado por António José Queirós, *A Esquerda Democrática...*, p. 67.

¹¹⁴⁴ De 15 de Fevereiro a 1 de Julho de 1925.

¹¹⁴⁵ Partido Republicano Nacionalista (PRN). Surgiu, em 7 de Fevereiro de 1923, pela fusão do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Com esta junção os liberais e os reconstituintes desejavam que se constituísse um grande partido conservador, das direitas, que se queria uma alternativa à hegemonia dos Democráticos. No dia 8 de Maio de 1923 os reformistas aderiram ao PRN; e a 4 de Março de 1925 os presidencialistas também integraram este partido. Sobre os antecedentes, formação, dirigentes e organização interna desta força partidária é imprescindível ver a tese de doutoramento de Manuel Pimenta Morgado Baião, *Elites e organizações políticas...*, pp. 77-108; pp. 172-179; pp. 200-207 e 305-356.

Cf. o programa do PRN, in Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 295-299.

¹¹⁴⁶ Cruzada D. Nuno Álvares Pereira (1918-1938). Surgiu em Junho de 1918 como um movimento cívico-político da elite conservadora. Entre 1921 e 1924 sustentou um “discurso de poder para a reconstrução conservadora do Estado republicano”; em 1925 e 1926 “generalizou-se o discurso da revolução que acoplou o mito da «ditadura transitória», integrando esta organização nos agentes

A rendição dos revoltosos, no dia seguinte, não retirou a audácia às forças conservadoras cujos jornais lançaram uma campanha em defesa do golpe. No dia 21 de Abril seriam presos dois deputados nacionalistas¹¹⁴⁸. Porém, os implicados neste pronunciamento seriam declarados inocentes no julgamento militar (1 a 27 de Setembro). No outro lado da barricada, enquanto a maioria dos lisboetas permaneceu indiferente perante o golpe, as organizações operárias reagiram imediatamente, distribuindo panfletos, logo no dia 18, onde se lia que “o proletariado deve, pelos meios ao seu alcance, armar-se e decisivamente enfrentar e jugular o movimento das direitas”¹¹⁴⁹; contudo, esta união accidental revelaria a fraqueza e isolamento do movimento operário.

No dia 20 de Abril seriam presos dezenas de operários, numa acção repressiva governamental para acabar com a “a desordem” e com os “excessos radicais”, numa tentativa de acalmar as forças reacçãoárias. Em 15 de Maio, a Legião Vermelha¹¹⁵⁰ organizou um atentado contra o comissário-geral da polícia, Ferreira do Amaral (responsável pelas prisões), que ficou ferido. De imediato as medidas repressivas do Governo foram vigorosas, não só contra esta organização, mas contra o operariado procedendo-se a inúmeras buscas no Alto do Pina, Campo de Ourique, Campo Grande, Benfica, etc.¹¹⁵¹, que resultaram em cerca de uma centena de operários presos que seriam deportados para a Guiné. A CGT condenou a Legião Vermelha e distanciou-se dos seus métodos terroristas, mas atacou as deportações. Depois do fracasso das duas

políticos potenciadores da queda da I República” (p. 833). Extinguiu-se em Outubro de 1938. Cf. Ernesto Castro Leal, “A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)”. *Análise Social*, Vol. XXXIII, n.º 148 (1998), pp. 823-951.

¹¹⁴⁷ Cf. António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. II, pp. 94-95.

O jornal *O Século*, órgão da UIE, seria apreendido no dia 18 de Abril e suspenso entre 19 de Abril e 6 de Maio, in *Ibidem*, pp. 97-98.

Já antes, em 5 de Março, três oficiais monárquicos tinham tentado apossar-se do quartel-general da guarnição militar de Lisboa.

¹¹⁴⁸ Foram detidos Cunha Leal e Garcia Loureiro. Cf. “Nos deputados...”. *A Capital*, 21-04-1925, p. 2.

Sobre o envolvimento dos nacionalistas no 18 de Abril, veja-se Manuel Pimenta Morgado Baião, *op. cit.*, pp. 209-213.

¹¹⁴⁹ Comunicado conjunto da UIS, PS, PCP, ISV, CGT e Centro Republicano 5 de Outubro, in António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. II, p. 101.

Também foram distribuídos panfletos pela União Sindical Operária (USO) e as Juventudes Sindicalistas.

¹¹⁵⁰ Legião Vermelha (1923-1926). Organização clandestina inicialmente constituída por um pequeno grupo de anarquistas (não mais de 10), conectada pelo patronato e pelo Estado como sendo o braço armado dos sindicatos, à qual foram atribuídos a autoria de vários atentados em 1923 e 1925. Depois desta data e até ao final da República, com a prisão ou morte da maioria dos seus fundadores, transformar-se-ia, segundo alguns autores, num pequeno grupo armado, ao qual alguns banqueiros dariam dinheiro, como forma de protecção. Ver António José Telo, *op. cit.*, Vol. I, pp. 323-325; Luís Farinha, “Sindicalismo livre...”, pp. 93-94.

¹¹⁵¹ “O atentado contra o comandante da polícia...”. *A Capital*, 16-05-1925, p. 2.

greves gerais, convocadas por esta organização, a repressão governamental contra os sindicalistas prosseguiria durante o mês de Junho. Até ao fim da República a CGT lutaria contra as deportações, não com greves, mas com pequenos comícios e sessões de propaganda.

Depois do 18 de Abril o regime republicano, tentando reconquistar a pequena e média burguesia, acabou com a Legião Vermelha e deportou os operários mais radicais, afastando-se ainda mais do operariado, e virou contra si a CGT, consumando “conscientemente o divórcio com o proletariado organizado”¹¹⁵²; em contrapartida, relativamente às forças conservadoras usou uma acção moderada e apaziguadora. À queda do Governo de Vitorino Guimarães sobreveio o curto Ministério de António Maria da Silva (31 dias), constituído por *bonzos*¹¹⁵³. A demissão de Vitorino deu “início ao último acto entre *bonzos* e *canhotos*, que marcaria de forma dramática a última cisão do PRP”¹¹⁵⁴. A escolha pelo Directório do PRP (por unanimidade) de António Maria da Silva para presidir ao Governo foi considerada irregular pelos esquerdistas, que declararam não ter sido ouvido o Grupo Parlamentar do PRP (os *canhotos* tinham-se recusado a comparecer nas reuniões deste Grupo e na reunião conjunta do Directório e das Juntas Parlamentares). A tensão e divisão políticas eram irreversíveis no seio do partido.

Os esquerdistas afirmaram-se, desde o início, como opositores ao Ministério *bonzo*, por isso apoiaram a moção de censura apresentada pelos nacionalistas, em 17 de Julho, que foi aprovada. No mesmo dia seria avalizada uma moção de confiança ao Governo no Senado, onde o PRP detinha a maioria dos senadores. No meio deste embaraço político ocorreu novo golpe a 19 de Julho, chefiado pelo Capitão-de-mar-e-guerra Mendes Cabeçadas (1883-1965), com o envolvimento de militares do 18 de Abril (evadidos) e de nacionalistas. No mesmo dia esta revolta seria dominada. Os implicados neste golpe também seriam absolvidos no julgamento militar de Novembro do mesmo ano¹¹⁵⁵.

¹¹⁵² António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. II, p. 108.

¹¹⁵³ De 1 de Julho a 1 de Agosto de 1925.

A denominação de *bonzos* para algumas personalidades do PRP começou a ser aplicada no início da década de 20, quando começaram as dissidências deste partido imobilizado face aos desafios trazidos pelo pós-guerra. Cf. Luís Farinha, “A Transformação Política da República...”, p. 480 (nota de rodapé).

¹¹⁵⁴ António José Queirós, *A Esquerda Democrática...*, p. 75.

¹¹⁵⁵ Cf. Manuel Pimenta Morgado Baião, *Elites e organizações políticas...*, p. 219 e pp. 224-226.

O apoio dos *canhotos* à moção de desconfiança apresentada pelo PRN ditaria a sua irradiação, em 17 de Julho. No dia 20 estes reuniram-se e decidiram manter-se no PRP até ao próximo congresso, passando a denominar-se Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática¹¹⁵⁶. Imediatamente em volta dos irradiados se patenteou um clima de solidariedade e de protesto contra o Directório, materializado na criação da Comissão Central de Resistência aos Actos do Directório, no dia 27. Todavia, até ao fim da primeira semana de Agosto apenas 37 membros (num total de 624 membros) das comissões paroquiais da capital tinham manifestado a sua solidariedade com os esquerdistas.

A Comissão Municipal de Lisboa do PRP, eleita em Dezembro de 1924, era constituída por *bonzos*, não manifestando por isso qualquer apoio institucional. No início de Setembro, em resposta ao pedido da Comissão Central de Resistência, já existiam várias comissões e subcomissões de resistência¹¹⁵⁷ em todo o País. Através delas os *canhotos* tentavam manter um vínculo institucional entre os partidários que não aceitavam a política do Directório. Este órgão viria, aliás, a contribuir para apressar o processo de constituição destas comissões quando, em nota oficiosa de 15 de Agosto, considerou desfiliaados do PRP todos os que tivessem aderido ou aderissem à Esquerda Democrática (ou a outro partido); e quando por “actos de manifesta indisciplina” dissolveu algumas comissões municipais e paroquiais, entre estas, a comissão paroquial de Santa Engrácia.

Em Lisboa foram constituídas subcomissões de resistência nas freguesias de Alcântara, Anjos, Penha de França, Santa Justa, Santos, S. Cristóvão e Socorro¹¹⁵⁸ (uma minoria de 7 freguesias num total de 43). No dia 13 de Agosto os esquerdistas

¹¹⁵⁶ A raiz da expressão “esquerda democrática” remonta a 1914, quando foi usada pela primeira vez, por Bernardino Machado, na Câmara dos Deputados. Em 1920 foi Vitorino Guimarães, deputado do PRP, que se referiu ao lugar aos deputados da sua bancada como “esquerda democrática”. Três anos depois Pedro Sá Pereira, também democrático, afirmou pertencer à “esquerda democrática”. Por fim, José Domingues dos Santos, em 5 de Agosto de 1925, anunciou no Parlamento a constituição do Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática. O Partido Republicano da Esquerda Democrática (PRED) seria fundado em Abril de 1926, durante o Congresso Geral da Esquerda Democrática, realizado em Lisboa, no Liceu Camões. Cf. António José Queirós, *A Esquerda Democrática...*, p. 29 e 199 e segs. Além desta obra para o estudo do PRED e, principalmente, do seu mais destacado líder, veja-se António José Queiroz, *José Domingues dos Santos: o defensor do povo (1887-1958)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012.

O PRED tinha por base o “velho” programa do PRP de 1891. Veja-se José Domingues dos Santos, “O Problema Político”, in Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 337-355.

¹¹⁵⁷ As comissões de resistência correspondiam às comissões municipais do PRP e as subcomissões às comissões paroquiais.

¹¹⁵⁸ Ver nomes dos membros e composição destas comissões em António José Queirós, *A Esquerda Democrática...*, p. 259 (nota de rodapé).

promoveram uma sessão de propaganda no Centro Republicano Dr. Castelo Branco Saraiva, “um dos principais bastiões do republicanismo lisboeta”; e no dia 14 foi inaugurada a sede definitiva do Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos, na rua de Santo António dos Capuchos, 43-1º (a sessão inaugural deste Centro tinha-se realizado no dia 9, no Teatro Joaquim de Almeida)¹¹⁵⁹. Contudo, os *canhotos* sabiam que a maioria da estrutura organizativa do PRP era fiel ao Directório.

Entrementes, ao Ministério de António Maria da Silva tinha sucedido o de Domingos Pereira¹¹⁶⁰, antigo dissidente democrático, presidente da Câmara dos Deputados, que dava algumas garantias de imparcialidade política. Durante a vigência da sua governação os principais factos políticos foram o julgamento dos implicados no 18 de Abril, prenúncio da capitulação do modelo liberal-republicano; o escândalo de Alves dos Reis (seria detido a 6 de Dezembro) e as eleições legislativas e municipais, respectivamente em 8 e 22 de Novembro, que seriam as últimas da Primeira República.

Como não dominavam o aparelho partidário Democrático a decisão dos esquerdistas concorrerem às eleições legislativas em listas próprias era determinante para a sua sobrevivência política, por isso, a Comissão Central de Resistência, no dia 23 de Setembro, decidiu disputar as maiorias parlamentares, deste modo, como assinalou António Queirós, “os esquerdistas enveredavam por um caminho que não tinha retorno possível”¹¹⁶¹. A 10 de Outubro a Comissão Central realizou uma reunião com representantes dos operários arsenalistas do exército e da marinha, para a feitura de listas conjuntas. No dia 14 de Outubro foram anunciados os acordos eleitorais, para os dois círculos da capital, não só com os arsenalistas, mas com representantes dos empregados no comércio e dos telégrafos-postais e com o PCP¹¹⁶².

Neste ano de 1925 o Partido Democrático encontrava-se seriamente fragilizado: debilitado internamente, devido à sua última cisão esquerdista; e, externamente, encontrava-se política e socialmente isolado: o operariado era-lhe cada vez mais hostil; a elite económica e social tinha-se deixado seduzir pelas chamadas *forças vivas*,

¹¹⁵⁹ António José Queirós, *op. cit.*, p. 91.

O Teatro Joaquim de Almeida situava-se na esquina da rua do Sol ao Rato e da rua de S. Bento, tinha sido inaugurado em Abril de 1925, cinco anos depois seria demolido em consequência da abertura da avenida Álvares Cabral. Ver M. Félix Ribeiro, *op. cit.*, pp. 178-179.

¹¹⁶⁰ De 1 de Agosto de 1925 a 17 de Dezembro de 1925.

¹¹⁶¹ António José Queirós, *Ibidem*, p. 96.

¹¹⁶² Já em Maio tínhamos notícias da intenção do PCP em organizar uma lista do *Bloco operário e camponês* para as eleições na capital. Ver Carlos Rates, “O próximo acto eleitoral”. *O Comunista*, 9-05-1925, p. 2.

No mesmo dia o PCP publicou um “programa municipal” de base marxista. *Ibidem*, p. 1.

autoritárias, e seus propósitos de instaurar a “ordem” contra a “desordem” vigente; e a classe média urbana, “entalada” entre as *forças vivas* e o operariado, afastava-se fatalmente da sua esfera.

Apesar disso, o perigo que representava a direita (consubstanciado nos golpes militares de Abril e Julho deste ano) fez concentrar em torno do PRP e da Esquerda Democrática os republicanos que se opunham às ideias fascistas e autoritárias¹¹⁶³, por isso, nas eleições legislativas de 1925 os democráticos venceram por maioria absoluta no Congresso, feito que não alcançavam desde as eleições de 1919, elegendo 83 deputados; seguidos dos nacionalistas com 33 deputados; dos independentes com 21 eleitos¹¹⁶⁴; dos monárquicos com 8 deputados; dos esquerdistas, com 6 deputados; da União dos Interesses Económicos e dos Católicos, cada com 4 deputados e, por fim, os socialistas e os regionalistas, cada com 2 deputados¹¹⁶⁵. Os radicais¹¹⁶⁶, embora concorrendo, não elegeram nenhum deputado.

Em Lisboa para as eleições parlamentares apresentou-se uma Lista de Conjunção do PRP, do PS e do PRN que conquistou 10.448 votos; a Esquerda Democrática, numa «Lista Popular» com os comunistas e forças sociais operárias¹¹⁶⁷, obteve 6.408 votos; os radicais 2.052 votos e os monárquicos alcançaram 5.972

¹¹⁶³ Cf. Maria Cândida Proença, *Eleições municipais em Sintra...*, p. 55.

¹¹⁶⁴ Alguns destes independentes contavam com a “recomendação” da UIE. Veja-se “União dos Interesses Económicos”. *O Século*, 8-11-1925, p. 1.

A sua eleição evidenciou o descrédito dos políticos e dos partidos, in Manuel Baiôa, *Partidos e sistema partidário...*, p. 39 (nota de rodapé).

¹¹⁶⁵ Dados da votação retirados de António José Queirós, “As eleições legislativas de 1925”. *Revista da Faculdade de Letras: História*, III Serie, Vol. 11 (2010), p. 93.

Os Regionalistas elegeram os seus dois deputados, em virtude da vitória em Ponta Delgada, in Idem, *Ibidem*, p. 77 (nota de rodapé).

É problemático para o investigador saber que força partidária apoiava os candidatos, por isso, Manuel Baiôa apresenta algumas diferenças para a filiação dos parlamentares eleitos. Cf. Manuel Pimenta Morgado Baiôa, *Elites e organizações políticas...*, p. 266.

¹¹⁶⁶ Partido Republicano Radical (PRR). O seu nome inicial era Partido Republicano de Fomento Nacional (veja-se Cap. VI), mas por influência do Partido Radical Francês e porque para muitos correligionários a sua denominação não traduzia com nitidez o seu radicalismo político foi sancionado no seu I Congresso, em Junho de 1923, o de PRR. Era um agrupamento político de antigos filiados no PRP, republicanos radicais independentes, personalidades do Outubrismo e elementos do antigo Partido Popular. Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas...*, pp. 90-95.

¹¹⁶⁷ Em Beja também existiu uma «Lista Popular» com um representante dos comunistas. Cf. António José Queirós, *A Esquerda Democrática...*, p. 106.

No dia 8 de Novembro o apelo ao “eleitor proletário” para votar na «Lista Popular» e contra a abstenção, fez manchete n’*O Comunista*, 8-11-1925, p. 1.

O estabelecimento de acordos interpartidários dos comunistas com outros partidos (PS, PRR e ED) para eleições, sessões de propaganda e conspirações; a par da «bolchevização», entre 1925-1926, explicam parte do afastamento dos seus militantes e a diminuição da força do PCP, de 1926 a 1929. Cf. José Pacheco Pereira, “O PCP na I República: membros e direcção”. *Estudos sobre o Comunismo: Boletim de Estudos Interdisciplinares sobre o Comunismo e os Movimentos Comunistas*, n.º 1 (1983), p. 14.

votos¹¹⁶⁸. Num total de 24.880 votantes, foram conquistados pelos partidos republicanos 18.908 votos (76%). A UIE não disputou as eleições em Lisboa, esta decisão não dividiu o eleitorado conservador e deu uma grande contribuição para a derrota da Esquerda Democrática¹¹⁶⁹.

Assim, os votos obtidos pela Conjunção PRP-PS-PRN traduziram-se na vitória dos democráticos nos dois círculos eleitorais da capital. Os socialistas e os nacionalistas elegeram um deputado no Círculo Ocidental e os monárquicos dois deputados. A Esquerda Democrática, depois de inviabilizado o pacto eleitoral com os radicais, os socialistas e os seareiros, conseguiu eleger dois deputados pelo Círculo Oriental, no que não deixou de configurar um desaire face às expectativas existentes. Neste Círculo foram também eleitos um deputado nacionalista e um independente¹¹⁷⁰. O PRR não elegeu nenhum candidato. Os democráticos desviaram as atenções dos esquerdistas (seus verdadeiros adversários neste acto eleitoral) para os monarquistas, glorificando a sua vitória: “A cidade mais republicana da Europa, mantém-se no seu posto. Fiquem os monárquicos sabendo disso para seu governo”¹¹⁷¹.

A CGT tinha continuado a sustentar a sua posição oficial de abstenção ao acto eleitoral. Porém, desta vez, os sindicalistas moderados tinham defendido que face à ameaça dos conservadores, concomitantemente com a divisão do movimento operário, seria melhor “votar na esquerda”. Estas posições dos moderados pareciam suscitar alguns receios entre os sindicalistas radicais, expressos numa nota oficiosa do Comité Confederal da CGT, no dia 3 de Novembro, em que apelaram à abstenção. Igualmente *A Batalha* criticou ferozmente a ideia de que era “preferível votar na esquerda”¹¹⁷².

Concluindo, nas eleições legislativas de 1925 “o esforço de mobilização partiu dos grupos monárquicos e autoritários (agora acrescidos da União dos Interesses Económicos)”; e os republicanos, para contrabalançar, criaram “pactos e combinações, as fraudes e a violência”¹¹⁷³; houve falsificação das actas nas assembleias de voto, que era habitual, mas também no próprio ministério do Interior, o que constituiu uma “verdadeira inovação em matéria de fraudes”; a imprensa monarquista apelidou-a de

¹¹⁶⁸ Maltez, *Eleições [1925]*. Disponível em <http://maltez.info/respublica/> [última consulta 06-03-2014].

¹¹⁶⁹ Cf. António José Queirós, “As eleições legislativas de 1925”, p. 65.

¹¹⁷⁰ Veja-se *Ibidem*, pp. 87-88.

¹¹⁷¹ “Lisboa republicana”. *Rebate*, 10-11-1925, p. 1.

¹¹⁷² António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. II, p. 121.

¹¹⁷³ Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, p. 156.

“deseleição”¹¹⁷⁴, porque vários candidatos monárquicos e católicos teriam perdido os seus lugares de deputados e senadores a favor dos democráticos, nacionalistas e esquerdistas. Este sufrágio, segundo Farelo Lopes, foi o mais fraudulento e indecoroso da Primeira República¹¹⁷⁵. Vejamos como decorreram as eleições para o Município de Lisboa.

VII.2. Forças políticas e candidatos a vereadores

No dia 22 de Setembro foi promulgado o Decreto n.º 11.094 que convocou as eleições administrativas para o dia 22 de Novembro¹¹⁷⁶. Nestas eleições municipais manteve-se inalterado o número de vinte e um candidatos efectivos (e igual número de substitutos) para disputarem a eleição da maioria municipal e de sete candidatos efectivos (acrescidos dos substitutos) para a minoria; como todas as listas concorreram à maioria apresentavam um total de 42 nomes. O prazo para a apresentação das candidaturas de três dias antes da votação também se manteve imutável.

Apresentaram-se ao sufrágio cinco listas, algumas de coligação: a Lista de Conjunção PRP-Socialista; a Lista de Conjunção Esquerdistas-Radical; a Lista da UIE; a Lista Monárquica e a Lista de «Homens Livres», todas a disputar a maioria. Os católicos não se apresentaram às urnas¹¹⁷⁷. Ao eleitorado apresentava-se uma panóplia de forças partidárias, em que os radicais e os conservadores – os blocos das “esquerdas” e das “direitas”, se encontravam divididos. O combate pela conquista do voto, à esquerda, far-se-ia entre os democráticos-socialistas e os esquerdistas-radicais; e, à direita, entre *as forças vivas* (UIE) aliadas aos nacionalistas e os monárquicos.

A luta eleitoral em Lisboa era interessante pois a combinação das forças políticas tinha sofrido mudanças profundas relativamente às que se tinham apresentado às eleições gerais. Na lista Democrático-Socialista, só entravam elementos destes dois partidos, tendo abandonado esta coligação os nacionalistas e os independentes; a Esquerdistas-Radical era constituída pela ED e pelo PRR, tendo os esquerdistas perdido

¹¹⁷⁴ Idem, *A I República portuguesa: questão eleitoral...*, p. 421.

¹¹⁷⁵ Idem, *Poder político...*, p. 159.

¹¹⁷⁶ Decreto n.º 11.094. *Diário do Governo*, I Série, n.º 203, de 22 de Setembro de 1925, p. 1207.

O mesmo decreto convocou as eleições gerais para o dia 8 do mesmo mês e as eleições das juntas de freguesia para 6 de Dezembro.

¹¹⁷⁷ Numa reunião das comissões paroquiais do Círculo Católico, no dia 15 de Novembro, foram trocadas “impressões” sobre estas eleições. Cf. “A organização da lista dos católicos”. *Diário de Notícias*, 16-11-1925, p. 2.

o apoio das forças operárias; a Lista da UIE era na verdade uma Lista de Conjunção UIE-Nacionalista denominada de Lista da Cidade; a mesma designação ostentava a lista patrocinada pela Causa Monárquica. Estas coligações eleitorais tornavam especialmente singulares as eleições na capital, onde duas forças políticas a UIE e o PRN concorriam pela primeira vez às eleições administrativas (e coligadas), desconhecendo o seu peso político. Para os monárquicos estava em causa a reconquista da minoria camarária.

Passemos a uma análise/caracterização muito sucinta das diferentes listas em confronto. Começamos pela Lista de Conjunção PRP-PS, na qual a aliança repetida nestas eleições interessava aos socialistas que garantiam a nomeação de alguns vereadores, mas era sobretudo proveitosa para os democráticos, que experienciavam a sua maior cisão, qualificados de *bonzos*, e que deste modo poderiam conseguir captar alguns votos à Esquerda Democrática. Ao realizar a união com os socialistas o PRP diligenciava uma aproximação ao operariado e tentava demonstrar que não era uma força conservadora¹¹⁷⁸.

Em 1925 o PS – que, durante a Primeira República, se descobriu cercado à esquerda pelos movimentos anarco-sindicalistas; e à direita, pelo PRP que disputava o voto da classe média e operariado – era “mais do que nunca um pequeno grupo de intelectuais e empregados urbanos com escassa influência no proletariado (tabaco, têxteis e pouco mais), sem táctica definida e sem perspectivas”¹¹⁷⁹. Não se vislumbrando a hipótese de voltar à governação estavam ultrapassadas as divisões entre intervencionistas e não intervencionistas, patenteando-se alguma unidade partidária. Com a aproximação das eleições parlamentares algumas vozes (as bases) defenderam uma aliança com a ED, mas a direcção, apostando na recuperação da força do PS (a exemplo do que sucedera 1919), apostou numa coligação com o PRP, nas eleições parlamentares e municipais. A nova direcção estava consciente das fragilidades do partido (deserção e indiferença)¹¹⁸⁰ e apostava num modelo que no passado tinha dado frutos – a aliança com os democráticos.

¹¹⁷⁸ Veja-se “No próximo domingo: votar pelo PRP é votar pela cidade de Lisboa”. *O Rebate*, 18-11-1925, p. 1.

¹¹⁷⁹ António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, p. 342.

¹¹⁸⁰ No X Congresso Nacional Socialista, no Porto, de 21 a 23 de Junho de 1924, estiveram presentes 122 delegados, representantes de 52 agrupamentos socialistas e 2 jornais; e no V Congresso Socialista da Região Sul, em Lisboa, de 1 a 2 de Dezembro de 1923, estiveram 86 delegados, representantes de 34 organizações e 1 jornal. Ver César Nogueira, *Resumo...*, p. 80 e 104.

O início dos trabalhos preparatórios do PRP deu-se com uma reunião do Directório convocada inicialmente para dia 10 de Novembro, mas adiada para o dia seguinte por falta de comparência dos vogais¹¹⁸¹. Noticiou-se que os democráticos estariam dispostos a alianças com os socialistas e nacionalistas e houve conversações entre o PRP e o PRN, no dia 12 de Novembro, tendo os primeiros oferecido aos nacionalistas a eleição de dois vereadores efectivos e igual número de substitutos, estes contra-propuseram e exigiram ter cinco vereadores efectivos e cinco suplentes, não chegando a haver acordo. Admitindo que a proposta não seria aceite pelos democráticos os nacionalistas pensaram organizar uma Lista Neutra ou Lista da Cidade, com candidatos seus e independentes¹¹⁸²; no final, acabariam por coligar-se à UIE.

As negociações entre o PRP e o PS foram produtivas, aceitando os socialistas menos do que tinha sido recusado pelos nacionalistas. No dia 14 os delegados da comissão eleitoral socialista comunicaram aos seus partidários o acordo efectuado com os democráticos: dois candidatos socialistas a vereadores efectivos e um substituto, que seriam respectivamente Alfredo Franco, metalúrgico (director d'*O Combate*, em 1920-1921); Júlio Silva, contabilista e Mário da Silva, construtor civil. Estes candidatos foram eleitos em escrutínio secreto pelos delegados das comissões de freguesia¹¹⁸³. A Lista Democrático-Socialista teria trinta e nove elementos do PRP, que constituíam a esmagadora maioria (92,8%) dos candidatos.

No dia 13 a Comissão Municipal de Lisboa do PRP convocou as comissões paroquiais para uma reunião conjunta onde sobre os trabalhos para a selecção dos seus candidatos. A propósito desta convocatória, um filiado do PRP, advogado de profissão, publicou um artigo deveras curioso, em que elogiava a Comissão Municipal pela sua atitude (o que era insólito, porque esta acção era parte integrante da orgânica partidária do PRP) e explanava sobre a escolha dos candidatos democráticos e suas qualidades. Estes candidatos deveriam possuir “uma improbidade moral incontestada” e “uma envergadura intelectual”; porque a cidade necessitava de homens cuja gestão camarária tivesse os seguintes objectivos: o seu embelezamento; uma administração financeira honesta e escrupulosa; zelo pelo bem-estar dos seus munícipes; higiene pública;

¹¹⁸¹ “As próximas eleições municipais”. *Diário de Notícias*, 11-11-1925, p. 2.

¹¹⁸² “O momento político...”. *Diário de Notícias*, 13-11-1925, p. 1.

¹¹⁸³ Ficou ainda estabelecido que teriam um efectivo e outro substituto para a Junta Geral de Distrito. Cf. “O dia político”. *O Século*, 15-11-1925, p. 2.

Seriam António Francisco Pereira, efectivo e Eduardo C. S. Cardoso, suplente. Vd. “A eleição de hoje e o Partido Socialista”. *O Protesto*, 22-11-1925, p. 2.

assistência infantil; a abertura de mais cursos nocturnos para adultos; e, finalmente, de “verdadeiros republicanos, que sejam verdadeiras competências, de modo que amanhã, dentro dos respectivos pelouros façam obra administrativa honesta e republicana” visando o progresso e os munícipes¹¹⁸⁴. Um programa de intenções que era ao mesmo tempo uma crítica à gestão municipal lisbonense que sempre esteve nas mãos dos democráticos, salvo raras excepções.

O descontentamento reinante sobre a actual administração camarária dificultou a escolha dos candidatos, nas reuniões entre a Comissão Municipal e as comissões paroquiais, gerando momentos de tensão, no final ficou decidido que os actuais edis não seriam reeleitos, excepção feita a alguns¹¹⁸⁵. Contudo, acabariam por integrar a lista treze vereadores democráticos em exercício (30,9%), a saber: Alexandre Ferreira, Alfredo Pedro Guisado, Armando Alves Berardo, Magalhães Peixoto, Daniel José Rodrigues, Emanuel Khon, Januário Esteves Nogueira, João Martins Casal, José Inácio Pinto Rodrigues, José Luís Gomes Heleno e Raúl Marques Caldeira, efectivos; Aurélio Amaro Diniz e Barros de Lima, substitutos. Seriam apresentados como antigos vereadores, atestando o facto de a sua recandidatura ser envergonhada¹¹⁸⁶. Os esquerdistas deram notícias sobre o descontentamento de “toda a gente”, inclusive dos correligionários democráticos relativamente aos escolhidos para estas eleições; considerando que este facto, agravado pelo afastamento da “massa popular”, deixaria os *bonzos* inquietos com o resultado da eleição¹¹⁸⁷.

No campo político oposto um periódico monarquista relatou o que aconteceu na reunião em que foram escolhidos os candidatos, afirmando que a selecção não fora uma tarefa fácil. Existiriam 320 pretendentes, todos reunidos na sede d’*O Rebate*, que se digladiaram “num desafio de mútuos insultos e impropérios”; em que a injúria mais insignificante era a de “«não se saber nem ler, nem escrever»”. Difundiram ainda a notícia, de que no próprio *Rebate* apelidaram a Lista Democrática de «Lista dos Genuarios», epíteto que ficaria a dever-se ao facto de José Augusto Leal, marceneiro, num almoço, ao rabiscar o nome de Januário Esteves Nogueira (também seria candidato), tivesse escrito “Genuario”. Assim, José Leal, que na lista surgiria como comerciante e industrial, teria sido desacreditado nesta reunião por «não saber ler nem

¹¹⁸⁴ Santos Marcelo, “As próximas eleições municipais”. *O Rebate*, 14-11-1925, p. 2.

¹¹⁸⁵ “As eleições administrativas”. *Diário de Notícias*, 15-11-1925, p. 2.

¹¹⁸⁶ “Candidatos do PRP”. *O Rebate*, 17-11-1925, p. 1.

¹¹⁸⁷ Ver “Coitados!”. *O Mundo*, 21-11-1925, p. 1.

escrever», recordando-se-lhe as vezes em que “nem os nomes dos seus correligionários escrevera sem erros”¹¹⁸⁸. O descrédito dos candidatos democráticos era desta maneira conduzido ao extremo, pois “saber ler e escrever” era condição obrigatória a qualquer eleitor e, por conseguinte, aos pretendentes a cargos políticos.

A primeira lista de candidatos da Conjunção PRP-PS foi publicada a 15 de Novembro, mas sofreu alterações e a lista definitiva foi dada à estampa dois dias depois¹¹⁸⁹. Na lista inicial nos efectivos aparecia Joaquim Duarte Fernão Pires, comerciante e antigo vereador, seria substituído por José dos Santos, comerciante; e nos suplentes foram supridos Augusto Matos Cid, advogado; José Epifânio Correia, construtor civil e Manuel Pinheiro Janes, comerciante, dando lugar a Barros de Lima, funcionário público e antigo vereador; e aos comerciantes Emílio Augusto da Silva Braga e Casimiro Martins Esteves. No próprio dia do sufrágio *O Rebate* apresentou a última mudança da Lista: a substituição de José Sequeira Nunes, comerciante por José Simões, funcionário público. Pelo menos esta substituição é reveladora da balbúrdia que imperava nos centros políticos do PRP na capital, onde os partidários das diferentes facções, *bonzos* e *canhotos*, conviviam constantemente sem terem ainda manifestado a sua fidelidade política, o que também viria a gerar dificuldades e equívocos na constituição das mesas das assembleias eleitorais. Nestas eleições municipais alguns militantes do PRP tiveram de definir a sua arena política.

Foi este o caso de José Sequeira Nunes, candidato substituto, que desde a primeira hora foi candidato efectivo na Lista de Conjunção Esquerdista-Radical, após aceitar o convite que lhe foi dirigido por um grupo de republicanos destas duas forças partidárias¹¹⁹⁰. Aliás, segundo um comunicado da comissão paroquial do PRP de Alcântara, em reunião de 21 de Outubro, estando presente como membro da mesma, Sequeira Nunes, peremptoriamente declinou a indicação do seu nome para vereador, mas a sua recusa não foi aceite. Facto que este lamentaria a um seu correligionário, no dia seguinte. Neste dia 22 o presidente da Comissão de Alcântara seria informado de que Nunes era candidato pela Lista *Canhota*, que “ajudara ou ajudava a confeccionar”. Convocado para uma reunião não compareceu, porém, estaria presente no dia 18 de

¹¹⁸⁸ Ver “Município democrático: a lista dos ... Genuários”. *Correio da Manhã*, 21-11-1925, p. 1; “«Froternidade» (sic) democrática...”. *Ibidem*, 18-11-1925, p. 1.

¹¹⁸⁹ Cf. “Partido Republicano Português”. *O Rebate*, 15-11-1925, p. 1; “Candidatos do PRP”. *Ibidem*, 17-11-1925, p. 1.

Veja-se Anexos – A.34. Candidatos a vereadores da Lista PRP-PS nas eleições de 1925.

¹¹⁹⁰ “Escreve-nos o nosso prezado correligionário...”. *O Mundo*, 21-11-1925, p. 2.

Novembro onde “confessou a sua deslealdade ao Partido, não só agora, como já na última eleição de deputados”. Perante este reconhecimento, embora deplorando a decisão, a comissão retirou-lhe a confiança política e ordenou a sua irradiação do PRP. Por este motivo as listas em distribuição apresentaram o seu nome riscado, a partir desta data¹¹⁹¹. As vicissitudes inerentes ao trabalho tipográfico, na época, só permitiram a substituição do seu nome pelo de José Simões na Lista publicitada no dia do sufrágio¹¹⁹².

Observemos as profissões dos candidatos da Lista PRP-PS (Quadro 26). Sem surpresas, nos efectivos, em primeiro lugar, estavam representados oito comerciantes (38%); seguiam-se, os funcionários públicos com três candidatos (14,3%); e na terceira posição dois advogados (9,5%). Similarmente a primazia nos candidatos suplentes também pertencia aos oito comerciantes; em segundo lugar os seis empregados públicos (28,5%); e depois os dois engenheiros (9,5%). Na contagem total a primeira posição pertencia aos comerciantes com dezasseis elementos (38%); seguia-se o funcionalismo público com nove candidatos (21,4%); e em terceiro lugar, em *ex aequo*, os advogados e os engenheiros com três representantes (7,1%).

Quadro 26 – Profissão primária dos candidatos da Lista PRP-PS - 1925

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	2	9,5	1	4,8	3	7,1
Arquitecto	-	-	1	4,8	1	2,4
Capitalista	-	-	1	4,8	1	2,4
Comerciante	8	38,0	8	38,0	16	38,0
Contabilista	1	4,8	-	-	1	2,4
Construtor civil	-	-	1	4,8	1	2,4
Engenheiro ^(a)	1	4,8	2	9,5	3	7,1
Farmacêutico	1	4,8	-	-	1	2,4
Funcionário público	3	14,3	6	28,5	9	21,4
Industrial	1	4,8	1	4,8	2	4,8
Médico	1	4,8	-	-	1	2,4
Metalúrgico	1	4,8	-	-	1	2,4
Professor não universitário	1	4,8	-	-	1	2,4
Proprietário	1	4,8	-	-	1	2,4
Total	21	100	21	100	42	100

^(a) – Inclui um engenheiro civil.

Fonte: *O Rebate*, 22-11-1925: 1.

¹¹⁹¹ “Eleições camarárias: uma nota oficiosa...”. *O Rebate*, 20-11-1925, p. 2.

Em relação às listas já distribuídas, a Comissão Municipal aconselhava os eleitores a riscar o seu nome e a substituí-lo pelo de José Simões. Cf. “PRP”. *O Rebate*, 21-11-1925, p. 1.

¹¹⁹² Cf. “Candidatos do PRP”. *O Rebate*, 22-11-1925, p. 1.

Não sabemos se o professor do liceu exercia funções no Estado, em caso afirmativo, seriam na realidade dez os funcionários públicos. Nos profissionais com um único representante salientava-se o metalúrgico, elemento do operariado; o capitalista, da alta-burguesia; assim como, representantes de profissões liberais (arquitecto, contabilista, farmacêutico e médico), no que pode ser entendido como uma tentativa de apresentar alguma heterogeneidade socioprofissional.

Concluindo, esta Lista apresentava quinze candidatos efectivos e quatro substitutos que eram ou tinham sido antigos vereadores da CML¹¹⁹³; dois antigos ministros (Daniel José Rodrigues e João Catanho de Meneses, que também tinham sido edis) e três antigos procuradores à Junta Geral de Distrito. Sem dúvida uma Lista de candidatos com larga experiência no exercício de funções autárquicas, mas pouco ecléctica em termos de representatividade profissional, com os comerciantes lisboenses, pertencentes à pequena e média burguesia, a base de apoio e de filiação do PRP, a assumirem um lugar proeminente, apesar da conjuntura sociopolítica; assim como o funcionalismo público, esteio relevante dos apoiantes (e apadrinhados) dos democráticos. O somatório destas duas classes profissionais constituía 59,5 por cento do total dos candidatos.

A Esquerda Democrática reuniu no dia 10 de Novembro para iniciar os trabalhos das eleições administrativas, dizendo-se que apenas deveriam concorrer às minorias. Quanto ao Partido Republicano Radical, a Comissão Municipal reuniu com as comissões políticas, na rua do Socorro, 11-2.º D, para tratar do mesmo assunto¹¹⁹⁴. Porém, no dia 12 de Novembro, a ED iria dar início às negociações com o PRR e outros partidos e grupos de esquerda para a organização de uma lista de coligação¹¹⁹⁵. Pouco depois seria anunciado o acordo entre esquerdistas e radicais, para concorrerem à maioria municipal¹¹⁹⁶, os outros agrupamentos tinham abandonado as negociações.

Os candidatos do PRR que integrariam a Lista de Conjuncção (seis efectivos e igual número de suplentes), escolhidos em reunião de 17 de Novembro, eram os seguintes: Amâncio Sampaio de Andrade, veterinário, Arnaldo de Carvalho, industrial,

¹¹⁹³ Além dos treze candidatos em exercício, figuravam nos efectivos António dos Anjos Corvinel Moreira, António Rodrigues de Almeida Santos, João Catanho de Meneses e José dos Santos; e nos substitutos Alfredo Augusto Pinto e Frederico Sequeira Lopes.

¹¹⁹⁴ Cf. “As próximas eleições municipais”. *Diário de Notícias*, 11-11-1925, p. 2.

¹¹⁹⁵ “O momento político...”. *Diário de Notícias*, 13-11-1925, p. 1.

¹¹⁹⁶ Cf. “Esquerda Democrática e Partido Radical vão juntos à urna”. *Diário de Notícias*, 15-11-1925, p. 2; “Nas próximas eleições administrativas”. *O Radical*, 16-11-1925, p. 2.

Gonçalo Casimiro, advogado, Jaime Real, engenheiro, João Augusto da Silva Martins Júnior, construtor civil e proprietário; e João de Sousa Carvalho, professor (efectivos); António Gomes de Almeida Ávila, professor dos liceus, António Lourenço Casanova, comerciante, Gaspar Machado, professor dos liceus, Joaquim Augusto Gabriel de Almeida, médico, José de Freitas, tenente reformado da Armada e Mário de Moura Patrício Alvares, engenheiro (substitutos)¹¹⁹⁷. Para estas eleições o Partido Radical esforçou-se por apresentar aos eleitores “os melhores elementos que possuía”¹¹⁹⁸. Aos esquerdistas caberia a maioria de representantes na Lista, pois ficariam com trinta elementos (71,4%) no total de candidatos.

No dia 18 de Novembro, surgiu um denominado «Bloco da Esquerda Social», um agrupamento “extra-sindicatos”, constituído por Teixeira Danton¹¹⁹⁹; Bernardo Gonçalves Bandurra, arsenalista do Exército; e Grácio Ramos, barbeiro e depois funcionário público; e por outros operários dos arsenais do Exército e da Marinha, professores primários, funcionários públicos, empregados no comércio, comunistas, etc.; que distribuiu uma «nota oficiosa» à imprensa, afirmando a sua constituição com o fim “exclusivo” de concorrer às eleições administrativas de Lisboa, um intento que não se concretizou¹²⁰⁰. Com efeito, dois dias depois, em manifesto, o Bloco expôs ao eleitorado a razão pela qual não integrou a Lista Esquerdista-Radical – somente lhe davam uma representação “irrisória” de três candidatos, por isso, exortava o *“operariado eleitor a não votar em qualquer das listas, (...), não só por nelas não haver nenhum nome digno dos nossos votos, mas, expressamente como demonstração de protesto contra os factos acima expostos”*. Porém, embora não votando os trabalhadores deveriam exercer vigilância nas assembleias eleitorais *“a fim de evitar, seja como for, que outrem se apresente a votar em seu nome”*¹²⁰¹.

Em reunião das suas comissões paroquiais no Centro Dr. José Domingues dos Santos, no dia 16 de Novembro, os esquerdistas escolheram os seus candidatos; a Lista

¹¹⁹⁷ Veja-se “A lista da esquerda democrática radical: recebemos a seguinte nota oficiosa”. *Diário de Notícias*, 18-11-1925, p. 2.

¹¹⁹⁸ “As próximas eleições administrativas”. *O Radical*, 17-11-1925, p. 2.

¹¹⁹⁹ Seria António Teixeira Danton, ferroviário e depois funcionário público. Cf. “António [Joaquim] Teixeira Danton”. Disponível em http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=1041&Itemid=49 [última consulta 05-03-2014].

Ver ainda: “Bernardo Gonçalves Bandurra”. Disponível em http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=1026&Itemid=47 [última consulta 05-03-2014]; “Grácio Ramos”. Disponível em http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=1079&Itemid=47 [última consulta 05-03-2014].

¹²⁰⁰ “Eleições administrativas: bloco...”. *O Rebate*, 18-11-1925, p. 2.

¹²⁰¹ “O dia político”. *O Século*, 21-11-1925, p. 2.

da ED-PRR seria dada à estampa, no dia 18 de Novembro¹²⁰². A comissão eleitoral que a organizou não garantiu previamente a concordância de alguns dos nomes que a integravam; o que deu origem a declarações de candidatos que não aquiesceram com a sua inclusão, a saber: Eduardo de Sousa, jornalista; João Antunes Baptista, comerciante e proprietário; Joaquim Pedro Martins, professor universitário e antigo ministro; e Jaime Cortesão que, em carta ao *Diário de Notícias*, declarou que embora “agradecendo essa honra” se tivesse sido convidado, teria recusado devido às suas ocupações. Também Leão Magno Azedo, Agostinho Inácio da Conceição Estrela, Eugénio de Arriaga e João Ferreira Branco propostos para procuradores da JGD solicitaram a exclusão do seu nome. A despeito destas declarações a comissão eleitoral manteve-os, baseando-se no facto da sua escolha não ter obedecido a “intuitos de natureza partidária, mas ao reconhecimento da competência moral e técnica dos propostos”¹²⁰³, alguns acabariam por ser eleitos.

Ao analisarmos as profissões primárias dos efectivos da Lista Esquerdista-Radical (Quadro 27) verificamos que na primeira posição estavam os cinco funcionários públicos (23,8%); seguiam-se os três engenheiros (14,3%); e no terceiro lugar, em *ex aequo*, os dois advogados, comerciantes, professores, professores universitários e veterinários (9,5%). Nos suplentes a primeira posição pertencia aos seis comerciantes (28,5%), seguindo-se os três farmacêuticos (14,3%); e no terceiro posto, com dois elementos cada (9,5%), os jornalistas, operários e os professores. Na avaliação geral também predominavam os oito comerciantes (19%); seguidos dos seis funcionários públicos (14,2%); e em terceiro lugar, sobrevinham os engenheiros e os professores, com quatro representantes cada (9,5%).

Contudo, a preponderância do funcionalismo público seria esmagadora se fossem contabilizados quatro efectivos e três substitutos que desempenhavam a sua actividade profissional em organismos estatais, correspondentes a um sub-director dos Caminhos de Ferro de Sul e Sueste; um engenheiro civil, dois professores universitários; e dois professores dos liceus e um operário arsenalista, respectivamente. Desta forma, estes correspondiam a nove candidatos efectivos e quatro suplentes,

¹²⁰² Cf. “As próximas eleições...”. *Diário de Notícias*, 17-11-1925, p. 2; “Os candidatos da Lista de «Conjunção Esquerdista-Radical»”. *O Mundo*, 18-11-1925, p. 1.

Veja-se Anexos - A.35. Candidatos a vereadores da Lista Esquerdista-Radical nas eleições de 1925.

¹²⁰³ Cf. “O momento político”. *Diário de Notícias*, 19-11-1925, p. 2; “Eleições administrativas”. *Ibidem*, 21-11-1925, p. 2; “Os que não aceitam a inclusão do seu nome na lista de conjunção radical-esquerdista”. *Ibid.*, 20-11-1925, p. 2.

configurando uma representação total de treze representantes (30,9%) da máquina estatal. Cumpre-nos destacar que esta Lista foi a única na qual os operários figuraram como candidatos.

Quadro 27 – Profissão primária dos candidatos da Lista Esquerdista-Radical - 1925

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	2	9,5	1	4,8	3	7,1
Comerciante	2	9,5	6	28,5	8	19,0
Construtor civil	1	4,8	-	-	1	2,4
Engenheiro ^(a)	3	14,3	1	4,8	4	9,5
Farmacêutico	-	-	3	14,3	3	7,1
Funcionário público	5	23,8	1	4,8	6	14,2
Industrial	1	4,8	-	-	1	2,4
Jornalista	-	-	2	9,5	2	4,8
Médico	1	4,8	1	4,8	2	4,8
Militar ^(b)	-	-	1	4,8	1	2,4
Operário	-	-	2	9,5	2	4,8
Pintor cenógrafo	-	-	1	4,8	1	2,4
Professor não universitário	2	9,5	2	9,5	4	9,5
Professor universitário ^(c)	2	9,5	-	-	2	4,8
Veterinário	2	9,5	-	-	2	4,8
Total	21	100	21	100	42	100

^(a) – Inclui um engenheiro civil.

^(b) – Oficial da Armada (reformado).

^(c) – Um advogado e um contabilista.

Fonte: *O Radical*, 21-11-1925: 1.

Apresentava cinco efectivos e três substitutos que eram ou tinham sido antigos edis na capital¹²⁰⁴; dois antigos ministros, Joaquim Pedro Martins (1875-1939), ministro da Instrução Pública¹²⁰⁵ e Manuel Gregório Pestana Júnior; e, um antigo deputado, Sá Pereira¹²⁰⁶, personalidades da política local e nacional. Distinguimos a presença de Jaime Cortesão, seareiro, director da Biblioteca Nacional, que detinha um lugar de destaque na vida política e cultural do País. As conclusões sobre a caracterização profissional desta Lista não diferem das apontadas para a Lista do PRP-PS, o que não constitui motivo de admiração, pois os seus filiados e apoiantes não teriam origens socioprofissionais muito diversas, e muitos deles tinham saído directamente das fileiras do Partido Democrático.

¹²⁰⁴ Eram os seguintes: Joaquim Maria Lopes Domingues, Joaquim Pratas, José António de Abreu, José Lino da Silva e Luís da Silva Viegas, efectivos; Aires Leal de Matos, João Antunes Baptista e Luís Salvador Marques da Silva, substitutos.

O antigo edil Joaquim Pratas enviaria uma carta à comissão organizadora da Lista e ao *Mundo* declarando não ter autorizado a inclusão do seu nome na Lista Esquerdista, pois “encontrava-se, como sempre, ao lado do PRP, como soldado disciplinado que se presa de ser”. Cf. “Joaquim Pratas”. *O Rebate*, 22-11-1925, p. 1.

¹²⁰⁵ De 15 de Março de 1916 a 25 de Abril de 1917.

¹²⁰⁶ Tinha sido candidato pelo PS nas eleições municipais de 1913, não eleito.

Analiseemos agora as forças partidárias das direitas. O patronato aspirava por um governo forte e intervencionista que estabelecesse a “ordem” e a paz social, que afastasse o “perigo” bolchevista, que liquidasse as organizações sindicais/operárias e que defendesse os seus interesses. Algo que, segundo eles, os governos (e até os partidos) da Primeira República não garantiam, daí que imbuídos num processo em curso de unidade corporativa fossem levados a intervir directamente na vida política¹²⁰⁷. A fundação da União dos Interesses Económicos, em 28 de Setembro de 1924, numa reunião de 150 delegados das associações patronais do Comércio, da Indústria e da Agricultura, emergiu com o objectivo de instituir um boicote ao pagamento de imposto de selo nas bebidas, tendo a UIE organizado um *lock-out*, em 10 de Outubro de 1924.

A contestação à política governamental tinha-se iniciado em Junho de 1924, quando a Associação Comercial de Lisboa, em resposta à política económica, lançou uma campanha “pela entrega dos ministérios económicos a «técnicos» da confiança dos «produtores» combatendo a «política» e a «corrupção dos partidos»”; como referiu Fernando Rosas, o aparecimento desta Confederação de organizações patronais, a emergência deste movimento das chamadas «forças vivas», traduziu uma mudança categórica do patronato na via do combate político e derrube da Primeira República¹²⁰⁸.

Esta instituição foi desde o início apoiada pelas Associações Comercial de Lisboa e do Porto, Associação Industrial Portuguesa e Associação Central da Agricultura Portuguesa, sendo financiada pelos latifundiários e patronato, como por exemplo, Alfredo da Silva, da CUF. O seu primeiro dirigente foi João Pereira da Rosa (candidato a edil pela Lista Neutra em 1917); *O Século* o seu órgão oficioso, chegando mesmo esta instituição a anunciar a sua compra, facto que não foi consumado, mas ficaram como principais sócios deste diário Pereira da Rosa, Moisés Amzalak (1892-1978) e Carlos Oliveira (1884-1951). A sua actividade foi profícua, apresentando ao Parlamento e ao Governo reclamações, quase diárias. A sua lei Orgânica consagrava os seguintes princípios: manutenção da ordem social e política; defesa da liberdade económica; defesa da propriedade individual e da iniciativa particular; diminuição da intervenção do Estado na educação e assistência pública, entre outros.

¹²⁰⁷ Sobre a evolução das associações patronais desde o século XIX e suas relações/atitudes com a República veja-se António José Telo, *Decadência e queda...*, Vol. I, pp. 94-103.

¹²⁰⁸ Fernando Rosas, “União dos Interesses Económicos (UIE)”, in AA.VV, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. II, Loures, CMLoures, 1985, p. 304.

A sede da UIE funcionava no edifício da Associação Comercial de Lisboa e, mais tarde, na rua da Alfândega, onde esteve até à sua extinção, em Junho de 1937, in “União dos Interesses Económicos”. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 33, p. 388.

Este movimento político-económico, embora reclamando-se distante dos partidos existentes – com os quais não se identificavam os seus mentores – queria intervir na política e apresentou, pela primeira vez, uma lista de candidatos a deputados e senadores nas eleições deste ano, alcançando um resultado fraco. Na reunião de 13 de Novembro as comissões Municipais e paroquiais da UIE acordaram em concorrer às eleições administrativas, com uma Lista da Cidade, que incluiria pessoas de “comprovada honestidade e competência técnica”¹²⁰⁹. A Comissão Eleitoral da UIE convocou as referidas comissões, empenhando-se em organizar uma lista de candidatos às eleições administrativas onde “figurassem representantes de todas as correntes políticas conservadoras”¹²¹⁰, do bloco das direitas, encetando todas as negociações possíveis para alcançasse o êxito.

Também o Partido Republicano Nacionalista iniciou os trabalhos para as eleições administrativas logo a seguir ao escrutínio parlamentar¹²¹¹. Malogradas as negociações com o PRP, os nacionalistas tomaram a decisão de concorrer às urnas integrando a Lista da UIE, numa reunião em 15 de Novembro, em que também foram escolhidos os seus seis candidatos efectivos e respectivos suplentes (mais dois do que tinham exigido ao PRP), assim anunciados: Alfredo Vitorino Vieira Júnior, médico; António Augusto Curson, funcionário superior das alfândegas e antigo ministro; António Augusto da Silva Pires, advogado; Ezequiel Victor Garcia, contabilista e proprietário; João Baptista de Araújo, professor do Instituto Superior do Comércio e Joaquim Correia Salgueiro, professor do liceu; e para suplentes, António Cândido da Costa, funcionário superior dos Correios; Artur Dias Frade, funcionário superior dos Caminhos-de-ferro; Ernesto Martins Cardoso, comerciante; Francisco de Assunção Carreira, funcionário público; Francisco Baptista Gomes, comerciante e José Oliveira Piedade, comerciante¹²¹². A UIE apresentou trinta candidatos constituindo maioria (71,4%) dos elementos da Lista.

Quanto às conversações entre a União e a Causa Monárquica, segundo a primeira, falharam porque os monárquicos queriam que se recandidatassem os seus edis, facto que esta não aceitou porque entendia que nenhuns dos nomes que integravam a

¹²⁰⁹ “União dos Interesses Económicos”. *O Século*, 14-11-1925, p. 1.

¹²¹⁰ Ver “União dos Interesses Económicos”. *O Século*, 15-11-1925, p. 1; “A União dos Interesses Económicos perante as eleições administrativas”. *Ibid.*, 19-11-1925, p. 1.

¹²¹¹ Cf. “As próximas eleições municipais”. *Diário de Notícias*, 11-11-1925, p. 2.

¹²¹² “O Partido Nacionalista aliado da UIE”. *Diário de Notícias*, 16-11-1925, p. 2.

actual vereação deveriam ser reeleitos¹²¹³. Do outro lado, a responsabilidade do insucesso das negociações pertencia à UIE, por três razões: 1) a exigência de que não integrassem a lista os actuais edis monárquicos da minoria municipal; 2) a recusa da União em retirar da lista, como defendia a Causa, alguns candidatos que tinham efectuado fornecimentos ao Estado; 3) a inflexibilidade da UIE em retirar o nome do jurisconsulto Domingos Pinto Coelho (1855-1944), que os monarquistas consideravam “*muito reaccionário*”¹²¹⁴.

Os monarquistas acusaram a União de “*má-fé*” e recusaram que os seus edis tivessem qualquer responsabilidade na gestão camarária, porque a minoria não tinha membros na Comissão Executiva, que era a “*única responsável por essa administração*”. Além disso, quanto aos “*princípios*” que a UIE defendia se esta reconhecia que “*não foi só a actual vereação que fez uma obra criminosa*”, mas “*também as vereações anteriores*” como era possível ter sido dirigido um convite a Levy Marques da Costa (declinado “*por motivos de ordem especial*”) para que integrasse a sua lista, quando este tinha sido presidente de várias Comissões Executivas da CML¹²¹⁵; assim como não compreendiam a inclusão de Magalhães Peixoto, pois este igualmente tinha integrado algumas das Comissões e, além disso, “*também era candidato na Lista democrático-socialista!!!*”. Para os monárquicos foram eles que defenderam “*intransigentemente*” os “*princípios*” nas negociações ao não aceitar a inclusão de nomes com negócios com o Estado, pois nada os afastava da seguinte norma: “*«Não queremos a mistura da política com os negócios»*”¹²¹⁶.

Para além das acusações mútuas entre as partes envolvidas nas negociações, a sua intransigência levaria ao aparecimento de duas listas que disputavam o voto do eleitorado da direita – a monárquica e a da UIE, ambas reivindicando o epíteto de “*Lista da Cidade*”. Para a União as consequências deste fracasso negocial eram previsíveis: os democráticos conquistariam a maioria camarária e a minoria ficaria na posse da conjunção das esquerdas. Seriam reeleitos “*quase todos os actuais vereadores, de novo propostos ao sufrágio*”; desta forma “*as mesmas figuras continuarão nos mesmos lugares, com as mesmas ideias administrativas, com a mesma orientação política*”¹²¹⁷.

¹²¹³ “A União dos Interesses Económicos...”. *O Século*, 19-11-1925, p. 1.

¹²¹⁴ “A resposta mentirosa”. *Correio da Manhã*, 22-11-1925, p. 1.

¹²¹⁵ Tinha sido presidente das quatro Comissões Executivas da vereação de 1914-1917.

¹²¹⁶ “A resposta mentirosa”. *Correio da Manhã*, 22-11-1925, p. 1.

¹²¹⁷ “A União dos Interesses Económicos perante...”. *O Século*, 19-11-1925, p. 1.

A 16 de Novembro numa reunião conjunta das comissões da UIE, sob a presidência de Carlos de Oliveira, secretariado por Levy Marques da Costa e Raúl Vieira, leram-se os nomes dos candidatos escolhidos para a Lista da União e expuseram-se os princípios que presidiram à selecção dos aspirantes a vereadores: “organizar uma lista que se impusesse à consideração do eleitorado, sem preocupações de ordem política, tendo apenas em vista a honorabilidade e a competência dos candidatos”¹²¹⁸. No dia seguinte, estampada na 1.ª página d’*O Século* estava a “Lista da Cidade”, que se dizia apolítica, porque “fiel ao seu programa”, foi organizada com “elementos de trabalho e de reconhecida competência e autoridade moral, sem preocupações partidárias, de modo a assegurar uma futura vereação capaz de administrar honesta e proficuamente os interesses dos munícipes de Lisboa”¹²¹⁹. Em 19 de Novembro foi estabelecida a Lista definitiva, com a substituição do candidato efectivo Sebastião Cabral da Costa Sacadura, médico e professor da Faculdade de Medicina¹²²⁰, por Samuel Maia Loureiro, também médico; e até ao dia da eleição esta seria publicitada neste diário, à época o jornal de maior circulação em Portugal; neste periódico também o PRN recomendou a todos os seus partidários que votassem na Lista da UIE¹²²¹.

Passemos à caracterização profissional dos candidatos da Lista da União dos Interesses Económicos (Quadro 28). Nos efectivos ocupavam o primeiro posto os cinco comerciantes (23,8%); de seguida, em *ex aequo*, vinham os contabilistas, industriais, médicos e professores universitários com dois elementos (9,5). Nos suplentes a hegemonia também se fundava nos onze comerciantes (52,3%), em segundo lugar, ficavam os quatro funcionários públicos (19,0%). No cômputo final a maioria pertencia aos dezasseis comerciantes (38%), nada de surpreendente se tivermos em atenção que esta classe profissional predominava na União (embora dois fossem nacionalistas); em segundo lugar, apareciam os cinco funcionários públicos (11,9%), mas se os dois professores universitários fossem contabilizados estes consumariam sete candidaturas (16,6%); e na terceira posição, surgiam os três industriais (7,1%). A representação de dois agricultores espelhava o peso mínimo que a agricultura mantinha na UIE.

¹²¹⁸ “União dos Interesses Económicos”. *O Século*, 17-11-1925, p. 1.

¹²¹⁹ “União dos Interesses Económicos: Lista da Cidade”. *O Século*, 18-11-1925, p. 1.

¹²²⁰ Para a Causa Monárquica este era “a mais prestigiosa figura” da Lista, mas teria exigido a sua saída por não querer ser candidato pela UIE. Cf. “Moral administrativa”. *Correio da Manhã*, 21-11-1925, p. 1. Veja-se Anexos – A.36. Candidatos a vereadores da Lista da UIE nas eleições de 1925.

¹²²¹ “Partido Republicano Nacionalista: comissão municipal de Lisboa”. *O Século*, 19-11-1925, p. 1. Os apelos ao voto nesta Lista foram repetidos até ao dia do sufrágio (inclusive).

Quadro 28 – Profissão primária dos candidatos da Lista da UIE - 1925

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	1	4,8	-	-	1	2,4
Agricultor	1	4,8	1	4,8	2	4,8
Arquitecto	1	4,8	-	-	1	2,4
Comerciante	5	23,8	11	52,3	16	38,0
Contabilista	2	9,5	-	-	2	4,8
Construtor civil	-	-	1	4,8	1	2,4
Enfermeiro	-	-	1	4,8	1	2,4
Engenheiro	1	4,8	-	-	1	2,4
Farmacêutico	1	4,8	1	4,8	2	4,8
Funcionário público	1	4,8	4	19,0	5	11,9
Industrial	2	9,5	1	4,8	3	7,1
Jornalista	-	-	1	4,8	1	2,4
Médico	2	9,5	-	-	2	4,8
Professor não universitário	1	4,8	-	-	1	2,4
Professor universitário ^(a)	2	9,5	-	-	2	4,8
Proprietário	1	4,8	-	-	1	2,4
Total	21	100	21	100	42	100

^(a) – Economistas.

Fonte: *O Século*, 20-11-1925: 1.

A primeira surpresa desta Lista residia na presença de Magalhães Peixoto, pois este democrático também concorria na Lista de Conjunção PRP-Socialista e tinha sido imutável em todas as vereações transactas, membro das respectivas Comissões Executivas, excepto na edilidade de 1919-1922, e era o actual vice-presidente da Comissão Executiva. Não autorizou a inclusão do seu nome¹²²², porém, este facto iria permitir-lhe uma acumulação de votos. O outro antigo membro da gestão camarária era Ezequiel Garcia (Comissão Administrativa sidonista, 1918), candidato do PRN. Igualmente o agricultor Joaquim Ferreira Madaleno, director da Associação dos Agricultores e Horticultores, tinha experiência na administração local, embora fosse nas colónias, pois tinha exercido o cargo de presidente da Câmara Municipal de Luanda¹²²³.

Quatro comerciantes desempenhavam cargos de direcção de organizações patronais: António Ferreira da Silva, presidente da Assembleia Geral da Associação de Retalhistas e Víveres de Lisboa; Joaquim Roque da Fonseca Júnior, director da Associação Comercial de Lisboa; Moisés Bensabat Amzalak¹²²⁴, vice-presidente da mesma associação e José de Carvalho Fonseca Júnior, director da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa. Destaquemos ainda a presença do conhecido comerciante e

¹²²² “As eleições: como a União dos Interesses Económicos especulou com o nome do sr. Magalhães Peixoto”. *O Rebate*, 21-11-1925, p. 2.

¹²²³ “Na Associação Comercial de Lisboa...”. *O Século*, 20-11-1925, p. 2.

¹²²⁴ Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa seria procurador à Câmara Corporativa em três legislaturas (1957-1961; 1961-1965; 1965-1969). Cf. J. M. Tavares Castilho, *Os procuradores...*, file:///F:/html/pdf/a/amzalak_moses_bensabat.pdf.

produtor de vinhos lisbonense, Abel Pereira da Fonseca, com armazéns e adegas no Poço do Bispo e no Beato. Quanto aos industriais, Carlos Ribeiro de Ermida e César da Silva Azevedo eram directores da Associação Industrial Portuguesa. Ao incluir maioritariamente na Lista comerciantes e na terceira posição os industriais (totalizando 45,2% dos candidatos) a UIE captaria essencialmente o voto do patronato.

A outra lista das “direitas” era a Lista Monárquica que, à semelhança do que tinha sucedido nos dois sufrágios anteriores, também era apelidada de “Lista da Cidade”, porque a Causa defendia, de novo, que não atribuía a este acto eleitoral “qualquer significado político”, sendo os seus candidatos criteriosamente escolhidos pela sua idoneidade. De acordo com o editorial do *Correio da Manhã*, esta era “uma brilhantíssima relação de nomes ilustres, uma autêntica selecção de competências”; que se dizia apolítica, pois era constituída por “individualidades de valor e quase todas elas afastadas da actividade política propriamente dita”; não faltando aos seus membros “Valor, competência, honestidade e zelo”¹²²⁵. Em síntese, estava o eleitorado em presença de uma lista de “prestigiosas figuras dos ilustres portugueses”¹²²⁶.

No dia 18 de Novembro foi pela primeira vez publicada a Lista Monárquica, reforçando-se uma vez mais que os candidatos eram “individualidades marcantes não só na capital, mas em todo no país”. Lamentando a Causa, apenas, a ausência de um pacto com a UIE para a apresentação de uma lista conjunta¹²²⁷. Para esta o impacto da publicitação da sua Lista foi de tal ordem que até os partidos republicanos que “julgavam assegurada a vitória das nulidades” dos seus candidatos vacilaram. Daí que esquerdistas e radicais se tivessem aliado, numa tentativa de vencer os monarquistas. Na verdade a Lista Esquerdista-Radical foi publicada no mesmo dia da Lista da Cidade, pelo que o pacto político entre “as esquerdas” não poderia resultar de qualquer desassossego em relação à lista monárquica.

Quanto à leitura que os monarquistas fizeram dos efeitos da publicação da sua lista nas hostes da UIE, foi a de que esta organização tentou atribuir-lhe um carácter político – monárquico. Por isso, o *Século* recusou publicar duas cartas enviadas ao seu

¹²²⁵ “As eleições administrativas”. *Correio da Manhã*, 17-11-1925, p. 1.

¹²²⁶ “A grande falperra”. *Correio da Manhã*, 23-11-1925, p. 1.

¹²²⁷ “Câmara de Lisboa: uma notabilíssima lista ...”. *Correio da Manhã*, 18-11-1925, p. 1.

Veja-se Anexos – A.37. Candidatos a vereadores da Lista da Cidade nas eleições de 1925.

Os monárquicos passavam por um período de crescimento, anunciando a filiação de antigos republicanos “pela salvação da Pátria”; bem como a existência de onze Juntas Paroquiais Monárquicas em Lisboa (Ajuda, Beato, Carnide, Madalena, S. Nicolau, Pena, Santa Catarina, Santo Estevão, Sé, S. Sebastião e S. Paulo). Cf. “Organização monárquica”. *Correio da Manhã*, 1-10-1925, p. 1.

redactor por dois candidatos da “Lista da Cidade”, António Bastos e Teixeira de Lencastre, onde o último afirmava que era “republicano de sempre” e ambos testemunhavam que só tinham aceitado participar na Lista apoiada pela Causa Monárquica porque esta não tinha “qualquer feição partidária”¹²²⁸.

A superioridade nos candidatos efectivos da Lista da Cidade (Quadro 29) pertencia aos quatro engenheiros (19%); seguiam-se os três professores universitários (14,3%); e em terceiro lugar, em *ex aequo*, os dois advogados, banqueiros, comerciantes e médicos (9,5%). Nos substitutos a primeira posição era dos seis comerciantes (28,5%); depois os cinco proprietários (23,8%); e no terceiro posto os engenheiros e os médicos, com dois elementos cada (9,5%). Na totalidade predominavam os oito comerciantes (19%); no segundo lugar, os seis engenheiros e o mesmo número de proprietários (14,2%); e na terceira posição, os quatro médicos (9,5%). Anotemos a presença de um regente agrícola, todavia, à semelhança das outras listas, a representação pífia de um elemento de algumas ocupações profissionais tentava dissimular a predominância dos comerciantes (comum à maioria) e, ao mesmo tempo, trazer alguma diversidade profissional, tentando conquistar o eleitorado.

Quadro 29 – Profissão primária dos candidatos da Lista da Cidade - 1925

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	2	9,5	1	4,8	3	7,1
Banqueiro	2	9,5	-	-	2	4,8
Comerciante	2	9,5	6	28,5	8	19,0
Contabilista	1	4,8	-	-	1	2,4
Construtor civil	1	4,8	-	-	1	2,4
Empregado no comércio	-	-	1	4,8	1	2,4
Engenheiro ^(a)	4	19,0	2	9,5	6	14,2
Escritor	-	-	1	4,8	1	2,4
Farmacêutico	-	-	1	4,8	1	2,4
Industrial	-	-	1	4,8	1	2,4
Médico	2	9,5	2	9,5	4	9,5
Negociante	1	4,8	-	-	1	2,4
Pintor	1	4,8	-	-	1	2,4
Professor universitário ^(b)	3	14,3	-	-	3	7,1
Proprietário	1	4,8	5	23,8	6	14,2
Regente agrícola	-	-	1	4,8	1	2,4
Outras ^(c)	1	4,8	-	-	1	2,4
Total	21	100	21	100	42	100

^(a) – Inclui dois engenheiros civis.

^(b) – Dois médicos e um advogado.

^(c) – Presidente do Centro dos Seguradores Portugueses.

Fonte: *Correio da Manhã*, 20-11-1925: 1.

¹²²⁸ “O «Século» e a lista da cidade”. *Correio da Manhã*, 21-11-1925, p. 1.

Para terminar, resta-nos acentuar que esta Lista era a única em que não figurava o funcionalismo público na profissão primária dos candidatos, não sabemos se esta foi uma opção premeditada, mas sim que é um facto. Porém, não se julgue que os empregados públicos foram abolidos da Lista monárquica, pelo contrário, se fosse contabilizado o número dos que exerciam funções no Estado, estes ocupariam a terceira posição com cinco elementos (11,9%); mais, eram todos efectivos, assim, nesta categoria eles teriam a supremacia sobre todos os outros profissionais (23,8%).

Para além de representantes nobiliárquicos prestigiados como Tomás de Mello Breyner, conde de Mafra (médico, professor da Faculdade de Medicina); de Manuel Francisco de Barros Saldanha, visconde de Santarém (vice-presidente da Associação dos Proprietários) e Aníbal Roque de Pinho, filho do conde de Alto Mearim, todos do conteúdo do eleitorado monárquico, outras personalidades se destacavam, como Caetano Beirão da Veiga, professor dos Institutos Superiores do Comércio e do Técnico; João de Azevedo Neves, director da Faculdade de Medicina e do Instituto de Medicina Legal; Rui Enes Ulrich, director do Banco de Portugal; o antigo conselheiro monárquico José Fernando de Sousa (Nemo), presidente da Associação dos Engenheiros; Domingos Pinto Coelho, antigo vice-presidente do Senado na legislatura sidonista e antigo dirigente do Partido Legitimista; Agostinho Celso de Azevedo Campos, antigo Director Geral da Instrução Pública; João Duarte, presidente do Centro dos Seguradores Portugueses; os comerciantes António Bastos e Elísio Augusto dos Santos, antigos membros da direcção da Associação Comercial de Lisboa e o pintor Jorge Colaço, antigo presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes¹²²⁹.

Além disso figuravam nesta Lista oito elementos (19%) com experiência na gestão da cidade, como José da Cunha Rolla Pereira, vice-governador do Banco Nacional Ultramarino e antigo vogal da Comissão Administrativa da CML cujo mandato terminou com a eleição da primeira vereação republicana lisbonense (1908); e os actuais vereadores da minoria monárquica: Alberto Eduardo Valado Navarro, Beirão da Veiga, Elísio Augusto dos Santos, Azevedo Neves, Manuel Enes Trigo, Mário de Abreu Reis e Tomás de Mello Breyner. Concluindo, esta Lista apresentava ao eleitorado conservador da capital um conjunto de nomes de reputados monarquistas, mas também

¹²²⁹ Outros nomes desta Lista viriam a ter lugar destacado no plano político durante o Estado Novo, como deputados da Assembleia Nacional: Alberto Eduardo Valado Navarro, José Luís Supico, António de Sousa Madeira Pinto e Augusto Cancela de Abreu; e como procuradores da Câmara Corporativa: João Duarte, Manuel Enes Trigo e Rui Enes Ulrich. Veja-se as obras já referenciadas de J. M. Tavares Castilho.

de algumas individualidades com grande influência na sociedade lisboeta e na vida política local.

Deixámos para o fim a lista que surgiu no dia 20 de Novembro (somente dois dias antes do sufrágio) denominada de «Homens-Livres», organizada por republicanos filiados neste grupo político¹²³⁰, que não concordavam com as listas apresentadas e resolveram elaborar uma nova, sem consultarem previamente os nomes apresentados, tendo por objectivo “o prestígio da cidade de Lisboa” e “facilitar ao respectivo eleitorado a melhor fórmula de escolher os seus representantes no Município”¹²³¹.

Uma Lista que supostamente estaria acima dos partidos, no que hoje designaríamos de “independentes”, que tentava disputar o eleitorado do PRP e da ED, e que apresentava candidatos de várias cores políticas, na qual se destacavam, para além do actual presidente da Comissão Executiva e de antigos vereadores, os nomes de Jaime Cortesão; Magalhães Lima; Leonel Ferro Alves; Luís Derouet (1880-1927), primeiro director-geral da Imprensa Nacional, após o 5 de Outubro, colaborador activo na Reforma Ortográfica de 1911, entre os efectivos; e Germano Lopes Martins (1871-1950), antigo ministro do Interior¹²³², antigo deputado (1911 e 1915) e antigo edil da Câmara Municipal do Porto, além de ser comprade de Afonso Costa; e João de Deus Ramos (1878-1953), antigo ministro¹²³³, filho do também pedagogo e poeta João de Deus (1830-1896), nos suplentes. Sobressaíam, ainda, o arquitecto Pardal Monteiro (1897-1957), já detentor do Prémio Valmor 1923; e os olisipógrafos Matos Sequeira (1880-1962), com obra editada e Norberto de Araújo (1889-1952), que publicaria as suas principais obras, no final dos anos 30. Depois do acto eleitoral os socialistas consideraram que a apresentação desta Lista foi para os “guerrear”, porque “patrocinava alguns dos elementos mais retintamente democráticos da lista de conjunção”¹²³⁴.

¹²³⁰ Não confundir com o agrupamento informal efémero de elites intelectuais integralistas e seareiras, apelidado de «Homens Livres», encabeçado por António Sérgio, que surgiu em Novembro/Dezembro de 1923 e se dissolveu, no mesmo ano, devido à participação de Sérgio e de Mário de Azevedo Gomes no Ministério de Álvaro de Castro, constituído em 18 de Dezembro. Cf. António Reis, “O Grupo Seara Nova: uma resposta das elites intelectuais à crise do sistema liberal”, in *Semanário Internacional Elites e Poder: A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Évora, 2002, *Elites e poder...*, p. 334.

¹²³¹ “Uma nova lista de candidatos republicanos...”. *Diário de Notícias*, 20-11-1925, p. 2. Ver também “Os republicanos nas eleições administrativas”. *A Capital*, 20-11-1925, p. 1.

Veja-se Anexos – A.38. Candidatos a vereadores da Lista de «Homens-Livres» nas eleições de 1925.

¹²³² De 1 de Julho a 1 de Agosto de 1925.

¹²³³ Ministro da da Educação (21 de Janeiro a 8 de Março de 1920) e do Trabalho (22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925).

¹²³⁴ J. Fernandes Alves, “Depois das eleições”. *O Protesto*, 29-11-1925, p. 1.

Caracterizemos profissionalmente a Lista de “Homens-Livres” (Quadro 30). Nos efectivos sobressaíam os oito funcionários públicos (38%); a segunda posição era ocupada pelos quatro jornalistas (19%); logo de seguida vinham os comerciantes e os médicos, com três representantes cada (14,3%). Nos suplentes o primeiro lugar era partilhado pelos seis comerciantes e igual número de funcionários públicos (28,5%); depois estavam os dois jornalistas (9,5%). Na contagem total o funcionalismo público surgia destacado com catorze candidatos (33,3%); na segunda posição estavam os nove comerciantes (21,4%); e de seguida vinham os seis jornalistas (14,2%).

Curiosa era a presença de Alfredo Meireles, secretário da Administração do 4.º Bairro de Lisboa, um empregado administrativo, que de acordo com a Lei Eleitoral (Lei n.º 88, art.º 7.º) era inelegível para o cargo. Declarando-se apartidária e republicana, esta lista tinha por base os funcionários públicos e os comerciantes (no seu conjunto atingiam 54,8% dos candidatos), não mostrando diferenças significativas ou oferecendo qualquer novidade relativamente às outras listas republicanas presentes na corrida eleitoral.

Quadro 30 – Profissão primária dos candidatos da Lista de «Homens-Livres» - 1925

Profissão	A) Efectivos	%	B) Substitutos	%	Total A + B	%
Advogado	1	4,8	-	-	1	2,4
Arquitecto	-	-	1	4,8	1	2,4
Comerciante	3	14,3	6	28,5	9	21,4
Contabilista	1	4,8	-	-	1	2,4
Empregado comércio	-	-	1	4,8	1	2,4
Engenheiro	-	-	1	4,8	1	2,4
Funcionário público ^(a)	8	38,0	6	28,5	14	33,3
Industrial	-	-	1	4,8	1	2,4
Jornalista	4	19,0	2	9,5	6	14,2
Médico	3	14,3	1	4,8	4	9,5
Pedagogo	-	-	1	4,8	1	2,4
Proprietário	-	-	1	4,8	1	2,4
Solicitador	1	4,8	-	-	1	2,4
Total	21	100	21	100	42	100

^{a)} – Inclui o secretário da Administração do 4.º Bairro de Lisboa.

Fonte: *Diário de Notícias*, 20-11-1925: 2.

No total ostentava nove candidatos (21,4%) com experiência na gestão da capital; se bem que quatro antigos edis também estivessem na Lista do PRP-PS: Alexandre Ferreira, Alfredo Guisado, António Almeida Santos e António Corvinel Moreira. Além destes, igualmente Emílio Augusto da Silva Braga, figurava na Lista Democrático-Socialista e Jaime Cortesão, na Lista Esquerdista-Radical. Talvez por

cinco destes candidatos pertencerem à sua Lista os democráticos consideraram que os «Homens-Livres» tinham por objectivo simplesmente “atrapalhar” o eleitorado¹²³⁵. Também *A Capital*, criticou o aparecimento desta Lista, atribuindo-a à “desorientação” que invadia “cada vez mais as hostes dos republicanos” que, ao inverso de se unirem no combate aos monárquicos, pareciam cada vez mais divididos¹²³⁶.

Para os esquerdistas era falsa a pretensão de que a Lista dos «Homens-Livres» estivesse livre de clientelas políticas, porque a maioria dos seus candidatos estava “arregimentada nos partidos políticos ou declarada ou veladamente”; alegando, além disso, que muitos deles se tivessem sido consultados decerto declinariam o convite. Um exemplo disso seria o caso de Magalhães Lima que poderia, se quisesse, garantir que era eleito noutra lista¹²³⁷. Na realidade, alguns candidatos declararam não ter autorizado a inclusão do seu nome: Ferro Alves, Almeida Santos e Magalhães Lima¹²³⁸.

Em síntese, os preparativos e a escolha dos candidatos nas últimas eleições municipais republicanas revestiram-se de complexidade, traduzindo os tempos agitados que o Partido Democrático vivia. Sabemos que não foi pacífica a escolha dos candidatos, com as comissões paroquiais a rebelarem-se contra as deliberações dos dirigentes; na última hora, surgiu a Lista dos «Homens-Livres» que, descendendo de várias correntes republicanas, poderemos considerar de protesto e até de rebelião contra algumas escolhas do Directório deste partido¹²³⁹.

Sintomático deste mal-estar entre os democráticos seria o facto de algumas Listas do PRP-PS terem aparecido com nomes cortados, com o objectivo de diminuir os votos de alguns nomes da “lista oficial em proveito de nomes de outras listas” visando a eleição de um “candidato contrário”, o aviso n’*O Rebate* denunciava esta situação que colocava “em cheque a consciência e disciplina partidária do próprio eleitorado” e instava os seus apoiantes a escreverem na margem inferior da Lista os nomes que apareciam cortados (excepção feita a Sequeira Nunes, como já referimos), “votando unicamente nos nomes” indicados neste jornal¹²⁴⁰. Esta realidade, aliada à confusão instalada nos centros políticos, onde democráticos e esquerdistas se encontravam

¹²³⁵ “Mais uma lista”. *O Rebate*, 21-11-1925, p. 2.

¹²³⁶ “Remando contra a maré: os republicanos e as eleições administrativas”. *A Capital*, 20-11-1925, p. 1.

¹²³⁷ “Os «homens livres»”. *O Mundo*, 21-11-1925, p. 1.

¹²³⁸ Veja-se “Um abuso” e “Contra as confusões”. *O Rebate*, 21-11-1925, p. 2; “Eleições administrativas”. *Diário de Notícias*, 21-11-1925, p. 2.

¹²³⁹ Atestado pelo facto de alguns candidatos “à força” desta Lista terem declarado a sua fidelidade e disciplina ao PRP. Cf. “Contra as confusões”. *O Rebate*, 21-11-1925, p. 2.

¹²⁴⁰ Veja-se “As eleições: aviso a todos os nossos correligionários”. *O Rebate*, 22-11-1925, p. 1.

filiados, não se sabendo por vezes a qual das facções pertenciam, dificultava as previsões para os resultados do sufrágio de 1925.

Atentemos que na corrida eleitoral para estas eleições locais a união das forças republicanas de esquerda – o desejado “cartel das esquerdas” (esquerdistas, socialistas e radicais) defendido pela revista *Seara Nova*, em Novembro¹²⁴¹ –, não se concretizou. Os socialistas aliaram-se aos democráticos. A coligação “das direitas” também abortou, a intransigência das partes envolvidas nas negociações, levaria ao aparecimento de duas listas que disputavam o voto do eleitorado conservador e autoritário: a Monárquica e a UIE.

VII.3. A campanha eleitoral

A propaganda dos democráticos iniciou-se no dia 12 de Novembro quando o órgão oficial das Comissões Políticas do PRP, *O Rebate*, no seu editorial, apelou ao voto, lembrando a importância das eleições municipais, pois a acção dos corpos administrativos era a que contribuía para o engrandecimento e progresso do país¹²⁴². No dia seguinte o aviso era contundente: “Republicanos! O vosso dever consiste em ocupar os diversos postos do Estado, no distrito, no município e na freguesia para que a República se realize integralmente”. Recordava-se aos correligionários a importância de se ter “o maior escrúpulo” na escolha dos candidatos. E fazia-se um apelo especial às “classes populares” que deviam votar nas listas do Partido Democrático pois só assim afirmavam o seu “republicanismo estreme” e o seu “acrisolado patriotismo”; chamamento que se repetiu, dias depois, quando se escreveu que votar no PRP era votar “em prol da emancipação das classes populares”¹²⁴³. Inclusive a preocupação com este escrutínio levou-os a criticar ferozmente a legislação administrativa da República, que consideravam uma “ignomínia” e “burla”. Fazendo a promessa eleitoral de que criariam

¹²⁴¹ José Adelino Maltez, *Tradição...*, Vol. II, p. 317.

Já em 15 de Setembro de 1925 a Esquerda Democrática (consciente de que não poderia integrar as listas de deputados do PRP) através da Comissão Central de Resistência tinha decidido nomear uma comissão para promover a criação de um “cartel das esquerdas”, embora logo à partida se soubesse que seria uma tarefa difícil, sendo conhecida a oposição de alguns socialistas, radicais e comunistas, daí que logo no início fosse considerado que esse cartel estava “virtualmente desfeito” (*O Mundo*, 16-09-1925, p. 1), in António José Queiroz, *José Domingues dos Santos...*, p. 136.

¹²⁴² “As eleições administrativas”. *O Rebate*, 12-11-1925, p. 1.

¹²⁴³ Cf. “O novo acto eleitoral”. *O Rebate*, 13-11-1925, p. 1; “Municipalismo e liberdade”. *Ibid.*, 15-11-1925, p. 1.

o “Código Administrativo da República”¹²⁴⁴, como se até aqui estivessem estado arredados do Poder.

A Lista do PRP-PS realizou várias sessões de propaganda, com a presença de oradores das duas forças políticas, que tiveram início no dia 19 de Novembro, no Centro Republicano de Belém; no Centro Bernardino Machado, em Alcântara; na sede da junta de freguesia do Lumiar; no Centro Elias Garcia, no Beato e no Centro Tomás Cabreira, onde se apelou ao voto e se destacou a gestão camarária que a futura edilidade deveria empreender¹²⁴⁵.

Reconhecendo *O Rebate* que a actual vereação “alguma coisa fez de notável” entendiam os democráticos que era “indispensável continuar a alargar essa obra”, com “honradez na administração” e “inteligência na execução”. Quanto ao seu programa não deveria “descurar” a elaboração de um Código Administrativo “verdadeiramente republicano”; e a CML deveria administrar “com firmeza” os serviços de água, iluminação, higiene e viação, impedindo as empresas particulares de explorarem os municípios¹²⁴⁶. A coligação dos democráticos com os socialistas procurou “representar melhor do que qualquer outra força as aspirações populares”; deste modo:

“Dentro das possibilidades do momento, a nova vereação do PRP realizará uma obra de rigorosa administração, tornando a cidade melhor, revendo os contratos das Companhias privilegiadas, anulando-os, tanto quanto possível ou impondo rigorosamente o seu estreito cumprimento. Cansada de transigências a nova vereação cortará a direito (...)”¹²⁴⁷.

A Comissão Municipal do PRP distribuiu impressos de propaganda eleitoral¹²⁴⁸ às comissões paroquiais, no dia 20, na sua sede. Nestes planfletos elegiam como seus adversários principais os monárquicos e as *forças vivas*, referindo ao conluio de ambos para efectuarem “uma administração anti-republicana”. Apelavam aos “sinceros republicanos” para darem o seu voto à Lista Democrático-Socialista, porque a nova

¹²⁴⁴ Veja-se “Às urnas pelo PRP!”. *O Rebate*, 14-11-1925, p. 1; “Democratizemos o direito administrativo”. *Ibid.*, 17-11-1925, p. 1.

¹²⁴⁵ Ver “Propaganda eleitoral”. *O Rebate*, 18-11-1925, p. 1; “Idem”. *Ibid.*, 19-11-1925, p. 1 e *Ibidem*, 20-11-1925, p. 1.

No dia 21 do mesmo mês, véspera do acto eleitoral, realizaram-se novas sessões, no Centro Republicano da Ajuda; no Centro Republicano de Campo de Ourique; na Cantina Escolar de Benfica e no Centro Dr. Alberto Costa, na rua dos Remédios. Cf. “Propaganda eleitoral”. *O Rebate*, 21-11-1925, p. 1; “Idem”. *Ibid.*, 22-11-1925, p. 1.

¹²⁴⁶ “No próximo domingo: votar pelo PRP...”. *O Rebate*, 18-11-1925, p. 1.

¹²⁴⁷ “Republicanos cumpri o vosso dever!”. *O Rebate*, 19-11-1925, p. 1.

¹²⁴⁸ Seriam dados à estampa nas primeiras páginas d’*O Rebate*, nos dias 20 a 22 de Novembro. Ver Anexos – A.39. Impressos de propaganda eleitoral da Lista PRP-PS nas eleições de 1925.

vereeção teria de continuar a obra republicana, e porque era urgente resolver assuntos importantes na gestão da capital como a água, carnes, iluminação e viação; bem como continuar a obra da assistência infantil¹²⁴⁹.

Noutro panfleto combatiam a campanha da UIE contra o PRP apelidando-a de “caluniosa” porque tinha afirmado que a CML não tinha orçamentos. Além disso, chamava a atenção do eleitorado para o facto dos elementos da União serem os dirigentes e accionistas das empresas de água, viação, gás, electricidade, etc., afirmando que se esta vencesse o público teria de pagar por estes serviços “tudo quanto os seus exploradores quiserem”¹²⁵⁰.

No dia do escrutínio, o ataque à Lista da União foi enérgico e cáustico, ao defender que a “honradez” das *forças vivas* era suspeita, porque estes eram os responsáveis pela falência de vários bancos (Economia Portuguesa, Colonial, Industrial Português, Auxiliar do Comércio, Popular Português e Comercial do Porto); e desses administradores deveriam falar “os depositantes que nas suas mãos deixaram humildemente e ingenuamente os seus haveres”, deveriam contar “dos ladrões que os roubaram”. Igualmente o público “vilmente explorado pela moagem que falasse da administração das «forças vivas» aliadas aos monárquicos; que contasse, também, das “grandes empresas que defraudaram e defraudam o Estado – procurando agora apresentarem-se com exemplares administradores dos interesses da cidade”¹²⁵¹.

O PS justificou a aliança eleitoral com o PRP porque “perante a correcção de um partido fortemente organizado, os socialistas portugueses seriam incorrectos, se o não acompanhassem na luta contra os monárquicos e contra a Liga dos Interesses Económicos”; a sua participação na Lista de Conjunção era “pequena”, “mas valiosa” e os seus militantes iriam fazer “uma política verdadeiramente socialista”. O seu eleitorado não deveria abster-se, mas sim, cumprir o seu dever cívico¹²⁵².

Embora os cabeçalhos dos dias 20 e 22 d’*O Rebate* colocassem o zénite da luta eleitoral entre republicanos e monárquicos destacando a frase “República ou monarquia!”, o texto que os acompanhavam colocavam o ênfase no voto útil na Lista Democrático-Socialista, porque esta era a que oferecia “maiores garantias de vitória” e ou os republicanos votavam nela ou sujeitavam-se a dar os votos aos “seus naturais

¹²⁴⁹ “A eleição de domingo”. *O Rebate*, 20-11-1925, p. 1.

¹²⁵⁰ “Uma campanha caluniosa”. *O Rebate*, 21-11-1925, p. 1.

¹²⁵¹ “A glória das forças vivas”. *O Rebate*, 22-11-1925, p. 1.

¹²⁵² “A eleição de hoje e o Partido Socialista”. *O Protesto*, 22-11-1925, p. 2.

inimigos – monárquicos e representantes das «forças vivas»”; além disso, “Quem é republicano tem de garantir a vitória da lista que mais seguramente representa a República!”; e se votassem noutra lista (numa referência velada às Listas Esquerdista-Radical e dos «Homens-Livres»), seriam derrotados pelas forças conservadoras e de direita: “Republicanos! Quereis conhecer a derrota? Cindi a votação republicana, dando votos aos que nos combatem!”¹²⁵³.

A distribuição das Listas do PRP-PS, às comissões paroquiais, foi efectuada no dia 19 de Novembro¹²⁵⁴. No mesmo dia foram publicitados, pela primeira vez, os locais onde se forneciam as listas e se prestavam esclarecimentos sobre o acto eleitoral¹²⁵⁵. Uma singularidade deste sufrágio – ou pelo menos a primeira vez em que apareceu desvendado – foi o envio desta lista ao eleitorado sem pagamento de franquia de correio. Esta acção foi denunciada pelos esquerdistas que atribuíram esta grave irregularidade eleitoral ao facto de António Maria da Silva ser administrador-geral dos Correios. Assentemos que o envio gratuito das listas seria uma grande ajuda financeira para a campanha dos democráticos e uma óbvia desvantagem para os outros partidos¹²⁵⁶.

No que diz respeito à Lista Esquerdista-Radical a sua apresentação oficial ocorreu no dia 18 de Novembro, no Centro 19 de Outubro, sede do PRR, na rua do Socorro. A sessão foi presidida por Joaquim Domingues, antigo vereador, que fez a apresentação dos candidatos e esboçou o programa eleitoral para a cidade. A actual gestão municipal foi caracterizada de “perdulária e ruinosa”¹²⁵⁷.

No dia seguinte realizou-se nova sessão no Centro Republicano Castelo Branco Saraiva, promovida pela ED. Onde se afirmou a intenção dos esquerdistas em zelar pelos direitos e regalias dos munícipes, acabando com os monopólios existentes, através da renegociação dos contratos. Também no Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos se defendendeu a necessidade da conjunção “tomar conta da Câmara Municipal para a República ser ali reimplantada”¹²⁵⁸.

¹²⁵³ “A eleição de amanhã”. *O Rebate*, 21-11-1925, p. 1; “República ou monarquia!”. *Ibid.*, 22-11-1925, p. 1.

¹²⁵⁴ “PRP”. *O Rebate*, 18-11-1925, p. 1.

¹²⁵⁵ Cf. “Aos eleitores”. *O Rebate*, 21-11-1925, p. 2.

¹²⁵⁶ “O correio «bonzo»”. *O Mundo*, 21-11-1925, p. 1.

¹²⁵⁷ “O momento político...”. *Diário de Notícias*, 19-11-1925, p. 2.

¹²⁵⁸ “O momento político...”. *Diário de Notícias*, 20-11-1925, p. 2.

Ainda a 19, numa sessão no Centro Republicano Fernão Botto Machado, o radical Arnaldo de Carvalho, “antigo e indefectível republicano”, afirmou a um jornalista que os radicais não tinham programa, tudo dependia da “oportunidade”, pois “em Lisboa está tudo por fazer, mas tudo...”; se a sua lista triunfasse a primeira “coisa a fazer será por a câmara... em ordem”. Ordem nas finanças e encantar melhoramentos municipais (esgotos, habitação, etc.), e também “merecem muita atenção todas as liberdades populares de que os municípios têm de tomar inteira defesa”¹²⁵⁹.

Na véspera da votação foram distribuídos dois manifestos que versavam sobre dois dos principais problemas de Lisboa: a água e as carnes. Para a resolução do primeiro defendia-se o fim do monopólio e a municipalização do abastecimento de água. Quanto ao problema das carnes fazia-se uma apreciação da conduta da actual edilidade; afirmando-se que nada justificava a diferença de preços existente entre os talhos da capital e do país (que nalguns casos atingia 4 escudos de diferença), e defendeu-se uma remodelação destes serviços, assim como das inspecções sanitárias de carnes e de outros produtos alimentares de origem animal. Terminando com a defesa premente de baixar o custo das carnes. Igualmente o apelo final ao eleitorado republicano era contundente: “REABILITEMOS LISBOA!”. Nenhum monárquico deveria ser eleito, nem pela minoria. O povo republicano da capital deveria votar na Lista da ED-PRR, que era a que reunia maiores probabilidades de triunfo, deixando à coligação PRP-PS a minoria¹²⁶⁰.

Em relação à Lista da UIE, apelidada de Lista da “União dos Interesses Escandalosos”, era dos representantes das *forças vivas*, cujo objectivo era “pagar menos impostos ao Estado” e “explorar o mais possível o consumidor”. Defendiam os esquerdistas que nenhuma pessoa honesta poderia votar nesta lista, de uma vez por todas dever-se-ia acabar “com essa ilusão do valor e competência das *forças vivas*, pela derrota absoluta nas urnas”¹²⁶¹. Surpreendentemente a captação do voto do eleitorado republicano moderado foi uma preocupação para os esquerdistas, ao defenderem,

¹²⁵⁹ “As próximas eleições”. *O Radical*, 21-11-1925, p. 1.

Outra sessão de propaganda teve lugar no dia 20, no ginásio do Liceu Camões; e no dia seguinte no Pote de Água, na Ameixoeira. Ver “Eleições administrativas”. *Diário de Notícias*, 21-11-1925, p. 2; “Uma brilhante sessão de propaganda”. *O Mundo*, 22-11-1925, p. 1.

¹²⁶⁰ Cf. “A Conjuncção Radical-Esquerdista: Manifestos”. *O Mundo*, 21-11-1925, p. 1; “Ao povo de Lisboa”. Reproduzido n’*O Mundo*, 21-11-1925, pp. 1-2; “Reabilitemos Lisboa”. Transcrito n’*O Mundo*, 22-11-1925, p. 2.

¹²⁶¹ “A lista dos Interesses Escandalosos”. *O Mundo*, 21-11-1925, p. 1.

durante a campanha eleitoral, que a votação na sua lista seria “a única garantia de meter na ordem os sindicatos e as empresas que têm explorado o Povo”¹²⁶².

A divulgação dos locais onde se dispensavam todas as informações eleitorais e se distribuíam as listas cobrindo 38 das 43 freguesias da capital, com evidente predomínio dos Anjos com 12 sítios, revelava um período inicial de organização da Esquerda Democrática e ainda algumas fragilidades na implantação partidária, isto apesar de estarem cobertas as freguesias com o maior potencial de votantes. Estavam organizadas comissões eleitorais esquerdistas-radicais em todas as freguesias do 1.º e 4.º Bairros Administrativos de Lisboa. No 3.º Bairro apenas o Lumiar não possuía local de distribuição. No 2.º Bairro, as freguesias onde se situavam predominantemente os organismos públicos, comércio e serviços eram as que estavam desprovidas destas comissões (Mártires, S. Julião, Conceição Nova e Sacramento). Segundo um aviso publicado *n’O Mundo* os residentes nas duas últimas poderiam procurar as Listas no Centro Republicano Democrático Dr. José Domingues dos Santos e no escritório do Dr. Alfredo Nordeste¹²⁶³. No dia do sufrágio noticiava-se que, tal como nas eleições gerais, haveria em cada assembleia, à distância legal, e nos cafés da Brasileira e Itália postos de distribuição de listas¹²⁶⁴.

Advertiram os seus eleitores para a “conveniência de deitarem a lista na urna, sem quaisquer cortes”, porque cada nome cortado representava “um voto a favor dos seus adversários”¹²⁶⁵. O voto nesta lista era de protesto contra “a política de compadrio e rotativismo que se pretende implantar”, partilhando o país entre *bonzos* e nacionalistas. Era o repúdio da política dos *bonzos* – da política dos monopólios e da política de capelinha entre sidonistas, nacionalistas e abrilistas, e de resignação perante os monárquicos¹²⁶⁶.

Quanto à Lista da UIE a primeira sessão de propaganda eleitoral para apresentação dos candidatos realizou-se no dia 19 de Novembro, no salão nobre da sede da Associação Comercial de Lisboa, na rua Eugénio dos Santos, 89. No dia seguinte, efectou-se outra na sede da Associação dos Vendedores de Viveres e Retalho, no largo

¹²⁶² “A conjugação Radical-Esquerdista”. *O Mundo*, 20-11-1925, p. 1.

¹²⁶³ O escritório era na rua de S. Nicolau, 101-2.º. Veja-se “Aos radicais e esquerdistas...”. *O Mundo*, 21-11-1925, p. 2.

¹²⁶⁴ “Distribuição de listas”. *O Mundo*, 22-11-1925, p. 1.

¹²⁶⁵ “A comissão eleitoral da Conjugação...”. *O Mundo*, 21-11-1925, p. 2. Aviso repetido em “caixa” junto ao título deste periódico no dia do sufrágio.

¹²⁶⁶ “A batalha de hoje”. *O Mundo*, 22-11-1925, p. 1.

do Intendente, 35. A última sessão aconteceu no dia 21, na Associação Comercial dos Lojistas, avenida da Liberdade. Na primeira discursou Carlos Oliveira, presidente da Comissão Eleitoral da União, salientado que esta organização “só pretende servir os interesses do país”. Entre outros, discursou Ferreira Madaleno, agricultor, declarando que se fosse eleito trabalharia “desinteressadamente” e para o exercício do cargo não lhe faltavam “prática nem vontade” (já referimos que tinha sido presidente da Câmara de Luanda), ainda afirmou que só tinha um curso, “o curso superior do trabalho”, e um diploma – o que lhe davam todos os que com ele tinham trabalhado¹²⁶⁷. Este candidato, um dos dois lavradores, corroborava duas características relevantes numa lista que se queria de competências: a experiência na gestão autárquica aliada a uma vida de sucesso no mundo do trabalho, um exemplo da idoneidade dos aspirantes à vereação da Lista da UIE. Na reunião da Associação dos Vendedores de Víveres, o apelo final ao voto pertenceu a “um velho e honrado comerciante”, convidando os presentes a acompanharem o “movimento de salvação nacional” encetado pela União¹²⁶⁸.

Na Associação Comercial dos Lojistas, Levy Marques da Costa falou da urgência “de uma vida nova, um regime novo” para a cidade. Carlos Oliveira declarou que a UIE combatia “os maus políticos”, aceitando a colaboração de todas as competências”; sustentou que por esta ser uma lista de saberes, apolítica, tem sofrido “uma campanha vil à qual se associam jacobinos de todas as cores: azuis e brancos e verdes e vermelhos”; e criticou a actual edilidade declarando não se conseguir distinguir a maioria da minoria, parecendo que “todos estão irmanados, vivendo em paz e no melhor dos mundos”, no que constituía uma crítica à actuação da minoria monárquica. Para Roque da Fonseca os filiados da União “não transitam de partido para partido, não mudam de opiniões, como a maioria dos políticos”. O seu lema era “o trabalho” e trabalhavam de “mãos limpas”, sem “escândalos” nem “sangue fraticida”. Ao encerrar a sessão, Marques da Costa, fez a panegírica da organização das classes, “a força viva da Nação, que agem com honestidade e amor à sua Pátria”¹²⁶⁹.

O apelo ao voto do eleitorado conservador era fundamental para a sua vitória. Em paridade com todas as outras forças partidárias consideravam que a abstenção era “um crime”; mais, era pelo exercício do voto “consciente e firme, sem pressões de

¹²⁶⁷ Ver União dos Interesses Económicos: lista da cidade”. *O Século*, 19-11-1925, p. 1; “Idem”. *Ibid.*, 20-11-1925, pp. 1-2.

¹²⁶⁸ “Uma sessão de propaganda”. *O Século*, 21-11-1925, pp. 1-2.

¹²⁶⁹ “Na Associação Comercial dos Lojistas”. *O Século*, 22-11-1925, pp. 1-2.

caciques, nem ameaças de bandoleiros” que o cidadão devia intervir na governação pública. Enquanto o eleitorado das direitas ficasse em casa em vez de votar, não terminaria a “ditadura” democrática¹²⁷⁰. A questão que colocavam era pertinente: pode criar-se “uma *elite* poderosa, apta para tomar conta dos destinos do País”, e a “grande massa dos indiferentes pode reconhecer a essa *elite* todas as virtudes políticas”, mas se não lhe der o seu voto de que serve a constituição dessa elite?¹²⁷¹. Segundo a UIE a manutenção do abstencionismo elevado seria “um pouco paradoxal”, porque se ela se mantivesse seria como nunca tivesse havido:

“uma questão das carnes a agitar a opinião pública, que os impostos municipais não atingiram proporções insuportáveis, que as ruas têm merecido cuidados extremosíssimos, que não há artérias da cidade transformadas em lameiros, que toda a administração municipal tem sido modelar e que nada há que dizer dos serviços a que tem presidido a vereação cujo mandato está a expirar”¹²⁷².

As censuras à administração municipal foram mais agressivas no manifesto que acompanhava a Lista dos candidatos. Neste acusavam a vereação de não publicar orçamentos e de não cumprir a lei ao não aprovar orçamentos suplementares; do aumento desmesurado (e supérfluo) do pessoal burocrático e jornalero; da tesouraria camarária ser “uma simples dependência de contabilidade”; de tratar os problemas da capital irreflectidamente, “sem subordinação a planos gerais”. Ao mesmo tempo, apresentavam o seu programa de acção, com os seguintes pontos essenciais: 1) introduzir na administração municipal “a ordem, a disciplina e o espírito de progresso, que dela se afastaram há muito”; 2) sanear as finanças camarárias e organizar os quadros de pessoal; 3) reorganizar os serviços camarários; 4) revisão dos impostos municipais, “facilitando a sua cobrança, e porventura, a sua redução”; 5) introduzir a norma do pagamento imediato dos fornecimentos; 6) promover o engrandecimento material da cidade. Por último, o manifesto atestava a colaboração de todas as organizações que apoiavam a Lista da Cidade, em especial a UIE, que cooperaria com os edis eleitos¹²⁷³.

Nos dias 20 e 21 de Novembro foi publicada uma relação com os 38 locais onde estava à disposição a Lista da União, salientando-se as Associações Comercial de

¹²⁷⁰ “A abstenção é um crime”. *O Século*, 21-11-1925, p. 1.

¹²⁷¹ “Vida nova ou vida velha?”. *O Século*, 22-11-1925, p. 1.

¹²⁷² “A União dos Interesses Económicos perante as eleições...”. *O Século*, 19-11-1925, p. 1.

¹²⁷³ “Aos eleitores de Lisboa”. *O Século*, 20-11-1925, p. 1.

Lisboa, a Industrial Portuguesa, a Comercial do Lojistas de Lisboa, a Comercial dos Retalhistas de Víveres de Lisboa e a de Classe dos Agricultores e Horticultores do Distrito de Lisboa, entre outros. Em 21 e 22 de Novembro numa “caixa de texto” junto ao cabeçalho d’*O Século* lia-se que votar nesta Lista era uma imposição a “todos os eleitores conscientes dos seus deveres”.

Em relação à Lista monárquica ou Lista da Cidade não encontrámos nenhuma referência à realização de sessões de propaganda eleitoral. Apresentou, num editorial do *Correio da Manhã*, o que poderemos apreender como um programa sobre os problemas que a nova vereação deveria solucionar: 1) resolução da crise financeira; 2) construção de novos bairros e melhoria dos existentes; 3) intervenção municipal nos serviços de abastecimentos, de forma a acatar as necessidades da “produção nacional e não do consumidor”; 4) intromissão municipal na assistência social; 5) salvaguardar os interesses dos munícipes nos inúmeros contratos e concessões existentes com empresas e companhias particulares¹²⁷⁴.

No dia 20 de Novembro foram divulgados os locais onde os monárquicos que não tivessem recebido a lista a poderiam ir buscar. Para além da sede das Juventudes Monárquicas; e das redações dos jornais *Correio da Manhã* e do *Dia*; indicavam-se ainda uma alfaiataria, em Alcântara, rua 1.º de Maio, 38; em Santos, a farmácia A. Nunes, rua do Olival e uma barbearia, na rua n.º 1, do Bairro Novo da Lapa; e na rua da Imprensa Nacional, 96, em S. Mamede¹²⁷⁵.

Na véspera das eleições a convocação do eleitorado reforçava os critérios de isenção política e idoneidade dos seus candidatos ao reafirmarem que a sua constituição tinha obedecido a dois “princípios fundamentais: 1) ausência absoluta de carácter político, competências as mais comprovadas, garantia de uma obra progressiva e de reconstrução; 2) nomes honrados e isentos de toda e qualquer responsabilidade nos fornecimentos ruinosos e nos escândalos da administração pública”¹²⁷⁶. Se bem que o primeiro critério fosse comum às listas apresentadas nos anteriores escrutínios, o segundo ponto propendia a um ataque à Lista da UIE, onde, segundo os monárquicos, existiam não somente candidatos com negócios com o Estado, mas também responsáveis pela gestão e actual situação da CML, desta forma, encapotando o facto de

¹²⁷⁴ Cf. “Câmara de Lisboa...”. *Correio da Manhã*, 18-11-1925, p. 1.

¹²⁷⁵ “Lista da Cidade”. *Correio da Manhã*, 20-11-1925, p. 2.

¹²⁷⁶ “Povo de Lisboa!”. *Correio da Manhã*, 21-11-1925, p. 1.

pertencer aos monarquistas a minoria municipal. Acusavam a União de hipócrita ao atribuir à Causa o falhanço das negociações para uma Lista conjunta, numa última tentativa de conquista do eleitorado conservador¹²⁷⁷.

No dia do escrutínio o derradeiro apelo da Causa Monárquica aos eleitores da capital era incisivo: “ESCOLHE! Entre a competência e a incompetência; entre a certeza de uma boa e progressiva administração e as nefastas consequências de uma política sectária; entre uma sã moral e a escandalosa união da política com os negócios”; e apelava aos seus partidários para que enviassem para o *Correio da Manhã* os resultados eleitorais das diferentes assembleias “o mais pormenorizadamente possível”¹²⁷⁸.

No dia 19 de Novembro elementos da Esquerda Social, composta por membros do PCP e de classes operárias, distribuíram um manifesto induzindo o operariado a abster-se nas eleições administrativas e a aprontar-se para conquistar as juntas de freguesia¹²⁷⁹. Mais, informou os seus simpatizantes que não renovou o acordo das eleições legislativas com a ED, porque consideraram ter havido “falta de lealdade dos esquerdistas nas eleições de deputados, tendo cortado os nomes dos representantes das classes e do Partido Comunista”¹²⁸⁰.

A campanha eleitoral das últimas eleições municipais da República colocou, uma vez mais, em evidência uma maior organização partidária do PRP relativamente às outras forças partidárias. Os democráticos realizaram uma grande acção de propaganda eleitoral (comícios, imprensa, etc.), e atestaram celeridade na elaboração e distribuição das listas, conseguindo enviá-las por correio aos eleitores dois dias antes do sufrágio. No outro lado da barricada, mostrando debilidades ao nível da implantação partidária, encontravam-se as outras forças políticas, por exemplo, os Esquerdistas-Radicais só conseguiram realizar a distribuição das Listas no dia 21, véspera do acto eleitoral, dificultando de sobremaneira a correspondente partilha por correligionários ou simpatizantes¹²⁸¹. Quanto aos monárquicos, não realizando, de novo, qualquer sessão de propaganda eleitoral mostravam pouca determinação no sufrágio popular.

¹²⁷⁷ “Moral administrativa...”. *Correio da Manhã*, 21-11-1925, p. 1.

¹²⁷⁸ “Eleitores de Lisboa”. *Correio da Manhã*, 22-11-1925, p. 1.

¹²⁷⁹ “As eleições administrativas”. *O Radical*, 19-11-1925, p. 2.

¹²⁸⁰ “Idem”. *O Radical*, 18-11-1925, p. 2.

Dias antes tinha chegado a ser noticiado um acordo entre radicais, esquerdistas e a Esquerda Social. Ver “As próximas eleições administrativas”. *O Radical*, 17-11-1925, p. 2.

¹²⁸¹ “Às comissões do Partido Radical e Esquerda Democrática”. *O Mundo*, 21-11-1925, p. 2.

VII.4. O corpo eleitoral

Nos cadernos eleitorais de 1925 estavam recenseados cerca de 60.680 eleitores. Em analogia com os dois recenseamentos anteriores, este número incorre em defeito porque não conseguimos obter dados sobre o número de recenseados das freguesias de S. Miguel, Santiago, Madalena, Mártires, S. Julião, S. Nicolau e Lumiar, assembleias de secção única¹²⁸². Nas últimas eleições municipais republicanas permaneceram as 42 assembleias de voto, menos uma do que as freguesias de Lisboa, porque os eleitores da Charneca e da Ameixoeira votavam na mesma secção.

Na totalidade das 42 assembleias eleitorais 29 abrangiam várias secções¹²⁸³, que completavam 112 secções de voto. As 13 assembleias de secção única eram o Castelo, Graça, S. Miguel, Santiago, Conceição Nova, Mártires, S. Nicolau, Campo Grande, Ameixoeira/Charneca, Carnide, Lumiar, Madalena e S. Julião. Concluindo, neste sufrágio existiram 125 secções de voto em Lisboa, mais 3 do que em 1922, igualando as existentes em 1919.

As freguesias com maior peso eleitoral foram as subsequentes: Anjos (6.633 recenseados); Santa Isabel (5.133); Santa Engrácia (4.088); S. Sebastião (3.974); Alcântara (3.832); Santos (3.438); Arroios (3.280); Ajuda (2.081); Santa Catarina (2.040); Belém (1.841); Coração de Jesus (1.832); Pena (1.770); Lapa (1.654); Mercês (1.498); Beato (1.458); S. José (1.256); S. Mamede (1.221); Penha de França (1.156); Olivais (1.037); Sé (1.028); Socorro (1.008); e Encarnação e Benfica (ambas, 1.005). As restantes assembleias tinham menos de mil eleitores. Olhando ao número de recenseados por Bairros Administrativos o primeiro posto, em paridade com o recenseamento político anterior, continuava a pertencer ao 1.º Bairro com o maior número de eleitores (19.034); seguia-se-lhe o 4.º Bairro (17.979); na terceira posição encontrava-se o 3.º Bairro (13.530); e, por fim, o 2.º Bairro (10.137). Repetindo-se a

¹²⁸² Consultámos os cadernos eleitorais depositados no AML/AC e no ANTT/ADL, completados com “Eleições administrativas: as assembleias...”. *O Século*, 21-11-1925, p. 2.

Ver Anexos - A.43. Eleitores em Lisboa (1913-1925).

¹²⁸³ Persistiram com as mesmas secções em relação a 1922, as assembleias de Beato, S. Vicente, Santa Engrácia, Sé, S. Cristóvão, Santo Estevão, Socorro, Arroios, Encarnação, Penha de França, Coração de Jesus, Santa Justa, S. José, Benfica e S. Paulo; conseguiram mais uma secção, Anjos (12), Sacramento (2), Santa Catarina (4), S. Mamede (3), S. Sebastião (7), Ajuda (4) e Santos (6); com mais duas secções, Alcântara (7); e com menos uma secção, Mercês (3); Olivais (2), Belém (3), Pena (3), Lapa (3) e Santa Isabel (9).

supremacia dos 1.º e 4.º Bairros que juntos perfaziam 61 por cento do eleitorado lisbonense.

Em 1925 no concelho de Lisboa para um total de 529.524 habitantes, os maiores de 21 anos do sexo masculino perfaziam 155.456 indivíduos, dos quais 122.584 sabiam ler e escrever, ou seja, 78,9 por cento satisfaziam os requisitos da Lei Eleitoral, constituindo a população recenseável¹²⁸⁴. Contudo, unicamente se arrolaram 60.680, correspondentes a 49,5 por cento dos recenseáveis, menos de metade dos que tinham direito ao exercício de voto. Notemos que este número era diminuto se comparado com os valores obtidos, no mesmo ano, por Manuel Baiôa, para as eleições municipais em Évora, em que 83,1 por cento da população recenseável se inscreveu nos cadernos eleitorais e de 61,8 por cento em Sintra, por Maria Cândida Proença; assim como, dos 93,3 por cento alcançados nas eleições legislativas, deste ano, para a ilha da Graciosa, por Luís Menezes, situando-se o valor mais baixo do arquipélago dos Açores na ilha de Santa Maria com 54,9 por cento, ainda assim 5,4 pontos percentuais acima da representação de Lisboa¹²⁸⁵.

Em todos os outros escrutínios detectámos críticas da oposição (ao PRP) à forma como a lei estabelecia as normas do recenseamento, dificultando-o; e como os agentes administrativos, muitas vezes, não cumpriam a legislação existente, ou utilizavam-na de forma abusiva para facilitar a inscrição dos seus correligionários e, em sentido antagónico, para obstruir o registo dos seus opositores políticos, assim, este ano não constituiu excepção nas práticas habitualmente exercidas.

Um exemplo das debilidades deste recenseamento surgiu numa notícia acerca de uma reunião da comissão política da freguesia da Lapa do Partido Republicano Radical, no dia 16 de Novembro, para apreciar as eleições parlamentares, durante a qual devido “ao grande esforço e boa vontade de um membro desta comissão” se constatou o seguinte:

“Que muitos correligionários não foram inscritos no recenseamento, embora tivessem requerido e apresentado os documentos legais; que a maior parte dos eleitores desta freguesia não têm moradas certas, sendo por isso impossível, certificar a identidade dos mesmos; que há eleitores que se encontram ausentes em parte incerta, bastantes no estrangeiro, tendo-se também verificado que muitos já

¹²⁸⁴ Veja-se Anexos – A.40. Homens analfabetos e alfabetizados em Lisboa, com idade superior a 21 anos – 1925.

¹²⁸⁵ Cf. Manuel Baiôa, “As eleições municipais...”, p. 305; Maria Cândida Proença, *op. cit.*, p. 60; Luís Menezes, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, s.l., Região Autónoma dos Açores/SREAC/DRAC, 1992, p. 178.

faleceram; que há casas onde só habita um elemento e nos cadernos eleitorais aparecem dois, três, quatro e cinco com a mesma morada, embora com nomes diferentes”;

concluindo que enquanto subsistissem estas práticas e não fosse alterada a Lei Eleitoral em vigor, para que cada partido alcançasse uma “representação proporcional à sua força”, as eleições não passavam de “uma burla”¹²⁸⁶.

No último recenseamento eleitoral da República, segundo Farelo Lopes, as fraudes visaram sobretudo o “bloco monárquico-católico”. Existem notícias de que nas assembleias da Lapa teriam sido “excluídos 110 eleitores monárquicos pelo simples motivo do secretário recenseador se ter «esquecido» de lhes indicar as profissões e moradas. O regedor da freguesia de Camões [Coração de Jesus] «amarrava os quatro cascos para não passar atestados de residência aos monárquicos daquela freguesia»”; a manipulação do recenseamento originou que fossem “escandalosamente omitidos milhares de nomes sob mil pretextos: desconhecidos nas freguesias homens que nelas residem há anos (...); analfabetismo de indivíduos com cursos superiores; alterações de idades e nomes; morte civil decretada para eleitores que estão sãos e escorreitos. A par dessas eliminações, revoltantes inclusões de indivíduos sem direito de voto”¹²⁸⁷. De facto, se compararmos o número de eleitores destas duas assembleias com o recenseamento de 1922, verificamos que em 1925 na Lapa estavam inscritos menos 375 eleitores e menos 182 no Coração de Jesus, mas não são as únicas em que esta diminuição se verifica, por exemplo, no Beato e no Socorro também se registou um decréscimo no número de recenseados.

Noticiou-se que em Belém, Alcântara e Sacramento, «votaram inúmeros soldados, marinheiros e cabos, que no recenseamento como tais tinham sido inscritos»¹²⁸⁸. Não confirmámos se nos cadernos eleitorais de Sacramento estavam averbados militares, porque não estão depositados nos Arquivos, porém, não nos parece verosímil porque a diferença entre o número de eleitores de 1925 e o recenseamento anterior foi de 172 eleitores. Quanto às assembleias de Bélem e Alcântara observámos os recenseamentos e atestámos não existir nenhum averbamento massivo de militares, aqui e além surgem soldados e oficiais, mas raramente a sua residência é um quartel. A

¹²⁸⁶ “Partidos: Republicano Radical”. *A Capital*, 19-11-1925, p. 2.

¹²⁸⁷ Ver *A Época*, 9-11-1925. Citado por Fernando Farelo Lopes, *Poder político...*, pp. 122-123.

¹²⁸⁸ Cf. Fernando Farelo Lopes, *Ibid.*, p. 122.

campanha na imprensa do bloco conservador era em muitas ocasiões falaciosa e, numa tentativa de justificar maus resultados, denegria os seus adversários políticos (principalmente os democráticos), deslegitimando as eleições junto da opinião pública.

Vejamos de seguida como decorreu a ida às urnas nas últimas eleições municipais republicanas, que constituiriam também o derradeiro acto eleitoral da Primeira República.

VII.5. Acto e escrutínio eleitorais

Na véspera do sufrágio foram publicitadas as assembleias e secções de voto, que novamente funcionaram nas escolas primárias, em liceus e escolas superiores de Lisboa¹²⁸⁹. No dia 15 de Novembro efectuou-se o sorteio dos presidentes e membros das assembleias, na sala do Tribunal da 1.ª Vara Civil, em audiência pública¹²⁹⁰. Contudo, no dia da votação houve dificuldades na constituição das mesas das assembleias porque a grande maioria dos sorteados para as presidirem, professores e oficiais reformados, não compareceram a horas. Para agravar a situação, poucos cidadãos se mostraram dispostos a esse exercício cívico, voluntário, resultando que em algumas secções só próximo do meio-dia se constituíram as mesas. Para o jornal *das forças vivas* a constatação desta realidade denunciava que “o número de receosos é ainda coisa respeitável nesta terra”¹²⁹¹. Em similitude com outros actos eleitorais alguns candidatos presidiram às mesas eleitorais, como foi o caso de João Pedro dos Santos, esquerdista, que presidiu à assembleia de Santiago¹²⁹².

¹²⁸⁹ Com as seguintes excepções: 1.º Bairro, Anjos (1.ª e 2.ª-junta de freguesia; 5.ª e 6.ª- Associação do Registo Civil; 7.ª e 8.ª-Ginásio Clube Português); Graça (Centro Rodrigues de Freitas); Castelo (anexo da igreja); Santo Estevão (Centro Alberto Costa); Santa Engrácia (6.ª e 7.ª-anexo da igreja); S. Miguel (anexo da igreja); Sé (edifício municipal, antigo Crédito Predial); Socorro (edifício do Amparo, rua da Mouraria); S. Vicente (Centro Alexandre Braga); 2.º Bairro, Conceição Nova (Paços do Concelho); S. Julião (Paços do Concelho); Madalena (edifício municipal, antigo Crédito Predial); Arroios (2.ª e 3.ª-Centro Afonso Costa; 4.ª e 5.ª-Clube Estefânia); Santa Justa (Teatro Nacional); Mártires (Biblioteca Nacional); S. Nicolau (edifício da Irmandade); 3.º Bairro, Campo Grande (Centro Alferes Malheiro); Mercês (3.ª-Academia das Ciências); S. Paulo, (rua da Boavista, 2-1.º); S. Mamede (1.ª-Assistência Pública); S. Sebastião (4.ª e 5.ª-Maternidade); 4.º Bairro, Ajuda (3.ª-junta de freguesia; 4.ª-estação de serviço de Higiene da CML); Alcântara (3ª-Sociedade Promotora de Educação Popular; 6.ª e 7.ª-sede da junta); Belém (claustros da Casa Pia); Santa Isabel (7.ª, 8.ª, e 9.ª-Congresso da República) e Santos (quartel dos bombeiros). Cf. “Eleições administrativas: as assembleias...”. *O Século*, 21-11-1925, p. 3.

¹²⁹⁰ Cf. “O sorteio...”. *Diário de Notícias*, 15-11-1925, p. 2; “Eleições administrativas: o sorteio...”. *Ibidem*, 16-11-1925, p. 2.

¹²⁹¹ “O acto eleitoral de ontem”. *O Século*, 23-11-1925, p. 2.

¹²⁹² Ver “O acto eleitoral de ontem”. *O Século*, 23-11-1925, p. 1.

A casual constituição das mesas, bastante difundida nestas eleições, foi resultado de uma situação singular. A cisão do Grupo da Esquerda Democrática resultou numa balbúrdia política nas comissões paroquiais e entre os partidários democráticos, pelo facto de muitos não saberem a cor política dos seus correligionários. Desta realidade nos deu testemunho, um filiado do Partido Democrático que, em carta, atestou que existia “*em todas as freguesias uma confusão que só nos pode ser prejudicial*”. Transmitia como exemplo o sucedido nas eleições legislativas quando foi votar à 5.^a secção de Arroios (Clube Estefânia) e verificou que a mesa não estava constituída, e “como não tinha a certeza se os republicanos que nela estavam continuavam no PRP, ou se tinham ingressado no «Esquerdismo»” não hesitou em ocupar um lugar na mesa (apesar de estar em jejum). Justificando esta atitude para “pelo mesmo ter a certeza de que o PRP naquela mesa estava a ser zelado. É certo que foi *trop de zèle*, porquanto faziam parte da mesa mais dois correligionários”. Porém, ele ignorava esse facto. Para solucionar este problema lançava o repto para que “*em todas as freguesias, uma de cada vez, se fazer uma convocação de todos os republicanos fiéis ao Partido*”, para se ficarem a conhecer e trocarem “*impressões sobre a organização partidária*”, evitando desta forma “futuros equívocos prejudiciais ao Partido”¹²⁹³.

Esta preocupação com o controlo das assembleias eleitorais foi comum à Lista Esquerdista-Radical que pediu a todos os vogais das suas comissões políticas para comparecerem às 8 horas e trinta minutos nas assembleias para constituírem as mesas¹²⁹⁴. Identicamente as comissões políticas de Lisboa do PRN reuniram-se, no dia 18, para escolherem, de acordo com a UIE, os seus delegados eleitorais e os membros que iriam “fazer parte das secções de voto”¹²⁹⁵; e a Comissão Municipal nacionalista pediu aos seus apoiantes para estarem presentes, às 9 horas, nas assembleias e lutarem para que esta tivesse representação nas mesas. Mais, recomendava uma fiscalização “rigorosa” do sufrágio e o pedido de certidões de voto de todos os candidatos, de forma a evitar os “escândalos e abusos” que vinham sendo praticados. Além disso, segundo esta Comissão, em muitas freguesias estavam recenseados muitos democráticos e foram excluídos eleitores pertencentes a outras forças políticas. O caso mais escandaloso seria o dos Anjos devido ao número de mortos e ausentes que continuavam recenseados,

¹²⁹³ Luís da Silva Ferreira, “Alvitre de um republicano”. *O Rebate*, 17-11-1925, p. 3.

¹²⁹⁴ “A conjunção Radical-Esquerdista: as comissões”. *O Mundo*, 22-11-1925, p. 1.

¹²⁹⁵ Veja-se “O momento político”. *Diário de Notícias*, 19-11-1925, p. 2.

calculando-se que esse número fosse superior a 1.000 eleitores¹²⁹⁶. A Comissão Eleitoral da UIE também fez um apelo aos seus eleitores para conseguirem representação nas mesas, bem como fiscalizarem o escrutínio, para acautelar “a repetição dos escandalosos abusos” ocorridos nas eleições de deputados¹²⁹⁷.

As descrições sobre os acontecimentos ocorridos em várias assembleias de voto foram díspares e múltiplas. O diário *O Século* noticiou um “violento incidente” junto ao local onde funcionaram três secções de Arroios; e que devido à fraca afluência de votantes algumas secções foram fundidas, noutras foram adoptadas medidas nesse sentido por “pessoas que tinham tomado a peito que o acto eleitoral se realizasse nas assembleias onde contavam avultado número de votos”, um exemplo disso, foram as providências tomadas pelo candidato esquerdista-radical Martins Júnior, que “deu as suas ordens e dispôs as suas forças no sentido de se fundirem determinadas secções da sua área”. Denunciou uma tentativa de “chapelada” nos Anjos (5.^a e 6.^a secções), na sede da Associação do Registo Civil, pois quando se procedeu á contagem dos votos verificou-se que tinham entrado 440 votos, porém, nas descargas dos cadernos eleitorais só estavam assinaladas 200 descargas. O facto deu lugar a protestos pela clareza da “chapelada” onde se viam algumas listas em maços; pretendeu-se com este acto beneficiar os candidatos das Listas do PRP e dos Esquerdistas, em partes iguais. Alguns eleitores presentes sugeriram ao presidente da mesa que realizasse o escrutínio à porta fechada. Este não atendeu a “sugestão” e resolveu anular o acto eleitoral¹²⁹⁸. Em Santo Estevão foi lavrado um protesto pelo substituto da Lista da UIE, Domingos Pereira Bento, devido ao modo como foram efectuadas as descargas nos cadernos eleitorais¹²⁹⁹. Nas restantes assembleias da parte oriental da cidade registaram-se pequenos incidentes relacionados com a identidade dos eleitores, tendo-se lavrado alguns protestos.

Do lado ocidental, não houve nada digno de registo. Com efeito, “as urnas não se partiram, os cadernos não se rasgaram. Nada.” Os esquerdistas foram madrugadores aparecendo “por toda a parte, e por toda a parte, pretendiam entrar em superioridade na função de manejar os cadernos de eleitores”, alcançando nalguns casos os seus intentos, como sucedeu em Belém. Numa secção de voto de Alcântara um esquerdista declarou

¹²⁹⁶ “Partido Republicano Nacionalista”. *O Século*, 21-11-1925, p. 2.

¹²⁹⁷ “União dos Interesses Económicos”. *O Século*, 21-11-1925, p. 1.

¹²⁹⁸ “O acto eleitoral de ontem”. *O Século*, 23-11-1925, p. 1.

¹²⁹⁹ Esta assembleia funcionou no Centro Republicano Alberto Costa, na rua dos Remédios, a Alfama, e foi alvo de uma tentativa de assalto, por volta da meia-noite, quando já depois de afixado o resultado das votações os membros da mesa ficaram a ultimar os trabalhos do sufrágio. Veja-se “Ecos das eleições”. *Correio da Manhã*, 24-11-1925, pp. 1-2.

ao repórter que a maioria deveria ser deles, porém, acrescentou que tinham “representação”, mas os *bonzos* tinham as mesas: “os cadernos estão nas mãos deles, são sempre açambarcadores”¹³⁰⁰. Para evitar qualquer desordem a cidade foi patrulhada por piquetes de infantaria e cavalaria da GNR, sendo vigiadas as sedes de alguns jornais. A polícia da esquadra da Boavista prendeu alguns indivíduos acusados de estarem a distribuir manifestos bolchevistas¹³⁰¹.

Este relato de aparente normalidade proporcionou ao *Século* o sobrenome de “mais um órgão dos governos do que um órgão da UIE”¹³⁰², por parte da Causa Monárquica. Para o *Correio da Manhã* esta votação excedeu “tudo quanto os republicanos têm feito em matéria de roubo eleitoral”; e foi “apenas mais uma burla indecorosa e revoltante”. Apesar de “milhares de eleitores monárquicos” terem sido riscados dos cadernos eleitorais, e de outros terem sido “empurrados” para a abstenção, devido aos roubos e violências ocorridas nas eleições gerais, reivindicavam que a minoria pertencia à Lista da Causa. Isto se os esquerdistas não tivessem feito “formidáveis *chapeladas* nas assembleias em que isso se lhes tornara viável” e o Governo não tivesse ordenado que nas assembleias eleitorais “que tinha de reserva para o que desse e viesse, se lhes respondesse à letra com *chapeladas* ainda mais volumosas, ainda mais imprudentes e absolutamente previsíveis”¹³⁰³.

Nas eleições legislativas uma “camionete-fantasma” tinha percorrido a capital, e os seus ocupantes ostentaram as urnas roubadas em diversas assembleias, e dispararam “tiros e mocadas” sobre “eleitores ordeiros”. Para os monárquicos os desordeiros eram elementos de “um grupo radical” que transportavam na frente da camioneta a “«gloriosa» bandeira verde-rubra”; ao contrário, para os democráticos quem tinha chefiado estes assaltos era um “realista”¹³⁰⁴. O *Diário de Notícias* também relatou a presença desta camioneta, que percorreu várias secções de voto durante o apuramento, distribuindo tiros e destruindo urnas, actas, cadernos etc. Foram visadas as assembleias de Santa Isabel (4.^a, 5.^a e 6.^a secções, Escola Machado de Castro); Arroios (4.^a e 5.^a, Clube Estefânia), onde o presidente – prevenido – conseguiu salvar a papelada, (2.^a e 3.^a, Centro Afonso Costa), onde as urnas e listas foram inutilizadas; Mercês (1.^a,

¹³⁰⁰ “O acto eleitoral de ontem”. *O Século*, 23-11-1925, p. 1.

¹³⁰¹ *Ibidem*, p. 2.

¹³⁰² “O 22 de Novembro: ralham as comadres...”. *Correio da Manhã*, 25-11-1925, p. 1.

¹³⁰³ “A grande fálpera”. *Correio da Manhã*, 23-11-1925, p. 1.

¹³⁰⁴ Cf. “Crónica das eleições «livres»”. *Correio da Manhã*, 9-11-1925, p. 1. Ver ainda “No regime das «camionetes» os criminosos continuam à solta”. *Ibidem*, 13-11-1925, p. 1; “Falência miserável”. *Ibid.*, 24-11-1925, p. 1; “Episódios eleitorais”. *O Rebate*, 25-11-1925, p. 1; “Idem”. *Ibidem*, 28-11-1925, p. 2.

Conservatório) salvaram-se as actas dos senadores; Anjos (10.^a e 11.^a, Escola n.º 26), tudo destruído e S. Mamede (2.^a e 3.^a, Escola Politécnica), a mesma balbúrdia e desfecho idêntico¹³⁰⁵. Por entre acusações mútuas é difícil distinguir a verdade dos factos, porém, julgamos que nas secções destruídas as mesas seriam constituídas por republicanos, muitas delas inclusive funcionaram nos seus centros políticos, não necessitando de actos de devastação para obterem a vitória, pois poderiam utilizar as chapeladas ou falsificar as actas. Assim, era mais provável que os arruaceiros fossem monarquistas.

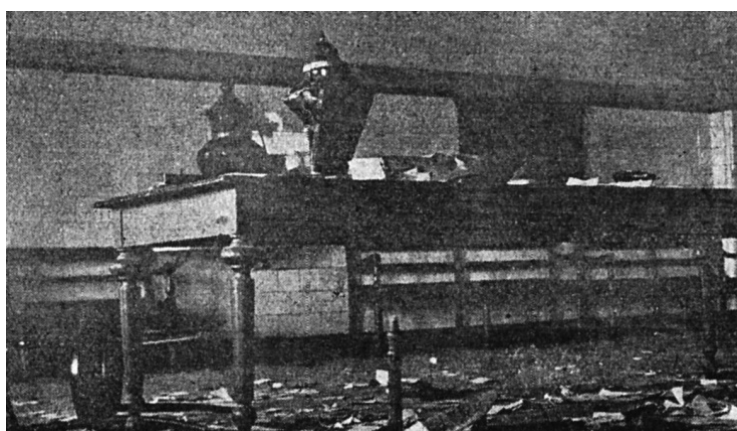


Imagem 16 – [Eleições legislativas:] “os destroços da assembleia de S. Mamede depois do assalto”, *ABC*, A. 6, n.º 278 (1925): 4. / GEO.

Defendendo a sua versão os monárquicos denunciaram que nas eleições administrativas para “não ter de trabalhar nas ruas a *camionete*”, o método difundido foi o de não funcionarem as secções de voto em que “era segura a maioria” para a Lista da Causa, segundo eles, tal sucedeu nas seguintes freguesias: S. Mamede (1.^a secção); Mercês (3.^a); em três secções de Santa Isabel e em duas de Arroios, entre outras¹³⁰⁶. Além disso, delataram “monumentais chapeladas” no Coração de Jesus (3.^a e 4.^a, Escola n.º 37), numa secção unificada, presidida por um “revolucionário civil”, onde não só votaram “várias *marcas* conhecidas, vindas já de outras freguesias, onde tinham cumprido o *dever cívico* de votar”, mas como se isso não bastasse e fosse “irrisória” a votação dos *canhotos* e “não sendo também grande as dos bonzos” quando se procedia à

¹³⁰⁵ Ver “Uma carga de desordeiros” e “Outras cenas de violência”. *Diário de Notícias*, 9-11-1925, p. 2. Fernando Farelo Lopes destaca que uma “passeata” de camioneta seria uma forma de “comprar” o voto de alguns eleitores “desejosos de partilharem os progressos da civilização”, veja-se *A I República portuguesa: questão eleitoral...*, p. 378.

¹³⁰⁶ “O 22 de Novembro: um dia revolucionário...”. *Correio da Manhã*, 24-11-1925, p. 1.

contagem das listas, um dos escrutinadores “no meio da galhofa dos restantes, da *autoridade* revolucionária e de outros *defensores*”, colocou na algibeira “**seis** dos maços” das listas da Causa e “fez descarregar os votos respectivos na votação dos canhotos”, acontecendo o mesmo com os votos da Lista democrático-socialista que também foram “roubadíssimos” nesta assembleia.

Ainda, em Santa Engrácia (6.^a, anexo da igreja) os esquerdistas através de uma chapelada “vergonhosa” conseguiram subir os seus votos de 65 para 249, roubando-os às listas monárquica e aos *bonzos*. Aí votou o cabo 145 da 3.^a companhia da Guarda Republicana, depois de o ter feito nas assembleias do Centro Almirante Reis, Campo de Santa Clara e dos Sapadores; e na 7.^a secção (no mesmo local) os *canhotos* subiram a sua votação, com uma chapelada, de 107 para 287 votos. Na assembleia de Alcântara também se registaram várias chapeladas, com os mesmos indivíduos a votarem várias vezes, com nomes diferentes. Em Santa Catarina “uns poucos revolucionários” davam “verbetes” a várias pessoas indicando-lhes os nomes, idade, residência, etc. para votarem. Em Arroios houve várias violências, de “um numeroso grupo de revolucionários” que impediram a entrada de eleitores que não fossem da sua cor política. Numa secção no Clube Estefânia ocorreriam os incidentes mais graves com tiros e agressões “à mocada” pelos esquerdistas, sendo feridos quatro indivíduos, acabando dois dos feridos presos pela polícia¹³⁰⁷.

Todavia, segundo a Causa Monárquica, a freguesia campeã das chapeladas foi a assembleia de Santa Isabel (7.^a, 8.^a e 9.^a, Parlamento), secções unificadas, sob a presidência de Manuel da Silva, 1.^o sargento electricista da Armada. Aqui um ex-guarda-fiscal “por duas vezes meteu nas urnas enormes molhos de listas”; depois “*outro defensor*” meteu outros, e já não cabendo mais “teve de as calcar por entre «Vivas à República»”; também na 2.^a (Liceu de Pedro Nunes), se fez uma “monumentalíssima chapelada”, especificando que nas eleições gerais os *bonzos* tinham obtido 483 votos e os *canhotos* 280 votos, e nas eleições locais os primeiros “atribuíram-se” 1.254 votos e os segundos 1.135 votos, respectivamente¹³⁰⁸.

¹³⁰⁷ *Ibidem*.

¹³⁰⁸ *Ibidem*.

O mapa das votações, apresentado pel’*O Século* atribuiu nesta freguesia à Conjunção PRP-PS, 1.309 votos e à Esquerdista-Radical, 1.091. Na assembleia de apuramento seria declarado nulo o acto eleitoral de Santa Isabel, atestando as graves irregularidades cometidas. Cf. “As eleições...”, 24-11-1925, p. 1.

Sustentaram que no desfecho do escrutínio os *bonzos*, apercebendo-se das manobras dos esquerdistas, para se defenderem e ganharem a maioria entraram também nas chapeladas, não tentando, uns e outros, salvar as aparências. Foi tudo feito “às escâncaras no meio das gargalhadas, dos tiros, das mocadas e dos «vivas à república»”¹³⁰⁹. Porém, mesmo assim dois dias depois do acto eleitoral ainda não tinham sido difundidos os resultados oficiais¹³¹⁰, embora tivessem votado muito menos eleitores do que nas eleições gerais, a explicação para este facto era simples – ainda continuava a “*votar-se* nas alfurjas e nos centros políticos dos *bonzos* e canhotos”. Segundo eles como a maioria das assembleias estiveram e estavam em poder dos esquerdistas e os *bonzos* estavam à espera que estes dessem por “por terminadas as votações das assembleias de cujos cadernos estão senhores, para saberem os *votos* que precisam mandar descarregar nos que têm em seu poder. Mas os canhotos, por sua vez, esperam o mesmo em relação aos *bonzos*, para adoptarem igual receita”. Além disso, numa “nova demonstração da única maneira” porque a República podia ganhar as eleições já não era “segredo para ninguém” que em cada uma das assembleias estavam polícias enviados pelo Governo Civil para informar o Governo das votações descarregadas e levarem para as dos *bonzos* a indicação do número de votos que a “cada um dos candidatos deve ser dado”¹³¹¹.

Para os esquerdistas estas acusações dos monarquistas eram um expediente para não admitirem a derrota nas urnas¹³¹². Todavia, a descrição do sufrágio por parte d’*O Rebate* e d’*O Mundo*, confirmavam não só os roubos e violências ocorridas, como espelhavam o uso dos mesmos métodos fraudulentos para atingir o objectivo final – vencer as eleições. Eram similares as acusações mútuas de burla, violência e roubos cometidos pelos respectivos partidários e simpatizantes. Por exemplo, defendia-se que nas secções do Parlamento em Santa Isabel, o democrático, Carlos Simões Torres, antigo edil, durante o apuramento tinha rasgado as actas em que as votações dos *bonzos* e esquerdistas estavam igualadas, substituindo-as por novas, em que davam aos

¹³⁰⁹ “O 22 de Novembro...”. *Correio da Manhã*, 24-11-1925, p. 1.

¹³¹⁰ Não era verdade, como era habitual, foram apresentados resultados (incompletos e provisórios) logo a seguir ao sufrágio: o *Diário de Notícias* e *O Século* apresentaram mapas das votações das listas, por freguesias, no dia 23 de Novembro; *O Mundo* também daria resultados preliminares por partidos, no dia 23 de Novembro; e o próprio *Correio da Manhã* faria o mesmo, no dia 25 de Novembro.

¹³¹¹ “Falência miserável”. *Correio da Manhã*, 24-11-1925, p. 1.

¹³¹² Cf. “O recurso”. *O Mundo*, 24-11-1925, p. 1.

candidatos democráticos mais 500 votos¹³¹³. O desmentido desta notícia em carta enviada pelo visado seria publicado, no dia seguinte, n' *O Mundo*, embora este diário garantisse que a sua fonte mantinha a informação¹³¹⁴.

Já os democráticos defenderam que os distúrbios ocorridos durante a votação no Centro Alberto Costa (Santo Estevão) tinham autoria de um esquerdista; desmentiram que nesta assembleia a mesa fosse unicamente constituída por membros do PRP, afirmando que era composta de socialistas, nacionalistas e homens-livres; mais, nos Anjos (5.^a e 6.^a, Associação do Registo Civil), um esquerdista, com a conivência do presidente da mesa teria deitado cerca de 200 listas quase ao fecho das urnas, e perante o protesto de Ernesto Rodrigues Simões, democrático, que pretendia que se conferissem as descargas contra a contagem das listas, acabaria por desaparecer um dos cadernos de recenseamento¹³¹⁵. Denunciaram que no apuramento final de Coração de Jesus um regedor roubou as listas do PRP, substituindo-as por outras; e em S. Sebastião um grupo de pessoas, entre eles alguns polícias, "chefiados pelo que dirigiu a camionete no dia das eleições de deputados um tal «realista», instigava o grupo a que votassem em pessoas que não estavam descarregadas nos cadernos, o que fizeram"¹³¹⁶. Original foi a notícia divulgada de que Tomás de Mello Breyner ao votar questionou Alfredo Guisado sobre o seu nome completo, declarando que iria riscar o seu e inscrever o deste republicano "cuja acção como vereador admirava, entendendo que devia ser reeleito para que tivesse natural e lógica continuação, a bem da cidade"¹³¹⁷.

Já vimos que para o *Diário de Notícias* a votação não decorreu com a normalidade desejada. Fez eco dos incidentes no Clube Estefânia, não atribuindo "culpados" pelas agressões, falando em ânimos exaltados de pessoas de várias forças políticas que se envolveram em agressões violentas, "a tiro, a soco, à bengalada, usando de todas as armas que lhe vinham a jeito na barafunda". Na 3.^a secção de Santa Engrácia (Escola n.º 69) também registou um incidente quando alguém protestou contra o facto de um eleitor que não pertencia à mesa estar a fazer a contagem das listas, os ânimos

¹³¹³ "A chapelada!". *O Mundo*, 24-11-1925, p. 1. Ver sobre a mesma denúncia em "O 22 de Novembro: ralham as comadres...". *Correio da Manhã*, 25-11-1925, p. 1.

¹³¹⁴ "Uma chapelada". *O Mundo*, 25-11-1925, p. 1.

Carlos Simões Torres repetiu o desmentido interrogando-se porque não pediam o testemunho da mesa eleitoral que era de maioria esquerdista, a resposta era simples: "porque esses homens não são capazes de faltar à verdade, nem colaboraram na canalhice.", in "Ainda as eleições: uma calúnia...". *O Rebate*, 27-11-1925, p. 1.

¹³¹⁵ "Episódios eleitorais". *O Rebate*, 24-11-1925, p. 2.

¹³¹⁶ "Idem". *O Rebate*, 25-11-1925, p. 2. Ver ainda "Idem". *Ibidem*, 28-11-1925, p. 2.

¹³¹⁷ "Testemunho insuspeito". *O Rebate*, 26-11-1925, p. 2.

exaltaram-se, acalmando-se quando essa pessoa abandonou a mesa; e na 6.^a (anexo da igreja) entraram 108 listas nas urnas, acusando a descarga 286, mas apesar dos protestos o acto eleitoral não foi interrompido. Não se realizaram eleições nas 1.^a secções de voto das freguesias das Mercês e de S. Mamede, por não terem comparecido eleitores suficientes para a constituição das mesas¹³¹⁸.

A ida às urnas nas últimas eleições municipais da República no concelho de Lisboa revelou duas peculiaridades que espelhavam a conjuntura sociopolítica do momento: o cerco experimentado pelo Partido Democrático, à direita e a esquerda, inclusive com coligações partidárias que tentavam suprimi-lo do Poder; e a vontade indomável da Esquerda Democrática em vencer este acto eleitoral, garantindo a sua sobrevivência política. Por isso, a batalha eleitoral fez-se entre estas duas forças políticas, cujos militantes e simpatizantes eram entendidos nos meios habitualmente utilizados para vencer nas urnas – a constituição das mesas das secções de voto, que possibilitava o controlo dos cadernos de recenseamento eleitoral e das actas das votações. Para atingirem o seu objectivo, efectuaram sem subterfúgios violências, roubos e as chapeladas, em plena assembleia eleitoral, com o conluio das autoridades (policías) presentes, que deveriam garantir a ordem e democraticidade do acto eleitoral. Como veremos de seguida, a assembleia de apuramento também revelaria o confronto existente entre democráticos e esquerdistas, resultando no seu prolongamento para além do costumeado.

VII.6. Resultados eleitorais

No dia seguinte ao escrutínio o *Diário de Notícias*, *O Século* e *A Capital* foram unânimes em declarar que a vitória eleitoral em Lisboa pertencia à Conjunção Republicano-Socialista, que conquistou a maioria municipal, sendo a minoria pertença da Coligação Esquerdista-Radical. O mesmo resultado foi propalado pelo *Correio da Manhã*, mas garantindo, em paragonas, que esta vitória assentava num “vergonhoso e ignóbil desafio de chapeladas”, na qual tinham sido “miseravelmente roubados os votos da lista da cidade, sendo ainda agredidos os eleitores à cacetada e a tiro”, pois:

“Logo às primeiras horas os esquerdistas cometeram as maiores violências, lançando o terror nas assembleias, roubando até aos bonzos, a ponto de fazerem

¹³¹⁸ Cf. “As eleições administrativas”. *Diário de Notícias*, 23-11-1925, p. 1.

perigar a situação dos seus antigos correligionários. Estes vendo-se perdidos, não hesitaram na prática das mesmas infâmias, assistindo-se, durante a tarde, ao mais reles e descarado desafio de roubalheiras”¹³¹⁹.

Para *A Capital* a derrota dos monárquicos fora clara, tinham sido expulsos do Município e perdido ainda mais votos comparativamente com as eleições legislativas – a Traulitânia capitulava. Quanto à “Escandalosa” também não tinha tido êxito, a tentativa de ludibriar os eleitores apelidando-se de “Lista da Cidade”, não tinha produzido o efeito desejado; a sua votação foi “uma miséria”, espelhada nos “quatro votos no Castelo, nove nos Olivais e cinco em S. Cristóvão”¹³²⁰. A vitória dos republicanos e das esquerdas comprovava que “o povo quer a República tal como lhe prometeram e não um feudo de videirinhos que só olham aos seus interesses e apaniguados”¹³²¹.

Para *O Rebate* o PRP mais uma vez “afirmou o seu civismo, elegendo os novos corpos administrativos contra diversas coligações. Afirmou a sua superioridade. Obrigou assim os monárquicos a recuar”¹³²². A vitória dos republicanos era inequívoca, o “eleitorado da cidade mais republicana da Europa – digam ainda que o não é... – fez triunfar as listas republicanas” derrotando os monarquistas e *as forças vivas*, que constatarem que não detinham “simpatias, apesar de disporem de muito dinheiro e de um pessoal subordinado que absolutamente lhes falhou. Nem os empregados votaram com elas”¹³²³.

Pelo contrário o órgão oficioso da Esquerda Democrática anunciava que a sua lista tinha conquistado a maioria, ficando a minoria para o PRP-PS. Regozijando-se com a derrota dos monárquicos e da UIE. Numa apreciação da votação salientava-se a votação obtida pelas esquerdas no Coração de Jesus que era “um feudo monárquico”, lembremos que esta foi uma das assembleias em que os monarquistas delataram irregularidades. Denunciavam-se ainda as violências, burlas e agressões (tiros e bengaladas) dos *bonzos* contra os esquerdistas nas freguesias de Arroios, Santa Isabel e Santo Estevão¹³²⁴. A derrota dos *bonzos* era autêntica para os esquerdistas que diziam

¹³¹⁹ “A trágica farsada de ontem”. *Correio da Manhã*, 23-11-1925, p. 1.

¹³²⁰ Cf. “Vontade da Nação...”. *A Capital*, 23-11-1925, p. 1.

No mapa de votações d’*O Século*, a Lista da UIE obteve 2 votos no Castelo, 229 nos Olivais e 52 em S. Cristóvão. As outras freguesias onde a sua votação não alcançou os dois dígitos foram: S. Miguel, 5 votos; Carnide, 6 e Lumiar, 2 votos. Veja-se “As eleições...”. *O Século*, 24-11-1925, p. 1.

¹³²¹ “A tarde política”. *A Capital*, 23-11-1925, p. 2.

¹³²² “Vitória da República”. *O Rebate*, 24-11-1925, p. 1.

¹³²³ “Diário livre”. *Ibidem*.

¹³²⁴ Cf. “O triunfo da República!” e “O que se passou na capital”. *O Mundo*, 23-11-1925, p. 1.

ter tido mais 399 votos do que os democráticos¹³²⁵, mas era incerto o resultado eleitoral, porque os apuramentos ainda não tinham terminado na maioria das assembleias, antecipando-se irregularidades que os *bonzos* iriam executar, com o auxílio das autoridades¹³²⁶.

Rebatendo a afirmação de que o triunfo era dos democráticos chamavam a atenção para uma notícia divulgada pelo *Diário de Notícias*, que dava conta que o democrático mais votado era Magalhães Peixoto, que também estava incluído na Lista da UIE. Para os esquerdistas era “*preciso saber quem era o candidato mais votado, que só tenha tido votação da sua lista*”; apontando Alexandre Ferreira como o democrático com maior número de votos, se bem que não tivesse obtido mais de 5.500 ou 5.600 votos¹³²⁷. Além disso, a trapalhada em que os *bonzos* se tinham colocado para alcançarem a vitória levaria à publicação de números díspares nos jornais diários em relação à sua votação: “*Diário de Notícias... 9.240; Século... 8.787; Rebate... 8.400*”, isto porque “nem já sabem o que meteram nas urnas, descarregaram nos cadernos e escreveram nas actas!”¹³²⁸. Procurando munir-se de “provas” da sua vitória os esquerdistas solicitaram às comissões paroquiais a elaboração de mapas pormenorizados das votações de todos os candidatos, que deveriam ser entregues até sexta-feira, dia 27 de Novembro, no Centro Democrático José Domingues dos Santos¹³²⁹.

Perante esta conjuntura seria expectável desordem e violência durante o apuramento, por isso, o presidente da Comissão Executiva da CML publicou uma nota oficiosa onde recordava que “seria mantida a mais completa imparcialidade” e que a nenhum indivíduo armado seria permitida a entrada neste local¹³³⁰. A assembleia teve início no dia 29 de Novembro, ficando as mesas para a eleição da vereação assim constituídas: democrático José Ernesto Barros de Lima, presidente; Alberto de Sousa Ferreira e Benjamim Barrento, secretários; Domingues Rodrigues Machado e José Joaquim Santana, escrutinadores. Houve protestos pelo facto de Barros de Lima ser também candidato a edil (substituto) na Lista PRP-PS, porém, serenaram os ânimos

¹³²⁵ Apresentava-se um quadro com as votações dos candidatos mais votados: Conjunção Esquerdista-Radical, 5.522 votos; Conjunção PRP-PS, 5.123; Monárquicos, 1.799; UIE, 962 e «Homens-livres», 210. Cf. “O resultado da eleição de Lisboa”. *O Mundo*, 23-11-1925, p. 1.

¹³²⁶ Veja-se “A República dominadora”. *O Mundo*, 23-11-1925, p. 1.

¹³²⁷ “O resultado da eleição de Lisboa: Números! Números! *O Mundo*, 24-11-1925, p. 1.

De facto, esqueciam que Alexandre Ferreira também era candidato na Lista de «Homens-Livres».

¹³²⁸ “Números!”. *O Mundo*, 25-11-1925, p. 1.

¹³²⁹ “A notável vitória das esquerdas”. *O Mundo*, 23-11-1925, p. 2.

¹³³⁰ Cf. “Eleições administrativas [: nota oficiosa]”. *O Radical*, 28-11-1925, p. 1.

quando este declarou que ocupava o lugar como “vereador nomeado e nunca como candidato”¹³³¹. Declaração no mínimo incongruente e ferida de ética republicana, pois não era possível separar as duas funções.

As reclamações repetiram-se quando se iniciou a organização das comissões que deviam examinar e dar pareceres sobre os documentos enviados pelas assembleias, porque os membros do PRP e da ED queriam ter a maioria dos representantes. No final, após alguma desordem, estas ficaram constituídas, em maioria, por esquerdistas. Dando-se início aos trabalhos houve alguns protestos quanto às fraudes em algumas actas das assembleias.

A agitação da sala levou a que Barros de Lima, pelas 17 horas e trinta minutos, quisesse abandonar os trabalhos, mas foi impedido por Alfredo Nordeste e Pestana Júnior, este último aquietou os presentes ao declarar que era o Tribunal Administrativo que declarava a legitimidade da eleição e não o presidente. Depois de darem vivas à República e à Esquerda Democrática o apuramento prosseguiu. Novo burburinho foi criado quando alguém na sala afirmou que nos cadernos eleitorais de Santo Estevão figurava Paiva Couceiro, exilado em Espanha¹³³²; logo outros afiançaram que o apuramento naquela assembleia tinha sido efectuado de noite e à porta fechada.

A lentidão dos trabalhos resultou no abandono de um escrutinador, que os democráticos quiseram substituir por um dos seus. Perante os protestos dos esquerdistas o conflito foi solucionado quando João Pedro dos Santos alvitrou que este fosse substituído por outro “que merecesse confiança a ambas as facções”. Às 22 horas e trinta minutos apareceu à porta dos Paços do Concelho a GNR, que fora requisitada pelo presidente, porque “alguém da sua confiança” tinha-o prevenido que se “preparava um assalto às urnas”. Depois dos esquerdistas Joaquim Domingues e Pestana Júnior terem

¹³³¹ “Eleições administrativas”. *O Século*, 30-11-1925, p. 1.

Recordemos que uma situação similar ocorreu na assembleia de apuramento de 1913, com o presidente da mesa nomeado a ser simultaneamente candidato pela Lista do PRP.

A mesa de apuramento para Procuradores à Junta Geral ficou constituída por José António de Abreu, presidente, candidato efectivo a edil na Lista Esquerdista-Radical; Paulino Francisco Correia e Carlos Augusto dos Santos, secretários; Manuel Campos Moreira e o socialista José Cândido dos Santos, escrutinadores, in “A burla das eleições administrativas”. *Correio da Manhã*, 30-11-1925, p. 2.

¹³³² O esquerdista *O Mundo* noticiou que nesta assembleia Couceiro tinha sido chamado para votar. Para *O Rebate*, tal facto era impossível de ter ocorrido, porque este “cabecilha monárquico” não podia estar recenseado. Veja-se “Toques de «Rebate»: expediente reles”. *O Rebate*, 1-12-1925, p. 2.

Observei o livro de recenseamento eleitoral e confirmei que Couceiro não figurava como eleitor. Cf. AML/AC, Recenseamento eleitoral...: freguesia de Santo Estevão, 1.ª secção, 1925.

garantido que não “tocariam em coisa alguma”, Barros de Lima deu ordem para a Guarda se afastar. Esta força retirou-se, indo assentar no largo de S. Julião.



Imagem 17 – “Em cima: *A mesa de apuramento das eleições de vereadores*. Em baixo: *Aspecto do salão nobre da Câmara durante o apuramento*”. *O Século*, 30-11-1925: 1. / BNP.

O apuramento prosseguiu pela madrugada, sendo interrompido às 9 horas e trinta minutos, do novo dia. Todos os documentos foram encerrados numa caixa de folha devidamente lacrada, entregue à vigilância de uma força da GNR¹³³³. Foram anuladas as votações de Alcântara (6.^a secção) e dos Anjos (10.^a), porque as actas estavam viciadas e dos Olivais (2.^a), porque não foi lavrada a acta¹³³⁴. De acordo com os esquerdistas foram viciadas actas na freguesia de S. Nicolau, em algumas secções de Alcântara e de Santa Isabel, todas a favor dos *bonzos* e em prejuízo dos esquerdistas-radicais¹³³⁵.

No dia 2 de Dezembro houve grande alvoroço quando João Pedro dos Santos apresentou um protesto por os mapas referentes à contagem dos votos de Santa Isabel estarem lavrados a lápis. Depois de acesa discussão ficou resolvido que não se contasse esta votação; decisão que “se satisfez uns, descontentou outros”. Detectou-se o

¹³³³ Cf. “Eleições administrativas”. *O Século*, 30-11-1925, p. 1; *Ibidem*, 1-12-1925, p. 1; “Os apuramentos na câmara municipal”. *Diário de Notícias*, 30-11-1925, p. 1.

¹³³⁴ “A burla das eleições...”. *Correio da Manhã*, 30-11-1925, p. 2.

A acta da assembleia não mencionaria a anulação dos votos das secções dos Anjos e dos Olivais, mas indicaria outras secções de Alcântara e a votação de Santa Isabel e de Santo Estevão.

¹³³⁵ Ver “As eleições: o apuramento de ontem...”. *O Mundo*, 30-11-1925, p. 1.

desaparecimento dos mapas da 10.^a comissão, que realizou o apuramento da Ameixoeira, Charneca, Lumiar, S. Paulo e Mercês. Para serenar a assembleia Barros de Lima propôs que se abrissem os envelopes com as actas e se copiassem, de novo, as votações, o que foi aprovado por maioria de votos. Contudo, indisposto com estes e outros incidentes Lima acabaria por abandonar a assembleia, fazendo-se substituir por Benjamin Barrento. Por volta da uma hora da madrugada foram de novo interrompidos os trabalhos. O apuramento terminou no dia seguinte, com a contagem dos votos das Listas da UIE, Monárquica e dos «Homens Livres», e das votações dos substitutos¹³³⁶.

Para o PRR a morosidade nos trabalhos desta assembleia deveria ser atribuída ao exercício de uma “fiscalização rigorosa” por parte dos intervenientes, consequência destas terem sido “as eleições mais renhidas que se realizaram no regime republicano”¹³³⁷. A descrição exaustiva da assembleia de apuramento das últimas eleições municipais da República – que durou cinco dias – revela-nos como todas as etapas do acto eleitoral eram determinantes para o resultado final das eleições. Se mesmo assim o resultado não fosse o desejado haveria sempre o Tribunal Administrativo que reporia a “verdade”, como veremos que aconteceu neste escrutínio.

A acta de eleição dos vereadores seria datada de 2 de Dezembro, nela constando a apresentação de diversos protestos¹³³⁸. Todas as reclamações foram enviadas para o Tribunal do Contencioso Administrativo, assim como os documentos referentes às assembleias de Santa Isabel, Santo Estevão e Alcântara (1.^a, 6.^a e 7.^a) que não foram apuradas¹³³⁹. A vitória eleitoral pertenceu à Lista do PRP-PS e a minoria foi

¹³³⁶ “Eleições administrativas”. *O Século*, 3-12-1925, p. 1.

O Rebate não “relatou” esta assembleia defendendo que os trabalhos foram morosos devido ao grande número de candidatos e aos frequentes protestos e barulho na sala, in “Eleições administrativas: o apuramento de ante-ontem”. *O Rebate*, 1-12-1925, p. 3.

¹³³⁷ “Eleições administrativas”. *O Radical*, 30-11-1925, p. 2.

¹³³⁸ Por parte dos esquerdistas foram apresentados três protestos de João Pedro dos Santos e um protesto de Carlos de Araújo; outro protesto foi assinado pelos eleitores José Maria Antunes e Leonel Alves Nunes; um, assinado por oito candidatos, sobre a resolução da mesa de não contar a votação Santa Isabel (foi junto com um contra-protesto) e um protesto de Henrique Augusto da Silva e Manuel Alves Valente de Almeida. Lisboa. Câmara Municipal, *Acta da Assembleia de apuramento de votos para vereadores*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1925, p. 11-12.

Para os democráticos estes protestos de esquerdistas e radicais advinham do facto de não terem conseguido roubar-lhes os votos obtidos nas assembleias primárias, nem que as as comissões de apuramento parcial deixassem de contar com lisura os votos atribuídos a cada um dos candidatos da conjugação ED-PRR, assim, os gritos e protestos tinham como finalidade “fazer elevar a votação de uns e diminuir a de outros”, in “Na assembleia de apuramento”. *O Rebate*, 3-12-1925, p. 1.

Apesar da data da acta o apuramento terminou no dia seguinte. Ver “As eleições municipais: terminou ontem o apuramento”. *Diário de Notícias*, 4-12-1925, p. 2; “Concluiu-se ontem o apuramento das votações”. *O Rebate*, 4-12-1925, p. 1.

¹³³⁹ Cf. Lisboa. Câmara Municipal, *Acta da Assembleia de apuramento...*, pp. 11-12.

conquistada pela ED-PRR¹³⁴⁰, os dois partidos cujos membros controlaram todo o processo eleitoral: recenseamento, votação e actas de apuramento.

Segundo os dados oficiais os candidatos efectivos mais votados das forças políticas em confronto foram os seguintes: da Lista Democrático-Socialista, José Luís Gomes Heleno, 6.749 votos (que não beneficiou da acumulação de votos); da Lista Esquerdista-Radical, António Aurélio, 5.921 votos; Monárquicos, José da Cunha Rolla Pereira, 2.991 votos; da UIE, António Augusto Curson e Ezequiel Victor Garcia, ambos com 2.011 votos; e, por fim, nos «Homens-Livres», Afonso de Macedo, 250 votos¹³⁴¹.

Votaram cerca de 17.922 eleitores¹³⁴² e os resultados deram o triunfo à Conjunção PRP-PS com 37,7 por cento dos votos expressos; em segundo lugar, próxima, ficou a Conjunção ED-PRR que obteve 33 por cento dos votos; depois, distanciada, a Lista monárquica com 16,7 por cento; na quarta posição a Lista de Conjunção UIE-PRN, com 11,2 por cento dos votos e, por último, a Lista dos «Homens-Livres», com 1,4 por cento. Foram eleitos os 21 candidatos efectivos da Lista Democrático-Socialista para a maioria camarária e para a minoria os sete candidatos efectivos mais votados da Lista Esquerdista-Radical (com a excepção que mencionaremos adiante), e respectivos substitutos¹³⁴³.

Alguns candidatos beneficiaram da repetição do seu nome em diferentes listas, acumularam votos e alcançaram maiores votações do que os seus correligionários. Nestas condições encontravam-se na Lista do PRP-PS os efectivos Magalhães Peixoto (7.734 votos), também candidato na UIE; Daniel José Rodrigues (6.989), Alexandre Ferreira (6.982), Corvinel Moreira (6.924), Alfredo Guisado (6.852) e António Almeida Santos (6.654), igualmente presentes nos «Homens-Livres». Além destes seis efectivos os quatro primeiros suplentes (Tomás José de Aquino, Pardal Monteiro, Emílio Augusto

¹³⁴⁰ Para a Junta Geral concorreram todas as forças que tinham concorrido às eleições municipais, excepto os «Homens-Livres». Nos 1.º, 2.º e 4.º Bairros ganhou a Conjunção Democrático-Socialista e no 3.º Bairro a Esquerdista-Radical. Cf. “Os apuramentos...”. *Diário de Notícias*, 30-11-1925, p. 1.

¹³⁴¹ Ver Anexos – A.41. Resultados da votação dos candidatos à vereação de Lisboa – 1925.

Sem a votação de Santa Isabel, Santo Estevão e Alcântara (1.ª, 6.ª e 7.ª secções) que não foram apuradas.

¹³⁴² Número aproximado baseado no total de votos obtidos pelos candidatos mais votados de cada lista (efectivos ou suplentes), sem acumulação de votos.

¹³⁴³ No concelho de Anadia venceram os monárquicos com cerca de 450 votos contra 150 das listas republicanas, “«virgilistas» e «mirandistas»”, a excepção foi a assembleia de Vilarinho do Bairro, onde venceu a “lista do dr. Virgílio”, in Nuno Rosmaninho, *op. cit.*, p. 49.

Em Torres Novas a vitória nas eleições administrativas (município e junta distrital) pertenceu à Lista Católica Nacionalista e as minorias pertenceram à Lista dos Dissidentes (ex-democráticos). Na eleição municipal o candidato mais votado da primeira Lista obteve 1.222 votos e o da segunda 746; a Lista Democrática quedou-se com 507 votos. Cf. António Mário Lopes dos Santos, *op. cit.*, pp. 309-310.

da Silva Braga e Alfredo Augusto Pinto) também figuravam nos «Homens-Livres». A Lista Democrático-Socialista foi a campeã da acumulação de votos, beneficiando da duplicação dos nomes dos seus candidatos.

Na Lista Esquerdista-Radical dois candidatos também apareciam noutras listas: Jaime Cortesão, nos «Homens-Livres, que foi favorecido com a acumulação; e José Sequeira Nunes, nos substitutos da Lista do PRP-PS, mas que não beneficiou desse facto, produto da sua condição particular que analisaremos adiante. Na Lista da UIE estava o democrático Magalhães Peixoto, mas na acta da assembleia de apuramento o seu nome foi omisso e os seus votos foram deslocados para a Lista PRP-PS. Esta situação de transferência de votos (e eliminação) também aconteceu aos seis candidatos efectivos e aos quatro suplentes da Lista dos «Homens-Livres».

A votação de Sequeira Nunes, conhecido e reputado republicano de Alcântara, merece particular destaque porque foi irradiado do Partido Democrático e trocado por outro candidato suplente (à última hora) e, embora tivessem sido dadas instruções para que o seu nome fosse riscado da Lista PRP-PS, ainda conseguiu 4.694 votos, bem mais do que o seu substituto, José Simões, que só obteve 583 votos, revelando que a disciplina partidária não foi acatada por parte do eleitorado democrático. Além disso, este obteria na Lista da ED-PRR um total de 5.878 votos, conseguindo figurar entre os sete edis eleitos pela minoria, se bem que não chegasse a tomar posse do cargo. Assinalemos que este foi o único caso em que não foi efectuada a acumulação de votos, no que configurou um desfavorecimento e prejuízo notórios deste candidato.

Foi a anulação dos votos de Santa Isabel que deu a vitória a Sequeira Nunes, candidato esquerdista, em detrimento do seu correligionário, Pedro Sá Pereira, que alcançou maior número de votos nesta freguesia¹³⁴⁴; se bem que esta resolução tenha ficado dependente da Auditoria Administrativa, que teria resolvido contabilizar os votos da assembleia ou somente a votação de Sá Pereira, pois seria este que tomaria posse como vereador e não Nunes, comprovando que os Tribunais Administrativos constituíam o último expediente para as artimanhas eleitorais.

Uma análise mais detalhada dos resultados das votações por partidos revelou-nos que na Lista do PRP-PS os candidatos socialistas obtiveram uma votação débil, Júlio Silva ficaria no 17.º posto com 6.550 votos e Alfredo Franco, no 18.º com 6.517,

¹³⁴⁴ Ver “As eleições municipais”. *Diário de Notícias*, 4-12-1925, p. 2.

respectivamente com menos 199 e 232 votos do que Gomes Heleno; melhor resultado obteve o socialista suplente, Mário Silva, com 6.639 votos, a menos 110 votos do candidato democrático mais votado¹³⁴⁵. De novo os eleitores (socialistas?) exerceram o seu direito de escolha, preferindo o candidato substituto.

Na Lista Esquerdista-Radical destaca-se a primeira posição de António Aurélio, médico, sem experiência na gestão local, que superou antigos e actuais edis; e o segundo lugar de Jaime Cortesão, embora beneficiando da acumulação de votos. Quanto aos radicais o mais votado foi Gonçalo Casimiro, na 6.^a posição, com 5.780 votos e o menos, João Augusto Martins Júnior, com 5.670 votos, ocupando a penúltima, respectivamente a 141 e 251 votos do esquerdista mais votado.

Na Lista Monárquica o mais votado foi José da Cunha Rolla Pereira, antigo vogal regenerador na Comissão Administrativa 1907-1908, que antecedeu a primeira vereação inteiramente republicana lisbonense¹³⁴⁶, conseguindo vencer, se bem que por uma margem mínima, os actuais edis monárquicos Azevedo Neves e Mello Breyner. Por fim, na Lista da UIE, os três primeiros candidatos mais votados foram os nacionalistas António Augusto Curson, Ezequiel Victor Garcia e João Baptista de Araújo; e não os representantes da União. O candidato menos votado do PRN foi Joaquim Correia Salgueiro, com 1.983 votos, na 13.^a posição. Similarmente as duas primeiras posições dos candidatos substitutos foram ocupadas por nacionalistas.

Das votações dos representantes da UIE terá sido uma surpresa o primeiro lugar de António Ferreira da Silva, em detrimento de outros candidatos, como por exemplo, Joaquim Roque da Fonseca Júnior, que ficou na 19.^a posição, e de Moisés Amzalak, com a 6.^a posição, respectivamente o presidente e o vice-presidente da Associação Comercial de Lisboa. Aliás, à frente de ambos, na 5.^a posição ficaria um dos directores da Associação Industrial Portuguesa, Carlos Ribeiro Ermida. Se os industriais estavam pouco representados nesta lista, demonstraram ter maior simpatia do eleitorado. Outra particularidade foi a votação obtida por Sebastião da Costa Sacadura, que foi substituído, mas ainda assim que obteria 724 votos, contra os 861 de Samuel Maia Loureiro que o supriu.

¹³⁴⁵ Além da capital, o PS conseguiu representações nos concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Covilhã, Almada, Cascais, Sintra, Beja e Vila Franca de Xira. Vd. “Eleições municipais”. *O Protesto*, 29-11-1925, p. 1.

¹³⁴⁶ Cf. Lisboa. Câmara Municipal, *A evolução municipal de Lisboa...*, p. 117.

Orçando o total de eleitores em 60.680 deslocaram-se às urnas nas eleições administrativas cerca de 17.922, atingindo a abstenção 70,5 por cento, bastante acima das eleições legislativas em que votaram cerca de 24.880, com uma abstenção de 59 por cento. Verificou-se uma subida do abstencionismo de 11,5 por cento nas eleições locais, cujas causas se radicariam no desinteresse deste sufrágio para os habitantes da capital, nas violências ocorridas nas eleições legislativas e no apelo à abstenção das forças anarquistas e operárias. Analogamente, em 1925, no concelho de Vila Franca de Xira nas eleições locais o abstencionismo cifrou-se numa taxa de 48 por cento, e nas parlamentares foi menor atingindo os 42 por cento¹³⁴⁷.

Ao contrário de Lisboa (e Vila Franca de Xira) nas eleições municipais em Évora deste ano a abstenção situou-se nos 35,2 por cento e nas legislativas tinha atingido os 37,1 por cento, conquanto com uma pequena diferença o eleitorado eborense mostrou-se mais participativo nas eleições locais¹³⁴⁸. Igualmente, em Sintra, os abstencionistas abrangeram os 41,7 por cento nas eleições camarárias e 45,1 por cento nas gerais¹³⁴⁹. Fica-nos a dúvida se de facto existiu um menor empenhamento do eleitorado lisbonense nas eleições (sejam gerais ou municipais) ou se as práticas fraudulentas (viciação de actas, voto duplicado, etc.) e as práticas caciquistas eram exercidas em maior escala fora da capital, porque o acto eleitoral não seria tão perscrutado, quer pela imprensa quer pelos actores políticos. Embora, não tendo provas irrefutáveis julgamos mais plausível a segunda hipótese¹³⁵⁰.

¹³⁴⁷ Vd. António Pedro Manique, “As eleições administrativas de 1919...”, p. 24 e 22.

Este autor indica que a média de votantes nas eleições parlamentares (1911, 1915, 1918, 1919, 1921, 1922 e 1925) em Vila Franca de Xira foi de 48%, ou seja uma abstenção de 52%. Quanto às vitórias eleitorais o PRP venceu as eleições gerais em 1915 e 1919; em 1921 e 1922 repartiram-se os votos entre democráticos e uma lista de conjunção; e, em 1925, elegeram-se dois democráticos e um monarquista. Nas eleições municipais a realidade era diversa, sendo habitual os democráticos concorrerem numa lista de coligação. No ano de 1917 o PRP concorreu com lista própria e foi vencido; em 1925 surgiram de novo duas listas nas eleições camarárias. Ver *Ibidem*, p. 23 e pp. 14-16.

Nas eleições legislativas em Amarante, num total de 4.463 recenseados, abstiveram-se 1.013 eleitores (22,7%). Ver António José Queirós, “As eleições legislativas de 1925 no concelho de Amarante”. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências Técnicas do Património*, I Série, Vol. 2 (2003), p. 100.

¹³⁴⁸ Cf. Manuel Baião, “As eleições municipais...”, p. 305.

¹³⁴⁹ Veja-se Maria Cândida Proença, *Eleições municipais em Sintra...*, p. 70.

¹³⁵⁰ Só assim se compreenderia que, por exemplo, em Amarante (freguesias de Ataíde e Louredo), não tivesse havido uma única abstenção, apesar dos eleitores de Louredo se terem de deslocar alguns quilómetros para votarem em Ataíde, o que levanta “sérias dúvidas quanto à seriedade do acto eleitoral”. Ver António José Queirós, “As eleições legislativas de 1925 no concelho de Amarante”, p. 101 e 105.

Em Espanha o eleitor urbano também participava menos do que o rural. Cf. Salvador Forner Muñoz *et al.*, “Modernización social y comportamiento electoral urbano en España (1910-1923)”, in Salvador Forner (Coord.), *Democracia, elecciones y modernización en Europa...*, pp. 251-253.

Devemos ter em atenção que os números de votantes em Lisboa são baseados nos resultados oficiais obtidos pela assembleia de apuramento, que não apurou as votações das assembleias de Santa Isabel, de Santo Estevão e de Alcântara (1.^a, 6.^a e 7.^a). Obtivemos números não oficiais sobre os resultados eleitorais de Santa Isabel, que seriam de 2.950 votos e de Santo Estevão, que reuniriam 430 votos¹³⁵¹, desta forma, se tivessem sido apurados estes escrutínios atingir-se-ia um total de cerca de 21.302 votantes (se bem que continue em falta a votação de Alcântara), ainda assim menos 3.578 do que nas eleições legislativas.

Os anarco-sindicalistas continuavam a rejeitar qualquer interesse nos resultados das eleições municipais (ou parlamentares), empenhando-se na abstenção. Para estes era uma “minoria insignificante” os que ainda votavam e acreditavam nos políticos e “nas suas mentirosas promessas”, pois:

“Que as eleições são uma burla, e duma burla só nascem burlões, é um axioma que nenhuma exaltação passageira consegue destruir. Se elas em princípio são uma burla, a mentira como se efectuaram constituiu outra burla. À falta de eleitores inventaram-nos (...).// (...). As urnas falsificaram-se; deram-se votos a quem não os tinha; arrancaram-se votos a quem os possuía.// Em síntese: burlas, infâmias, assassinatos e atentados à bomba. E ainda há quem vote?”¹³⁵².

O caminho de acesso ao Poder para os anarco-sindicalistas, como para as forças autoritárias e conservadoras, não residia na vontade popular expressa nas urnas, era distinto, encontrava-se na Revolução.

VII.7. Sinopse do acto eleitoral de 1925

As últimas eleições municipais da Primeira República confirmaram o cerco político, à direita e à esquerda, ao Partido Democrático. As diferentes forças políticas ensaiaram coligações para afastá-lo do Poder num procedimento que não era inovador, mas que com o decorrer dos anos e o desgaste inerente da política dos democráticos, era cada vez mais vitorioso. Por exemplo, no Município de Sintra venceu uma Lista Esquerdista, composta por dissidentes democráticos e independentes e a minoria ficou

¹³⁵¹ Na assembleia de Santa Isabel: PPR-PS, 1.309; ED-PRR, 1.091; Monárquicos, 274; «Homens-Livres», 157 e UIE-PRN, 119; e em Santo Estevão: PPR-PS, 297; «Homens-Livres», 59; ED-PRR, 33; Monárquicos, 27 e UIE-PRN, 14. Cf. “As eleições: as votações...”. *O Século*, 24-11-1925, p. 1.

¹³⁵² “Eleições”. *A Batalha*, 25-11-1925, p. 1.

para a Lista Regionalista, que integrava monárquicos, nacionalistas e independentes¹³⁵³. Em Évora venceu a Lista do Concelho, apartidária, embora organizada “sob proposta do Partido Republicano Nacionalista”, e a minoria pertenceu à Lista Esquerdista¹³⁵⁴. Em Torres Novas a maioria pertenceu à Lista Católica Nacionalista e a minoria a dissidentes democráticos, o PRP ficou na última posição¹³⁵⁵. Em Castelo de Vide a vitória foi de uma Lista de Conjunção de monárquicos e republicanos, “o célebre bloco antidemocrático”¹³⁵⁶. Nas Caldas da Rainha a Lista do Concelho ganhou as eleições camarárias¹³⁵⁷. Os democráticos vitoriam o triunfo do “republicanismo” – não do Partido Democrático – ao afirmarem que a maioria das câmaras eleitas era republicana, seguindo-se as regionalistas e independentes, e “em número resumidíssimo, os monárquicos”¹³⁵⁸.

No concelho de Lisboa a Lista PRP-PS venceu; todavia, comparativamente com as eleições parlamentares todas as forças políticas perderam votos. Para o PRN o abandono da coligação com o PRP para as eleições camarárias, provou ser desastroso para as suas aspirações, não elegendo nenhum vereador, o que teriam conseguido se tivessem mantido a aliança eleitoral das legislativas. No rescaldo das eleições de 1925, no IV Congresso Nacional do PRN, entre 6 e 8 de Março do ano seguinte, Cunha Leal desentendeu-se com outros caudilhos deste partido e provocou uma cisão, fundando uma nova força partidária, a União Liberal Republicana, numa reunião no Teatro Nacional, em Lisboa, no dia 8 de Março. Com esta divisão o Partido Nacionalista perdeu cerca de um terço dos seus parlamentares; e a nível local também existiu uma luta enérgica pelo controlo das estruturas políticas, tendo os nacionalistas perdido um

¹³⁵³ Maria Cândida Proença, *Eleições municipais em Sintra...*, p. 71. Segundo esta autora o PRP não se apresentou ao sufrágio porque os principais políticos democráticos deste concelho passaram a apoiantes da dissensão de José Domingues dos Santos, em Julho de 1925.

¹³⁵⁴ Manuel Baião, “As eleições municipais...”, p. 310 e 316.

Na sua tese de doutoramento este autor indica mais concelhos onde os nacionalistas ganharam as eleições: Pombal (maioria e minoria); Mértola; Montijo; Serpa e na Madeira (Câmara de Lobos e Porto Moniz); e alcançaram as minorias em Braga; Pinhel; Foz Côa; Vila Flor e Madeira (Ponta do Sol e S. Vicente). Foram ainda eleitos muitos nacionalistas em listas de conjunção, algumas com a participação de democráticos. Cf. Manuel Pimenta Morgado Baião, *Elites e organizações políticas...*, pp. 273-276.

¹³⁵⁵ Cf. António Mário Lopes dos Santos, *Torres Novas...*, p. 309.

¹³⁵⁶ *A Plebe* (6-12-1925, p. 1). Citado por Manuel Baião, “As eleições municipais...”, p. 295.

Os democráticos triunfaram no concelho de Portalegre derrotando uma lista conservadora; e em Abrantes, se bem que coligados com alguns monarquistas. Ver Idem, *Ibidem*, p. 296.

¹³⁵⁷ Quase toda a sua Comissão Executiva viria a ser integrada na Comissão Administrativa nomeada pela ditadura militar de 1926. Cf. João B. Serra, “Os poderes locais...”, in César Oliveira (Dir.), *História dos municípios...*, p. 278.

¹³⁵⁸ “As eleições: o país afirma o seu republicanismo”. *O Rebate*, 24-11-1925, p. 1.

número expressivo de comissões e de influentes locais¹³⁵⁹. Deste modo, como assinalou Manuel Baiôa, “a estratégia convergente do republicanismo conservador perdia fulgor face ao fraccionalismo, característica fundamental dos partidos políticos portugueses nos anos vinte”¹³⁶⁰.

Contudo, sem dúvida, nestas eleições administrativas os grandes derrotados foram os monarquistas que perderam quase 50 por cento de votos em relação às eleições gerais, e mais marcante, deixaram de possuir a minoria municipal em Lisboa. Para a Causa Monárquica, este escrutínio ditou a descrença total nas eleições do regime republicano. A República tinha-se transcendido, tinha escrito a sua “sentença de morte”¹³⁶¹. A forma como tinham decorrido os últimos sufrágios eram “o mais decisivo passo para a anarquia e o bolchevismo”; sentindo-se ameaçados e considerando-se impedidos de tomarem a governação por via legal os monarquistas defendiam outra alternativa¹³⁶². A oposição realista não se resignava perante a derrota eleitoral e abria caminho à conquista do Poder através de um “novo rumo”¹³⁶³.

Para a UIE os resultados das eleições legislativas (se bem que não tivessem disputado as urnas na capital) e, mais ainda das municipais, foram desapontantes e retiraram-lhe importância política, conduzindo este movimento, no termo da República, para as reivindicações económicas¹³⁶⁴. Ao inverso dos monarquistas a União considerou que a derrota das “Listas da Cidade” não deveria ser atribuída às burlas, falsificações e deturpação de nomes de eleitores para os impedir de votar, nem às bengaladas e outras agressões; pois somente ao eleitorado conservador, na sua maioria abstencionista, se ficou a dever a vitória dos *bonzos* e *canhotos*. A inacção, o cepticismo, o egoísmo e falta de coragem cívica destruíram “tudo o que se fez para que uma nova vida se instalasse no primeiro Município português”¹³⁶⁵. Para os esquerdistas esta interpretação era a expressão da retumbante derrota das *forças vivas*, que para justificá-la defendiam que os abstencionistas eram todos conservadores; porém, o desaire da Lista da “União dos Interesses Escandalosos” só se devia ao fracasso da sua política em favor do

¹³⁵⁹ Cf. Manuel Pimenta Morgado Baiôa, *Elites e organizações políticas...*, pp. 281-296.

¹³⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p. 296.

¹³⁶¹ “O 22 de Novembro”. *Correio da Manhã*, 24-11-1925, p. 1.

¹³⁶² “Falência miserável”. *Correio da Manhã*, 24-11-1925, p. 1.

¹³⁶³ “Novo rumo... Os monárquicos deixam a luta legal e vão para a revolução...”. *A Capital*, 24-11-1925, p.2.

¹³⁶⁴ Após o 28 de Maio com a instauração do novo regime ditatorial, e consequente aprovação de muitas das medidas defendidas e propostas pela União, a sua existência torna-se insignificante, desaparecendo com a organização dos grémios corporativos pelo Estado Novo.

¹³⁶⁵ “A lição dos factos”. *O Século*, 24-11-1925, p. 1.

patronato, pois tinha perdido as campanhas da selagem e dos impostos, as eleições legislativas e administrativas; enfim estava aniquilada¹³⁶⁶.

Entendia a Esquerda Democrática que os actos eleitorais deste ano tinham trazido ao país “a grande vantagem de esclarecer definitivamente de maneira insofismável a situação dos partidos políticos”, assim: 1) Tinham devolvido a esperança e trazido a certeza de que com os esquerdistas a República contava “com elementos dispostos a organizar as instituições por forma a que elas tenham definidamente o carácter republicano”; 2) Para os monárquicos fora evidente a sua impotência para vencer nas urnas, resultando numa aproximação às direitas (democráticos conservadores, sidonistas, nacionalistas, *forças vivas*, etc.); 3) Era evidente a aproximação do PRP à direita conservadora, daí que apelassem aos “sinceros e bons republicanos” democráticos para se juntarem aos esquerdistas que encarnavam o “verdadeiro ideal republicano”. Defendiam que este gesto seria vantajoso para a clarificação do espectro partidário português pois apressaria a constituição de “um forte partido conservador”, o que constituiria uma “vantagem política” pois aglutinaria os monárquicos e a direita conservadora, reduzindo a política reaccionária a uma luta legal¹³⁶⁷.

A História viria a corroborar estas palavras. Se o PRN e o PRED eram os partidos que poderiam incorporar, em termos modernos, as ideias e aspirações de direita e esquerda, garantindo a polarização política do cartel das direitas e do cartel das esquerdas, como aludiu Ana Catarina Pinto, o trágico para a República foi “o insucesso dessa adaptação, à esquerda pelo enfraquecimento e fragmentação das forças, à direita porque a hegemonia da convergência conservadora, (...), deu-se extra-parlamentarmente”; deste modo, as forças económicas e capitalistas constituíram uma aliança contra as medidas sociais, tentadas pelos governos de inspiração esquerdista, que proporcionou o encontro com as doutrinas anti-liberais, anti-parlamentaristas, e nacionalistas que surgiam nas várias organizações de direita (cruzadistas, integralistas, realistas, etc.)¹³⁶⁸.

Apesar de tudo, nas eleições municipais de 1925 em Lisboa a vitória das esquerdas, expressa na conquista da minoria pela coligação Esquerdista-Radical, foi

¹³⁶⁶ “A derrota”. *O Mundo*, 25-11-1925, p. 1.

¹³⁶⁷ Cf. “Pela República”. *O Mundo*, 24-11-1925, p. 1.

¹³⁶⁸ Veja-se Ana Catarina Pinto, *A Primeira República...*, p. 77.

evidente. Além disso, foram ainda eleitos dois vereadores socialistas integrados na Lista de Conjunção com o PRP. Para a ED a conquista da minoria camarária tinha trazido a certeza de que a República contava com elementos dispostos a organizar as instituições e consubstanciava os princípios republicanos¹³⁶⁹; nas eleições das juntas de freguesia, em 6 de Dezembro, voltariam a obter bons resultados¹³⁷⁰. Contudo, a divisão das esquerdas era uma realidade e este triunfo seria efêmero. Foi tardia a tentativa de constituição de uma alternativa à esquerda¹³⁷¹.

A nova edilidade lisbonense, composta por dezanove democráticos, dois socialistas, seis esquerdistas e um radical, tomou posse em 2 de Janeiro de 1926, porém, a sua administração seria breve. Exactamente seis meses depois, por Decreto de 2 de Julho, foi destituída pela ditadura militar por “não estar integrada no pensamento que fez eclodir e triunfar o movimento nacional”¹³⁷².

¹³⁶⁹ Ver Mayer Garção, “Notas de um republicano: Lisboa!”. *O Mundo*, 24-11-1925, p. 1.

¹³⁷⁰ A ED conquistou as maiorias em onze freguesias: Castelo, Santa Engrácia, Santiago, Sé, Socorro, Penha de França, Arroios, Benfica, Charneca, Santa Catarina e S. Sebastião; e as minorias em quinze: S. Vicente, Graça, S. Miguel, Encarnação, Pena, S. José, Coração de Jesus, Charneca, S. Mamede, Ajuda, Alcântara, Belém, Santa Isabel, Santos e Lapa. Cf. “A vitória das esquerdas”. *O Mundo*, 9-12-1925, p. 2.

¹³⁷¹ Sobre o confronto entre a esquerda e a direita Cf. Fernando Rosas, *1910 a duas vozes...*, p. 99-125.

¹³⁷² Decreto n.º 11.822. *Diário do Governo*, I Série, n.º 141, de 2 de Julho de 1926, p. 671.

Em sua substituição foi nomeada uma Comissão Administrativa, que tomou posse no dia 5 de Julho de 1926, composta por José Vicente de Freitas, coronel de infantaria; Eugénio Carlos Mardel Ferreira, coronel de infantaria; Aníbal de Sousa Dias, capitão-de-mar-e-guerra; António Bívar de Sousa, tenente-coronel de infantaria; Henrique Quirino da Fonseca, capitão-de-fragata; João Baptista Gomes, major reformado de infantaria; João António Ferreira Lopes, capitão-tenente da Administração Naval; Filipe Maria Caiola, subdirector do Hospital Veterinário Militar e António Augusto Veiga e Sousa, major-médico. Cf. *Ibidem*.

CAPÍTULO VIII

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (1913-1925)

Pela observação dos capítulos antecedentes constatamos que os dados estatísticos das eleições municipais em Lisboa na Primeira República traduzem continuidade com a realidade observada para as eleições Oitocentistas, por Pedro Tavares de Almeida, difundindo “em geral uma imagem distorcida da realidade, não permitindo avaliar a extensão real da participação voluntária e consciente dos cidadãos ou mesmo a afluência efectiva às urnas”¹³⁷³. Contudo, como reconhece este autor, se os resultados numéricos dos escrutínios são pouco fiáveis e falsamente construídos, “eles não deixam todavia de refletir, tanto na sua distribuição espacial como na sua evolução temporal, situações e comportamentos políticos variados”¹³⁷⁴. São os dados reais (em muitos casos oficiais) a que o historiador tem acesso e, no caso em particular das eleições camarárias na capital, entre 1913 e 1925, traduzem um microcosmo rico em jogos políticos de partilha/acesso ao Poder.

Iniciando a nossa análise pela comparação entre a população recenseável e recenseada¹³⁷⁵, por bairros e freguesias em 1925, verificamos que os Bairros Administrativos em que os cidadãos se inscreveram em maior número foram o 1.º e 4.º Bairros, constituídos por freguesias onde predominava o operariado e a pequena e média burguesia. No 1.º Bairro dos 32.557 cidadãos recenseáveis, 19.034 requereram a inscrição (58,4%) e no 4.º Bairro num total de 33.932 arroláveis registaram-se 17.979 (53%). No 2.º e 3.º Bairros, onde nas freguesias com maior número de arroláveis residia maioritariamente a classe dirigente e a alta burguesia, exceptuando as freguesias de Arroios, Penha de França e Benfica, a percentagem de inscritos situava-se abaixo dos 50 por cento; desta maneira, no 2.º Bairro dos 26.876 registáveis apenas 10.137 se inscreveram (37,7%) e no 3.º Bairro dos 29.219 recenseáveis somente 13.530 se registaram (46,3%).

¹³⁷³ Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista*, p. 141.

¹³⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 142.

¹³⁷⁵ Ver Anexos – A.42. Percentagem da população recenseável e recenseada em Lisboa – 1925.

Estes números são ainda mais peculiares se tivermos em atenção que a percentagem de homens maiores de 21 anos alfabetizados era menor no 1.º e no 4.º Bairros, onde atingia respectivamente os 76,9 e os 74,4 por cento; do que no 2.º e 3.º Bairros, onde 83 por cento sabiam ler e escrever¹³⁷⁶. Em Lisboa a freguesia em que os cidadãos mostraram maior desejo em participar nos sufrágios (fictício ou não) foi a dos Anjos (83,6%), no extremo oposto estava a Penha de França (34,9%), percentagens respectivamente bastante acima e abaixo da média concelhia de 49,5 por cento.

Uma observação mais detalhada por Bairro Administrativo (Anexo A.42.) permitiu-nos aprofundar ainda mais as idiossincrasias do recenseamento eleitoral de 1925, o último do regime republicano. No 1.º Bairro, as freguesias com maior percentagem de inscritos sobre a população recenseável foram os Anjos (83,6%), S. Cristóvão (82,2%) e Sé (72,5%); próximo da média deste Bairro encontravam-se Santa Engrácia (59,7%) e Beato (52%), paróquias civis onde habitava a pequena e média burguesia e o operariado; abaixo dos 50 por cento estavam todas as outras, sendo que a percentagem mais baixa (40,9%) pertencia à dos Olivais, à época uma freguesia da periferia, de matriz rural.

No 4.º Bairro destacava-se a freguesia de Santos (68,1%); seguiam-se Alcântara (55,4%), Belém (53%) igualando a média, e Lapa (52,7%); abaixo dos 50 por cento estavam a Ajuda (48,3%) e Santa Isabel (46,5%), que apresentava a menor percentagem. Devemos realçar a relevância percentual de Santos e Alcântara, locais onde habitavam as classes populares ligadas à actividade marítima e fabril; bem como o surpreendente último lugar ocupado por Santa Isabel, uma freguesia de grande militância republicana. Contrariando as ideias difundidas pelos monárquicos e conservadores de que os seus potenciais eleitores tinham dificuldade em recensear-se, vemos que a percentagem de inscritos sobre a população recenseável na freguesia da Lapa se situava dentro dos parâmetros médios deste Bairro e acima da média concelhia.

Segue-se o 3.º Bairro onde se distinguiram as freguesias rurais de Carnide (73,6%) e Ameixoeira (70%); acima dos 50 por cento encontravam-se Santa Catarina (58,9%), S. Mamede (57,8%) e Benfica (56,9%), esta com características periféricas e rurais. Todas as outras freguesias se situavam abaixo desta percentagem, salientando-se

¹³⁷⁶ Cf. Anexos - A.40. Homens analfabetos e alfabetizados em Lisboa, com idade superior a 21 anos – 1925.

entre estas o Coração de Jesus e S. Sebastião (ambas com 41%), sítios de expansão urbanística e das elites, o que pode configurar uma obstrução ao recenseamento de eleitorado conservador, oposicionista, ou o desapego pela ida às urnas destes cidadãos. O valor mais baixo era ostentado pelo Campo Grande (38,5%). Assinalemos que na Charneca foram recenseados 259 eleitores, mais 35 do que o Censo Extraordinário contabilizou como membros do sexo masculino, maiores de 21 anos, residentes nesta freguesia¹³⁷⁷. Por fim, o 2.º Bairro, em que a Conceição Nova, na Baixa Pombalina, detinha o percentual mais elevado (52,2%), seguida do Sacramento (51,5%) e da Pena (51,3%), todas bastante acima da média; as outras situavam-se entre os valores mínimos da Penha de França (34,9%) e os de Arroios (42,5%).

Em conclusão e não esquecendo o papel dos agentes administrativos – no embargo ao recenseamento de opositores políticos e, em paralelo, na simplificação e incentivo do registo dos seus amigos políticos e correligionários –, cuja acção favoreceu particularmente o Partido Democrático, o cidadão residente em Lisboa, maior de 21 anos, mais interessado em participar activamente na vida política local (e nacional), através inscrição voluntária no recenseamento eleitoral, pertencia à pequena e média burguesia e ao operariado, classes sociais que constituíram o esteio da militância política e do apoio à Primeira República. Perscrutemos de seguida como se comportava o eleitor lisbonense no dia do escrutínio.

A observação dos valores de participação eleitoral em Lisboa nas eleições parlamentares e municipais (Quadro 31), no período de 1913 a 1925, expõe que estes níveis eram maiores nos escrutínios das eleições gerais, rondando o valor máximo de 41 por cento, em 1925, e o mínimo de 27,8 por cento, em 1919, sem contemplar as eleições suplementares para eleição de um deputado em 1917. Analogamente em 1919 registou-se o grau de participação mais insignificante nas eleições administrativas, com 14,2 por cento, em contraponto com os sufrágios de 1913 e 1922 que se situaram nos 31,2 por cento, em *ex aequo*. Se alienarmos as eleições gerais parciais de 1913 e 1917, verificamos que no ano de 1922 o número de votantes nas eleições legislativas e municipais é semelhante; porém, em 1925, é notoriamente inferior, sendo essa diferença ainda mais acentuada em 1919, quando pouco mais de metade dos eleitores que votaram

¹³⁷⁷ Cf. AML/AC, Recenseamento eleitoral...: freguesia da Charneca, 1925.

A observação do livro de recenseamento não permitiu detectar duplicação de nomes. Como os resultados do Censo eram obtidos a 1 de Dezembro, poderiam ser habitantes que entretanto tivessem saído da freguesia; ainda, outra hipótese é que foram averbados homens não domiciliados na freguesia.

nas eleições parlamentares não o fizeram nas locais. Em suma, a resolução dos problemas quotidianos com que se defrontavam os habitantes da capital e o conhecimento mais aprofundado dos candidatos não constituíram um factor de mobilização do eleitorado.

Quadro 31 – Participação eleitoral e abstenção no concelho de Lisboa (1913-1925)

Anos	Eleições Gerais				Eleições Municipais				
	Eleitores (A)	Votantes (B)	B/A %	Abstenção %	Eleitores (A)	Votantes (B)	B/A %	Abstenção %	
1913	24.405 ^(a)	9.340 ^(a)	38,2	61,8	48.494	15.117	31,2	68,8	
1917	24.511 ^(b)	3.683 ^(b)	15,0	85,0	48.463	14.838	30,6	69,4	
1919	62.822	17.477	27,8	72,2	62.822	8.950	14,2	85,8	
1922	59.215	18.314	30,9	69,1	59.215	18.511	31,2	68,8	
1925	60.680	24.880	41,0	59,0	60.680	17.922	29,5	70,5	
Média (1913-1925):				30,6	Média: 69,4	Média (1913-1925):		27,3	Média: 72,7

(a) – Eleitores e votantes do 3.º e 4.º Bairros. Dados retirados de Portugal.MF.DGE, *Censo eleitoral...*: 43-44.

(b) – Eleitores e votantes do 1.º e 2.º Bairros. Dados retirados de Anexo A. 43 e n.º de votantes da eleição de deputados de “O apuramento eleitoral”. *O Mundo*, 22-10-1917: 1.

Fontes: Indicadas nos respectivos capítulos das eleições municipais.

Determinemos que as taxas de participação nas eleições camarárias republicanas, em Lisboa, mantêm-se mais ou menos constantes, salvo no ano já assinalado, independentemente da maior ou menor competição entre as forças partidárias, oscilando entre o valor mínimo de 29,5 por cento de 1925 e o máximo de 31,2 por cento nos sufrágios de 1913 e 1922; dois escrutínios bem diversos nas forças políticas em confronto. No primeiro o eleitorado foi motivado pela luta entre democráticos e evolucionistas/unionistas, quanto ao segundo a mobilização residiu no confronto entre republicanos e monarquistas. Em conclusão, o movimento contínuo da participação eleitoral indicia que, tal como em Espanha, estaremos perante a “ficção de um eleitorado mobilizado”¹³⁷⁸, como definiu Varela Ortega; e, assim como no Portugal Oitocentista, não podemos inferir dos dados eleitorais qual “a extensão real participação voluntária e consciente dos cidadãos ou mesmo da afluência efectiva às urnas”¹³⁷⁹.

Se confrontarmos os valores médios de participação eleitoral nas eleições legislativas no concelho de Lisboa na Primeira República com os dados apresentados

¹³⁷⁸ José Varela Ortega, *Los amigos políticos: partidos, elecciones y caciquismo en la Restauracion (1875-1900)*, Madrid, 1977, p. 422. Citado por Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, p. 141.

¹³⁷⁹ Pedro Tavares de Almeida, *Ibidem*.

para a Monarquia (1868-1890), por Pedro Tavares de Almeida¹³⁸⁰, verificamos que a média de participação da República (30,6%) é inferior à da Monarquia (48,1%), se bem a média republicana seja ligeiramente maior (33,2%) se não contabilizarmos as votações anómalas de 1913 e 1917. Mais, um estudo comparativo de diferentes cidades europeias (incluindo doze espanholas), entre 1910 e 1923, apurou que nas urbes francesas, belgas e alemãs a percentagem de participação do eleitorado se situava acima dos 70 por cento. As cidades italianas aproximavam-se das cidades espanholas com valores que oscilavam entre os 50 e 60 por cento; e Lisboa revelava percentagens de participação muito inferiores¹³⁸¹. Para os autores deste estudo a elevada participação do eleitorado da Alemanha, Bélgica e França radicava na “movilización política, una fuerte estructuración de sus respectivos sistemas de partidos y una importante incorporación de las classes obreras a la vida política y parlamentaria”¹³⁸². Numa realidade oposta, a menor participação política dos países meridionais reflectia os “diferentes estadios en el processo de socialización política o, se quiere, de incorporación de las massas a la política”¹³⁸³.

No que respeita à percentagem de votantes em relação ao número de recenseados nas eleições municipais, em Lisboa, verificamos que durante a Monarquia (1885-1908), segundo dados estatísticos oficiais¹³⁸⁴, foi a seguinte: 1885 (53,4%); 1887 (41,4%); 1889 (40,8%); 1891 (51,6%); 1895 (39,8%); 1899 (29,8%); 1903 (39,3%) e 1908 (23%), numa média de 39,9 por cento, ou seja, cerca de 12 pontos percentuais acima da média de participação eleitoral nas eleições locais na República (27,3%); mas se não contabilizarmos o ano de 1919, que teve o recenseamento mais fraudulento do regime republicano, a média de participação eleitoral da Primeira República (30,6%) era análoga à média dos três derradeiros escrutínios municipais da Monarquia (30,7%).

Uma apreciação sobre os níveis de abstenção eleitoral, entre 1913-1925, deverá sempre ter em conta uma realidade persistente: a duplicação de nomes nos cadernos eleitorais, mormente dos funcionários públicos/militares e de amigos e partidários,

¹³⁸⁰ Cf. Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, p. 145.

No Porto a participação dos eleitores era mais elevada, situando-se no mesmo período (1868-1890), numa média de 61,8 por cento. Ver *Ibidem*.

¹³⁸¹ As cidades espanholas são: Albacete, Alicante, Badalona, Barcelona, Bilbao, Gijón, Madrid, Málaga, Mieres, Oviedo, San Sebastian e Vitoria. Cf. Salvador Forner Muñoz *et al.*, “Modernización social y comportamiento electoral...”, pp. 253-255.

¹³⁸² Idem, *Ibidem*, p. 253.

¹³⁸³ *Ibid.*, p. 254.

¹³⁸⁴ Cf. Portugal.MF.DGE, *Censo eleitoral...*, p. 50, pp. 52-54 e 56-57.

assim, como o registo de falecidos e de ausentes das freguesias (a mudança de residência era comum na época)¹³⁸⁵, o que resultava num aumento ilusório do eleitorado. O número de recenseados neste período temporal manteve uma tendência ascendente¹³⁸⁶, exceptuando no ano de 1917 que arrolou no total uma ínfima diminuição de 31 eleitores relativamente a 1913, mas que registou quebras significativas no número de recenseados em todos os Bairros Administrativos, salvo no 1.º Bairro. A redução de inscritos poderá ser atribuída à mobilização para a Guerra, que se tinha iniciado logo em Agosto de 1914, para o combate em África¹³⁸⁷, acrescido do esforço para a constituição do CEP. Não escamoteando as obstruções ao recenseamento de eleitores conservadores, em especial de monárquicos, no primeiro sufrágio camarário em que estes disputaram as urnas em Lisboa.

Em 1919 registou-se o maior número de recenseados de todos os escrutínios. Todavia, este foi o recenseamento mais anómalo do regime republicano, mercê da inscrição de milhares de funcionários públicos e militares, com especial destaque para a freguesia de S. Julião, que passou de uma secção única (184 eleitores) em 1917, para a assembleia com maior representação eleitoral (5.834) na capital. A explicação para esta inscrição singular de eleitorado deve ser radicada na conjuntura sociopolítica vivida então (Monarquia do Norte e vitória de Monsanto) que terá originado uma maior militância política dos republicanos, num cerrar de fileiras contra o perigo monárquico. Contudo, como José Varela Ortega, observou para Espanha no século XIX, este aumento de eleitores não teve correlação com um aumento de votantes, mas teria “un efecto inflacionário en la bolsa de fraude”¹³⁸⁸. Quanto maior era o peso eleitoral de uma assembleia, mais facilidade existiria de se praticarem fraudes (chapeladas, viciação de actas, etc.).

A observação da Imagem 18 desmascara a posição de excepionalidade do recenseamento político de 1919, com a subida vertiginosa de votantes do 2.º Bairro Administrativo, no único ano em que a dianteira não pertenceu ao 1.º Bairro. Nos recenseamentos seguintes o 2.º Bairro retomou o seu percurso habitual, com uma ligeira descida em 1925. Quanto aos restantes Bairros revelam um desenvolvimento

¹³⁸⁵ Em 1925 o jornal *O Século* registava que na assembleia dos Anjos existiam cerca de 1.000 eleitores mortos e ausentes. Cf. “Partido Republicano Nacionalista”. *O Século*, 21-11-1925, p. 2.

¹³⁸⁶ Vd. Anexos – A.43. Eleitores em Lisboa (1913-1925).

¹³⁸⁷ Cf. Luís Alves Fraga, “Portugal: mobilizações para a Guerra”, in Aniceto Afonso; Carlos de Matos Gomes (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra...*, pp. 262-264.

¹³⁸⁸ José Varela Ortega, “De los orígenes de la democracia en España, 1845-1923”, in Salvador Forner (Coord.), *Democracia, elecciones...*, p. 158.

progressivo, sem grandes surpresas, exceptuando o 3.º Bairro que assinalou uma quebra superficial de 653 eleitores, devida à descida real do número de recenseados no Coração de Jesus (menos 248 do que em 1917, numa assembleia que era um baluarte monárquico), aliada ao nosso desconhecimento sobre o número de inscritos em algumas assembleias únicas.

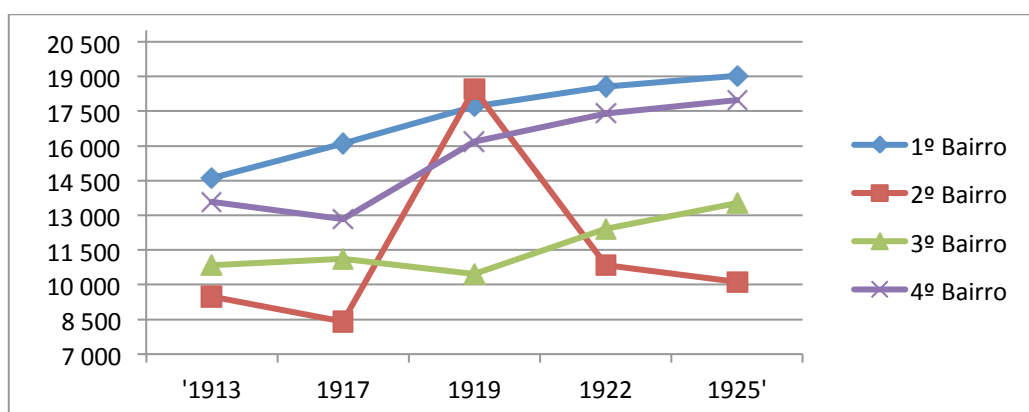


Imagem 18 – Evolução do número de recenseados, por Bairros Administrativos, em Lisboa (1913-1925).

O ano de 1919 foi o que averbou a maior abstenção eleitoral na Primeira República nas eleições legislativas e municipais, tendo atingido o valor mais elevado no escrutínio local (85,8%), porém, grande parte do valor atingido resultou do aumento colossal da inscrição de eleitores. Aliás, se fizermos uma média do abstencionismo dos outros sufrágios para o Município de Lisboa, neste período temporal, alcançamos o valor de 69,4 por cento, suficientemente afastado da percentagem verificada em 1919.

Os resultados eleitorais do concelho de Lisboa eram os mais importantes do país. O seu proeminente significado político procedia de múltiplos factores: era a capital da República; atribuía-se aos seus votantes maior anonimato e liberdade na escolha dos candidatos; existia uma luta eleitoral temerária entre as diferentes forças partidárias e encerrava imprevisibilidade quanto ao seu desenlace, pelo menos em relação à minoria municipal. Os desfechos dos escrutínios lisboenses, consequência da escolha de um eleitorado mais politizado e autónomo num ambiente de grande rivalidade eleitoral, eram considerados como indicadores sobre a forma como decorria o ritmo político da capital e do país. Este entendimento está expresso no facto da Causa Monárquica apreender inclusive o sufrágio camarário como um plebiscito à questão do regime, ou pelo menos, um desígnio para o futuro da nação.

Como verificámos nas diversas eleições municipais em Lisboa os graus de conflitualidade e fraude entre os partidos e intervenientes no processo eleitoral aumentava quando entravam na luta eleitoral forças monárquicas, como em 1922 e 1925. A excepção ocorreu no sufrágio de 1917, o primeiro em que se apresentou uma lista monarquista, que à semelhança de 1913, decorreu sem incidentes, porque os republicanos foram surpreendidos pela conquista da minoria municipal pelos realistas; as eleições para as juntas de freguesia em 1917, já não seriam pacíficas. Em 1919, sem a concorrência de listas de oposição sidonista ou monarquista, o escrutínio também decorreu sem conflitos. O confronto entre republicanos e monárquicos, associado ao combate entre *bonzos* e *canhotos*, no final do regime republicano, determinou o aumento de fraudes e violências eleitorais, transformando as últimas eleições municipais nas mais falaciosas e violentas da Primeira República.

Observemos a tendência de voto do eleitorado de Lisboa nas eleições camarárias republicanas (Quadro 32). A primeira nota que se distingue é a supremacia do Partido Democrático, apesar do esboroamento político e do desgaste inerente à governação política local (agravado durante a Grande Guerra), visíveis na quebra brusca do número de votantes a partir das eleições de 1917. No entanto, conseguiu ganhar todos os actos eleitorais, ainda que somente em 1913 e 1919 com a maioria dos votos expressos; e nas últimas eleições de 1925, tivesse de recorrer (pela primeira vez) a uma lista de conjunção para enfrentar uma oposição destemida, à esquerda e à direita, também coligada (excepto os monárquicos) e determinada a afastá-los do Poder.

A vitória do PRP mais sufragada pelo eleitorado foi a das primeiras eleições municipais, em 1913, com 11.215 dos votos (74,2%), a pior seria a de 1917 com 5.591 votantes (37,7%), numa conjuntura de profunda crise sociopolítica, em plena Guerra. Saliente-se que a mesma percentagem de votos expressos foi obtida em 1925, numa lista de conjunção com o PS. Especifiquemos que, em cada acto eleitoral, mesmo juntando as votações obtidas pelas forças republicanas (evolucionistas, unionistas e socialistas) de um lado; ou anexando os votos dos conservadores (*forças vivas*, sidonistas, nacionalistas, monárquicas) nenhuma destas hipotéticas conjunções conseguiria derrotar os democráticos. Apenas uma aliança (inverosímil) de todas as forças da oposição, republicana e monarquista, poderia ter afastado o Partido Democrático da gestão municipal lisbonense nas eleições de 1917, 1922 e 1925.

Outro aspecto que se destaca é a vitalidade do Partido Socialista na capital, evidente em 1917 (12,7%) e 1919 (24,5%), anos de profundas crises económicas e sociopolíticas, em que conseguiu captar os votos do eleitorado operário e pequeno-burguês, principalmente no último ano em que beneficiou da passagem do “companheiro” Dias da Silva pelos governos nacionais. Uma tendência ascendente que não se verificou em 1922, em que o número de votantes foi o menor de todos os escrutínios (2,2%). A perda de eleitores, provocada por crises internas e pelo desapareço dos seus vereadores, determinaria a opção dos dirigentes socialistas por uma coligação com os democráticos em 1925, em detrimento de uma coligação com a Esquerda Democrática e o Partido Radical.

Quadro 32 – Evolução da distribuição das forças partidárias nas eleições municipais de Lisboa (1913-1925) *

FORÇAS POLÍTICAS	1913		1917		1919		1922 ^(a)		1925	
	N.º Votos	%	N.º Votos	%	N.º Votos	%	N.º Votos	%	N.º Votos	%
PRP (Democrático)	11.215	74,2	5.591	37,7	5.032	56,2	9.109	49,2		
Lista Neutra (PRE, UR e independentes)	3.294	21,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Lista Neutra (UR e independentes)	-	-	1.969	13,3	-	-	-	-	-	-
Partido Evolucionista	-		1.629	10,9	1.726	19,3	-	-	-	-
Partido Socialista	608	4,0	1.886	12,7	2.192	24,5	416	2,2		
Monárquicos (Lista da Cidade)	-	-	3.763	25,4	-	-	7.300	39,4	2.991	16,7
Partido Liberal	-	-	-	-	-	-	1.483	8,0	-	-
Partido Presidencialista	-	-	-	-	-	-	203	1,1	-	-
Conjunção PRP-PS	-	-	-	-	-	-	-	-	6.749	37,7
Conjunção ED-PRR	-	-	-	-	-	-	-	-	5.921	33,0
Lista da UIE (UEI-PRN)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.011	11,2
Lista de Homens-Livres	-	-	-	-	-	-	-	-	250	1,4
Total	15.117	100	14.838	100	8.950	100	18.511	100	17.922	100

* – Número de votos obtido pelo candidato mais votado (efectivo ou substituto) de cada partido, sem acumulação de votos.

^(a) – Neste ano também concorreu o Partido de Fomento Nacional, não houve informação sobre a sua votação.

Os monárquicos obtiveram o seu melhor resultado em 1922, com 7.300 votos expressos (39,4%), a segunda vez em que conquistaram a minoria municipal. O escrutínio deste ano foi o que exibiu maior número de votantes, consequência da rivalidade entre republicanos e monárquicos e, principalmente, da mobilização dos eleitores monarquistas, confiantes na vitória. Nas últimas eleições camarárias republicanas, perderam a minoria municipal e obtiveram o seu pior resultado com 2.991

votos (16,7%). O eleitorado monarquista e católico-conservador apostava num novo rumo.

São visíveis diferenças nas forças políticas que se apresentaram aos sufrágios durante e no pós-guerra, com uma tendência para o incremento progressivo dos monárquicos e do bloco das direitas que culminou em 1925, embora, neste ano em paralelo com um crescimento das forças políticas à esquerda, numa bipolarização partidária que resultou num confronto social e político que ocorreu predominantemente fora da jurisdição eleitoral.

A representação partidária nas vereações do Município de Lisboa ficou assim estabelecida: em 1908-1913, constituída inteiramente pelo velho PRP; em 1914-1917, a maioria municipal foi conquistada pelo Partido Democrático e a minoria por uma coligação de evolucionistas e unionistas; na efémera edilidade de 1918, a maioria pertenceu aos democráticos e a minoria aos monárquicos; em 1919-1922, venceu de novo o PRP e a minoria ficou para o Partido Socialista; em 1923-1925, maioria foi reconquistada pelos democráticos e a minoria assentou aos monarquistas; e em 1926, uma Lista de Conjunção Democrático-Socialista venceu e outra Lista de Coligação Esquerdista-Radical conquistou a minoria. A hegemonia dos democráticos na representação maioritária no Senado da Câmara Municipal de Lisboa é, desta forma, por demais evidente.

Essa prevalência é ainda mais saliente na representação dos seus edis nas Comissões Executivas (que correspondem ao actual Executivo Municipal), que seriam os responsáveis pelos diferentes pelouros municipais. De um total de quinze comissões eleitas, entre 1914 e 1926, sete seriam constituídas unicamente por democráticos. As excepções à regra ocorreram nos anos de 1916 e 1917, com a eleição de alguns vereadores da Lista Neutra; na vereação de 1919-1922 em que socialistas foram eleitos para integrar todas as Comissões Executivas; e, na edilidade de 1926 com a escolha de um esquerdista, como substituto. Contudo, em todas elas a esmagadora maioria dos elementos (e presidência) sempre correspondeu ao Partido Democrático¹³⁸⁹.

Examinemos agora a cronologia dos mandatos das vereações (Quadro 33) e a periodicidade das eleições municipais. De acordo com o Código Eleitoral republicano a duração do mandato da vereação era trienal. Contudo, apenas quatro edilidades

¹³⁸⁹ Cf. Lisboa. Câmara Municipal, *Actas das Sessões das Comissões Executivas* (referidas na bibliografia).

cumpriram o seu período completo (1908-1913; 1914-1917; 1919-1922 e 1923-1925). Destas vereações a primeira excedeu o tempo de mandato, à espera das aprovações do novo Código Administrativo e Lei Eleitoral da República, mas também devido à conjuntura política; a segunda, também deveria ter terminado a sua administração em 1916, mas as eleições seriam adiadas pelo Ministério da *União Sagrada*; e a municipalidade de 1919-1922 que, embora tivesse tomado posse em 1919, iniciou a contagem do seu triénio em Janeiro do ano seguinte; e que igualmente viu a sua gerência prorrogada (extraordinariamente) devido à anulação do escrutínio em algumas assembleias da capital.

Quadro 33 – Cronologia dos mandatos das vereações e comissões administrativas (CA) da CML, 1908 a 1926

Início do Mandato	Final do Mandato	Mandatos das Vereações / Comissões Administrativas (CA)	Duração legal prevista dos mandatos	Ano de eleições Administrativas previsto na legislação
30-11-1908	01-02-1913	1908-1913	1908-1911	1911
01-02-1913	31-12-1913	CA 1913 ^(a)	1912-1914	1914
02-01-1914	31-12-1917	1914-1917 ^(b)	1915-1917	
24-04-1915	16-05-1915	CA 1915	-	
02-01-1918	10-01-1918	1918	1918-1920	1917
14-01-1918	07-03-1919	CA 1918-1919 ^(c)		
11-03-1919	12-06-1919	CA 1919 ^(d)		
16-06-1919	28-03-1923	1919-1922	1921-1923	1920
05-04-1923	30-12-1925	1923-1925	1924-1926	1923
02-01-1926	03-07-1926	1926	1926-1928	1926

^(a) – Nomeada em 29 de Janeiro de 1913.

^(b) – Mandato interrompido durante 24 dias, por causa da nomeação da CA de 1915 (de Pimenta de Castro). Os seus actos foram declarados nulos quando a vereação retomou o seu mandato.

^(c) – Nomeada em 13 de Janeiro de 1918.

^(d) – Nomeada a 7 de Março de 1919.

Fontes: *Actas da CML* e legislação.

As eleições municipais deveriam ter lugar no fim de cada triénio (a contar do dia 2 de Janeiro imediato à eleição), normalmente no mês de Novembro, desta forma, no período temporal em estudo, se a legislação fosse cumprida, deveria ter havido um total de seis sufrágios locais (1911, 1914, 1917, 1920, 1923 e 1926), porém, só se realizaram cinco, ressaltando que se tivesse sido cumprido o calendário eleitoral previsto na legislação, o último escrutínio só teria tido lugar em Novembro de 1926. Esta realidade ficou a dever-se ao adiamento das eleições e à interrupção dos mesmos devido à instabilidade governativa nacional, como no caso do golpe sidonista, resultando na convocação extemporânea dos sufrágios eleitorais.

Ao arrepio da Lei, que só permitia a dissolução da vereação por sentença dos tribunais administrativos, o governador civil de Lisboa, no cumprimento de ordens directas do ministério do Interior, interveio cinco vezes na nomeação de vogais (edis) para a administração municipal. Em primeiro lugar, em 1913, quando após a demissão da vereação de 1908 (causa interna) designou uma Comissão Administrativa, composta por democráticos. Em segundo, com a extinção da vereação legitimamente eleita e a nomeação da Comissão de 1915, afeita a Pimenta de Castro, constituída por unionistas, evolucionistas e machadistas. Situação similar sobreveio em 1918, com a designação da Comissão Sidonista¹³⁹⁰, organizada com sidonistas, católico-monárquicos, unionistas, machadistas, socialistas e independentes. Em quarto lugar com a supressão desta última e designação da nova Comissão de 1919, composta por democráticos, evolucionistas, unionistas e socialistas. E, por fim, com a dissolução da última vereação republicana, em Julho de 1926, ordenada pelo novo governador civil e a ascensão da nova Comissão, formada por militares, autoridades locais escolhidas pela ditadura militar¹³⁹¹.

A administração municipal da capital não foi independente em relação às mudanças do poder executivo¹³⁹². As nomeações extemporâneas das Comissões Administrativas criaram concordâncias entre a gestão camarária e a nacional; estabeleceram canais de acesso ao poder local alternativos (e ilegais) aos escrutínios eleitorais e, em duas destas Comissões, instituíram uma alternância à hegemonia do Partido Democrático, revezamento que seria definitivo com a nomeação da Comissão Administrativa de 1926. Apesar de tudo a administração municipal de Lisboa propala maior consistência do que a que esteve presente na governação nacional, com elevado número de ministérios. E, se não tivesse havido o golpe militar de 28 de Maio, só se tinha realizado menos um sufrágio do que deveria ter legalmente existido, num movimento de alguma regularidade na convocação de eleições administrativas.

¹³⁹⁰ Na realidade na Comissão Administrativa sidonista existiram três nomeações: a primeira em 13 de Janeiro de 1918; a segunda a 15 de Março do mesmo ano para substituição do presidente e de alguns vogais e, a última, em 27 de Junho de 1918, para nova mudança de vogais. No nosso trabalho considerámo-la como constituindo uma única Comissão, relativa à sua consonância com a esfera do poder nacional – sidonismo.

¹³⁹¹ Ver Lisboa. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara...*; Idem, *Actas das Sessões das Comissões Administrativas...* e legislação, referenciadas na Bibliografia.

Para o estudo da elite municipal na CML ver Eunice Relvas, “Os vereadores da Câmara Municipal de Lisboa na I República”, in Congresso Internacional I República e Republicanismo, Lisboa, 2010, *Congresso Internacional I República e Republicanismo* / Coord. Maria Fernanda Rollo, Lisboa, AR-DE, 2012, pp. 91-112. Um trabalho preliminar que brevemente será reeditado (revisto e aumentado).

¹³⁹² A mesma realidade ocorreu em outros concelhos, como por exemplo em Arraiolos. Cf. Carla Faustino, “A elite política de Arraiolos (1890-1918). *Estudos Autárquicos*, A. IV, n.º 6-7 (1996), p. 313.

CONCLUSÃO

Eleições isentas de fraudes e o sufrágio universal foram objectivos aclamados pelos republicanos durante a Monarquia, contudo, após a instauração da República seriam abandonados. O novo regime republicano aboliu o sistema censitário, mas não sobreveio o sufrágio universal, nem mesmo o masculino. Num movimento sequencial com a Monarquia Constitucional limitou a participação política dos portugueses iletrados (e mais pobres). No período temporal em análise, esta restrição do direito de voto constituiu “uma estrepitosa singularidade”, uma involução no contexto da Europa liberal¹³⁹³. Além disso, o voto limitado beneficiava a existência de práticas fraudulentas, no recenseamento e no escrutínio eleitoral, que seriam mais difíceis com a introdução do sufrágio universal. Identicamente neste aspecto houve uma herança do regime monárquico, mas manifestamente em contra ciclo com os países europeus liberais e os Estados Unidos, que repudiavam a corrupção e fraude eleitorais, desde finais do século XIX¹³⁹⁴.

No entanto, a discussão sobre o sufrágio limitado e universal deve ter em atenção, como referiu Dieter Nohlen, a conjuntura histórica e sociopolítica particular na qual incide o sistema eleitoral¹³⁹⁵. Apregoando o exercício consciente do direito de voto os republicanos negaram o sufrágio universal, ao arrepio dos ideais defendidos *no tempo da propaganda*, acreditando que desta maneira conseguiriam resistir às manobras dos seus inimigos e assegurar o futuro político do regime.

A inovação legislativa do regime republicano residiu na abolição da cláusula censitária dos elegíveis para cargos políticos, todos os eleitores poderiam ser eleitos, permitindo o acesso ao Poder de novas classes sociais¹³⁹⁶; embora, na administração local, desde 1878, os elegíveis fossem todos os eleitores alfabetizados, se bem que as condições gerais de elegibilidade para a vereação comportassem algumas excepções. A entrada de novas elites no poder local foi facilitada pelo aumento do número de edis promovido pela legislação republicana, um dos aspectos de legitimação do poder

¹³⁹³ Fernando Farelo Lopes, “Direito de voto, regime de escrutínio...”, p. 121.

¹³⁹⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 119-122.

¹³⁹⁵ Ver Dieter Nohlen, *Os sistemas eleitorais...*, p. 31.

¹³⁹⁶ Vd. Maria Antonieta Cruz, “Notas em torno dos efeitos da legislação eleitoral na formação do corpo eleitoral português (no final da Monarquia Constitucional e na I República)”, in André Freire (Coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais...*, p. 131.

municipal, sendo os outros a implantação de um órgão deliberativo (Senado) e de outro executivo (Comissão Executiva) e a maior diversidade política, instituída pela eleição da minoria municipal. Contudo, a lei eleitoral republicana ao não permitir a representação proporcional das forças políticas nos municípios evidenciou débil pluralidade partidária e legitimação democrática.

As eleições camarárias no concelho de Lisboa na Primeira República foram marcadas por alguns factores que interessa destacar. A reduzida dimensão do eleitorado lisbonense, mais politizado e independente, radica-se na legislação republicana que impunha normas restritivas ao seu crescimento e no facto do recenseamento não ser obrigatório, mas igualmente na falta de educação cívica e na indiferença pelos actos eleitorais. Para alguns eleitores (anarquistas e sindicalistas) a divisa da “urnofobia” era motivo de orgulho e uma afirmação de militância política; não esqueçamos que este eleitorado, segundo testemunhos da época e pela observação empírica dos livros de recenseamento, era constituído em grande parte pelo operariado, sendo cerca de um quarto oriundo das classes pequeno-burguesa e burguesa.

Logo nos primeiros anos da República a abstenção eleitoral dominava no meio anarco-sindicalista e a sua defesa passava por conferências e distribuição de panfletos, dirigidas à classe operária. Com o decorrer dos anos a decepção com o regime e a repressão exercida por este sobre os movimentos operários, repeliram com maior intensidade o operariado da participação eleitoral. Para agravar este problema o único partido que poderia ter sido um verdadeiro partido de massas, o Partido Socialista, nunca alcançou esse desiderato e, também, sempre incluiu entre os seus filiados adeptos da renúncia ao voto.

O abstencionismo resultava ainda da letargia de grande parte do eleitorado da capital, que não via no exercício cívico, voluntário, da ida às urnas a solução para a resolução dos problemas quotidianos, mesmo quando poderia escolher os candidatos que conduziram a gestão municipal. A não alternância no poder, o não vislumbrar a mudança política, foi um aspecto que terá contribuído para a fraca participação eleitoral, aliado a factores sociopolíticos e culturais, mas também à incapacidade dos partidos em mobilizarem os eleitores.

A elevada abstenção em Lisboa na Primeira República, maior nas eleições locais do que nas legislativas, coloca-nos perante a questão da legitimação do poder municipal. E sob esse ponto de vista parece-nos evidente que a representatividade da votação não

legitimava as vereações lisboenses. Porém, a abstenção não é um indicador tão fiável como se pensa, mais ainda na Primeira República, quando o recenseamento estava altamente inflacionado pelas inscrições duplicadas, registo de falecidos e ausentes. Concordamos com Dieter Nohlen quando este defende que em primeiro lugar “a legitimidade depende de múltiplas e diferentes variáveis; em segundo lugar, não existe uma correlação significativa entre o grau de participação nas eleições e a legitimidade do sistema democrático; e, em terceiro os sistemas eleitorais podem ter um efeito muito limitado sobre o grau de abstencionismo”¹³⁹⁷.

Ao abordar a questão da legitimação devemos também considerar a manipulação do resultado eleitoral. Ora o voto urbano, mais anónimo, permitia ao cidadão manifestar a sua opinião mais livremente ou abster-se da ida às urnas (ainda que os monárquicos pensassem denunciar os seus aderentes faltosos, como vimos); além disso, a fiscalização dos agentes políticos, dos eleitores e da imprensa inviabilizavam a fraude generalizada. No entanto, denunciaram-se burlas nos escrutínios camarários da capital, e nas eleições administrativas de 1922 e 1925 estas surgiram associadas a um crescendo de intimidações e violência.

A “confeção” da vitória eleitoral em Lisboa, nas eleições camarárias (ou legislativas) contemplava vários aspectos que importa assinalar. Iniciava-se com a elaboração dos cadernos eleitorais, obstruindo-se a inscrição (ou riscando) os opositores políticos e facilitando a inscrição dos correligionários (ou ainda duplicando ou desdobrando o seu nome). Em segundo lugar, pelos locais reservados às assembleias de voto, designadamente quando eram instaladas nos centros políticos republicanos ou em associações cívicas¹³⁹⁸, o que poderia intimidar alguns eleitores, especialmente do bloco católico-monárquico e conservadores, que não se deslocavam às urnas; bem como, auxiliar ao impedimento do exercício de voto a elementos oposicionistas; e, por fim, facilitar a prática de fraudes. Em terceiro lugar, com a constituição das mesas das

¹³⁹⁷ Dieter Nohlen, *op. cit.*, p. 111.

¹³⁹⁸ No conjunto das eleições municipais foram utilizados os seguintes centros republicanos e associações cívicas: 1) em todos os sufrágios – Centro Alexandre Braga, Centro Afonso Costa, Club Estefânia e Sociedade Promotora de Educação Popular; 2) em alguns escrutínios – Centro Magalhães Lima (1913), Centro Elias Garcia (1913), Cooperativa Padaria do Povo (1913), Associação do Registo Civil (1917, 1919, 1922 e 1925), Centro Rodrigues de Freitas (1917, 1919, 1922 e 1925), Centro Alberto Costa (1917, 1919, 1922 e 1925), Centro Fernão Boto Machado (1919 e 1922), Academia Triunfo e Aliança (1919) e Centro Alferes Malheiros (1922 e 1925). Ainda, em Santos, em todos os sufrágios algumas secções de voto (às vezes a totalidade) funcionaram no quartel dos bombeiros,

assembleias, que exerciam o controlo efectivo sobre os cadernos eleitorais e elaboração das actas do escrutínio, e, por último, na assembleia de apuramento.

No dia da votação se os presidentes e/ou os vogais da mesa não estivessem presentes até às 10 horas – e as razões para tal facto dever-se-iam a desinteresse e ausência de educação cívica, mas também por temerem pressões ou intimidações –, o peso dos eleitores presentes, militantes ou simpatizantes das diferentes forças partidárias, aquando da abertura da secção de voto era essencial para a constituição da mesa eleitoral e consequente desfecho do sufrágio. Não olvidemos que era fundamental a comparência atempada do eleitor na assembleia de voto, que só estava aberta durante cerca de duas horas, um atraso poderia dar lugar à exclusão do direito de voto.

A presença dos presidentes nomeados e respectivos substitutos nas primeiras eleições municipais republicanas foi quase de oitenta por cento, ao inverso, no último escrutínio a maioria dos presidentes e membros das assembleias atestados não se apresentaram para cumprir esse dever cívico. Esta realidade não será alheia ao facto de nas eleições de 1922 (parlamentares e camarárias) e 1925 (legislativas) se terem verificado violências e destruição de secções de voto. A constituição das mesas alheia ao sorteio, democrático e aleatório, previsto pela legislação facilitava a fraude.

No dia do escrutínio a burla estava presente na existência de eleitores volantes (que usurpavam a identidade de falecidos ou ausentes), no voto duplicado (facilitado pelo desdobramento de nome), nas célebres chapeladas, no extravio ou invalidação de boletins de voto, na viciação das actas e no roubo ou destruição das actas ou das urnas, por fim, com muita regularidade, o escrutínio não terminava à luz do dia, prolongando-se pela noite dentro, à porta fechada, permitindo a adulteração dos resultados eleitorais. Todavia, convém salientar que estas falsificações e violências eram facilitadas pela fraca participação do eleitorado e seriam dificultadas (ou mesmo impraticáveis) com uma votação maciça dos eleitores.

Analogamente na assembleia de apuramento adulteravam-se as descargas de cadernos eleitorais, falsificava-se a contagem das listas e viciavam-se as actas, por exemplo, pelo desdobramento de votos por diversas combinações de nomes feitas com um nome de um candidato, que poderiam favorecê-lo ou prejudicá-lo¹³⁹⁹; e, ainda, pela

¹³⁹⁹ Foi o que sucedeu nas eleições legislativas de 1925 com o candidato monárquico João Moreira de Almeida, que figurava em todas as listas com o nome de João Henrique de Oliveira Moreira de Almeida. Contudo, nos apuramentos contaram-se 2.153 votos com esse nome, 745 para João Henrique Oliveira

contagem total dos votos de um candidato cujo nome aparecia em várias listas, que como observámos no escrutínio municipal de 1925 só não foi aplicado a um candidato (esquerdista, que tinha sido irradiado do Partido Democrático). Expedientes anómalos que garantiam a vitória e, inúmeras vezes, eram potenciadores de violências. Assinalemos que nos actos de violência ocorridos em Lisboa durante a votação (e até na assembleia de apuramento) estavam envolvidos militantes de partidos, mas também “formigas” e arruaceiros das diferentes forças políticas em confronto, republicanas e monarquistas.

Para terminar este ciclo de falseamento eleitoral salientemos o papel determinante desempenhado pelo governador civil de Lisboa na execução das deliberações do ministro do Interior. Era ele que dirigia no terreno as operações de recenseamento e de captação de voto, através dos seus acólitos (administradores dos Bairros Administrativos, secretários recenseadores, regedores de paróquia e cabos de polícia) e outros apaniguados. Como sabemos, os magistrados administrativos “eram uma «reserva guardada» do governo, e esta circunstância decorria em grande parte dos imperativos das eleições «feitas»”¹⁴⁰⁰.

Estas práticas eleitorais há muito conhecidas dos políticos eram contestadas e ao mesmo tempo aceites (e executadas) por todos os que participavam no jogo político, a atestá-lo o facto de alguns vereadores e vogais, de variadas forças políticas, terem inscrição duplicada no recenseamento; mas foram mais utilizadas pelo PRP que sempre deteve a maioria municipal em Lisboa, dirigindo, em conluio com os agentes administrativos, o recenseamento político e tendo acesso privilegiado ao mesmo (importantíssimo, por exemplo, para a distribuição e envio das listas de candidatura) e que possuía a maior e mais bem “oleada” organização partidária na capital. O grande delito cometido pelos democráticos foi a hegemonia política, a ausência de alternância na administração municipal, originando ferozes críticas da oposição.

Se bem que o controlo das eleições fosse efectivo, a campanha eleitoral era vivida num clima de pluralidade partidária e de contestação da oposição. O combate eleitoral era regular e intenso na Lisboa republicana. Os mecanismos de conquista do voto associavam a imprensa e as conferências, que difundiam ideologias e enalteciam os

Moreira d’Almeida, 1 para José Henrique Moreira e 144 votos para José Henrique Moreira de Almeida. Cf. “Ladrões à solta”. *Correio da Manhã*, 16-11-1925, p. 1.

¹⁴⁰⁰ Fernando Farelo Lopes, *A I República portuguesa...*, p. 342.

discursos políticos, à recente propaganda de “massas”, com os comícios, cartazes e distribuição de manifestos por correio ou nas ruas. Notemos que a difusão e propagação destes meios modernos de propaganda eleitoral foram comuns a todas as forças políticas nos sufrágios municipais, somente os monárquicos ignoraram a realização de conferências/comícios.

Durante a propaganda eleitoral todos os partidos defendiam a liberdade, o progresso e a ordem. O combate à abstenção foi habitual em todos os sufrágios camarários. E todos os candidatos à vereação eram sempre caracterizados como honestos e competentes, sendo, muitas vezes, estes os únicos distintivos publicitados pelas listas em confronto. O diagnóstico dos problemas existentes na capital foi mais ou menos comum às diferentes forças em confronto, destacando-se desde o escrutínio de 1913 até ao de 1925 a questão dos monopólios (água, luz, gás e viação); e a questão das subsistências, durante e no pós-guerra. Outros problemas que mereceram evidência foram a administração financeira do Município, a reorganização dos serviços camarários, a higiene urbana e a inexistência de planos urbanísticos e de embelezamento da cidade, entre outros.

Exceptuando os programas municipais dos socialistas apresentados nas eleições camarárias de 1913 e 1919 e o programa de acção da UIE, em 1925, era normal não ser anunciado qualquer projecto para a administração camarária, cabendo aos candidatos a apresentação individual do seu programa de acção no município, caso fossem eleitos. A selecção de candidatos e as negociações para a constituição das listas consumiam grande parte do *tempo de eleição* restando pouquíssimo espaço para propaganda e mobilização do eleitorado. Usualmente os ataques pessoais dominavam a campanha eleitoral. Desta forma, a urna não transmitia mudança – permanecia destituída de ideias e votos.

O combate político e a propaganda eleitoral eram realizados, em grande parte, através da imprensa diária. Além dos centros partidários, as sedes dos jornais, o café, a barbearia, a farmácia, a mercearia e outros estabelecimentos comerciais eram locais de intensa actividade política em Lisboa. No combate eleitoral era habitualmente utilizada a caricatura política, virulenta, destruindo os políticos republicanos e suas instituições. Nas eleições municipais os caricaturistas ocuparam-se dos políticos e suas negociações, da abstenção e das violências nas assembleias eleitorais. A ironia e o riso denunciaram

realidades negativas, a caricatura, arma de propaganda da oposição, criticava e desvalorizava o jogo político, as eleições e os seus intervenientes.

Por antagonismo, a fotografia fornecia uma visão que se pretendia fiel da realidade eleitoral. As fotografias das assembleias de voto, algumas registando o momento em que os presidentes da República votavam nas eleições camarárias, transmitiam imagens de normalidade e ordem que, muitas vezes, contrastavam com a descrição da forma como decorriam os actos eleitorais. Se bem que em relação às últimas eleições (legislativas) de 1925 fossem publicadas algumas fotos retratando a destruição de secções de voto. Todavia, de uma maneira geral, nas fotografias publicadas existe uma preocupação com a imagem pública dos agentes políticos, expressa através da correcção e serenidade dos retratados; numa versão oficial do acto eleitoral observamos cidadãos compenetrados e circunspectos, disciplinados, posando para a objectiva do fotógrafo, um cenário imagético.

Todo o processo eleitoral, dos recenseamentos ao escrutínio, tem por consequência ignorarmos se os resultados das eleições municipais de Lisboa traduzem o verdadeiro peso político das diferentes forças políticas ou são consequência de fraudes. Contudo, porque oficiais, refletem uma realidade, é certo, distorcida, mas que nos permite estudar o microcosmo político e a evolução conjuntural dos comportamentos do eleitorado e das forças partidárias. As “eleições feitas” ditaram o sufrágio e legitimaram a hegemonia do Partido Democrático em todas as eleições camarárias da capital, marginalizando e impedindo o acesso ao poder dos outros partidos, que tiveram de contentar-se com a minoria municipal. Tal realidade não causa espanto, pois o PRP foi o partido mais consistente de toda a República, apesar de algumas dissidências, e de no final do regime se ter convertido no partido dos *bonzos*. Nas principais forças políticas, à direita e à esquerda, a ausência de projectos ou líderes, a acefalia, a desunião e fragmentação do espectro político eram a tónica comum. Também, por tudo isto o poder municipal em Lisboa pertenceu sempre aos democráticos.

Se a conquista da maioria municipal pelo Partido Democrático era antecipada (e expectável) a disputa pela minoria traduziu pluralidade democrática. Nas eleições de 1913 esta pertenceu à única Lista de oposição constituída por evolucionistas, unionistas e independentes. Em 1917 os monárquicos apresentaram uma “Lista da Cidade” (que se dizia apolítica), logrando congregar o eleitorado oposicionista e, desta forma, conquistar a minoria camarária, beneficiando de uma conjuntura de crise generalizada,

consequência da Grande Guerra, da divisão do campo político republicano e da descrcredibilização da vereação democrático-evolucionista/unionista em exercício.

No sufrágio de 1919 os socialistas favorecidos pela aproximação aos democráticos conseguiram aceder a um lugar na gestão municipal de Lisboa, derrotando os evolucionistas. Foi um compromisso ensaiado e periclitante entre a República e o operariado. Já assinalámos a originalidade desta minoria socialista ter tido a maior representação nas Comissões Executivas do Município de Lisboa durante o regime republicano, um sinal muito significativo do desejo do Partido Democrático em que o Partido Socialista colaborasse activamente na gestão municipal. Esta boa vontade dos democráticos deve ser enquadrada num período temporal em que existiu grande contestação social por parte do operariado. A partilha do Poder foi um meio de envolver os socialistas na tomada de decisões e na responsabilidade da administração camarária e, ao mesmo tempo, pretender em troca da sua pequena participação política disciplinar e enquadrar o operariado.

O epílogo ditaria o afastamento progressivo do Partido Democrático da questão social e, ao mesmo tempo, a sua aproximação *às forças vivas* e cedência à importância da manutenção da “Ordem”; quanto ao Partido Socialista os anti-intervencionistas abandonaram o partido ou foram vencidos, mas os intervencionistas também saíram igualmente derrotados. No último sufrágio camarário houve nova aproximação do PRP ao PS, unidos numa lista de coligação. Cumpre-nos assinalar que contrariamente ao defendido usualmente pela historiografia, que define o PS como um partido pequeno-burguês, as listas socialistas para a vereação no concelho de Lisboa sempre tiveram uma representação significativa (quando não maioritária) de operários relativamente às outras classes profissionais¹⁴⁰¹.

Em 1922 numas eleições onde imperou a violência e o uso de velhos hábitos do caciquismo, a Lista Monárquica conquistou, de novo, a minoria. Os monarquistas denunciaram fraudes e afirmaram ter conquistado a maioria. A contestação judicial às eleições administrativas pertenceu-lhes, impedindo a tomada de posse da nova vereação e originando a repetição dos actos eleitorais anulados. Não obstante, o reduzido número de recenseados, o elevado abstencionismo e a vitória republicana nas urnas, não devem

¹⁴⁰¹ Já Ramiro da Costa tinha afirmado que o PS “foi um partido operário, onde os operários desempenharam, quase sempre um papel na direcção (sobretudo de Lisboa e Porto)”, in Ramiro da Costa, *Elementos para a História do movimento operário em Portugal (1820-1875)*, Vol. I, Lisboa, 1979. Citado por Constantino de Oliveira Gonçalves, *O Partido Socialista...*, p. 149 (rodapé).

escamotear a realidade: com estas eleições municipais (e da Junta de Distrito e das freguesias) em que elementos declaradamente afectos à Causa Monárquica foram eleitos para cargos administrativos – e exerceram efectivamente o mandato, algo que não tinha sucedido nas eleições de 1917 –, Lisboa não se tornou monárquica, mas perdeu o epíteto, tão apreciado pelos republicanos, de *cidade mais republicana do mundo*.

Nas últimas eleições camarárias de 1925, a primeira vez em que o Partido Democrático teve de coligar-se para disputar o Município de Lisboa, neste caso com o Partido Socialista, apresentaram-se uma lista republicana independente, mais duas listas da direita (a monárquica e a de conjunção União Interesses Económico-Partido Nacionalista), mas a minoria pertenceu à Lista de Coligação da Esquerda Democrática e do Partido Radical. Deste modo, a maioria de *bonzos*-socialistas e a minoria de *canhotos*-radicais detinham a administração da CML. Contudo, seria tarde demais para introduzir mudanças na gestão municipal.

No governo municipal de Lisboa na Primeira República o sistema de escrutínio (lista incompleta) com a representação do partido vencedor e do segundo partido mais votado, ao invés da representação proporcional (método de Hondt), atrapalhou não somente a participação política dos cidadãos, mas também, a actividade e a estruturação dos outros partidos na vida local, acabando estes por cumprir especialmente uma função eleitoral e de luta pelo exercício do poder, mais do que representarem interesses ou aspirações dos habitantes da cidade.

Se bem que existisse elevada competitividade eleitoral, nas urnas, o jogo político estava viciado e o vencedor era antecipadamente conhecido. Para a oposição a oportunidade de alcançar o poder residia fora do sufrágio eleitoral. As interrupções abruptas à realidade estrutural de um sistema de multipartidarismo de partido dominante foram encetadas por factores exógenos ao acto eleitoral, nomeadamente pela ditadura de Pimenta de Castro e pelo consulado de Sidónio Pais. No desfecho destes períodos de anormalidade política em que a Câmara Municipal de Lisboa foi gerida politicamente por Comissões Administrativas, seguiu-se o retorno à situação anterior de autoridade dos democráticos. No entanto, a participação política, a cultura cívica e o processo de modernização e democratização empreendido pelo regime republicano não deve ser apenas analisado pelos actos eleitorais, estes encontravam-se na rua republicana (com seus comícios e manifestações), na multiplicidade partidária, nos sindicatos, na

proliferação da imprensa de vários matizes políticos, nos centros políticos, na liberdade de expressão, etc.

Com o decorrer dos anos as eleições foram desvalorizadas e menosprezadas. A oposição conspirou e uniu-se, não para a luta nas urnas, mas para o golpe revolucionário. Porém, como ressaltou Fernando Farelo Lopes, seria “praticamente irrelevante insistir na deslegitimação do procedimento em 1925, porque nesse tempo o que se tornara legítimo era a violência conspirativa”¹⁴⁰², exemplo disso, seria a absolvição dos implicados nos golpes militares de 18 de Abril e 19 de Julho desse ano. À direita e à esquerda a resolução parecia residir fora do sistema constitucional, falando-se da iminência de revoltas nos dois campos em confronto¹⁴⁰³.

A proliferação de actos fraudulentos e de violência nos escrutínios municipais no final da República (1922 e 1925) reflectiram uma tentativa desesperada de salvaguarda do regime republicano – analogamente, no rescaldo de Monsanto, o recenseamento eleitoral de 1919 do concelho de Lisboa foi o mais adulterado – confrontado com as múltiplas divisões político-partidárias dos republicanos e insistentemente desafiado por uma oposição monarquista, conservadora, autoritária e elitista com crescente poderio político e militar.

A débil democratização e modernização política da Primeira República patente na legislação eleitoral, no elevado abstencionismo e nas fraudes no processo eleitoral (num tempo de continuidade com a Monarquia) aliadas à hegemonia do Partido Democrático¹⁴⁰⁴; o afastamento progressivo das elites e do operariado do regime e do parlamentarismo; os golpes militares e violências perpetrados, principalmente em Lisboa, em suma, o descrédito e a desilusão instalados na sociedade portuguesa, foram propalados (instigados e aproveitados) pela direita conservadora que difundiu imagens negativas dos políticos e suas instituições. Os protagonistas do 28 de Maio de 1926 defenderam e publicitaram a ausência de legitimidade política da Primeira República. Todavia, sendo anti-liberais e anti-parlamentares, trouxeram uma deslegitimação ainda

¹⁴⁰² Fernando Farelo Lopes, *A I República Portuguesa: questão...*, p. 421.

¹⁴⁰³ No dia 2 e 3 de Fevereiro de 1926 houve uma revolta radical, iniciada com a sublevação das forças da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas, que ficaria conhecida como Revolta de Almada. Cf. António José Queiroz, *José Domingues dos Santos...*, pp. 160-161.

¹⁴⁰⁴ Esta hegemonia não foi dilatável aos vários órgãos governamentais. Os democráticos não alcançaram a hegemonia ao nível da presidência da República e dos governos, e também não lograram conseguir equilíbrio no seu corpo parlamentar. Vd. Paulo Jorge Fernandes, “O papel político e o funcionamento do parlamento em Portugal”, in Pedro Tavares de Almeida; Javier Moreno Luzón (Coord.), *Das urnas ao hemiciclo: eleições e parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, pp. 130-131.

maior e mais contundente – um “Novo Rumo” –, em que a censura, violência, opressão e prisão dos opositores políticos foram os meios utilizados para perpetuar a sua permanência no poder. As eleições municipais estiveram ausentes da vida política de Lisboa até final dos anos 30 e quando finalmente se realizaram foram anti-democráticas¹⁴⁰⁵.

Este estudo, devido ao cumprimento de prazos e às limitações inerentes a uma pesquisa individual, deixou sem resposta um conjunto de problemas que poderão ser esclarecidos em trabalhos vindouros. Gostaríamos muito de ter conseguido apresentar um esboço de uma biografia dos vereadores lisboenses (1908-1926), mas os prazos (e a amplitude da dissertação) declararam-se contra os nossos desejos. É um projecto de investigação em desenvolvimento e que terminaremos brevemente.

Outras linhas de pesquisa/análise historiográfica a realizar poderiam incidir no estudo aprofundado do corpo eleitoral de Lisboa: quais os grupos socioprofissionais mais representados, quais as faixas etárias dos eleitores, em que medida a legislação eleitoral alterou a condição social do eleitor, etc.. Outro ensaio interessante seria uma investigação sobre os candidatos a vereadores (não eleitos) esquadrinhando as suas origens, os seus percursos políticos, relações familiares e/ou interesses interpessoais, etc. O reconhecimento de alguns nomes destes não eleitos permite-nos afirmar que muitos dos candidatos monárquicos e da direita conservadora estiveram ligados à Cruzada Nuno Álvares e ao Integralismo Lusitano, e tiveram um percurso político brilhante durante o Estado Novo, assumindo posições de relevo como ministros, deputados e procuradores da Câmara Corporativa. No extremo oposto, numerosos democráticos, esquerdistas e socialistas, afirmaram-se como opositores à ditadura salazarista e foram exilados, presos e perseguidos pela PIDE. Estas poderão ser algumas das hipóteses para projectos de investigação a planear no futuro.

¹⁴⁰⁵ Desde a primeira nomeação da Comissão Administrativa da CML pela ditadura militar, em 3 de Julho de 1926, sucederam-se mais quinze Comissões até 1937. As primeiras eleições municipais do Estado Novo realizaram-se em 28 de Novembro de 1937. Os candidatos foram escolhidos pela União Nacional, numa candidatura única, sem oposição. O presidente da Câmara continuou a ser nomeado pelo Governo, pessoa da sua confiança era ele que dirigia a administração municipal, os vereadores viram o seu poder limitado. Cf. Lisboa. Câmara Municipal, *Evolução municipal...*, pp. 128-129; Teresa Maria Sancha F. Pereira, *Elite política municipal e distrital de Lisboa...*, p. 18 e 106.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

1. Arquivos

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP)

Edital. Eleições 1913. 1913, Novembro, 8, Lisboa.

Recenseamento eleitoral do 3.º bairro administrativo de Lisboa. 1913, Novembro, 6, Lisboa.

Arquivo Municipal de Lisboa/Núcleo do Arco do Cego (AML/AC)

Acta da assembleia de apuramento da câmara municipal: quadriénio de 1908 a 1911: 1.º círculo. 1908, Novembro, 8, Lisboa.

Acta da assembleia de apuramento da câmara municipal: quadriénio de 1908 a 1911: 2.º círculo. 1908, Novembro, 8, Lisboa.

Acta da assembleia de apuramento da câmara municipal: quadriénio de 1908 a 1911: 3.º círculo. 1908, Novembro, 8, Lisboa.

Acta da assembleia de apuramento referente à eleição de procuradores à junta geral de distrito e vereadores, realizada em 1913/11/30 do concelho de Lisboa. 1913, Dezembro, 8, Lisboa.

Actas das assembleias eleitorais referentes à eleição de procuradores à junta geral de distrito e de vereadores, realizada em 1913/11/30 [pelos círculos n.º 34 e n.º 35]. 1913, Novembro, 30, Lisboa.

Actas das assembleias eleitorais referentes à eleição de procuradores à junta geral de distrito e de vereadores, círculo n.º 27 (1.º e 2.º bairros). [1917, Novembro, 4], Lisboa.

Actas das assembleias eleitorais referentes à eleição de procuradores à junta geral de distrito e de vereadores, círculo n.º 28 (3.º e 4.º bairros). [1917, Novembro, 4], Lisboa.

Actas das assembleias eleitorais referentes à eleição de vereadores e substitutos para o quadriénio de 1908 a 1911: 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Bairros. [1908, Novembro, 1], Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa: para vereadores [: boletim de voto da Lista do PRP]. [1917, Novembro, 4], Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa: para vereadores [: boletins de voto da Lista Neutra, da Lista do PRP e da Lista do PS]. [1913, Novembro, 30], Lisboa.

Esclarecimentos para o preenchimento da acta de eleição. [1913, Novembro, 30], Lisboa.

Recenseamento eleitoral do 1.º, 2.º e 3.º Bairros de Lisboa. 1922, Lisboa.

Recenseamento eleitoral do 1.º, 2.º, 3.º, 4.º Bairros de Lisboa. 1917, Lisboa.

Recenseamento eleitoral do 1.º, 2.º, 3.º, 4.º Bairros de Lisboa. 1925, Lisboa.

Recenseamento eleitoral. 1908, Outubro, 22, Lisboa.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

ANTT, Ministério do Interior, DGAC, Relação dos clubes de recreio que funcionam em Lisboa, ao abrigo da Lei de 14 de Fevereiro de 1907. 1919, Setembro, 15, Lisboa.

ANTT, Ministério do Interior, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, Maço 116, 1.ª Repartição, Colecção de correspondência recebida, 1919, Março, 14, Lisboa.

ANTT, Ministério do Interior, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, Maço 116, 1.^a Repartição, Colecção de correspondência recebida, 1919, Março, 19, Lisboa.

ANTT, Ministério do Interior, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 1.^a Repartição, Livro de correspondência recebida n.º 73, 1923, Lisboa.

ANTT, Ministério do Interior, Maço 125, 1.^a Repartição, 1923, Maio, 29, Lisboa.

ANTT, Ministério do Interior, Recenseamento eleitoral: 1.º, 2.º, 3.º e 4.º bairro administrativo de Lisboa: 1922. 1923, Março, Lisboa.

Arquivo Nacional Torre do Tombo/Arquivo Distrital de Lisboa (ANTT/ADL)

Governo Civil de Lisboa, Copiador de ofícios expedidos pela Auditoria Administrativa. 1923, Janeiro, 2, Lisboa.

Governo Civil de Lisboa, Copiador de ofícios expedidos pela Auditoria Administrativa. 1923, Abril, 3, Lisboa.

Governo Civil de Lisboa, Maço 258, Carta do juiz de Direito de 1.^a Vara Comarca de Lisboa ao governador civil de Lisboa. 1919, Maio, 14, Lisboa.

Governo Civil de Lisboa, Recenseamento eleitoral [1.º, 2.º e 4.º] Bairro Administrativo de Lisboa: 1919. [1919, Lisboa].

Governo Civil de Lisboa, Registo de sentenças da Auditoria do Contencioso Administrativo. 1922, [Novembro e Dezembro], Lisboa.

Recenseamento eleitoral: 4.º Bairro Administrativo de Lisboa: 1913. 21, Outubro, 1913, Lisboa.

Recenseamento eleitoral: 4.º Bairro Administrativo de Lisboa: 1917. 7, Julho, 1917, Lisboa.

Recenseamento eleitoral: 4.º Bairro Administrativo de Lisboa: 1919. [1919, Lisboa].

Recenseamento eleitoral: 4.º Bairro Administrativo de Lisboa: 1922. 7, Julho, 1922, Lisboa.

Recenseamento eleitoral: 4.º Bairro Administrativo de Lisboa: 1925. 8, Julho, 1925, Lisboa.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

União Republicana, “Aos eleitores” [visual gráfico]. [Lisboa, 1917]. PORTUGAL. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <http://purl.pt/22038/2/>.

Fundação Mário Soares (FMS)

“Ao povo português”. [Cartaz]. [Janeiro de 1908].

“Aos eleitores d’alcantara”. [Cartaz]. [Abril de 1908].

“Aos eleitores da freguesia de santa engraça”. [Cartaz]. [Abril de 1908].

“Cidadão”. [Cartaz]. [Abril de 1908].

2. Publicações oficiais

Diário da Câmara dos Deputados (1911-1926).

Diário do Congresso da República (1911-1926).

Diário do Governo (1910-1926).

Diário do Senado da República (1911-1926).

LISBOA. Câmara Municipal, *Acta da Assembleia de Apuramento de Votos para Vereadores*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1925.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas da Comissão Executiva: Ano de 1926*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1926.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no Ano de 1886*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1887.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa do Ano de 1906, 1907, 1908*, s.l., s.n., s/d.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa do Ano de 1909*, s.l., s.n., s/d.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa do Ano de 1910*, s.l., s.n., s/d.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no Ano de 1911*, Porto, Oficinas Mota Ribeiro, Lda., 1911.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa do Ano de 1912*, Lisboa, Typographica Bandeira & Brito, 1912.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa do Ano de 1913*, s.l., s.n., s/d.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa: 1914*, s.l., s.n., s/d.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa: 1915*, s.l., s.n., s/d.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa: Ano de 1916*, s.l., s.n., s/d.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa: Ano de 1917*, s.l., s.n., s/d.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa: Comissão Executiva e Comissão Administrativa: Ano de 1918*, Lisboa, Oficinas Gráficas da CML, 1940.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no Ano de 1920*, Lisboa, Tipografia Municipal, 1922.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no Ano de 1921*, Lisboa, Tipografia Municipal, 1924.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa: Ano de 1922*, Lisboa, s.n., 1941.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa: Ano de 1923*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1924.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa: Ano de 1924*, Lisboa, Tipografia Municipal, 1924.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa: Ano de 1925*, Lisboa, s.n., 1941.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara Municipal e Comissão Administrativa: Ano de 1926*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1927.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Câmara no Ano de 1892*, Lisboa, Imprensa Typographica, 1892.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Administrativa e Câmara Municipal de Lisboa: Ano de 1919*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1922.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Executiva: Ano de 1914*, s.l., s.n., s/d.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Executiva: 1915*, s.l., s.n., s/d.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Executiva: Ano de 1916*, s.l., s.n., s/d.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Executiva: Ano de 1917*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1924.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Executiva: Ano de 1919*, Lisboa, s.n., 1941.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Executiva: Ano de 1920*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1920.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Executiva: Ano de 1921*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1921.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Executiva: Ano de 1922*, Lisboa, s.n., 1941.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Executiva: Ano de 1923*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1924.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Executiva: Ano de 1924*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1938.

LISBOA. Câmara Municipal, *Actas das Sessões da Comissão Executiva: Ano de 1925*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1925.

PORTUGAL. Direcção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal: Dezembro de 1920*, Vol. I e Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923 e 1925.

PORTUGAL. Direcção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal: No 1.º de Dezembro de 1930: Relatório*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

PORTUGAL. Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística, *Censo Eleitoral da Metrópole: Câmaras legislativas: Dados referentes ao regime absoluto, ao regime monárquico constitucional e ao regime republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

PORTUGAL. Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística, *Censo Eleitoral da Cidade de Lisboa: Eleições de deputados, de câmaras municipais, juntas de paróquia desde 1878 até hoje*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

PORTUGAL. Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal: No 1.º de Dezembro de 1911*. Parte I; II-III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

PORTUGAL. Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal: No 1.º de Dezembro de 1911*. Parte V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

PORTUGAL. Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística, *Censo Extraordinário da População das Cidades de Lisboa e Porto: 1 de Dezembro de 1925*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1927.

3. Legislação relacionada com as eleições e administração municipais (1910-1926)

ALMEIDA, Pedro Tavares de (Org. e Introd.), *Legislação Eleitoral Portuguesa (1820-1926)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

- Decreto de 8 de Outubro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 4, de 10 de Outubro de 1910.
- Lei n.º 3. *Diário do Governo*, n.º 153, de 3 de Julho de 1913.
- Decreto n.º 17. *Diário do Governo*, n.º 153, de 3 de Julho de 1913.
- Lei n.º 88. *Diário do Governo*, n.º 183, de 7 de Agosto de 1913.
- Decreto n.º 158. *Diário do Governo*, n.º 234, de 6 de Outubro de 1913.
- Decreto n.º 177. *Diário do Governo*, n.º 247, de 22 de Outubro de 1913.
- Decreto n.º 188. *Diário do Governo*, n.º 251, de 27 de Outubro de 1913.
- Portaria n.º 67. *Diário do Governo*, n.º 270, de 18 de Novembro de 1913.
- Decreto n.º 229. *Diário do Governo*, n.º 271, 19 de Novembro de 1913.
- Portaria de 3 de Dezembro de 1913. *Diário do Governo*, n.º 283.
- Portaria de 4 de Dezembro de 1913. *Diário do Governo*, n.º 284.
- Lei n.º 294. *Diário do Governo*, I Série, n.º 15, de 20 de Janeiro de 1915.
- Decreto n.º 1.377. Supl. *Diário do Governo*, I Série, n.º 40, de 2 de Março de 1915.
- Decreto n.º 1.399. *Diário do Governo*, I Série, n.º 51, de 15 de Março de 1915.
- Decreto n.º 1.488. *Diário do Governo*, I Série, n.º 69, de 9 de Abril de 1915.
- Decreto n.º 1.578. *Diário do Governo*, I Série, n.º 96, de 24 de Maio de 1915.
- Lei n.º 314. *Diário do Governo*, I Série, n.º 102, de 1 de Junho de 1915.
- Lei n.º 621. *Diário do Governo*, I Série, n.º 126, de 23 de Junho de 1916.
- Decreto n.º 2.641. *Diário do Governo*, I Série, n.º 193, de 22 de Setembro de 1916.
- Decreto n.º 2.687. *Diário do Governo*, I Série, n.º 213, de 21 de Outubro de 1916.
- Decreto n.º 2.713. *Diário do Governo*, I Série, n.º 218, de 28 de Outubro de 1916.
- Decreto n.º 2.720. *Diário do Governo*, I Série, n.º 222, de 2 de Novembro de 1916.
- Decreto n.º 2.721. Supl. *Diário do Governo*, I Série, n.º 222, de 2 de Novembro de 1916.
- Portaria n.º 806. *Diário do Governo*, I Série, n.º 218, de 28 de Outubro de 1916.
- Portaria n.º 808. *Diário do Governo*, I Série, n.º 221, de 1 de Novembro de 1916.
- Decreto n.º 2.721. Supl. *Diário do Governo*, I Série, n.º 222, de 2 de Novembro de 1916.
- Lei n.º 689. *Diário do Governo*, I Série, n.º 75, de 15 de Maio de 1917.
- Decreto n.º 3.380. *Diário do Governo*, I Série, n.º 163, de 22 de Setembro de 1917.
- Decreto n.º 3.506. *Diário do Governo*, I Série, n.º 190, de 3 de Novembro de 1917.
- Decreto n.º 3.738. *Diário do Governo*, I Série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 1918.
- Decreto n.º 3.746. Supl. do *Diário do Governo*, I Série, n.º 10, de 12 de Janeiro de 1918.
- Decreto n.º 3.907. *Diário do Governo*, I Série, n.º 47, de 11 de Março de 1918.
- Decreto n.º 3.933. *Diário do Governo*, I Série, n.º 54, de 18 de Março de 1918.
- Decreto n.º 5.184. *Diário do Governo*, I Série, n.º 42, de 1 de Março de 1919. Nova publicação retificada do decreto n.º 5.184. *Diário do Governo*, I Série, n.º 45, de 6 de Março de 1919.

- Decreto n.º 5.234. *Diário do Governo*, I Série, n.º 51, de 13 de Março de 1919.
- Portaria n.º 1.713. *Diário do Governo*, I Série, n.º 59, de 22 de Março de 1919.
- Decreto n.º 5.324. *Diário do Governo*, I Série, n.º 51, de 13 de Março de 1919.
- Decreto n.º 5.376. *Diário do Governo*, I Série, n.º 75, de 11 de Abril de 1919.
- Decreto n.º 5.494. *Diário do Governo*, I Série, n.º 92, de 3 de Maio de 1919.
- Decreto n.º 5.871. *Diário do Governo*, I Série, n.º 113, de 14 de Junho de 1919.
- Lei n.º 849. *Diário do Governo*, I Série, n.º 153, de 2 de Agosto de 1919.
- Lei n.º 1.076. *Diário do Governo*, I Série, n.º 242, de 29 de Novembro de 1920.
- Lei n.º 1.328. *Diário do Governo*, I Série, n.º 175, de 26 de Agosto de 1922.
- Decreto n.º 8.390. *Diário do Governo*, I Série, n.º 202, de 27 de Setembro de 1922.
- Declaração acerca da data designada no decreto n.º 8.390. *Diário do Governo*, I Série, n.º 206, 2 de Outubro de 1922.
- Decreto n.º 8.421. *Diário do Governo*, I Série, n.º 214, de 12 de Outubro de 1922.
- Decreto n.º 8.457. *Diário do Governo*, I Série, n.º 225, de 31 de Outubro de 1922.
- Lei n.º 1.453. *Diário do Governo*, I Série, n.º 160, de 26 de Julho de 1923.
- Decreto n.º 8.607. *Diário do Governo*, I Série, n.º 23, de 3 de Fevereiro de 1923.
- Decreto n.º 11.094. *Diário do Governo*, I Série, n.º 203, de 22 de Setembro de 1925.
- Decreto n.º 11.196. *Diário do Governo*, I Série, n.º 235, de 31 de Outubro de 1925.
- Decreto n.º 11.822. *Diário do Governo*, I Série, n.º 141, de 2 de Julho de 1926.

4. Publicações periódicas (publicadas em Lisboa)

ABC: revista portuguesa (1920-1925).
Anuário Comercial de Portugal: Lisboa (1910-1926).
A Batalha (1919, 1922-1923).
Boletim do Partido Republicano Português (1915).
A Capital: Diário republicano da noite (1910-1925).
O Combate (1914-1919).
O Comunista: Órgão do Partido Comunista Português (1925).
Correio da Manhã (1922-1923 e 1925).
Diário de Lisboa (1927).
Diário de Notícias (1908, 1919, 1922 e 1925).
Diário Nacional (1917).
Diário Popular (1908).
Ilustração Portuguesa (1908-1926).
O Jornal do Comércio e das Colónias (1922-1923).
O Liberal: Jornal monárquico tradicionalista (1917).
A Luta (1908, 1913, 1917, 1919 e 1922).
A Monarquia (1917).
O Mundo (1908, 1913, 1917, 1919, 1922, 1923 e 1925).
A Nação (1908).
Novidades (1908).
O Protesto: Semanário socialista (1922-1923 e 1925).
O Radical: Diário da tarde (1922 e 1925).

O Rebate: Diário republicano da manhã (1922, 1923 e 1925).
República (1913, 1917, 1919, 1922 e 1923).
Os Ridículos: Bi-semanário humorístico (1922).
O Século (1908, 1913, 1917, 1919, 1922 e 1925).
A Sementeira: Publicação mensal ilustrada: crítica e sociologia (1917)
O Socialista: Quinzenário de educação e propaganda (1919-1920).
O Talassa: Semanário humorístico e de caricaturas (1913-1914)
A Vanguarda (1908 e 1917).
A Vanguarda: Diário sidonista da tarde (1919-1922).
O Zé: sucessor do jornal o Xuão (1913).

II. Bibliografia

1. Estudos e memórias da época

"A CONCESSÃO do voto à mulher". *Alma Feminina*, Lisboa, Ano II, n.º 3 (1918), p. 33.

"A IDEIA caminha". *Alma Feminina*, Lisboa, Ano IV, n.º 1 e 2 (1920), pp. 6-7.

"A NOVA LEI eleitoral e o sufrágio feminino em Portugal: Um acto de justiça do senado português". *A Mulher Portuguesa*, Lisboa, n.º 2 (1912), pp. 9-11.

ALMEIDA, António José d', "Galopins". *Alma Nacional*, Lisboa, n.º 28 (1910), pp. 444-446.

ALMEIDA, Mário de, *Código Administrativo Prático* (actualizações e anotações), Coimbra, Coimbra Editora, 1923.

ALVES, Maria Clara Correia, "O sufrágio feminino". *Alma Feminina*, Lisboa, Ano I, n.º 7 (1917), pp. 73-75.

ALVES, Maria Clara Correia, "O voto às mulheres". *Alma Feminina*, Lisboa, Ano IV, n.º 3 e 4 (1920), pp. 13-15 e Ano IV, n.º 5 e 6 (1920), pp. 23-25.

AZEDO, Leão, *A Questão Eleitoral*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1915.

BAPTISTA, Henrique, *Eleições e Parlamentos na Europa*, Porto, Imprensa Comercial, 1903.

BARBOSA, José, "Guerra aos caciques". *Alma Nacional*, Lisboa, n.º 31 (1910), pp. 485-487.

BENTO, Manuel Pires, *A Questão Municipal*, Castelo Branco, Ohosgráfica, 1928.

BRANDÃO, Raúl, *Os Operários*. Fixação do texto, introdução e notas por Túlio Ramires Ferro. 1.^a ed., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984.

BRAZÃO, A., "O sufrágio feminino". *Alma Feminina*, Lisboa, Ano II, n.º 7 (1918), pp. 70-71.

CABRAL, António, *As Minhas Memórias Políticas: Em plena República: A catástrofe, valeu a pena?...*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1932.

CARRILHO, José Marcelino, *Democracia em Acção: Representação parlamentar em que o "Grémio Obreiros do Trabalho" advoga a pureza do sufrágio universal e defende os direitos políticos dos militares*, Lisboa, Assis, Figueiredo & Ca, 1912.

CASTELO-BRANCO, João Franco, *Cartas d'el-rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu último presidente do conselho*. [1924] / Pref. Rui Ramos, Lisboa, Bertrand Editora, 2006.

CÓDIGO ADMINISTRATIVO aprovado por carta de lei de 4 de Maio de 1896 seguido de um apêndice contendo diplomas legislativos que directamente prendem com o mesmo código, 8.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

CÓDIGO ADMINISTRATIVO: Aprovado por carta de lei de 6 de Maio de 1878: Precedido do decreto de 13 de Outubro de 1910 e com o parecer da comissão de administração pública, Porto, Magalhães & Moniz, 1910.

CÓDIGO ELEITORAL decretado pela República Portuguesa: Conforme com a lei n.º 3, de 3 de Julho de 1913, e decreto n.º 17, da mesma data, seguindo todos os modelos relativos ao mesmo código, e regulando os diferentes actos preparatórios para as eleições suplementares ao Congresso da Republica e dos corpos administrativos, Lisboa, Imprensa de Manuel Lucas Torres, [1913].

COELHO, Francisco Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906.

F., V. de S. de, *Os Partidos que se Partem e Repartem*, Lisboa, Viúva Tavares Cardoso, 1908.

FAZENDA JÚNIOR, "Sufrágio feminino". *A Mulher Portuguesa*, Lisboa, n.º 3 (1912), pp. 20-21.

FRANCO, Pedro Augusto, *As Eleições Municipal, Distrital e de Deputados no Concelho e Círculo de Belém em 1878*, Lisboa, Lalléman Frères, Typ. Lisboa, 1879.

FRIAS, Eduardo, "Como se roubam eleições". *ABC*, Lisboa, A. 2, n.º 52 (1921), p. 2.

GONÇALVES, Artur, *Guia Eleitoral*, Lisboa, Ferreira & Oliveira, Lda. Editores, 1906.

GOUVEIA, Aurora de Castro e, "Ainda o direito de voto". *Alma Feminina*, Lisboa. Ano VI, n.º 1 e 2 (1922), pp. 3-5.

GOUVEIA, Aurora de Castro e, "O direito de voto". *Alma Feminina*, Lisboa, Ano V, n.º 7 e 8 (1921), pp. 34-37.

GUIDA, "O sufrágio feminino e a revisão constitucional". *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, n.º 6 (1916), pp. 65-66.

MARTINS, Rocha, D. *Manuel II: História do seu reinado e da implantação da República*, s.l., edição do autor, 1931.

MARTINS, Rocha, *Vermelhos, Brancos e Azuis*, Vol. IV, Lisboa, Oficinas Gráficas, s.d.

NUNES, José Maria, *A bomba explosiva*. [1912]. Ed. fac-símile / Introd. António Ventura, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

OS PARTIDOS Políticos perante a Nação: Um grupo de republicanos que combateram em Monsanto, Lisboa, Tip. Liberty, [1920].

PORTO, Angélica, "O voto feminino em Portugal". *Alma Feminina*, Lisboa, Ano IV, n.º 9 e 10 (1920), pp. 47-48.

PROGRAMA e Lei Orgânica do Agrupamento Político Integridade Republicana, Lisboa, Typ. Adolfo de Mendonça, 1911.

RIBEIRO, Aquilino, *Um Escritor Confessa-se*. [1972]. Edição revista e aumentada / Pref. Mário Soares, Lisboa, Bertrand Editora, 2008.

SANTOS, António Maria Machado, *A Revolução Portuguesa (1907-1910)*. [1912] / Pref. António Reis, Lisboa, Sextante Editora, 2007.

SANTOS, Machado, *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Lisboa, s.n., 1916.

2. Estudos sobre eleições e administração local

AA.VV, *História dos Municípios: Administração, eleições e finanças*. II Seminário Internacional História do Município no Mundo Português, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2001.

“A CÂMARA Municipal”, in *História da República*, Lisboa, Editorial O Século, [1960], pp. 463-474.

AFONSO, Albérico (Coord.), *Setúbal: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

AIRES, Joaquim Ribeiro (Coord.), *Vila Real: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXI, n.º 85 (1985), pp. 111-152.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Eleitores, voto e representantes”, in PORTUGAL. Assembleia da República/Biblioteca Nacional de Portugal, *Res Publica: Cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926* / Coord. Fernando Catroga; Pedro Tavares de Almeida, Lisboa, AR/BNP, 2010, pp. 61-89.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Nos Bastidores das Eleições de 1881 e 1901*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, “O sistema eleitoral e as eleições em Portugal (1895-1910): Uma perspectiva comparada”, in FREIRE, André (Coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português: Uma perspectiva histórica e comparativa*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC-FCSH-UNL, 2011, pp. 85-99.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Reformas electorales y dinámica política en el Portugal liberal, 1851-1910”, in FORNER, Salvador (Coord.), *Democracia, Elecciones y Modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1997, pp. 97-108.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos, “Os deputados da 1.^a República Portuguesa: Inquérito prosopográfico”. *Revista História das Ideias*, Coimbra, n.º 27 (2006), pp. 399-417.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; MORENO LUZÓN, Javier (Coord.), *Das Urnas ao Hemiciclo: Eleições e parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012.

ALVES, Joaquim Ribeiro, “A República em Vila Real (III)”. *Estudos Transmontanos e Durienses*, Vila Real, n.º 7 (1995), pp. 239-264.

AMARO, António Rafael; MARQUES, Jorge Adolfo M. (Coord.), *Viseu: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

BAIÃO, Manuel, “As eleições municipais de 1925 em Évora”, in AA.VV, *História dos Municípios: Administração, eleições e finanças*. II Seminário Internacional História do Município no Mundo Português, Funchal, CEHA/SRTC, 2001, pp. 293-326.

BALDRICO, Joaquim, “Aldeia Galega nas vésperas da República: As eleições de 1908”, in MONTIJO. Câmara Municipal, *A Aldeia Galega nas Vésperas da República: As eleições municipais de 1908*, Montijo, Câmara Municipal, 2008, pp. 21-61.

BERNARDO, Maria Ana, “A dinâmica dos recenseamentos eleitorais no final da Monarquia e na I República: Uma reflexão em torno de duas variáveis: Alfabetizados e emigrantes”. *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, Lisboa, n.º 27 (2002), pp. 93-124.

BORGES, Dulce Helena (Coord.), *Guarda: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

BORRALHEIRO, Rogério, “Processos eleitorais na administração concelhia no Antigo Regime Português: O exemplo da Câmara de Chaves (1819-1834)”. *Estudos Autárquicos*, Coimbra, A. IV, n.º 6-7 (1996), pp. 69-126.

CAPELA, José Viriato; NUNES, Henrique Barreto, “O perfil administrativo da Câmara de Braga: Da Monarquia à República (1878-1926): Rupturas e continuidades”, in *Braga: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 27-42.

CARITA, Rui (Coord.), *Madeira: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

CATROGA, Fernando, “Natureza e história na fundamentação do municipalismo: Da revolução liberal ao Estado Novo: Uma síntese”, in AA.VV, *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 407-420.

CATROGA, Fernando, “O poder político das paróquias em Portugal (Séculos XIX-XX)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, n.º 4 (2004), pp. 149-255.

COELHO, Sandra Maria Esteves, *O Negócio da Urna: As eleições de 1842*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-UNL, 2007. Tese de mestrado.

COIXÃO, António do Nascimento Sá; TRABULO, António Alberto Rodrigues, *A Primeira República no concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal, 1993.

CRUZ, Maria Antonieta (Org.), *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspectivas históricas e políticas*, Porto, U. Porto Editorial, 2009.

CRUZ, Maria Antonieta, “Direitos humanos: Uma utopia em construção”, in VIEIRA, Fátima; CASTILHO, Maria Teresa (orgs.), *Estilhaços de Sonhos: Espaços de utopia*, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, 2004, pp. 74-91.

CRUZ, Maria Antonieta, “Eleições da Regeneração à República: Participação e exclusão”, in *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspectivas históricas e políticas*, Porto, U. Porto Editorial, 2009, pp. 85-124.

CRUZ, Maria Antonieta, “Eleições no Porto e em Gondomar: Da Monarquia para a República”. *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, III Série, Vol. 8 (2007), pp. 459-479.

CRUZ, Maria Antonieta, “O direito de voto no tempo de Maria da Fonte”. *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, II Série, Vol. XIII (1996), pp. 489-513.

CRUZ, Maria Antonieta, “Notas em torno dos efeitos da legislação eleitoral na formação do corpo eleitoral português (no final da Monarquia Constitucional e na I República), in FREIRE, André (Coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português: Uma perspectiva histórica e comparativa*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC-FCSH-UNL, 2011, pp. 125-134.

CUSTÓDIO, Jorge; MATA, Luís (Coord.), *Santarém: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

DIAS, Manuel Augusto, *A Republicanização no Concelho de Ansião*, Ansião, Serras de Ansião, 1999.

DIAS, Manuel Augusto, *O Município de Ansião na Primeira República*, Ansião, Câmara Municipal, 1998.

ESTEVES, João, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma organização política e feminista (1909-1919)*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991.

ESTEVES, João, *As Origens do Sufragismo Português: A primeira organização sufragista portuguesa: A Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*, Lisboa, Bizâncio, 1998.

FARINHA, Luís, “«Fora que é thalassa» da «semana trágica» às eleições municipais de Novembro: As ideias e propaganda republicana”, in COLÓQUIO NACIONAL LISBOA E A REPÚBLICA, Lisboa, 2008, *Lisboa e a República: Centenário da vereação republicana em Lisboa: Actas do colóquio nacional* / Org. CML/DMC/GTCMCR, Lisboa, Câmara Municipal, 2010, pp. 41-57.

FORNER, Salvador (Coord.), *Democracia, Elecciones y Modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, 1997.

FORNER MUÑOZ, Salvador *et al.*, “Modernización social y comportamiento electoral urbano en España (1910-1923)”, in FORNER, Salvador (Coord.), *Democracia, Elecciones y Modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, 1997, pp. 241-293.

FREIRE, André (Coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português: Uma perspectiva histórica e comparativa*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea-FCSH/UNL, 2011.

FREIRE, André, “Eleições, sistemas eleitorais e democratização: O caso português em perspectiva histórica e comparativa”, in *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português: Uma perspectiva histórica e comparativa*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC-FCSH-UNL, 2011, pp. 25-81.

HENRIQUES, João Miguel, *Cascais: Do final da Monarquia ao alvorecer da República (1908-1914)*, Lisboa, Colibri/Câmara Municipal, 2001.

HOMEM, Amadeu Carvalho, “Centralismo e descentralismo na propaganda republicana Oitocentista”, in SILVEIRA, Luís N. Espinha da (Coord.), *Poder Central, Poder Regional, Poder Local: Uma perspectiva histórica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 85-98.

JACOB, João Manuel Neto; ALVES, Vitor Simões (Coord.), *Bragança: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

LAPA, Albino dos Santos, *Governadores Civis de Portugal*, Lisboa, s.n., 1962.

LISBOA. Câmara Municipal, *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e vereações*, Lisboa, CML/Pelouro da Cultura/Divisão de Arquivos, 1996.

LISBOA. Câmara Municipal, *À Urna pela Lista Republicana de Lisboa!: Centenário da vereação republicana de Lisboa, 1908-2008*, Lisboa, CML/DMC/Grupo de Trabalho para as Comemorações Municipais do Centenário da República, 2009. [catálogo de Exposição].

LOFF, Manuel, “As eleições no salazarismo: Formalismo, controle e fraude”, in CRUZ, Maria Antonieta (Org.), *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspectivas históricas e políticas*, Porto, U. Porto Editorial, 2009, pp. 127-157.

LOPES, Fernando Farelo, *A I República Portuguesa: Questão eleitoral e deslegitimação*, Lisboa, Instituto Superior Ciências Trabalho e Empresas-UTL, 1988. Tese de doutoramento.

LOPES, Fernando Farelo, “Direito de voto, regime de escrutínio e «eleições feitas» na I República Portuguesa”, in FREIRE, André (Coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português: Uma perspectiva histórica e comparativa*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC-FCSH-UNL, 2011, pp. 101-123.

LOPES, Fernando Farelo, “Eleições e estabilidade política”. *Sociologia: problemas e práticas*, Lisboa, n.º 3 (1987), pp. 111-121.

LOPES, Fernando Farelo, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

MANIQUE, António Pedro, “As eleições administrativas de 1919 no concelho de Vila Franca de Xira: Contributo para o estudo dos fenómenos eleitorais concelhios durante a Primeira República”. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal, 1986, pp. 7-75.

MATOS; Ana Cardoso, *et al.* (Coord.), *Évora: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

MENDES, António Rosa (Coord.), *Castelo Branco: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

MENEZES, Luís Manuel Machado, *As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, Lisboa, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-UNL, 1987. Tese de mestrado.

MENEZES, Luís, *As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, s.l., Região Autónoma dos Açores/SREAC/DRAC, 1992.

MJM, “1910-1926”, in TENGARRINHA, José Manuel (Dir.), *História do Governo Civil de Lisboa*, Vol. 1, s.l, s.n., 2002, pp. 217-222.

MÓNICA, Maria Filomena, “As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXXI, n.º139 (1996), pp. 1039-1084.

MOTA, Fernando Manuel Carvalho da, *As Eleições e o Poder Municipal em Lisboa entre 1851 e 1867*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-UNL, 2006. Tese de mestrado.

MOTA, Fernando Manuel Carvalho da, “As eleições municipais e os mecanismos da legislação eleitoral: 1834-1867: As excepcionalidades de Lisboa”, in AA.VV, *História dos Municípios: Administração, eleições e finanças*. II Seminário Internacional História do Município no Mundo Português, Funchal, CEHA/SRTC, 2001, pp. 233-243.

NOHLEN, Dieter, *Os Sistemas Eleitorais: O contexto faz a diferença*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, César (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996.

OLIVEIRA, César, “A República e os municípios”, in *História dos Municípios e do Poder Local: Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996, pp. 243-283.

PIÇARRA, Constantino; MATEUS, Rui (Coord.), *Beja: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

PROENÇA, Maria Cândida, *Eleições Municipais em Sintra (1910-1926)*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1987.

PROENÇA, Maria Cândida, “As eleições para a câmara municipal de Lisboa em 1908 in COLÓQUIO NACIONAL LISBOA E A REPÚBLICA, Lisboa, 2008, *Lisboa e a República: Centenário da vereação republicana em Lisboa: Actas do colóquio nacional* / Org. Câmara Municipal de Lisboa/DMC/GTCMC, Lisboa, Câmara Municipal, 2010, pp. 73-85.

QUEIRÓS, António José, “As eleições legislativas de 1925”. *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, III Série, Vol. 11 (2010), pp. 63-94.

QUEIRÓS, António José, “As eleições legislativas de 1925 no Concelho de Amarante”. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências Técnicas do Património*, Porto, I Série, Vol. 2 (2003), pp. 95-105.

RAVARA, António Pinto, “Acerca das eleições de 1911”. *Clio*, Lisboa, Vol. 3, (1981), pp. 127-146.

REIS, António, “O centenário da eleição da primeira vereação republicana em Lisboa, 1908-2008”, in LISBOA. Câmara Municipal, *À Urna pela Lista Republicana de Lisboa!: Centenário da vereação republicana de Lisboa, 1908-2008*, Lisboa, CML/DMC/GTCMCR, 2009, pp. 19-23.

RIBEIRO, Lia; RIBEIRO, António (Coord.), *Coimbra: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

ROSMANINHO, Nuno, *Anadia Durante a Primeira República: O poder local*, Anadia, Casa Rodrigues Lapa, 1993.

SANTOS, António Mário Lopes dos, *Torres Novas na Primeira República*, Torres Novas, Serviços Culturais da Câmara Municipal, 1992.

SARDO, Flávio; BRANDÃO, António Neto (Coord.), *Aveiro: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

SERRA, João B., “As reformas da administração local de 1872 a 1910”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXIV, n.º 103-104 (1988), pp. 1037-1066.

SERRA, João B., “Caldas da Rainha (1887-1927): Expansão e modernidade”, in AA.VV, *Terras de Águas: Caldas da Rainha, história e cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal, 1993, pp. 367-464.

SERRA, João B., “O estado liberal e os municípios: Finais do século XIX e primeiro quartel do século XX”, in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (Coord.), *Poder Central, Poder Regional, Poder Local: Uma perspectiva histórica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 101-112.

SERRA, João B., “Os poderes locais: administração e política no 1.º quartel do século XX”, in OLIVEIRA, César (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996, pp. 264-280.

SILVA, Armando Malheiro, *et al.* (Coord.), *Porto: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

SILVA, João Manuel Gonçalves da, “O clientelismo partidário durante a I República: O caso do Partido Reconstituente (1920-1923)”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXXII, n.º 140 (1997), pp. 31-74.

SILVA, Susana Serpa (Coord.), *Ponta Delgada: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (Coord.), *Poder Central, Poder Regional, Poder Local: Uma perspectiva histórica*, Lisboa, Cosmos, 1997.

SOBRAL, José Manuel; ALMEIDA, Pedro Ginestal Tavares, “Caciquismo e poder político: Reflexões em torno das eleições de 1901”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XVIII, n.º 72-73-74 (1982-83), pp. 649-671.

SOUSA, Acácio (Coord.), *Leiria: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

VARELA ORTEGA, José, “De los orígenes de la democracia en España (1845-1923)”, in FORNER, Salvador (Coord.), *Democracia, Elecciones y Modernización en Europa, siglos XIX y XX*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1997, pp. 129-201.

VARELA ORTEGA, José, *Eleições e Democracia em Espanha*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009.

VENTURA, António (Coord.), *Portalegre: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

3. Estudos sobre elites, poder e partidos políticos

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A Construção do Estado Liberal: Elite política e burocracia na «Regeneração» (1851-1890)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-UNL, 1995. Tese de doutoramento.

AZEVEDO, Manuel Roque, “Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919). *Nova História*, Lisboa, n.º 2, (Dez. 1984), pp. 74-122.

BAIÔA, Manuel, “A Fundação do Partido Republicano Nacionalista: A construção de uma «República para todos os portugueses»”, in *Cinco Olhares sobre a República /*

Coord. Jorge Fonseca; Teresa Fonseca, Lisboa, Colibri/Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2013, pp. 69-112.

BAIÔA, Manuel, *Elites Políticas em Évora: Da I República à Ditadura Militar*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

BAIÔA, Manuel, “Elites políticas locais na transição da I República para a Ditadura Militar”, in *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 6, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, pp. 263-285.

BAIÔA, Manuel, “O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935): Ideologia, política regional, organização interna e elites”. *Análise Social*, Lisboa, n.º 178 (2006), pp. 99-123.

BAIÔA, Manuel, “Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte”, in SEMINÁRIO INTERNACIONAL ELITES E PODER: A CRISE DO SISTEMA LIBERAL EM PORTUGAL E ESPANHA (1918-1931), Évora, 2002, *Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* / Coord. Manuel Baiôa, Lisboa, Colibri/Évora, CIHCSU, 2004, pp. 15-48.

BAIÔA, Manuel Pimenta Morgado, *Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)*, Évora, Universidade de Évora, 2012. Tese de doutoramento.

BAIÔA, Manuel Pimenta Morgado, *Elites Políticas Locais na Transição da I República para a Ditadura Militar (1925-1926): O caso de Évora*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-UNL, 1998. Tese de mestrado.

C[UNHA], C[arlos] A[lberto], “Partido Comunista Português”, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Vol. IX, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 24-30.

C[UNHA], C[arlos] A[lberto], “Socialismo”, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Vol. IX, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 451-453.

COLÓQUIO NACIONAL A VIDA CULTURAL DE LISBOA NA I REPÚBLICA, Lisboa, 2010, *A Vida Cultural de Lisboa na I República (1910-1926): Actas do colóquio nacional* / Org. Câmara Municipal de Lisboa/Direcção Municipal da Cultura/Grupo de Trabalho para as Comemorações Municipais do Centenário da República, Lisboa, Câmara Municipal, 2011.

COLÓQUIO NACIONAL LISBOA E A REPÚBLICA, Lisboa, 2008, *Lisboa e a República: Centenário da vereação republicana em Lisboa: Actas do colóquio nacional* / Org. Câmara Municipal de Lisboa/Direcção Municipal da Cultura/Grupo de Trabalho para as Comemorações Municipais do Centenário da República, Lisboa, Câmara Municipal, 2010.

FARELO, Mário Sérgio Silva, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, Lisboa, Faculdade de Letras-UL, 2008. Tese de doutoramento.

FAUSTINO, Carla, “A elite política de Arraiolos (1890-1918)”. *Estudos Autárquicos*, Coimbra, A. IV, n.º 6-7 (1996), pp. 293-381.

FAUSTINO, Carla Sofia Ângelo, *A Elite Política do Concelho de Arraiolos (1890-1918)*, Lisboa, Instituto Superior Ciências Trabalho e Empresas, 1996. Tese de mestrado.

FERNANDES, Paulo Jorge, “As elites urbanas e o governo municipal de Lisboa entre os finais do Antigo Regime e a Regeneração (1778-1851)”. *Estudos Autárquicos*, Coimbra, A. IV, n.º 6-7 (1996), pp. 23-65.

FERNANDES, Paulo Jorge, *As faces de Proteu: Elites urbanas e poder municipal em Lisboa dos finais do século XVIII a 1851*, Lisboa, Câmara Municipal, 1999.

FERNANDES, Paulo Jorge Azevedo, *As Faces de Proteu: Elites urbanas e poder municipal em Lisboa dos finais do século XVIII a 1851*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-UNL, 1997. Tese de mestrado.

FERREIRA, David, “Democráticos”, in SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 280-281.

FERREIRA, David, “Evolucionistas”, in SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 489-490.

FERREIRA, David, “Unionista, Partido (1911-1919)”, in SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. VI, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 227-228.

GONÇALVES, Constantino de Oliveira, *O Partido Socialista nos Primeiros Anos da Ditadura*, s.l., Universidade do Minho, 1999. Tese de mestrado.

GUIMARÃES, Alberto Laplaine *et al.*, *Os Governos da República (1910-2010)*, Lisboa, Ed. Autores, 2011.

LEAL, Ernesto Castro, “O campo político dos partidos republicanos (1910-1915)”, in COLÓQUIO O TEMPO DE MANUEL DE ARRIAGA, Lisboa, 2003, *O Tempo de Manuel de Arriaga* / Coord. Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 107-125.

LEAL, Ernesto Castro, “Partidos e grupos políticos na I República”, in MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias*, Vol. X, *A República*. Tomo I, Alfragide, Ediclube, s/d., pp. 287-318.

LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas: O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

LEAL, Ernesto Castro, “Partidos políticos e processo político: O sistema partidário republicano português (1910-1926)”, in CONGRESSO INTERNACIONAL I REPÚBLICA E REPUBLICANISMO, Lisboa, 2010, *Congresso Internacional I República e Republicanismo* / Coord. Maria Fernanda Rollo, Lisboa, AR-DE, 2012, pp. 27-38.

LEAL, Ernesto Saturnino Dá Mesquita Castro, *Partidos e Identidade Política: A Construção do Sistema Partidário Republicano Português*, Lisboa, s.n. Sumário da lição síntese apresentado à Faculdade de Letras-UL para prova de agregação.

LOPES, Fernando Farelo, “Caciquismo e política em Portugal: Uma perspectiva sobre a Monarquia e a I República”. *Sociologia-Problemas e Práticas*, Lisboa, n.º 9 (1991), pp. 127-137.

LOPES, Fernando Farelo, “Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXVI, n.º 111 (1991), pp. 401-415.

LOPES, Fernando Farelo, “Partidos e representação política no período liberal em Portugal”, in PORTUGAL. Assembleia da República/Biblioteca Nacional, *Res Publica: Cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926* / Coord. Fernando Catroga; Pedro Tavares de Almeida, Lisboa, AR/BNP, 2010, pp. 259-287.

LOPES, Fernando Farelo, "Um regime parlamentarista de partido dominante", in REIS, António (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 3, Lisboa, Alfa, 1990-1992, pp. 85-100.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República, 2000.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Eleições", in *História da 1.ª República Portuguesa: As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, [1978], p. 439.

MATOS, Venerando António Aspra de, *Republicanos de Torres Vedras: Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, s.l., Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras, 2003.

MOTA, Fernando Manuel Carvalho da, *As Eleições e o Poder Municipal em Lisboa entre 1851 e 1867*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-UNL, 2006. Tese de mestrado.

MOTA, Fernando Manuel Carvalho da, “As eleições municipais e os mecanismos da legislação eleitoral (1834-1867): As excepcionalidades de Lisboa”, in AA.VV, *História dos Municípios: Administração, eleições e finanças*. II Seminário Internacional História do Município no Mundo Português, Funchal, SRTC/CEHA, 2001, pp. 233-243.

NOGUEIRA, César, *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, Vol. 2, Lisboa, Portugália Editora, 1966.

NOGUEIRA, César, *Resumo Histórico dos Congressos e Conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*, Porto, Edição da Revista Pensamento, 1932.

OLIVEIRA, César, “A Revolução russa na imprensa da época”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. X, n.º 40 (1973), pp. 778-811.

PEREIRA, José Pacheco, “Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1910-1926)”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XVII, n.º 67-68-69 (1981), pp. 695-713.

PEREIRA, José Pacheco, “O PCP na I República: membros e direcção”. *Estudos Sobre o Comunismo: Boletim de estudos interdisciplinares sobre o comunismo e os movimentos comunistas*, Porto, n.º 1 (Set.-Dez. 1983), pp. 2-21.

PEREIRA, Teresa Maria Sancha Fernandes, *Elite Política Municipal e Distrital de Lisboa (1926-1945)*, Lisboa, Instituto Superior Ciências Trabalho e Empresas, 1998. Tese de mestrado.

PINTO, Ana Catarina, *A Primeira República e os Conflitos da Modernidade (1919-1926): A Esquerda Republicana e o Bloco Radical*, Casal de Cambra, Centenário da República/Caleidoscópio, 2011.

PORTUGAL. Assembleia da República/Biblioteca Nacional de Portugal, *Res Publica: Cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926* / Coord. Fernando Catroga; Pedro Tavares de Almeida, Lisboa, Assembleia da República/Biblioteca Nacional de Portugal, 2010.

POUSINHO, Nuno, “A elite albicastrense entre a Monarquia e a República”, in *Castelo Branco: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 49-60.

QUEIRÓS, António José, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

REIS, António, “O Grupo Seara Nova: Uma resposta das elites intelectuais à crise do sistema liberal”, in SEMINÁRIO INTERNACIONAL ELITES E PODER: A CRISE DO SISTEMA LIBERAL EM PORTUGAL E ESPANHA (1918-1931), Évora, 2002, *Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* / Coord. Manuel Baiôa, Lisboa, Colibri/Évora, CIHCSU, 2004, pp. 325-352.

RELVAS, Eunice, “Os vereadores da Câmara Municipal de Lisboa na I República”, in CONGRESSO INTERNACIONAL I REPÚBLICA E REPUBLICANISMO, Lisboa, 2010, *Congresso Internacional I República e Republicanismo* / Coord. Maria Fernanda Rollo, Lisboa, AR-DE, 2012, pp. 91-112.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL ELITES E PODER: A CRISE DO SISTEMA LIBERAL EM PORTUGAL E ESPANHA (1918-1931), Évora, 2002, *Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* / Coord. Manuel Baiôa, Lisboa, Colibri/Évora, Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade, 2004.

SERRA, João B., “Elites locais e competição eleitoral em 1911”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXIII, n.º 95 (1987), pp. 59-95.

SILVA, João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais-UL, 1996. Tese de mestrado.

SILVA, João Manuel Gonçalves da, “O clientelismo partidário durante a I República: O caso do Partido Reconstituente (1920-1923)”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXXII, n.º 140 (1997), pp. 31-74.

SOUSA, Marcelo Rebelo, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português: Dissertação de doutoramento em Ciências Jurídico-políticas na Faculdade de Direito de Lisboa*, Braga, Livr. Cruz, 1983.

SOUSA; Paulo Silveira e; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “As imagens do parlamento em Portugal (1870-1926): Literatura, iconografia e política”, in ALMEIDA, Pedro Tavares de; MORENO LUZÓN, Javier (Coord.), *Das Urnas ao Hemiciclo: Eleições e parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, pp. 165-192.

VENTURA, António, “A vereação republicana de Lisboa em 1908 e a maçonaria”, in COLÓQUIO NACIONAL LISBOA E A REPÚBLICA, Lisboa, 2008, *Lisboa e a República: Centenário da vereação republicana em Lisboa: Actas do colóquio nacional* / Org. Câmara Municipal de Lisboa/DMC/GTCMC, Lisboa, Câmara Municipal, 2010, pp. 103-123.

VENTURA, António, “O Socialismo Português (1875-1910)”, in MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias*, Vol. IX, Alfragide, Ediclube, s/d. pp. 265-280.

VENTURA, António, *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Maia, Círculo de Leitores, 2011.

VIDIGAL, Luís, *Cidadania, Caciquismo e Poder: Portugal (1890-1916)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

4. Estudos sobre Lisboa

“LISBOA” in *Anuário Comercial de Portugal* [: 1910 a 1926], Lisboa, Anuário Comercial de Portugal, [1910-1926].

“UMA OBRA de altruísmo”, in *História da República*, Lisboa, Editorial O Século, [1960], pp. 485-486.

ALVES, Daniel Ribeiro, *A República Atrás do Balcão: Os lojistas de Lisboa na fase final da Monarquia (1870-1910)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-UNL, 2010. Tese de doutoramento.

ALVES, Daniel, “Entre o balcão e a política: os lojistas de Lisboa e o republicanismo”. *Ler História*, Lisboa, n.º 59 (2010), pp. 101-123.

ALVES, Daniel, “Lisboa em 1908: um mundo de pequenas lojas”, in COLÓQUIO NACIONAL LISBOA E A REPÚBLICA, Lisboa, 2008, *Lisboa e a República: centenário da vereação republicana em Lisboa: actas do colóquio nacional* / Org. Câmara Municipal de Lisboa/DMC/GTCMC, Lisboa, Câmara Municipal, 2010, pp. 183-205.

BARROS, Júlia Leitão de, *Os Nigth Clubs de Lisboa nos Anos 20*, Lisboa, Lúçifer edições, 1990.

BASTOS, Glória; VASCONCELOS, Ana Isabel P. Teixeira de, *O Teatro em Lisboa no Tempo da Primeira República*, Lisboa, IPM/Museu Nacional do Teatro, 2004.

CALADO, Maria (Coord.), *Lisboa: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

CAMPOS, Nuno, “Os primeiros banhos de mar infantis nas praias do rio Tejo: Uma iniciativa da câmara municipal de Lisboa da Primeira República”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, n.º 2 (1998), pp. 128-143.

CORREIA, Félix, “Crónicas de Verão: As noites de Lisboa depois da meia-noite nos “clubs” bairristas e nos “clubs” cosmopolitas”. *Diário de Lisboa*, 13 Julho de 1927, p. 4.

FERREIRA, Vítor Matias, “Inovação social e mudança urbana na Lisboa contemporânea: Uma aproximação sucinta à inovação urbana de Lisboa (1850-1980)”. *Ler História*, Lisboa, n.º 26 (1994), pp. 151-179.

FERREIRA, Vítor Matias, “Modos e caminhos da urbanização de Lisboa”. *Ler História*, Lisboa, n.º 7 (1986), pp. 101-132.

FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana: Lisboa: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2013.

GARNEL, Maria Rita Lino, *Vítimas e Violência na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

IV COLÓQUIO TEMÁTICO AS ESCALAS DE LISBOA, Lisboa, 2001, *Actas das sessões do IV Colóquio Temático as Escalas de Lisboa: Morfologias, população e identidades*, [Lisboa: CML/DMC/Arquivo Municipal de Lisboa], s.d.

LISBOA EM MOVIMENTO: 1850-1920 / Coord. José Manuel Fernandes; Maria de Lurdes Janeiro, Lisboa, Livros Horizonte, 1994. [catálogo de Exposição].

LISBOA. Câmara Municipal, *Excluídos: Memórias de (sobre)vivências (1836-1933)* / Coord. Eunice Relvas, Lisboa, CML/Gabinete de Estudos Olisiponenses, 1999. [catálogo de Exposição].

LISBOA. Câmara Municipal, *Lisboa Republicana: Espaço e memória, 1910-1926* / Comis. cient. António Reis; Coord. Eunice Relvas, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Direcção Municipal de Cultura/Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2010. [catálogo de Exposição].

LUDOVICE, Nuno, “Lisboa 1918: A «...cidade de aparência alegre e louca...»”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, n.º 4 (2000), pp. 166-191.

MATOS, Luís Salgado de, “Lisboa 1920: Vida sindical e condição operária”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XVI, n.º 67-68 (1981), pp. 927-986.

MELO, Ana Homem de, “Espaço público e memória”, in LISBOA. Câmara Municipal, *Lisboa Republicana: Espaço e memória, 1910-1926* / Comis. cient. António Reis; Coord. Eunice Relvas, Lisboa, CML/DMC/GEO, 2010, pp. 60-67.

MELO, Ana Homem de, “I República, cultura e toponímia em Lisboa”, in COLÓQUIO NACIONAL A VIDA CULTURAL DE LISBOA NA I REPÚBLICA, Lisboa, 2010, *A Vida Cultural de Lisboa na I República (1910-1926): Actas do colóquio nacional* / Org. Câmara Municipal de Lisboa/DMC/GTCMCR, Lisboa, Câmara Municipal, 2011, pp. 129-148.

PEREIRA, Miriam Halpern, “Niveaux de consommation, niveaux de vie au Portugal (1874-1922). Sep. *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, n° 2/3 (Mar./Jun. 1975), pp. 610-631.

PINHEIRO, Magda, “As cidades no Portugal Oitocentista”. *Ler História*, Lisboa, n.º 20 (1990), pp. 79-107.

PINHEIRO, Magda; VAZ, Maria João, “Controlo e segurança do espaço público na 1.^a vereação republicana”, in COLÓQUIO NACIONAL LISBOA E A REPÚBLICA, Lisboa, 2008, *Lisboa e a República: Centenário da vereação republicana em Lisboa: Actas do colóquio nacional* / Org. Câmara Municipal de Lisboa/DMC/GTCMC, Lisboa, Câmara Municipal, 2010, pp. 157-181.

PINTO, Maria de Fátima Martins, *Os Indigentes: Entre a assistência e a repressão*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

PINTO, Maria de Fátima, “Pobreza na Lisboa do primeiro terço do século XX: a face sombria da capital”. *História*, Lisboa, A. XVIII, n.º 21 (Jun. 1996), pp. 6-23.

PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal. I Generalidades: Lisboa e arredores*. Apresentação e notas de Sant’Anna Dionísio, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1924.

RELVAS, Eunice, “A actuação cultural das vereações lisboetas republicanas”, in COLÓQUIO NACIONAL A VIDA CULTURAL DE LISBOA NA I REPÚBLICA, Lisboa, 2010, *A Vida Cultural de Lisboa na I República (1910-1926): actas do colóquio nacional* / Org. Câmara Municipal de Lisboa/DMC/GTCMCR, Lisboa, CML, 2011, pp. 89-127.

RELVAS, Eunice, “Bandas, filarmónicas e coretos volantes: a festa na rua”, in *A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares: Actas*, Vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 237-253.

RELVAS, Eunice, “Congresso municipal de beneficência”, in Maria João Vaz; Eunice Relvas; Nuno Pinheiro (Org.), *Exclusão na História: Actas do colóquio internacional sobre exclusão social*, Oeiras, Celta, 2000, pp. 149-168.

RELVAS, Eunice, “De «crianças perigosas» a «crianças em perigo»: Delinquência juvenil em Lisboa (1852-1912)”, in IV COLÓQUIO TEMÁTICO AS ESCALAS DE LISBOA, Lisboa, 2001, *Actas das Sessões do IV Colóquio Temático as Escalas de Lisboa: Morfologias, população e identidades*, [Lisboa: CML/DMC/AML], s.d., pp. 45-63.

RELVAS, Eunice, *Esmola e Degredo: Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

RELVAS, Eunice; BRAGA, Pedro Bebiano, *Coretos em Lisboa (1790-1990)*, Lisboa, Fragmentos, 1991.

RELVAS, Eunice; CALADO, Maria, “Cultura e participação cívica”, in CALADO, Maria (Coord.), *Lisboa: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 26-37.

RIBEIRO, M. Félix, *Os mais Antigos Cinemas de Lisboa (1896-1939)*, Lisboa, Instituto Português Cinema/Cinemateca Nacional, 1978.

RIJO, Delminda, “Sítio e população”, in LISBOA. Câmara Municipal, *Lisboa Republicana: Espaço e memória, 1910-1926 /* Comis. cient. António Reis; Coord. Eunice Relvas, Lisboa, CML/DMC/GEO, 2010, pp. 30-45.

RIJO, Delminda; RELVAS, Eunice, “Lisboa republicana: dados e números”, in LISBOA. Câmara Municipal, *Lisboa Republicana: Espaço e memória, 1910-1926 /* Comis. cient. António Reis; Coord. Eunice Relvas, Lisboa, CML/DMC/GEO, 2010, pp. 14-15.

ROSAS, Fernando, *Lisboa Revolucionária: Roteiro dos conflitos armados do século XX*, Lisboa, Tinta da China, 2007.

SANTOS, José António, *As Freguesias de Lisboa: História e actualidade*, Oeiras, Celta, 1995.

SILVA, Augusto Vieira da, *As Freguesias de Lisboa*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943.

SILVA, Augusto Vieira da, *Os Bairros de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930.

TIAGO, Maria da Conceição, “Bairros sociais da I República: Projectos e realizações”. *Ler História*, Lisboa, n.º 59 (2010), pp. 249-272.

TOUSSAINT, Michel, “Lisboa e a arquitectura no tempo da I República”, in CALADO, Maria (Coord.), *Lisboa: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 51-66.

VALENTE, Vasco Pulido, “«A revolta dos abastecimentos»: Lisboa, Maio de 1917”, in *Tentar Perceber*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981, pp. 159-198.

VIDAL, Frédéric, “O bairro de Alcântara e a Sociedade Promotora de Educação Popular no tempo da I República”, in COLÓQUIO NACIONAL LISBOA E A REPÚBLICA, Lisboa, 2008, *Lisboa e a República: Centenário da vereação republicana em Lisboa: Actas do colóquio nacional /* Org. Câmara Municipal de Lisboa/DMC/GTCMC, Lisboa, Câmara Municipal, 2010, pp. 59-71.

5. Bibliografia geral

AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, [s/d.].

A MAÇONARIA e a Implantação da República / Coord. Alfredo Caldeira; António Lopes, Lisboa, Grémio Lusitano/Fundação Mário Soares, 2009.

A REPÚBLICA ONTEM e Hoje: III Curso Livre de História Contemporânea / Org. Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea; Coord. cient. António Reis, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea-FCSH-UNL, 2002.

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Vol. IX, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000.

BARRETO, José, “Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal: I”. *Análise Social*. Lisboa, Vol. XVII, n.º 66 (1981), pp. 253-291.

BARRETO, José, “Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal: II”. *Análise Social*, Vol. XVIII, n.º 70 (1982), pp. 183-212.

BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa: Uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

BRANDÃO, José, *Suicídios Famosos em Portugal*, Lisboa, Europress, 2007.

CARVALHO, Mário Vieira de, “A República e as mudanças na cultura musical e músico-teatral”, in COLÓQUIO NACIONAL A VIDA CULTURAL DE LISBOA NA I REPÚBLICA, Lisboa, 2010, *A Vida Cultural de Lisboa na I República (1910-1926): Actas do colóquio nacional* / Org. Câmara Municipal de Lisboa/DMC/GTCMCR, Lisboa, Câmara Municipal, 2011, pp. 187-229.

CASTILHO, J. M. Tavares, *Os Deputados da Assembleia Nacional*, Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores, 2009.

CASTILHO, J. M. Tavares, *Os Procuradores da Câmara Corporativa (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores, 2010.

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal: Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. [1991], 3.ª ed., Alfragide, Casa das Letras, 2010.

CEREZALES, Diego Palacios, *Portugal à Coronhada: Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta da China, 2011.

CONGRESSO INTERNACIONAL I REPÚBLICA E REPUBLICANISMO, Lisboa, 2010, *Congresso Internacional I República e Republicanismo* / Coord. Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Assembleia da República-Divisão de Edições, 2012.

COSTA, António Luís Pinto da, “A primeira frente de oposição à ditadura militar portuguesa: a Liga de Defesa da República ou a Liga de Paris”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, n.º 5 (1990), pp. 247-274.

FARINHA, Luís, “A caminho do 28 de Maio: Porque caiu a República”, in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 535-567.

FARINHA, Luís, “A transformação política da República: o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores”, in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 463-484.

FARINHA, Luís, “O parlamento republicano: funcionamento e reforma: 1918-1926”, in SEMINÁRIO INTERNACIONAL ELITES E PODER: A CRISE DO SISTEMA LIBERAL EM PORTUGAL E ESPANHA (1918-1931), Évora, 2002, *Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* / Coord. Manuel Baião, Lisboa, Colibri/Évora, CIHCSU, 2004, pp. 49-77.

FARINHA, Luís, “Sindicalismo livre e I República: percursos paralelos, convergências efémeras (1908-1931), in VARELA, Raquel; NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias (Coord.), *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, Lisboa, Edições Colibri/IHC-FCSH-UNL, 2012, pp. 85-96.

FERNANDES, Paulo Jorge, “O papel político e o funcionamento do parlamento em Portugal”, in ALMEIDA, Pedro Tavares de; MORENO LUZÓN, Javier (Coord.), *Das Urnas ao Hemiciclo: Eleições e parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, p. 103-131.

FERREIRA, Pedro Soares, *Entre o Terror e a Esperança: A revolução russa na sociedade portuguesa*, Casal de Cambra, Centenário da República/Caleidoscópio, 2011.

FRAGA, Luís Alves, “Portugal: Mobilizações para a Guerra”, in Aniceto Afonso; Carlos de Matos Gomes (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra: 1914.1918*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, p. 262-264.

FREIRE, João, “A Marinha e a República”. *Ler História*, Lisboa, n.º 59 (2010), pp. 227-247.

HISTÓRIA da República. Edição comemorativa do 50º aniversário da implantação da República, Lisboa, Editorial Século, [1960].

LEAL, Ernesto Castro, “A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)”. *Análise Social*. Lisboa, Vol. XXXIII, n.º 148 (1998), pp. 823-951.

LEAL, Ernesto Castro, “O Presidencialismo autoritário nos anos 20 em Portugal”. *Clio*. Nova Série, vol. V, (2000), pp. 127-145.

LOPES, António; CALDEIRA, Alfredo, “O operariado nas vésperas de 1910”, in *A MAÇONARIA e a Implantação da República*, Lisboa, Grémio Lusitano/Fundação Mário Soares, 2009, pp. 53-64.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Vem aí a República! (1906-1910)*, Coimbra, Almedina, 2009.

MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução: Uma biografia do Portugal político do século XIX ao século XXI*, Vol. II, Lisboa, Tribuna da História, 2005.

MARIANO, Fátima, *As Mulheres e a I República*, Casal de Cambra, Centenário da República/Caleidoscópio, 2011.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia da História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da 1ª República Portuguesa: As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, [1978].

MATOS, Luís Salgado de, *Tudo o Que Sempre Quis Saber Sobre a Primeira República em 37 Mil Palavras*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2010.

MÓNICA, Maria Filomena, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

MÓNICA, Maria Filomena; MATOS, Luís Salgado, “Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934)”. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XVII, n.º 67-68-69 (1981), pp. 1013-1078.

MONTALVOR, Luís de et al., *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Empresa Editorial Ática, (1932 e 1935), 2 vols.

MORAIS, Jorge, *Os Últimos Dias da Monarquia, 1908-1910: Da esperança de tréguas à instauração da República* / Pref. António Reis, Sintra, Zéfiro, 2009.

OLIVEIRA, César, *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*, 2.ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1974.

PEREIRA, David Oliveira Ricardo, *As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926)*, Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/UNL, 2012. Tese de doutoramento.

PEREIRA, Joana Dias, “A ofensiva operária”, in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 421-440.

PEREIRA, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário: A História de uma «Idéa»*, Casal de Cambra, Centenário da República/Caleidoscópio, 2011.

PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a economia de Guerra*, Casal de Cambra, Centenário da República/Caleidoscópio, 2011.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional, *1907: No advento da República: Mostra bibliográfica* / Coord. Manuela Rêgo, Lisboa, BNP, 2007.

PROENÇA, Maria Cândida, “A educação”, in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 169-189.

PROENÇA, Maria Cândida, *D. Manuel II*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008.

QUEIROZ, António José, *José Domingues dos Santos: O defensor do povo (1887-1958)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012.

RAVARA, António Pinto, “A classificação sócio-profissional em Portugal (1806-1930)”. *Análise Social*. Lisboa, Vol. XXIV, n.º 103-104 (1988), pp. 1161-1184.

RÊGO, Manuela, “A imprensa republicana”, in CALADO, Maria (Coord.), *Lisboa: Roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 75-81.

REIS, António (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1990-1992.

REIS, António (Org.), *Raúl Proença: Antologia: I*, Lisboa, Ministério da Cultura/Direcção-Geral da Comunicação Social, 1985.

REIS, António, “Correntes e círculos culturais contemporâneos da I República”, in CNCCR, *Viva a República, 1910-2010* / Cord. Luís Farinha, Lisboa, CNCCR, 2010, pp. 169-178. [catálogo de Exposição].

REIS, António, “Epílogo: O fim da Primeira República”, in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 571-582.

REIS, António, “Os valores republicanos ontem e hoje”, in *A República Ontem e Hoje: III Curso Livre de História Contemporânea* / Org. Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea; Coord. cient. António Reis, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea, 2002, pp. 11-29.

REIS, António Fernando Marques Ribeiro, *Raúl Proença: Biografia de um intelectual político republicano*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - UNL, 2000. Tese de doutoramento.

ROSAS, Fernando, “União dos Interesses Económicos (UIE)”, in AA.VV, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. II, Loures, Câmara Municipal, 1985, p. 304.

ROSAS, Fernando, *1910 a Duas Vozes: Porque venceu e porque se perdeu a República?*, Lisboa, Bertrand Editora, 2010.

ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009.

SAMARA, Maria Alice, “A questão social: À espera da «Nova Aurora»”, in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 149-167.

SAMARA, Maria Alice, “O sidonismo: um regime de tipo novo?”, in SEMINÁRIO INTERNACIONAL ELITES E PODER: A CRISE DO SISTEMA LIBERAL EM PORTUGAL E ESPANHA (1918-1931), Évora, 2002, *Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* / Coord. Manuel Baiôa, Lisboa, Colibri/Évora, CIHCSU, 2004, pp. 399-420.

SAMARA, Alice, “Um longo caminho até à República”, in MONTIJO. Câmara Municipal/DSC, *A Aldeia Galega nas Vésperas da República: As eleições municipais de 1908*, Montijo, Câmara Municipal, 2008, pp. 7-18.

SAMARA, Maria Alice Dias de Albergaria, *As Repúblicas da República: História, cultura política e republicanismo*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-UNL, 2010. Tese de doutoramento.

SAMARA, Maria Alice; BAPTISTA, Tiago, *Os Cartazes na Primeira República*, Lisboa, Tinta da China, 2010.

SANTOS, José António, *As Freguesias: História e actualidade*, Oeiras, Celta Editora, 1995.

SANTOS, Miguel Dias, *A Contra-Revolução na I República (1910-1919)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

SERRA, João B., “A evolução política”, in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China 2009, pp. 93-128.

SERRA, João Bonifácio, “Depoimento: o republicanismo entre o ideal e a realidade”, in *A República ontem e hoje: III Curso Livre de História Contemporânea* / Org. Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea; Coord. cient. António Reis, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/IHC, 2002, pp. 41-44.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia para a República*, Vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e Sidonismo: História de um caso político*, Vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

TELO, António José, “A crise portuguesa: economia e sociedade”, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra: 1914.1918*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 485-489.

TELO, António José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

TELO, António José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984.

TELO, António José, *Primeira República: I: Do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010.

TELO, António José, *Primeira República: II: Como cai um regime*, Lisboa, Editorial Presença, 2011.

TELO, António José, “Sidónio Pais e a Guerra”, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra: 1914.1918*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 374-377.

TENGARRINHA, José Manuel (Dir.), *História do Governo Civil de Lisboa*, Vol. 1, s.l, s.n., 2002.

TRIGO, Jorge, “O 31 da política na revista à portuguesa”, in COLÓQUIO NACIONAL A VIDA CULTURAL DE LISBOA NA I REPÚBLICA, Lisboa, 2010, *A Vida Cultural de Lisboa na I República (1910-1926): actas do colóquio nacional* / Org. Câmara Municipal de Lisboa/DMC/GTCMCR, Lisboa, Câmara Municipal, 2011, pp. 149-164.

“UNIÃO dos Interesses Económicos”, in AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 33, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, [s/d.], pp. 388-389.

VALENTE, Vasco Pulido, "Crentes e conversos: República na província (Outubro de 1910-Maio de 1911)". *Análise Social*, Vol. XI, n.º 41 (1975), pp. 17-30.

VALENTE, Vasco Pulido, *A «República Velha» (1910-1917)*. [1997], Alfragide, Alêtheia Editores, 2010.

VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo: A revolução de 1910*. [1ª ed. 1975], 6ª ed., Lisboa, Alêtheia Editores, 2010.

VAZ, Maria João; RELVAS, Eunice; PINHEIRO, Nuno (Org.), *Exclusão na História: Actas do colóquio internacional sobre exclusão social*, Oeiras, Celta, 2000.

VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal*, [Lisboa], Biblioteca-Museu República e Resistência, 1999.

VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal, 1897-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

VENTURA, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*, Lisboa, Cosmos, 2000.

VENTURA, António, “A ideia de ditadura do proletariado em Portugal no início do século XX”. *Clio*, Nova Série, Vol. V (2000), pp. 113-126.

VENTURA, António, “A sociedade portuguesa: efeitos da guerra”, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra: 1914.1918*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, p. 448-450.

WHEELER, Douglas L., *História Política de Portugal (1910-1926)*. [ed. inglesa 1978], 2.ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 2010.

6. Bibliografia informática

ALMEIDA, Pedro Tavares de (Coord.), *Materiais para a História Eleitoral e Parlamentar Portuguesa, 1820-1926*. Disponível em <http://purl.pt/5854/1>.

FREIRE, João (2012), *Dicionário Histórico de Militantes Sociais, Grupos Libertários e Sindicatos Operários*. Disponível em <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/>.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Casacomum.Org. Disponível em <http://casacomum.org/cc/>.

GENEALL. Disponível em <http://www.geneall.net/P/>.

LISBOA. Câmara Municipal, Hemeroteca Digital. Disponível em <http://hemeroteca.digital.cm-lisboa.pt/>.

Maltez, [José Adelino], *Eleições*. Disponível em <http://maltez.info/respublica/>.

POLITIPEDIA. Disponível em <http://www.politipedia.pt/>.

PORTUGAL. Arquivo Histórico Militar. DigitArq. Disponível em <http://arqhist.exercito.pt/>.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>.

PORTUGAL. Ministério das Finanças, *Catálogo Electrónico do Ministério das Finanças*. Disponível em http://www.sgmf.pt/formulario/Arquivo/Newsletters/Outros/Cat%C3%A1logo_Electronico_CNPE.pdf.

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 – Comício republicano na Avenida D. Amélia para apresentar ao governo a urgência das eleições municipais em Lisboa / 26-07-1908 / AML/AF – JBN000434.....	19
Imagem 2 – Planta de Lisboa: seu porto, novas avenidas, etc. / Caldeira Pires, 1913. In <i>Anuário Comercial de Portugal: 1913</i> , Lisboa, Tip. Anuário Comercial, 1913. / GEO.....	45
Imagem 3 – “Uma grande manifestação militar”. <i>Ilustração Portuguesa</i> , Lisboa, S. 2, n.º 472 (1915): 293. / HML.....	100
Imagem 4 – “Com a Re...publica na barriga!”. <i>O Zé</i> , Lisboa, A. 6, n.º 281 (27-11-1913): capa. / GEO.....	159
Imagem 5 – “As eleições municipais: o presidente da República votando na igreja de Belém”. <i>Ilustração Portuguesa</i> , Lisboa, S. 2, n.º 407 (1913): 661. / HML.....	168
Imagem 6 – “Eleições Municipais”. <i>O Talassa</i> , Lisboa, n.º 36 (28-11-1913): 1. / HML.....	174
Imagem 7 – “Nos claustros dos Jerónimos. A assembleia eleitoral onde votou S. Ex. ^a Bernardino Machado, ilustre presidente da República”. <i>Ilustração Portuguesa</i> , Lisboa, S. 2, n.º 612 (1917): 388. / HML.....	223
Imagem 8 – “O aspecto do acto eleitoral realizado numa das assembleias da freguesia de Santos”. <i>Ilustração Portuguesa</i> , Lisboa, S. 2, n.º 612 (1917): 388. / HML.....	224
Imagem 9 – Lista de voto do PRP, riscada pelo eleitor e anulada pela mesa eleitoral. AML/AC, Câmara Municipal de Lisboa: para vereadores [: boletim de voto da Lista do PRP]. [1917, Novembro, 4], Lisboa, [doc. avulso].....	227
Imagem 10 – O partido socialista realiza no Terreiro do Paço uma manifestação ao ministro do Trabalho. <i>Ilustração Portuguesa</i> , Lisboa, S. 2, n.º 685 (1919): 266. / HML.....	237
Imagem 11 – “Pela Cidade de Lisboa!”. <i>O Combate</i> , 24-05-1919: 1. / BNP.....	263
Imagem 12 – “Eleições administrativas: os governadores civis reunidos no ministério do Interior”. <i>Ilustração Portuguesa</i> , Lisboa, S. 2, n.º 868 (1922): 360. / HML.....	285
Imagem 13 – “Caldeirada republicana e faturas monárquicas! (em competência). <i>Os Ridículos</i> , Lisboa, A. 18, n.º 1748 (8-11-1922): 1. / Disponível em http://purl.pt/5854/1/zoom-j-4140-ay1922-11-081t0.htm	314
Imagem 14 – “A circular do mestre António...”. <i>Os Ridículos</i> , Lisboa, A. 18, n.º 1750 (15-11-1922): 1. / Disponível em http://purl.pt/5854/1/zoom-j-4140-ay1922-11-151t0.htm	321
Imagem 15 – “Liberdade Eleitoral!!”. <i>A Cega-Rega</i> , Lisboa, A.1, n.º 3 (26-11-1922): 1. / Disponível em http://purl.pt/5854/1/iconografia-eleicoes-pr-caricaturas.htm	331
Imagem 16 – [Eleições legislativas:] “Os destroços da assembleia de S. Mamede depois do assalto”. <i>ABC</i> , Lisboa, A. 6, n.º 278 (1925): 4. / GEO.....	384
Imagem 17 – “Em cima: <i>A mesa de apuramento das eleições de vereadores</i> . Em baixo: <i>Aspecto do salão nobre da Câmara durante o apuramento</i> ”. <i>O Século</i> , 30-11-1925: 1. / BNP.....	392
Imagem 18 - Evolução do número de recenseados, por Bairros Administrativos, em Lisboa (1913-1925).....	409

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1 – Eleições municipais de 1908	38
Quadro 2 – Votação da vereação de 1908	39
Quadro 3 – População das cidades em 1900, 1911, 1920 e 1925.....	49
Quadro 4 – População de Lisboa por bairros administrativos, em 1911, 1920 e 1925.....	53
Quadro 5 – População agrupada por grandes divisões profissionais no concelho de Lisboa, em 1911 e 1925.....	56
Quadro 6 – Número de vereadores, segundo as reformas administrativas.....	89
Quadro 7 – Número de vereadores e representação no município de Lisboa, segundo as reformas administrativas (1913-1922)	92
Quadro 8 – Eleitores na cidade de Lisboa (1878-1913)	109
Quadro 9 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRP – 1913.....	138
Quadro 10 – Profissão primária dos candidatos da Lista Neutra – 1913.....	143
Quadro 11 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PS – 1913.....	146
Quadro 12 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRP – 1917.....	189
Quadro 13 – Profissão primária dos candidatos da Lista Neutra – 1917.....	192
Quadro 14 – Profissão primária dos candidatos da Lista da Cidade – 1917.....	198
Quadro 15 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRE – 1917.....	201
Quadro 16 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PS – 1917.....	204
Quadro 17 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRP – 1919.....	247
Quadro 18 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRE – 1919.....	249
Quadro 19 – Profissão primária dos candidatos efectivos da Lista do PS – 1919.....	253
Quadro 20 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRP – 1922.....	289
Quadro 21 – Profissão primária dos candidatos da Lista da Cidade – 1922.....	293
Quadro 22 – Profissão primária dos candidatos da Lista Presidencialista – 1922.....	297
Quadro 23 – Profissão primária dos candidatos da Lista do Partido Liberal – 1922.....	300
Quadro 24 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PS – 1922.....	305
Quadro 25 – Profissão primária dos candidatos da Lista de Fomento Nacional – 1922.....	307
Quadro 26 – Profissão primária dos candidatos da Lista do PRP-PS – 1925.....	351
Quadro 27 – Profissão primária dos candidatos da Lista Esquerdista-Radical -1925.....	355
Quadro 28 – Profissão primária dos candidatos da Lista da UIE – 1925.....	360
Quadro 29 – Profissão primária dos candidatos da Lista da Cidade – 1925.....	362
Quadro 30 – Profissão primária dos candidatos da Lista de «Homens Livres» – 1925.....	365
Quadro 31 – Participação eleitoral e abstenção no concelho de Lisboa (1913-1925)	406
Quadro 32 – Evolução da distribuição das forças partidárias nas eleições municipais de Lisboa (1913-1925)	411
Quadro 33 – Cronologia dos mandatos das vereações e comissões administrativas (CA) da CML, 1908 a 1926.....	413